



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

PAULO MOREIRA PINTO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA PAN-AMAZÔNIA: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru

Belém, PA
2016

PAULO MOREIRA PINTO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA PAN-AMAZÔNIA: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru

Tese apresentada como requisito parcial ao Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

.

Orientadora: Ph.D. Ligia T. L. Simonian.

Belém, PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFGA

Pinto, Paulo Moreira

Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru / Paulo Moreira Pinto; Orientadora, Lígia Terezinha Lopes Simonian. – 2016.

424f. : il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

1. Turismo – Brasil. 2. Turismo – Colômbia. 3. Turismo – Peru. 4. Política governamental – Brasil. 5. Política governamental – Colômbia. 6. Política governamental – Peru. 7. Turismo sustentável. 8. Fronteiras. I. Simonian, Lígia Terezinha Lopes, orientadora. II. Título.

CDD 22 ed. 338.479181

PAULO MOREIRA PINTO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA PAN-AMAZÔNIA: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru

Tese apresentada como requisito parcial ao Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Apresentado em: _____

Banca Examinadora:

Profª. Ph.D. Ligia Terezinha Lopes Simonian
Orientadora – NAEA/UFPA

Profª. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Profª. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Prof. Ph. D. Germán Alfonso Palacio Castañeda
Examinador Externo – IMANI/UNAL

Profa. Dra. Andrea Rabinovici
Examinador Externo – PPGAI/UNIFESP

Resultado: _____

Para: Rosalina M. Pinto
(com todo o amor possível).

Aos moradores de Umariçu I e II,
San Martin de Amacayacu,
20 de Enero, Yarina, Buenos Aires, Santo Domingo,
por permitirem conhecer suas vidas, lutas e lazeres.

AGRADECIMENTOS

Não é tarefa fácil agradecer a tantas pessoas e instituições que possibilitaram a realização deste estudo. Sempre se pode incorrer em erros de omissão! De qualquer maneira é necessário fazer um elogio à paciência e dedicação da orientadora desta tese, a Professora Ligia Simonian. A Professora Ligia, desde o início, demonstrou um carinho especial sobre essa investigação, e o resultado expressa a dedicação que tem sobre o rigor do fazer científico e os seus ensinamentos que, pode ter certeza, não serão esquecidos.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) local de trabalho, de convivência e de troca de experiências entre colegas docentes e aos que estão nos cargos administrativos, principalmente os da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) nas figuras do Professor Emmanuel Tourinho e de Nazaré Progênio, através dos quais estendo meus agradecimentos a todos os que estão dedicando parcela de suas vidas para a busca incessante da melhoria do ensino nesta Instituição de Ensino Superior (IES).

Ao Governo brasileiro através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por tornar possível a pesquisa de campo através do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), auxílio sem o qual esta investigação dificilmente seria concluída.

Aos amigos e colegas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e, principalmente, da Faculdade de Turismo (FACTOR) pelo incentivo constante e busca de melhoria da qualidade de ensino para o desenvolvimento do turismo brasileiro. Ressaltar que somos ainda um núcleo pequeno de professores, mas relembrar o quanto já se produziu nesses mais de 40 anos de existência do curso de turismo e o quanto ainda está por ser realizado.

Um carinho especial aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), incansáveis na busca da excelência acadêmica. Aos amigos de turma, especialmente a querida Vânia Nascimento e Cláudia Pinheiro, através delas abraço a todos os outros com igual admiração. Ao quadro de técnicos do NAEA na figura do Aldo Lisboa e da bibliotecária Rosangela Mourão, pelo carinho e apoio constantes.

Muitas são as instituições públicas e particulares que apoiaram o desenvolvimento desta investigação na tríplice fronteira. No Brasil, a Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) representada por Mislene Mendes, através da qual abraço a todos os técnicos e antropólogos desta CR-Alto Solimões. A Prefeitura de Tabatinga, especialmente ao Secretário de Turismo José Francisco Magalhães, e aos técnicos José Nilton e Artemisia. A

diretoria e aos professores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) por permitir utilizar suas instalações e colaborar com a pesquisa. Ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) através do Narciso Moreira, bem como a todos os empreendedores de turismo que lutam para o desenvolvimento do setor nessa fronteira do Brasil.

Na Colômbia, aos amigos da Universidad Nacional de Colombia (UNAL), sede Amazonia, e Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI) que receberam este brasileiro/paraense com inquestionável paciência, principalmente o cotutor Dr. Germán Palacio e o amigo Germán Ochoa pela dedicação e auxílio. A Marisol, Sandra Karina, Olga Lucía e Matilde, ao incansável Dr. Juan Álvaro Echeverri e aos professores Dany Mahecha e Allan Wood muitíssimo obrigado pelo apoio incontestado.

Ao Departamento Administrativo de Fomento Ecoturístico y Cultura (DAFEC) da Gobernación de Amazonas, através do Francisco Martin e Juan Dawa; a Oficina de Turismo da Alcaldía de Leticia através da Diana, Jaime Rivas e Luz Jenny. Em Parques Nacionales Naturales de Colombia a Eliana Martinez; no Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA) ao professor Carlos Augusto Pinto e Robert Baez; no Banco de la Republica a querida Salima Cure; e a todos os agentes de viagens e hoteleiros dessa encantadora capital da Amazônia colombiana.

No Peru, aos colegas do Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP) professor Ángel Salazar, Luis Gutierrez e Luis Calcina pelo infatigável apoio. Aos amigos do Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía (CETA) representados pela Alejandra Schindler e Martha Runciman. Ao Dr. Roberto Pezo da Universidad Nacional de la Amazonía Peruana (UNAP) pela calorosa acolhida. Ao Diretor do Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SERNANP), em Iquitos, Javier Noriega, por compreender a importância desta investigação e ao John Rueda da sede em Lima.

Ao Walter Huamaní, do Ministerio del Ambiente em Lima, pelo pronto atendimento as nossas solicitações. A Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza (PRONATURALEZA) representada por Anna Montalván, através da qual abraço fraternalmente a todos os técnicos tanto os da sede de Iquitos quanto os de Lima. A Dirección Regional de Comercio Exterior, Turismo y Artesanía (DIRCETURA), através da Diretora Gina Guerrero e do técnico Aleksy Ferreyra. A Pilar Agnini, do Instituto Superior Tecnológico (ISTER) Emilio Romero Padilla, por reservar parte de seu tempo laborioso em nosso atendimento.

Aos indígenas brasileiros, colombianos e peruanos por permitirem que usufrísse de suas vidas, lutas e lazes. Aos grandes amigos que encontrei na tríplice fronteira: a Isabel Romero pelo inestimável auxílio em campo e a Eduardo Gómez por saber entender e apoiar meu trabalho, e a contornar os momentos de solidão: amo vocês! Ao professor Fernando Urbina por compartilhar seus conhecimentos sobre a natureza e a cultura amazônica. Ao amigo Freddy Espinoza que dedicou muito de seu tempo em meu auxílio. Ao Camilo Torres e a família de Raica Carvalho pelo apoio logístico. Ao Carlos Valles, a Benigno e Claire Rojas Bicerra, minha família peruana, aos quais não há palavras que possa expressar o profundo agradecimento.

A grande família Moreira Pinto: Rosalina, Sandoval (*in memoriam*), Glória, Rosa, Conceição, Gerson, Junior, Roberto e Mário, aos sobrinhos e sobrinhas, sem o carinho, apoio e o amor incondicional de vocês jamais chegaria até aqui!

Por fim, mas não em menor grau de importância, aos amigos sempre presentes Célia Lemos, Sílvia Cruz, Helena Doris, Antonio Cristo, Rosa Lavor, Vera Nascimento, Leni Soeiro, Pier Topino, Alexandre Grossman, Adrea Canto, Armando Lirio, Diana Portal, Leonice Alencar e as incansáveis professoras Marilsa Ewerton e Ângela do Espírito Santo, bem como a todos os colegas da FACTUR, muitíssimo obrigado!

Sempre a cobiça do ouro, e o amor às riquezas foram no mundo o maior incitamento dos homens para as maiores empresas e mais árduas navegações [...]. Esta mesma cobiça do ouro foi a causa do primeiro descobrimento, e navegação do Amazonas. Já os castelhanos estavam senhores do reino de Quito e de seus grandes tesouros de ouro e prata, mas ainda o seu desejo não estava diminuto, nem satisfeita a sua cobiça [...]. Espalhou-se em Quito a fama de que no Amazonas havia um grande lago dourado, cujo ouro era mais que as areias das suas praias, ou que as suas margens e fundo eram tudo ouro (PADRE JOÃO DANIEL [1722-1776], 2004, p. 45).

No todas las comunidades amazónicas se autoabastecían de utensilios, y esto desde un pasado ya remoto. El intercambio de utilería entre etnias vecinas, e incluso muy distantes una de otras, se dio en forma muy extendida, siendo una operación normatizada en los mitos y expresamente ritualizada. [...]. La introducción de los instrumentos metálicos, por parte del conquistador europeo, constituyó una revolución tecnológica sin precedentes, con hondas repercusiones en todos los órdenes, por cuanto afectaba directamente la producción de alimentos. La mayor eficacia de la herramienta, frente al utensilio lítico, facilitó y estimuló la labor agrícola; pero a su vez generó infinidad de desequilibrios políticos y sociales, los cuales a su vez repercutieron de manera drástica en un impresionante descenso poblacional (URBINA, 1986, p. 154).

AMAZONAS

Omnipotente y glorioso Amazonas
Arrogante descendiente de los Andes peruanos
Del Ucayali y el Marañón majestuoso seductor
Río subyugador de ocho países sudamericanos.

[...]

Gran protector de poblaciones ancestrales
Sabiduría bosquesina y equilibrio naturales
Ay quién intente imponerse a tus decisiones:
Taladores de tierras indígenas
Negociantes de caoba y maderas preciosas
Dioses usurpadores, chantajistas y genocidas
Agoreros inescrupulosos esclavistas de calisayas
Amazonas de fangales, infiernos y cruz agobiantes.
(GUTIÉRREZ, 2013, p. 16-17).

RESUMO

A tese realiza análise comparativa sobre os processos de inserção da participação comunitária na gestão local e a sua repercussão em políticas públicas de turismo em áreas protegidas da tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru. Tal fato está centrado na premissa de que o fenômeno do turismo enquanto elemento da vida administrada, ou seja, de política, envolve uma série de processos de caráter formal e informal. Isto por que o pressuposto é de que o setor turístico – setor terciário da economia – encontra-se eivado das adequações mercadológicas que se apresentam como parte de sua gênese e, portanto, envoltas nas manifestações de relações de poder mais diversificadas. Desse modo, os segmentos distintos de prática da atividade turística também estão impregnados de relações de conflito. Decorrente disso é que as políticas públicas para o setor turismo, como em qualquer outra atividade administrada, encontram-se envoltas na centralidade do poder constituído espelhando suas ações e decisões. As modalidades novas de se realizar o deslocamento turístico, sobretudo as que estão ligadas ao uso dos recursos naturais, como o realizado em áreas protegidas, baseiam-se na sustentabilidade biossociocultural como maneira de mitigação dos impactos negativos da atividade. Nesse caso, as comunidades indígenas que habitam as áreas do interior ou entorno dessas áreas buscam ser incluídas nos processos de participação para fazer frente a lutas por direitos historicamente usurpados. Desse fato é que surgem as instâncias de gestão com descentralização como uma perspectiva de resistência ao *establishment* configurando um processo novo para a pesquisa em turismo. Assim como, a busca incessante por mercados novos proporciona a abertura de fronteiras conformando geopolíticas constantemente tencionadas e propensas a todo o tipo de conflitos e violências.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Turismo. Turismo Sustentável. Gestão Local. Fronteira. Pan-Amazônia.

RESUMEN

La tesis realiza un análisis comparativo sobre los procesos de inserción de la participación comunitaria en la gestión local y su repercusión en las políticas públicas de turismo en áreas protegidas de la triple frontera de Brasil, Colombia y Perú. Tal hecho está centrado en la premisa de que el fenómeno del turismo en cuanto elemento de la vida administrada, o sea, de política, involucra una serie de procesos de carácter formal e informal. Esto se debe a que el supuesto es que el sector turístico –sector terciario de la economía- se encuentra plagado de las adecuaciones mercadológicas que se presentan como parte de su génesis y por lo tanto, envueltas en las manifestaciones de relaciones de poder más diversificadas. De este modo, los segmentos distintos de práctica de la actividad turística también están impregnados de relaciones de conflicto. Como resultado de esto es que las políticas públicas para el sector turismo, como en cualquier otra actividad administrada, se encuentran involucradas en las centralidad del poder constituido, reflejando sus acciones y decisiones. Las modalidades nuevas de ejecución del desplazamiento turístico, sobre todo las que están relacionadas con el uso de los recursos naturales, como el realizado en áreas protegidas, se basan en la sostenibilidad bio-sociocultural como forma de mitigar los impactos negativos de la actividad. En ese caso, las comunidades indígenas que habitan las áreas del interior o entorno de esas áreas buscan ser incluidas en los procesos de participación para hacer frente a las luchas por derechos históricamente usurpados. De ese hecho surgen las instancias de gestión con descentralización como una perspectiva de resistencia al *establishment*, configurando un proceso nuevo para la investigación en turismo. De la misma manera, la búsqueda incesante por mercados nuevos proporciona la apertura de las fronteras, conformando geopolíticas constantemente tensas y propensas a todo tipo de conflictos y violencias.

Palabras clave: Políticas Públicas para el Turismo. Turismo Sostenible. Gestión Local. Frontera. Pan-Amazonia.

ABSTRACT

The thesis carries out comparative analysis of the integration processes of community participation in local management and its impact on tourism public policies in protected areas of the triple frontier of Brazil, Colombia and Peru. This fact is centered on the premise that the tourism phenomenon as part of the administered life, that is politics, involves a series of formal and informal character of processes. This is because the assumption is that the tourism sector - Tertiary sector of the economy - is riddled marketing of adjustments that are presented as part of its genesis and therefore shrouded in the most diverse manifestations of power relations. Thus, the different segments of tourism practice are also steeped in conflict relations. Resulting from this is that public policies for the tourism sector, as in any given activity, are shrouded in the centrality of power constituted mirroring their actions and decisions. The new ways of conducting the tour displacement, particularly those linked to the use of natural resources, such as carried out in protected areas are based on biossociocultural sustainability as a way to mitigate the negative impacts of the activity. In this case, the indigenous communities living in the interior areas or around these areas seek to be included in the participation processes to cope with struggles for rights historically usurped. This fact is that come the management bodies with decentralization as an establishment resistance perspective setting up a new process for tourism research. As well as the constant search for new markets provides the opening constantly tensioned geopolitical conforming boundaries and prone to all kinds of conflicts and violence.

Key-words: Public Policies of Tourism. Sustainable tourism. Local management. Border. Pan-Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Mapa de localização das AP em estudo.....	42
Figura 1-	Modelo de processo de análise de sistema em política.....	67
Figura 2-	Implicações conceituais do TS.....	81
Figura 3-	Dimensões do conceito de Turismo Sustentável.....	83
Mapa 2-	Configuração geográfica das Amazônias.....	115
Mapa 3-	Mapa das mesorregiões do Amazonas.....	117
Mapa 4-	Mapa das microrregiões do Amazonas.....	118
Organograma 1-	Organograma do sistema SDS.....	124
Figura 4-	Viajantes do Alto Solimões.....	130
Fotografias 1 e 2-	Marcos nas cidades de Tabatinga e Leticia.....	133
Fotografias 3 e 4-	Marcos que seccionam a fronteira seca.....	134
Fotografias 5 e 6-	Fronteira Brasil-Colômbia.....	136
Fotografias 7 e 8-	Brasileiros e colombianos comemorando jogos do mundial.....	136
Fotografias 9 e 10-	Placa e fachada do CIT.....	139
Fotografias 11 e 12-	ARTETABA e mostras de artesanatos.....	139
Figura 5-	Principais momentos de delimitação e demarcação da TI Tukuna Umariçu.....	147
Mapa 5-	Mapa da TI Tukuna Umariçu.....	148
Fotografias 13 e 14-	Fachada das igrejas de Santa Cruz em Tabatinga e Umariçu	151
Figura 6-	Sociedades Pré-Colombianas da Amazônia.....	154
Figura 7-	As grandes províncias amazônicas.....	155
Mapa 6-	Mapa de localização da Amazônia e do trapézio colombiano.....	158
Fotografias 15 e 16-	Tipo de embarcações e grupo de visitantes.....	178
Fotografias 17 e 18-	Festival de la Confraternidad Amazónica 2014.....	185
Mapa 7-	Localização do PNN Amacayacu.....	191
Fotografias 19 e 20-	Estruturas do CVY do PNN Amacayacu.....	199
Fotografias 21 e 22-	Estruturas antigas e novas do CVY.....	199
Fotografias 23 e 24-	Aspectos dos portos da cidade de Iquitos.....	227
Fotografias 25 e 26-	Prédios históricos em Iquitos.....	227
Mapa 8 -	Mapa da Amazônia peruana.....	239
Mapa 9-	Circuitos turísticos da RN Pacaya Samiria.....	244
Figura 8-	Fases do turismo brasileiro.....	254
Organograma 2 -	Organograma do MTUR.....	257
Figura 9-	Principais setores do turismo de acordo com a LGT.....	259
Organograma 3	Organograma do MinCIT.....	261
Figura 10-	Linha do tempo dos organismos e das políticas de turismo.....	264

Organograma 4-	Organograma MINCETUR.....	265
Figura 11-	Categorias de AP do SINAP.....	273
Figura 12-	Categorias e níveis de administração do SINANPE.....	281
Fotografias 27e 28-	Aspecto da reunião com os indígenas de Umariçu II.....	311
Fotografias 29e 30-	Fachada da Éware-ACIU e mostras do artesanato.....	311
Fotografias 31e 32-	Aspecto externo e interno da maloca comunal.....	322
Fotografias 33 e 34-	Demonstração com Yanchama e aspecto geral da comunidade...	324
Fotografias 35 e 36-	Aspecto do posto de vigilância e das embarcações.....	332
Fotografias 37 e 38-	Produção artesanal e aspecto construtivo das casas.....	336
Fotografias 39 e 40-	Equipamento e técnica de retirada do Buriti e o fruto em secagem.....	337

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Organismos, entidades, eventos e ações da problemática ambiental.....	79
Quadro 2-	Gerenciamento de impactos negativos em AP.....	87
Quadro 3-	Tipologia de fronteira segundo Friedrich Ratzel.....	101
Quadro 4-	Tipologia de fronteira segundo Jaques Ancel.....	101
Quadro 5-	Ideias do debate (num escrutínio incompleto).....	102
Quadro 6-	Departamentos e capitais da Colômbia.....	160
Quadro 7-	As Amazônias colombianas.....	162
Quadro 8-	Municípios e territórios especiais de Amazonas.....	163
Quadro 9-	Reservas indígenas do departamento de Amazonas.....	165
Quadro 10-	Reservas e comunidades indígenas de Leticia.....	183
Quadro 11-	AP da Amazônia colombiana.....	183
Quadro 12-	Categorias e tipos de AP.....	187
Quadro 13-	Zoneamento do PNN Amacayacu.....	189
Quadro 14-	Empresas operadoras do sistema de concessão ecoturística.....	195
Quadro 15-	Províncias e respectivas capitais do departamento de Loreto.....	209
Quadro 16-	Reservas Territoriais para povos indígenas em isolamento na Amazônia.....	215
Quadro 17-	AP sob jurisdição do Estado no departamento de Loreto.....	218
Quadro 18-	Áreas de conservação regional e privada em Loreto.....	219
Quadro 19-	ACR propostas para Loreto.....	219
Quadro 20-	População indígena e famílias linguísticas em Loreto.....	232
Quadro 21-	Atrativos turísticos de Loreto/Iquitos.....	233
Quadro 22-	Normas de constituição da RN Pacaya Samiria.....	236
Quadro 23-	Associações representativas dos Kukama Kukamiria.....	246
Quadro 24-	Espécies de fauna ameaçadas presentes na RN PacayaSamiria	241
Quadro 25	Descrição das categorias de manejo.....	242
Quadro 26	Áreas de uso turístico por bacias.....	246
Quadro 27-	Grupos locais de turismo – 2011.....	248
Quadro 28-	Cronologia das normas, órgãos e ações do turismo brasileiro.....	255
Quadro 29-	Contexto histórico das AP colombianas.....	274
Quadro 30-	AP segundo âmbito de gestão e categoria.....	277
Quadro 31-	Normas sobre meio ambiente e AP.....	279
Quadro 32-	Tipos e categorias das AP peruanas.....	282
Quadro 33-	Comunidades indígenas registradas e tituladas no Peru.....	284
Quadro 34-	Reservas comunais instituídas no Peru.....	284

Quadro 35-	Principais normas, instituições e documentos de políticas públicas.....	350
Quadro 36-	Normatização dos sistemas de AP.....	352

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Número de planos de manejo concluídos, em revisão ou em elaboração nas AP da Amazônia Legal em 31/12/2010.....	92
Tabela 2-	Caracterização das UF que compõem a Amazônia Legal.....	112
Tabela 3-	Superfície dos países que compõem a Pan-Amazônia.....	114
Tabela 4-	PIB do estado do Amazonas para os trimestres de 2014 (R\$1.000.000).....	120
Tabela 5-	Redução das TI do estado do Amazonas.....	122
Tabela 6-	AP do estado do Amazonas.....	122
Tabela 7-	AP avaliadas pelo RAPPAM no Amazonas.....	125
Tabela 8-	Evolução do desmatamento entre os estados da Amazônia Legal.....	128
Tabela 9-	Passageiros embarcados e desembarcados no Aeroporto de Tabatinga.....	140
Tabela 10-	Cultivos ilícitos de coca (em hectares).....	167
Tabela 11-	Reservas florestais da Colômbia.....	171
Tabela 12-	Participação das atividades econômicas por setores e localidades.....	180
Tabela 13-	Fluxo de visitantes no PNN Amacayacu 2005-2009.....	195
Tabela 14-	Relação de investimentos realizados e mão de obra contratada.....	196
Tabela 15-	Receita gerada pela concessão dos serviços ecoturísticos (\$miles de pesos).....	197
Tabela 16-	Número de visitantes no PNN Amacayacu 2006-2012.....	197
Tabela 17-	Número de visitantes nos parques com atividades ecoturísticas.....	198
Tabela 18-	Visitantes em AP com programa de ecoturismo comunitário.....	198
Tabela 19-	Área e população das regiões e departamentos do Peru.....	202
Tabela 20-	População indígena e distribuição relativa por região e departamento.....	205
Tabela 21-	População da cidade de Iquitos segundo Censos.....	224
Tabela 22-	Fluxo aéreo de passageiros em Iquitos 2009-2013.....	231
Tabela 23-	Zoneamento da RN PacayaSamiria.....	245
Tabela 24-	Fluxo de visitantes na RN PacayaSamiria 1999-2010.....	249
Tabela 25-	Fluxo de visitantes anual na RN PacayaSamiria 2011-2015.....	249
Tabela 26-	Fluxo de visitantes por meses na RN PacayaSamiria 2013-2015.....	250
Tabela 27-	AP em nível federal segundo grupo e categoria de manejo.....	267
Tabela 28-	AP em nível estadual segundo grupo e categoria de manejo.....	268
Tabela 29-	Porção da Amazônia Legal brasileira ocupada por AP e TI.....	270

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACITAM	Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico
ACIU	Associação dos Artesãos e Cultura do Umariçu
ACODECOSPAT	Asociación Cocama de Desarrollo y Conservación de San Pablo del Tipishca
ACOREMA	Instituto de Manejo de Recursos Naturales para el Desarrollo Integral Áreas Costeras y Recursos Marinos
ACP	Áreas de Conservación Privada
ACR	Áreas de Conservación Regional
AD	Aprovechamiento Directo
ADECOP	Asociación de Desarrollo y Conservación del Puinahua
ADESAMA	Ação de Desenvolvimento do Amazonas
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AICO	Autoridades Indígenas de Colombia
AIDECOS	Asociación Indígena de Desarrollo y Conservación del Samiria
AIDSESP	Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana
ALC	Áreas de Livre Comércio
ALCT	Área de Livre Comércio de Tabatinga
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
ANP	Áreas Naturales Protegidas
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
AP	Áreas Protegidas
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
APP	Associações Público Privadas
APPGP	Análisis de las Políticas Públicas y de la Gestión Pública
APRODES	Asociación Peruana para la Promoción del Desarrollo Sostenible
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPI	Asociación Regional de los Pueblos Indígenas
ARTETABA	Associação dos Artesões de Tabatinga
ASOAINTAM	Asociación de Autoridades Indígenas Tradicionales de Tarapacá Amazonas
ATICOYA	Asociación de Autoridades del Resguardo Tikuna, Kokama y Yagua de Puerto Nariño-Amazonas
AZCAITA	Asociación Zonal de Cabildos Indígenas de Tradición Autóctono
AZICATH	Asociación Zonal Indígena de Cabildos y Autoridades Tradicionales de La Chorrera

BCRP	Banco Central de Reservas del Perú
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BP	Bosques de Protección
BPP	Bosques de Protección Permanente
CAAAP	Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica
CAF	Corporación Andina de Fomento
CAN	Correio Aéreo Nacional
CAPEs	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPICUNA	Coordinadora Autónoma de Pueblos Indígenas de la Cuenca del Nanay
CAR	Corporaciones Autónomas Regionales y de Desarrollo Sostenible
CASAI	Casas de Saúde Indígena
CDA	Corporaciones Autónomas Regionales para el Desarrollo Sostenible del Norte y Oriente de la Amazonia
CDS	Corporaciones para el Desarrollo Sostenible
CECLIMA	Centro estadual de Mudanças Climáticas
CEDE	Centro de Estudios sobre el Desarrollo Económico
CEDECOS	Centros de Desarrollo y Conservación
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETA	Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía
CETAM	Centro de educação Tecnológica do Amazonas
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CGTT	Conselho Geral da Tribo Tikuna
CIDH	Comisión Interamericana de Derechos Humanos
CIGÁS	Companhia de Gás do Amazonas
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIMTRA	Cabildo Indígena Mayor del Trapecio Amazónico
CIT	Centro de Informações Turísticas
CITNA	Consejo Indígena Tikuna de Nazareth-Amazonas
CMAP	Comissão Mundial de Áreas Protegidas
CMT/COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CN	Comunidades Nativas
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CNPTC	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNRNR	Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y Protección al Medio Ambiente
CNT/CNTUR	Consejo Nacional de Turismo/Conselho Nacional de Turismo

CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNUMAH	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
COA	Corporación Colombiana para la Amazonia, Araracuara
CODEAMA	Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
CODEBA	Corporación para la Defensa de la Biodiversidad Amazónica
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COMAPA	Comité de Manejo de Palmeras
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONPES	Consejo Nacional de Política Económica y Social
COREPASA	Comisión Regional de Pacaya Samiria
CORPAC S.A	Corporación Peruana de Aeropuertos y Aviación Comercial S.A
CORPI-San Lorenzo	Coordinadora Regional de los Pueblos Indígenas
CORPOAMAZONIA	Corporaciones para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia
CPT	Cadeia Produtiva do Turismo
CR	Coordenação Regional
CRQ	Comunidades Remanescentes de Quilombos
CRTL	Consejo Regional de Turismo de Loreto
CST	Consejo Superior de Turismo
CTL	Coordenações Técnicas Locais
CVY	Centro de Visitantes Yewaé
CZ	Cotos de Caza
DAFEC	Departamento Administrativo de Fomento Ecoturístico y Cultura
DAM	Divisiones Administrativas Mayores
DAME	Divisiones Administrativas Menores
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DEVIDA	Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas
DGANP	Dirección de Gestión de Áreas Naturales Protegidas
DIRCETURA	Dirección Regional de Comercio Exterior, Turismo y Artesanía
DITUR	Dirección Nacional de Turismo
DPF	Departamento de Policía Federal
DS	Desenvolvimento Sustentável
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena

DT	Direcciones Territoriales
EB	Exército Brasileiro
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENAHO	Encuesta Nacional de Hogares
ENTURPERU	Empresa Nacional de Turismo S.A
ESAP	Escuela Superior de Administración Pública
ESEC	Estação Ecológica
EUA	Estados Unidos da América
Éware-ACIU	Associação dos Artesãos e Cultura Indígena do Umariçu
FAB	Força Aérea Brasileira
FACTUR	Faculdade de Turismo
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FCP	Fundação Cultural Palmares
FECONACO	Federación de Comunidades Nativas del Corrientes
FECONAT	Federación de Comunidades Nativas del Alto Nanay
FEDECOCA	Federación Cocama-Cocamilla
FEDIQUEP	Federación Indígena Quechua del Pastaza
FEKUBANA	Federación Kukama del Bajo Nanay
FENAMAD	Federación Nativa Madre de Dios y Afluentes
FEPI	Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FESTISOL	Festival das Tribos do Alto Solimões
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FISSET	Fundo de Investimento Setorial
FLEGT	Aplicación de Leys, Gobernanza y Comercio Forestales
FLORESTA	Floresta Estadual
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspedes
FOCCITTI	Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Tikuna
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro
FONAM	Fondo Ambiental de la Amazonia
FONPLATA	Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata
FONTUR	Fondo Nacional de Turismo
FOPTUR	Fondo de Promoción Turística
FORMABIAP	Programa de Formación de Maestros Bilingües de la Amazonía Peruana
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FPT	Fondo de Promoción Turística

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEPAR	Fundação Parques e Reservas Florestais do Amazonas
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GLT	Grupos Locales de Turismo
GM	Grupos de Manejo
GOREL	Gobierno Regional de Loreto
HC	Histórico-Cultural
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC	Instituto del Bien Común
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IDEAM	Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales de Colombia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IGAC	Instituto Geográfico Agustín Codazzi
IIAP	Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana
IIDH	Instituto Interamericano de Derechos Humanos
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMA-AM	Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do estado do Amazonas
IMANI	Instituto Amazónico de Investigaciones
INCONDER	Instituto Colombiano de Desarrollo Rural
INCORA	Instituto Colombiano de la Reforma Agraria
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDERENA	Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables
INEI	Instituto Nacional de Estadística e Informática
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
INRENA	Instituto Nacional de Recursos Naturales
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

IPE	Instituto Peruano de Economia
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPPP	Instituto Peruano de Políticas Públicas
ISA	Instituto socioambiental
ISTER	Instituto Superior Tecnológico
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
IUOTO	International Union of Official Organisations
LGT	Lei Geral do Turismo/Ley General de Turismo
MADS	Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible
MANAUSTUR	Fundação Municipal de Turismo de Manaus
MAVDT	Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial
MB	Marinha do Brasil
MIN	Ministério da Integração Nacional
MINAM	Ministerio del Ambiente
MINAMBIENTE	Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial
MINCETUR	Ministerio de Comercio Exterior y Turismo
MinCIT	Ministerio de Comercio, Industria y Turismo
MINDES	Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MRTA	Movimiento Revolucionario Túpac Amaro
MTC	Ministerio de Transporte y Comunicaciones
MTUR	Ministério do Turismo
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NBI	Necessidades Básicas Insatisfeitas
NEPECAB	Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira
OGPTB	Organização dos Professores Tikuna Bilíngues
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMSPT	Organização dos Monitores de Saúde do Povo Tikuna
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONDS	Oficina Nacional de Diálogo y Sostenibilidad
ONG	Organização Não-Governamental
ONIC	Organización Nacional Indígena de Colombia
ONU	Organização das Nações Unidas
ORAI	Organización Regional de AIDSESEP Iquitos
ORAU	Organización Regional de AIDSESEP Ucayali

ORMARENA	Organización de Manejo de Recursos Naturales
ORPIAN-P	Organización Regional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Norte del Perú
OSPTAS	Organização de Saúde do Povo Tikuna do Alto Solimões
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAE	Programa de Ajustes Estructural
PAFC	Plan de Acción Forestal para Colombia
PAREST	Parque Estadual
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PA-SINAP	Plan de Acción del Sistema Nacional de Áreas Protegidas
PBF	Programa Bolsa Floresta
PBI/PIB	Producto Bruto Interno/Produto Interno Bruto
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCM	Presidencia del Consejo de Ministros
PCN	Projeto Calha Norte
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PDRC	Plan de Desarrollo Regional Concertado
PDSE	Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior
PDSPCT	Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PDT	Plan de Desarrollo Turístico
PE	Protección Estricta
PEDCTI	Plan Estratégico de Ciencia, Tecnología e Innovación
PENTUR	Plan Estratégico Nacional de Turismo
PERTUR	Plan Estratégico Regional de Turismo
PIM	Polo Industrial de Manaus
PLP	Projeto de Lei Parlamentar
PN	Parques Nacionales
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNC	Parque Nacional Cutervo
PND	Plan Nacional de Desarrollo
PNDF	Plan Nacional de desarrollo Forestal
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNN	Parque Nacional Natural
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT	Plano Nacional de Turismo/Plan Nacional de Turismo

PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPS	Programa Pacaya Samiria
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações Indígenas da Amazônia Legal
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal
PROEXPORT	Promoción de Turismo, Inversión y Exportaciones
PRONATEC	Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego
PRONATURALEZA	Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza
PROPESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROSOCIAL	Promotora de Vacaciones y Recreación Social
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PSF	Programa Saúde da Família
PST	Plan Sectorial de Turismo
PTA	Plano de Turismo da Amazônia
PTAP	Programa de Trabajo sobre Áreas Protegidas
PUCP	Pontificia Universidad Católica del Perú
PUINAMUDT	Organización Pueblos Indígenas Amazónicos Unidos en Defensa de sus Territorios
PUTR	Plan de Uso Turístico y Recreativo
PZFV	Programa Zona Franca Verde
RAA	Relatório de Avaliação Ambiental
RAISG	Red Amazónica de Información Sociambiental Georreferenciada
RAPPAM	Rapid Assessment and Priorization of Protect Area Management
RC	Reservas Comunes
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REC	Recuperación
REM	Regimes especiais de Manejo
RESEX	Reserva Extrativista
RFP	Reservas Forestales Protectoras
RINTUR	Relatório de Informações Turísticas
RMM	Região Metropolitana de Manaus
RN	Reserva Nacional/Reservas Nacionales
RNN	Reserva Nacional Natural
RNT	Registro Nacional de Turismo

ROF	Reglamento de Organización y Funciones
RP	Reservas Paisajísticas
RPDS	Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RT	Reservas Territoriales
RUNAP	Registro Único Nacional de áreas Protegidas
RVS	Refugio de Vida Silvestre
S	Silvestre
SasiSUS	Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
SBT	Sociedade Brasileira de Turismo
SDS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEIND	Secretaria de Estado para os Povos Indígenas
SENA	Servicio Nacional de Aprendizaje
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SERNANP	Servicio Nacional de Áreas Protegidas por el Estado
SERVINDI	Servicios de Comunicación Intercultural
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SFPM	Santuário de Flora Planta Medicinal
SH	Santuarios Históricos
SINA	Sistema Nacional Ambiental
SINANPE	Sistema Nacional de áreas Naturales Protegidas por el Estado
SINAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SINCHI	Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas
SINUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservación
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISBEN	Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISTUR	Sistema de Turismo
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SN	Santuarios Nacionales
SNPT	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPNN	Sistema de Parques Nacionales Naturales

SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Borracha
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
T	Uso Turístico y Recreativo
TCA	Tratado de Cooperação da Amazônia
TCE-AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
TCN	Tierras de Comunidades Negras
TI	Terras Indígenas
TNC	The Nature Conservancy
TQ	Territórios Quilombolas
TRC	Turismo Rural Comunitário
TS	Turismo Sustentável
UAESPNN	Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UC	Unidades de Conservação
UCP	Universidad Científica del Perú
UE	Uso Especial
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UF	Unidade da Federação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGMUC	Unidade Gestora do Centro de Unidades de Conservação
UICN	Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza
UNAL	Universidad Nacional de Colombia
UNAP	Universidad Nacional de la Amazonía Peruana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNMSM	Universidad Nacional Mayor de San Marcos
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes
UPI	Universidad Particular de Iquitos
UPO	Universidad Peruana del Oriente
VAB	Valor Agregado Bruto
WWF	World Wildlife Fund
ZA	Zona de Amortiguamiento
ZFM	Zona Franca de Manaus
ZFT	Zonas Francas Turísticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	30
1.1	Percepção do problema e a sua relevância enquanto objeto a ser investigado.....	31
1.2	Reflexões para expor a afirmação central e os escopos da pesquisa.....	39
1.3	A tríplice fronteira e os <i>loci</i> de investigação.....	41
1.4	Sobre os procedimentos e adequações metodológicas.....	48
2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, TURISMO SUSTENTÁVEL E GESTÃO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS NA FRONTEIRA PAN-AMAZÔNICA.....	63
2.1	Os <i>constructos</i> das políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia.....	65
2.2	Turismo sustentável e as conexões ambientais em áreas protegidas.....	77
2.3	Gestão local e turismo como estratégias de sustentabilidade.....	88
2.4	Fronteira: para além dos marcos da geopolítica tradicional.....	99
3	A AMAZÔNIA BRASILEIRA E AS PROBLEMÁTICAS TRANSFRONTEIRIÇAS.....	111
3.1	O estado do Amazonas e os problemas socioambientais da fronteira em expansão.....	116
3.2	Processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico em Tabatinga.....	129
3.3	A Terra Indígena Tukuna Umariáçu.....	142
4	AS CONQUISTAS TRANSFRONTEIRIÇAS E A FORMAÇÃO DO TRAPÉZIO AMAZÔNICO-COLÔMBIANO.....	153
4.1	A composição do Departamento de Amazonas e os desafios de desenvolvimento.....	159
4.2	Processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico em Leticia.....	173
4.3	O Parque Nacional Natural Amacayacu.....	186
5	A AMAZÔNIA PERUANA E OS PROCESSOS SOCIOAMBIENTAIS, HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS.....	201
5.1	O Departamento de Loreto e as implicações da inserção no modelo de mercado mundial/globalizado.....	208
5.2	Processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico em Iquitos.....	221
5.3	A Reserva Nacional Pacaya Samiria.....	234

6	DECORRÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS DA TRIPLICE FRONTEIRA PAN-AMAZÔNICA.....	251
6.1	As instituições de turismo no Brasil, Colômbia e Peru.....	252
6.2	A constituição do sistema de AP dos países da tríplice fronteira.....	266
6.3	Implicações das políticas públicas de turismo nas AP pan-amazônicas..	287
7	PROCESSOS DE GESTÃO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS DA TRIPLICE FRONTEIRA.....	298
7.1	TI Tukuna Umariacu.....	299
7.2	PNN Amacayacu.....	313
7.3	RN Pacaya Samiria.....	326
7.4	Possibilidades inovadoras no âmbito do turismo na tríplice fronteira....	340
8	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	348
	REFERÊNCIAS.....	367
	APÊNDICES.....	404
	ANEXOS.....	411

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da criação de espaços que protejam espécies da fauna e da flora tem sido bastante frequente nas instituições de ensino e pesquisa do mundo todo, principalmente após catástrofes ensejadas pela ação humana ou a partir de ocorrências naturais. No centro destes debates, está a capacidade intelectual do ser humano em criar condições que favoreçam a conservação dos recursos naturais como fonte de sustentação da vida no planeta. Ao longo desse tempo, proposições diversas foram viabilizadas e vão desde a salvaguarda de espécies em processo de extinção até a sua conservação *in situ* ou *ex situ*. Neste, um dos exemplos é o armazenamento do genoma para clonagem.

A proposta em torno da conservação das espécies em seu lugar de origem – *in situ* – provocou uma mobilização mundial sobre a questão da conservação ambiental que contribuiu para a noção de espaço natural intocado. Entretanto, conflitos têm sido registrados em consequência do crescimento populacional e da distribuição do ser humano na superfície terrestre, os quais transformaram o planeta em um ecúmeno enorme. A visão idealizada desses espaços embasou a criação de Áreas Protegidas (AP) como modelo de precaução a ser seguido pelos países que intentam políticas de conservação ambiental.

Nesta perspectiva, os poderes constituídos buscaram inserir em suas agendas, atividades consoantes aos preceitos internacionais acerca das assertivas do discurso ambientalmente correto para elaboração de políticas públicas. Decorrente disto é o princípio de mitigação dos impactos antrópicos negativos por meio da adoção de atividades biossocioculturais sustentáveis. Assim, a atividade do turismo tem sido adotada enquanto estratégia socioeconômica sustentável e como alvo de políticas públicas, principalmente, no âmbito do manejo de AP.

No Brasil, o bioma Amazônia¹ tem registrado uma trajetória que o inclui como reservatório de uma biodiversidade incomensurável, sendo que a sua salvaguarda é condição *sine qua non* para a manutenção do planeta. Portanto, a sua inserção no imaginário global tem proporcionado abordagens distintas e ensejado investigações com propósitos os mais diferenciados. No caso do turismo, tem crescido as perspectivas por experiências de gestão

¹ “Ao contrário do senso comum, este não é constituído por um tipo único de floresta, por um bioma único, em toda sua vastíssima extensão. Ali existem tipos diferentes de biomas, [...] floresta tropical pluvial, [...] floresta de igapó, inundável, [...] as caatingas do rio Negro, um bioma de savana arenosa, [...] os campos rupestres, como os dos picos das serras, nas fronteiras com países vizinhos, [...]. Ele é um mosaico de biomas” (COUTINHO, 2006, p. 18).

local nas AP. Tal realidade tem provocado à proposição de políticas públicas que intentam reduzir os conflitos no interior e no entorno das AP amazônicas.

Na Pan-Amazônia, o cenário é similar, principalmente nas AP localizadas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, criadas por políticas de Estado com a mesma proposta de conservação dos recursos naturais, obviamente com diferentes particularidades, mas com o intento de prevenir e ou resolver conflitos semelhantes. Como se observará nesta tese, com a adoção da atividade turística, busca-se aglutinar ações cooperativas no interior das comunidades como elemento diferenciador. Os processos resultantes disso necessitam ser examinados comparativamente como maneira de indicar pistas a serem seguidas em busca de ações inovadoras e condizentes com o ambiente pan-amazônico e com os anseios dos pan-amazônidas.

1.1 Percepção do problema e a sua relevância enquanto objeto a ser investigado

Em que pese alguns estigmas relativos à atividade do turismo, de maneira geral acredita-se que, quando da sua instalação de modo espontâneo², o mesmo seja incentivador de impactos de categorias diversas. De ordem positiva ou negativa, esses ensejam debates acerca da teoria e da prática turística que expõem o espectro amplo deste fenômeno. Nesse sentido, podem-se visualizar as consequências dessa atividade, marcada por sua contemporaneidade e pelas descobertas que revolucionaram o cotidiano dos seres humanos.

Assim, importa lembrar que a atividade de deslocamento dos seres humanos está implicada em uma racionalidade que se impõe como campo de estudo que envolve saberes múltiplos. As explicações podem vir desde a condição teológica e filosófica, quanto da biológica e política do ato em si. Essa busca de racionalização das motivações diferenciadas revela a necessidade de um esforço intelectual que nem sempre é compreendido em toda a sua dimensão.

² Como afirma Boullón (2002, p. 37), o turismo é “[...] fenômeno social cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos transportes. Em torno das viagens feitas como uma das formas de aproveitar o tempo livre gerou-se um importante número de atividades, que, como muitas outras, não foram previamente programadas. Sua existência deve-se a um movimento espontâneo em que a iniciativa privada, primeiro, e o poder público, depois, foram resolvendo as necessidades dos viajantes, ao incorporar um número cada vez maior de serviços destinados a aumentar o conforto dos turistas e a multiplicar suas oportunidades de lazer”. Desta feita, aplica-se o termo “espontâneo” ao modo de organização do turismo vinculado às práticas desenvolvidas e orientadas pela comunidade, como registrado por Ramos e Maciel ([2011] 2016), em contraposição a organização institucionalizada pelas autoridades públicas, empresas e sociedade para o incremento e dinamização da economia local.

A fragmentação disciplinar da ciência e os seus pontos de apoio distintos enquanto objeto científico direcionaram o turismo para um campo de estudo de segunda ordem, visto com preconceito por investigadores das ciências consolidadas, como bem registra Cooper et al. (2007), Panosso Netto, Noguero e Jäger (2011). Entretanto, o turismo vem se impondo como objeto científico a partir das lacunas deixadas por outras disciplinas que não conseguem explicar algumas facetas dessa atividade. Tal fato evidencia-se quando das reflexões críticas sobre os fatos e os fenômenos que estão sendo produzidos pelo deslocamento turístico.

Tais reflexões indicam a necessidade de elaboração de modelos de análise que permitam observar o fenômeno turístico em suas acepções diversas, que vão desde a sua gênese enquanto componente da industrialização até a inclusão da questão ambiental. No campo econômico indica convergências ligadas ao modo de produção capitalista e à lógica de mercado. Essa abordagem de estudo vem sendo processada como prioritária ao longo do tempo, e tem demonstrado a impossibilidade de se reverter o poder midiático do capital.

Neste contexto, o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento econômico é um *constructo* baseado na polaridade entre produção e consumo, oferta e demanda como registrado em estudo clássico de Krapf (1953). Em Cooper et al. (2007) observa-se que a redução do turismo a mera atividade ou transação econômica é fruto de abordagens tradicionais que são criticadas por autores contemporâneos. Não há dúvida de que o turismo é uma área aplicada da atividade econômica, porém devem-se considerar as abordagens múltiplas na estrutura organizadora do sistema turístico.

A noção de sistema turístico baseia-se no modelo de estrutura organizadora indicada por Leiper (1979), que possibilita a compreensão da Cadeia Produtiva do Turismo (CPT) com ênfase em três elementos básicos: os turistas, a geografia e o setor turístico (COOPER et al., 2007). Contemporaneamente, a noção de CPT vem se impondo na teoria e na prática do turismo, quando do planejamento tanto nos setores públicos como particulares (PETROCHI, 2009). Assim, o estudo da economia do turismo, principalmente no planejamento dos organismos oficiais, desenvolve-se como elemento para se contrapor ao incremento espontâneo dos lugares turísticos.

Com esta perspectiva, o planejamento da atividade turística toma impulso nos países que o adotam como elemento propulsor do binômio posto de trabalho e geração de renda. Inclusive é a vulgarização desse binômio que acarretará a adoção de termos como o de indústria do turismo etc. Ao estudar essa sinergia dos incrementos econômicos da atividade

turística, via dinamismo competitivo e tecnológico, em determinada região, Porter (1989) desenvolve o modelo de *cluster*³ turístico.

A partir de então o planejamento do turismo vem adotando modelos diferentes de análise, como o tradicional, o estratégico, os Arranjos Produtivos Locais (APL), os estudos de caso etc. A busca é por um modelo que consiga incluir os preceitos do desenvolvimento com sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural que vem permeando não apenas o planejamento, mas também as políticas públicas daí advindas. Nesse contexto, está o prolongamento do ciclo de vida dos destinos turísticos (BUTLER, 2006), portanto um planejamento eivado da concepção de mercado.

Quanto ao componente ambiental, o planejamento em turismo tem apresentado perspectivas inovadoras, possibilitando condições de análise a partir de paradigmas novos que estão implicados na questão. Este é o caso do denominado Desenvolvimento Sustentável (DS), enquanto perspectiva teórica inserida nos debates sobre o problema da globalização em suas vertentes mais diversas. Nesse sentido, as mudanças na relação dos seres humanos com os recursos naturais indicam que o turismo pode causar impactos negativos ao se desenvolver em determinadas localidades.

Tal premissa leva à inferência de que o turismo, ao se instalar em áreas de fronteiras, padece do mesmo mal. Este fato condiciona a adoção de um planejamento que contemple ações consolidadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos negativos. Portanto, a possibilidade de constituição de políticas públicas que permitam um anteparo aos problemas decorrentes vem sendo o desafio maior para o Estado e suas instituições, bem como para a sociedade.

Deste modo, estudos e pesquisas acerca do turismo e das suas consequências enquanto atividade econômica impulsionadora do desenvolvimento vêm sendo elaborados e executados no Brasil (CASTELLI, 1986). Nesses estudos, percebe-se a centralidade na condição de geração de trabalho e renda, sobretudo naqueles realizados sob a tutela institucional do Estado. Ressalte-se que tais estudos foram realizados nos anos de 1970 e 1980, com a intenção precípua de impulsionar a entrada de divisas a partir do incremento do fluxo turístico.

A partir dos anos 1990, com a adoção de políticas liberalizantes, pode-se observar uma mudança estratégica cujo foco é a descentralização administrativa e dos recursos financeiros.

³ “[...] são concentrações geográficas de companhias e instituições num setor específico. Os *clusters* englobam uma gama de empresas e outras entidades importantes para a competição, incluindo, por exemplo, fornecedores de matéria-prima, componentes, maquinários, serviços e instituições voltadas para o setor. Podem se estender verticalmente e horizontalmente na cadeia produtiva” (PORTER, 1989, p. 179).

Neste sentido, estados e municípios são promotores e fomentadores do turismo, e o escopo é a consequente ampliação dos produtos com vistas aos mercados novos (BARRETTO, 1991; BENI, 1998; RODRIGUES, 1997). Observa-se, no entanto, que mesmo com a adoção da problemática ambiental, presente nas estratégias a partir de meados dos anos 1990, não acontece mudança significativa na lógica de mercado a não ser em discurso.

Nos anos 2000, com a consolidação do turismo e o seu reconhecimento enquanto componente prioritário das políticas públicas setoriais percebe-se a mudança do foco estratégico às comunidades de porte pequeno (BARRETTO; TAMANINI, 2002; FERRETTI, 2002). Porém, embora se observe que o componente social tenha ascendido como fator importante, as implicações econômicas ainda estão em jogo. Entretanto, vê-se o aparecimento de temas novos que dizem respeito ao cotidiano das comunidades e às práticas biossocioculturais que as afetam.

De maneira geral, na Amazônia, os estudos e pesquisas em turismo seguem a mesma trajetória, porém com algumas modificações no tocante à concepção da região como fronteira a ser conquistada. Assim, a conjunção dos debates acerca da ação de conservação dos recursos naturais, via criação de AP, e o desenvolvimento de atividades sustentáveis apoiam-se no turismo como alternativa (ARAÚJO, 2015; CAMPOS, 2008; CRUZ, 2010; FIGUEIREDO, 1999; QUARESMA, 2008). Isso por que se questiona o modelo de conservação ambiental frente às lutas das populações que habitam aquelas áreas.

Enquanto questão nova e que enseja amplos estudos, a criação de AP associa-se, historicamente, à cosmovisão de sociedades ancestrais sobre a natureza (MILLER, 1997). Posteriormente, com as mudanças ocorridas na maneira de se lidar com os recursos naturais estes passam a ser contabilizados como capital natural (SÁNCHEZ ALBAVERA, 1993). Portanto, a estratégia de criação das AP também está ligada a uma concepção nova de patrimônio natural o que corresponde a posturas ideológicas marcadas pelos processos de globalização econômica, cultural e ambiental.

Tais posturas ideológicas passam pela noção de natureza intocada, via modelo de Yellowstone (DIEGUES, 1994; MORSELLO, 2001), que veio a ser replicada por muitos países no mundo. Esse modelo que preconizava a não existência de moradores em seu interior entra em questionamento e possibilita o reconhecimento das lutas dos seringueiros brasileiros com a criação das Reservas Extrativistas (RESEX) (ALLEGRETTI, 2002). Dessa feita, observa-se que ao longo do tempo histórico a criação das AP começa a constituir vínculos não apenas com a conservação dos recursos naturais, mas também com os negócios do capital natural e com a sustentabilidade das populações que dependem desses recursos.

No caso das AP implantadas no bioma Amazônia, reconhecido internacionalmente por sua importância para a sustentabilidade planetária, a busca é por estratégias que minimizem os impactos antrópicos negativos. Deste modo, a Amazônia e também a Pan-Amazônia passam a configurar *loci* privilegiados de pesquisa. E isso no intuito de explicar os conflitos que se desenrolam com as problemáticas mais diferentes.

No tocante ao estudo do turismo pesquisas têm objetivado a sistematização das ações espontâneas para uma condição de planejamento. Enfatize-se novamente, que tal planejamento implica, de maneira geral, nas premissas de sustentabilidade econômica e sociocultural que vêm a ser o mote de políticas públicas de impacto baixo.

Neste contexto, as instituições de ensino e pesquisa da Amazônia e Pan-Amazônia⁴ têm produzido estudos paradigmáticos que estão a revelar as implicações do turismo com os impactos biossocioculturais (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS, 2007). De todo modo aponta-se que a direção tomada por essas pesquisas é a de uma reflexão crítica sobre o discurso oficial e politicamente correto, cuja tendência é a de demonstrar as implicações positivas da atividade turística. Para tanto, se utilizam de estratégias teórico-metodológicas que encaminhem as análises para uma conjunção dos saberes disciplinares.

Embora se reconheça que estas análises ainda sejam incipientes para a compreensão da complexidade da problemática amazônica, têm contribuído para o desvendamento do *modus vivendi* e *operandi* dos amazônidas (QUARESMA, 2003). É o caso das pesquisas realizadas por Pinto (2006), que desde 1999 vem desenvolvendo estudo sobre o turismo em AP, tendo como base territorial, as AP localizadas nos limites dos estados do Pará e Tocantins. Enquanto zona fronteira interna do Estado brasileiro, o tombamento e posterior criação do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas e da Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia consubstanciaram-se em *loci* privilegiados para reflexões críticas posteriores.

Assim, as pistas deixadas ao longo da dissertação de Mestrado intitulada: “Unidades de conservação, turismo e exclusão social no parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas”, revelam o espectro amplo que envolve o turismo. Entretanto, ressalta-se a priorização do componente social como condutor dessas reflexões sem, no entanto, deixar de questionarem-se as implicações econômicas inerentes à atividade turística. Desse modo,

⁴ Cita-se como exemplo o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como os do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Aquele atuando mais profundamente na pesquisa em turismo, a partir dos anos 1990; e este com estudos baseados, principalmente, nas Ciências Humanas desde os anos 1970. Na Pan-Amazônia os realizados pela Universidad Nacional de Colombia (UNAL), sede Amazonia, a partir dos anos 2000. E os da Universidad Nacional de Amazonía Peruana (UNAP), desde 1999.

privilegia-se outro prisma para os estudos de turismo, o qual requer um esforço de teorização que ultrapasse as noções do senso comum sobre a temática.

Trata-se de seguir as pistas deixadas por estudos de diversos teóricos e também pelo pesquisador, que contribuem para o avanço das pesquisas em turismo. Tal fato denota que a investigação a ser realizada flui em paralelo, mas não exatamente no mesmo sentido as já executadas. Nesse caso, o problema a ser investigado está inserido em área da porção territorial da floresta tropical úmida, na Amazônia ocidental, nas AP Terra Indígena (TI) Tukuna Umariçu⁵, em Tabatinga, Parque Nacional Natural (PNN) Amacayacu, em Letícia e na Reserva Nacional (RN) Pacaya Samiria, em Iquitos, ou seja, na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, respectivamente.

Estas AP foram escolhidas, não apenas por estarem localizadas no espaço transfronteiriço da Pan-Amazônia; mas também por observações iniciais que dizem respeito à participação, no ano de 2008, em seminário internacional nessa área⁶. Precisamente, este foi denominado “Turismo en la Amazônia: entre el desarrollo convencional y las alternativas ambientales amigables”, tendo sido organizado pela Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia, localizada na cidade de Letícia.

Na oportunidade, teve-se condição de debater com pesquisadores de países diversos presentes como Peru, Bolívia, Equador etc.. Questões as mais variadas foram então definidas e discutidas acerca do desenvolvimento do turismo em países fronteiriços e não fronteiriços. Então e recentemente, pôde-se perceber que persistem problemas comuns aos países no tocante ao processo de desenvolvimento do turismo.

Pôde-se observar também que alguns processos de gestão em AP na Colômbia e no Peru inserem, principalmente nas com planos de manejo elaborados, a participação comunitária na gestão local. Entretanto, ao mesmo tempo, convivem com políticas públicas de Estado que concedem o gerenciamento das estruturas de apoio turístico⁷ a empresários particulares. Essas variáveis, por certo conflituosas, indicam um problema cuja evidência corrobora com a ideia de que a tríplice fronteira é um espaço territorial contraditório em suas relações mais variadas.

⁵ Refere-se ao nome grafado no Decreto s/n, de 11 de dezembro de 1998, que homologou a demarcação administrativa dessa TI.

⁶ O autor foi um dos dois convidados brasileiros a proferir palestra intitulada “As experiências de turismo na Amazônia Oriental: estado do Pará”, a qual foi publicada como artigo científico com o título de “O desenvolvimento e as experiências de turismo na Amazônia Oriental: estado do Pará”, no livro “Turismo en la Amazonia: entre el desarrollo convencional y las alternativas ambientales amigables”.

⁷ Também chamada de “[...] superestrutura turística, inclui instalações construídas basicamente para dar apoio à visitação e às atividades dos visitantes. Alguns exemplos básicos são aeroportos, [...] hotéis, motéis, restaurantes [...]” (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p. 247).

Porém, em que pese serem AP de categorias de manejo diferentes – TI, PNN e RN – possuem um aspecto em comum: são territórios habitados por grupos indígenas de etnias diversas, com destaque maior para os do grupo Tikuna⁸. Embora sem informações precisas sobre a sua quantidade, os Tikuna encontram-se espalhados pelos três países sendo que a concentração mais elevada está entre os que habitam o estado do Amazonas. Investigações realizadas por Oliveira, R. C. (1978) e Oliveira Filho, J. P. (1988) explicitam os impasses sofridos por essa população indígena ao longo do tempo, principalmente em sua relação com o Estado escravizador e usurpador de seu território.

Deste modo, pode-se apontar que, historicamente, na tríplice fronteira as políticas públicas são construídas para um controle deste espaço enquanto geopolítica. Tal construção ideológica vem no âmbito de noção de fronteira como órgão periférico do Estado (ANCEL, 1938; RATZEL, 1987). E sobressai-se desse pressuposto a condição geopolítica autoritária e limitada de fronteira enquanto segurança nacional, ou seja, fruto de projetos hegemônicos. Nesse sentido, as outras dimensões dos problemas inseridos nas áreas de fronteira enquanto ideia de forma-conteúdo (SANTOS, 1996), de relações humanas (MARTINS, 2009) não são levados em consideração, principalmente os de ordem biossociocultural.

No âmbito do aspecto territorial, o turismo tem se apropriado de determinadas faixas fronteiriças e imposto mudanças significativas na relação ser humano e natureza. Tal afirmativa indica que o turismo implica, enquanto atividade de deslocamento físico do ser humano, em impactos de ordens diversas, quer positivo, quer negativo, fazendo com que se prescindia de um planejamento com adoção de políticas públicas consolidadoras e mitigadoras desses impactos, respectivamente. Nesse aspecto, ressalta-se a inserção de segmentos novos do mercado turístico, cujo escopo é a introdução da premissa da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Assim, pode-se inferir que enquanto políticas públicas o turismo vem se projetando como uma das possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para essa região fronteiriça. A partir disto, o mercado do turismo tem se apresentado como estratégico para a organização das comunidades⁹ que habitam áreas fronteiriças e que tem nas AP a possibilidade de desenvolvimento de gestão local. Portanto, é de ressaltar-se que a

⁸ Nome do Povo: Ticuna. Família Linguística: Tikuna. Outros nomes e grafias: Tikuna, Tukuna, Magüta. No contexto deste estudo, adotou-se nesta tese o nome da família linguística, mesmo porque existe um debate de cunho político, ainda em curso, sobre a unificação da grafia nos três países fronteiriços (NABAROA LETURIA, 2011).

⁹ Note-se que a categoria ‘comunidade’ tem uma natureza polissêmica e, portanto, há de ser entendida de modo crítico; a respeito, ver Chauí (2008) e Simonian (2007), dentre outros autores.

problemática requer pesquisas sobre políticas públicas de turismo e a busca de suporte teórico-metodológico condizente à realidade observada.

No tocante às experiências de gestão local em AP, o desafio tem sido o de interpretar o saber e as práticas locais (GEERTZ, 1997; TEIXEIRA, 2001) e a sua inserção em políticas públicas setoriais. Este desafio vem sendo preconizado pelo segmento de mercado turístico denominado de Turismo de Base Local (TBC), em contraponto ao turismo de massa (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Entretanto, são vários os segmentos do chamado turismo de cunho alternativo que se enquadram nesse pressuposto como o ecoturismo, o turismo rural etc., cuja perspectiva teórica é o Turismo Sustentável (TS).

Como medida mitigadora dos impactos negativos o turismo busca na perspectiva teórica do DS, e em seu correlato o TS, os princípios e critérios a serem adotados enquanto políticas públicas. Ao redor do mundo os processos decorrentes dessa nova matriz de mercado têm utilizado como palco principal as AP. Enquanto atividade de manejo dessas AP, o turismo tem sido empregado para análises teóricas e modelos de práticas de gestão local sustentáveis.

Tal contexto condiciona a investigação na busca de parâmetros de semelhanças, diferenças e amalgamentos na elaboração e execução destas políticas públicas e dos processos desenvolvidos em AP dos três países que possibilitam tais analogias. Desta maneira é factível a percepção de que tais parâmetros são utilizados em consonância com o momento histórico e a ideologia subjacente ao Estado elaborador e executor dessas mesmas políticas públicas. De cuja centralidade emergem, também, os tópicos acerca da sustentabilidade em suas diferentes gradações – econômica, política, social, cultural, ambiental etc., e da fronteira como espaço de aplicação das políticas e de manutenção das diferenças biossoculturais.

É evidente que conflitos variados surgem desta relação, pelas questões mais diferentes, que vão desde a posse de terras e sua legalização; e até o desenvolvimento de atividades econômicas que se incorporem à condição local e o acesso às tecnologias novas em um mundo globalizado. No território constitutivo da tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, o turismo, como no mundo todo, é projetado como alternativa de desenvolvimento econômico e, em muitos casos, trabalhado como monocultura, o que por si só já demonstra um engano teórico e prático.

Neste sentido, esta tese vem preencher uma lacuna neste campo de conhecimento, uma vez que revela um problema antigo ainda sem solução, qual seja: o das políticas públicas de turismo implementadas e suas efetividades no campo teórico e prático; da gestão local enquanto instância de governança com a introdução de agentes sociais novos que estabelecem

diálogo com o poder central e as mudanças possíveis no cenário político-administrativo emergente dessa relação; a inserção do turismo como atividade econômica com possibilidades de gestão local; da fronteira como arena de conflitos e seu recrudescimento com a incorporação de medidas que tentam solucioná-los.

Pelo exposto, resume-se e encaminha-se o seguinte problema de pesquisa, o qual parte do pressuposto de que o turismo vem se estabelecendo como estratégia de desenvolvimento econômico em países os mais diversos. E que, no bioma Amazônia, tal atividade está vinculada à condição de conservação dos recursos naturais, principalmente quando da criação de AP como maneira de minimizar os impactos antrópicos negativos. Sabe-se que na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru convivem indígenas de etnias diferentes, mas principalmente do grupo Tikuna.

Todavia, sabe-se que as AP criadas no espaço transfronteiriço da Pan-Amazônia intentam, por intermédio de seus planos de manejo, se constituir em espaços de participação comunitária na gestão local. E que, ao mesmo tempo, convivem com políticas públicas de Estado que concedem o gerenciamento das estruturas de apoio turístico a empresários particulares. Esse modelo é, em alguma medida, inovador na relação que se estabelece entre os atores diversos e pretende mediar, de certo modo, conflitos históricos e, ainda, possibilitar condições de vida sustentáveis.

1.2 Reflexões para expor a afirmação central e os escopos da pesquisa

Ao partir-se do proposto como cenário investigativo, afirma-se que a hipótese central desta tese revela que as políticas públicas de turismo na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru estão a possibilitar estratégias de desenvolvimento biossocioeconômico. Isso a partir da inserção da participação comunitária na gestão local e ou da concessão do gerenciamento das estruturas de apoio turístico a empresários particulares em AP. Tais fatos evidenciam que os processos de gestão local podem se constituir em um paradoxo para a efetivação dessas políticas públicas.

Tal formulação segue as pistas percorridas por Bruyne et al. (1997, p. 30) sobre a compreensão do fato de que a prática científica “[...] não é redutível a uma sequência de operações, de procedimentos necessários e imutáveis, de protocolos codificáveis”. E de que o polo teórico “[...] guia a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos” (BRUYNE et

al., 1997, p. 35). E é a partir desse entendimento que se estabelecem os campos de pesquisa em Ciências Sociais, tendo-se em vista a dinâmica dos procedimentos de pesquisa.

Decorrente disto, torna-se necessário verificar, enquanto hipóteses secundárias, se: a) as AP criadas na tríplice fronteira possuem plano de manejo que possibilitem a participação comunitária, uma vez que é a partir da inserção de práticas de planejamento participativo que os comunitários podem influir na gestão dessas áreas com efetiva mudança para a sua sustentabilidade socioambiental. Em virtude desse contexto, os países potencializam as estratégias de inclusão tendo em vista que, b) tal condição é efeito de um planejamento integrado entre as diversas esferas governamentais do país em questão.

Nesse caso, o processo de globalização preconiza a inserção das empresas que investem em condições socioambientais, decorrentes do fato de que, c) existem políticas públicas de inserção e empresários particulares no gerenciamento das estruturas de apoio do setor turístico em AP que potencializam a inclusão comunitária. O Estado por meio dessas políticas públicas setoriais, estimula o fomento de atividades ambientalmente benéficas como a do turismo e, portanto, d) os habitantes dessas AP veem no desenvolvimento do turismo possibilidades efetivas de relação harmônica com a natureza e adoção de atitudes novas frente às questões de sustentabilidade biossocioculturais.

Em consonância com as hipóteses levantadas, o objetivo geral da investigação balizou-se pela premissa de que seria necessário analisar a influência das políticas públicas de turismo no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região fronteira do Brasil, Colômbia e Peru; e o mesmo pode ser dito quanto aos processos, presentes ou não, de inserção da participação comunitária na gestão local em AP como escopo para a sustentabilidade biossociocultural. Tal premissa foi tomada como a mais geral por implicar em investigações pormenorizadas nas AP localizadas na região fronteira e pelos aspectos de semelhanças e diferenças ali contidas, embora muitas vezes trabalhadas pelo Estado em condições culturalmente homogêneas uma vez que habitadas por povos indígenas.

Assim, os conflitos são tornados invisíveis pelo discurso homogeneizante de mercado e pelas instâncias de poder que filtram esses conflitos tornando-os episódicos e rarefeitos. E os efeitos destas estratégias de atuação provocaram o exame de supostos e pressupostos teórico-metodológicos que permitiram: (a) verificar a área de influência das políticas públicas de turismo na tríplice fronteira, haja vista que, nas cidades gêmeas de Tabatinga, no Brasil, e Leticia, na Colômbia, se tenta atuar de modo conjunto; e que, no Peru o controle estatal projeta ações mais isoladas.

A partir disto, (b) buscou-se descobrir de que maneira o turismo vem se desenvolvendo nessa região, quais eram os segmentos do mercado turístico priorizado e quais os tipos de atuação. Também nesse contexto, procurou-se (c) determinar quais as semelhanças e diferenças na gestão das AP na tríplice fronteira; e, (d) analisaram-se como as comunidades da área em questão estavam a influenciar as políticas públicas de turismo e a gestão local.

No âmbito destes escopos específicos, está o controle da investigação de maneira teórica e prática, consubstanciando processos de políticas públicas de turismo e de gestão local em AP. Envolve também categorias de análise que estão presentes no problema e que são elementos norteadores que conduzem o estudo nos parâmetros do objetivo geral auxiliando em sua resposta. O alcance na resolução do problema também implica um controle das metas a serem atingidas. Nesse caso, as comunidades que habitam o interior e/ou o entorno das AP.

Os objetivos propostos perpassam o condicionante da pesquisa normativa, pois se trata de identificar, também, os conflitos e as contradições que estão presentes no cotidiano das populações que habitam as AP pan-amazônicas. Tal fato redireciona a questão sobre o debate acerca da cientificidade das Ciências Sociais e, conseqüentemente, da pesquisa de caráter eminentemente social como já apontado por Minayo (2002). Nessa perspectiva, os resultados alcançados sempre estarão dependentes de novas investigações que consubstanciam as informações obtidas em perspectivas mais atualizadas consoante com a dinâmica do real.

1.3 A tríplice fronteira e os *loci* de investigação

As AP em estudo localizam-se na região da denominada tríplice fronteira¹⁰ do Brasil, com a Colômbia e o Peru, aonde se encontram segmentos urbanos fronteiriços; algumas destas cidades correspondem ao conceito de cidades gêmeas¹¹ como é o caso de Tabatinga, no Brasil e Leticia, na Colômbia. Esta parte mais ocidental da Amazônia vem sendo alvo de investigações a pelo menos quatro décadas com interesses diversos. De maneira geral pode-se

¹⁰ Uma tríplice fronteira é o lugar comum que une os limites territoriais e políticos de três países diferentes. As tríplices fronteiras da América do Sul são muitas. Só o Brasil possui nove tríplices fronteiras. A Colômbia tem três e o Peru quatro. A área também pode ser chamada de tripla fronteira, *tres fronteras*, fronteira tripartite ou trapézio amazônico, esta última mais utilizada no contexto do território colombiano.

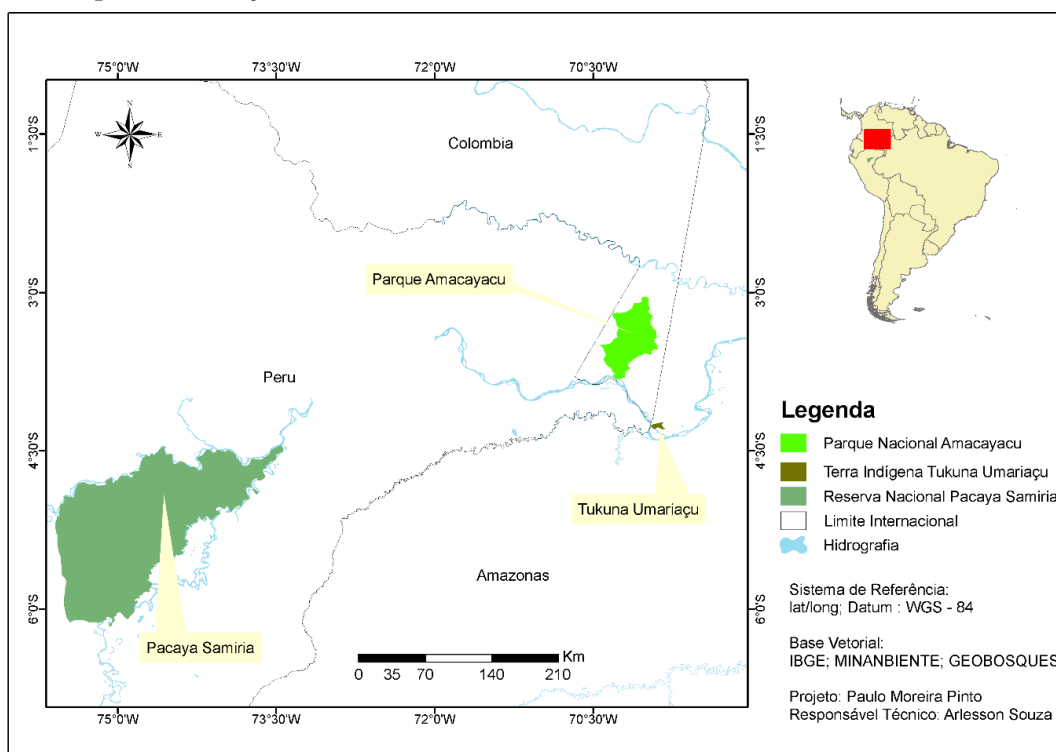
¹¹ É comum o aparecimento de núcleos urbanos simetricamente dispostos dos dois lados de um limite internacional em várias regiões do mundo, usualmente vinculado à posição privilegiada em relação às redes de comunicação. Dessa proximidade deriva intenso intercâmbio de pessoas, serviços, capitais e informação, mas de modo geralmente assimétrico, às vezes complementar, às vezes competitivo (HOUSE, 1980).

afirmar que vem sendo palco de intervenções de caráter distinto, as quais refletem de modo micro o macrocosmo das ações imputadas pelo desenvolvimento econômico globalizado.

A tríplice fronteira é uma área bastante militarizada com a presença ostensiva dos grupamentos nas cidades e no percurso dos rios que servem de limites naturais aos três países. As áreas enfileitadas estão presentes nas cidades de Tabatinga e Leticia ocupadas por bases militares com intuito de assegurar a Política de Defesa Nacional. A justificativa disso também se faz a partir do comércio ilegal das riquezas minerais, vegetais, animais, e do tráfico de drogas amplamente publicizados no sentido de cooptar a opinião pública.

Na fronteira pan-amazônica, os países esperam por marcos regulatórios vindos do governo central. Na maioria das vezes tais comandos espelham apenas a condição de posse das fronteiras pela segurança do território sem consequências no *modus vivendi e operandi* das populações que ali habitam ou transitam. Reflexo disso são as mudanças ocorridas na estrutura urbana e populacional das principais cidades fronteiriças¹² como Tabatinga, no Brasil; Leticia, na Colômbia; e Iquitos, no Peru que se transformaram em *loci* privilegiados de investigação científica a partir das AP implementadas, que podem ser visualizadas no mapa 1.

Mapa 1 - localização das AP em estudo



Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

¹² A posição geográfica das cidades em relação ao limite internacional permite distinguir as localizadas na linha de fronteira e na região de fronteira. O Brasil ratificou, através da Constituição de 1988, o polígono de 150 Km a partir do limite internacional como área de segurança nacional ou faixa de fronteira (MACHADO, 2007).

No Brasil, a TI Tukuna Umariçu, como descrita no Decreto s/n, de 11 de dezembro de 1998, conforme o anexo A, que homologa a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), encontra-se localizada no município de Tabatinga, estado do Amazonas, com área oficial de 4.854 hectares, em um perímetro aproximado de 38 Km, é integrada pelas aldeias Umariçu I e II e Cidade Nova. Nelas convive uma população estimada em 7.219 habitantes (ISA, 2015), da família linguística Tikuna e que se autodenominam de Magüta.

Esta autodenominação foi descrita pelo etnólogo Curt Unkel Nimuendajú (1883-1945), e diz respeito à origem mítica do povo Tikuna. Em conformidade com estudos de Cruz (2006, p. 4), esta origem mítica narra que:

[...] *Yo'i* e *Ipi* criaram o povo Tikuna. *Yo'i* usando isca de macaxeira pescou no igarapé Évaré, peixes que se transformaram em gente ao serem retirados da água, conseguindo desta maneira, formar o povo Magüta, que quer dizer “povo pescado do rio”, dos quais descendem os Tikuna. *Ipi* também pescou muita gente, só que não era povo Magüta [...].

Portanto, de acordo com Oliveira Filho, J. P. (1988, p. 146) “Magüta é a primeira geração de homens pescados por *Yoi* e *Ipi* [...]”. Através desse mito de criação do mundo pode-se compreender o processo de luta dos Tikuna para reconhecimento de seu território não só como fonte de subsistência, mas também como local sagrado onde habitam os criadores do povo Magüta.

Os Tikuna se dispersaram por quase todo o território nacional. Tradicionalmente, entretanto, a maioria habita as terras do Alto Solimões, como bem registra Oliveira, R. C. (2002, p. 280):

[...] são originários do igarapé Ewaré, situado nas nascentes do Igarapé São Jerônimo (*Tonatü*), tributário da margem esquerda do rio Solimões, no trecho entre Tabatinga e São Paulo de Olivença. Ainda hoje é essa área de mais forte concentração de Ticuna, onde estão localizadas 42 das 59 aldeias existentes.

Tal dispersão se deve ao contexto histórico de guerras travadas contra os inimigos de etnia Omagua, dos quais se refugiavam nos altos dos igarapés e afluentes da margem esquerda do rio Solimões. Houve deslocamento de Tikuna para o médio e baixo Solimões, entretanto, é no Alto Solimões que se pode encontrá-los (ISA, 2013), principalmente nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

Historicamente, a referência aos primeiros contatos com os Tikuna remonta a Cristobal de Acuña, em meados do século XVII. Entretanto, Umbarila (2003, p. 32) registra que “Antes del contacto con los europeos, los Ticuna vivían en tierra firme al norte del

Amazonas, separados de sus orillas por la tribu enemiga de los Omaguas, al parecer mucho más poderosa que la suya”. Nimuendajú, em sua viagem ao Alto Solimões em 1929, também se refere aos Tikuna como inimigos dos Omagua¹³ e a sua dispersão pelos igarapés e pelos afluentes da margem esquerda do Solimões. Situação que irá perdurar até o século XVIII com o quase extermínio dos Omagua¹⁴ em decorrência da guerra entre portugueses e espanhóis pela hegemonia da região do Solimões.

Ao ocupar o território deixado pelos Omagua, os Tikuna passam a ter contato com a população branca, e no século XIX entram para o comércio da exploração da borracha. O acirramento desse contato é possibilitado pelo Estado em sua política de ocupação da Amazônia, causando vários impactos nos costumes e tradições dos indígenas. Essas mudanças também são proporcionadas pela inserção das missões católicas com a fundação da Prefeitura Apostólica do Alto Solimões pelos padres capuchinhos italianos.

As instituições do Estado proporcionam a superexploração da mão de obra indígena fazendo desaparecer um grande contingente, que foram escravizados e tiveram seus territórios usurpados pela organização produtiva imposta. Para o controle dessas políticas, o Estado cria em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN); e, posteriormente, em 1918, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Entretanto, é apenas a partir do ano de 1942 que o SPI se firma na região ao implantar seu posto administrativo, o que, de acordo com Oliveira Filho, J. P. (1988), acirra ainda mais a condição tutelar do Estado sobre os indígenas.

A atividade do turismo tem sido incentivada pelas instituições do governo do estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), e algumas destas ações são apoiadas pela Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Tikuna (FOCCITTI). A maioria das ações são centradas nas questões de qualificação de mão de obra para o turismo com parceria do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). Registre-se que essas ações têm acontecido na Região Metropolitana de Manaus (RMM), com a participação de populações Tikuna localizadas as suas proximidades, como a de São Francisco do Patuá.

¹³ “Numerosa e dilatada tribu indigena que o mappa do Padre Fritz assignala à margem superior do Amazonas, na secção que este corre, com inflexões variadas, entre os Rios Napo e Japurá” (GARCIA, [18--], nota III). “Foi outrora uma nação poderosa e forte. O paiz dos Omaguas era uma das regiões em que a tradição situava o incerto e famoso El Dorado, sonho constante dos que vinham á conquista da América” (FRITZ, [18--], p. 375).

¹⁴ “Para reforçar a familia Omagua singularmente dizimada pela epidemia, os portugueses pretenderam lhe associar os Cocamas, seus antigos aliados, os Jurimaguas, os Ticunas e os Maiorunas, que eram seus inimigos de longa data; mas, apesar da fusão apparente com estes elementos, os Omaguas só mixturaram seu sangue com o dos primeiros e com os dos portugueses” (FRITZ, [18--], p. 376).

Ressalte-se que essas notícias têm sido vinculadas pelo sistema de comunicação oficial do governo do Amazonas, reforçando que a atividade turística vem sendo projetada como maneira de inserção da mão de obra indígena em setores produtivos. Replicando o que é planejado pelo governo central desde meados dos anos de 1990 como os Programas de Turismo e o de Ecoturismo em Terras Indígenas. Com esse intuito, e de acordo com os canais oficiais, está em fase de construção e elaboração o projeto de ecoturismo para os Tikuna residentes em Tabatinga.

Na Colômbia, o PNN Amacayacu foi criado por força do Acordo n. 40, de 30 de setembro de 1975 e aprovado pela Resolução Executiva n. 0283, de 27 de outubro de 1975, como observado no anexo B. Está situado em área da jurisdição dos municípios de Leticia (ao sul e leste), Puerto Nariño (a oeste) e o corregimiento departamental de Tarapacá (ao norte). Localiza-se no setor meridional do trapézio amazônico, entre os rios Amazonas ao sul e Cotuhé ao norte; a oeste com o rio Amacayacu e as quebradas Cabimas e Pamaté; a leste com a quebrada de Lorena, o caño Murcia, rio Purité e a quebrada Matamatá.

A história do parque tem início com a demarcação dos 170.000 hectares da Reserva Forestal de la Amazonia que em 1987, pelo Acordo n. 0092, de 15 de dezembro de 1987, aprovado pela Resolução Executiva n. 0092, de 11 de fevereiro de 1988, teve redefinida sua área para os 293.500 hectares atuais. A gestão é realizada pelo Sistema de Parques Nacionales Naturales (SPNN), criado pelo Decreto n. 622 de 1977. Porém, com a aprovação da Lei n. 99 de 1993, a administração das áreas passa a ser competência da Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales (UAESPNN)¹⁵, órgão do Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial (MINAMBIENTE).

Os objetivos traçados para o SPNN, em consonância com o Artigo 3º do Decreto n. 622/77, são os seguintes:

[...] reglamentar en forma técnica su manejo, reservar las áreas sobresalientes y representativas del patrimonio natural del país, conservar bancos genéticos naturales, investigar los valores del recursos naturales, perpetuar en estado natural muestras representativas de comunidades bióticas al igual que las especies de la vida silvestre, mantener la diversidad biológica y el equilibrio ecológico mediante la conservación y protección de áreas naturales, incrementar el bienestar de los habitantes del país y utilizar los recursos en esas áreas con fines educativos.

Com esse intuito foi elaborado o Plano de Manejo para o PNN Amacayacu que já tem registrado 468 espécies de aves, onze de garças, 150 de mamíferos aquáticos entre esses o Peixe Boi (*Trichechus inunguis*) também chamado de “manati” do Amazonas ou “vaca

¹⁵ De acordo com o Decreto n. 3.572/2011, a entidade está encarregada da administração e manejo do SPNN e da coordenação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP).

marina”, o “Bufe” ou “Tonina” (*Inia geoffrensis*) e Tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) o golfinho de rio (GOVERNO DA COLÔMBIA, [2004] 2013). Diga-se que o Plano de Manejo busca envolver as comunidades indígenas que somam, aproximadamente, 14 comunidades na área de entorno e duas comunidades Tikuna no interior do Parque a de Palmeras, no rio Amazonas, e a de San Martín de Amacayacu, no rio Amacayacu.

Na Colômbia existem atualmente 56 AP¹⁶. Destas, 23 estão desenvolvendo atividades de turismo através do segmento ecoturístico¹⁷. Seis comunidades implantaram serviços de hospedagem, alimentação, interpretação e de guias sob a égide do ecoturismo comunitário. Cinco estão trabalhando sob um sistema de concessão de serviços ecoturísticos. E em 12, os serviços de ecoturismo estão sob a coordenação da UAESPNN.

Dos cinco parques que estão desenvolvendo serviços de concessão ecoturística estão os PNN Amacayacu, Tayrona, Los Nevados, Gorgona e a Via Parque Isla Salamanca. Tal maneira de gestão está de acordo com o Programa de Ecoturismo Comunitário elaborado pela UAESPNN a partir do que foi traçado no documento “Lineamientos de Ecoturismo Comunitario en Colombia”. Tais diretrizes têm como objetivo “[...] orientar a organizaciones comunitarias, autoridades locales, regionales y nacionales en el establecimiento de iniciativas ecoturísticas con activa participación comunitaria”.

Para o PNN Amacayacu foi firmado o Contrato de Conceción n. 001, de 1 de julho de 2005, entre a UAESPNN, o MINAMBIENTE, e a Unión Temporal Conceción Amacayacu. Desse consórcio fazem parte as agências de turismo Aviatur S.A (35%) e Cielos Abiertos Ltda. (15%), e a rede de hotéis Decameron Colombia S.A (50%). Esse consórcio visa à exploração dos serviços de alojamento, ingressos, alimentos e bebidas, salão de conferências, transporte, trilhas etc. O prazo de término do contrato estava estimado para 1 de julho de 2015.

No Peru, a RN Pacaya Samiria foi criada pelo Decreto Supremo n. 016-82-AG, de 4 de fevereiro de 1982, constante do anexo C, estendendo-se por área de 2.080.000 hectares do Departamento de Loreto, compreendendo parte das províncias de Alto Amazonas, Ucayali, Loreto e Requena e seus respectivos distritos. Em consonância com o Plan Maestro 2009-2013 verifica-se que a sua história inicia pela proteção do Pirarucu (*Arapaima gigas*), como se

¹⁶ São 41 Parques Nacionales Naturales; 11 Santuarios de Fauna y Flora; 2 Reservas Nacionales Naturales; 1 Área Natural Única; 1 Via Parque.

¹⁷ Trata-se de um termo polissêmico, porém de acordo com o conceito de Ceballos-Lascuráin (1999) é a viagem para áreas naturais relativamente pouco alteradas ou não contaminadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem, a flora e a fauna, assim como as manifestações culturais (passadas e presentes) características dessas áreas.

deprende de documento do Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SINANPE, 2009, p. 7):

Se estableció originalmente como Zona Reservada, en la cuenca del río Pacaya, en el año de 1940, con el fin de proteger el Paiche (*Arapaima gigas*), el pez de agua dulce más grande del mundo. Actualmente protege la totalidad de la cuenca de los ríos Pacaya y Samiria. La Reserva Nacional Pacaya Samiria protege la mayor extensión de bosque inundable en la Amazonía peruana y ofrece una riqueza de recursos a la población humana presente en el área. El estilo de vida de la mayor parte de sus habitantes es de subsistencia, dependiendo su calidad de vida, de la conservación de los recursos naturales que los rodean.

Dessa feita, vê-se que o processo de planejamento já é bastante utilizado, e já vem acontecendo desde o ano de 1986, quando, em conformidade com o documento oficial já estabelecia a participação integrada da população. Além disso, contava-se com apoio técnico e financeiro de diversas entidades internacionais como o *World Wilde Fund* (WWF), *The Nature Conservancy* (TNC), entre outras. Sendo que o Plan Maestro aprovado no ano de 2000 foi revisto com base em estratégias do planejamento participativo.

Seguindo as diretrizes do Plan Maestro aprovado em 2000 foi elaborado o “Plan de Uso Turístico y Recreativo de la Reserva Nacional Pacaya Samiria” no ano de 2002, que realiza o diagnóstico sobre as possibilidades de desenvolvimento do turismo. O plano tem uma vigência de cinco anos e em seu detalhamento abre-se a possibilidade da concessão de uso a particulares para exploração de atividades turísticas. É nesse sentido que segue o documento “Oportunidades para el Turismo en la Reserva Nacional Pacaya Samiria” que também faz uma avaliação dos diferentes circuitos turísticos desenvolvidos na RN Pacaya Samiria.

As atividades turísticas estão relacionadas aos segmentos do turismo de aventura, fluvial, especializado e recreativo, e, para tanto, foram determinadas as respectivas zonificações. O sistema de concessão a particulares tem prazo de 20 anos de duração e de acordo com o plano, são cerca de 20 empresas que estão autorizadas a operar na RN Pacaya Samiria. De maneira geral, o descumprimento das regras, ou a atuação sem a respectiva autorização, recaem em processos judiciais, com as devidas sanções legais às empresas infratoras o que, segundo o plano, a participação nas instâncias de diálogo entre autoridades e empresas, como os momentos de reavaliação dos planos, pode ser facilitador.

Ainda em conformidade com o plano de uso turístico o envolvimento da população local se dá através do Comitê Gestor, como segue:

En la Reserva Nacional Pacaya Samiria se ha a los pobladores locales en las actividades de turismo y en la distribución de los beneficios obtenidos por esta actividad. A través de figuras como el Comité de Gestión, la conformación de grupos locales y las autorizaciones para realizar actividades menores se viene

alentando a las comunidades locales a valorar y proteger su patrimonio natural y cultural. (MONTEFERRI, 2007, p. 29).

Em virtude disso a RN Pacaya Samiria tem se configurado como experiência pioneira em processos de conservação com participação dos atores envolvidos e tem sido replicada para outras AP do SINANPE. Tal fato pode ser observado pelo crescimento do fluxo de visitantes que provocou a sua priorização na esfera pública e sua inserção no “Plan Estratégico Nacional de Turismo del Perú”, já que tem se destacado como uma das seis AP do país mais visitada.

Tal estado de coisa acarretou a revisão do “Plan de Uso Turístico” para o cenário de 2011 a 2016, também impulsionado pela sua crescente importância uma vez que a RN Pacaya Samiria foi reconhecida como uma das sete maravilhas da natureza da América Latina, como afirma o Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SERNANP, 2011, p. 8). Isso explica, em parte, o salto no fluxo de visitantes no período entre 2007 a 2010, o que tem gerado um envolvimento das instituições públicas, empresas particulares e das comunidades dos sete setores turísticos definidos no processo de zonificação. Atualmente existem 18 empresas envolvidas no sistema de concessões dos serviços turísticos; destas, sete são empresas do tipo comunal.

1.4 Sobre os Procedimentos e adequações metodológicas¹⁸

As relações que se produzem pelo desenvolvimento da atividade turística na fronteira pan-amazônica, enquanto objeto de estudo, envolve a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, a História, a Economia, entre outras ciências. Cada uma delas com uma visão específica sobre o tema, provocando um alargamento dos limites de aplicação do campo de estudo do turismo. Sendo assim, os conceitos de políticas públicas de turismo, gestão local, turismo sustentável e fronteira enquanto unidades de significações devem exprimir um processo de objetivação.

Tal processo refere-se, segundo Bruyne et al. (1977, p. 52), a “[...] representação do real percebido”, isto é, “[...] o conjunto dos métodos e das técnicas que elaboram o objeto do conhecimento ao qual se refere à investigação”. Turismo Sustentável e fronteira são conceitos polissêmicos, desta feita é necessário pesquisar as suas acepções distintas para a elaboração do objeto científico em seu processo de objetivação. Entretanto, a produção do objeto

¹⁸ Versão desta seção foi elaborada como artigo científico por Pinto; Simonian e Monteiro (2015) intitulado “El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas” e publicado na **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 24, p. 450-469, 2015.

científico está marcada pela utilização dos pressupostos teóricos que permitirão um avanço na reflexão sobre o mesmo. Desse modo, podem-se organizar e seguir pistas investigativas que possibilitem desvendar o problema, validá-lo ou refutá-lo.

Tal condição também permite uma reflexão crítica, por ser um estudo comparativo e pelas particularidades do problema em envolver uma tríplice fronteira e cidades gêmeas que apresentam conflitos de ordens diversas: econômica, social, cultural e ambiental. O método comparativo foi utilizado em consonância com afirmações de Schneider e Schmitt (1998, p. 49):

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir irregularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

Nesse caso, o método comparativo é utilizado para verificar as contradições que se encontram nas AP a serem comparadas também por oposição. Como bem demonstra Woortmann (2005, p. 98):

Não resta a menor dúvida que, ao se realizar a seleção/separação das unidades a serem comparadas já, concomitantemente, se está construindo as mesmas, mas por oposição. Ao tomar ou rejeitar unidades, está-se construindo o que será comparado e onde se dará a comparação, isto é, operando com o método comparativo. As unidades da comparação são aqui entendidas como o “locus” ou o espaço, em seu sentido amplo, onde acontecem, onde são observáveis os fenômenos a serem comparados ou, de outra maneira, onde se dá o que será comparado.

Isso é relevante porque a problemática está implicada também com as questões ambientais por via da criação de AP nos países fronteiriços, suscitando maneiras de gestão local e formulação de políticas públicas de turismo diferenciadas.

Com esta intenção realizaram-se estudos preliminares nos *loci* em questão, em uma aproximação gradual com as AP, no período de 30 de junho a 12 de julho de 2013, como maneira de checar os conhecimentos obtidos. Tal etapa denominada de *survey*¹⁹ foi realizada com vistas à busca de informações que corrigissem possíveis erros e servissem para ultrapassar as pré-noções. Por tratar-se de uma investigação de cunho comparativo, que prescinde de um quadro sistêmico de análise, a reunião desses dados compôs um banco de

¹⁹ Refere-se a uma das três finalidades descritas por Babbie (1999), quais sejam: descrição, explicação e exploração. Essa última funcionando como um mecanismo exploratório, aplicado em uma situação de investigação inicial de algum tema, buscando não deixar que elementos críticos deixem de ser identificados, apresentando novas possibilidades que podem posteriormente ser trabalhadas em um *survey* mais controlado.

informações oriundo de arquivos e de documentos públicos e particulares, e também de subsídios provenientes da rede mundial de computadores.

Neste caso, observou-se o que Oliveira Filho, J. J. (1976, p. 264) descreveu como “[...] preocupação filosófica interna às ciências sociais [...]”, que decorre da preocupação com o avanço dos temas investigados na chamada “metaciência social”. Ainda de acordo com Oliveira Filho, J. J. (1976, p. 264), isso resulta de tentativas de “[...] elaborar programas de investigação abrangentes que permitam subprogramas de trabalho que têm sido denominados diferentemente de ‘metateoria’, ‘modelos epistemológicos’, ‘metassociologia’, ‘metapolítica’”. Nesse caso, o ato de conhecer liga-se às estratégias de junção de disciplinas a partir de um eixo comum que permita a reconstrução metodológica.

Nesta crítica reflexiva tem-se uma proposta de reconstrução metodológica, cujo sentido aponta para a elaboração de estratégias no interior das disciplinas científicas por meio dos procedimentos de produção de conhecimento (OLIVEIRA FILHO, J. J., 1976). Isto diz respeito ao objeto, ao método e à finalidade de cada disciplina, ao estágio da história da ciência²⁰, que se apresenta como produto e processo, e da interação do sujeito e do objeto. Desse modo, as leituras possíveis – estrutural ou sincrônica; genética ou diacrônica – levam a duas condições da atividade do cientista social, a saber: ontológica e linguística.

Desta feita, Oliveira Filho, J. J. (1976, p. 268) afirma que:

A razão que se exerce na atividade científica ocorre numa interação entre níveis de conhecimento científico: *universo de pesquisa*, *sistema tecnológico* (métodos, e técnicas de pesquisa), *sistema teórico* (hipóteses, conceitos, esquemas conceituais e teorias) e *metateórico* (fundamentos lógicos, epistemológicos e ontológicos da ciência social).

É a partir deste “instrumental de época” que se realizou a reconstrução metodológica da tese, salientando que a mesma há de pressupor coerência interna e adequação ao processo investigativo. Assim, reforça-se também a dificuldade de reconstrução das metodologias uma vez que nem sempre estarão explícitas, podendo ficar implícitas nessa instância, quando parcialmente reconstruídas.

O que Oliveira Filho, J. J. (1976, p. 272) chama de “[...] fundamento da reconstrução metodológica [...]” é o instrumental lógico, epistemológico e ontológico que se estrutura em esquema-base. Nesse sentido, os recursos lógicos estão ligados à estrutura de argumentação,

²⁰ No caso da investigação em turismo no Brasil, Leal (2011, p. 145) afirma que o “[...] fortalecimento das bases de conhecimento é perceptível através da profundidade dos livros e artigos publicados”, da criação dos cursos *stricto sensu* e dos grupos de pesquisa, bem como do fortalecimento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR) que estimula as parcerias através da inserção de pesquisadores brasileiros na comunidade acadêmica internacional.

ou seja, a lógica formal onde essência é igual à aparência. Por sua vez, a lógica dialética é confrontante com a formal, ou seja, onde essência nem sempre é igual à aparência, ela é mediada e, portanto, nem sempre corresponde à realidade empírica.

Para Marx (1988), a precedência da lógica dialética está contida em seu conteúdo material, ou seja, na economia e na infraestrutura, isto é, a história é resultado da ação concreta do ser humano e lhe é imanente, e as conquistas derivam das lutas travadas. Nesse caso, o processo de conhecimento é resultado de uma construção efetivada pelo pensamento e seu sistema operativo, portanto acessível a vários desdobramentos o que requer estudos e pesquisas contínuos. Como representação mental do concreto o conhecimento não se dá *a priori*, mas sim a partir de movimentos contraditórios onde o racional e o real nem sempre significam a mesma coisa.

A lógica dialética, portanto, é adotada nesta tese por que pressupõe o movimento contraditório e histórico em um processo contínuo de aproximação com o objeto a ser investigado, em uma produção de conhecimento construído socialmente. A realidade a ser investigada na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, implica na construção de uma historiografia que revele os conflitos econômicos, sociais e culturais presentes naquela área fronteiriça. Assim como a análise das políticas públicas de turismo implementadas como fruto de confrontos de poder que se estabelecem entre aqueles que as elaboram, e aqueles depositários de tais políticas.

Tais premissas guiaram a elaboração de três roteiros de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, precipuamente para compreender se a atuação das instituições públicas e particulares de turismo é relevante do ponto de vista da inserção comunitária nas políticas públicas efetivadas para as AP, como observado no apêndice A. Também para analisar a atuação das empresas particulares ligadas diretamente ao turismo, principalmente os hotéis e as agências, quanto ao desenvolvimento da política de concessão do gerenciamento da infraestrutura de apoio turístico, constante do apêndice B. E, por fim, para saber a visão dos residentes nas comunidades sobre a participação na gestão das AP e os impactos decorrentes da adoção da atividade turística, contido no apêndice C.

Nesta perspectiva, a compreensão das relações que se estabelecem entre o poder central e as áreas periféricas indicam uma linha de raciocínio não linear que é próprio do movimento contraditório da história. Desta maneira, é possível realizar também uma reflexão crítica acerca da criação de AP e a provável adoção de modelos diferenciados de gestão local nessa faixa de fronteira. Nesse caso, pode-se perceber que a lógica dialética, utilizada na

investigação turística, serve para expor as contradições do real com o objetivo de orientar às comunidades nas práticas cotidianas.

Santos Filho (2009) defende a pluralidade epistemológica no estudo do turismo, pois acredita que o mesmo não pode ficar restrito ao monopólio explicativo de uma única linha de conhecimento. Entretanto, chama a atenção de que tal tarefa demanda domínio e compreensão das mesmas, bem como das diferenças entre elas. E, ainda, que da possibilidade criativa de sua utilização poderá surgir um conhecimento novo, aproximando-se, portanto, do conhecimento interdisciplinar.

Quanto aos recursos ontológicos pode-se inferir que estão ligados ao fato da pressuposição da existência dos objetos concretos, de uma realidade concreta (OLIVEIRA FILHO, J. J, 1976). Nesse caso, a condição linguística atribui certa objetividade a partir da construção de um sistema teórico, que se materializa, ou tenta, o mais próximo da realidade objetiva, em conformidade com o que foi exposto até há pouco e tendo como referência a articulação dos recursos lógicos e epistemológicos.

A proposta de reconstrução metodológica para a disciplina turismo é tarefa bastante instigante, pois é uma área de estudo relativamente jovem e perseguida por certa deficiência e indefinição em termos conceituais (PINTO; SIMONIAN; MONTEIRO, 2015). Entretanto, conforme Cooper et al. (2007, p. 34), “[...] o turismo, por si só, justificaria uma temática e um setor específico, mas seria necessário que houvesse uma abordagem disciplinar que ajudasse a reduzir possíveis fontes de confusão [...]”. Isto porque a problemática do turismo inclui setores econômicos e disciplinas acadêmicas diversas.

Consequentemente, o turismo é experiência e acontece no momento que se constrói esse ser turista (PANOSSO NETTO, 2005). Nessa direção, é pessoa real e presente, mas orientada, voltada e projetada ao futuro (ROZISCA; LEONHARDT, 2008). Assim, pode-se pensar em uma ontologia do ser social baseada nas contradições, nas oposições de classe, na totalidade concreta, na procura de leis gerais e enquanto dialética, entre sujeito e objeto.

O levantamento de material histórico indica uma implicação com o objeto de estudo que necessita ser observado de acordo com os pressupostos teóricos adotados. No entendimento de Fenelon (1994), é com a introdução do materialismo histórico que se inicia um debate acerca dos supostos teóricos na produção historiográfica, apontando para uma produção de conhecimento construída socialmente. Para Fenelon (1994, p. 124) “[...] toda a produção do conhecimento é fruto de um contexto social e, como tal, carrega supostos, pressupostos”. Portanto a investigação é marcada pelo envolvimento entre o sujeito e o objeto de pesquisa em uma construção dialética que permeou essa tese.

Deste modo, pode-se elaborar um quadro de referência que leve em consideração o que Bruyne et al. (1977) chamam a atenção quanto ao estágio embrionário das ciências sociais no desenvolvimento das suas teorias científicas. Indicando a competição entre as grandes teorias e as teorias parciais (BRUYNE et al., 1997, p. 108) e a sua implicação entre os contextos da prova e da descoberta. Trata-se, na prática, daquilo para que Bachelard (1996) chamava a atenção, sobre o fazer científico que busca a reflexão sobre seu estudo como ferramenta filosófica aproximando-se de um filósofo cientista, condição que também será corroborada por Bourdieu (2003).

Como já assinalado, o problema proposto está imbricado nas questões que envolvem as políticas públicas de turismo, a gestão local e a sustentabilidade biossociocultural através da criação de AP, necessitando de uma epistemologia múltipla. Nesse caso, o tratamento dessas problemáticas requerem pressupostos de campos do conhecimento os mais distintos. Esse entendimento encontra-se de acordo com o afirmado por Dencker (2003), para quem o turismo é um núcleo no qual se entrelaçam disciplinas diversas, o que permite estabelecer um corpo de conhecimentos interdisciplinares.

A interdisciplinaridade vem sendo utilizada como abordagem metodológica por intelectuais de ciências díspares. Segundo Guimarães (2002, p. 15), essa concepção coloca um ponto de divergência e não de convergência nos debates sobre a interdisciplinaridade, onde para alguns representa:

[...] um caminho para superar a dicotomização do conhecimento e a acentuada especialização, caracterizadores da Ciência Moderna, sendo que essa superação apenas é possível e fecunda a partir de um trabalho em equipe, onde se forma uma espécie de sujeito coletivo.

Enquanto para outros, o conhecimento interdisciplinar não está só no sujeito coletivo, mas também na condução da pesquisa individual.

Ainda em consonância com Guimarães (2002), apesar de a posição majoritária dos teóricos acenarem para a necessidade da equipe para aperfeiçoar as ações interdisciplinares, é razoável admitir que o pesquisador individualmente também possa pesquisar na perspectiva interdisciplinar. A circunscrição da pesquisa interdisciplinar requer posse de informações da área de especialização e áreas afins que devem ser consubstanciadas na prática da busca de documentação. Isso refletirá um método pessoal de estudo, como apontado por Severino (2002), onde existem três possibilidades de organização desse método: a documentação temática, a bibliográfica e a geral.

As informações orais são importantes fontes de conhecimento acerca da realidade estudada. A oralidade enquanto método investigativo é utilizado de acordo com o concebido, e como se pode depreender deste registro de Paraná (1996, p. 128):

O relato oral está, pois na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. [...] Mais tarde, a escrita, quando inventada, não foi mais do que uma nova cristalização do relato oral.

É com essa concepção que se realizou os registros fonográficos, a montagem dos roteiros de entrevistas semiestruturados e os registros fotográficos, para dar visibilidade aos diferentes momentos da pesquisa e do objeto analisado. Tal procedimento permitiu uma visão holística do problema investigado, haja vista a necessidade de se ultrapassar as barreiras surgidas no decorrer do processo.

Os registros fonográficos proporcionaram interpretações acerca do outro, sua vida e sua cultura, com vistas a uma etnografia que ressalte os não-ditos, ou seja, o que não foi explicitado. Tal fato é evidenciado por Cabral (2008, p. 65) que os denomina de “[...] processos de integração semântica não explícita [...]”, aos recursos comunicacionais cotidianos que são silenciados, ou não comunicados pelos indivíduos. Bourdieu (1997) corrobora com isto, de certa maneira, quando relata as condições de uma comunicação “não violenta” que deve fazer parte da relação que se estabelece entre entrevistador e entrevistado, a qual deve ser pautada pela não imposição e o de se posicionar no lugar do outro.

Quanto aos registros fotográficos é necessário enfatizar que contribuem para “[...] identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais” (SIMONIAN, 2006, p. 1). São importantes enquanto documentação e fundamental para o conhecimento científico como afirma Simonian (2006, p. 4): “De todo modo, as imagens em si têm intrinsecamente um poder cultural e histórico, em especial pelo que representam nos contextos culturais local, regional e mundial”. Diga-se que essa técnica já está consolidada no âmbito das pesquisas em ciências sociais, na antropologia visual.

Tais registros foram realizados durante os nove meses da pesquisa em campo – de fevereiro a outubro de 2014 –, distribuídos em três meses para cada uma das AP, seguindo o projeto de tese e o cronograma do Plano de Trabalho aprovado pelo PDSE, da CAPES. Posteriormente, fez-se necessário permanecer em campo por cerca de vinte dias no mês de novembro para coletar informações pendentes no município de Tabatinga. Isso possibilitou uma reflexividade reflexa que de acordo com Bourdieu (1997, p. 694) permite “[...] perceber e

controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza”. Tal fato é possível em estudos de campo mais prolongados no sentido da permanência nos *loci* e das possibilidades de interlocução maior com os sujeitos da pesquisa.

A partir das afirmações explicitadas por Malinowski (1978, 1975), os dados coletados em campo com base na pesquisa e na observação direta, permitem a análise e a elaboração de resultados cuja finalidade principal é a de compreensão e interpretação do “outro”. Tal fato remete ao esforço na congregação dos métodos relacionados aos conhecimentos disciplinares que identificaram os conflitos e tensões presentes na prática da atividade turística na tríplice fronteira. Bem como o estabelecimento das correlações existentes entre os sujeitos envolvidos, seus papéis, expectativas e atuações que compõem esse cenário.

Desta maneira, as técnicas de coletas de informações consistiram na realização de entrevistas realizadas a partir dos roteiros de entrevistas semiestruturadas previamente elaborados e que foram aplicados às seguintes categorias de sujeitos: 1) instituições públicas e particulares de fomento, de ensino e pesquisa na área de turismo e ambiental; 2) os empreendedores de turismo, principalmente hoteleiros e agentes de viagem; 3) os residentes nas comunidades e/ou seus representantes nas organizações socialmente reconhecidas das AP.

Estas três categorias foram escolhidas pelo grau de importância e de inserção nas decisões acerca das políticas públicas de turismo a partir de estudos em fontes bibliográficas e documentais. Importa ressaltar, que as informações obtidas através da rede mundial de computadores subsidiaram a aproximação com o campo de investigação e facilitaram a aproximação com os *loci* de pesquisa. Tal facilidade pôde ser comprovada durante o período de *survey* quando da confirmação de muitas dessas informações e da atualização de outras, que consubstanciaram a qualificação do estudo.

Há que se registrar que a busca dos sujeitos da pesquisa nas instituições públicas não se centrou no grau hierárquico ocupado no interior das instituições, mas sim na observação de sua atitude prática no exercício da atividade laboral. Para os empreendedores de turismo a escolha baseou-se no tempo de atividade da empresa e o tamanho do projeto se de pequeno, médio ou grande porte. Isso para montar o contexto mais geral sobre a atividade turística nos centros decisórios e o nível de integração intra e interinstitucional para o enfrentamento das questões decorrentes.

Para os residentes das comunidades do interior ou entorno das AP a abordagem revestiu-se de critério maior por prescindirem de autorização das instituições responsáveis ou dos representantes nomeados pelos indígenas. Nesse caso, as aproximações gradativas com os servidores técnicos foram importantes para entender o *modus operandi* das instituições e para

montar a rede pessoal de acesso às comunidades. Enfatize-se que o tempo de permanência prolongado nas cidades dos centros de decisão – Leticia, Tabatinga e Iquitos – facilitou a montagem da rede pessoal. Deve-se ressaltar o peso maior dado aos sujeitos comunitários, uma vez que é para estes que se voltam os esforços investigativos da tese.

No âmbito das instituições é importante salientar a presença ou não destas, por existirem diferenças no tocante às unidades político-administrativas dos países, a saber: o município de Tabatinga, no Brasil; a capital departamental Leticia, na Colômbia; e a maior cidade da Amazônia peruana, Iquitos. Outro fator diz respeito à área territorial ocupada por cada uma das AP, ou seja, as condicionantes relativas ao tempo de pesquisa foram sendo adaptadas, e alteradas, a partir das experiências *in loco* do pesquisador. Tal fato foi facilitado pela escolha do roteiro de entrevista semiestruturado, uma vez que serve para coletar informações básicas (MANZINI, 2003) e como meio para que o pesquisador se organize para o processo de interação com os sujeitos da pesquisa.

Enfatize-se, ainda, que o roteiro de entrevista semiestruturado apoia-se em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). E que, portanto fazem emergir informações de maneira mais livre (MANZINI, 1991), ou seja, as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Para tanto, o estudo apoia-se na abordagem qualitativa que segundo Cesar (2006, p. 2) “[...] tem sido frequentemente utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos [...]”. Neste contexto, a utilização de metodologias qualitativas está em conformidade com Chizzotti (2003, p. 221), quando afirma que: “A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, [...] adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre [...]”. Para Denzin e Lincoln (2006, p. 15) “A pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação”, nesse sentido envolve uma variedade de materiais empíricos utilizados nesse estudo.

Como já citado, o método comparativo foi utilizado para verificar as diferenciações em termos de gestão local das AP, mas também para verificar como os sujeitos e as suas instituições estabelecem relações de poder e se movem nos determinados *loci* de pesquisa. Como fruto de decisões políticas e ideológicas, a adoção da atividade turística como estratégia econômica, passa por resoluções que nem sempre é um consenso coletivo, ou refletem um anseio comunitário, enquanto bem comum. Assim, investigar as instâncias de poder e os conflitos gerados pelas suas atuações poderá indicar como essas resoluções foram positivas ou negativas para os sujeitos e grupos que se movimentam na zona fronteira.

Martins (2004, p. 289) explica que no contexto das chamadas metodologias qualitativas estão a “[...] análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizado pela heterodoxia no momento da análise”. Dessa maneira, pode-se inferir que a pesquisa de campo torna-se qualidade *sine qua non* para identificar e analisar esses microprocessos e as suas contradições, frutos dos diversos níveis da dinâmica sociocultural. Ressalte-se que a importância da pesquisa de campo reside no fato de que a atividade turística constitui-se em deslocamento territorial e que tal fato possibilita que as relações só se estabeleçam a partir da chegada do visitante ao local.

Denzin e Lincoln (2006, p. 23) enfatizam que “Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, e as limitações situacionais que influenciam a investigação”. Assim, buscar compreender como se processam os *modus vivendi* e *operandi* das populações locais é parte de um sistema de observação que precisa ser feito diretamente com os sujeitos da pesquisa. Em todos os casos foram combinadas técnicas de coletas de dados tais como: observação direta, roteiro de entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e fonográficos.

No território colombiano foram feitas aproximações com a direção da UAESPNN, que administra o PNN Amacayacu, com o intuito de formalizar o pedido de autorização para entrada nas comunidades indígenas. Entretanto, como o parque se encontrava fechado à visitação pública teve-se que estabelecer outra estratégia solicitando-se autorização formal ao Curaca da comunidade de San Martín de Amacayacu, constante do apêndice D. Após ser concedida a autorização e a, conseqüente, convocação dos indígenas foi possível realizar entrevistas com dez residentes de San Martín de Amacayacu, no período de 17 a 18 de maio de 2014.

A mesma formalização foi exigida para as entrevistas nas comunidades do interior da RN Pacaya Samiria, porém o pedido foi feito a Jefatura de la RN Pacaya Samiria, do SERNANP, em Iquitos, como observado no apêndice E. As entrevistas nas comunidades de 20 de Enero, Yarina, Buenos Aires e Santo Domingo foram realizadas no período de 26 a 28 de setembro de 2014, após a emissão da Autorización n. 066-2014-SERNANP-RNPS-J, visualizada no anexo D. Ressalte-se que pela grande extensão da RN Pacaya Samiria somente foi possível entrevistar dezessete residentes das comunidades do circuito Yanayacu Pucate.

Para as entrevistas na TI Tukuna Umariáçu realizaram-se aproximações com a Coordenação Regional (CR) da FUNAI em Tabatinga, com vistas à autorização. No entanto foi exigido que se fizesse a solicitação via Presidência dessa instituição em Brasília o que foi

realizado em julho de 2014, constante do apêndice F. A FUNAI condicionou a autorização da instituição ao parecer do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). O parecer do CNPq é favorável à realização da pesquisa, no entanto, até o presente momento, não se obteve o parecer da CONEP.

Explique-se que não tendo recebido resposta ao solicitado recorreu-se a outras estratégias como a de aproximação com os líderes das organizações indígenas – Caciques – presentes na TI Umariçu. A partir desta estratégia pôde-se receber autorização formal do Presidente da Associação dos Artesãos e Cultura do Umariçu (ÉWARE-ACIU), como visualizada no anexo E. Dessa maneira e por iniciativa do Presidente da ÉWARE-ACIU foi convocada reunião de caráter coletivo, realizada em 15 de novembro de 2014, com cerca de 20 residentes.

O fato de não se ter a autorização formal da FUNAI implicou em ajustes na redação da tese como a de utilização de nomes fictícios para os sujeitos da pesquisa na TI Tukuna Umariçu. Importa ressaltar que do ponto de vista legal é a Instrução Normativa n. 01/PRESI, de 29 de novembro de 1995, e a Portaria n. 177/PRES, de 16 de fevereiro de 2006, que disciplinam o ingresso em TI com finalidade de pesquisa científica. Recentemente, com o advento da Instrução Normativa n. 03/2015, de 11 de junho de 2015, da FUNAI, é que estão em discussão as normas e diretrizes para a visitação com fins turísticos em TI.

Em virtude disto, Martins (2004) enfatiza a importância das questões éticas ligadas à pesquisa qualitativa devido à proximidade entre pesquisador e pesquisado refere-se, “[...] particularmente, às possíveis consequências para a vida das pessoas, grupos e culturas da presença (e da intromissão) de indivíduos portadores de saber, estilo de vida e cultura diferentes” (MARTINS, 2004, p. 295). Tal fato remete a uma relação ideológica e política do investigador e o seu campo de pesquisa, refletindo o que Bourdieu (2012) denominou de *habitus*. Entretanto, o pesquisador deve ultrapassar a polarização da pesquisa científica, a partir de sua influência interna e externa, procurando aumentar a autonomia e buscando a reflexividade.

Esta premissa enfoca a condição que se fez presente na investigação na tríplice fronteira, pois se trata de microcosmos que refletem uma condição ética, política e ideológica das instâncias do poder estabelecido. Neste caso, refletem também a cultura hegemônica do sistema político econômico global e as assimetrias com que são tratados determinados movimentos étnicos ali estabelecidos. Assim, a identificação dos movimentos sociais e a sua pauta de reivindicações serviu de fio condutor para identificar o tipo de luta travada e as

conquistas realizadas no campo do turismo, com vistas a perceber o nível de implicação das políticas públicas engendradas para o desenvolvimento dessa atividade.

Desta feita, pretende-se produzir um texto com rigor científico, e que não deixe de ser um retrato fidedigno do material colhido em campo e das expectativas dos sujeitos e grupos interessados, em consonância com o que preconizou Bourdieu (1997, p. 713) quando relata os riscos da escrita e a condição de objetivação do escritor/pesquisador que deve:

[...] transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto (que é também, ao mesmo em certa medida, um *alter ego*) e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele.

Tal postura leva em consideração que a responsabilidade sobre a pesquisa circunscrever-se ao ato de sua publicização e ao retorno ao território investigado como modo de socialização dos resultados da pesquisa e o acolhimento às críticas que podem advir dessa relação social.

Como maneira de sintetizar o exposto até aqui pode-se inferir, que do ponto de vista teórico e, de acordo com os estudos realizados por Jantsch (1970), para um estudo interdisciplinar é necessário que se encontre uma axiomática comum, ponto de vista ou objetivo comum, a um grupo de disciplinas conexas, mas que em seu nível hierárquico possuam uma coordenação superior. Para este estudo que implica as disciplinas turismo, antropologia, sociologia, geografia, ciência política, administração e ecologia/biologia, tal coordenação realizou-se na perspectiva do materialismo dialético. Isso em consonância com o que foi considerado nos fundamentos lógico, epistemológico e ontológico apresentados.

Quanto ao sistema de verificação, o método comparativo foi utilizado tendo em vista as realidades e as dinâmicas de espaço diferenciadas de sociedade, de cultura etc., que estão presentes nos *loci* de investigação. Porém, a partir do que foi elaborado enquanto processo investigativo tem-se um arcabouço que se pode adaptar ao processo de investigação do instrumental de época de Oliveira Filho, J. J. (1976). Isso porque a tese possui um sistema teórico, um sistema de verificação e um objeto real de investigação.

Quanto ao sistema teórico e do ponto de vista dos conceitos utilizados foram abordados a partir de estudos e pesquisas de autores nacionais, amazônicos e internacionais. No tocante às políticas públicas, muito se têm produzido neste campo, principalmente na produção científica em Ciência Política e Sociologia. De uma maneira ou outra, tais estudos estão ligados ao conceito de Estado e à atuação deste enquanto formulador de políticas.

Turismo é o elemento balizador da pesquisa, uma vez que é sobre este fenômeno que a tese se faz. Neste sentido, embora já se tenha uma produção em âmbito nacional, os autores ditos clássicos escreveram em idioma estrangeiro, principalmente em inglês. Portanto, os

conceitos consagrados na literatura são oriundos de países anglofonos e, em sua maioria, desenvolvidos para explicar o fenômeno turístico a partir de uma abordagem específica. Nesse caso, têm-se conceitos de turismo para fins variados, por exemplo: econômico, estatístico, social etc.

Desta maneira, procedeu-se a uma escolha entre as abordagens o mais próximo possível do que se propôs pesquisar, tendo em vista que os conceitos são formulados por cientistas em seu processo de pesquisa e trazem uma leitura que lhes é própria. Neste sentido, os conceitos estão eivados do processo ideológico de seu autor e da escola filosófica da qual se aproxima, a exemplo do funcionalismo, do estruturalismo etc. Essas precisam ser demarcadas, ou manejadas, da melhor maneira pelo pesquisador, principalmente no âmbito da pesquisa interdisciplinar.

Como o turismo se faz no âmbito de um território específico, a noção de território amazônico foi contextualizada, percebendo-se que se trata de um *locus* de pesquisa situado na área fronteira de três países. Neste caso, o conceito de fronteira foi escolhido a partir de sua adequação à condição metateórica formulada. Isso significa uma escolha a partir do rompimento com o paradigma hegemônico em se tratando de noção de fronteira e de fronteira pan-amazônica.

Assim, pôde-se ampliar o material já existente e realizar as mudanças que se fizeram necessárias ao texto, principalmente no tocante à reflexão sobre o problema e as hipóteses formuladas. Quanto à contextualização da área de estudo, as informações trazidas do campo permitiram uma visão abrangente dos problemas implicados e a escolha das técnicas de pesquisa utilizadas. Além disso, o contato paulatino com as comunidades auxiliou no processo de reconhecimento dos sujeitos da pesquisa.

Ressalte-se, ainda, a importância da investigação para as reflexões sobre os recortes epistemológicos e a formação de um quadro mental sobre as condições teórico-metodológicas da pesquisa. Possibilitou-se tal condição também pelo acesso a diferentes materiais como filmes e documentários que tiveram os *loci* em questão como tema. Além disso, a possibilidade de contato com cientistas, com experiências acumuladas nessas áreas, proporcionou um significativo avanço na análise teórica e no que concerne às amarrações entre as etapas da pesquisa.

Portanto, reafirma-se e resume-se a proposição da tese, cujo escopo é desvendar os processos de participação comunitária na gestão local das AP da tríplice fronteira e as estratégias efetivas dessa participação, como modelo para a elaboração de políticas públicas de turismo. Parte-se do pressuposto de que o planejamento das AP, criadas na Colômbia e no

Peru, propugna tal participação como maneira de desenvolver segmentos do mercado turístico com inserção dos comunitários na gestão. Nesse caso, os conflitos emergentes pela adoção de atividade, cuja prática é o consumo, pode alterar a reprodução social das comunidades indígenas do interior ou do entorno das AP.

No Brasil, por sua vez, as TI passam por condições de administração governamentais diferenciadas pelo componente histórico de tutela dos indígenas realizada pelo Estado. Apesar de, em passado recente, existirem programas governamentais de incentivo ao turismo em TI, o desenvolvimento deste setor não se firmou enquanto atividade produtiva para os grupos indígenas. Tal fato denota que a prática da atividade turística necessita ser concebida por outra lógica que altere as relações de poder que subjaz na relação mercadoria-turismo, eivada da lógica de mercado e que torna os índios símbolos do exótico.

Assim, as analogias realizadas entre os processos de adoção de políticas públicas de turismo nas AP dos três países, por suas semelhanças e diferenças, permitem compreender as lógicas de sua elaboração. E, mais do que isto, permite inferir reflexões sobre a participação dos comunitários nas instâncias de gestão, e o impulso dessa participação para além do discurso oficial. A observação desses processos no campo da prática comunitária e as análises decorrentes indicam as pistas para as adequações necessárias a sua recomendação enquanto política pública de turismo para os países pan-amazônicos.

Dada à dimensão geográfica dos *loci* de pesquisa, a tese estrutura-se em oito seções, iniciando-se por esta introdução, na qual se busca dar o conhecimento prévio sobre a relevância do problema e o percurso metodológico seguido para a sua resolução. Para tanto, se estrutura no método comparativo como elemento principal auxiliado por estudos interdisciplinares e etnográficos para elaboração do cenário investigativo.

Em seguida, na seção dois, realiza-se a contextualização teórica das categorias de análise classificadas pelo autor, para melhor entendimento do processo, em teorias de primeiro nível: as políticas públicas de turismo e a gestão local, por sua importância enquanto hipótese central. E as de segundo nível ou de suporte, que servem para apoiar a análise do problema em questão, ou seja, o turismo sustentável e fronteira.

Na seção três são apresentadas as problemáticas transfronteiriças da Amazônia brasileira, principalmente as relacionadas com o estado do Amazonas e os problemas ocasionados pela fronteira em expansão. Bem como, a contextualização do processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico do município de Tabatinga, onde se localiza a TI Tukuna Umariçu.

A formação do trapézio amazônico-colombiano e as conquistas transfronteiriças compõem a seção quatro onde se demonstram as lutas para estruturar o Departamento de Amazonas e da sua capital. Nesse sentido é desenhado o processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico da cidade de Letícia, enfatizando-se o PNN Amacayacu e as populações indígenas residentes ao longo do rio Amazonas.

Com a mesma intenção de configurar os processos socioambientais, históricos e contemporâneos da Amazônia peruana na seção cinco, faz-se uma abordagem das implicações da inserção do Departamento de Loreto no modelo de mercado globalizado. Como nas duas seções antecedentes é realizada a contextualização do processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico da cidade de Iquitos portão de entrada para a RN Pacaya Samiria.

A seção seis traz o contexto das políticas públicas de turismo nas AP da tríplice fronteira, e as problemáticas decorrentes quanto às instituições de turismo, a constituição dos sistemas de AP e as implicações das políticas públicas de turismo nos três países fronteiriços.

Na seção sete analisam-se os processos de gestão local nas AP investigadas e as possibilidades de comparação entre estes processos e as inovações possíveis em políticas públicas de turismo que propugnam a inserção comunitária para o desenvolvimento da atividade turística nos *loci* e as possibilidades de replicação dessas práticas entre os países fronteiriços.

Finalmente, na seção oito, realiza-se uma discussão acerca dos fatores condicionantes que permitem a recomendação do modelo e os possíveis entraves para a sua execução, bem como se empreende as bases para a conclusão do estudo objetivando-se a confirmação da tese.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, TURISMO SUSTENTÁVEL E GESTÃO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS NA FRONTEIRA PAN-AMAZÔNICA

O contexto histórico das políticas públicas de turismo demonstra que a atividade vem paulatinamente tomando fôlego e se estabelecendo como importante para o desenvolvimento socioeconômico dos países. Entretanto, nem sempre foi assim e em diagnóstico da ação do Estado na administração pública do turismo brasileiro realizado por Beni (2006), Carvalho (2009), Galdino e Costa (2011), Araújo e Taschner (2012), Grimm et al. (2013), vê-se que a variabilidade da gestão e as sucessivas mudanças dos entes que abrigaram institucionalmente o turismo impuseram descontinuidades.

Tal realidade não é diferente para os outros países latino-americanos. No caso da Colômbia as análises levam em consideração também as convulsões políticas e as condições de insegurança historicamente datadas. Esses fatos são apontados nos exames realizados por Contreras, Arcila e Vargas (2008), e consubstanciam os documentos oficiais, como a Política Nacional de Turismo (GOVERNO DA COLÔMBIA, [2008] 2011). Nesse sentido, as políticas públicas de turismo apenas recentemente puderam ser efetivadas, principalmente aquelas que aliam turismo e a conservação dos recursos naturais.

No Peru, as reflexões feitas por Rubio (2010), consideram que a hiperinflação histórica e a violência política de passado recente influenciaram as tomadas de decisões e, por conseguinte, as políticas públicas de turismo. No caso peruano a adoção de medidas de caráter neoliberal impulsionaram o crescimento econômico e neste âmbito, o setor turismo. Entretanto, pode-se observar que *mutatis mutandis* as trajetórias das políticas públicas de turismo padecem do mesmo mal.

Tomando-se ainda o turismo brasileiro como exemplo, o descaso com que o setor era tratado pelo governo central, com rebatimentos em estados e municípios demonstram que estes também padeciam da mesma enfermidade. Tal condicionante evidencia indefinições nas diretrizes e na política de turismo que, de um modo geral, se apresentava como meio de financiamento para que as empresas hoteleiras se estabelecessem no país. É, nessa conjuntura, que surge o parque hoteleiro das capitais da região sul e sudeste, e também nos municípios considerados de interesse turístico.

Não se pode esquecer que apesar de apresentarem contextos históricos diferenciados, Brasil, Colômbia e Peru são marcados pela centralidade das iniciativas públicas e particulares que demandavam ações oriundas do centro de governo. De maneira geral, tal situação viria a

mudar apenas em meados dos anos 1990, no Brasil, com a política de descentralização (BRASIL, 2002) consubstanciada no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Na Colômbia, as estratégias centraram-se na recuperação do turismo interno antes de se lançar ao turismo receptivo. E, no Peru, com as medidas de privatização de empresas governamentais como a Empresa Nacional de Turismo S.A (ENTURPERU), em 1993.

Ressalte-se que esses processos ocorrem com a valorização dos locais turísticos como chave de desenvolvimento endógeno, uma vez que o entendimento era estimular que os ganhos do turismo permanecessem na localidade de compra e de consumo turístico. Essa inversão ocorre no cerne do processo de globalização econômica e da liberalização de mercado, além da condicionante da questão da conservação ambiental, três fatores que mudarão a lógica das políticas públicas de turismo. No âmbito dessas transformações, a sustentabilidade, em suas vertentes teórica e prática, destaca-se como elemento importante para as sucessivas experiências políticas de organização e gestão local.

Desta maneira, a gestão local toma impulso enquanto estratégia de Estado para mitigação dos impactos ocasionados por atividades depredadoras, principalmente na Amazônia e Pan-Amazônia, via pressões das agências de investimento internacionais. O processo de globalização econômico-financeira e a busca por mercados novos de *commodities* reforça o sentido da conservação dos recursos naturais, e nesse sentido ganha força o modelo de criação de AP. Tal modelo está centrado em uma condição mítica de natureza intocada que provoca conflitos com as populações residentes no interior e no entorno das AP e rivaliza com a lógica da gestão local.

Nesta perspectiva, o modelo é replicado em todo o mundo e no caso da Amazônia e da Pan-Amazônia, os conflitos se fazem em frentes de lutas por movimentos organizados cujo destaque está nas populações tradicionais²¹, principalmente indígenas. Na fronteira pan-amazônica do Brasil, Colômbia e Peru, a problemática adquire componentes diferenciados, com a presença de povos indígenas e dos aspectos da multiculturalidade, que preconizam debates por políticas inovadoras. Esse aspecto novo prescinde de uma concepção de fronteira, marcada por condições mais humanas, portanto, para além do marco regulatório da geopolítica tradicional e dos discursos ideológicos conservadores.

²¹ Esterici (2005) define como povos ou grupos muito diferentes entre si e são conhecidos por muitas outras denominações que, ora indicam sua atividade econômica mais visível, ora indicam sua origem étnica, ora se referem aos espaços que habitam, ou ainda a aspectos de sua cultura e seu modo de vida. São pescadores, seringueiros, babaqueiros, quebradeiras de coco, quilombolas, varjeiros, ribeirinhos, caiçaras e tantas outras categorias diferentes de trabalhadores.

2.1 Os *constructos* das políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia

De maneira simplificada pode-se afirmar que a vida em sociedade envolve múltiplos conflitos que necessitam ser administrados, ou pelo menos serem mantidos dentro de um limite razoável. Tal pressuposto baliza a concepção de teóricos como Schmitter (1984, p. 36), que expressa um conceito de política como a maneira de “[...] resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito”. Essa concepção não exclui o caráter coercitivo da função política, pelo contrário, compreende-se que este subjaz naquele.

Esta noção ampliada do conceito de política conduz à elaboração de acepções mais restritivas que, em conformidade com Rua (1998, p. 1), permitem defini-la como “[...] conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Percebe-se, assim, que as relações de poder exercem influência significativa na definição do termo política. Entretanto, etimologicamente, a língua inglesa faz diferença entre os termos *politics* e *policy*.

Tal diferenciação, de acordo com os cientistas políticos, é importante devido o termo assumir conotações dualistas a partir do contexto definidor para a sua utilização. O termo *politics*, como na definição de Rua (1998) acima, tem o sentido de “[...] atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” (BOBBIO, 2002, p. 10). Já o sentido de *policy* tem relação com orientações para a decisão e ação (RUA, 1998; SECCHI, 2010) advindo desta a noção para a utilização do termo *public policy* (política pública).

Para autores latino-americanos, de língua espanhola, existem dificuldades semânticas para se traduzir o termo política como assinala Roth Deubel (2002, p. 25-26):

Es preciso señalar por lo menos tres acepciones que se encuentran cobijadas por la misma palabra y que el idioma inglés sí distingue. Primero, la *política* concebida como el ámbito del gobierno de las sociedades humanas, *polity* en inglés. Segundo, la *política* como la actividad de organización y lucha por el control de poder, *politics* en inglés. Y, finalmente, la *política* como designación de los propósitos y programas de las autoridades públicas, *policy* en inglés.

Nesse caso, e para além do sentido semântico, a definição dos termos é importante por assinalarem outras dificuldades de entendimento conceitual e prático. Assim, Roth Deubel (2002) também enfatiza que a última acepção é a que corresponde às políticas públicas.

Ainda em conformidade com as afirmações de Roth Deubel (2002), existem quatro elementos centrais que permitem identificar a existência de uma política pública, a saber: (a)

implicação do governo; (b) percepção de problemas; (c) definição de objetivos; e, (d) definição de processo. Tais elementos precisam ser levados em consideração no momento de conceituar as políticas públicas, haja vista a grande quantidade de definições para o termo na literatura especializada.

A partir desta perspectiva, pode-se inferir que os debates sobre políticas públicas, de um modo geral, têm sido travados de ângulos diferentes e por intelectuais de disciplinas diversas passando pelo campo da Ciência Política até o do Turismo. Dessa maneira, tem consubstanciado aportes conceituais que perpassam os objetivos estritamente teóricos para firma-se como prática cotidiana. Tal prática tende a reelaborar-se a partir de inserções diversas da sociedade civil, que atuando ativamente as coloca em xeque, inclusive em seu sentido definidor.

Tais definições perpassam igualmente pelo sentido ideológico que se queira dar ao tema, como afirma Teixeira ([2002] 2011, p. 2) que enfatiza tal fato quando diferencia políticas públicas de políticas governamentais, pois: “Nem sempre ‘políticas governamentais’ são públicas, embora sejam estatais. Para serem ‘públicas’, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público”. Ressalte-se que esse aspecto definidor é bastante instigante a perceberem-se políticas públicas que não se efetivam como tal.

Isto demonstra que o debate em torno do tema ainda é profícuo enquanto conhecimento teórico e prático. E a busca pela viabilização de mecanismos que insiram as mais diversas demandas públicas, ainda é pertinente enquanto tema de investigação científica. Rua (1998, p. 1) assinala que: “As políticas públicas (*policies*), [...], são *outputs* resultantes das atividades políticas (*politics*)”, que podem ser definidas como “[...] o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. Entretanto, ressalta que é necessário se fazer distinção entre os termos política pública e decisão política. Pois, ainda segundo a autora, as políticas públicas envolveriam mais que uma decisão e requereriam ações diversas estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Deste modo, uma decisão política corresponderia a:

[...] uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, 1998, p. 2).

Explicita ainda que:

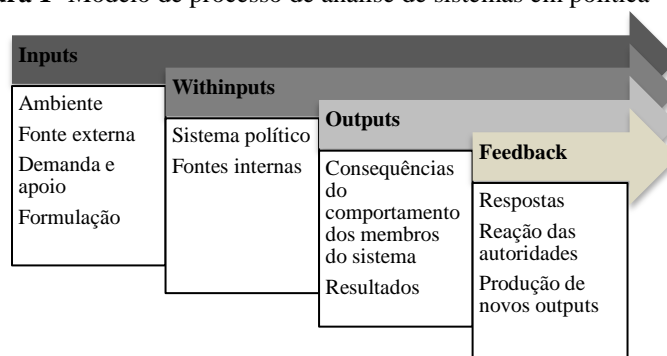
[...] por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’ – e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto

significa que uma de suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público (RUA, 1998, p. 2).

Tais esclarecimentos são necessários para a compreensão de que a dimensão pública é oriunda da atividade política, corroborando, de certa maneira, a afirmação já citada por Teixeira ([2002] 2011).

Enfatize-se, ainda, a contribuição clássica de Easton (1970) para a compreensão dos mecanismos de formulação de políticas públicas, ao utilizar o modelo de análise de sistemas. Nesse caso, o sistema político realiza o processamento dos *inputs* (originários do ambiente) e *outputs* (consequências do comportamento dos membros do sistema), como visualizados no modelo da figura 1. Enquanto elemento mediador os *withinputs* (demandas originadas no interior do sistema político) são necessários ao modelo, enquanto influenciador de possibilidades de *feedback* (respostas).

Figura 1- Modelo de processo de análise de sistemas em política



Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Easton (1970).

Cabe ainda ressaltar que a problemática das políticas públicas nem sempre foi tratada de maneira consensual, quer seja por intelectuais, quer por governos ou por sociedades, de uma maneira ou outra, implicados em sua elaboração. Isso alude dizer que ao longo do tempo se pode perceber a inserção na sociedade de políticas públicas mais ou menos restritivas. Souza (2006) confirma isso quando revela que fatores variados deram visibilidade ao estudo das políticas públicas enquanto campo de conhecimento, a maioria deles ligados a maior ou menor intervenção do Estado nas questões econômicas e sociais.

Ontologicamente, Souza (2006) esclarece que existem diferenças entre os estudos de políticas públicas, levados a cabo por teóricos dos Estados Unidos da América (EUA) e os da Europa. Tal fato explica-se pelo modo de análise do objeto que, com relação aos primeiros enfatizam a ação dos governos, enquanto os europeus destacam o papel exercido pelo Estado. Entretanto, é o caráter das políticas públicas como campo de estudo multidisciplinar que

continuamente vem reforçar a atualidade de se empreender esforços para analisar o amplo espectro que envolve o tema em uma realidade que se complexifica.

Embora os teóricos das políticas públicas diverjam sobre uma definição que seja universalmente aceita, encaminha-se a definição dada por Souza (2006, p. 26) que a resume como: “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. De todo modo vê-se que existem pontos de partida diversos para se efetivar a análise de uma política pública que também implica em multidisciplinaridade.

Enquanto governo em ação e como respostas aos problemas socialmente localizados, Salazar Vargas (1995, p. 30) afirma que as políticas públicas são: “El conjunto de sucesivas respuestas del estado frente a situaciones consideradas socialmente como problemáticas”. Seguindo as pistas deixadas por Velásquez Vargas (1999, p. 57), que as conceituam como: “El conjunto de sucesivas iniciativas, decisiones y acciones del régimen político frente a situaciones socialmente problemáticas y que buscan la resolución de las mismas o llevarlas a niveles manejables”. É nesse sentido que se pode entender as abordagens diferenciadas quando do tratamento das denominadas políticas setoriais.

Em relação às políticas setoriais, Teixeira ([2002] 2011) chama a atenção para as demandas da sociedade civil que pressionam o Estado por mudanças de ordens diferentes e que causem impactos nas agendas governamentais. Neste sentido são frutos de mobilização social que refletem, na maioria das vezes, a situação de imobilismo do Estado frente à ordem econômica mundial. Exemplo disso são as recentes manifestações populares²² ocorridas em diversos países, solicitando mudanças e questionando o *establishment*.

Para solucionar situações percebidas como insatisfatórias os governos lançam mão de mecanismos diferenciados, como salienta Roth Deubel (2002, p. 27), sobre a definição da prática das políticas públicas como:

Un conjunto conformado por uno o varios objetivos colectivos considerados necesarios o deseables y por medios y acciones que son tratados, por lo menos parcialmente, por una institución u organización gubernamental con la finalidad de orientar el comportamiento de actores individuales o colectivos para modificar una situación percibida como insatisfactoria o problemática.

Tais resoluções de problemas encaminham a temática sobre políticas públicas, que tem sido alvo de estudos e pesquisas importantes. As abordagens mais variadas foram realizadas, que

²² Como exemplo, citam-se as ocorridas em: 2009 – Irã, contra a reeleição do Presidente Mahmoud Ahmadinejad; 2010 – Tailândia, renúncia do governo de Abhisit Vejjajiva; 2011 – Tunísia, contra o governo de Zine Al-Albine Bem Ali; 2013 – Brasil, contra os aumentos nas tarifas de transporte público.

vão desde a busca de sua gênese enquanto Estado (FREY, 2000; FERNANDES, 2007) até à explicação de sua atuação, ou papel (TEIXEIRA, [2002] 2011). Há também a preocupação em identificar as escolas de pensamento e o ideário contido em sua elaboração (VIDAL, 2009).

Desta feita, Frey (2000) chama a atenção para o fato de que o estudo de políticas públicas em países recém-democratizados, como o Brasil, é esporádico e necessita de teorização. Entretanto, enfatiza que a pouca teorização é uma das críticas realizadas a “*policy analysis*” por teóricos da Ciência Política. No caso brasileiro afirma a tendência à “[...] análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas” (FREY, 2000, p. 214), o que vem a ser consoante com as práticas das reivindicações registradas no país.

Em certa medida, as diversas funções exercidas pelo Estado e o seu conjunto de instituições dominam a prática das políticas públicas em conformidade com a análise de Fernandes (2007). Porém, ao referir-se ao antagonismo entre o caráter administrativo e técnico de um lado, e o político de outro, evidencia a propensão dos aspectos políticos para estabelecer critérios aos interesses sociais. Para Fernandes (2007, p. 1) “[...] toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais”, deste modo é possível entender a prioridade que recebem as políticas setoriais na América Latina ao longo do tempo.

Neste sentido, as políticas públicas em saúde, educação, moradia, previdência, saneamento, turismo etc., enquanto funções do Estado, são elaboradas e executadas em consonância com a agenda e as arenas decisórias (FERNANDES, 2007). Assim pode-se entender, também, o argumento de Frey (2000, p. 215), quando afirma que “[...] as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento [...]”, necessitam de instrumentos de análise adequados às condições próprias dessas sociedades. Tal fato explica, segundo Fuks (2000), a atenção dada a determinados assuntos que levam à criação de instituições públicas cujo objetivo é o de fomentar as novas demandas.

Ao refletir sobre a atuação dos governos na definição e implementação das políticas públicas, Souza (2006) expõe duas tendências presentes nos debates, a primeira diz respeito à pressão realizada pelos grupos de interesse, e a segunda é formada pela aliança daqueles que estão no poder. Nesse caso, segue as pistas teóricas de uma “[...] autonomia relativa do Estado” (SOUZA, 2006, p. 29), por entender que as relações entre Estado e sociedade se complexificaram e tal autonomia dependerá de diferentes fatores. Reconhece-se, assim, a

importância do papel exercido por grupos de interesse e por movimentos sociais que influenciam na formulação das políticas.

Ao encaminhar a questão da presença de certas condicionantes para que um assunto passe ao *status* de problema social, Fuks (2000, p. 6), afirma que: “[...] os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para um determinado grupo serão, ao menos parcialmente, responsáveis pelo sucesso de sua campanha [...]”. Desta feita, chama a atenção para o fator midiático contido em certos assuntos que necessitam ser alimentados, com o objetivo de atrair a atenção e mantê-lo na pauta das discussões. Nesse caso, tal fato demonstra que a sua permanência como foco dependerá da organização institucional montada pelo Estado para o problema.

Historicamente, a transposição destas premissas para análise das questões regionais ficou marcada pela polarização da noção de centro e periferia realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Diniz (2001, p. 2) enfatiza a importância da CEPAL quando:

[...] procurava demonstrar que o atraso relativo da Região decorria das relações de troca internacionais, através das quais o “centro” do mundo capitalista ao reter os frutos do progresso técnico, exportar bens industrializados e possuir melhor organização sindical se beneficiava nas suas relações de troca com a “periferia” que exportava bens primários, cujos preços não subiam com o aumento da demanda, pelo excesso de fatores (terra e trabalho) e sempre caíam quando a demanda reduzia.

Tais análises provocaram o processo de industrialização brasileira centrada na ação do Estado, via planejamento. Para a região Amazônica tais fatos implicaram em políticas de incentivo fiscais, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

As análises e recomendações dos estudos de cunho cepalino influenciaram muitas das ações adotadas pelas autoridades latino-americanas. Na Colômbia houve uma dualidade de interesses, uma vez que comissões do Banco Mundial também se fizeram presentes naquele país. Em 1951, em reunião no México, a CEPAL lança suas indicações através do estudo denominado “Hechos y tendencias recientes de la economía de Colombia”.

Neste informe, de acordo com Villamizar (2012, p. 167), é apresentada “[...] una caracterización de la economía en sus principales ramas de producción, comercio exterior, moneda, crédito y precios”. Seguindo, claramente, as iniciativas de aumento dos investimentos colombianos, a saber:

Hizo la defensa de las inversiones en Paz del Río, de la política de protección de la industria que se venía desarrollando en Colombia desde comienzos de los años treinta, de las inversiones en fábricas de llantas y neumáticos para vehículos automotores, y de las inversiones para el montaje de instalaciones de petróleo crudo (VILLAMIZAR, 2012, p. 167-168).

Propostas que a comissão do Banco Mundial não referendava por acreditar se tratarem de medidas antieconômicas.

No contexto peruano, as crises econômicas oriundas dos golpes militares retardaram o processo de industrialização, o que era tratado, por alguns analistas, como um modelo anacrônico na América Latina. Tal momento histórico é analisado por Dancourt, Mendoza e Vilcapoma ([1997] 2015, p. 70-71) como:

La expansión de la economía peruana de los años 50 y parte de los 60 bajo un modelo primario exportador casi puro ha llamado la atención, básicamente porque era un anacronismo en el cono sur de Latinoamérica; en el cono sur imperaban la sustitución de importaciones y los mercados internos protegidos inflaciones relativamente altas, y el sector exportador era uno de los menos dinámicos de la economía.

Esse modelo primário-exportador só será modificado a partir dos anos 1960 com a aceleração do processo de industrialização, via substituição de exportações que atrai investimentos de capital internacional.

A compreensão da conjuntura histórica da política da América Latina e, neste caso, do Brasil, da Colômbia e do Peru é necessária para se apreender como se formularam as políticas públicas, enquanto um dos quatro elementos de identificação já citados por Roth Deubel (2002). A implicação dos governos na percepção dos problemas permeou a definição de objetivos e do processo influenciando em políticas mais ou menos restritivas. É óbvio que o contexto histórico é apenas um dos elementos envolvidos nessa análise.

Por analogia pode-se inferir que tais elementos podem ser transpostos para o contexto amazônico e pan-amazônico onde estudos paradigmáticos sobre políticas públicas têm sido levados a cabo por cientistas de diferentes instituições²³ no intuito de demonstrar as implicações dessas políticas (D'INCAO; SILVEIRA, 1995; CASTRO; PINTON, 1997; CASTRO, 2004) e o contexto das transformações em curso nesses territórios (COELHO et al., 2001). Também merece destaque, como exposto por Ianni (1979), Sawyer (1981), Lená e Oliveira (1992), o sentido que as políticas públicas assumem quando intervêm nos territórios

²³ São exemplos disso, no Brasil, as pesquisas realizadas no interior do Programa de Pesquisa Estado e Políticas Públicas na Amazônia, do NAEA, da UFPA. A recém-criada Incubadora de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional na Amazônia formada no âmbito do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Os estudos realizados pelos diversos Projetos de Pesquisa da Coordenação de Ciências Humanas, do MPEG. As pesquisas empreendidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). No Peru, lo Instituto Peruano de Políticas Públicas (IPPP); la Escuela de Gobierno y Políticas Públicas, de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP); lo Instituto Peruano de Economía (IPE). Na Colômbia, lo grupo de investigación Analisis de las Políticas Públicas y de la gestión Pública (APPGP), de la UNAL; la Escuela Superior de Administración Pública (ESAP).

para a delimitação de suas fronteiras²⁴, ora como modo de segurança nacional, ora como intervenção em conflitos sociais.

Neste contexto, Castro (2001) chama a atenção para o modelo de formação de blocos econômicos, inserido na lógica de integração de mercados com países fronteiriços da Amazônia e da Pan-Amazônia. Tal fato acelera a reforma do Estado e inclui na política nacional a orientação de “[...] traçar medidas que reforcem a integração de mercados com os países que se alinham nas amplas fronteiras da região amazônica [...]” (CASTRO, 2001, p. 7). Decorre disso a exigência de um novo rearranjo geopolítico frente aos processos de globalização que se firmam no interior e no entorno da Amazônia e da Pan-Amazônia.

A este rearranjo geopolítico, Castro (2008, p. 22) denomina de a “[...] formação de novas regionalizações [...]”, as quais junto à “[...] articulação de blocos econômicos, constituíram estratégias de mercado que modificaram o cenário internacional desde o final do século passado”. Reforçando, portanto, a condição hegemônica do capital internacional em se impor como condição de desenvolvimento econômico, político e social. O efeito desse movimento de globalização são alterações significativas na relação do Estado com a sociedade e destas com as políticas públicas decorrentes.

Neste sentido são bastante elucidativas as afirmações realizadas por Vidal (2009) quando se refere à inserção do componente da globalização e as suas implicações para as mudanças nas formulações das políticas públicas. E, também a categoria da mundialização do capital elaborada por Chesnais (1996), a qual remete às consequências desse fenômeno e aos possíveis impactos para a sua adoção sem medidas. Ressaltem-se também as mudanças com a introdução do componente ambiental já apontada por estudos realizados por Castro (2004), o qual será tomado como elemento prioritário para os países fronteiriços amazônicos.

Para os países fronteiriços que compõem a Pan-Amazônia é importante se estabelecer reflexões acerca da questão ambiental, diga-se a introdução do componente da sustentabilidade, pois a partir dele muitas propostas estão sendo realizadas nos setores mais diversos. Tal fato indica um discurso que ainda não se estabeleceu como prática (FERNANDES, 2007; GUERRA, 2006). Assim, o termo sustentabilidade é inserido em políticas públicas que não se efetivam de fato (SIMONIAN, 2010), e enquanto componente

²⁴ O Brasil possui 23.102 km de seu território fronteiriço. Desses, 15.735 km são de fronteiras continentais, e destas as fronteiras amazônicas somam dois terços, ou seja, 11,6 mil km. A determinação dos limites territoriais - tanto os que separam internamente os estados, quanto os que marcam a separação do Brasil de seus vizinhos - é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1944. A partir de 1991, com a modernização da tecnologia, os limites passaram a ser determinados por satélites de posicionamento, com a criação do Sistema de Posicionamento Global (GPS, da sigla em inglês). Os definidores das fronteiras brasileiras são: rios (50%); serras (25%); lagos (5%); linhas geodésicas (20%) (MRE, 2011).

das legislações vigentes cumpre um papel social falacioso que, sobretudo e conforme Pinton e Aubertin (2007) vêm apoiar o ideário politicamente correto do Estado e de suas instituições.

No centro de tais debates teóricos e práticos está o reconhecimento dos limites impostos pelo modelo de exploração econômica, cuja racionalidade é a da degradação ambiental. A evidência de tal fato marcou o início de uma configuração planetária nova entre os defensores e os contrários à ordem econômica estabelecida a partir dos anos de 1960. Tal processo histórico é amplamente conhecido, entretanto ainda pairam dúvidas acerca do termo sustentabilidade impulsionar mudanças efetivas.

É certo que a utilização do termo sustentabilidade tem servido a um espectro amplo de causas e a sua adoção enquanto teoria tem sido vista com bastante cautela. Entretanto, pelo recrudescimento de situações perigosas envolvendo os seres humanos em sua relação com os recursos naturais têm sido utilizada como escopo de políticas públicas com intuídos os mais diversos. Para o mundo pan-amazônico tem gerado expectativas quanto às possíveis mudanças nos conflitos que historicamente tem assolado esse território.

Em conformidade com estudos de Hébette e Marin (2004) e Mendes (2004), têm-se uma abordagem sociológica e histórica acerca da política de ocupação de terras e das transformações profundas de ordens diversas sofridas em território amazônico brasileiro. A questão agrária e os complexos movimentos de expansão das fronteiras desdobraram-se e envolveram a gestão local, em que políticas públicas têm sido aplicadas e, salvo exceções, os resultados obtidos são contrários ao que preconizam. No curso dessas mudanças, ainda presentes, se faz necessário investigar quais as consequências dessa expansão para o território fronteiriço da Pan-Amazônia.

Na fronteira da Amazônia colombiana, atualmente chamada de trapézio amazônico colombiano, cientistas como Zárate Botía (2001; 2011) e Palacio Castañeda (2006; 2007), refazem a historiografia de conquista e ocupação desse território fronteiriço. Palacio Castañeda (2007) ensina que para a compreensão do processo histórico de ocupação existem duas características básicas que denomina de excentricidade e assincronia. A primeira motivada pelo desconhecimento dos colombianos sobre essa região; e a segunda pelo fato de que o seu descobrimento e colonização se deram após o processo de independência do país.

Tais fatos são importantes para se compreender “El desinterés de las elites colombianas por la región del Caquetá, que era como se conocía en la época [...]” (PALACIO CASTAÑEDA, 2007, p. 13) a porção amazônica da Colômbia. A região permaneceu desconhecida até os anos 1930, sobretudo:

[...] después de la refriega con tropas peruanas motivada en el asalto de los loreanos a la población de Leticia, en 1933, Colombia recupero definitivamente el Trapecio Amazónico y la erigió en capital de la región, una hasta entonces, pintoresca aldea peruana fundada en 1867 (PALACIO CASTAÑEDA, 2007, p. 14).

Após o conflito colombo-peruano a fronteira ficou aberta e para lá migraram muitos camponeses andinos sem terra, em sua maioria patrocinados pelo Estado.

É óbvio que tal processo gerou violências que marcam a trajetória histórica deste território e Zárata Botía (2001), chama a atenção para o fato de que este processo conflituoso se fez presente desde o início da colonização, o qual teve este cenário como palco de contendas diversas, principalmente entre os impérios português e espanhol. De certa maneira tais debilidades se refletem na contemporaneidade, demonstrando o caráter paradoxal de fronteira.

Ainda em conformidade com Zárata Botía (2011, p. 74) a presença estatal na Amazônia colombiana ainda é insuficiente, senão veja-se: “[...] existe presencia estatal, aunque esta es insuficiente y casi siempre ineficaz [...]”. Apesar da importância biossociocultural da Amazônia colombiana, ainda de acordo com Zárata Botía (2011, p. 74), esta não é “[...] adecuadamente valorada por las generaciones de gobernantes que han estado al frente del Estado”. Demonstrando, assim, a necessidade de organizações políticas e de políticas públicas eficazes.

Na Amazônia peruana o processo histórico não é diferenciado dos outros países latino-americanos, onde propostas de desenvolvimento não tiveram resultados exitosos. Izaguirre (1994, p. 20) afirma que:

En dicho proceso histórico, se han producido diversas etapas o ciclos económicos, todos ellos relacionados con la explotación de nuestros recursos naturales, que complementados con una política liberalista de carácter comercial, se configuró un modelo de desarrollo extracto-mercantil.

A exploração dos recursos naturais e a economia gerada por esse sistema de produção, em acordo com Izaguirre (1994), ainda não trouxeram benefícios para o desenvolvimento da região. Tal fato também é ressaltado por Tello (1994) sobre a atividade petroléira na Amazônia peruana.

A exploração de petróleo na Amazônia peruana demonstra “[...] la falta de voluntad política de los gobiernos de turno para otorgar a la Amazonía los recursos económicos necesarios para su desarrollo” (TELLO, 1994, p. 54). Os equívocos na condução das políticas de desenvolvimento econômico se refletiram em todos os setores, principalmente no social.

Nesse caso, os custos sociais com o aumento de procedimentos ilegais, como o narcotráfico, têm pautado esforços e políticas setoriais com gastos mais elevados.

Dentre as políticas públicas setoriais, o turismo, nos países analisados, tem se destacado como um componente novo, porém bastante dinâmico, o que tem dificultado as respostas do Estado frente aos problemas demandados (DIAS; MATOS, 2012). Sendo assim, torna-se bastante complexa sua análise pela gestão pública quanto ao seu monitoramento, considerando-se o campo amplo de incidência do sistema turístico que é constantemente afetado por influências externas. Devido a esse fator, a gestão pública e também a particular do setor enfrentam dificuldades de controle tornando o planejamento ferramenta indispensável para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, as políticas de turismo são:

[...] intervenções conscientes, intencionais, formais, racionais e estratégicas realizadas a partir do Estado, ou sob sua coordenação, com objetivo de intervir num determinado sistema turístico (local, regional, nacional), [...] o Estado intervém procurando corrigir suas falhas e reforçando seus aspectos positivos (DIAS; MATOS, 2012, p. 206).

Tais intervenções são consequências das características próprias do produto turístico²⁵ baseada em elementos tangíveis e intangíveis que afetam quase todos os setores da vida social. As características do produto turístico fazem com que o setor tenha que ser tratado diferentemente dos da indústria e do comércio (ANSARAH, 2001), pois, em sua essência, é uma prestação de serviços, imbricada em distintas atividades de transformação e de produção.

O turismo, enquanto experiência que envolve oferta e demanda, enquadra-se no setor terciário da economia em uma troca de bens, serviços e capitais bastante complexas, que consubstanciam a mercadoria-turismo. Simplificadamente, essa troca é realizada a partir do reconhecimento de direitos e deveres de visitantes e residentes que, na maioria das vezes, não são coincidentes (DIAS; MATOS, 2012). Assim, as políticas públicas de turismo devem ser elaboradas para atingir um amplo espectro de interesses públicos e particulares.

Esta característica ideal levou a que Dias e Matos (2012, p. 210) definissem políticas públicas de turismo como: “[...] linhas de ação estabelecidas de acordo com um processo de consultas, promovido pelo governo local com diferentes setores públicos e privados, e que tenham alguma relação como o desenvolvimento turístico local”. Isto implica na necessidade

²⁵ Ansarah (2001) elenca doze características, a saber: 1) Bem de consumo abstrato; 2) Superposição da mão-de-obra (produção); 3) Necessidade da presença da clientela no local de produção; 4) Impossibilidade de estocagem (consumo imediato); 5) Serviços turísticos prestados de forma irregular; 6) Complementariedade dos componentes; 7) Concentração das atividades turísticas no espaço e no tempo, a sazonalidade; 8) Instabilidade da demanda; 9) Demanda heterogênea; 10) Estático; 11) Acentuada concorrência entre si; 12) Tempo livre.

de inclusão da participação da sociedade nas instâncias de decisão, como garantia de processos endógenos. Entretanto, não somente a participação garante benefícios equitativos, mas o estabelecimento de um sistema de governança que amplie as linhas de ação das políticas e gestão públicas.

O processo de desenvolvimento voltado para resolução de problemas locais vem na esteira da autonomia de entes político-administrativos como os governos regionais, municipais e distritais mais visivelmente interessados no desenvolvimento dos destinos turísticos. Como já afirmavam Goeldner; Ritchie e MacIntosh (2002, p. 294) sobre o propósito da política de turismo em “[...] propiciar benefícios máximos aos interessados na região, ao mesmo tempo em que deve minimizar os impactos negativos”. Pode-se inferir que para atingir esse propósito é necessário um planejamento que leve em consideração as diversas pressões exercidas pelos grupos de interesse.

Deste modo, enfatiza-se que turismo e planejamento estão intrinsecamente relacionados e que as políticas públicas elaboradas para o setor sofrem influência dos grupos de interesses os mais diversos. E, neste contexto, o ente mais pressionado são os governos que tem a função de coordenar o processo, como ressaltado por Hall (2001, p. 26) “A política pública para o turismo é tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação ao setor”. Marcando, portanto, que as políticas públicas são antes de qualquer coisa um ato político influenciado pelos setores da sociedade do ponto de vista econômico, social e cultural.

Não há dúvidas sobre o fato de que tais influências políticas estão centralizadas na polarização existente entre os países ricos e pobres, e tal assimetria faz com que os governos prescindam do apoio de agências de financiamento. Estas agências tem influência direta no desenvolvimento da atividade turística dos países, dentre as quais a mais emblemática é a Organização Mundial do Turismo (OMT) ²⁶. São agências internacionais diversas e para investimentos os mais variados, mas principalmente voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura dos destinos turísticos dos países das regiões mais pobres.

A mudança de foco a partir dos anos 1990 para o desenvolvimento endógeno segue os preceitos das agências internacionais tendo em vista as transformações ocorridas nas tendências do mercado turístico. Desse modo, a mercadoria-turismo molda-se para o

²⁶ “[...] originou-se em 1925 como uma entidade não governamental que, após a Segunda Guerra Mundial, se tornou a International Union of Official Travel Organisations (IUOTO). [...] por volta dos anos 1960, o crescimento do turismo, sua dimensão internacional e as crescentes atividades dos governos nacionais na área obrigaram à transformação da IUOTO em uma entidade intergovernamental, a OMT. Essa foi ratificada em 1974 e recebeu poderes para lidar, a nível internacional, com todas as questões relativas ao turismo, e para cooperar com outras agências internacionais competentes que surgiram sob as Nações Unidas” (COOPER et al., 2007, p. 491).

atendimento do fluxo demandante, acompanhada das respectivas políticas públicas então fortemente influenciadas pela perspectiva da sustentabilidade. A partir desse momento o DS passa a influenciar as políticas públicas em todos os setores, e no turismo fará emergir, como se verá adiante, enquanto perspectiva teórica, o TS centrado no principal ativo do turismo, ou seja, os recursos naturais.

As políticas públicas de turismo passam a incorporar o termo sustentabilidade, primeiramente como termo inserido no segmento do ecoturismo e, posteriormente, aos demais segmentos de mercado incluindo o turismo de massa (SWARBROOKE, 2000; FENNELL, 2002). Tal fato provoca divergências entre os elaboradores e os receptores das políticas públicas de turismo uma vez que, como afirma Pinto (2007, p. 18):

O cenário estabelecido pela atividade turística traz para o âmbito do poder público uma realidade dicotômica, haja vista que o esforço para um planejamento turístico eficaz se depara com a espontaneidade dos movimentos direcionados aos núcleos turísticos.

Para a Amazônia e Pan-Amazônia a reflexão sobre como se constitui o turismo nos destinos ou localidades turísticas tem demonstrado que as políticas públicas estão em descompasso com a realidade.

Neste sentido, pode-se entender que as políticas públicas de turismo estão sendo elaboradas a partir de processos já estabelecidos, realizando-se adequações às situações reais já experimentadas nos destinos. No Brasil é exemplar o caso das normas e, posteriormente, a política sobre ecoturismo que foram elaboradas a partir do fluxo demandante em crescimento no estado do Amazonas. A partir desse exemplo pode-se compreender o porquê das políticas públicas de turismo pautar-se na mitigação dos impactos negativos e não em sua prevenção.

2.2 Turismo sustentável e as conexões ambientais em áreas protegidas

Na contemporaneidade, o termo sustentabilidade vem sendo empregado como prefixo de suporte para diferentes assertivas, como maneira de demonstrar uma faceta nova para categorias já conhecidas, tais como: sustentabilidade socioeconômica, cultural, ambiental, turística etc. Trata-se, portanto, de uma tendência que minimamente tenta impulsionar uma reflexão sobre as condicionantes do processo de desenvolvimento. Por sua vez, o desenvolvimento é o corolário de muitos processos que vão desde a sua qualidade física (estrutura) até a sua condição anímica (espiritual).

Entretanto, o que se convencionou chamar de desenvolvimento é o processo de melhoria das condições econômicas com vistas à acumulação material que indica obtenção de qualidade de vida. Para alguns é o termo substitutivo da palavra progresso que estava presente nos debates sobre os avanços científicos e tecnológicos que marcaram os séculos XVIII e XIX (SANTOYO, 1992). De qualquer maneira, não são termos sinônimos quando se trata de sua aplicação teórica e prática em programas de governos que se alinham em bases ideológicas distintas.

Do ponto de vista teórico, o desenvolvimento e a sustentabilidade vêm sendo alvos de reflexões em campos de estudo diferentes, como na Economia, na Geografia, na Ciência Política, na Antropologia etc. Nessa última, inclusive, configura um campo de conhecimento novo denominado de Antropologia do Desenvolvimento, cujo cerne são as contradições do desenvolvimento sobre as condições de existência da sociedade. Tais contradições provocaram mudanças nas demandas sociais, pelos acontecimentos catastróficos ocorridos em partes diversas do planeta, os quais demonstraram a possibilidade de finitude dos recursos naturais.

Esta possibilidade engendra uma lógica nova à racionalidade econômica imposta a todos via os processos de globalização, dando início a debates diferenciados acerca das alternativas de desenvolvimento e das políticas novas a serem elaboradas com base nesta lógica. Historicamente, esse cenário situa-se entre as duas grandes guerras e, posteriormente, foi condicionado por eventos que colocaram em xeque a possibilidade de o ser humano impedir ocorrências nefastas à humanidade. Dessa maneira, emergem as discussões sobre políticas de desenvolvimento que sejam mais satisfatórias às aspirações das populações e da nova reconfiguração mundial.

Desta feita, surge a conjunção entre os termos desenvolvimento e sustentabilidade como modo de enfrentamento das questões emergenciais que tomaram forma na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), em Estocolmo, 1972. Nessa ocasião, o conceito utilizado era o de “estratégias de ecodesenvolvimento” para marcar a diferença entre os enfoques anteriores, quando o conceito de progresso era inerente à abordagem desenvolvimentista (MAIMON, 1993). O ecodesenvolvimento seria uma abordagem nova, porque incluía as necessidades daqueles que estavam à margem dos processos de melhoria de vida.

Saliente-se que o meio ambiente esteve fora das teorizações da Ciência Econômica por um longo período e, portanto, a problemática ambiental era invisibilizada pela priorização do enfoque do desenvolvimento. Tais enfoques estavam centrados, como afirma Maimon (1993,

p. 54), em quatro premissas: “[...] desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento; desenvolvimento enquanto etapa; desenvolvimento enquanto processo de mudança estrutural; e desenvolvimento sustentável”. Cada um desses enfoques corresponde a um período de tempo, sendo que o último tem início nos anos de 1980.

A problemática ambiental e “[...] o discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente” (LEFF, 2001, p. 16), a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992. Entretanto, como pode ser observado no quadro 1, anteriormente, conferências e organismos foram sendo criados para dar conta das pressões exercidas pelos países. E, em cada uma delas, propuseram-se ações, que em sua grande maioria, como no caso do Tratado de Quioto, não foi assinado pelos países industrializados.

Quadro 1- Organismos, entidades, eventos e ações da problemática ambiental

ANO	ORGANISMO/ENTIDADE/EVENTO	AÇÕES
1919/1946	Liga das Nações/Sociedade das Nações	Tratado de Versalhes.
1944	Banco Mundial	Empréstimos para países em desenvolvimento.
1944	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	Reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial.
1944	Fundo Monetário Internacional (FMI)	Reconstrução do sistema monetário internacional.
1945	Organização das Nações Unidas (ONU)	Substituiu a Liga das Nações.
1945	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)	Salvaguardar o patrimônio cultural.
1947	Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)	Redução de tarifas e taxas aduaneiras.
1960	Primavera Silenciosa de Rachel Carson	Contaminação por agrotóxicos.
1968	UNESCO – Conferência sobre a Biosfera	Programa Homem e a Biosfera (MAB)
1971	Reunião de Founex	Relatório Founex.
1972	Clube de Roma	Os Limites do Crescimento.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH)	Declaração de Estocolmo – <i>soft laws</i> .
1972	Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA)	Coordena ações internacionais de proteção ao meio ambiente.
1974	Conference on Trade and Development	Declaração de Cocoyoc; fatores econômicos e sociais da degradação ambiental.
1987/1988	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento	Relatório Brundtland; conceito de desenvolvimento sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)	Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima; Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).
1997	3ª Conferência das Partes	Protocolo de Quioto.
2002	Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável	Declaração de Joanesburgo; Plano de ações.
2012	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)	Panorama Ambiental Global (GEO-5); Cúpula dos Povos.

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de documentos diversos.

A partir de então o DS, enquanto perspectiva teórica e prática, é inserido como componente das políticas mais diversificadas quer sejam públicas, quer sejam particulares. Esse modelo novo de desenvolvimento, como expõe Fernandes (2006, p. 131):

[...] distancia-se, em essência, de uma perspectiva crítica em relação às formas de apropriação da natureza inauguradas pelo Capitalismo, na direção da construção de um novo modelo societário. Não há, nesse ecologismo supostamente inaugurador de novos tempos, uma negação da ética da competição e do lucro imediato e crescente, determinante dos modos e do ritmo de disponibilização dos recursos naturais praticados desde o surgimento da indústria.

Portanto, é um discurso que não se efetiva na prática, denotando, em muitos casos, um travestimento das vicissitudes do sistema econômico vigente e contribuindo para a sua hegemonia.

Mesmo eivado de críticas, o DS tem se apresentado como um componente simbiótico ao paradigma ambiental, que não se pode deixar de mencionar ao se produzir estudos e pesquisas. A ótica da sustentabilidade perpassa as controvérsias em torno de sua adequação teórica e prática, de tal sorte que se transformou em jargão na arena da política partidária. Portanto, seu viés ideológico está presente no planejamento público e particular sendo adotado indiscriminadamente por todos.

Neste sentido, a política ambiental, de maneira globalizada, vem praticando exercícios de sustentabilidade nas propostas de conservação dos recursos naturais, dentre as quais a de criação de AP. Enfatize-se que, no Brasil, o termo utilizado pela política ambiental é o de Unidade de Conservação (UC) que por muitos é tomado por sinônimo daquele. Porém, conceitualmente, existe diferença entre os termos sendo que AP é a nomenclatura reconhecida internacionalmente e, portanto, com utilização em espectro largo. O termo UC é utilizado no Brasil como categoria de manejo das AP, entretanto na Colômbia e no Peru²⁷, a denominação usada é a nomenclatura de caráter internacional.

Sobre a inclusão do componente de sustentabilidade no planejamento turístico é necessário se ter em vista o seu contexto político para “[...] compreender a estrutura dos problemas de planejamento e como meta política em termos de realização” (HALL, 2001, p.89). Para reforçar esta afirmação Hall (2001) recorre à reflexão de Evans (1997, p. 8):

Sustentabilidade é, basicamente, uma estrutura política e não técnica ou científica, e a variedade de interpretações existentes sobre esse conceito refletem esse fato. Por esse motivo, é improvável que haja uma “teoria universal” sobre sustentabilidade que possa informar ou orientar a prática. A sustentabilidade não pode ser dotada de

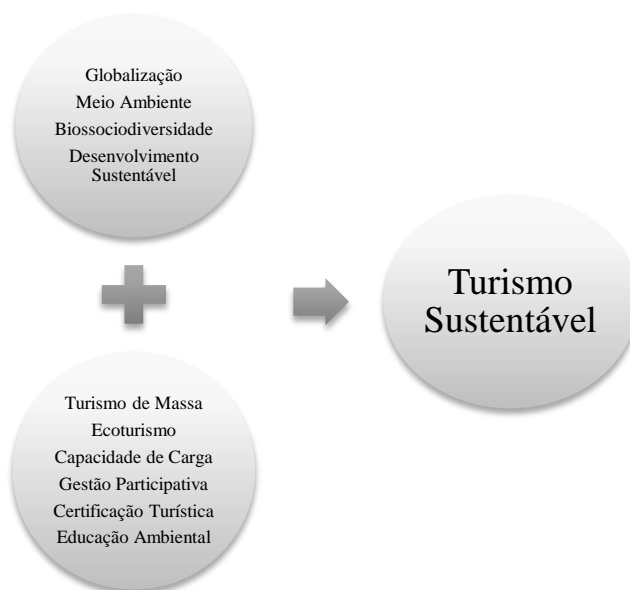
²⁷ As normativas do SERNANP peruano adotam o termo Áreas Naturales Protegidas (ANP), enquanto que AP é usado oficialmente pelo SPNN colombiano. Por isso, adotar-se-á aqui a nomenclatura internacionalmente reconhecida de AP como modo de integração das análises.

caráter técnico ou reduzida a uma série de indicadores ou padrões, por mais úteis e necessárias que essas contribuições sejam.

Portanto, o planejamento turístico ao intervir enquanto política em determinada AP deve ser analisado como fruto de ação, reflexo de interesses variados, incluindo a sustentabilidade enquanto perspectiva de realização do bem comum.

Como já mencionado, as AP estão sendo utilizadas para exercícios de sustentabilidade pelo desenvolvimento de práticas de TS. Nessa perspectiva, o TS vem provocando algumas incertezas em seu planejamento que iniciam pela imprecisão do conceito. Como analisado por Oliveira, L. (2002, 1), quando afirma que “Essa imprecisão da definição de turismo sustentável abre caminho para muitas definições, o que faz com que nenhuma delas seja universalmente aceita [...]”. Porém, ainda de acordo com Oliveira, L. (2002), as redes de relações do termo servem para revelar as imbricações conceituais, como pode ser visualizado na figura 2.

Figura 2- Implicações conceituais do TS



Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Oliveira, L. (2002).

Como se nota, as implicações do termo são diversas e construídas através de polos opostos em um esquema maniqueísta de bem e mal. Entretanto, sabe-se que tal redução diminui a riqueza do debate. Por mais que se saiba que estas imprecisões do conceito de TS vêm no contexto das indefinições também postas por sua matriz, ou seja, o DS, calcado nas vertentes econômica, social e ambiental.

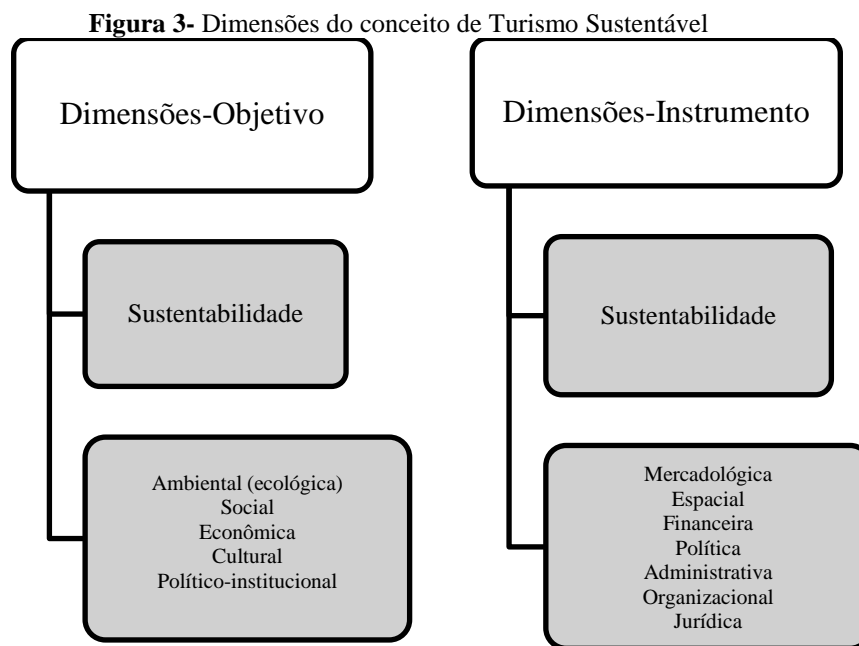
Retornando à premissa da utilização do termo como um componente novo para falar sobre uma proposta antiga, Goeldner, Ritchie e MacIntosh (2002, p. 359), afirmam que “O conceito de desenvolvimento sustentável não é novo. Embora as palavras sejam mais modernas e aceitas, sempre houve causas semelhantes”. Nesse parâmetro, “Os princípios de sustentabilidade aplicados ao desenvolvimento do turismo se referem basicamente às dimensões ambiental, econômica e sociocultural” (PIRES, 2012, p. 183). A partir dessas três dimensões muito se tem escrito sobre o TS perseguindo-se a minimização dos impactos negativos produzidos pela atividade turística.

O DS é uma perspectiva teórica eivada de críticas como a de Butcher (1997), que associa o termo à hipocrisia das organizações internacionais, que tendem a manipular seus princípios. Nesse sentido, as definições acerca do TS não são menos alvíssaras e, portanto, não alcançam muito sucesso (COOPER et al., 2007), mesmo aquelas definições consagradas por organismos multilaterais como a OMT (1999, p. 22), que o define como:

El desarrollo sostenible atiende a las necesidades de los turistas actuales y de las regiones receptoras y al mismo tiempo protege y fomenta las oportunidades para el futuro. Se concibe como una vía hacia la gestión de todos los recursos de forma que puedan satisfacerse las necesidades económicas, sociales y estéticas, respetando al mismo tiempo la integridad cultural, los procesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los sistemas que sostienen la vida.

Tal definição é utilizada pela maioria das organizações que tratam do planejamento da atividade turística com algumas variações.

Enquanto conceito polissêmico, o TS precisa ser operacionalizado seguindo algumas diretrizes que, segundo Oliveira e Manso (2010), baseiam-se em quatro pilares de sustentabilidade: ambiental, econômica, social e política. Para Beni (2006), o conceito deve ser compreendido por meio de uma série de dimensões que podem ser divididas em duas categorias: dimensões-objetivos e dimensões-instrumento, como demonstradas na figura 3. As dimensões-instrumentos são pressupostos para se alcançar as dimensões-objetivos que são necessárias para o desenvolvimento da atividade turística.



Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Beni (2006, p. 98-99).

Neste aspecto, pode-se inferir que o TS pode ser interpretado tendo em vista o foco da sustentabilidade econômica da atividade turística, ou seja, encontrar o diferencial do produto centrando-se nas inovações organizacionais e tecnológicas (BENI, 1999). E, por outro lado, focalizando as necessidades de conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas. Cabe enfatizar que o TS não é um segmento especial de turismo (WTO; UNEP, 2005), portanto como perspectiva teórica, pode ser aplicada aos tipos mais diversos de destinos, inclusive aos de turismo de massa.

Do ponto de vista das políticas públicas, o TS é o elo que vincula muitas das ações dos organismos que pretendem adequar-se a uma ordem mundial nova, ou seja, aos princípios do mercado globalizado e liberalizante. Beni (1999) chama a atenção para o fato de que o TS pode ser interpretado de pontos de vista diferentes, quais sejam: a) sustentabilidade econômica do turismo; b) turismo ecologicamente sustentável; c) desenvolvimento sustentável do turismo; d) desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável. Isto para registrar que as políticas de turismo devem estar integradas às econômicas, sociais e ambientais, porém não as precede. Portanto, os organismos criados para tratar a questão necessitam ter outra postura de análise para a sua elaboração.

Esta postura nova em presença de uma economia globalizada requer, de acordo com Irving, Bursztyn, Sancho e Melo (2005, p. 2) “[...] um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos”. Nesse caso, as diferenças

potenciais encontradas no destino turístico devem estar “[...] apoiada na noção de “espaço” material e imaterial, lugar concreto e abstrato, cenário de interações, conflitos e transformações, ponto de contato entre o local e o global” (IRVING; BURSZTYN; SANCHO; MELO, 2005, p. 2). Porém, devem-se ater às condições de imprevisibilidade ocasionadas pelo próprio sistema econômico que condiciona a prática da sustentabilidade, por isso é necessário elaborar estratégias consubstanciadas no planejamento.

Para dar conta de uma gama de variáveis bastante diversas, o planejamento turístico se sobressai como elemento *sine qua non* para atingir processos sustentáveis nos destinos. Dentre esses processos, o de gestão coloca-se como prioritário, principalmente no tocante à inserção da participação da população residente que, como assinala Dias (2008, p. 75), deve “[...] participar ativamente nas decisões que a afetam; deve decidir que tipo de turismo deseja que se desenvolva em seu espaço, pois terá que assumir compromissos e ações decorrentes dessa escolha”. Não apenas isso, o planejamento deve integrar todos os componentes e atores envolvidos nesse processo.

Decorrente destes pressupostos, o planejamento do TS passa a demandar políticas públicas específicas, tendo como parâmetro o desenvolvimento local com a participação das comunidades no planejamento e na gestão. A partir de então os planos, programas e projetos de turismo, bem como os organismos criados para elaborá-los e executá-los, passam a desenvolver estratégias que conduzam a minimização dos impactos negativos da atividade. Para tanto, forma-se uma rede de apoio com atuação de agências de financiamento de caráter lateral e multilateral para dar suporte às estratégias de desenvolvimento projetadas para o setor.

A formação desta rede necessita ser analisada criticamente para não incorrer em reflexões superficiais, pois se trata de interesses geopolíticos, centralizados em processos de dominação econômica e cultural. Portanto, a sustentabilidade como parâmetro ambiental deve “[...] levar em conta a dominação ambígua do Norte e de seus valores sobre o Sul, sua economia e sua cultura” (HOERNER, 2011, p. 136). Isto porque não se podem negar as assimetrias existentes entre esses hemisférios e o sistema hegemônico estabelecido pelos países detentores do poder econômico e tecnológico.

Ao se analisar a inclusão de processos de sustentabilidade, em qualquer que seja o setor, deve-se levar em consideração que a adoção do termo tem caráter político e é reflexo de uma decisão política conjuntural. No turismo tal fato está conectado com a condição de oferta e demanda, pois como explica Hoerner (2011, p. 134) “[...] mais de uma dúzia de países monopolizam quase três quartos das receitas turísticas, internacionais e internas”. Assim, a

geopolítica do turismo explica o porquê de alguns países procurarem assegurar os financiamentos e os investimentos das empresas e agências de capital internacional.

Neste sentido, as instituições de Estado e as ONG internacionais passam a elaborar uma série de publicações, principalmente manuais e cartilhas para explicar como introduzir as diretrizes da sustentabilidade no turismo. A elaboração dessas publicações, na maioria das vezes, é realizada em parcerias bem como a atuação das empresas do terceiro setor que são contratadas pelo Estado para divulgá-las e empreender a capacitação das populações residentes. A conexão dessa rede de capacitação para a atuação nos destinos de TS propaga-se por muitos países do mundo, inclusive na América Latina.

Nos países da América Latina, o TS tem dado suporte a segmentos diferentes do denominado turismo de natureza²⁸ principalmente o ecoturismo que, como já conceituado na subseção anterior, trata-se de uma tendência nova do mercado turístico. McKercher (2002) enfatiza que são atividades as mais diversas inseridas no turismo de natureza, a grande maioria delas rotuladas como ecoturismo, o que denota desconhecimento teórico e prático. Nesse contexto, as políticas elaboradas na maioria dos países utilizam o termo ecoturismo como sinônimo de TS.

Nas AP da tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, o TS aparece como componente do ecoturismo nas políticas elaboradas para o desenvolvimento da atividade. As estratégias de ação para a sustentabilidade biossociocultural dessas áreas estão centradas no desenvolvimento do ecoturismo como uma das propostas de atividade para incluir a participação comunitária na administração e gestão. Tal fato estimulou, inclusive, mudanças no âmbito das instituições que incorporam o termo sustentabilidade em sua nomenclatura e na missão do ente estatal.

Apesar da existência de diferenças históricas e culturais entre os países da tríplice fronteira, o modelo de políticas de sustentabilidade e os aparatos institucionais estão presentes *mutatis mutandis* na Colômbia e no Peru. Como no Brasil, os organismos se dispõem hierarquicamente, a partir de um ente em nível de Ministério que elabora as políticas e cria um sistema para administrá-las e geri-las. Nos três países, a elaboração e a execução do plano de manejo são critérios para a administração e gestão das AP.

²⁸ Compreende todos os tipos de turismo realizados em espaços naturais. Nasce em oposição ao turismo tradicional (de massa) e envolve tipos variados de turismo alternativo. Nesse contexto, encontram-se os segmentos do turismo rural, de aventura, pesca, saúde e de sol e praia (TELES, 2011). Para McKercher (2002, p. 13), o turismo de natureza compreende “[...] ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo”.

A inclusão do TS no planejamento das atividades dos destinos turísticos – quer sejam AP ou outros – segue as diretrizes estipuladas pela OMT, que estimula o envolvimento de muitos atores no processo. A premissa é a de que “A cooperação entre todos esses parceiros é essencial para a conquista do turismo próspero e sustentável” (OMT, 2003, p. 33). Nesse caso, pressupõe a constituição de um fórum amplo que envolva os proprietários e gerentes dos empreendimentos comerciais de turismo, os apoiadores das causas ambientais – os defensores da conservação ambiental e a comunidade – residentes, grupos e líderes comunitários e as autoridades locais.

Em consonância com as diretrizes da OMT (2003), as questões relativas à inserção de perspectivas de sustentabilidade devem perpassar a política de turismo, que determina a extensão e o modelo de desenvolvimento turístico, recaindo sobre o planejamento de nível local, ou seja, o plano estrutural dos atrativos e ainda os planos alternativos. Nesse sentido, estando quase sempre focalizadas em um processo de planejamento que toma como análise a técnica centrada nos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças (SWOT, da sigla em inglês)²⁹.

No caso das AP da tríplice fronteira pan-amazônica, a existência de comunidades indígenas faz com que os elementos de sustentabilidade tenham que estar consoantes com a preservação das tradições e das identidades culturais locais. Por esse motivo, o TS tem a propensão a adotar o ecoturismo, que pode ser praticado sob o domínio dos recursos locais. Seguindo assim, o princípio norteador do TS que é o de “[...] maximizar o divertimento dos visitantes e os benefícios locais, minimizando, ao mesmo tempo, os impactos negativos sobre a comunidade do local de destino e a sua população” (OMT, 2003, p. 109), princípio nem sempre alcançado em virtude da preponderância dos impactos negativos sobre os positivos.

É por este motivo que o planejamento reveste-se de importância singular no desenvolvimento turístico e, na maioria das vezes, como ação corretiva aos impactos negativos. Tais fatores são de ordens diversas, dependendo do destino turístico e da importância da atividade para a economia local, o que fez com que agências de fomento, como a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, da sigla em inglês), desenvolvessem ações atenuantes desses impactos. No quadro 2 elencam-se alguns dos fatores e das respectivas ações, de acordo com a OMT (2003, p. 109), com propensão de ocorrer nas AP da tríplice fronteira.

²⁹ Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats. Os fatores identificados sob cada uma dessas categorias estão expressos em uma série de afirmações concisas, que podem ser facilmente comparadas para que seja feita uma análise resumida do potencial de uma área para o desenvolvimento turístico (OMT, 2003, p. 49).

Quadro 2- Gerenciamento de impactos negativos em AP

FATOR ENVOLVIDO	IMPACTO NEGATIVO	AÇÃO ATENUANTE
Superlotação de visitantes	Estresse dos visitantes; mudanças no comportamento animal nas áreas de vida selvagem.	Limitar o acesso de visitantes; expandir a capacidade de carga.
Elevada ocupação humana	Perda do habitat; destruição da vegetação; escarpas e interferência nas bacias hidrográficas.	Dispersar os visitantes para outras áreas; qualificar e reabilitar; aplicar planejamento para o uso do solo e regulamentos de zoneamento.
Poluição sonora	Irritação da vida selvagem, residentes locais e visitantes; estabelecer regulamentos; limitar o acesso de visitantes.	Campanha de conscientização.
Lixo	A vida selvagem acaba dependendo do lixo; desordem estética; perda de tesouros históricos e culturais insubstituíveis.	Campanha de conscientização; estabelecer regulamentos; latões de lixo em locais apropriados.
Vandalismo	Mutilação e destruição das instalações; perda de tesouros históricos e culturais.	Campanhas de conscientização; aumentar a vigilância.
Barcos a motor	Perturbação da vida selvagem, principalmente durante a estação de nidificação; poluição sonora.	Restringir acesso e a utilização; implementar programa de educação ambiental.
Pesca e caça naturais	Competição com os predadores; esgotamento dos recursos.	Restringir o acesso; implementar programa de educação ambiental.
Alimentação não autorizada da vida selvagem	Mudanças comportamentais e dependência	Educação ambiental e campanha de conscientização.

Fonte: OMT (2003).

Nas AP da tríplice fronteira o TS segue o receituário prescrito pela OMT e IUCN, principalmente na Colômbia e no Peru, porém, vê-se que ainda há um longo caminho a se percorrer para atingir níveis maiores de sustentabilidade. Nesses dois países o TS está presente nos documentos oficiais e nos planos, programas e projetos de desenvolvimento da atividade, sejam de iniciativa pública ou particular. E, também, está incluído como elemento dos “Planes de Vida” elaborado pelos indígenas para fazer frente as suas reivindicações junto aos governos constituídos em suas diferentes esferas de atuação.

No Brasil, a incorporação da perspectiva do TS nos planos de manejo das AP é uma prerrogativa desde meados dos anos 1980, embora, a maioria das AP brasileiras não disponha de planos de manejo elaborados, o que se mostrará nas seções posteriores. No tocante as TI, não há exigência de um plano de manejo enquanto documento formalizado, no entanto foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

Tradicionais (CNPCT)³⁰, por Decreto de 13 de julho de 2006. A partir daí vem sendo construída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

A PNPCT foi instituída pelo Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, e estabelece a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PDSPCT). Consiste em um conjunto de ações que objetivam dar suporte à política e ser incluído no Plano Plurianual de governo com metas a serem atingidas em curto, médio e longo prazo. Apesar de os grupos indígenas estarem incluídos no conceito de povos e comunidades tradicionais, definidos nos termos da legislação, a norma abarca categorias diversas distanciando-se das questões específicas.

Tal amplitude deixa lacunas e pontos de divergência na execução da norma no caso das TI, como é possível de se observar no caso da inserção de atividades como o turismo. Diferente do caso brasileiro, os PNN Amacayacu e RN Pacaya Samiria possuem planos de manejo elaborados e o TS está delimitado pela adoção do ecoturismo como atividade de desenvolvimento. Na TI Tukuna Umariáçu a adoção da atividade turística ainda é fator de debate entre os comunitários e as diversas esferas de governo.

2.3 Gestão local e turismo como estratégias de sustentabilidade

No mundo que se complexifica, envolto em processos de globalização em seus níveis mais diferentes, o local passa a ser destituído de significação e núcleo de atraso, referente às condições técnicas, tecnológicas e materiais. Isso porque na modernidade ocidental, o pensamento abissal faz desaparecer quem está do outro lado, portanto, invisibiliza as questões referentes ao local. Não se trata somente da questão da impossibilidade de acesso ao patamar de desenvolvimento preconcebido pelos cânones oficiais, mas sim, de uma separação via pensamento abissal (SANTOS, 2007), ou seja, entre os dois lados de uma mesma linha.

Em contrapartida, as questões locais trazem em seu centro a noção de comunidade, que para efeito do processo de globalização, que privatiza e individualiza, parece um conceito ultrapassado e destituído de sentido. Em consonância com Rocha ([2012] 2013, p. 1), a atualização do termo não seria possível uma vez que: “[...] as transformações econômicas, tecnológicas, culturais, dentre outras, redesenharam as relações sociais, enfraquecendo laços

³⁰ Trata-se da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, criada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004, a qual teve sua denominação, competência e composição alterada pelo Decreto de 2006.

tradicionais que mantinham conectados os indivíduos [...] em grandes projetos coletivos [...]”. Tal fato distancia o conceito de comunidade de seu cunho sociológico, enquanto lugar das relações cotidianas e, portanto, como campo oposto ao de sociedade.

Neste sentido, trata-se da operacionalização de opostos contidas na distinção entre solidariedade mecânica e orgânica, a primeira caracterizando as relações de compartilhamento de tradições da comunidade, e a segunda pela diversidade de habilidades, ideias e funções característicos das sociedades (LUCA et al., 2010). Para além desse processo binário, o termo também vem sendo estudado em gradações e por análises comparativas aos de local e região, como maneira de demonstrar o grau de complexidade dos conceitos. De certo que, contemporaneamente, o termo está associado ao contraponto com os processos de globalização em estudos que intentam demonstrar as diferenças entre as interrelações local e global.

Quanto a sua inserção em estudos e pesquisas, teóricos diversos já se debruçaram sobre o tema e desvendaram o espectro bastante amplo e intrigante que subjaz quando se evoca o conceito de comunidade. Peruzzo e Volpato (2009, p. 3) referenciam os estudos clássicos sobre comunidade como os de “[...] Ferdinand Tönnies (1973; 1995), Max Weber (1973), Robert A. Nisbet (1953), Martin Buber (1987), Talcott Parsons (1969) [...]”. Autores como Tönnies (1855-1936) e Weber (1864-1920) postulam proposições diferentes que abarcam desde as situações de parentesco envolvendo laços sanguíneos e espirituais, até a heterogeneidade do conceito por apoiar-se em sentimentos afetivos, emotivos e tradicionais, respectivamente.

Para autores contemporâneos como “[...] Zygmunt Baumann (2003), Gianni Vattimo (2007), Roberto Espósito (2007), Davide Tarizzo (2007), Mauel Castells (1999), Marcos Palácios (2001), Raquel Recuero (2003), Cecilia Peruzzo (2002), Raquel Paiva (2003) [...]”, existe uma relação entre os conceitos de comunidade e comunicação (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 3). Nessa perspectiva, a globalização carrega consigo processos homogeneizantes que transformam as relações dos seres humanos em sociedade fazendo com que haja uma valorização pelo local, pela comunidade. Na sociedade da comunicação em rede, nem sempre o *small is beautiful*, e o sentido de comunidade e localidade toma outro rumo.

Ao retomar-se a problemática do conceito de comunidade e dos seus significados, como o local da vida em comum e da solidariedade, presentes em Baumann (2003, p. 7), este afirma que: “Comunidade produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra “comunidade” carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de

prazer que gostaríamos de experimentar, mas que não alcança mais”. Nesse sentido, é a busca de algo que está sempre por se fazer acontecer, próprio de experiências imaginativas como a de paraíso ao qual se quer chegar ou voltar.

Esta busca paradisíaca que o significado de comunidade traz consigo é o regresso ao mundo baseado em relações sociais mais puras. É o retorno ao estado primitivo, como preconizado por Tönnies (1973, p. 98):

A teoria da comunidade se deduz, segundo as determinações da unidade completa das vontades humanas, de um estado primitivo e natural que, apesar de uma separação empírica e que se conserva através desta, caracteriza-se diversamente segundo a natureza das relações necessárias e determinadas entre os diferentes indivíduos que dependem uns dos outros.

Para além desse sentimento ideal, a questão local traz em seu contexto as diferenças de escalas com que o problema é tratado pelos Estados e suas instituições.

Não se trata apenas de um problema de escala que conduz às distinções entre partes de um território, mas também de diferenças socioeconômicas que se agudizam e extrapolam para vários setores da vida social. Como afirma Bourdin (2001, p. 25):

A localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Em outros casos, ela exprime a proximidade, o encontro diário, em outro ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas.

Desse ponto de vista, o local passa a ter dimensões que não podem ser explicadas apenas pelo sistema de contraposição entre o moderno e o antigo, entre cultura erudita e popular, entre global e local etc. Essas distinções precisam estar presentes ao se intentar refletir sobre questões locais, ou, como adverte Bourdin (2001) corre-se o risco de se conjecturar sobre uma espécie de *vulgata*.

Entretanto, contemporaneamente, o que marca a emergência do local, enquanto objeto de políticas públicas, são esses processos de desenvolvimento marcados por procedimentos hegemônicos e pasteurizadores do sistema econômico mundial. É nessa direção que vão as reflexões de Acserald (2002, p. 39):

A recomposição social em torno do local seria o resultado da perda da eficácia reguladora das estruturas e instituições do Estado-Nação como referente unificador da regulação do território. Por um lado, as pressões do capitalismo global demandariam medidas supranacionais (continentais) e, por outro, a crise de legitimidade do capitalismo exigiria medidas infranacionais (locais e regionais).

Dessa feita, é compreensível a atuação do Estado no planejamento de políticas públicas centradas nas problemáticas mais localizadas, principalmente quando da inserção do

componente ambiental, o que leva a uma reelaboração das condições de planejamento marcadas pelo sistema normativo.

A estratégia adotada pelo Estado para inclusão da problemática local é uma redefinição no sistema de planejamento, passando a inserir o componente participativo como maneira de legitimar as ações elaboradas. Assim, são chamados atores que operam como agentes demandantes e multiplicadores dessas ações que postulam o bem-comum e a participação democrática nos fóruns de decisão³¹. Nesse caso, as atenções se voltam para o local como fórum de decisão e campo ideológico de disputas e interesses dos mais diversos.

Neste campo ideológico, as demandas vão se ampliando para as esferas da administração e da gestão da coisa pública e o sistema de mercado absorve o que pode e acredita necessário para a sua reprodução. Entretanto, quase sempre se trata de uma estratégia de cooptação, como expõe Albagli (2005, p. 20):

[...] os conhecimentos de comunidades locais, incluindo povos indígenas e outras populações tradicionais, passam a despertar um interesse crescente nas indústrias que atuam em áreas associadas às biotecnologias, ao servirem como verdadeiros “atalhos” para as atividades de bioprospecção.

Assim, ressalta-se o local como o campo das culturas tradicionais³², não contaminadas por processos homogeneizantes de mercado, e que precisam ser valorizadas. Tal fato possibilita uma redefinição no sentido da participação dos comunitários nos processos de gestão em virtude do seu conhecimento ancestral sobre determinado território e seus recursos naturais.

Este reconhecimento não se faz pacificamente entre os dois lados da questão, os conflitos são provenientes tanto do Estado, quanto das populações que se mobilizam em torno da resolução de um determinado problema. No caso da criação de AP, como por exemplo, a homologação de uma TI é realizada pelo poder público, mas a gestão é feita pelos índios. Nesse sentido, é importante a elaboração do documento chamado plano de manejo que define as atividades que podem ser realizadas nas AP, em conformidade com o seu grupo e a

³¹ “Nas duas últimas décadas estamos assistindo em todo o País, e notadamente na Amazônia, ao advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade. Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vem se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais uma de suas expressões maiores conhecem, desde 1988-89, certos desdobramentos, cujas formas de associação e lutas escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e encaminhar demanda aos poderes públicos” (ALMEIDA, 2008, p. 25).

³² “O fato dos legisladores terem incorporado a expressão “populações tradicionais” na legislação competente e do governo tê-la adotado na definição das funções dos aparatos burocrático-administrativos, tendo inclusive criado, em 1992, o Conselho Nacional de Populações Tradicionais, no âmbito do IBAMA, não significa exatamente um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais, não significando, portanto, uma resolução dos conflitos e tensões em torno daquelas formas intrínsecas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, que abrangem extensas áreas principalmente na região amazônica” (ALMEIDA, 2008, p. 26).

categoria de manejo. É também através do plano de manejo que se estruturam os fóruns de gestão.

Como enfatiza Vedoveto et al. (2011, p. 29):

A gestão de uma Unidade de Conservação pressupõe recursos humanos e financeiros adequados, estrutura básica, como sede, vigilância, equipamento de emergência e comunicação, e locais delimitados para pesquisa, visitação, uso comunitário e produtivo. Além disso, é essencial que a gestão esteja baseada num plano de manejo aprovado, e pautada na existência de um conselho gestor formal e atuante.

Entretanto, no Brasil e na Amazônia, em particular, a grande maioria das AP não possui um plano de manejo elaborado, são as chamadas “AP de papel”, pois foram criadas, mas não existem mecanismos de gestão. Em função disso ocorrem processos conflitantes entre o Estado que as cria e as problemáticas advindas da existência de populações que habitam o interior e as áreas de entorno, e outros atores externos como madeireiros, mineradores, empresários, ONG e até mesmo turistas.

Isto ocorre como um desvirtuamento no processo de implantação das AP, pois legalmente o prazo para elaboração dos planos de manejo é de cinco anos. Na Amazônia Legal, de acordo com dados de Vedoveto et al. (2011), chega a 70% as estimativas de AP sem o plano de manejo nos dois grupos integral e de uso sustentável, como se observa na tabela 1. Essa deficiência acarreta outras, como a não formação dos conselhos gestores consultivos ou deliberativos, e também a pouca informação sobre a contratação de funcionários. O que se depreende do estudo realizado por Vedoveto et al. (2011) é que estes números são bastante aquém para uma fiscalização minimamente satisfatória.

Tabela 1- Número de planos de manejo concluídos, em revisão ou em elaboração nas AP da Amazônia Legal em 31/12/2010

STATUS DO PLANO	FEDERAIS		ESTADUAIS	
	PI	US	PI	US
Concluído	18	14	18	23
Em revisão	1	0	0	3
Em elaboração	4	23	8	28
TOTAL	23	37	26	54
Sem plano	27	42	35	51
Outros tipos de instrumentos	1	2	3	8

Fonte: Vedoveto et al. (2011).

É óbvio que apenas a elaboração do plano não é garantia de eficiência de gestão, no caso das AP brasileiras o poder público criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para realizar a gestão. De onde se depreende que a gestão local é realizada pelas subunidades do ICMBIO, portanto não é comunitária. A participação das

comunidades se faz através de suas participações e representações nos conselhos³³ gestores que, em certa medida, dependem da elaboração do plano de manejo. Embora o quadro da situação normativa das AP tenha tido um avanço, algumas situações como a falta de regulação fundiária emperram o processo, pois segundo informa Futada (2011), o conflito é generalizado pela presença de terras particulares no interior dessas áreas.

Desta feita, o uso público por meio do turismo vem sendo inserido nas AP brasileiras como “[...] uma das fontes de recursos potenciais para promover a sustentabilidade financeira do SNUC em geral e das UC, em particular” (FUTADA, 2011, p. 40). Nesse sentido, acordos diversos foram sendo firmados em vistas de estruturar o turismo, principalmente na categoria dos parques nacionais, culminando com o termo de reciprocidade assinado entre ICMBIO e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA). O objetivo é estabelecer projetos conjuntos (FUTADA, 2011) de estruturação e gestão da visitação para os segmentos de turismo de aventura e de ecoturismo.

Entretanto, importa atentar para as implicações teóricas e práticas do desenvolvimento do turismo, pois ao longo de sua trajetória como atividade comercial é utilizado para fins os mais diferentes, sem a devida atenção aos pressupostos teórico-metodológicos. Tal fato fez surgir assim, e de acordo com o aparecimento das demandas, segmentos diversificados de mercado que direcionam o desenvolvimento das atividades relacionadas. Portanto, um estudo mais aprofundado deve ser realizado para que se efetivem as instâncias de gestão local, através do desenvolvimento turístico, principalmente quando se analisa a inversão de mercado e os impactos causados pelo produto turístico.

Para tanto, deve-se enfatizar que os estudos referentes ao “negócio” turístico são datados a partir de 1841, na Inglaterra, com Thomas Cook. A descoberta de ganhos econômicos tem sido a pauta, desde então, de pesquisas organizadas e de instituições criadas para entender o impacto do turismo na balança de pagamentos e na entrada de divisas nos países turísticos. A OMT, originada em 1925, é uma delas, pois tem entre suas funções, o estabelecimento de indicadores estatísticos, para subsidiar o planejamento do desenvolvimento do turismo no mundo.

Este aspecto é ressaltado por Barretto (2003) quando aborda o turismo como objeto de pesquisa em Ciências Sociais, mostrando a resistência dos cientistas sociais em abordar tema

³³ “Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política” (IPEA, 2012, p. 11).

que não gozava de prestígio acadêmico. A partir dessa premissa busca demonstrar a riqueza das pesquisas sobre o turismo em sua vertente antropológica e sociológica e a sua contribuição para o planejamento da atividade turística. Nesse caso, o pressuposto é trabalhar o turismo como fato social total, que consiste basicamente no deslocamento e na permanência de pessoas fora de suas residências.

É neste sentido que o turismo precisa ser estudado como um sistema cujos desdobramentos têm implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais. O planejamento do turismo tem mudado de foco e de métodos a partir da complexidade das políticas internacionais (HALL, 2001). Assim, vem adquirindo interesse destacado para as instituições de ensino, governos, indústrias e para a sociedade de maneira geral.

Ao seguir-se esta lógica pode-se afirmar como o fez Pinto (2007), que as políticas públicas de turismo na Amazônia, em certa medida, têm reproduzido os conflitos históricos e antagônicos da sociedade nacional deixando um desenvolvimento marginal e excludente à comunidade local. Sobretudo, o turismo tem sido planejado com ênfase no desenvolvimento econômico e os instrumentos de planejamento confirmam tal assertiva. Embora, mais recentemente, com a introdução do componente da sustentabilidade tenha adquirido contornos importantes via o desenvolvimento do segmento do ecoturismo.

O ecoturismo tem sido referenciado pelas políticas públicas e pelo setor empresarial na Amazônia como “vocação” natural da região e, na Pan-Amazônia não poderia ser diferente, estudos paradigmáticos têm sido realizados para demonstrar os efeitos dessas políticas. Nesse aspecto, as pesquisas recentes realizadas por Campos (2008), Cruz (2010) e Quaresma (2008) enfatizam a importância que o desenvolvimento das implicações das políticas de turismo tem para o desenvolvimento da região. Tais referências auxiliam também na montagem de um cenário que tem como palco as AP e o turismo como uma das maneiras de se manejar essas áreas.

Tal arcabouço teórico e prático coloca em xeque os modelos exógenos de conservação e a busca de condições mínimas para elaboração de políticas que objetivem modelos endógenos. Cabe ressaltar que o desenvolvimento do turismo em AP tem sido alvo de análise também de instituições como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que utiliza a experiência de Bonito (MS) para avaliar a formação de um *cluster*³⁴ de ecoturismo.

³⁴ Concentração geográfica e setorial de empresas e instituições que em sua interação geram capacidade de inovação e conhecimento especializado. *Cluster* de ecoturismo consiste na interação entre empresas e instituições que deverá possibilitar, especialmente, a otimização no uso das vantagens competitivas naturais de forma sustentáveis (BARBOSA; ZAMBONI, 2000).

De acordo com o IPEA para o sucesso da experiência é necessário que instâncias políticas diversas se integrem para apoiar as iniciativas locais e garantir a participação na gestão.

Neste sentido, é importante salientar que o ecoturismo não é só uma viagem orientada para a natureza, mas uma concepção nova da atividade, tanto na prática social como na econômica (DIAS, 2008). Nesse caso, gera impactos tanto os negativos quanto os positivos, e requer um planejamento cuidadoso, físico e gerencial, assim como, diretrizes e regulamentos rígidos que garantam um funcionamento estável (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1999). Dessa maneira, as diretrizes e princípios elaborados para o segmento ecoturístico devem ser perseguidos pelos planejadores para mitigação dos impactos negativos dessa atividade.

Coriolano (2002, p. 51) chama a atenção para o fato de as práticas de ecoturismo não serem novas:

O ecoturismo ressurgiu como uma atividade econômica do mundo moderno, que pode degradar, mas que pode, também, ser uma forma de conservação ambiental; depende da forma como for implementada. Daí, ser uma atividade que só deve ser realizada com um compromisso com a natureza e com a responsabilidade social.

Nessa direção, ganha destaque a criação das AP para o desenvolvimento do ecoturismo, e o papel exercido pelas populações que habitam o interior ou o entorno dessas áreas. Tal fato tem sido uma tendência mundial verificada, principalmente, quando do aumento da experiência ecoturística, o que demanda ações de planejamento, administração, fiscalização e monitoramento.

A inserção do componente ambiental tem seu momento de expansão no Brasil por volta dos anos de 1960, quando a consolidação acelerada do crescimento urbano e o recrudescimento do modo de produção capitalista, com a consequente omissão do Estado, fazem emergir movimentos de reação aos impactos negativos do modelo. Buscou-se, então, uma alternativa que fosse oposta ao estilo de vida adotado, indo ao encontro do imaginário que estava ligado ao retorno ao meio ambiente natural (PINTO, 2006). Desse confronto, cresce a ideia de criar condições de conservação dos recursos da natureza em lutas de resistência ao estabelecido, sobretudo no espaço territorial da Amazônia.

Neste contexto, as lutas pela criação de AP tomam fôlego e se expandem na Amazônia, pressionando o poder público no sentido da ampliação das conquistas e da legitimação dos movimentos sociais (SIMONIAN, 2000). Por pressão é criada uma política ambiental que busca atender aos pedidos da sociedade civil organizada que segundo Becker (2009, p. 104) é estabelecida com outra lógica, a saber:

Ao contrário da política das décadas anteriores, pautada em desenvolvimento e segurança, a política ambiental visa o desenvolvimento sustentável, fundamentando-se numa ação descentralizada e participativa para a qualidade de vida das

populações locais. Certamente, há também interesses de controle da informação sobre o saber local e o próprio território pelos parceiros nacionais e internacionais.

Assim, cresce o interesse por políticas públicas cujo conteúdo atenda aos diferentes interesses e aos embates econômicos e político-ideológicos dos setores particulares (ligados ao capital) e as demandas por efetiva participação na gestão (ligadas aos movimentos sociais).

Deste confronto, são formuladas políticas públicas que tentam resgatar o modelo endógeno em uma alternativa de ampliação da participação das comunidades amazônicas. Assim, a participação em gestão local tem tomado força enquanto premissa inovadora em políticas públicas e, em AP, a inserção da atividade turística tem sido a propulsora dessa descentralização. Desde então, o local tem se firmado como centro de discussões e debates a procura de seu entendimento como categoria de análise das práticas adotadas.

Desta maneira são paradigmáticos os estudos realizados por Geertz (1997), Bourdin (2001), Teixeira (2001), Fischer (2002), Veiga (2005) dentre outros, buscando interpretar o saber e as práticas locais e a sua introdução em políticas setoriais. Para Leff (2002; 2000), o fundamento está na capacidade de uso máximo e ótimo das potencialidades locais quanto a recursos naturais e humanos, defendendo, desse modo, a gestão descentralizada do território. Portanto, parte-se de uma parceria construída por todos os envolvidos com o estabelecimento de responsabilidades e competências, desenvolvendo assim um poder local.

Para a atividade turística, o poder local vem do contexto da adoção de políticas e programas que se fundamentam na descentralização administrativa e financeira. Entretanto, as práticas em comunidades de porte pequeno nem sempre lograram o êxito esperado, segundo apontam as pesquisas realizadas por Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009). Depreende-se, então, de acordo com esses autores, que a busca de um modelo que se contraponha ao turismo de massa e que respeite as heranças culturais e tradições locais deve ter como premissa o Turismo de Base Comunitária (TBC).

O TBC vem sendo estudado como maneira de relacionar o turismo e as comunidades locais receptoras, a fim de potencializar o seu capital social, por meio do compartilhamento de valores culturais, tradições, saberes etc. (IRVING, 2009). Nesse sentido, pode abarcar diversos segmentos do mercado turístico, que despontam como modelos alternativos e propõem uma maneira nova de desenvolvimento. Tais modelos são baseados nos recursos endógenos que requerem conhecimento sobre a própria realidade, daí a importância da participação dos comunitários nos processos de elaboração e implementação dos planos, programas e projetos turísticos.

Ao analisarem as diversas definições que o TBC apresenta em alguns países latino-americanos, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 146) lançam mão do exemplo do governo boliviano que redirecionou a política de turismo, elegendo o TBC como modelo e o definindo como:

Es un modelo alternativo de gestión turística, endógena y autónoma, manejado por las organizaciones comunitarias rurales-indígenas y urbanas, en el marco de la diversificación económica de sus sistemas productivos y la administración integral del desarrollo en sus territorios originarios.

Esses mesmos autores afirmam, que no caso da Costa Rica, principal destino da prática do ecoturismo, o TBC vem se conformando como um Turismo Rural Comunitário (TRC) e que o mesmo vem a ser uma oferta do turismo alternativo no meio rural.

Na Amazônia são emblemáticos os casos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá e de Silves, ambas no estado do Amazonas, como modelos a serem seguidos. Esse estudo se configura como um esforço no sentido de demonstrar a inserção de experiências comunitárias em diversas localidades brasileiras. Nessa direção, surge o termo Ecoturismo de Base Comunitária (EBC) que prevê o aprofundamento da dimensão social (MENDONÇA, 2009), onde a comunidade local teria o controle e o envolvimento no desenvolvimento e na gestão da atividade turística, pois a maior parte dos benefícios permaneceria na comunidade.

Assim, Coriolano (2009, p. 282) enfatiza que o turismo comunitário “[...] é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”. Tal modelo prevê a elaboração de pactos internos entre os residentes para defesa de suas propriedades. Isto requer também o atendimento de princípios básicos com observação das implicações que o Estado representa, bem como das situações conflitantes de um mundo globalizado.

Na Pan-Amazônia, em especial nos países da tríplice fronteira, a experiência colombiana em processos de turismo e gestão local, pode ser exemplificada com o que está expresso no Plan de Manejo do PNN Amacayacu. Do que está registrado no plano pode-se inferir que, em aproximadamente 17 anos, o país vem desenvolvendo trabalhos de educação ambiental e ecoturismo. Nesse caso, o plano informa que:

Los procesos de investigación y monitoreo también se han implementado en la región y para el caso del parque desde hace 5 años, se incrementó su desarrollo. Al aumentar la presencia de estudiantes e investigadores se presentó inquietud por parte de las Comunidades entorno al deber ser de la investigación y su aporte a las mismas e incluso para la gestión del Área Protegida. Como resultado de este análisis conjunto o y bajo el auspicio do PNN Amacayacu y contando con el apoyo de la Fundación Tropenbos se definió la necesidad de propiciar un espacio para tocar el tema de la investigación en forma global, que derivo en la conformación del GTI,

Grupo de Trabajo en Investigación, del cual hacen parte, las seis comunidades con las que se propone el manejo conjunto y concertado del territorio en el Sector Sur del Parque y su zona de influencia y el equipo del PNN Amacayacu (GOVERNO DA COLÔMBIA, [2004] 2013, p. 8).

Enfatize-se que nessa experiência as comunidades indígenas têm histórico político e sociocultural de luta contra a dominação e expropriação de seus territórios.

Na Colômbia, o segmento do ecoturismo foi tomado como fator de agregação dos comunitários, senão veja-se:

Dentro de las principales oportunidades del ecoturismo es que este se concibe en la región como una estrategia para vincular actores en la conservación poniendo en práctica algunos elementos del llamado desarrollo sostenible. [...]. Se espera poder potenciar estas oportunidades a través de la implementación de procesos periódicos de capacitación y formación dirigidos a las comunidades que redunden en un mejoramiento sustancial en la prestación de los diversos servicios ofrecidos en el área a los visitantes, brindando, de paso, una muy buena imagen que como resultado generen efectos multiplicadores para el ecoturismo y permitan ampliar la oferta ecoturística del parque (GOVERNO DA COLÔMBIA, [2004] 2013, p. 12).

Do qual se depreende um discurso que necessita ser comprovado na prática, pois como se verá mais adiante, um consórcio de empresas particulares detém a possibilidade de administração e gestão da infraestrutura turística do PNN Amacayacu. Em consonância com informações oficiais, esse tipo de iniciativa tem sido exitosa para as comunidades envolvidas, porém investigação mais detalhada necessita ser realizada.

No Peru, um dos exemplos de diretrizes para o desenvolvimento de atividades turísticas estão contidas no Plan de Uso Turístico y Recreativo de la RN Pacaya Samiria e seguem o estabelecido no Plan Maestro RN Pacaya Samiria. Além destes, existe o documento Oportunidades para el Turismo en la RN Pacaya Samiria. Bastante minuciosos, tais documentos descrevem os “actores y grupos de interés” implicados na gestão da referida AP como: governo, população local, agências de viagens e empresas turísticas, ONG e instituições de cooperação internacional, guias de turismo, visitantes e turistas e as instituições financeiras.

Do ponto de vista da participação da população local na gestão da reserva, o plano de uso turístico enfatiza que: “La participación de las poblaciones locales en las actividades turísticas, desde su planificación hasta su ejecución y gestión, es un mecanismo que favorece su integración en las labores de gestión del áreas protegidas” (RESERVA, 2002, p. 16). Chama a atenção à relação de proximidade que há de se estabelecer entre a população e a administração da área para o desenvolvimento da atividade turística. Porém, esclarece que esta participação ainda não se consolidou e que implica na integração de todos os atores e grupos de interesse envolvidos.

No Peru também são outorgadas concessões para empresas particulares explorarem os serviços turísticos e, segundo os registros do Plano, as empresas têm contribuído para o desenvolvimento da atividade. Enfatize-se, ainda, que empresas de caráter comunal também recebem autorizações para trabalhar com a atividade turística, ofertando serviços como de guias, alojamentos etc. Embora, ressaltem que existem conflitos internos que prejudicam o desenvolvimento eficaz da iniciativa.

No tocante ao Brasil, o processo de desenvolvimento do turismo em TI percorre um caminho bastante burocratizado, pois as estratégias devem passar pela autorização, fiscalização e controle do ente estatal. O segmento de ecoturismo também foi adotado como o de melhor adaptação às exigências de conciliação entre o desenvolvimento da atividade produtiva e a preservação das características socioculturais das populações residentes nestes territórios. Entretanto, tais iniciativas não lograram o êxito correspondente às expectativas das instituições envolvidas.

É a partir da instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), pelo Decreto n. 7.747, de 05 de junho de 2012, que se tem a formalização do desenvolvimento de iniciativas voltadas para o etnoturismo e ecoturismo. Apesar de ser instituída em passado recente, a PNGATI possibilitou debates com relação ao estabelecimento de regulamentos que orientassem a visitação turística em TI, fato concretizado com a Instrução Normativa n. 03/2015, de 11 de junho de 2015. Essa normativa estabelece os segmentos do etnoturismo e ecoturismo como diretrizes de visitação em TI.

2.4 Fronteiras: para além dos marcos da geopolítica tradicional

O conceito de fronteira vem sendo estudado, com certo cuidado, por intelectuais e pesquisadores das ciências mais diversificadas, uma vez que, como conceito polissêmico,³⁵ implica em de análises e entendimentos múltiplos sobre o mesmo. Tal afirmação provoca problemas de reflexão que vão desde o território em si – típico da abordagem da Geografia Política; aos que se referem aos limites enquanto diferenças e aos conflitos sociais – área de atuação da Sociologia; até àqueles centrados na ação do Estado – objeto da Ciência Política. Do que se depreende que fronteira pode dividir qualquer coisa, desde classes sociais e econômicas até cidades e países.

³⁵ Lená e Oliveira (1992) demonstram que a literatura existente sobre fronteira revela a sua complexidade e heterogeneidade e enfatizam a grande quantidade de atributos que definem o tema: fronteira extrativista, fronteira especulativa, fronteira capitalista, fronteira garimpeira, tecnológica etc.

Enquanto limite entre duas partes distintas, as fronteiras representam mais do que a divisão e unificação de pontos diversos, determinam também a área territorial e a base física de um Estado. De modo geral, pode-se afirmar que as delimitações territoriais e políticas garantem aos países proteção e representam a sua autonomia e soberania, e podem ser demarcadas por atributos naturais, geométricos ou arbitrários. Para o estudo da geopolítica dos países, o que se condicionou chamar de fronteira³⁶ refere-se a uma região ou faixa, enquanto o termo limite está associado a uma concepção imaginária.

Em conformidade com os estudos de Cataia ([2008] 2011) que ao referenciar autores considerados clássicos da temática da geopolítica das fronteiras, afirma que, naquele momento histórico, os debates giravam em torno da construção das fronteiras como dois campos opostos das forças nacionais, na busca de projetos políticos hegemônicos. Entretanto, como também assinala Cataia ([2008] 2011, p. 18) “Os projetos políticos hegemônicos não são hegemônicos na totalidade de um território nacional, há oposições, por isso são construídas fronteiras internas”. E em sua busca pela gênese dos estudos sobre fronteira, o mesmo autor referencia dois autores paradigmáticos nessa temática Friedrich Ratzel (1987; 1988) e Jaques Ancel (1936; 1938)³⁷.

Para Cataia ([2008] 2011), a tipologia das fronteiras elaboradas por esses autores, embora necessitando de atualizações, é um ponto de partida para a retomada das discussões. O estudo organizado em quadros contendo tipos, subtipos e atributos, procura sintetizar as ideias dos autores cotejando-as com outros autores buscando ampliar assim os debates. Na tipologia construída por Ratzel, os elementos aparecem a partir da divisão em três grupos que podem ser observados no quadro 3, enquanto que Ancel (1936) parte de quatro grupos distintos, contidos no quadro 4.

Cataia ([2008] 2011) realiza uma pesquisa também paradigmática ao cotejá-los com outros autores cujas reflexões aprofundam o tema das fronteiras. É com essa finalidade que apresenta as ideias de J. Gottmann (1915-1999), E. Backheuser (1879-1951), R. Kjellen (1864-1922), K. Haushofer (1869-1946), H. Isnard (1904-1983), M. Foucher (1946-), C. Raffestin (1936-), que estão sumarizadas no quadro 5. Os quadros confrontantes dessas ideias deixam claro que o conceito de fronteira pode ter interpretações múltiplas, mas para além das questões da geopolítica, precisa ser entendida como manifestação das relações humanas que se engendram no território fronteiriço.

³⁶ No Brasil, fronteiras são as delimitações dos países, divisas são as delimitações dos estados, e limites são as delimitações dos municípios, como se depreende do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2011).

³⁷ No caso de Ratzel trata-se de duas traduções de uma mesma obra. Em Ancel são obras diferentes.

Quadro 3- Tipologia das fronteiras segundo Friedrich Ratzel

Tipologia das fronteiras segundo Friedrich Ratzel (sic)		
Tipos	Subtipos	Atributos
Políticas	Simple	Aquela que não tem contato com outra área política.
	Dupla	A contigüidade de dois territórios nacionais implica uma linha de demarcação e duas zonas de contato.
	Fechada	São enclaves dentro de uma unidade política. Este seria o caso do País Basco.
	Descontínua	São exclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais. Este seria o caso das ilhas Malvinas.
	Deficiente	Os conflitos por novas demarcações fronteiriças indicariam a deficiência da(s) demarcação(ões) anterior(es).
	Elástica	Por falta de boas cartas ou por erros dos cartógrafos muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aprimorado diminui os “erros”.
Naturais	Marcos Físicos	São montanhas, rios, lagos, desertos, florestas, costas, etc. Estes seriam os limites do ecúmeno. Os atributos naturais das fronteiras não concernem só ao solo, o povo é aí incluído quando ele constitui um limite étnico.
	Boas	Ela é boa ou má relativamente à proteção que pode oferecer. Se a fronteira se prestar fisicamente à proteção do Estado num momento de guerra, então ela é boa, do contrário é considerada má.
	Más	Quando fisicamente não se presta à defesa militar de um Estado.
Artificiais	Demarcadas	Qualquer fronteira demarcada por Tratado, mesmo apoiada sobre um marco físico. Exemplo: fronteira sobre um rio que atravessa uma região étnica. A região natural étnica é definida pela etnia e não pelo rio.

Fonte: Cataia ([2008] 2011), com base em Ratzel (1987; 1988).

Quadro 4- Tipologia das fronteiras segundo Jaques Ancel

Tabela 2 – Tipologia das fronteiras segundo Jaques Ancel (sic)		
Tipos	Subtipos	Atributos
Fronteira Plástica: resulta unicamente de um equilíbrio: ela se modela sobre as forças vitais de dois povos. Plástica, ela tem um valor relativo	Fronteiras Medievais	Estados Clareiras: aumentam à medida que caem as árvores. Eram enquadrados pela floresta, ela mesma, uma “zona fronteira”.
		Estados “ <i>routiers</i> ”: os vales das montanhas favoreciam o aparecimento de rotas. Caso do rio Danúbio.
		Cidade-Estado: o Império Romano era menos um território que um poder, que pôde se estender a todo o mundo habitado.
Fronteiras Modernas: as fronteiras-zonas foram substituídas pelas fronteiras lineares	Nascimento da fronteira linear	O desenvolvimento técnico possibilita a demarcação de linhas fronteiriças no território.
	Espírito de fronteira	Em 18/06/1790 é colocada sobre a ponte do rio Reno uma bandeira com os dizeres: “Aqui começa o país da liberdade”. Assim nasce, segundo a expressão criada por Vidal de La Blache, o “espírito de fronteira”.
Fronteiras Físicas: foram feitas para serem vencidas. “Esta é a história do homem”.	Abertas	Servem à circulação. Caso dos rios navegáveis.
	Fechadas	Servem como obstáculos, e por isso precisam ser vencidas. Caso de uma cadeia montanhosa, etc.
Fronteiras Humanas: são aquelas produzidas pelas sociedades	Fronteira de pressão	São isóbaras políticas: resultam de um equilíbrio entre linhas de igual pressão (que os diplomatas transformam em fronteiras).
	Fronteira de civilização	São mais permanentes que as fronteiras de pressão, porém mais incertas e complicadas. Caso das línguas e religiões.

Fonte: Cataia ([2008] 2011), com base em Ancel (1938).

Quadro 5- Ideias do debate (num escrutínio incompleto)

Tabela 3- Idéias do debate (num escrutínio incompleto)	
Autor	Idéias sobre o conceito de “fronteira”
Friedrich Ratzel	As fronteiras são o órgão periférico do Estado, destacando-se duas características: fronteira como zona – as cidades – e fronteira como linha – traçado geodésico. Linhas e zonas são limites.
Rudolf Kjellen	As fronteiras são epiderme dos Estados (uma análise mais da ciência política que da geografia).
Jaques Ancel	As fronteiras são isóbaras políticas, ou seja, linhas permanentes de tensão entre dois campos de força.
Jean Gottmann	Afirma que o mundo não é uma “bola de bilhar”, sem fronteiras, porque o território é o “abrigo de um povo”, por isso a importância das fronteiras delimitando regimes políticos distintos.
Everardo Backheuser	Tomando as ideias de Ancel, Beckheuser elabora uma “equação de pressão de fronteira” (Supan já havia proposto fórmula parecida), por considerar a fronteira como construção geopolítica dos Estados.
Karl Haushofer	A fronteira é a região da expansão. Um povo deve adquirir o “sentido” da fronteira, esse “precioso fator espiritual que mantém a vida”. A fronteira não corresponderia à linha geométrica do direito internacional.
Hildebert Isnard	As fronteiras são a cristalização dos limites da organização do espaço realizado por distintos projetos políticos, inclusive projetos não-estatais.
Michel Foucher	“A fronteira é uma descontinuidade geopolítica, com funções de delimitação real, simbólica e imaginária”. Considera as fronteiras segundo <i>diádes</i> , bem como a existência de fronteiras internas.
Claude Raffestin	A fronteira é zona camuflada em linha. As divisões político-administrativas são encaradas também como fronteiras (fronteiras internas), porque elas seriam a armadura de sustentação e vitalidade da fronteira externa. Zonas e linhas fariam parte de um sistema de limites.

Fonte: Cataia ([2008] 2011).

Os dois quadros iniciais demonstram que a instituição de fronteiras tem muitas funções, mas que, principalmente, serve como justificativa política e ideológica para o estabelecimento das zonas de defesas militares e para a garantia da soberania dos Estados-Nação. São frutos da concepção de conjuntura política e refletem a prioridade estabelecida por acordos os mais diversos que impunham as condições de comércio e a ordem econômica. Pode-se inferir que a economia é à base do estabelecimento de fronteiras, pois é a finalidade comercial, que historicamente, tem permeado a constituição das fronteiras e a circulação de pessoas e mercadorias.

No último quadro vê-se que outras reflexões sobre o conceito de fronteira tentam avançar sobre a concepção totalitária e autoritária, inserindo nas reflexões novos elementos. Entretanto, a concepção geopolítica destaca-se enquanto elemento importante, porque o debate ainda encontra-se aberto, permitindo interpretações e inserção de processos mais humanos. A inclusão dos seres humanos como componente necessário para o debate sobre fronteira indica a necessidade de se refletir sobre bases para além da geopolítica tradicional.

A função política na demarcação de fronteira é justificada pelo direito internacional que separa as soberanias dos Estados, como afirma Foucher (2009, p. 22) “[...] trata-se de instituições estabelecidas por decisões políticas, projetadas ou impostas, e administradas por

textos jurídicos [...]”. É embasado no direito internacional que se pode abrir ou fechar fronteiras e justificar o aparato militar que caracteriza a maioria das fronteiras internacionais. A função econômica também advém desse fato em virtude do “[...] recolhimento de taxas sobre as transações comerciais e por meio da emissão de vistos para a circulação de pessoas” (FOUCHER, 2009, p. 23), porém não apenas como lugar de controle e sim a partir da criação de identidades nacionais.

Nesta perspectiva, a noção de fronteira não pode ser dissociada da de território, enquanto ideia de forma-conteúdo preconizada por Santos (1996), cuja finalidade está centrada no processo histórico, material e social implicado no conceito de território. Dessa maneira, o que conduz é a noção de território usado, portanto, não limitado a bases geométricas ou físicas, ultrapassando o sentido meramente político. Como já observado, a busca por projetos hegemônicos é marcante na história das fronteiras dos países. Tal afirmação traz a necessidade de ter-se uma compreensão histórica acerca da problemática das fronteiras e de sua delimitação no território dos países que compõem a tríplice fronteira pan-amazônica.

Para tal propósito é importante verificar que esse movimento inicia-se, na América do Sul, por ocasião do Tratado de Tordesilhas³⁸. Algumas décadas mais tarde, na sequência da chamada “questão das Molucas”³⁹, o outro lado da terra seria dividido. Assumindo como linha de demarcação, a leste, o antimeridiano correspondente ao meridiano de Tordesilhas. No contexto das relações internacionais, a sua assinatura ocorreu num momento de transição entre a hegemonia do papado, poder até então universalista, e a afirmação do poder singular e secular dos monarcas nacionais.

Como exemplo, cita-se o caso do território brasileiro que começou a ser delimitado com a assinatura dos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), que trataram da separação das terras espanholas e portuguesas na América. Isso aconteceu pela arbitragem e pelo acordo direto onde as fronteiras foram estabelecidas com base em documentação cartográfica, na história e no princípio do *uti possidetis*. Ao corroborar com essa afirmação,

³⁸ Assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 07 de julho de 1494, celebrado entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. Este tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola resultante da viagem de Cristovão Colombo, que ano e meio antes chegara ao chamado Novo Mundo, reclamando-o oficialmente para Isabel, a Católica.

³⁹ Em 1520, as ilhas Molucas, valorizadas como o "berço de todas as especiarias", foram visitadas por Fernão de Magalhães, navegador português a serviço da Coroa Espanhola. Concluída essa que foi a primeira viagem de circum-navegação (1519-1521), uma nova disputa entre as nações ibéricas se estabeleceu, envolvendo a demarcação do meridiano pelo outro lado do planeta e a posse das ilhas Molucas (atual Indonésia). Alegando que se encontravam na sua zona de demarcação conforme o meridiano de Tordesilhas, os espanhóis ocuparam militarmente as ilhas, abrindo quase uma década de escaramuças pela sua posse com a Coroa Portuguesa.

Machado (2011) demonstra que outro fato importante para a expansão territorial brasileira foi o abandono da política territorial, até então adotada, de concentração das fortificações ao longo da linha da costa.

A incorporação das terras do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará com as terras pertencentes à Espanha marca esse momento na segunda metade do século XVIII, entretanto, anteriormente as lutas foram travadas pela conquista do rio Amazonas. Tal fato é narrado por Garcia na introdução ao Diário do Padre Samuel Fritz ([18--?], p. 355), como:

De facto: o grande rio foi uma revelação hispanhola. Descobriu sua entrada, em 1500, Vicente Yañez Pinzon; perlustrou seu curso desde os Andes do Equador até sua fóz, em 1542, Francisco Orellana. Antes disto, porém, já os portugueses frequentaram o estuario, e eram so elles os que conheciam, conforme o depoimento do proprio Orellana, quando solicitava permissão ao rei Catholico para contractar marinheiros dos portugueses, por serem “los unicos que seian la cota del rio donde se viaje”.

Na luta pelo domínio do rio Amazonas, franceses, holandeses e ingleses se estabeleceram no estuário, entretanto as conquistas portuguesas avançavam para o ocidente empurrando a linha de demarcação.

Desta feita, uma nova configuração da fronteira foi se estabelecendo como afirma Garcia ([18--?], p. 356):

Antes de 1580, a meridiana de Tordesilhas cortava a cota rente ao Cabo do Norte, através da Ilha do Marajó [...]. Depois de 1640, a linha divisória inflectia-se para Oeste, recuando para alem da confluência do Rio Negro, e Portugal dispunha da maior porção da immensa baixada amazônica. O mais foi obra da pertinacia das missões de catechese [...].

Os episódios dessa conquista, a partir de meados do século XVII, são marcados por conflitos e violências das partes interessadas e já são conhecidos, historicamente, porém Garcia ([18--?], p. 356) enfatiza que: “Episodios varios enchem a historia do Amazonas [...] em alguns delles tem uma actuação intensa e memoravel o jesuíta Alemão Samuel Fritz, da província de Quito, oppositor pugnaz ao avanço dos portugueses”. O que reforça a atuação dos jesuítas na história da conquista e demarcação dos limites do território amazônico.

Para além dos marcos conceitual e histórico sobre as fronteiras brasileiras, e, principalmente, as pan-amazônicas, as pesquisas de Pinton e Aubertin (2007) remetem às práticas sociais, em que essas assumem um lugar de transgressão, onde tudo é possível. De tal sorte que:

A fronteira dá a ilusão de um recomeço, mas ela não avança em linha contínua; pelo contrário, forma o que se chama de espaço reticulado, isto é, um conjunto de pequenas ilhas ocupadas por atividades agrícolas, sendo algumas delas ligadas às redes e às infraestruturas de comunicação: rodovias, informações, equipamentos militares, capital etc. (PINTON; AUBERTIN, 2007, p. 5).

Dessa feita, ao pesquisarem a fronteira agrícola na Amazônia retomam a problemática da forte pressão antrópica sofrida às margens dos eixos rodoviários e a incompatibilidade do modelo de ocupação com o desenvolvimento agrícola familiar.

Tal modelo será disseminado, guardadas às devidas proporções, nos países pan-amazônicos que intentam buscar soluções para as crises econômicas, que ciclicamente tem assolado os países latino-americanos. De maneira geral, os países enfrentam processos de ocupação, estimulados por políticas de integração do espaço territorial com impulso em investimentos infraestruturais, apoiados pelo capital transnacional. Esse modelo não é absorvido sem resistência pelas populações que iniciam movimentos de combate, gerando conflitos sociais e políticos, em alguns casos, com projeção internacional.

O modelo de ocupação e as mudanças ocorridas com a inserção das questões ambientais e do DS apontam para uma visão estratégica nova da Amazônia e Pan-Amazônia, enquanto economia-mundo. Neste sentido, a intensificação do processo de ocupação abre um espaço econômico e geopolítico novo, com investimentos de porte grande em infraestruturas que multiplicam os eixos de desenvolvimento e integração. Brito (2001), revela ao analisar a política do Estado de distribuição de terras na Amazônia, as contradições do modelo que indicam uma falta de integração entre os elementos organizacionais e uma estrutura de ação social moderna.

Segundo Brito (2001), tal fato fez surgir um abismo social e econômico entre as regiões, a partir da concentração dos setores mais dinâmicos da economia. Demonstra assim, que o interesse no avanço do capitalismo na fronteira era estratégia geopolítica do poder, através da criação de órgãos cujo papel foi definitivo para o processo de ocupação na Amazônia. Ao refletir sobre a geopolítica da Amazônia, Becker (2005) sinaliza a importância da revolução científico-tecnológica que transnacionaliza os movimentos sociais.

Para Becker (2005, p.72) os agentes sociais organizados têm suas próprias territorialidades e geopolíticas, tirando de foco o modelo histórico de economia de fronteira:

A Amazônia, o Brasil e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira caracteriza toda a formação latino-americana.

Esse fato demonstra as resistências regionais e os conflitos de interesses, apontando para uma mudança no padrão de desenvolvimento, que entenda os diferentes projetos geopolíticos e seus atores.

Martins (2009) também compreende a fronteira como um processo de ampliação do mundo capitalista, onde há claramente o reconhecimento do conflito levado a esses territórios.

Para Martins (2009, p. 11) a fronteira é concebida para além da fronteira geográfica:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

A fronteira, como espaço de conflitos e vulnerabilidades sociais, também está presente quando se investiga processos de migração. Nesse sentido, se reveste de possibilidades de recomeço para aqueles que foram despossuídos de um sentido de pertencimento causados por perdas ocorridas no meio ambiente natural (refugiados ambientais).

A migração transfronteiriça na Pan-Amazônia acontece de maneiras diversas, e é intensificada por motivos os mais distintos: melhoria nas vias de acesso, iniciativas de integração regional, acordos diplomáticos bilaterais e precária fiscalização (ARAGÓN, 2009). Essa mobilidade provoca problemas, como os de insegurança ao constituírem-se em rotas do narcotráfico, além das transformações culturais, os fluxos de prostituição e os embates étnicos decorrentes dessa mobilidade (AROUCK, 2002). Tal fato provoca um estranhamento ao se deparar com núcleos urbanos fronteiriços que decorrem, principalmente, por questões de insegurança na integridade física do ser humano.

A problemática da fronteira enquanto delimitação⁴⁰ do território é conduzida por políticas públicas que podem ser “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Assim, percebe-se que resultam do exercício do poder político, com envolvimento de interesses diferentes e contraditórios, pois estão relacionadas com o regime político, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Tal fato conduz a uma complexificação

⁴⁰ Considera-se “delimitação” o estabelecimento e a ratificação dos tratados que versam sobre uma fronteira. Para isto, os negociadores de um país e outro país decidem, à vista de documentação disponível, como deve ser traçada a linha delimitadora dos territórios que estão sendo definidos. É um processo essencialmente político. A “demarcação” é o trabalho realizado por demarcadores, que procuram interpretar no terreno as intenções dos delimitadores. Nessa fase são implantados os “marcos demarcadores” ou “marcos principais”, definidores das grandes linhas de contorno do território. Já a “caracterização” é um trabalho técnico, no qual se procura, à medida que aumentam as necessidades consequentes das ocupações populacionais ao longo das fronteiras, colocar novos marcos definidores da linha limite (MRE, 2011).

quando da inserção do componente da globalização que interfere em sua formulação por pressões de organismos multilaterais.

Outra implicação vem no contexto da introdução da perspectiva do DS que traz em si dilemas para implementação e avaliação de políticas públicas que possibilitem experiências com esse foco. Para Tavares (2005), o processo de construção da noção de DS aponta para a necessidade de se ter atenção aos princípios da sustentabilidade econômica, política, demográfica, geográfica, cultural e social no processo de gestão de políticas e programas. Entretanto, as reflexões sobre as políticas públicas setoriais demonstram que a análise do sistema político (FREY, 2000) não pode se restringir ao conhecimento de planos, programas e projetos.

Deste modo, a adoção de políticas neoliberais tem provocado inúmeros conflitos emergindo de uma concepção nova de mundo com enfrentamentos, inclusive, no campo da ética e da moral (SIMONIAN, 2006). Esse caráter de transformações que passam a existir a partir da adoção de políticas públicas de cunho neoliberais, acontece por que:

Uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos e, para o neoliberalismo, o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com o mínimo de ação do Estado. Deve existir o mínimo de regulamentação possível, as políticas distributivas devem compensar desequilíbrios mais graves e, portanto, passam a ter o caráter cada vez mais seletivo e não universalizante; as políticas redistributivas não são toleradas, por que atentam contra a liberdade de mercado e podem incentivar o parasitismo social (TEIXEIRA, 2002, p. 3-4).

Dessa feita, o processo de concentração de renda e exclusão social pela adoção de políticas subordinadas aos interesses meramente econômicos (BURSZTYN, 2003) expõe as mazelas e as desigualdades geradas pelo sistema, inclusive em áreas de fronteira.

Na Amazônia e Pan-Amazônia, a replicação do modelo tem trazido consequências nefastas. Ao estudar a formação do agrário na Amazônia, Costa (2000) aponta o caráter decisivo da adoção das políticas centradas no econômico para o processo de acesso a terra e aos recursos da natureza. De acordo com o autor, o processo de privatização de terras tem se estabelecido a partir de estruturas próprias e modos peculiares de apropriação de terras e dos recursos da natureza, bem como das relações sociais e técnicas oriundas desse processo.

Em estudos realizados por Castro (2008), entende-se que esse processo implica também na adoção de um modelo de modernização para a Amazônia capitaneada pelo Estado:

Inicialmente com as políticas de incentivos fiscais, aberturas de estradas e colonização visando integração ao mercado nacional; e nos anos 1980, direcionando investimentos massivos à produção mineral [...]. Nos anos 1990, o Plano Brasil em Ação (1996-1999) e, logo após o Avança Brasil (2000-2003), com os projetos de infra-estrutura articulados em Eixos de Desenvolvimento, traçam as linhas de intervenção no espaço regional baseadas em projetos de infra-estrutura de transporte

e comunicação, com pretensão de integrar os oito países com região amazônica, abrindo os mercados do Atlântico ao Pacífico (CASTRO, 2008, p. 21).

A questão da centralidade que toma a Amazônia nas políticas de integração continental demonstra que o espaço amazônico é estratégico para a economia mundializada. E, que está focalizado, como posto por Castro (2008, p. 22) “[...] na Amazônia Ocidental onde se situa a maior parte da faixa de fronteira política e de países vizinhos”. Essa política aponta a região como fronteira nova e aberta a diferentes possibilidades econômicas.

Nesta perspectiva, as políticas públicas adotadas buscam a ocupação e defesa do território amazônico, que segundo Miyamoto (2008) são o corolário do Tratado de Cooperação Amazônico (TCA). Ao realizar suas análises enfatiza o papel de destaque da Amazônia no cenário internacional, com ênfase para as políticas de DS que devem ser compartilhadas pelos países da Pan-Amazônia. Essa realidade induz a enfrentamentos novos na elaboração de políticas públicas, o que proporcionou a adoção do modelo de sistema nacional de AP, seguido pelos países pan-amazônicos.

Neste sentido, o Brasil é reconhecido internacionalmente como o país com o maior número de leis ambientais. Tal realidade remete a implicações de ordens diversas e tem provocado mais conflitos do que resolvê-los (BENATTI, 1997). Isto vem confirmar a importância da adoção de políticas públicas ambientais que possibilitem a implantação de um modelo endógeno às características do mundo amazônico e pan-amazônico. Essa perspectiva, em uma primeira análise, afasta-se do modelo que prioriza as grandes propriedades e os empreendimentos agropecuários (CASTRO, 2010) causadores de tantos conflitos em áreas de fronteira.

Isto requer também uma maneira nova de se estabelecer processos equitativos de distribuição de terras, que sejam menos predadoras do que o modelo de colonização já adotado (HURTIENNE, 2001). Essa dinâmica nova requer organizações dos produtores familiares que impulsionem políticas mais igualitárias, como afirmam Pinton e Aubertin (2007, p. 6):

O surgimento de organizações representativas de pequenos camponeses, a multiplicação dos movimentos sociais, a descentralização do poder, um conjunto de políticas públicas visando apoiar a agricultura familiar por meio de acesso ao crédito – a equipamentos e à capacitação –, assim como a cessão aos sem-terra de loteamentos agrícolas (assentamentos), entre outros fatores, revelam a importância doravante atribuída ao mundo rural.

Embora essas afirmações remetam à valorização do rural e das frentes pioneiras no território amazônico, essa realidade ainda não é uma prática consolidada. O que se observa é a

crescente onda de conflitos por terras, com mortes anunciadas daqueles que lutam também pela conservação ambiental.

Deste modo, a expansão econômica se estabelece para além da fronteira amazônica brasileira, penetrando na Pan-Amazônia que se constitui em um espaço novo de interesse geopolítico. Como salienta Castro (2012, p. 47), “[...] o governo brasileiro tem defendido seu projeto desenvolvimentista e testado, nas relações internacionais, sua capacidade de negociar novos mercados no espaço sul-americano”. Tal articulação é um movimento grande que perpassa todos os países que também estão expandindo suas fronteiras para o mercado mundial.

Para tanto, estabelece-se acordos de cooperação para financiamentos de projetos de infraestrutura que liguem os países produtores de *commodities*, gerando uma fronteira de *commodities* (CASTRO, 2012, p. 55). Ao analisar os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) na Pan-Amazônia, Castro (2012, p. 49) enfatiza que:

No eixo do Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru), encontram-se projetos de duas hidrelétricas no rio Madeira, no Brasil (Jirau e Santo Antonio), e, na mesma bacia, estão previstas duas hidrelétricas na Bolívia e quatro no Peru, o que tem sido objeto de contestação por parte das populações locais que sentem seus direitos territoriais e identitários ameaçados nos três países.

Ressalte-se que são projetos intermodais, que objetivam a integração dos mercados e ampliam os conflitos que podem fazer desaparecer as relações socioambientais entre os povos que habitam o espaço transfronteiriço.

A ampliação dos mercados, capitaneada pelo Estado brasileiro, tem prospectado também oportunidades de negócios em serviços com países fronteiriços como a Colômbia e o Peru. No caso colombiano, os prováveis investimentos são os de: serviços de engenharia, construção civil e arquitetura; softwares; serviços fabris em geral; relacionados à atividade mineradora, extração de petróleo e gás; produção e distribuição de biocombustíveis; turismo; serviços financeiros, bancários e seguros (MDIC, 2008). No tocante ao turismo, o interesse do governo colombiano é atrair empresas brasileiras com experiência internacional em turismo.

No Peru, os serviços de maior potencial de investimentos brasileiros são: construção civil; geração e distribuição de eletricidade; atividades fabris e mineradoras; distribuição, vendas no atacado e no varejo; software; serviços financeiros (MDIC, 2009). Ressalte-se que nesse país a atividade de mineração corresponde a 50% das exportações e é o setor que mais atrai investimentos. Nesse caso o turismo, embora tenha crescido bastante nos últimos anos, é

realizado por empresas nacionais que operam diretamente com os mercados externos, portanto com relativo conhecimento das operações de investimento no setor.

Entretanto, a abertura de estradas e a implantação de um sistema de hidrovias facilitarão não apenas o escoamento da produção e o comércio, mas também dinamizarão o deslocamento das pessoas na tríplice fronteira. A consequência disso pode vir a ser um incremento no setor turístico dos países, gerando impactos pelo desenvolvimento do chamado turismo de negócio. Esse segmento do mercado turístico não implica em conservação dos recursos naturais, configurando-se mais próximo do turismo de massa, portanto com consequências poluidoras.

Neste sentido, a Pan-Amazônia e, principalmente, a tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru estrutura-se na condição de fronteira que se abre para todo o tipo de negociação com o mercado global, refletindo a cobiça deste por mercados novos de consumidores. Assim, a fronteira não se configura mais como linha de separação ou limite na tradição de seu conceito clássico e que serviu para marcar a geopolítica dos países em sua soberania. Trata-se agora de fronteiras liberadas para toda a sorte de negociações com o mercado global, portanto permeadas pela noção da formação de blocos econômicos.

Esta hegemonia, como não poderia deixar de ser, reflete-se também na atividade turística, uma vez que os países pertencentes aos blocos intentam facilitar os deslocamentos com diminuição dos controles de segurança. A descriminalização da fronteira é o objetivo principal das políticas públicas que pretendem dinamizar as possibilidades de negócios entre os países transfronteiriços. Nesse caso, há que se estabelecer outro sentido de fronteira, a partir de parâmetros que sejam os mais próximos das realidades locais e que contemplem os fatores da biossociodiversidade, ou seja, o de fronteira humanizada.

3 A AMAZÔNIA BRASILEIRA E QUESTÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

Não são poucas as imagens que surgem quando da evocação da palavra Amazônia, as quais vão desde o planejamento de sua delimitação político-administrativa até à cosmovisão das populações, tradicionais ou não, que habitam este território. Por força da história do planejamento do desenvolvimento imposto pelos organismos criados para compreender a dinâmica biossocioespacial desta complexa imensidão territorial, nomenclaturas diferentes foram utilizadas. Dessa maneira, os termos Amazônia continental, brasileira, legal, região norte, região amazônica, Amazônia ocidental e oriental foram sendo adotados por políticas centralizadoras e de cunho desenvolvimentista com base no mote da integração nacional.

Neste sentido, não se pode mais falar de Amazônia sem “[...] especificar espacialmente de que sub-região está se falando” (NOGUEIRA, 2007, p. 23), ou seja, existem concepções diversas de Amazônia. Tais concepções são forjadas pelo próprio Estado que:

[...] para melhor efetivar sua ação neste território também vai elaborar outras Amazônias, dividindo-as em Amazônia Legal, Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, além da própria Região Norte, cada uma com sua circunscrição espacial e destinada a determinados programas, deixando evidente que o espaço é político (NOGUEIRA, 2007, p. 25).

Desse modo, compreende-se que a Amazônia continental também é uma elaboração política a partir da aglutinação dos nove países e dos cerca de 7,5 milhões de Km² sob a influência da floresta tropical úmida e de seus recursos naturais.

O que se convencionou chamar de Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e dela fazem parte os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°W) (IPEA, 2008). O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953⁴¹ para planejar o desenvolvimento econômico da, até então denominada, Amazônia brasileira e, para tanto, seus limites foram mudados inúmeras vezes. Tais mudanças ocorreram também por causa das alterações efetivadas na divisão político-administrativa do país.

Outra premissa recorrente para tais alterações é o fato de que o planejamento do desenvolvimento imagina a Amazônia como um espaço homogêneo, o que por si só, já induz em erros. A Amazônia exige tratamento diferenciado por apresentar formação histórica e tipos

⁴¹ Estabelecida inicialmente pela Lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que definia a área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Os limites atuais foram definidos pela Lei Complementar n. 124, de 3 de janeiro de 2007, que recriou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O Plano Amazônia Sustentável (PAS), ao considerar integralmente o estado do Maranhão, ampliou a superfície da Amazônia Legal para 5.088.688, 44 Km², ou seja, 60% do território nacional (BRASIL, 2008).

de atividades econômica, social e política distintos (HOMMA, 2011). Nesse sentido, o contexto histórico demonstra que o projeto de integração da Amazônia ao eixo de desenvolvimento do centro sul brasileiro inicia nos anos de 1940 (ALVES, HOMMA, 2008), com o modelo de ocupação regional.

Como já amplamente estudado por cientistas nacionais e estrangeiros (HÉBETTE; MARIN, 2004; CASTRO, 2008; SIMONIAN, 2000; FEARNSSIDE, 2006; MEGGERS, 1976; ROOSEVELT, 1990), este modelo de ocupação do “vazio” demográfico amazônico não considerou a cultura e a vocação da região (ALVES; HOMMA, 2008). Do ponto de vista demográfico são paradigmáticos os estudos que Aragón vem realizando desde o ano de 2005, tornando visíveis os problemas populacionais e desmitificando a concepção de “vazio” demográfico. Nesse item, a tabela 2, traz uma caracterização das Unidades da Federação (UF) que compõem a Amazônia Legal, comparando suas áreas territoriais com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a população e o número de municípios.

Tabela 2- Caracterização das UF que compõem a Amazônia Legal

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA TERRITORIAL (Km²)	IDH	POPULAÇÃO (Estim. 2014)	MUNICÍPIOS (Quant.)
Acre	164.123,739	0,663	790.101	22
Amapá	142.828,52	0,708	750.912	16
Amazonas	1.559.148,89	0,674	3.873.743	62
Maranhão	331.936,948	0,639	6.850.884	217
Mato Grosso	903.378,292	0,725	3.224.357	141
Pará	1.247.954,32	0,646	8.073.924	144
Rondônia	237.590,543	0,690	1.748.531	52
Roraima	224.303,187	0,707	496.936	15
Tocantins	277.720,569	0,699	1.496.880	139
TOTAL	5.088.985,008	-	27.306.268	808
BRASIL	8.515.767,049	0,744	202.768.562	5.570

Fonte: Elaborada e atualizada por Paulo M. Pinto (2015), a partir de IBGE; PNUD (2013).

Como se depreende, os estados da Amazônia Legal possuem um IDH considerado de nível médio – de 0,500 a 0,799 – pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), enquanto o Brasil destaca-se entre os países com alto IDH. Como se pode observar também a população concentra-se em alguns estados como Pará, Maranhão, Amazonas e Matogrosso, provocando problemas diversos, como o da migração para as grandes e médias cidades. Tal fenômeno fez com que a população rural venha decrescendo desde os anos 1970 (HOMMA, 2011), concentrando-se nas cidades e destacando os estados com maior concentração populacional no denominado arco do desmatamento.

A contínua mobilidade migratória na Amazônia é acompanhada da formulação e execução dos programas de ocupação e desenvolvimento, fenômeno conhecido como

expansão da fronteira. Em Aragón (2013, p. 9), tal processo é descrito como o “[...] avanço no espaço nacional em termos de ocupação demográfica e econômica, incorporando novas áreas ao controle do Estado”. Trata-se, em verdade, da inserção da região as facetas novas do mercado globalizado estimulando a mobilidade migratória, ultrapassando os limites do ecossistema da floresta tropical úmida brasileira, estendendo-se para além das fronteiras internas.

Estas redefinições novas fizeram com que o Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado no ano de 2008, alterasse os limites da Amazônia Legal, incorporando integralmente o estado do Maranhão à área geográfica amazônica. Enquanto o termo Amazônia Legal leva em consideração os aspectos ecossistêmicos, o conceito de Região Norte⁴² baliza-se pela articulação econômica e de estrutura urbana na organização do espaço territorial. É com base nessa divisão regional que o planejamento oficial define as mesos e microrregiões geográficas, tendo em vista as mudanças institucionais e os avanços socioeconômicos diferenciados para cada uma das cinco macrorregiões brasileiras.

Outra divisão diz respeito às Amazônias oriental e ocidental, a primeira faz referência aos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. A segunda foi definida a partir da publicação do Decreto-Lei n. 291, de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia ocidental e da faixa de fronteira, incluindo os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. É essa porção territorial, também conhecida por sua biodiversidade ainda conservada, que se convencionou chamar de “última fronteira” (NOGUEIRA, 2014), ou de fronteira do capital natural.

O bioma⁴³ Amazônia se estende pelos países que formam a denominada Amazônia Continental, Internacional ou Pan-Amazônia, ou seja, ultrapassa as fronteiras brasileiras, incluindo os países vizinhos. Desta maneira, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, também assumem importância geopolítica enquanto fronteira do capital natural. A Pan-Amazônia corresponde a 7,8 milhões de Km², embora existam maneiras diferentes para definir seus limites cartográficos que vão desde os biofísicos (hidrografia, relevo, vegetação), até os administrativos.

Em que pese às maneiras diversificadas para definição de Amazônia e, portanto, da Pan-Amazônia, a adoção de critérios diferentes revela a dinâmica deste espaço geográfico.

⁴² Implantadas pelo IBGE em 1942, agregando as UF em grandes regiões a partir de suas características físicas. Em 1970 é elaborada a divisão em macrorregiões da qual resultaram as cinco regiões brasileiras atualmente conhecidas (IBGE, 2014).

⁴³ Conjunto de diferentes ecossistemas, que possuem certo nível de homogeneidade. Os limites atuais considerados para o bioma Amazônia foram definidos pelo IBGE em 2004 e pelo MMA em 2006, na publicação *Biomass do Brasil* (ABSY, 2013).

Tais dinâmicas requerem adoção de ferramentas técnico-metodológicas diversas para aferição dos contextos biossocioculturais e das problemáticas daí advindas. É o caso, por exemplo, da contabilização da superfície dos países pan-amazônicos que varia de acordo com a fonte de informação adotada, como pode ser observado na tabela 3, que utilizou informações da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).

Tabela 3- Superfície dos países que compõem a Pan-Amazônia

PAÍS	SUPERFÍCIE TOTAL (Km ²)	SUPERFÍCIE AMAZÔNICA (Km ²)	AMAZÔNIA (%)
Brasil	8.514.876	5.006.316	58,8
Bolívia	1.098.581	475.278	43,3
Colômbia	1.138.910	483.119	42,4
Equador	248.406	116.604	46,9
Guiana	214.969	214.969	100,0
Guiana Francesa	86.504	86.504	100,0
Peru	1.285.215	782.820	60,9
Suriname	163.820	163.820	100,0
Venezuela	916.445	453.915	49,5

Fonte: RAISG (2013).

Tais informações podem apresentar alguma discrepância, se cotejadas com outros indicadores como o do IBGE, entre outros. A maioria dos indicadores leva em consideração as características da formação territorial, são poucos os que dão conta de sua complexidade socioambiental. Nesse sentido, Aragón (2013) alerta para o processo de migração interna na Pan-Amazônia, e para o fato da crescente inserção da região nos mercados nacionais e mundiais de matérias-primas e serviços.

Estes processos têm se intensificado pela abertura de vias de penetração novas avançando aos lugares mais remotos da Amazônia e da Pan-Amazônia (ARAGÓN, 2013). Assim, desafios e ameaças se configuram no espaço nacional e transnacional e se conformam em uma “[...] série de atividades ilegais que vão desde o tráfico de drogas ao contrabando e descaminho de diversos tipos de produtos” (PENNA FILHO, 2013, p. 94). Esses ilícitos transfronteiriços e as políticas públicas para combatê-los têm provocado impactos e transformações nos 1.497 municípios e nos 68 departamentos/estados/províncias (RAISG, 2013), dos países⁴⁴ que compõem a Pan-Amazônia.

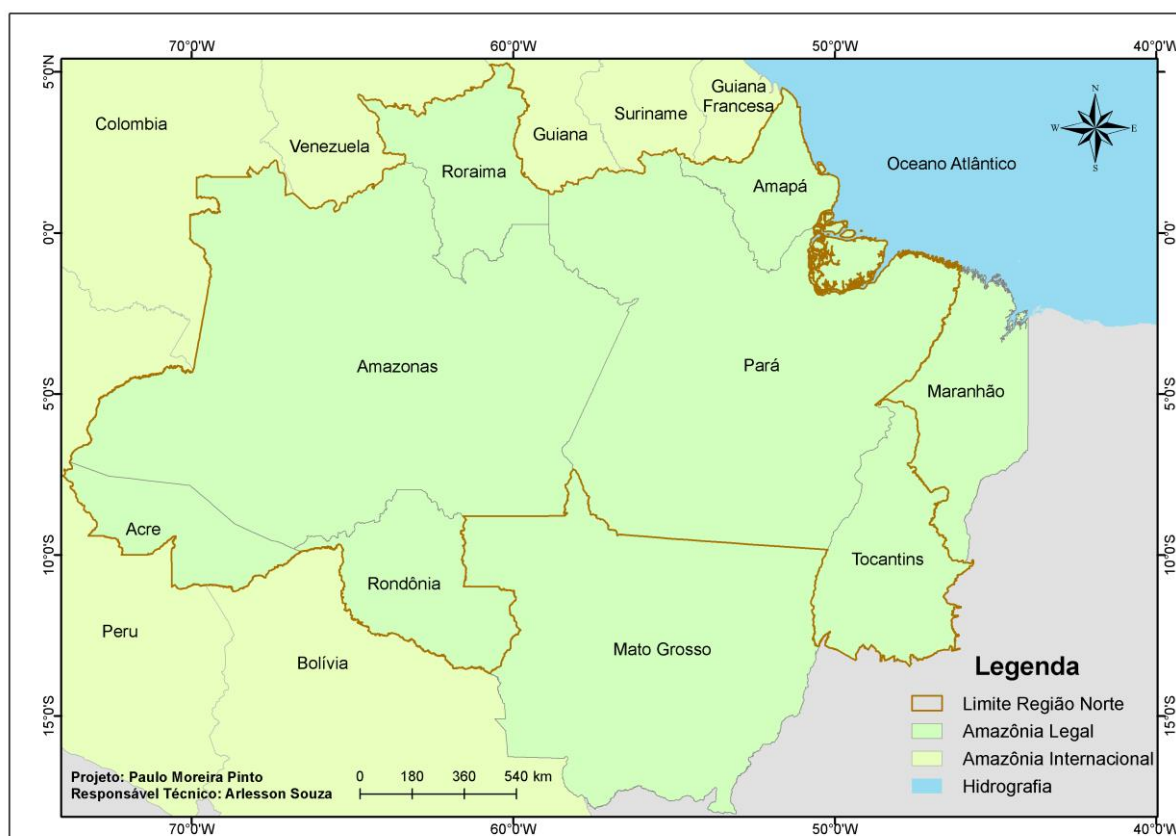
Sobre a Amazônia ainda persiste a ideia de um “vazio” demográfico, embora, como se verá em seguida, os aglomerados urbanos se avolumem como formas típicas das relações que se estabelecem entre sociedade e mercado. Neste sentido, as cidades localizadas na fronteira

⁴⁴ São 12 macrobacias e 158 sub-bacias. As porções amazônicas estão assim distribuídas: Bolívia (6,2%), Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guiana (2,8%), Guiana Francesa (1,1%), Peru (10,1%), Suriname (2,1%), Venezuela (5,8%) (RAISG, 2012).

padecem de toda a sorte de problemas como conflitos pela posse de terras e a luta por postos de trabalho. Além disso, vê-se a precarização dos serviços públicos essenciais como o de saúde e educação, e a emergência de problemas inter-raciais dada a presença de grupos étnicos distintos.

A Amazônia e, conseqüentemente, a Pan-Amazônia, como podem ser visualizadas no mapa 2, tem sido alvo de seguidas estratégias do Estado, no sentido da proteção e da salvaguarda do seu território. Tais preocupações são forjadas por causas distintas como explica Miyamoto (2008), que vão desde o alinhamento de países da fronteira Norte com as ideologias marxistas até a internacionalização da Amazônia, surgindo daí acordos como o TCA, de 1977, e o Projeto Calha Norte (PCN), de 1985.

Mapa 2- Configuração geográfica das Amazônia



Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

Emblemático deste ponto de vista é a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) no ano de 2002, que opera com o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) para ser o projeto ambiental e de segurança da Amazônia Legal de proporção enorme. De acordo com Cypriano (2006) a base teórica dessa iniciativa está no pensamento do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e a sua tese de ligação do corpo social à

proteção e ao domínio do território. O que tem provocado críticas de cientistas os mais diversos sobre o arcabouço ideológico do projeto, a sua verdadeira função, seus custos elevados e a sua priorização em relação a outros mais exequíveis para a sociedade amazônica.

Apesar disto, a floresta tropical úmida padece de um desconhecimento acerca de suas semelhanças e diferenças, enquanto território e demografia. Isto demonstra a necessidade de um saber próprio, ou seja, de padrões de desenvolvimento elaborados a partir do conhecimento endógeno. Tal fato aponta para as singularidades não previstas em assertivas do discurso homogêneo que propugnam políticas de desenvolvimento que requerem investimentos em tecnologia muito elevados, sem atentar para as realidades biossoculturais amazônicas.

3.1 O estado do Amazonas e os problemas socioambientais da fronteira em expansão

A região Norte do Brasil também padece de todo tipo de descaminhos, ainda mais acirrados por sua inserção no processo de globalização, que a vê como mercado promissor de *commodities*. O fluxo de migração interno tem se intensificado a partir da busca por postos de trabalho criados pelos programas de desenvolvimento econômico, capitaneados pelo Estado desde os anos de 1950. Tal fluxo tem determinado um acúmulo populacional nas cidades que apresentam as melhores condições para a sua fixação, tornando a sua distribuição bastante desigual.

Na Amazônia ocidental, o estado do Amazonas é emblemático deste processo de avanço da fronteira, pois apesar de ser – ou por causa disto – a maior UF em área territorial, apresenta uma baixa densidade demográfica de 2,23 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2011). Esta distribuição populacional desigual se reflete nos 62 municípios amazonenses, pois dos 3.873.743 habitantes do estado, 1.802.014 estão concentrados na capital Manaus, conferindo-lhe uma densidade demográfica elevada, de 158,06 hab./Km² (IBGE, 2011). Tal concentração tem produzido processos degradantes do ponto de vista socioambiental, que se refletem nas moradias precarizadas, na poluição do solo e do ar e nas condições desumanas de saneamento etc.

Tal processo transborda para além do espaço geográfico das grandes cidades desenvolvendo as:

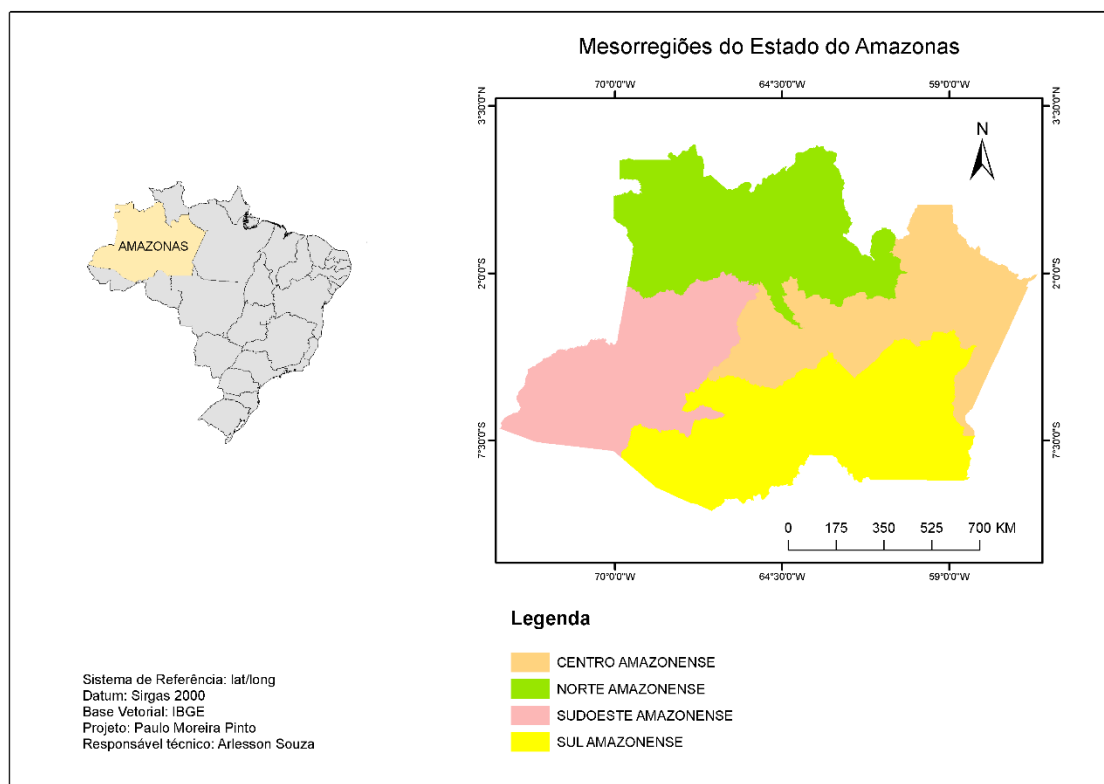
[...] periferias e hiperperiferias e das áreas periurbanas que se constituem cada vez mais em zonas de transição demarcadas pelo avanço crescente do urbano sobre o campo, sobre territórios organizados por modos de vida culturalmente diversos, como os territórios quilombolas e indígenas, as áreas ocupadas por população ribeirinha, como nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, redefinindo a relação

cidade-campo que não desaparece, mas subordina-se à relação urbano-rural (CARDOSO, 2012, p. 14).

Este processo transbordante se reafirma nos índices de pessoas que habitam as áreas rurais do estado que são 728.495, contra os cidadãos que somam 2.755.490 (IBGE, 2010). Para o caso das denominadas pessoas indígenas (IBGE, 2010), no Amazonas tem-se a somatória de 265.406, divididos em duas categorias: pessoas residentes em terras indígenas, 135.877, e pessoas indígenas residentes em terras indígenas, 129.529.

O estado do Amazonas encontra-se dividido em 4 mesorregiões: Centro, Norte, Sudoeste e Sul amazonense, como observado no mapa 3; e 13 microrregiões: Alto Solimões, Japurá, Juruá, Madeira, Manaus, Boca do Acre, Coari, Itacoatiara, Tefé, Rio Negro, Rio Preto da Eva, Purus e Parintins, visualizadas no mapa 4. O IDH do Amazonas é de 0,674, ou seja, situa-se na faixa de desenvolvimento médio – de 0,600 a 0,699 – de acordo com o PNUD (2012), porém, na capital Manaus, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é elevado 0,737 (PNUD, 2010). Não obstante, dois municípios ocupam os índices mais baixos no *ranking* do IDHM: Itamarati com 0,447 e Atalaia do Norte com 0,450.

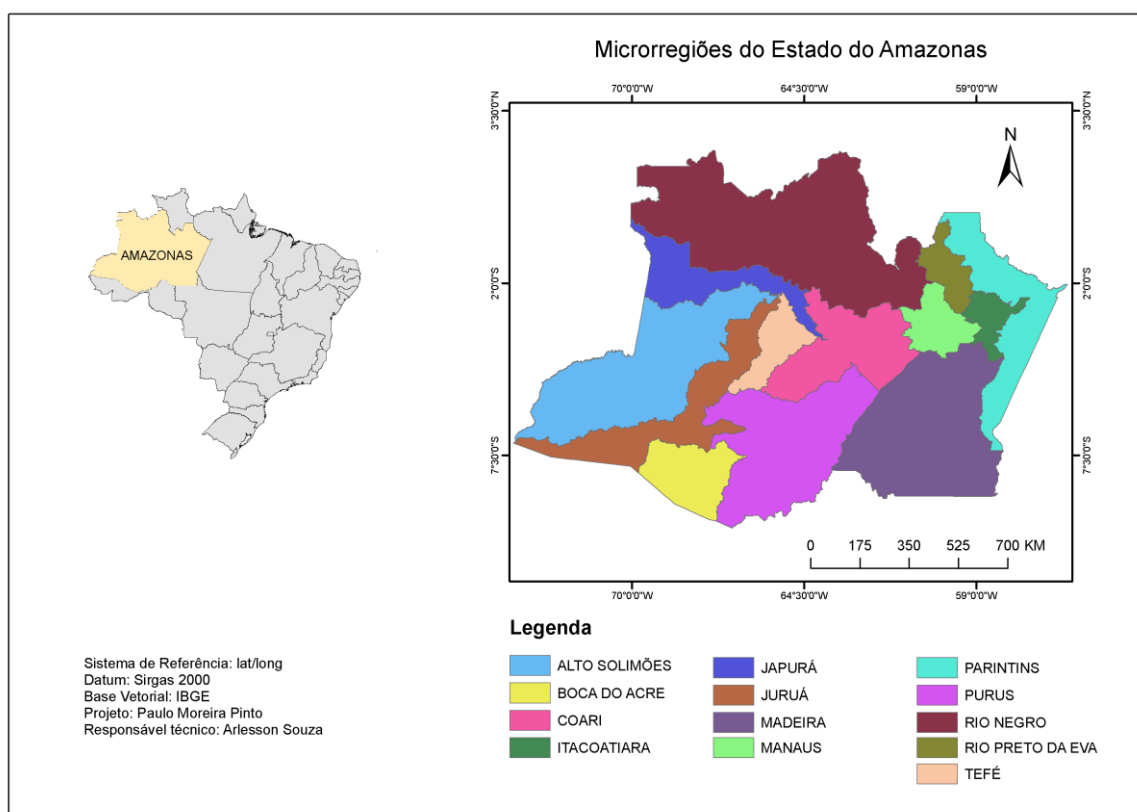
Mapa 3- Mesorregiões do estado do Amazonas



Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

A história econômica do estado do Amazonas já foi bastante investigada, baseada inicialmente, no extrativismo florestal madeireiro e não madeireiro e na pesca tradicional, ao longo do tempo houve a desativação da produção não madeireira e a madeireira encontra-se em declínio, bem como o setor pesqueiro, cuja atividade é realizada de maneira altamente predatória (BIRD, 2006). Tal processo tem causado o empobrecimento de grande parte do contingente populacional provocando um movimento migratório intenso de pessoas para os centros urbanos do estado, com isso aprofundando os problemas crônicos de desemprego, violência e carência de estrutura social.

Mapa 4- Microrregiões do Amazonas



Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

Posteriormente ao *boom* econômico da exploração da borracha (*Hevea brasiliensis*), a “[...] receita do estado provinha da atividade agropecuária e do extrativismo da juta [*Corchorus capsularis*] e da borracha” (ARAÚJO; PAULA, 2009, p. 143). Atualmente, o modelo econômico baseia-se na indústria de bens finais, em uma matriz de importações e incentivos fiscais. Como afirmam Araújo e Paula (2009, p. 143), “[...] este modelo, nunca surtiu e nem hoje demonstra os efeitos esperados no crescimento do estado. O que transformou o interior em bolsões primitivos de miséria”.

Na busca de um modelo novo, a estratégia do poder público amazonense é a de interiorização econômica “[...] baseada nas potencialidades regionais, para gerar emprego e renda, juntamente com o setor industrial de Manaus” (ARAÚJO; PAULA, 2009, p. 143). Obviamente que a procura por modais novos como as rodovias e hidrovias geraram consequências nefastas para a biossociodiversidade, bem como para acirrar os conflitos por terras. Essas estratégias novas de incorporação das microrregiões, em um primeiro momento, não surtiram os resultados esperados, principalmente no tocante às questões infraestruturais, como estradas, sistema de transporte etc.

Isto porque a área territorial do Amazonas é muito extensa, entretanto o acesso é restrito e realizado por via fluvial ou aérea, haja vista que as estradas são poucas, a exemplo da BR-174 (Manaus-Boa Vista) que dá ingresso ao norte do estado, e a BR-139 (ligação a noroeste). A hidrovia do rio Madeira e o rio Amazonas possibilitam a conexão regional e a inserção ao mercado internacional. Suas fronteiras e limites são com o estado do Pará (leste), Rondônia e Acre (sul e sudoeste), Roraima (norte), Mato Grosso (sudeste), e com os países Colômbia (noroeste), Peru (sudoeste) e Venezuela (norte).

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) possui área de 101.475 Km² e foi criada pela Lei Complementar Estadual n. 52/07, composta pelos municípios de Iranduba, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Manacapuru, Novo Airão, Rio Preto da Eva. A RMM, está baseada economicamente no modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM)⁴⁵, criada pela Lei n. 3.173, de 06 de junho de 1957, para ser um porto livre. Entretanto, o Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, reformulou o modelo, implantando os polos industrial, comercial e agropecuário com incentivos fiscais para 30 anos.

Importa salientar que a partir do advento do Decreto n. 356, de 15 de agosto de 1968, os benefícios da ZFM foram estendidos a todos os estados da Amazônia Ocidental. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criada para administrar o modelo pelo Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, passou, no ano de 1989, a abrigar em sua jurisdição sete Áreas de Livre Comércio (ALC)⁴⁶. Sendo que a primeira ALC foi criada no município de Tabatinga pela Lei n. 7.965, de 22 de dezembro de 1989.

⁴⁵ Trata-se de um modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil Km², tendo como centro a cidade de Manaus e está assentado em incentivos fiscais e extrafiscais, instituídos com objetivo de reduzir desvantagens locacionais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada (SUFRAMA, 2015).

⁴⁶ Criadas com objetivo de promover o desenvolvimento de municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia e integrá-los ao restante do país, por meio da extensão de alguns benefícios fiscais do modelo ZFM, da melhoria na fiscalização de entrada de mercadorias e do fortalecimento do setor comercial, agroindustrial e extrativo (SUFRAMA, 2015).

No contexto histórico da ZFM pode-se observar que houve a implantação dos três polos econômicos já citados, porém é o Polo Industrial de Manaus (PIM), que contabiliza a sustentação do modelo com cerca de 600 indústrias de alta tecnologia. O polo agropecuário está voltado para projetos que envolvam as atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira etc. Entretanto, desde o ano de 2003 o governo do Amazonas tem buscado diversificar a economia com relação aos setores de bioindústria, agroindústria, turismo e energia (VILLAROEL, 2012), tentando alinhar o Produto Interno Bruto (PIB) dos setores indústria/serviços.

Tal alinhamento está marcado pela inserção do componente ambiental principalmente as atividades ligadas à exploração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Assim, o modelo ZFM vem ganhando destaque, não apenas do ponto de vista econômico, como se pode observar nos indicadores da tabela 4, mas também pelas novas estratégias de políticas públicas embasadas no conceito de DS. A lógica estratégica preconizava a prorrogação do prazo de vigência do modelo, obtida por meio da Emenda Constitucional n. 42, de 19 de dezembro de 2003, que estendeu o prazo de 2013 para 2023.

Tabela 4- PIB do estado do Amazonas para os trimestres de 2014 (R\$1.000.000)

SETOR	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	ANUAL
Agropecuária	775	818	829	899	3.321
Indústria	6.707	7.081	7.180	7.780	28.748
Serviços	7.879	8.319	8.436	9.141	33.775
Impostos	3.133	3.307	3.354	3.634	13.428
TOTAL	18.493	19.524	19.799	21.454	79.271

Fonte: DEPI; SEPLAN; AM (2014).

No centro destas estratégias novas surgiram programas estreitamente relacionados com a conservação dos recursos naturais e à criação de AP como o Zona Franca Verde (PZFB) e o Bolsa Floresta (PBF). O PBF foi instituído no ano de 2007⁴⁷ e é oficialmente descrito pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), como estratégia mundial pioneira, uma vez que a população do “Amazonas Profundo” – os caboclos – passou a receber investimentos diretos por estarem conservando a natureza (FAS, 2015). O PBF propõe o desenvolvimento de cadeia produtiva de serviços e produtos florestais, através do fortalecimento comunitário, combatendo as situações de vulnerabilidade social.

⁴⁷ Por intermédio da Lei n. 3.135, sobre mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do Amazonas, e da Lei Complementar n. 53, sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), ambas promulgadas em 05 de junho de 2007. As leis buscam estruturar uma economia dos serviços e produtos ambientais de origem florestal e obter a justiça social com conservação ambiental (FAS, 2015).

Com este mesmo mote, o PZFBV foi concebido com o objetivo de fortalecer a economia dos municípios do interior amazonense, combatida desde a derrocada do ciclo da borracha (ARAÚJO; PAULA, 2009). O PZFBV também trabalha com a noção de desenvolvimento de cadeia produtiva, principalmente na agricultura e pecuária, com apoio financeiro, por meio da liberação de créditos para o produtor e incentivando o setor primário da economia. Diga-se que o PZFBV é uma resposta governamental ao contexto histórico do desmatamento da Amazônia, como afirmam Araújo e Bastos (2006), principalmente no quesito conservação ambiental através das AP.

O PZFBV foi implantado a partir do ano de 2003 e pauta-se por um conjunto de políticas de caráter integrador entre os entes federal, estadual e municipal, bem como os movimentos sociais, ONG, produtores rurais, indígenas e empreendedores (ARAÚJO; BASTOS, 2006). O caráter participativo atesta também um dos desafios gigantesco do programa que é o processo de regularização fundiária. Isso porque a proposta passa pela viabilização de modelos alternativos de reforma agrária, de criação de AP e TI.

Em consonância com o Relatório de Avaliação Ambiental (RAA), realizado pelo Governo do Estado do Amazonas sob a colaboração técnica e financeira do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para o ano de 2006, vê-se que o programa inicia pela microrregião do Alto Solimões. De acordo com o RAA essa microrregião foi escolhida por sua grande complexidade socioambiental e por abrigar mostra representativa de população indígena. Aí se encontram 11 dos 66 grupos étnicos do Amazonas (BIRD, 2006), sendo mais expressivos os Tikuna, Kukama, Marubo, Matsé, Kaixana e Kanamari, distribuídos em 26 TI, que somam área total de 9.871.383,96 ha.

É importante salientar que a maior parte das TI brasileiras estão concentradas na Amazônia Legal, e de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), para o ano de 2014, tal situação é reflexo do processo de colonização brasileira. Como já amplamente estudado, o início da colonização se deu pelo litoral, empurrando os indígenas para o interior do país, e os conflitos decorrentes desse processo geraram o extermínio de grupos indígenas e a ocupação das suas terras por latifundiários e empresas particulares. No caso do estado do Amazonas, as TI estão distribuídas em 45.232.159 hectares (ISA, 2014), o que corresponde a 28,54% do território da UF.

Comparando-se esses números com os do ano de 2009, observados na tabela 5 e retirados de documento oficial do governo do estado do Amazonas, nota-se que houve redução na área das TI. Tal fato pode ser uma discrepância entre as fontes, ou fruto das já mencionadas reduções ocorridas nas TI. Diga-se, ainda, que as informações são oriundas da

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), através do relatório sobre a rede de unidades de conservação do Amazonas para o período de 2005 a 2008.

Tabela 5- Redução das TI do estado do Amazonas

AP / JURISDIÇÃO	ÁREA (ha)	ÁREA DO ESTADO (%)
Federal	22.291.182,66	14,13
Estadual	16.489.111,86	10,45
Terra Indígena	45.985.930,00	29,15
TOTAL	84.766.224,52	53,72

Fonte: SDS; Amazonas ([2009] 2014).

Em conformidade com o relatório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), a política de gestão ambiental conseguiu ampliar o número de AP no estado para 54,8%. Estas AP estão distribuídas em “[...] 15% em unidades federais, 12% estaduais e 27,7% de terras indígenas (SDS, 2012)”, registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e sob a gestão do SEUC, instituído pela Lei Complementar n. 53, de 05 de junho de 2007. Comparativamente com estudos do IMAZON (2012), no Amazonas tem-se 47 AP federais, 41 estaduais – distribuídas nas categorias visualizadas na tabela 6 –, e 23 municipais.

Tabela 6 - AP do estado do Amazonas

AP/CATEGORIA	NÚMERO	ÁREA (ha)
APA	6	1.760.226,82
FLORESTA	8	2.596.347,44
RDS	15	10.081.636,30
RESEX	4	872.961,21
PAREST	7	3.460.270,83
REBIO	1	36.900,00
TOTAL	41	18.808.342,60

Fonte: IMAZON (2012).

Isto porque o SEUC do Amazonas, assim como o SNUC, classifica as AP em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Nas do primeiro grupo têm-se: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Estadual (PAREST), Monumento Natural (MN), Refúgio de Vida Silvestre (RVS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). As do segundo grupo são: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Estadual (FLORESTA), Reserva

Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável (RPDS)⁴⁸, Estrada Parque, Rio Cênico.

Do ponto de vista do contexto histórico da política ambiental do Amazonas, as iniciativas para a conservação dos espaços naturais começaram no ano de 1978, com a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), através da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA), que executava as atividades de controle ambiental. Em 1982 foi disciplinada a Política Estadual de Prevenção e Controle da Poluição, melhoria e recuperação do meio ambiente e da conservação dos recursos naturais, pela Lei n. 1.532, de 06 de julho de 1982, que vem a ser a primeira iniciativa formal do Amazonas sob as diretrizes de proteção ambiental. Em 1989 foi criado o Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IMA/AM), cuja missão era o controle efetivo e sistemático da política ambiental.

Importa salientar, ainda, que houve avanço significativo, pelo menos no âmbito da perspectiva jurídica, alcançado com a promulgação da Constituição do Estado do Amazonas, no ano de 1989. Ao transformar o meio ambiente em dispositivo constitucional, através do Capítulo XI, art. 229 e subsequentes, o poder público puxa para si a obrigação de zelar pela floresta amazônica enquanto bem público. Nesse caso, a conservação do patrimônio ambiental amazônico passa ser direito e dever de todos os amazonenses e das instituições públicas e particulares.

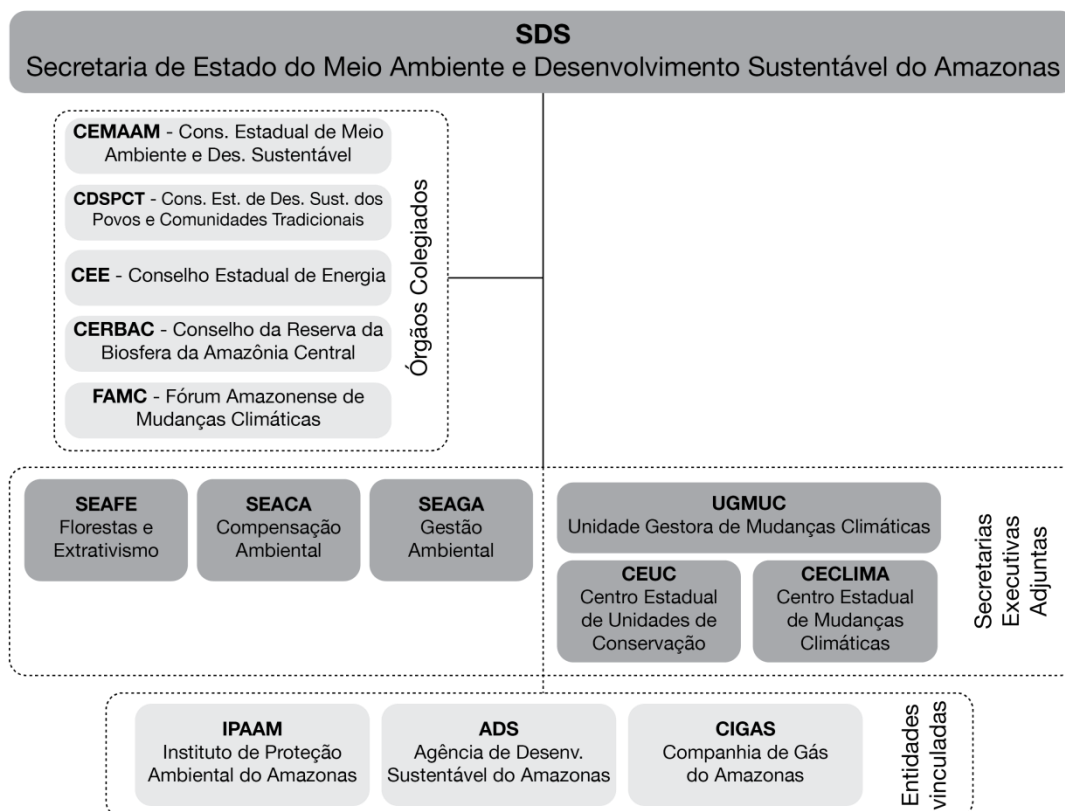
Entretanto, apesar dos esforços capitaneados pelo IMA/AM, era necessário um controle mais efetivo sobre os processos degradantes ocorridos no estado, para tanto foi criado o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), em 14 de dezembro de 1995, que substitui o IMA/AM e começa a executar a Política Estadual de Meio Ambiente. No ano de 2003, o IPAAM ingressa no âmbito da SDS, com o objetivo de tornar-se organismo executor da Política de Controle Ambiental do Estado do Amazonas.

O sistema SDS foi estruturado pela Lei n. 2.783, de 31 de janeiro de 2003, para melhorar a qualidade de vida, conservar a natureza, promover o DS, e atenuar os efeitos das mudanças climáticas (SANTOS, 2013). Para isso conta com as entidades vinculadas: IPAAM, Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), e a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS). Como se depreende do organograma 1, a Unidade Gestora do Centro de Mudanças Climáticas (UGMUC), está

⁴⁸ Trata-se de categoria nova criada pelo SEUC para áreas particulares. Também são novas as categorias Estrada Parque e o Rio Cênico. Outra inovação foi a redefinição de RPPN que aqui é classificada como categoria de proteção integral (SEUC, 2007; SANTOS, 2013).

composta pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA), criados por intermédio da Lei n. 3.244, de 04 de abril de 2008.

Organograma 1- Organograma do sistema SDS



Fonte: SDS (2015).

Neste sentido, pode-se inferir que o controle, o licenciamento, a fiscalização e o monitoramento ambientais realizados pelo IPAAM tem início em um passado recente com trajetória marcada por conquistas e retrocessos. Uma destas conquistas foi o contrato celebrado entre a SDS e o *Gordon and Beth Moore Foundation*, em 17 de abril de 2005, para a criação da *Amazonas Conservation Network*. Tal iniciativa culminou em estudos e pesquisas que propuseram a implantação de AP diversas durante o período de 2005 a 2008.

São deste período as RESEX do rio Gregório, do Guariba, Catuá-Ipixuna; as RDS do Juma, rio Madeira, Uacari, rio Amapá, Canumã, Uatumã, Piagaçu-Purus; os PAREST Nhamundá, Sumaúma, Serrado do Araçá; e os Mosaicos do Matupiri-Igapó-Açu, Nhamundá e Apuí. Em conformidade com estudos de Santos (2013), a criação de sete dessas AP foi o primeiro grande esforço de conservação no Amazonas, isso no início dos anos 1990. Tal fato

se dá na perspectiva do aparecimento de instituições novas como a Fundação Parques e Reservas Florestais do Amazonas (FUNDEPAR)⁴⁹, que realizava a gestão das AP estaduais.

Ao propor uma periodização acerca da criação das AP amazonenses, Santos (2013) afirma que houve três momentos significativos para o incremento das AP no estado, senão veja-se:

O primeiro foi entre 2002 e 2003, que saltou de 12 para 18 UCs; nos anos de 2004 e 2005 que passou de 19 para 31 e entre 2008 e 2009 que aumentou de 31 para 41 UCs, sendo o último, o número de UC atual, representando um incremento percentual entre os anos de 2002 a 2009 de 157% em tamanho de área criada, passando de sete milhões a mais de 18 milhões de ha (SANTOS, 2013, p. 106-107).

Ao analisar os grupos e as categorias de manejo das AP no Amazonas, observa-se que o modelo está baseado no das RESEX, tendo em vista que foram conquistas das lutas travadas pelos seringueiros (SANTOS, 2013). Nesse caso, com maior predominância das categorias do grupo de uso sustentável.

Em consonância com o que afirmam Dutra e Faria (2009), desde que a conservação ambiental se tornou um requisito prioritário para as políticas públicas do Amazonas, estas têm se tornado referência na política ambiental brasileira. Para tanto, estudos e pesquisas têm sido realizados por instituições públicas e particulares, como o realizado pela WWF-Brasil que objetiva examinar a efetividade da gestão das AP amazonenses. Tal estudo aplica o método utilizado pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP), denominado *Rapid Assessment and Priorization of Protect Area Management (RAPPAM)*.

Esta avaliação de sistema de AP fundamenta-se em um ciclo interativo de gestão e avaliação, em uma visão sistêmica do processo e vem sendo utilizado desde o ano de 2004 em vários estados brasileiros. Na Amazônia já foram avaliados os sistemas de AP dos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, nos anos de 2008 e 2009, e Amazonas, Pará e Rondônia, em 2011. Cabe salientar que as AP investigadas foram criadas até o ano de 2007, como observadas na tabela 7, que reproduz informações sobre essas AP.

Tabela 7- AP avaliadas pelo RAPPAM no Amazonas

GESTÃO	AP	ÁREA (ha)	ANO DE CRIAÇÃO
	PROTEÇÃO INTEGRAL	3.452.725,83	
	PAREST Nhuamundá	56.671,15	06.07.1989
	PAREST Rio Negro – Setor Norte	1.818.700,00	09.03.1990
	PAREST Rio Negro – Setor Sul	72.296,33	19.01.2005
	PAREST Serra do Aracá	513.747,17	02.04.1995
	PAREST Sumaúma	51,00	05.07.2003

⁴⁹ Instituída pela Lei n. 1.979/1990 (Decreto n. 12.836, de 09 de março de 1990) e tinha por objetivos a implantação, a estruturação e a administração, sob posse direta para a preservação e domínio público das Unidades de Conservação Ambiental do estado do Amazonas (SANTOS, 2013).

ESTADUAL	REBIO Morro dos Seis Lagos	36.900,00	09.03.1990
	PAREST Guariba	146.048,00	02.04.1995
	PAREST Sucunduri	808.312,18	21.01.2005
	USO SUSTENTÁVEL	13.571.117,94	
	APA de Presidente Figueiredo “Caverna do Maroaga”	374.700,00	09.03.1990
	APA Margem Direita do Rio Negro – Paduari-Solimões	586.422,00	02.04.1995
	APA Margem Esquerda do Rio Negro – Aturiá-Apuazinho	566.365,00	02.04.1995
	APA Margem Esquerda do Rio Negro – Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim	56.793,00	02.04.1995
	APA Nhamundá	195.900,00	09.03.1990
	FLORESTA Maués	150.588,57	24.01.2005
	FLORESTA Rio Urubu	492.905,27	22.12.2003
	RDS Amanã	2.313.000,00	04.08.1998
	RDS Canumã	22.354,86	22.05.2005
	RDS Cujubim	2.450.381,56	05.07.2003
	RDS Juma	589.611,28	03.07.2006
	RDS Mamirauá	283.117,00	03.07.2006
	RDS Piagaçu-Purus	632.949,02	01.06.2005
	RDS Rio Amapá	216.108,73	01.06.2005
	RDS Rio Madeira	424.430,00	25.06.2004
	RDS Uacari	397.557,32	09.03.1990
	RDS Uatumã	1.124.000,00	05.07.2003
	RESEX Catuá-Ipixuna	197.986,00	05.07.2003
	RESEX do Rio Gregório	477.042,30	25.04.2007
	FLORESTA Apuí	83.381,03	19.01.2005
	FLORESTA Aripuanã	27.342,00	19.01.2005
	FLORESTA Manicoré	438.440,32	19.07.2003
	FLORESTA Sucunduri	914.359,44	20.01.2005
	RDS Aripuanã	224.290,81	21.01.2005
	RDS Bararati	113.606,43	25.01.2005
	RESEX Guariba	217.486,00	01.06.2005
TOTAL ESTADUAL	17.023.843,77		
FEDERAL	PROTEÇÃO INTEGRAL	6.896.487,48	
	PN Anavilhanas	340.831,53	02.06.1981
	EE de Jutai-Solimões	284.285,00	21.07.1983
	EE Juami-Japurá	572.650,00	03.06.1985
	PN do Jaú	2.272.000,00	24.09.1980
	PN do Pico da Neblina	2.200.000,00	05.06.1979
	RB do Abufari	288.000,00	20.09.1982
	RB do Uatumã	950.000,00	06.06.1990
	USO SUSTENTÁVEL	6.439.031,57	
	ARIE Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	3.180,53	05.06.1984
	FN de Balata-Tufari	802.023,00	17.02.2005
	FN de Humaitá	468.790,00	02.02.1998
	FN de Mapiá-Inauini	311.000,00	14.08.1989
	FN de Tefé	1.020.000,00	10.04.1989
	FN do Amazonas	1.573.100,00	01.03.1989
	FN do Jatuarana	837.100,00	19.09.2002
	FN do Purus	256.000,00	21.06.1988
	RESEX Baixo Juruá	187.982,31	01.08.2001
	RESEX Auati-Paraná	146.950,00	07.08.2001
	RESEX do Lago Capanã Grande	304.146,00	03.06.2004
RESEX do Rio Jutai	275.532,88	16.07.2002	
RESEX Médio Juruá	253.226,50	04.03.1997	

TOTAL FEDERAL	13.333.519,05	
ÁREA TOTAL AVALIADA	30.357.362,82	

Fonte: WWF-Brasil (2011).

Os indicadores produzidos pelo estudo demonstram que a vulnerabilidade das AP amazonenses são as pressões e ameaças que assolam a maioria das AP brasileiras. Essas ameaças se traduzem em atividades ilegais, como a extração de madeira, caça, pesca, conversão do uso do solo, os impactos da presença humana, bem como, a construção de infraestrutura. Entre as atividades que menos pressionam tem-se o turismo, a recreação, a coleta de produtos não madeireiros etc., obviamente que um dos fatores mais difíceis de equacionar é a falta de recursos humanos para fiscalizar as ameaças e as pressões que impactam negativamente essas AP.

Outra investigação recente foi realizada por Amaral et al. (2012), sobre a dinâmica do desmatamento nas AP localizadas no sul do estado do Amazonas. Trata-se de um atlas que compreende 30 AP e 36 TI que fazem parte de um território com alta pressão de desmatamento, ou seja, o sul do Pará (Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã), e o sul do Amazonas (Canutama e Humaitá). A proposta é a de inclusão socioambiental da população na gestão territorial e na adoção do manejo sustentável dos recursos naturais.

A importância desse estudo reside no fato de que:

O desmatamento avança no Amazonas principalmente em sua porção leste, na fronteira com o Pará, via bacia hidrográfica do rio Amazonas, e em sua porção sul, pela rede de estradas e/ou rios que a conecta com os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará (AMARAL et al., 2012, p. 13).

Esta porção territorial é conhecida como “arco do desmatamento” e, ainda segundo Amaral et al. (2012, p. 13):

Dos 62 municípios do Amazonas apenas três situados na mesorregião sul amazonense responde por 19,6% do desmatamento de todo o estado, são eles: Lábrea, Boca do Acre e Apuí. [...] Outros quatro municípios associados a esses três (Canutama, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã) completam o bloco de sete municípios na linha de frente do avanço da fronteira de desmatamento pelo sul do estado.

Esse conjunto de municípios corresponde a 6% da população do estado e 31% do desmatamento acumulado até 2010 (AMARAL et al., 2012). Além disso, essa área concentra 66 AP de categorias e gestão diferentes, dentre essas se encontram muitas TI.

Este cenário do desmatamento da floresta amazônica também pode ser observado na mesorregião norte amazonense, porém ainda em escala menor. De maneira geral, segundo estudo sobre a evolução do desmatamento na Amazônia Legal para o período de 2014 a 2015,

o estado do Amazonas é o que detêm o índice de desmatamento mais baixo, como visualizado na tabela 8. O processo de desmatamento amazonense segue ao longo das estradas abertas para a mobilidade e a inserção da região à economia de mercado, portanto concentrando-se no centro e no sul do estado, aonde se localizam os três principais eixos de ligação.

Tabela 8- Evolução do desmatamento entre os estados da Amazônia Legal*

ESTADO	AGO 2013 a FEV 2014	AGO 2014 a FEV 2015	VARIAÇÃO (%)
Pará	128	433	+238
Mato Grosso	76	595	+681
Rondônia	112	342	+250
Amazonas	120	181	+50
Roraima	50	79	+58
Acre	42	66	+56
Tocantins	12	2	-84
Amapá	-	4	-
TOTAL	540	1.702	+215

Fonte: IMAZON/SAD (2015).

*Os dados do Maranhão não foram analisados.

Entretanto, é na mesorregião do sudoeste amazonense que se encontram as áreas de florestas mais conservadas e a maior população indígena do Amazonas, contabilizada em 168.680 indivíduos autodeclarados indígenas (IBGE, [2010] 2011). Nesta mesorregião estão localizados os índios Tikuna, um dos povos indígenas mais numerosos da Amazônia brasileira (ISA, 2015), ocupando 26 TI fixadas, principalmente, nos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga. Porém, por dispersão populacional, chegam até o município de Manacapuru às proximidades de Manaus.

O sudoeste amazonense⁵⁰ tem área de 335.395,911 Km², com população estimada em 385.213 habitantes (IBGE, 2013), o que lhe confere densidade demográfica de 1,14 hab./km². Esta mesorregião encontra-se dividida em duas microrregiões geográficas, a saber: Alto Solimões e Juruá. A primeira é composta por nove municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. A segunda por sete: Carauari, Eirunepé, Envira, Guajará, Ipixuna, Itamarati e Juruá.

Na microrregião do Alto Solimões encontram-se três dos municípios mais populosos do Amazonas: Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga, estimados em 38.533, 35.757 e 59.684 habitantes, respectivamente (IBGE, 2014). Quanto à população indígena, dos

⁵⁰ Composta pelos municípios de: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Carauari, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Juruá, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins.

46.065 de etnia Tikuna, 39.349 vivem em TI localizadas no Alto Solimões (IBGE, 2010). Diga-se que das 305 etnias registradas pelo IBGE no ano de 2010, a Tikuna representa 6,8% da população indígena brasileira.

Em Tabatinga, a população indígena tem crescido consideravelmente na última década. Em conformidade com o IBGE (2013), experimentou um leve decréscimo passando dos 7.276 indivíduos registrados em 1991, para 7.255 nos anos de 2000, subindo em seguida para 14.855, segundo o Censo de 2010, portanto praticamente o dobro do período anterior. De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para o ano de 2009, a população total no estado do Amazonas era estimada em 36.377 Tikuna. O que demonstra seu crescimento quando comparados aos 8.000 indivíduos registrados na Colômbia (GOULARD, 2002), e os 6.985 registrados no Peru (INEI, [2007] 2013).

3.2 Processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico em Tabatinga

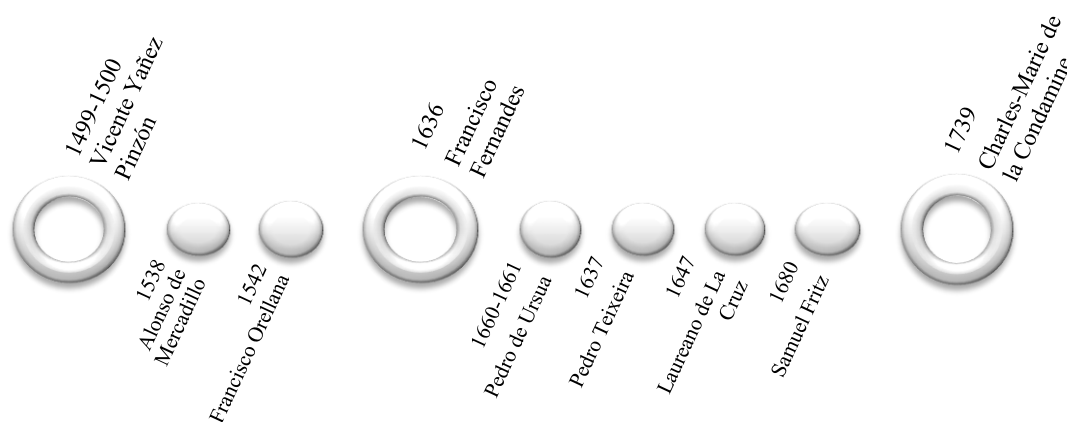
Antes das descobertas de dominação de espanhóis e portugueses, a Amazônia e, por conseguinte, a região do Alto Solimões, exercia fascínio e provocava curiosidades sobre os povos e as riquezas que possivelmente abrigaria. No Alto Solimões, os europeus encontraram sociedades indígenas com uma organização sociopolítica como os Omágua ou Cambeba (FERRARINI, 2013), que denotava uma linha hierárquica de comando eficaz. A subjugação desses povos autóctones foi possível à custa de violências bélicas que deixaram marcas que foram registradas por viajantes e historiadores, principalmente àquelas relacionadas ao saque extrativo dos recursos naturais.

A história da conquista da região do Alto Solimões é reflexo da ganância dos colonizadores europeus, frente a um mundo mítico, povoado de simbologias ininteligíveis para os que só desejavam a posse do território. Neste caso, a história da criação do povoado de Tabatinga⁵¹ demonstra um processo civilizatório que contempla as agruras passadas por indígenas de diversas etnias, mas principalmente os Tikuna. Esses, embora não exercessem o poderio bélico dos Omágua, ou mesmo dos Majoruna, pois de acordo com relatos de Spix e Martius (1938, p. 38) “[...] eram mansos e amigos dos portugueses [...]”, sofreram toda sorte de violência com a escravidão a qual foram submetidos.

⁵¹ Palavra de origem indígena que em Tupi significa “barro branco” de muita viscosidade, encontrado no fundo dos rios, e, no Tupi Guarani quer dizer “casa pequena” (IBGE, 2013). Entretanto, Nogueira (2007, p. 164) afirma que a denominação de São Francisco Xavier de Tabatinga é a “[...] junção de um santo português com uma palavra nheengatu, que significa barro amarelo”.

Os relatos sobre a dominação do território do Alto Solimões e, conseqüentemente, de Tabatinga são diversos e de acordo com registros de Ferrarini (2013), compõem uma rota de navegadores, descobridores e usurpadores. A partir desta rota é possível estabelecer uma linha de tempo, como a observada na figura 4, que incita reflexão sobre o propósito verdadeiro dessas viagens. Esses relatos dão a dimensão da disputa travada entre espanhóis e portugueses e a utilização dos religiosos na conversão e atração dos indígenas para os propósitos geopolíticos dessas coroas.

Figura 4- Viajantes do Alto Solimões



Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Ferrarini (2013).

A obviedade disto é que os interesses eram de aspectos diferentes, pois há relatos de estudiosos naturalistas, a exemplo de Condamine (1701-1774), entre outros, cujo propósito era científico. Entretanto, todos deixaram registradas as impressões sobre o território amazônico e sobre a região do Alto Solimões e, portanto, sobre o que viria a ser o município de Tabatinga. Ferrarini (2013, p. 55) confirma esse fato quando diz “[...], Tabatinga situava-se sempre no caminho dessas expedições que ora desciam, ora subiam o caudaloso Solimões”, marcando dessa maneira o ponto estratégico de sua localização.

Desta feita, a história do município está ligada ao tráfego intenso de embarcações que deveriam ser registradas pelas autoridades constituídas (MATTOS, 1854) em subida ao Solimões. Este tráfego de mercadorias e pessoas proporciona o aparecimento do povoado e inicia-se em meados do século XVII, quando se registra a existência, junto à foz do rio Solimões, de uma aldeia, fundada pelos jesuítas. Próximo ao local é estabelecido em 1766 um posto fiscal, tendo em vista tratar-se de região fronteira à Colômbia e ao Peru.

A esse respeito Carneiro (1956, p. 31) registrou: “Tabatinga, pôsto militar de fronteira fundado em 1766, situa-se em terra alta, constantemente trabalhada pelo Solimões, 2 milhas

marítimas de Letícia (Colômbia)”. Tem início a partir daí a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga, fundada pelo Sargento-Mor Domingos (ou Francisco) Franco, que escolheu um lugar próximo de São José do Javari, à margem esquerda do Solimões. Essa pequena elevação de terra oferecia condições excelentes para um posto militar e fiscal.

Desta maneira construiu-se o forte para onde foi transferido o destacamento militar de São José do Javari. Sobre este forte Mattos (1854, p. 42) descreve:

Ancoramos junto ao Forte de Tabatinga [...] que teve a fundação em 1766 e atualmente apenas existe parte da estacada, mostrando a figura de um paralelogramo com o lado menor sobre o rio e das 9 bocas de fogo de bronze e de ferro [...] ainda existem duas de bronze. Contém o povoado uma pequena Igreja dedicada a São Francisco Xavier.

Também faz referência à constituição da comunidade com a presença, em menor escala, das famílias dos militares e dos indígenas Tikuna, superior àquelas. Também aponta o comércio intenso entre os países fronteiriços e a militarização explícita para a salvaguarda do território.

A partir de então, a documentação oficial registra a passagem de autoridades diversas pelo povoado de Tabatinga, que, entre os anos de 1780-1781 hospedou Dom Francisco Requena e sua comitiva, que vinha representando a Espanha na demarcação das fronteiras brasileiras com as colônias espanholas. Em 1854, já não existia a antiga aldeia de São José do Javari; era apenas uma tapera. A respeito disso Ferrarini (2013, p. 82) relata as impressões da visita do Coronel Tibúrcio Ferreira de Souza:

O que encontrou foi: um forte em decadência, casa velha, quartel de taipa e um paiol com 12 canhões. O forte já não significava muita coisa, apesar de Tabatinga ficar numa região cada vez mais explosiva entre as nações vizinhas. Ele passou a ser um mero símbolo até este desaparecer nas décadas seguintes levado pelas águas do Solimões. Seria necessário outras formas de assegurar as fronteiras.

A demarcação de limites sempre foi preocupante e durante muitos anos, motivo de acordos, principalmente entre o Brasil e o Peru acerca de marcos divisórios, envolvendo os rios Javari, Solimões, Içá e Japurá, que se estabeleciam como rotas importantes de navegação à época.

Em 28 de junho de 1866, o marco dos limites entre Brasil e Peru é fixado perto da povoação, mas precisamente na boca do igarapé Santo Antônio, posteriormente denominada de linha Santo Antônio-Apaporis. A região estava então integrada ao município de São Paulo de Olivença. Entre os anos de 1866-1873, a comissão chefiada, no lado brasileiro, pelo Capitão de Fragata Antonio Luiz von Hoonholtz; e pelo lado peruano por Dom Manuel Ronand y Paz Soldan, estabeleceu a citada linha divisória. Em 1898, com o desmembramento do território e a instituição do município de Benjamin Constant, enquanto distrito sede, a área de Tabatinga torna-se um dos seus subdistritos.

Após o ano de 1867, que marca a abertura do rio Amazonas à navegação mundial, a atividade mercantil intensificou-se com o aparecimento de muitas casas comerciais de nacionalidades diversas. A partir de então, Tabatinga passa por um surto de desenvolvimento comercial, por sua posição estratégica, e em seu porto acorrem embarcações com os mais diversificados produtos:

O beiradão é tomado todos os dias por uma centena de canoas carregadas de produtos agrícolas e de pescado. Torna-se, então, o local de negócio de encontro de pessoas. Da vizinha Santa Rosa e do Peru chegam muitos produtos alimentícios. Procedentes de Manaus artigos domésticos, material de construção, alimentos não perecíveis e outros (FERRARINI, 2013, p. 100).

Tal fato leva o governo central a demandar instituições para o local a fim de fiscalizar as atividades mercantis e de circulação de embarcações, e no ano de 1969 é instalada a Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Amazonas, em Tabatinga.

Do ponto de vista político-administrativo, o município passou por anexações de seu território ao município de Benjamin Constant, isto até 04 de junho de 1968, quando, pela Lei Federal n. 5.449, todo o município de Benjamin Constant é enquadrado como Área de Segurança Nacional. Em 10 de dezembro de 1981, pela Emenda Constitucional n. 12⁵², o subdistrito de Tabatinga é desmembrado de Benjamin Constant, passando a constituir município autônomo. Em consonância com a Lei Complementar n. 284⁵³, de 22 de maio de 1985, que considera instalados todos os municípios criados até 31 de dezembro de 1981, foi criado o município de Tabatinga em 27 de julho de 1983, extinguindo-se a colônia militar. Pela divisão territorial datada de 1988, o município é constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Tabatinga localiza-se no extremo oeste do estado do Amazonas, sua população é de 52.272 tabatinguenses, dos quais 26.359 são homens e 25.913 são mulheres. Apresenta uma densidade populacional de 16,21 hab./Km² (IBGE, 2010). Geograficamente, pertence à mesorregião sudoeste amazonense e à microrregião do Alto Solimões (IBGE, 2010). O município possui área de 3.224,875 Km² e altitude de 63 metros, o clima é Equatorial Af., com temperaturas anuais oscilando ente 25° e 32°C, e as seguintes coordenadas geográficas: 04° 21' 42" Sul; 70° 2' 4" Oeste.

Espacialmente, o município foi se desenvolvendo ao longo da linha divisória com a República da Colômbia, ou seja, nos atuais bairros São Francisco (antigo El Marco), GM-3 e

⁵² Com a instituição desta Emenda o município é instalado em 1º de fevereiro de 1983, com a posse de seus primeiros vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982, sendo que a eleição para Prefeito ocorreu em 07 de agosto de 1983.

⁵³ Projeto de Lei Complementar (PLP) do Senado Federal, combinado com o Projeto de Lei do Senado n. 114, Complementar, de 15 de maio de 1985 (BRASIL, 1985).

Santa Rosa. Entretanto foram realizadas tentativas de retirada dos moradores da linha de fronteira. Sob este aspecto Nogueira (2007, p. 166) afirma:

Uma das primeiras iniciativas dos militares foi retirar os moradores da linha de fronteira, ou seja, da “beira do igarapé” que constitui o limite, e levá-los para a proximidade do núcleo militar. Contudo, eles sempre retornavam para o igarapé, consolidando até hoje a ocupação.

Isso porque durante o período que foi colônia militar (1967-1986), com a construção da Vila Militar, da base aérea e da pista de pouso no bairro COMARA, a administração dos militares preocupava-se com a área de segurança nacional.

O curso natural do rio Solimões faz a divisão entre o Brasil e a República do Peru, porém, os marcos divisórios com a Colômbia podem ser visualizados ao longo dos três bairros citados. Atualmente, o município possui 17 bairros e os marcos encontram-se ao longo da rua Marechal Rondon, às margens do Solimões e acompanhando a linha divisória, como observado nas fotografias 1, 2, 3 e 4. É ao longo desse trecho que se combinam as residências de brasileiros, colombianos e peruanos ressaltando os aspectos multiculturais.

Fotografias 1 e 2- Marcos nas cidades de Tabatinga e Leticia



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Fotografias 3 e 4- Marcos que seccionam a fronteira seca



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Sobre o aspecto multicultural e, principalmente, aqueles ligados à condição do idioma, o Professor Freddy Espinoza (2014, em informação verbal), observa que os moradores dos bairros mais afastados da faixa de fronteira são falantes de língua portuguesa, porém os mais próximos já falam o espanhol ou uma mistura dos idiomas, denominada de portunhol. Tal fato é recorrente nas fronteiras do Brasil com os países limítrofes, espanofalantes, porém, neste caso, há que se ressaltar a presença marcante da cultura indígena, especialmente dos Tikuna. Esse aspecto multicultural evidencia-se, também, no tipo de construção das residências, nos hábitos alimentares etc.

Em Tabatinga, o IDHM é considerado médio pelo PNUD, estimado em 0,616 (IBGE, 2011). A região de Tabatinga é coberta por florestas (altas, baixas e pouco densas) e, hidrograficamente, pertence à bacia do rio Amazonas, sendo banhada pelo rio Solimões, Iça, Japurá e vários de seus afluentes, tais como: Hapapóris, Traíra, Puretê, Puruê e Cunha. Tem como limites a República da Colômbia ao Norte, os municípios de Benjamin Constant ao Sul e São Paulo de Olivença a Leste, e a República do Peru a Oeste.

A viagem fluvial no trecho Tabatinga-Manaus consome cerca de três dias e, no trecho contrário, cerca de quatro. A distância para Manaus em linha reta é de 1.105 Km, por via fluvial 1.607 Km. As atividades de comércio e serviços compõem a sua base econômica, por isso a iniciativa governamental de criar a Área de Livre Comércio de Tabatinga (ALCT)⁵⁴, através da Lei n.7.965, de 22 de dezembro de 1989. A ALCT possui uma demarcação

⁵⁴ Integra à ALCT a faixa de superfície dos rios adjacentes, proximidades de seus portos, observadas as disposições, Tratados e Convenções Internacionais. A administração da ALCT é feita pela SUFRAMA e nos mesmos critérios da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA, 2013).

específica, à margem esquerda do rio Solimões (SUFRAMA, 2013), com área contínua de 20 Km².

De acordo com os documentos oficiais da ALCT, é previsto em seu regime fiscal, a suspensão dos impostos de importação, e sobre produtos industrializados, quando destinados ao consumo interno. Também no caso da agropecuária e piscicultura, bem como da instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza. Além disso, a estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do território nacional; em atividades de construção e reparos navais; na industrialização de outros produtos em seu território, segundo projetos aprovados pela SUFRAMA, considerada a vocação local e a capacidade de produção já instalada; e a estocagem para reexportação.

Como a cidade de Tabatinga teve sua ocupação urbana iniciada às margens do igarapé Santo Antônio, apresenta cornubação com a cidade colombiana de Letícia, que, de acordo com Nogueira (2007, p 166), “[...] é, na origem, a divisa do Brasil com a Colômbia”. A estruturação urbana foi acontecendo paulatinamente, mas teve seu crescimento pressionado pela migração de brasileiros e peruanos que atualmente demandam serviços públicos diversos. Esse aumento populacional trouxe, entre outros problemas, impactos ambientais negativos, como a falta de saneamento, o desflorestamento, evidenciado na ausência de arborização nas principais ruas, a acumulação de lixo etc.

As cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia são interdependentes, no tocante ao abastecimento das populações, com trânsito livre entre as duas cidades, configurando-as como uma fronteira seca. Isto é fato, pois o único marco limítrofe é um poste com as duas bandeiras e as placas de advertências, identificando as polícias dos dois países, que podem ser visualizadas nas fotografias 5 e 6, o que permite que a população local circule livremente como se as duas cidades fossem uma só. O acesso mais frequente à Colômbia é pela Avenida da Amizade, observadas nas fotografias 7 e 8, que tem seu início às proximidades do Aeroporto Internacional de Tabatinga e termina no limite com a cidade de Letícia.

Fotografias 5 e 6- Fronteira Brasil-Colômbia



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Fotografias 7 e 8 - Brasileiros e colombianos comemorando jogos do mundial



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Em Tabatinga, o custo de vida é elevado em virtude da distância da capital, todavia, a cidade fronteiriça de Letícia, dá suporte mais favorável, haja vista que tal cidade é livre de todo imposto colombiano, recebendo mercadorias a preços baixos, pelo canal do Panamá. No tocante à agricultura, os produtos agrícolas mais comercializados são a banana e a mandioca (*Manihot utilíssima*). Na pesca, a espécie mais registrada é a Piraíba (*Brachyplatistoma filamentosum* (Lich.)).

A agricultura e a pesca são as principais atividades econômicas. Não obstante, as lavouras são de caráter temporário, por serem praticadas em terreno de várzea, ou seja, são interrompidas no período de cheias do rio Solimões. Quanto ao produto do setor pesqueiro é consumido quase totalmente pelos locais e comercializado no mercado municipal e em Letícia, o que dificulta seu dimensionamento. Importa destacar o comércio realizado por peruanos, responsáveis pelo abastecimento de hortifrutigranjeiros.

A pecuária é uma atividade realizada em pequena escala, destacando-se a criação de bovinos e suínos, bem como a avicultura, que é de subsistência e pouco representativa do ponto de vista da economia municipal. O extrativismo de madeiras diversas, de seringueira (*Hevea brasiliensis*), açaí (*Euterpe oleracea*) e castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), também é para o consumo do mercado local. Nesse caso, o desenvolvimento econômico é realizado pelo setor de comércio e serviços com empresas atacadistas, varejistas e de reparos, também impulsionados pela ALCT.

Sobre a transformação do espaço urbano, provocada pelo comércio entre as cidades de Tabatinga e Leticia, Motta (2012, p. 205) afirma que são resultados de “[...] um prolongado y conflictivo proceso de lucha por la definición de áreas de influencia y control territorial en la Amazonia”. Motta (2012) explicita que tal situação inicia-se nos anos de 1970, com a intensificação do comércio entre as cidades, provocando o aparecimento de novas aglomerações urbanas. Tal fato provocou Nogueira (2007) a concluir que Tabatinga é o “maior bairro de Leticia”, e “Leticia o melhor bairro de Tabatinga”.

De maneira geral, os aspectos multiculturais são os que mais chamam a atenção em Tabatinga e nas cidades da tríplice fronteira como um todo. Isto se deve à presença dos indígenas das etnias Tikuna, Huitoto, Kukama. E como fronteira, a formação heterogênea da população, com a presença de brasileiros de partes diversas, vindos com os destacamentos militares, mas principalmente, de nordestinos cooptados por política governamental para trabalhar na extração da borracha, os chamados “soldados da borracha”.

Enfatize-se que no período do ciclo econômico de exploração da borracha amazônica, os textos referem-se às cidades de Belém e Manaus, como os grandes centros urbanos. Sem dúvida isto é fato, uma vez que eram os principais portos comerciais. Entretanto, Tabatinga foi beneficiada pelo comércio e pela circulação de recursos oriundos da atividade de exportação gumífera, obviamente com períodos de crescimento e declínio historicamente datados, mas que contribuíram para a implantação de instituições federais e estaduais que colaboraram para o desenvolvimento municipal.

Nas cidades gêmeas de Tabatinga e Leticia não é mais possível observar resquícios materiais do ciclo de exploração da borracha, uma vez que estas cidades serviam de entreposto para a coleta e comercialização. A efervescência comercial deste período impulsionou a mesclagem cultural e o aparecimento de infraestruturas urbanas e prédios que já não mais existem. Muito do patrimônio histórico-cultural, como, por exemplo, as ruínas do forte de São Francisco Xavier, foram destruídas pela ação do tempo ou levados pelas

enchentes do rio Solimões, e outros desapareceram demolidos para dar lugar a construções modernas.

Por ter seu desenvolvimento imbricado ao da cidade colombiana de Leticia é difícil analisar separadamente as duas cidades, uma vez que a riqueza deste caldeirão cultural está justamente aí. Porém, em Tabatinga, os atrativos histórico-culturais são marcados pela presença do patrimônio material, como as igrejas Matriz e dos Santos Anjos, o mercado municipal e os marcos de fronteira. Como patrimônio imaterial há a cultura indígena e as festividades, como o Festival das Tribos do Alto Solimões (FESTISOL) e o arraial Santos Anjos.

A atividade do turismo começa a se desenvolver lentamente registrando uma média anual de 10.000 turistas entre as cidades fronteiriças⁵⁵. Quanto à procedência, 15% são brasileiros, 40% são visitantes da Colômbia e outros 45% estão divididos entre visitantes do Peru, Estados Unidos e Europa, os quais ingressam pelo porto fluvial, pelos Aeroportos Internacionais de Tabatinga⁵⁶ e Alfredo Vásquez Cobo de Leticia (Colômbia), gerando um turismo de fronteira. Ainda, segundo essa fonte de informação, o que mais motiva os visitantes é o potencial biológico, a observação da natureza, o Boto⁵⁷ (*Inia Geoffrensis*) vermelho e Tucuxi (*Sotalia Fluviatilis*), as culturas nativas, as comunidades ribeirinhas, os bosques e a tranquilidade que o rio Amazonas representa.

Do ponto de vista institucional, a Secretaria Municipal de Turismo de Tabatinga foi criada no ano de 2009 com estrutura pequena, mas possui um Centro de Informações Turísticas (CIT), observado nas fotografias 9 e 10, localizado na Avenida da Amizade e um balcão de atendimento no Aeroporto Internacional de Tabatinga. No CIT está instalada a Associação dos Artesãos de Tabatinga (ARTETABA) com mostras de peças em cestaria, máscaras, redes de tucum (Tikuna), além das elaboradas com sementes de açaí, jarina (*Phytelphas macrocarpa*) e pupunha (*Guilielma speciosa*), como se pode visualizar nas fotografias 11 e 12. Também se encontra o Centro Comercialização de Produtos Regionais e Mostra Gastronômica de Tabatinga.

⁵⁵ Em conformidade com o sítio oficial do município <<http://www.tabatinga.gov.br/conhecatabatinga2.htm>> (s.d). Acesso em: 24 jul. 2014.

⁵⁶ Criado para atender as demandas do Correio Aéreo Nacional (CAN), apoiando também a Força Aérea Brasileira (FAB), os batalhões militares do Exército Brasileiro (EB), da Marinha do Brasil (MB) e do Departamento de Polícia Federal (DPF).

⁵⁷ O Boto e o Tucuxi são de famílias diferentes, o primeiro da Platanistídeos e o segundo Delfinídeos. O Boto é bem maior que o Tucuxi, pode crescer até 3 metros e pesar 160 quilos, enquanto o Tucuxi mede 1,5 metros e 40 quilos de peso. O Boto cor-de-rosa ou vermelho é a forma mais madura, envelhecida, do boto cinza. O Tucuxi não apresenta variação da coloração com a idade.

Fotografias 9 e 10- Placa e fachada do CIT



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Fotografias 11 e 12- ARTETABA e mostras de artesanatos



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Ainda, em conformidade com informações da Secretaria de Turismo de Tabatinga, os estudos para a elaboração do inventário turístico do município ainda não foram concluídos. Isto porque, a atual gestão iniciou os trabalhos no ano de 2013 e, naquele momento, a prioridade era o planejamento das ações para preparar a cidade para a Copa do Mundo de 2014. Tal fato se pautava na condição da cidade de Manaus ser uma das cidades-sede do mundial, nesse caso, se acreditava na possibilidade de criação de um corredor turístico desde Bogotá-Leticia-Tabatinga-Manaus.

O mundial de 2014 proporcionou, ainda, a execução de obras infraestruturais como a ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Tabatinga, que de acordo com informações da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), passará de 1,06 mil m² para 5,21 mil m². Ao todo serão investidos R\$17,14 milhões, que ampliarão a capacidade de passageiros dos atuais 51 mil para 350 mil embarques e

desembarques anuais (G1AMAZONAS, 2013). Tal obra ainda não foi concluída e do que se desprende do fluxo de passageiros, observados na série histórica da tabela 9, houve aumento no número de embarcados e desembarcados naquele ano.

Tabela 9- Passageiros embarcados e desembarcados no Aeroporto de Tabatinga, 2006-2014

ANO	REGULAR		NÃO REGULAR			TOTAL
	DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	EXECUTIVO/GERAL	
2006	25.649	0	5.724	10	1.063	32.446
2007	27.785	0	4.729	5	1.322	33.841
2008	24.327	0	6.506	0	2.541	33.374
2009	28.452	0	5.506	0	1.848	35.806
2010	32.611	0	7.239	0	4.034	43.884
2011	35.374	0	4.849	2	1.272	41.497
2012	43.315	0	5.089	18	1.071	49.493
2013	53.396	0	6.020	27	1.235	60.678
2014	63.715	0	9.409	34	5.935	79.093

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir dos Anuários Estatísticos Infraero (2010 a 2014).

Tal fato também é evidenciado quando se analisam, comparativamente, os fluxos de passageiros embarcados e desembarcados durante o mês de julho, pois se tem o total de 7.041 em 2014, contra 6.647 de 2015 (INFRAERO, 2015). Enfatize-se que um aspecto importante é a condição sazonal dos períodos de enchentes e vazantes do rio Solimões, que acontecem de janeiro a junho e de julho a dezembro, respectivamente. Tal fato marca profundamente a paisagem local, possibilitando experiências turísticas diferenciadas quando da elaboração dos roteiros, oportunizando a ampliação dos produtos turísticos.

Segundo informações do CIT os principais atrativos turísticos são o rio Solimões, as comunidades indígenas dos Tikuna, as espécies da flora amazônica como: andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera langsdorfii*). As ornamentais helicônias (*musáceas*) e orquídeas (*orquidáceas*); as madeiras cedro (*Cedrela fissilis*), louro (*lauráceas*); as alimentícias como açaí, buriti (*Mauritia vinifera*). Em 2008, por iniciativa do CFSOL/8º BIS em parceria com a Prefeitura Municipal de Tabatinga e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi criado o Parque Zoobotânico de Tabatinga. Os seus quatro hectares conservam espécies da flora e fauna amazônicas como: antas (*Tapirus terrestris* (L.)), capivaras (*Hydrochoerus hydrochoeris* (L.)), jacarés (*Caiman crocodilus*), macacos (*Cebus apella*), onça (*Panthera onca*), tartarugas (*Podocnemis expansa*), araras (*Ara macau*) e tucanos (*Ramphastus tucanus*).

Em Tabatinga existem poucas agências de turismo, uma vez que para serem consideradas como tal, em conformidade com a Lei Geral do Turismo (LGT) (BRASIL, 2010), necessitam, entre outros serviços, operacionalizar excursões, passeios, roteiros,

recepção e assistência ao turista. Existem empresas de venda de passagens fluviais e aéreas, que são denominadas de agências de turismo, mas há discrepâncias conceituais e normativas. Nesse caso, a maioria das empresas existentes não elaboram pacotes turísticos receptivos ou operam outros serviços de acordo com as normas vigentes, e são pouquíssimas as cadastradas como tal.

A cidade de Tabatinga possui hotéis, bares e restaurantes que podem ser classificados como de porte pequeno, que estão a demandar cursos de qualificação para o bom atendimento e dos serviços essenciais. Apesar de contar com 273 unidades escolares, entre o ensino médio e fundamental (IBGE, 2013), o pessoal ocupado é de 2.613 pessoas. A demanda por serviço qualificado tende a crescer, pois a cidade registra uma população flutuante significativa, em sua maioria de comerciantes. Prevendo o crescimento dessa demanda turística, a UEA promoveu um curso de qualificação, no nível de Tecnólogo em Gestão do Turismo, finalizado em 2012.

Para além desta iniciativa tem-se o SEBRAE, que realiza cursos de treinamento, capacitação e aperfeiçoamento para pessoas interessadas em trabalhar no setor turismo. Porém, a demanda para os serviços turísticos ainda é incipiente, tendo em vista a capacidade de absorção da mão-de-obra nos empreendimentos. Como iniciativa para impulsionar o turismo, os governos estadual e municipal estão apostando na instalação das lojas *free shop*⁵⁸, autorizadas pela Lei n. 698, de 11 de dezembro de 2014, como mecanismo de desenvolvimento local.

Esta estratégia de desenvolvimento vem no contexto da Portaria n. 125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional (MIN), que estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais localizadas em linha de fronteira. De acordo com o dispositivo jurídico serão consideradas cidades-gêmeas:

[...] os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho [...] (BRASIL, 2014, p. 45).

Tabatinga é o único município do estado do Amazonas a compor a lista de cidades-gêmeas nacionais e que estão a demandar políticas públicas específicas para integração fronteiriça.

As estratégias de aglutinação de esforços entre os países da tríplice fronteira deveriam também inserir o sistema de saúde, uma vez que existem poucas Unidades Básicas de Saúde

⁵⁸ Para tanto, foi realizado no período de 7 a 9 de maio de 2015, o Seminário Internacional de Turismo de Fronteira, Comércio e Free Shop em Tabatinga. O Seminário foi organizado pelas 35 empresas brasileiras, colombianas e peruanas representadas pela Ação de Desenvolvimento do Amazonas (ADESAMA).

(UBS), da Secretaria Municipal de Saúde. Embora apoiadas pelo Programa Saúde da Família (PSF), do governo federal, são muito demandadas por usuários oriundos dos três países, mas principalmente por brasileiros e peruanos. Nesse aspecto, o Hospital de Guarnição criado para dar assistência médico-hospitalar para os militares, cumpre a missão de atendimento à população civil de Tabatinga e municípios próximos, além dos indígenas e estrangeiros.

Efetivamente, a integração internacional entre Tabatinga e Leticia acontece no sistema de transporte urbano, principalmente o terrestre, pois a pequena frota de micro-ônibus e vans pertence a particulares brasileiros e colombianos que praticam tarifas nacional e internacional. Diga-se que tanto o real brasileiro, quanto o peso colombiano são aceitos em qualquer dos lados da fronteira, entretanto os táxis, moto-táxis são fiscalizados por suas associações e possuem algumas restrições, enquanto que as embarcações que realizam viagens entre os três países passam por fiscalizações das instituições criadas para tal fim. No caso dos táxis e moto-táxis as sanções infringem aos que buscam passageiros em território vizinho, trata-se, porém, de um acordo para assegurar clientes e mercados.

3.3 A Terra Indígena Tukuna Umariáçu

No Brasil, a história das lutas por conquista de direitos por povos indígenas, tem tido avanços e retrocessos que podem ser percebidos ao se analisar os documentos legais que marcaram a historiografia da legislação vigente sobre a condição indígena. Em análise realizada em passado recente por Oliveira Filho, J. P. (2012, p. 18), acerca da dominação sobre o indígena na fronteira amazônica, vê-se que a abordagem histórica sobre a questão é “[...] um conjunto sucessivo de arranjos e rearranjos sociais, de reelaborações e criações culturais [...]”. Nesse sentido, realiza uma reflexão que leva em consideração a noção de situação histórica, por não se confundir com a ideia de fases ou etapas que permeiam a maioria desses estudos.

Desta feita, Oliveira Filho, J. P. (2012, p. 17) propõe uma abordagem sobre a ocupação do Alto Solimões, sobretudo a dominação dos Tikuna como “[...] resultado de um processo constitutivo de adaptação a diferentes tipos de meio ambiente social e natural [...]”. Isto porque os indígenas passaram por padrões distintos de distribuição de poder, inicialmente com as missões religiosas e as estratégias político-administrativas para assegurar territórios e propriedades. Posteriormente, subordinados aos diretores de índios, e culminando com o aparecimento da empresa seringalista, como ápice dessa relação de dominação do indígena como propriedade.

No contexto deste processo de dominação está à negação de direitos, pela expropriação a qual o indígena sempre fora sujeitado, com violências perversas, como a escravização e a extinção de etnias inteiras. Exemplar disto é o desaparecimento por completo da população dos Omagua, os quais foram registrados por Acuña (1641) e por Fritz (1689) como inimigos mortais dos Tikuna. Essa escravização e a superexploração da mão de obra indígena foram registradas por viajantes do Alto Solimões como Paul Marcoy (1847) e Henri Bates (1851) que confirmam a situação degradante e a aniquilação em massa dos grupos indígenas.

O desaparecimento dos Omagua pode ser um dos fatores que contribuíram para a dispersão e realocação dos Tikuna no Alto Solimões, em conformidade com os escritos de Nimuendajú (1952). E também como pode ser depreendido deste trecho citado por Oliveira Filho, J. P. (2012, p. 21): “[...] a catequese dos Tükuna teria sido iniciada entre 1683 e 1727 [...], e a sua aglutinação em povoações ocorreu bastante lentamente e paralela à extinção dos próprios Omaguas”. Como salienta Garcés (2014), esses relatos levam ao entendimento de que desde o período pré-colonial a região era alvo de disputas territoriais de grupos indígenas amazônicos.

Os conflitos territoriais resultaram em ocupações delimitadas pela própria situação do relevo amazônico, como pode se depreender deste excerto de Bolian (1975), citado por Garcés (2014, p. 48), “Os Omaguas ocupavam as regiões baixas e ilhas do Amazonas, enquanto que os Tikuna, Yagua, Mayoruna e Kulina se assentavam na terra firme”. Obviamente que com a chegada dos europeus, a dispersão se faz por causa da violência e das doenças fazendo com que os sobreviventes busquem apoio nas missões jesuítas (GARCÉS, 2014). A partir de então, a disputa por territórios se dá em escala diferente, conformando as fronteiras dos estados-nações, com usurpação dos direitos dos que já se encontravam ali assentados.

O expansionismo realizado por Espanha e Portugal e os conflitos decorrentes impactaram sobremaneira:

[...] os povos indígenas tanto do ponto de vista físico, devido ao extermínio da população por epidemias e violência, como do ponto de vista sociocultural, devido aos processos de dominação política e imposição de elementos socioculturais de origem europeia, tais como uma nova religião, idiomas e costumes (GARCÉS, 2014, p. 49).

Estas disputas geopolíticas sobre o território amazônico, empreendidas por Espanha e Portugal afetaram a organização sociopolítica indígena, fazendo com que se acirrassem as rebeliões. Mesmo aqueles grupos que buscavam as missões religiosas, por vezes se rebelavam

contra estas, como fizeram os Omagua (GARCÉS, 2014), frente às atividades missionárias dos espanhóis.

A rejeição ao sistema missionário pode ser outro fator explicativo para a dispersão e o autoisolamento dos Tikuna, senão veja-se:

[...] os Tikuna mostraram uma atitude de rejeição ao sistema missionário, não através da resistência armada ou das rebeliões, como o fizeram os Omaguas, mas mediante uma estratégia de autoisolamento, isto é, internando-se na floresta como um mecanismo para evitar o contato permanente e os confrontos com os colonizadores europeus, quando isso lhes era possível. Esta atitude os levou inclusive a tomar medidas de retaliação contra povos indígenas, por tê-los postos em evidência frente aos espanhóis (GARCÉS, 2014, p. 63).

O fato é que o acirramento dos conflitos fronteiriços afastaram os indígenas e, especialmente, os Tikuna das margens dos rios (GARCÉS, 2014), e essa situação vai perdurar até meados do século XIX. Tanto é assim, que nesse período, como afirma Garcés (2014), as informações sobre os indígenas Tikuna constam apenas dos diários de exploradores e naturalistas.

Tal situação de conflitos, as atividades extrativas e a lavoura de subsistência são justificativas para a ocupação rarefeita do Alto Solimões. Para demonstrar isso, Oliveira Filho, J. P. (1988, p. 62) busca apoio nos escritos dos viajantes da segunda metade do século XIX:

[...] Herndon [1851-2] (1952), Bates [1848-59] (1944), Avé-Lallemant [1859] (1961), Tavares Bastos [1864] (1975), Agassiz [1865-6] (1938) – não mencionavam exploração econômica de destaque existente nessa região, descrevendo os aglomerados encontrados como uma mistura de índios (Ticuna, Cocama e outros), remanescentes Cambeva e poucos elementos brancos. A vida econômica girava em torno de atividades extrativistas (pesca de tartaruga, com aproveitamento de diversos produtos derivados; a indústria de peles; a venda de pescado e piraiá etc.) e de uma pequena lavoura em grande parte voltada para a subsistência ou pequenos circuitos locais de troca.

Isso demonstra que o processo de ocupação do Alto Solimões cresce paulatinamente ao interesse econômico do território, tendo sua expansão no período de valorização da borracha. A esse respeito o vastíssimo material demográfico examinado por Oliveira Filho, J. P. (1988), não deixa dúvidas e esclarece pontos diversos sobre essa apropriação fundiária.

Vale ressaltar que, com o autoisolamento dos Tikuna para as áreas de terra firme, bem como a dispersão e extinção de grupos ulteriores, foram deixadas livres as terras ribeirinhas, os igarapés e os lagos, aonde se encontravam os reservatórios naturais de seringueiras. Tal fato possibilitou a ocupação dessas áreas pela empresa seringalista, facilitando a concessão de títulos de terras, que Oliveira Filho, J. P. (1988) estima terem sido inicialmente estabelecidos entre os anos de 1896 até 1922. Cabe inferir que, apesar do autoisolamento, há presença de Tikuna nas glebas tituladas nesse período e na cartografia realizada por Oliveira Filho, J. P.

(1988), alguns dos imóveis rurais titulados se confundem com o território ocupado tradicionalmente por aqueles.

As implicações das relações de trabalho semiescravo, motivadas pelo sistema de aviamento, o estímulo ao fluxo migratório, bem como as apropriações fundiárias realizadas pela empresa seringalista, foram fartamente descritas por autores nacionais e estrangeiros. Entretanto, cabe ressaltar que no Alto Solimões existiam grandes reservatórios naturais de seringais, porém se tornava difícil encontrar mão de obra estável e barata (OLIVEIRA FILHO, J. P., 2012). Nesse caso, os Tikuna que já haviam sido catequizados se constituíram em mão de obra essencial, o que implicou em sua redistribuição pela região.

Este fato foi interpretado por Nimuendajú (1952), como resultado da expansão territorial, devido à aniquilação das populações vizinhas, entretanto Oliveira Filho, J. P. (2012, p. 27), argumenta que:

[...] existe uma coincidência entre a expansão geográfica dos Ticunas e o assentamento da exploração permanente de seringais, o que faz crer que, antes de ser unicamente motivado por fatores tradicionais, esse processo teria sido provocado e dirigido de acordo com os interesses da empresa seringalista.

É certo que nesse período, os Tikuna foram apresados pelo sistema de barracão ou de aviamento, e tornaram-se fornecedores da produção de látex, e compradores compulsórios do que precisavam ou lhes era imposto (FUNAI, 1997). Tal situação vai se prolongar até a derrocada do mercado internacional da goma elástica.

Ressalte-se que a empresa seringalista no Alto Solimões era bastante flexível permitindo um “[...] afrouxamento do controle da produção indígena, deixando maior a liberdade para que os índios se dedicassem às atividades de subsistência” (OLIVEIRA FILHO, J. P., 2012, p. 29). Neste caso, os Tikuna sempre foram mais fornecedores do que consumidores, esse pode ser um dos fatores que mantiveram a empresa seringalista na região, funcionando até os anos de 1940. Portanto, a situação dos Tikuna acerca do reconhecimento de seus direitos sobre o território de ocupação tradicional, só sofrerá alguma alteração a partir do ano de 1942, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) cria o Posto Indígena Tikuna (PIN), em Tabatinga.

Acerca das terras ancestrais habitadas pelos Tikuna, a informação mais precisa sobre este amplo território constam dos registros de Nimuendajú (1982, p. 2), senão veja-se:

[...] o território de ocupação tradicional Tükuna compreendia o centro da mata na margem esquerda do rio Solimões-AM, de 71° 15” (ilha Peruatê) para 68° 40’ w de longitude, os tributários Ataquari, Loreto, Mariaçu, Tacana, Belém, Crajari, São Gerônimo, Putumayo-Iça, Iahuos, Catulé, Poreté e Jacurapá.

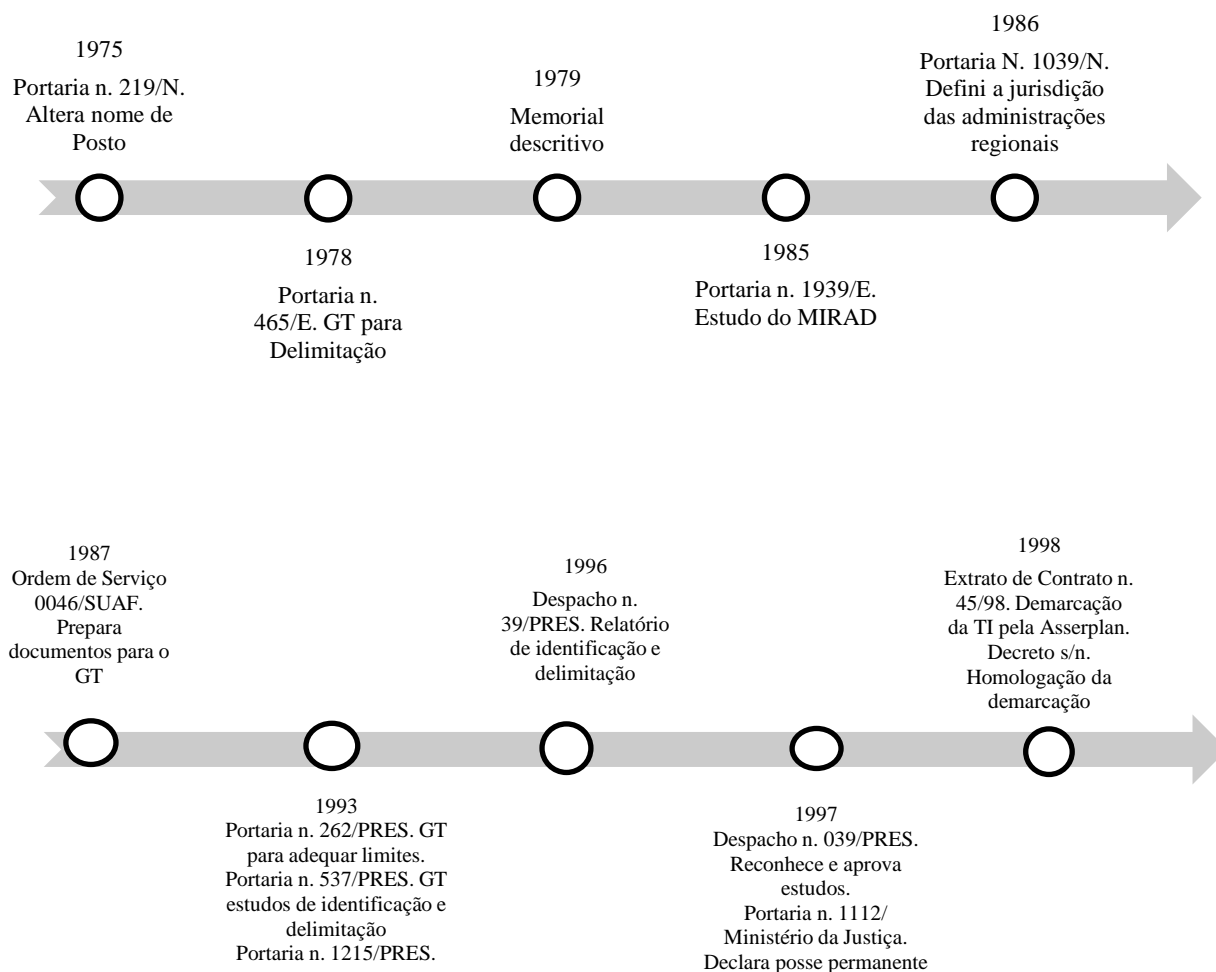
Mariaçu, posteriormente Umariaçu é o igarapé em cujas margens os Tikuna vão estabelecer os aldeamentos, bem como na margem esquerda do igarapé Preto, que em 1929 já era habitado por cerca de 300 índios (NIMUENDAJÚ, 1977). Com o advento do PIN, os Tikuna se fixam na área com o cultivo de cana de açúcar, porém à proximidade do Pelotão do Exército causa conflitos.

Tais conflitos foram resolvidos por meio de um acordo entre o Forte de Tabatinga e o SPI com a transferência do PIN para outra área medindo 6.000 ha, de frente para o rio Solimões e fundos para o igarapé Tacana. Posteriormente, o SPI adquiriu as terras do Seringal Bom Destino, com aproximadamente 1.002 ha, antigo Seringal de José Mendes dos Santos, para onde foram transferidas as famílias Tikuna, entre os anos de 1945 e 1946. Registre-se que a área dos igarapés Umariaçu e Preto são de ocupação tradicional dos Tikuna (FUNAI, 1997) de acordo com depoimentos coletados por técnicos da FUNAI.

Apesar de a Reserva Indígena Umariaçu ter sido a primeira reconhecida no Alto Solimões, a posse efetiva sobre as terras sempre foi desrespeitada pelos não índios. A partir de então começa uma investida da FUNAI para identificar e delimitar a futura TI e através da Portaria n. 465/E, de 27 de setembro de 1978, é instituído um Grupo de Trabalho (GT) para realizar os estudos. Em conformidade com os documentos oficiais, o critério definidor era “[...] encontrar-se a área livre de invasores e, não existir sobre ela pretensão do Exército e/ou da Aeronáutica” (FUNAI, 1997, p. 657). O GT consegue identificar área de 1.665 ha, porém embora reconhecidos, esses limites não foram demarcados.

A partir de então foram criados novos GT para reestudar a delimitação da área, inclusive com processo de junção com a atualmente denominada TI Évare I, até que pela Portaria n. 1.610/E, de 11 de janeiro de 1984, é feita a desvinculação dessas áreas. A área indicada era praticamente a mesma proposta em 1978, com exclusão da Vila COMARA. Tal área foi aprovada pela Comissão Especial de Análise, instituída pelo Decreto n. 022, de 04 de fevereiro de 1991, que passa a ser considerada passível de demarcação.

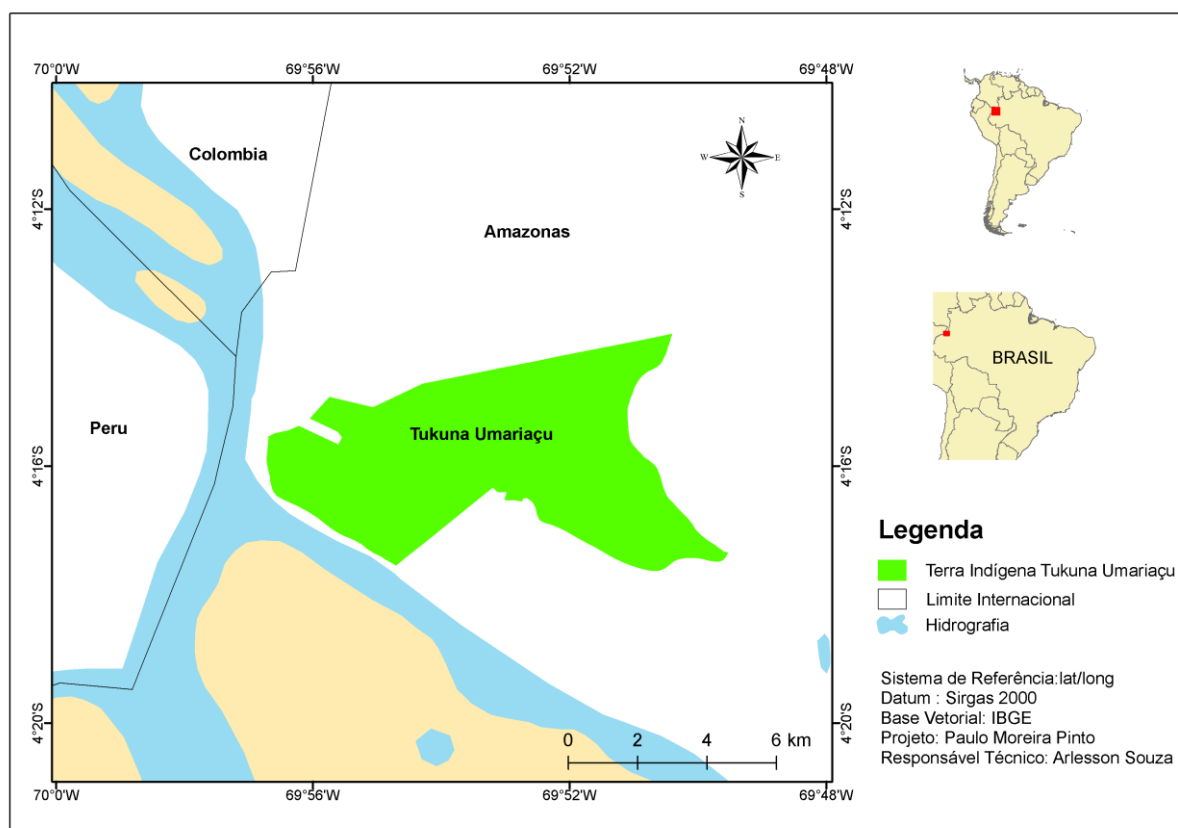
No ano de 1992, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), envia documento a FUNAI denunciando a insuficiência da área para a sua reprodução sociopolítica e econômica, identificada pelo GT em 1984. Deste modo, foi instituída a Portaria n. 537, de 06 de julho de 1993, que determina o reestudo da TI. Esse estudo está consubstanciado no Despacho n. 39, de 27 de dezembro de 1996, que identifica e delimita a TI Tukuna Umariaçu, cujos principais momentos compõem a linha de tempo que são visualizados na figura 5.

Figura 5- Principais momentos de delimitação e demarcação da TI Tukuna Umariáçu

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015), a partir de documentos diversos da FUNAI.

As lutas dos Tikuna foram avançando no sentido do reconhecimento dos direitos e, dessa maneira, instâncias várias de diálogo com o poder constituído foram sendo criadas. É o caso do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT) em 1982; da Organização dos Professores Tikuna Bilíngues (OGPTB) em 1986; do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões – Centro Magüta em 1986; da Organização dos Monitores de Saúde do Povo Tikuna (OMSPT); e da Organização de Saúde do Povo Tikuna do Alto Solimões (OSPTAS) em 1990. Essas lutas e organizações levaram à promulgação do Decreto s/n, de 11 de dezembro de 1998, da Presidência da República, que instituiu a TI Tukuna Umariáçu, com área oficial de 4.854 hectares, que pode ser visualizada no mapa 5.

Mapa 5- TI Tukuna Umariçu



Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

A TI Tukuna Umariçu⁵⁹ compreende as aldeias Umariçu I e II e Cidade Nova, e de acordo com o GT estas terras são essenciais “[...] a continuidade do grupo enquanto etnia diferenciada e, que guarda, apesar de séculos de contato, especificidades que os distingue da população regional e nacional” (FUNAI, 1997, p. 659). Tal área é reconhecida como de uso tradicional e de ocupação contínua, mesmo aquelas em litígio com o Exército e Aeronáutica. Isso porque o Aeroporto Internacional de Tabatinga foi construído aonde havia uma roça do antigo PIN nos anos de 1943 a 1946, bem como a Vila COMARA que deixou de ser reivindicada pelos indígenas por se encontrar ocupada por não índios.

A proposta apresentada pelo GT, de fazer coincidir o limite leste desta TI com parte do limite oeste da TI Évare I, teve como determinantes básicos:

[...] a recuperação de áreas de uso tradicional do grupo para a produção dos bens necessários a sua sobrevivência física e cultural; incluir na terra indígena a aldeia “cidade nova” excluída desde a identificação de 1978; possibilitar aos Tukuna de Umariçu o acesso por terra ao seu território de origem mítica, as cabeceiras do igarapé Évare, e as outras comunidades e aldeias Tukuna; permitir o acesso do grupo

⁵⁹ Cujá certidão data de 22 de novembro de 2000, sendo inscrita no livro de Registros de Imóveis, Liv. 2-C, Fls 098, Mat^a 498.

ao lago Garçal, que se encontra no interior da Terra Indígena Évare I e, vem sendo utilizado pelos habitantes de Umariáçu (FUNAI, 1997, p. 659).

Tal fato possibilitou a preservação e proteção dos locais de caça e coleta, além de separar as terras ocupadas pelos assentamentos dos projetos de colonização realizados pelo INCRA. Os divisores de água e as cabeceiras dos igarapés servem como limites necessários à reprodução, todavia a pista de pouso do Aeroporto Internacional de Tabatinga é a linha seca que separa os índios dos não índios.

É importante salientar os ganhos efetivados com a crescente organização social e política dos Tikuna em várias frentes de luta, inclusive obtendo o reconhecimento de seus projetos em caráter nacional. Como é o caso do Projeto de Educação Tikuna, premiado no ano de 2000, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O projeto foi elaborado e executado pela OGPTB, objetivando a melhoria das condições de vida do povo Tikuna (ISA, 2013), tendo como base a Formação de Professores Tikuna e a construção de uma escola voltada para as suas necessidades e expectativas.

Por terem passado por situações adversas, desde o período dos primeiros contatos com os não índios, e influenciados pela catequização a que foram submetidos, por grupos religiosos de ordens diversas, como os franciscanos, mercedários, jesuítas, carmelitas e capuchinhos, cresceu no povo Tikuna, a fé em movimentos que pregavam a vinda de um Messias. Os movimentos religiosos messiânicos no Alto Solimões fazem parte de um passado recente, mas de cujos episódios são recorrentes ainda na atualidade. Ferrarini (2013) toma como exemplo, o de uma jovem Tikuna que com suas visões conseguiu agrupar seguidores de partes diversas da tríplice fronteira.

Apesar de tais manifestações serem violentamente reprimidas pelas autoridades constituídas, há registros desta ocorrência desde os anos de 1930, seguidos pelos de 1940 até os de 1960. Tal fato foi registrado por Ferrarini (2013, p. 199), citando Oro (1877), como “[...] a esperança do povo na vinda de um Messias que os libertasse da situação de submissão a que estavam sujeitos à sociedade regional”. Sobre esse aspecto, Oliveira Filho, J. P. (1988) afirma que a interferência dos não índios trouxe uma deterioração dos costumes, principalmente quando do domínio dos patrões seringalistas.

Neste caso, o afastamento dos costumes que consideravam apropriados, como as relações de casamento e as uniões intergeracionais, a proibição dos rituais, a imposição dos líderes *tuxawas*, proporcionaram um desencantamento aos Tikuna. Essa comiseração, de acordo com Oliveira Filho, J. P. (1988, p. 151) é motivada “[...] por um duplo sentimento de insatisfação (e até mesmo culpa) pelo estado de corrupção e descaracterização dos costumes”.

Assim, se impunha a necessidade de uma punição coletiva concretizada na existência do fim do mundo e na crença da vinda de um salvador que os livrasse daquela situação.

Neste contexto, ainda em conformidade com as afirmações de Oliveira Filho, J. P. (1988, p. 151), “[...] os imortais voltariam a comunicar-se outra vez com os homens, ensinando-lhes mais uma vez como escapar da destruição, interferindo positivamente em suas vidas ao mostrar-lhes o caminho da salvação”. Tal movimento denominado de salvacionista por Oliveira Filho, J. P. (1988) é registrado por Ferrarini (2013) como manifestações messiânicas as quais, teriam sido sete, ocorridas até o ano de 1961, entre os Tikuna do Alto Solimões. Em 1972 é registrado outro desses movimentos (FERRARINI, 2013, p. 199) com a chegada da Irmandade Cruzada Católica, Apostólica e Evangélica, mais conhecida como Movimento da Santa Cruz.

Este movimento foi liderado por José Fernandes Nogueira, ou por seu nome espiritual de José Francisco da Cruz e como aponta Ferrarini (2013, p. 200), “O irmão José, depois de pregar em países diferentes da América do Sul, entrou no Alto Solimões pelo Marco (hoje Tabatinga) em 1972”. Conhecido como Santo e fazedor de milagres, veio do Peru e no Alto Solimões iniciou ação em Atalaia do Norte, depois seguiu para Benjamin Constant e Belém do Solimões, erigindo capelas e erguendo cruzes. Ao tentar entrar na Colômbia foi preso e remetido a Tabatinga e em abril de 1978 chega à comunidade de Umariáçu. A seita da Cruz, como também era conhecida, arregimentou muitos seguidores, principalmente entre os Tikuna, que acreditavam na chegada do Messias.

A irmandade de Santa Cruz é simbólica enquanto saída para a situação degradante em que se encontravam os índios Tikuna que, até o presente momento, ainda preservam as capelas e as cruzes erigidas por José da Cruz, como se pode observar nas fotografias 13 e 14. A crença em um salvador trouxe alento aos índios, que mesmo depois da morte do irmão pregador, vivem em consonância com a sua doutrina. É claro que nem todos os Tikuna são adeptos da irmandade, ainda mais quando se faz crescente o movimento dos evangélicos entre os indígenas.

Fotografias 13 e 14- Fachada das igrejas de Santa Cruz em Tabatinga e Umariáçu



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Enquanto inseridas em uma AP, as aldeias que compõem a TI Tukuna Umariáçu chamam a atenção por seu aspecto multicultural, pois por ali transitam indígenas de etnias distintas que se utilizam de meios de transportes vários, quer sejam terrestres ou fluviais. Tal fato implica em questões de mobilidade que vão para além da configuração de fronteira rigidamente demarcada e delimitada. Essa mobilidade e as relações implicadas na questão transformam o Alto Solimões em uma região bastante propícia para o desenvolvimento da atividade turística.

A presença de indígenas Tikuna, Marubo, Kukama, entre outros, além dos não índios de partes diferentes do Brasil, da Colômbia e do Peru transformam a região em um caldeirão multicultural e multiétnico com rebatimentos nos hábitos e costumes. Tal fato pode ser verificado em aspectos diferentes como no aspecto linguístico, pelo uso dos idiomas Português, Espanhol, e do Tikuna; no aspecto socioeconômico, pela utilização das moedas dos países e dos hábitos alimentares. Um dos costumes mais marcantes da cultura Tikuna é a festa da moça nova⁶⁰, ritual de iniciação da jovem Tikuna, festa que pode se estender por dias seguidos.

Este ritual, segundo Ferrarini (2013, p. 65), “É um conjunto de cerimônias e atos expiatórios e propiciatórios com que a jovem tikuna dará início as suas funções sexuais, alcançando, por meio do sofrimento durante as cerimônias, uma benevolência especial de Tupã”. Garcés (2014, p. 178) enfatiza que a Irmandade da Cruz estabeleceu normas proibitivas como “[...] poligamia, beber, fumar, dançar, usar vestidos que mostrem o corpo

⁶⁰ Na idade de 14 anos a jovem é separada do convívio familiar em um quarto, choupana ou curral permanecendo lá por muitos meses até a preparação da festa. Ao terceiro dia derruba-se o local e a jovem é retirada pintada e enfeitada de penas, começam as danças e a ingestão de bebidas e cigarros. No dia seguinte a jovem é posta sentada no meio de uma choupana e algumas índias mais idosas começam a arrancar-lhe os cabelos enquanto os convidados cantam. Após a depilação os pais esfregam unguentos balsâmicos na cabeça da jovem e a cobrem com penas de arara, continuando assim as danças e os dias de festa (FERRARINI, 2013).

[...] as brigas e o jogo. Além disso, estipula a proibição das festas tradicionais, como é o caso do ritual de menarquia das jovens Tikuna, a festa da “moça nova”. Apesar disso o ritual é praticado em muitas aldeias, como na TI Umariáçu, mudando-se alguns aspectos enquanto vestimentas, cantos, danças e duração da festa.

Como afirma Nogueira (2007, p. 180) os Tikuna são:

[...] uma das maiores nações indígenas do Brasil, espalhados também entre o Peru e a Colômbia, contribuem com o abastecimento local de uma diversidade de produtos retirados da floresta, do rio e da terra. Frutos, raízes, legumes e peixes constituem uma das fontes de renda destes indígenas que também terminam por se inserir no mercado local, comprando produtos industrializados.

Na tríplice fronteira e, especialmente, na TI Umariáçu, essa relação simbiótica com a sociedade envolvente pode ser agudizada pela proximidade da TI e sua disposição a poucos metros do atual bairro da COMARA. Nesse caso, os índios também absorvem alguns costumes que os colocam em vulnerabilidade biossociocultural, como a dependência de substâncias químicas etc, fatores já bastante observáveis em Umariáçu.

Desta maneira, as atividades de turismo em TI prescindem de um planejamento que utilize recursos teóricos e metodológicos compatíveis com a realidade daqueles indígenas. De tal modo que a participação seja ampliada e centrada nas possibilidades diferenciadas de gestão da atividade turística, e construída coletivamente. Entretanto, mesmo tal possibilidade pode resultar em fracasso, em virtude da correlação de forças presentes no interior da comunidade indígena que podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento de tal atividade.

4 AS CONQUISTAS TRANSFRONTEIRIÇAS E A FORMAÇÃO DO TRAPÉZIO AMAZÔNICO-COLOMBIANO

Ainda que parem questionamentos acerca de sua procedência, e de que este fato seja motivo de controvérsias entre Arqueólogos, Antropólogos, Biólogos, Linguistas, entre outros cientistas, o tempo de ocupação do ser humano na América pode ser estimado em 12.000 anos atrás (NEVES et al., 1997). Embora não haja consenso, a hipótese mais aceita, de acordo com Neves et al. (1997, p. 98) é a de que “[...] três grandes estoques populacionais, provenientes do nordeste asiático (Sibéria) teriam adentrado a América [...], dando origem a toda diversidade humana no continente [...]”. Entretanto, apenas um desses estoques seria o ancestral dos povos indígenas da América do Sul.

Este Modelo Tripartido de povoamento do Novo Mundo foi concebido “[...] pelo linguista Joseph Greenberg, pelo antropólogo-dentário Christy Turner II e pelo antropogeneticista Steven Zegura” (POWEL, 1997, p. 85), e está baseado no conceito de homogeneidade do ameríndio. Não obstante, a ocupação pré-colonial da Amazônia também está eivada de polêmicas, e amparada por pesquisas consubstanciadas por cientistas brasileiros e estrangeiros. Na arqueologia da Amazônia, essencialmente, existem duas correntes explicativas dessa ocupação humana, a primeira baseada no determinismo ambiental e a segunda na condição de produção e difusão de inovações culturais.

A primeira corrente prediz que a pobreza dos solos amazônicos foi determinante para o padrão de organização dos grupos indígenas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de culturas complexas (COSTA, 2009). Enquanto que a segunda advoga que os povos amazônicos não eram apenas receptores, mas sim difusores de cultura, como bem demonstra essa afirmação de Roosevelt (1992, p. 54):

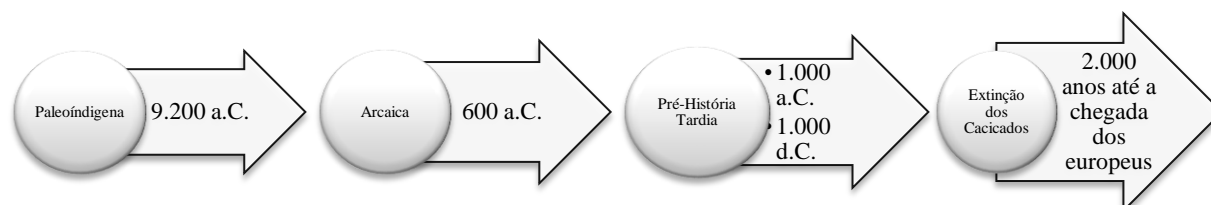
A maior parte da extensão das várzeas dos principais rios parece ter estado repleta de assentamentos humanos, e consideráveis sistemas de terraplenagem foram elaborados tanto nas várzeas quanto nas áreas interfluviais. Este rico e complexo quadro da Amazônia pré-histórica contradiz antigos pontos de vista baseados na ideia da pobreza ambiental.

O certo é que, como salienta Costa (2009, p. 5), os “[...] povos andinos e amazônicos mantiveram, por milênios, intensas relações”, de troca de produtos e artefatos que teve seu auge no período incaico.

Em que pese tais controvérsias, pesquisas arqueológicas evidenciam que intervenções humanas no ambiente amazônico foram realizadas por povos pré-coloniais que alteraram a paisagem primeva (ROOSEVELT, 1992; NEVES, 2006; COSTA, 2009). Roosevelt (1992), inclusive, propõe uma datação em períodos históricos, como observados na figura 6, para as

sociedades pré-coloniais da Amazônia. Desse esforço teórico surge a classificação da distribuição das principais ocupações humanas de cuja importância destaca-se a província dos Omágua que se distribuíam ao longo da calha do rio Amazonas/Solimões.

Figura 6- Sociedades Pré-Coloniais da Amazônia



Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015), a partir de Roosevelt (1992).

A população Omágua torna-se importante por ser o grupo que sofreu investidas violentas, com a chegada dos europeus, principalmente de espanhóis e portugueses, entre os séculos XVI e XIX, que os envolveram em conflitos diversos. A história da Amazônia colombiana, bem como de outras porções amazônicas, é feita de conquistas e massacres (FONTAINE, 2006) de populações indígenas. As primeiras expedições, em conformidade com Fontaine (2006), começaram em 1538, com Gonzalo Díaz de Piñeda, em busca de ouro e canela ao longo do rio Napo. Em 1541 veio Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, nesse mesmo ano Hernando de Benavente viajou pela região de Macas, Quizna e de los Pacamoros; e em 1557 Salinas Loyola explorou o Marañon descobrindo o rio Pastaza e o lago Rumicha.

A partir destas expedições espanholas e, conseqüentemente, das portuguesas iniciadas em 1615 foram registradas muitas baixas na demografia indígena, que também foi intensificada com a instalação das missões. Esse processo colonizador é registrado por Fontaine (2006, p. 27), como:

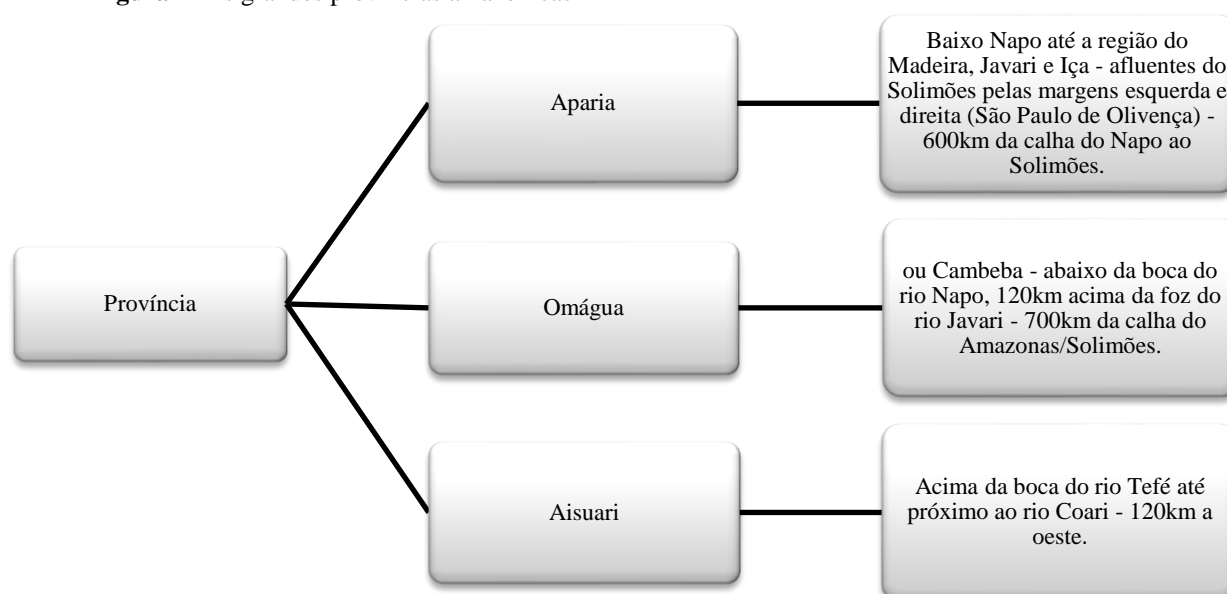
El proceso de colonización sometió a los grupos indígenas a varios grados de contacto o de integración, en función del tipo de frontera colonizadora (extractivista, esclavista, misionera, etc.), de la forma de organización socio-política del grupo (caciquismo, bandas, sociedades tribales) y de su ubicación geográfica.

As primeiras vítimas foram as populações indígenas que habitavam as áreas de margens dos rios e a região de várzea, entre esses os Omágua ou Cambeba que habitavam as margens do rio Amazonas.

As denominadas províncias, que até o início da colonização estavam distribuídas ao longo da calha do rio Amazonas/Solimões, constituíam-se em grandes nações indígenas com

um contingente populacional expressivo. Como se pode depreender da figura 7, essas províncias estendiam-se por uma região bastante ampla, o que permite inferir o número populacional enorme e a depopulação subsequente a colonização. Como afirma Fontaine (2006, p. 27), “Las primeras víctimas de la Conquista fueron los pueblos ribereños de los ríos y de los llanos inundables (*várzea*), em particular los Omaguas y los Tapajós, que desaparecieron completamente a fines del siglo XVII”, sob a responsabilidade de conquistadores espanhóis e portugueses.

Figura 7- As grandes províncias amazônicas



Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015), a partir de Roosevelt (1992).

A procura pela mão de obra indígena estabeleceu uma perseguição acirrada entre os europeus conquistadores, não apenas espanhóis e portugueses, mas também holandeses, franceses e britânicos. Nas áreas de colonização espanhola, os índios foram submetidos ao sistema de *encomienda* que “[...] consistía em dividir los indígenas em grupos a serviço de um “encomendero” encarregado de evangelizarlos y protegerlos, a cambio de que éstos tenían que pagarle un tributo em oro, pita o alimentos” (FONTAINE, 2006, p. 27). Portanto, a *encomienda* era um sistema que extraía dos indígenas seus conhecimentos sobre os recursos naturais e a melhor maneira de conseguir os produtos extrativistas.

Esta perseguição por mão de obra, e a consequente fuga dos indígenas, de acordo com Domínguez e Gómez (1994), citado por Fontaine (2006, p. 28), possibilitou a penetração mais a oriente para recrutar a força “[...] los Coronados, los Omaguas y los Abijiras del Napo, o los Mainas, los Cocamas y los Jívaros del Marañon”. A penetração ao oriente também se fez

motivada pela busca de produtos extrativistas, principalmente a quina (*Cinchona calisaya*) que já era explorada nos Andes. Na região da Alta Amazônia colombiana passou a ser o principal produto entre os anos de 1850 e 1884 (FONTAINE, 2006) e possibilitou a descoberta da região do Alto Caquetá e Alto Putumayo.

A busca por produtos extrativistas, beneficiada pelos conhecimentos indígenas, vai ter seu apogeu com o conhecimento das propriedades e utilidades do látex da seringueira, cujas informações foram repassadas aos colonizadores/exploradores pelos Omágua (FONTAINE, 2006). Em território colombiano, a extração do látex era realizada, inicialmente, nos anos de 1860 a 1870, às proximidades do Panamá e Cartagena, porém em “[...] 1880 alcançou a Alta Amazônia, substituindo a decadente extração de quina, e também as regiões dos rios Guaviare, Vaupés e Negro” (FONTAINE, 2006, p. 13). Tais conquistas, de acordo com Dominguez e Gomez (1990), citado por Costa (2009), não foram conseguidas sem a expropriação dos territórios indígenas e a expulsão de grupos inteiros como os Uitotos e Boras, nos anos 1890, que habitavam os médios Caquetá e Putumayo.

A corrida em busca do látex da seringueira descortinou um processo de conquistas dos territórios amazônicos orientais, principalmente a área de Vaupés, Caquetá e Putumayo, que também provocou o aparecimento de novos colonos. Sobre esse aspecto Zárate Botía (1993), citado por Fontaine (2006, p. 28), afirma que: “Al inicio del siglo XIX, la aparición de “nuevas” etnias, caracterizadas por su fuerte movilidad, acompañó el desarrollo de la extracción de plantas como la quinquina, la zarzaparrilla, la tagua (marfil vegetal) o el caucho”. Os indígenas tornados escravos passam então a ser perseguidos por toda sorte de pessoas, principalmente na região do Putumayo e do Napo, intensificando-se com a fundação, em 1904, da Sociedade Arana, Vega e Larrañaga, de Julio Cesar Arana.

A partir de então, a Amazônia, de maneira ampliada, passa a fazer parte da economia de mercado regional e internacional, através da rede fluvial que integrava os centros produtores como Iquitos, Manaus e Belém aos principais compradores estrangeiros. Sobre esse aspecto Fontaine (2006, p. 28) comenta: “El principal beneficio lo lograron los peruanos, quienes aprovecharan de su avance tecnológico y de su flota de barcos de vapor para tomar el control de los ríos afluentes del Amazonas (los ríos Napo, Putumayo, Pastaza y Morona)”. Nesse caso, os peruanos detinham grande predominância sobre a navegação fluvial por causa do domínio de tecnologia impondo hegemonia sobre o território, em prol dos interesses de empresas seringalistas e da exploração de petróleo.

Esta hegemonia peruana vai causar conflitos com países fronteiriços, mesmo após a derrocada da borracha e com o início da colonização instituída nos anos de 1920, pelo Estado

colombiano, como se depreende desse trecho de Fontaine (2009, p. 29): “La política de colonización dirigida por el Estado en el Ecuador y Colombia fue estimulada por la necesidad de reforzar la presencia militar en las fronteras y poner fin a las incursiones frecuentes del ejército peruano”. Nesse período se intensificam as prospecções de petróleo dando contorno às relações capitalistas e ao acirramento das lutas por áreas para expansão do sistema, que também se impunha com a extração madeireira. Para tanto, se estabelecia a necessidade de implantação de um modal novo de transporte: o terrestre.

Neste caso, muitas estradas foram abertas, interligando os países amazônicos e em se tratando da Colômbia: “[...] las primeras carreteras fueron abiertas a finales de los años 1960 y sobre todo en el inicio de los años 1970, al mismo tiempo que se intensificaba la explotación petrolera” (FONTAINE, 2009, p. 29). Entretanto, a configuração da atual Amazônia colombiana e, principalmente, do chamado trapézio amazônico, só foi conseguida após batalha política e diplomática com o Peru. Trata-se da contenda conhecida como conflito colombo-peruano, motivada pelo descontentamento dos peruanos acerca do tratado Lozano-Salomón, firmado entre a Colômbia e o Peru em 1922.

O tratado foi uma negociação política e diplomática que possibilitava a Colômbia acesso ao rio Amazonas, cujo principal núcleo urbano era a cidade de Leticia, oportunizando assim, a jurisdição territorial. No entanto, o tratado só foi ratificado pelo governo peruano em 1928, todavia o acordo não foi amplamente aceito pelas elites regionais de Loreto (ZÁRATE BOTÍA, 2011) que se revoltaram e iniciaram o combate armado. Tal contenda, denominada de recuperação de Leticia, iniciou em 01 de setembro de 1932 e de acordo com Zárate Botía (2011, p. 72):

[...] el conflicto entre Colombia y Perú, que solo pudo superarse luego de choques armados en diferentes puntos de la frontera y de la intervención de la Sociedad de Naciones que mantuvo por unos meses el control de dicho puerto y lo devolvió a Colombia.

Desse fato resulta a intensificação da presença das forças armadas, como garantia do território fronteiriço, principalmente no trapézio amazônico, e da implementação de políticas de ocupação realizadas pelo governo central colombiano.

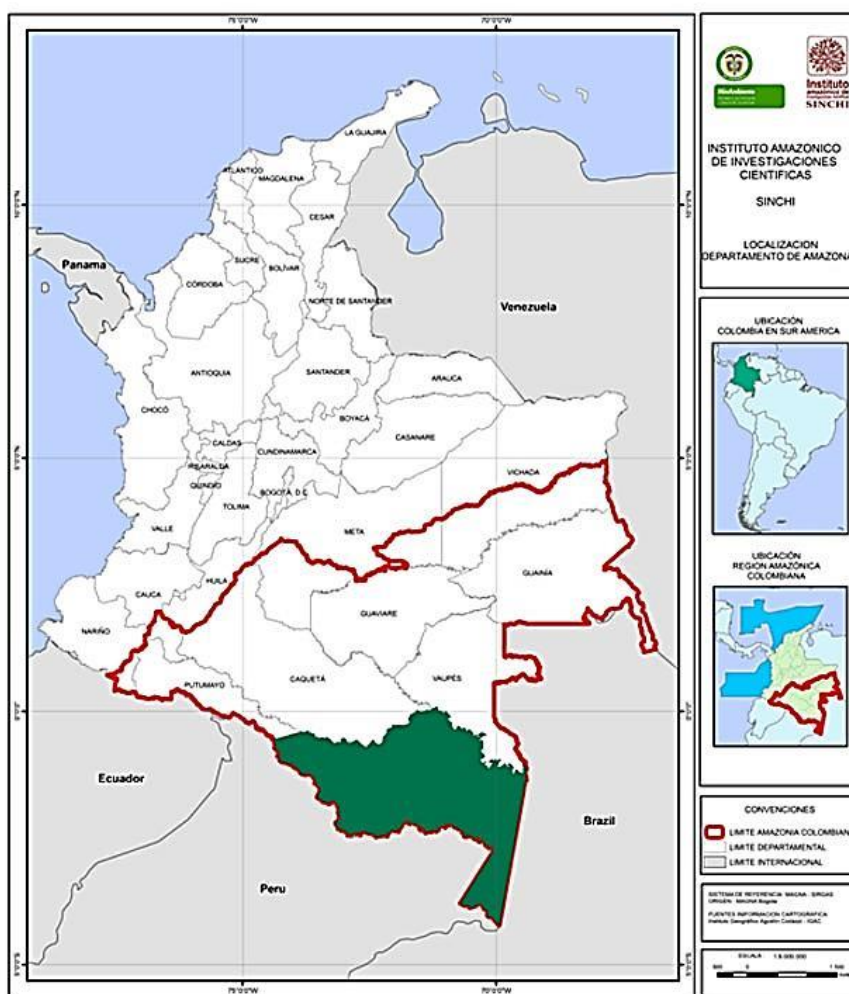
A garantia da soberania das fronteiras, no sentido de nacionalizar a Amazônia baseia-se, segundo Zárate Botía (2011, p. 73), “[...] en una presencia episódica y conjuntural de sus fuerzas armadas dentro de una concepción muy limitada de soberanía nacional”. As estratégias de defesas adotadas foram, principalmente, a ocupação populacional e a

construção de estradas, porém Ramírez (2011, p. 422-423), elenca cinco fatores que também estimularam o povoamento:

Primero, un nuevo auge en torno al caucho a mediados del siglo XX como consecuencia de la segunda guerra mundial y de la invasión de Japón al sudeste asiático, que se había convertido en centro productor de goma. Segundo, el conflicto político que sufrió Colombia entre 1940 y 1953. Tercero, el comercio de piles de tigrillo, caimán negro, curillo y nutria, desarrollado a partir de 1960 desde Puerto Asís y Puerto Leguizamo. Cuarto, la explotación de petróleo que comenzó desde 1938 en la Amazonia peruana y desde los años sesenta en el Putumayo colombiano. Quinto, los cultivos de hoja de coca que desde finales de los años setenta se trasladaron de Perú y Bolivia al Putumayo colombiano.

A partir de então é traçada a nova configuração dos limites entre Colômbia e Peru, que se estende por cerca de 1.626 km (RAMÍREZ, 2011), composta pela tríplice fronteira Colômbia-Brasil-Peru e pelo Putumayo colombo-peruano, a qual pode ser observada no mapa 6.

Mapa 6- Mapa de localização da Amazônia e do trapézio colombiano



Fonte: IGAC/SINCHI (2013).

Neste período, o cultivo da coca nas fronteiras colombo-peruanas e tríplice recrudescceu o imaginário sobre o território amazônico, como espaço de violências múltiplas. Embora as atividades ilegais comecem a ser combatidas a partir dos anos 2000, com as “*fulmigaciones*” nas plantações que foram se reduzindo ao longo da faixa do Putumayo, as mesmas foram migrando em direção ao departamento do Amazonas. Acerca desse imaginário sobre a Amazônia, Zárate Botía (2011, p. 73), afirma que:

El imaginario que hoy tiene buena parte de la sociedad nacional sobre la selva amazónica no es muy diferente al que construyeron los primeros conquistadores al referirse a ella como un infierno: por lo menos así la continúan describiendo los medios de comunicación, sobretodo cuando se refieren a los secuestrados por la guerrilla.

Tal fato também é reforçado quando se imagina as transformações culturais a que foram submetidos os indígenas quando se viram forçados a assumir uma identidade nacional por causa da delimitação das fronteiras dos países.

No caso do trapézio amazônico, os indígenas foram os que mais sentiram o peso das transformações em curso, isto porque em conformidade com afirmações de Ramírez (2011, p. 416):

[...] ticuna, uitoto, ocaina, cocama y yagua corresponden a la mayoría de la población de la región. La incorporación de los indígenas a la “brasileñidad”, “peruanidad” y “colombianidad” se dio en los dos primeros países mediante los ejércitos y en Colombia a través de la iglesia católica. Luego del trabajo forzado impuesto por la cauchería, los procesos de demarcación de fronteras generaron divisiones dentro de un mismo grupo indígena que se vio abocado a definirse entre diversos procesos de nacionalización y a asumir distinciones socioculturales fundamentadas en las identidades nacionales.

Ressalte-se que a maioria desses grupos indígenas desconhecem os limites impostos pelas fronteiras nacionais, uma vez que seus hábitos são o de transitar pelos territórios, movidos por práticas mediadas por tradições culturais. Nesse caso, a etnia Tikuna – enquanto grupo mais numeroso a habitar o trapézio amazônico – é a que mais sofreu com as mudanças às quais foi submetida pelo cerceamento em sua mobilidade transfronteiriça.

4.1 A composição do departamento do Amazonas e os desafios do desenvolvimento

A República da Colômbia encontra-se dividida em 32 departamentos e o Distrito Capital de Santa Fé de Bogotá. Em conformidade com o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE, 2012), a população total é de 46.366.364, com densidade de 40,71 hab/km², destes, 75% residem nas cidades e 25% nas áreas rurais. A independência do

país foi declarada em 20 de julho de 1810 e reconhecida em 07 de agosto de 1819. A superfície somada aos 928.660 de área marítima totaliza 2.070.408 km².

Os departamentos colombianos estão distribuídos nos 1.141.748 km² que compõem a área continental do país e as suas respectivas capitais podem ser observadas no quadro 6. Em conformidade com registros do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC, 2008), a Colômbia se configura no contexto dos países latino-americanos, como um país de tamanho médio comparável, em extensão, ao Peru e a Bolívia. Ainda, em conformidade com IGAC (2008), o país encontra-se dividido em seis regiões geográficas⁶¹: Caribe, Insular, Pacífica, Andina, Orinoquia y Amazonia.

Quadro 6- Departamentos e capitais da Colômbia

DEPARTAMENTO	CAPITAL	DEPARTAMENTO	CAPITAL
Amazonas	Leticia	Huila	Neiva
Antioquia	Medellín	La Guajira	Riohacha
Arauca	Arauca	Magdalena	Santa Marta
Atlántico	Barranquilla	Meta	Villavicencio
Bolivar	Cartagena	Nariño	San Juan de Pasto
Boyacá	Tunja	Norte de Santander	Cúcuta
Caldas	Manizales	Putumayo	Mocoa
Caquetá	Florencia	Quindío	Armenia
Casanare	Yopal	Risaralda	Pereira
Cauca	Popayán	San Andrés y Providencia	San Andrés
Cesar	Valledupar	Santander	Bucaramanga
Chocó	Quibdó	Sucre	Sincelejo
Córdoba	Montería	Tolima	Ibagué
Cundinamarca	Bogotá	Valle del Cauca	Cali
Guainía	Puerto Inírida	Vaupés	Mitú
Guaviare	San Jose del Guaviare	Vichada	Puerto Carreño

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015), a partir de DANE (2012).

A Constituição Política da Colômbia, instituída em 1991, trouxe modificações diversas para a distribuição político-administrativa⁶² do país, entre estas, um ordenamento territorial novo baseado na descentralização política. É o caso dos cinco distritos que possuem um regime especial de administração, a saber: Distrito Capital de Bogotá, Distrito Turístico e cultural de Cartagena das Índias, Distrito Turístico, Cultural e Histórico de Santa Marta, Distrito Especial, Industrial e Portuário de Barranquilla, Distrito Especial, Industrial, Portuário, Biodiverso e Ecoturístico de Buenaventura. Na Amazônia colombiana, a fundação

⁶¹ Áreas com características homogêneas quanto às condições de relevo, clima, geologia, geomorfologia e de solo, junto com as atividades socioculturais que o povoamento realizou na paisagem, a partir dos grupos humanos que os modelaram, e que por sua vez receberam influência do meio ambiente (IGAC, 2008).

⁶² Geograficamente a Colômbia está dividida em entidades territoriais de ordens diversas, como: departamentos, municípios, distritos, territórios especiais biodiversos e fronteiriços, territórios indígenas e áreas metropolitanas (DANE, 2012).

de municípios inicia na segunda metade do século XX, porém é mais o resultado da descentralização e da pressão dos grupos locais, do que do processo de colonização em si.

As representações, em múltiplos aspectos, que povoam o imaginário quando se evoca a palavra Amazônia, como citado anteriormente sobre a porção brasileira, também podem ser validadas para o território colombiano. Cardona (2005), afirma que do ponto de vista da delimitação territorial, a Amazônia colombiana evoca conceitos diversos, deixando marcadas as diferenças que surgem quando se imagina essa porção sul-oriental do país. Esses conceitos variados se agrupam por aproximação (CARDONA, 2005), levando-se em consideração a hidrografia, a floresta, a divisão político-administrativa, a ocupação humana, cultural, e a integração de todos esses aspectos em uma única região.

Desta maneira, Cardona (2005) corrobora com a ideia de que existem Amazôniaas diferentes para cada um dos contextos que se queira abordar como, por exemplo, o que a secciona em sub-regiões norte e sul ocidental. Assim, do ponto de vista político-administrativo “Comprende los territorios completos de los departamentos de Amazonas, Caquetá, Guainía, Guaviare, Putumayo y Vaupés, y parte de los territorios de Vichada, Meta, Cauca y Nariño” (CORDONA, 2005, p. 61). Os departamentos⁶³ com a maior participação em área na Amazônia colombiana são Amazonas, Caquetá, Guainía e os municípios são Solano (Caquetá), Cumaribo (Vichada), Mitú (Vaupés) e Calamar (Guaviare).

A região Amazônica colombiana é formada pela integração dos limites hidrográfico, biogeográfico e político-administrativo, com uma superfície de 477.274 km². Essa delimitação se fundamenta “[...] en el impacto que tienen los ríos andino-amazónicos sobre los ecosistemas del piedemonte y la planicie de la región” (CARDONA, 2005, p. 61). Ainda, de acordo com estudos de Cardona (2005, p. 61), compreende os limites “[...] de la cuenca hidrográfica en el sector occidental definido por la divisoria de aguas; en el sector norte hasta donde llega la cobertura de bosque, y en el sur y oriental corresponde a las fronteras políticas internacionales”, o que equivale a 5,71% da denominada “Gran Amazonia” e a 41% do território continental da Colômbia.

Como maneira de superar a noção de que o espaço amazônico colombiano é homogêneo existem divisões distintas que o seccionam em sub-regiões, que levam em consideração os processos de ocupação e intervenção antrópica. Sendo assim, como afirma Cardona (2005, p. 62):

⁶³ Correspondem aos estados brasileiros. Os municípios ou *corregimientos departamentales* no território amazônico são em número de 78. Na região Amazônica colombiana habitam 960.239 pessoas, desses 86.417 são indígenas e 28.016 a população afrocolombiana (DANE, [2005] 2010).

[...] la Amazonía colombiana como región no presenta una clara integración socioeconómica y ambiental, siendo necesario por lo tanto, hablar de un territorio socialmente construido, donde hay diversos dominios, que presentan diferentes singularidades.

Tal fato é instigante quando se observa que as regiões de Orinoquia, Amazônia e Pacífico, que representam mais da metade do território do país (DANE, 2012), são as menos povoadas. As diferentes Amazônias colombianas e suas respectivas delimitações podem ser observadas no quadro 7, da qual se pode inferir que devido a sua extensão territorial enorme, ainda é relativamente pouco ocupada, embora nos últimos cinquenta anos tenha havido um fluxo migratório intenso para as três regiões acima citadas.

Quadro 7- As Amazônias colombianas

DENOMINAÇÃO	EXTENSÃO (km ²)	DELIMITAÇÃO
Amazonía hidrográfica	339.504,54	Cuenca del río Amazonas.
Amazonía selvática	406.638,52	Cuenca del río Amazonas y parte de la cuenca del río Orinoco.
Amazonía político-administrativa	477.237	Departamentos con menor participación Nariño, Cauca y Putumayo.
Región amazónica colombiana	477.274	Parte sur del departamento del Vichada; suroriente del Meta; todo el territorio de los departamentos de Guainía, Guaviare, Vaupés, Amazonas, Putumayo y Caquetá; la Bota Caucana y las vertientes amazónicas de Nariño (la parte alta de los ríos Guamuéz, Sucio, San Miguel y Aguarico).
Amazonía noroccidental	164.506,34	Departamento de Putumayo y parte de los departamentos de Caquetá (occidente), Guaviare (noroccidente), Meta (suroccidente), Vichada (sur), Cauca (la Bota Caucana) y Nariño (extremo suroriental).
Amazonía suroriental	312.768	Departamentos de Amazonas, Vaupés y Guainía y parte de los territorios del Caquetá (oriente) y Guaviare (suroriente).

Fonte: Adaptado por Paulo M. Pinto (2015), a partir de Cardona (2005).

Na Amazônia colombiana sul- oriental é onde se concentra a maior porção de floresta tropical úmida, com população dispersa, em sua maioria indígena e com economia baseada na subsistência. Tal fato proporciona o aparecimento do que Cardona (2005, p. 63) denomina de formação de enclaves geopolíticos e econômicos – centros administrativos e mineiros –, respectivamente.

Los enclaves geopolíticos considerados son: Leticia y Puerto Nariño (Amazonas), Mitú (Vaupés) y Puerto Inírida (Guainía). Los enclaves económicos-extractivos corresponden a: el municipio de Taraira (Vaupés) y los corregimientos departamentales de Tarapacá, La Pedrera, El Encanto y La Chorrera (Amazonas) y la inspección de policía de Araracuara (Solano-Caquetá).

Essa população se caracteriza por uma vulnerabilidade demográfica e social alta (DANE, 2012), que se explica, em parte, pela grande presença dos grupos indígenas e pelas dificuldades de acesso.

Isto porque os rios amazônicos e andinos formam as vias de comunicação natural e considerando-se também que a metade da bacia hidrográfica do rio Amazonas é constituída por reservas indígenas. Os grupos indígenas localizam-se, principalmente, nos departamentos de Guainía, Vaupés e Amazonas. O departamento de Amazonas⁶⁴ limita-se ao norte com o departamento de Caquetá e o rio Apaporis, que os separa do departamento de Vaupés; a leste com o Brasil; ao sul pelos rios Putumayo e Amazonas, que o separa da República do Peru; e a oeste com o Peru e o rio Putumayo (IGAC, 2008).

Do ponto de vista político-administrativo, o departamento de Amazonas possui dois municípios e nove “*corregimientos departamentales*”⁶⁵, como descritos no quadro 8. Os municípios são a unidade territorial fundamental e tem como finalidade proporcionar o bem estar geral e a melhoria da qualidade de vida da população do território (DANE, 2012). Porém, em conformidade com o artigo 44 da Lei n. 1551, de 06 de julho de 2012, os antigos *corregimientos departamentales* foram transformados em territórios especiais biodiversos e fronteiriços, os quais estão embasados no artigo 285 da Constituição Nacional.

Quadro 8- Municípios e territórios especiais de Amazonas

MUNICIPIO/ÁREA/POP	TERRITÓRIO	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO 1993/2005*
Leticia 5.829 km ² 22.866/32.450	El Encanto	11.074	2.331/138
	La Chorrera	12.461	2.828/2.027
	La Pedrera	15.385	926/1.187
	La Victoria	1.443	-/-
	Mirití-Paraná	16.564	1.897/13
Puerto Nariño 1.475 km ² 4.008/6.316	Puerto Alegría	8.394	-/4
	Puerto Arica	13.350	-/1.343
	Puerto Santander	14.915	1.228/565
	Tarapacá	8.775	1.680/2.407

Fonte: Atualizado por Paulo M. Pinto (2015), a partir de Chaparro (2007) e DANE (1993; [2005] 2010).

*Os dados do censo 1993 foram ajustados para a região amazônica. As informações faltantes tanto no censo de 1993 quanto em 2005 se devem a dificuldade de acesso ao território.

O departamento de Amazonas cobre uma extensão de 109.655 km², ocupando 9,6% do território colombiano e 27,20% da região amazônica colombiana, com população de 67.726 habitantes (DANE, 2005). A miscigenação é um fator preponderante na constituição dessa

⁶⁴ Os limites do departamento coincidem com as linhas de fronteiras estabelecidas entre Colômbia e Brasil nos anos de 1907 e 1928, e com o Peru no ano de 1922. Os limites com os departamentos de Vaupés, Caquetá e Putumayo foram definidos pela Lei n. 02 de 1931, pelo Decreto n. 963 de 1950 e pela Lei n. 78 de 1981 (CHAPARRO, 2007).

⁶⁵ De acordo com o Decreto n. 2274, de 04 de outubro de 1991, é uma divisão do departamento a qual inclui um núcleo populacional.

população, uma vez que do total de habitantes do departamento, mais da metade, ou seja, 54% se consideram mestiços, 43,4% são indígenas e 1,98% são afrocolombianos. Em consonância com o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCONDER, 2012), existem 21 áreas de reservas indígenas (*resguardos indígenas*) que somam 9.210.047,7641 hectares aonde habitam 3.761 famílias.

Os municípios de Leticia e Puerto Nariño são a base da estrutura que secciona a organização territorial, além das AP e dos territórios indígenas que, por vezes, tomam importância significativa nesta estrutura; o que explica o fato de muitas reservas indígenas estarem localizadas no entorno ou interior das AP e serem importantes para as atividades econômicas, principalmente a pesca. A grande maioria das estruturas dos povoados e cidades encontram-se distribuídas ao longo dos três principais rios Caquetá, Putumayo e Amazonas que cortam o departamento.

Do ponto de vista histórico e jurídico, em consonância com registros de Chaparro (2007, p. 15):

La ley 96 de 1928 creó la Comisaría del Amazonas, posteriormente la Ley 2 de 1931 la declaro Intendencia, más tarde la ley 2 de 1943 le dio de nuevo la categoría de Comisaría Especial y la Constitución Política de Colombia de 1991 la elevó a Departamento, reglamentado por el Decreto 2274 del 5 de octubre de 1991.

Leticia é o município capital do departamento com a maior infraestrutura urbana e atividade econômica, e o município de Puerto Nariño é a segunda unidade territorial, onde predominam as atividades comerciais e de serviços. Embora com pequena infraestrutura urbana, Puerto Nariño produz excedentes agropecuários, pesqueiros, madeireiros e artesanais (CHAPARRO, 2007), obtidos através do conhecimento e do manejo dos recursos naturais da população indígena que compõe a maioria dos residentes.

Os territórios que estão em terceiro lugar em grau de importância econômica são Tarapacá, La Chorrera, La Pedrera e Puerto Santander, mesmo assim sobressaem as atividades de comercialização de madeiras e pescado. A economia de subsistência marca os territórios de Puerto Alegría, El Encanto, Puerto Arica, La Victoria e Mirití-Paraná também a partir dos produtos madeiráveis e pesqueiro que são comercializados por atravessadores (CHAPARRO, 2007). Nessas localidades a presença das instituições governamentais é deficitária quanto ao sistema de saúde, educação, infraestrutura básica etc, o que reforça a importância das atividades produtivas tradicionais.

A ausência dos organismos estatais na área dos serviços públicos essenciais pode ser um dos fatores a estimular a grande mobilidade populacional entre os territórios do departamento. Tal mobilidade explica a formação étnica da população por indígenas e

camponeses do interior do país, do Peru e Brasil (CHAPARRO, 2007), mesmo assim é o departamento amazônico com a densidade populacional⁶⁶ mais baixa. Apesar de o Amazonas apresentar um índice de urbanização alto, principalmente no município capital Leticia, a população urbana é de 37,9% contra os 62,1% dos que vivem na área rural.

De acordo com o INCONDER, a projeção total da população indígena do departamento para o ano de 2012 é de 28.769 habitantes. Economicamente, o departamento de Amazonas se sustenta com atividades básicas de extração e comercialização de madeira, caucho e minério como o ouro, a pesca e a agricultura são complementares. Os 24 povos indígenas encontrados no Amazonas habitam reservas, em sua grande maioria no município de Leticia, como pode ser depreendido do quadro 9, que lista as reservas indígenas com a respectiva projeção populacional para o ano de 2012.

Quadro 9 - Reservas indígenas do departamento de Amazonas

MUNICÍPIO	RESERVA	PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO (2012)	ETNIA
Leticia	Arara	340	Tikuna
Leticia	El Vergel	74	Tikuna
Leticia	Isla de Ronda	293	Cocama
Leticia	Km 6 e 11 Leticia/Tarapacá	374	Huitoto, Tikuna
Leticia	Macedônia	482	Tikuna
Leticia	Mocagua	238	Tikuna
Leticia	Nazareth	291	Tikuna
Leticia	San Antonio de los Lagos	467	Tikuna
Leticia	San José del Río	285	Cocama
Leticia	San Sebastián	214	Tikuna
Leticia	Santa Sofía e El Progreso	345	Tikuna
Leticia	Zaragoza	525	Tikuna
Leticia	San Juan de los Parentes	106	Tikuna
Leticia	La Playa	372	Tikuna, Cocama
Leticia	Puerto Triunfo	150	Tikuna, Cocama
El Encanto	Predio Putumayo	2124	Huitoto, Bora, Muinane
La Chorrera	Predio Putumayo	3452	Huitoto, Bora, Muinane
La Pedrera	Comeyafú	740	Tariano, Yucuna
La Pedrera	Curare-Los Ingleses	294	Yucuna, Cubeo
La Pedrera	Puerto Córdoba	401	Miraña, Yucuna
La Pedrera	Yaigojé-Río Apaporis	2759	Tanimuca
La Pedrera	Camaritagua	122	Yucuna, Miraña, Tanimuca
Mirití Paraná	Mirití Paraná	1486	Tanimuca
Puerto Alegria	Predio Putumayo	1605	Huitoto, Bora, Muinane
Puerto Arica	Predio Putumayo	1327	Huitoto, Bora, Muinane
Puerto Nariño	Puerto Nariño	5497	Tikuna
Puerto Santander	Nunuya de Villa Azúl	304	Muinane
Tarapacá	Cothue-Putumayo	2314	Tikuna
Tarapacá	Uitiboc	852	Tikuna
TOTAL		28769	

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Chaparro (2007) e DANE (2012).

⁶⁶ Depois de Guainía (0,19%) e Vaupés (0,28%) (CHAPARRO, 2007).

Estes processos migratórios e de intercâmbio são possibilitados pela localização do Amazonas em uma região de fronteira, o que facilita o contato com os indígenas peruanos e brasileiros, principalmente os da etnia Tikuna. Além dos Tikuna, segundo Chaparro (2007, p. 18) existem outras etnias como:

[...] Huitoto, Cocama, Kamejeya, Jurumi, Jeruriwa, Imike, Piyoti (denominados como Yukuna), Ide masâ, Jeañarâ (conocidos como Macuna), Bora, Yui wejw maja o Jobokarâ (Ilhamados genéricamente Tanimuka), Miraña, Inga, Yagua, Upichia (Matapi), Muinane, Andoque, Wejeñeme majâ (Letuama), Ocaina, Carijona, Yujup (Makú), Nonuya, Siona, Tucano, Tariano, Cavillary (Kawiyari), Barasano, Cubeo, Yauarâ (Yauna), Yuri (Carabayo) y Yanacona.

Em conformidade com informações do Censo General 2005⁶⁷ (DANE, 2012), para este ano foram registradas 710 reservas indígenas, tituladas em 27 departamentos localizados em 233 municípios, número que aumentou para 797 no ano de 2008. No departamento de Amazonas existe uma superposição entre as reservas indígenas e as AP, o que provoca equívocos com relação às estratégias implementadas pelo Estado.

Isto ocorre, de acordo com afirmações de Chaparro (2007, p. 27), por que:

Los municipios, corregimientos, resguardos, áreas protegidas y Entidades Territoriales Indígenas (ETI) se contraponen entre sí, en detrimento del manejo adecuado del patrimonio natural y cultural, la descentralización, la eficacia institucional y los derechos constitucionales reconocidos a las comunidades indígenas.

A frágil atuação do Estado e, conseqüentemente, das instituições que o compõem – o departamento, e a sua entidade representativa a Gobernación de Amazonas, foi fundado em 04 de julho de 1991 – permitem a existência de dificuldades estruturais para a implantação de políticas de desenvolvimento. Tal fato tem provocado problemas de ordens diversas com impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que se refletem no nível de pobreza e na exclusão social dos serviços básicos como saúde, educação e saneamento.

Além destas são contabilizadas também as atividades ilegais como tráfico de drogas, madeiras, armas etc. que proporcionam um crescente estado de insegurança, apesar da presença ostensiva das corporações militares. Em relação ao tráfico de drogas, especialmente a cocaína, a extensão da região amazônica tem contribuído para a sua produção, como sustenta Franco (2011, p. 485), [...] la producción de coca-cocaína encuentra en la extensa región amazónica espacios propicios para su desarrollo com ventajas comparativas frente a la represión gubernamental”. Nesse caso, a participação da população que se encontra em estado

⁶⁷ 1.392.623 pessoas se reconheceram como indígenas na Colômbia (3,4% do total nacional), dos quais 1.094.258 (78,6%) vivem em “*área resto*” – fora da sede municipal, mas ainda em seus limites; e 298.275 (21,4) em “*cabecera*” – onde se localiza a sede administrativa do município. Da população indígena que habita “*área resto*” 796.916 indígenas (57,2%) vivem em uma reserva.

de vulnerabilidade social, como os indígenas e camponeses, dificulta a ação repressiva do Estado.

As análises realizadas por Ramírez (2011) para os anos de 2007 e 2008, demonstram que houve um crescimento de 55% na produção de cocaína na Amazônia colombiana. Embora se saiba que acordos foram realizados entre os países da tríplice fronteira, existe uma grande mobilidade do negócio da coca-cocaína que ultrapassam as fronteiras nacionais (FRANCO, 2011). Isso é fato quando se observa que houve, no período citado, redução nas áreas de produção da droga na Colômbia e, conseqüente, aumento nas áreas do Peru e da Bolívia.

Tais reduções, segundo afirmações de Balieiro e Nascimento (2015), são resultado de programas diversos de erradicação implementados nos países. Mesmo assim, o Relatório Mundial sobre Drogas 2014, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC da sigla em inglês) demonstra – como pode ser visualizado na tabela 10 – que as reduções ainda são muito tímidas. Na Colômbia, as estratégias foram (BALIEIRO; NASCIMENTO, 2015, p. 93): “[...] erradicação manual, erradicação por meio de aspersão aérea de herbicidas e substituição voluntária de cultivos através de programas de desenvolvimento alternativo”, com isso houve uma redução de 25% (UNODC, 2014) nos cultivos de coca de 2011 para 2012.

Tabela 10- Cultivos ilícitos de coca (em hectares)

PAÍS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bol.	21.600	23.600	27.700	25.400	27.500	28.900	30.500	30.900	31.000	27.200	25.300
Col.	102.000	86.000	80.000	86.000	78.000	99.000	81.000	73.000	62.000	64.000	48.000
Per.	46.700	44.200	50.300	48.200	51.400	53.700	56.100	59.900	61.200	64.400	60.400
TOT.	170,300	153,800	158,000	156,900	156,900	181,600	167,600	163,800	154,200	155,600	133,700

Fonte: Adaptado de World Drug Report 2014 por Luiz F. Balieiro (2015).

Este cenário de insegurança e violência fica mais complexo, quando se amplia o foco para as áreas transfronteiriças dos países que participam do tráfico com ativos químicos, pasta-base, cloridato de cocaína e troca de cocaína por armas (RAMÍREZ, 2009). Inclusive o aumento da criminalidade nas cidades e povoados da tríplice fronteira é estimulado pelo seu afastamento dos centros decisórios, que tornam débeis as políticas e normas de combate à criminalidade. Sobre esse fato Ramírez (2009) enfatiza que o crime transfronteiriço tem crescido nas cidades mais povoadas e que sofrem processo de cornubação, como Leticia e Tabatinga.

Neste caso os ilícitos transfronteiriços vão desde “[...] roubo de motos, tráfico de pedras preciosas, biopirataria de espécies selvagens protegidas, contrabando de madeira”

(RAMÍREZ, 2009, p. 98). No cerne dessas questões, reverberam outros problemas, como os ambientais, pela caça e pesca indiscriminada de espécies da fauna e coleta da flora nativa, além da poluição de rios, lagos e igarapés provocados pela urbanização acelerada. Outros fatores de impacto negativo são a exploração comercial de madeira, a agricultura e a criação de gado extensiva, provocando o desaparecimento de grande porção florestal.

Para enfrentar estes problemas, que não são exclusivos da Amazônia colombiana, as pressões das agências internacionais de fomento ao desenvolvimento têm prescrito a instituição de AP. Entretanto, a criação de AP não é garantia *per se* de conservação dos recursos florestais, como afirma Fontaine (2006, p. 30):

En Colombia, pese a la creación (en 1959) de siete zonas de reserva forestal – o sea un conjunto de 58,6 millones de hectáreas de bosque –, en 1989, 12,7 millones de hectáreas pertenecientes a estas reservas habían sido colonizadas, principalmente en la Amazonía (cerca de 6 millones de hectáreas sobre 38,6 millones) y en el valle del río Magdalena (cerca de 4 millones de hectáreas sobre 6 millones).

Seguindo a tendência mundial de criação de espaços protegidos, a Colômbia desenvolve a política ambiental com avanços e retrocessos, uma vez que outros fatores como a dívida externa e as crises de governabilidade, influenciam a capacidade institucional do Estado. Assim, cresce o número de ONG que atuam nos pontos em que as instituições estatais têm maior debilidade como, por exemplo, na gerência do financiamento para a conservação dos recursos naturais.

Tais acontecimentos estão eivados do processo de integração, via globalização, que envolve a região amazônica e pan-amazônica de maneira ampliada, fazendo surgir acordos bilaterais e multilaterais. Esses acordos abarcam desde a integração econômica até a acadêmica e científica, e demonstram o quanto complexo é a questão do desenvolvimento desse território. Entretanto, observa-se que ainda existem grandes assimetrias econômicas e sociais entre os países pan-amazônicos e, em especial, da tríplice fronteira.

A Colômbia vem firmando acordos bilaterais e multilaterais, em setores os mais diversos, entre estes, são mais frequentes os que envolvem o desenvolvimento econômico. Frente aos desafios do desenvolvimento econômico, os modais para escoar a produção fazem-se muito importantes e, para tanto, são necessárias as conexões interoceânicas e fluviais. Assim, a participação no plano de Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁶⁸ tem se efetivado na Amazônia colombiana para implantar os corredores de exportação e importação.

⁶⁸ Processo multisetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul. A coordenação está a cargo da Corporación Andina de Fomento (CAF), do Banco

Em que pese às acirradas críticas de parcela da população colombiana ao IIRSA, principalmente dos grupos indígenas afetados pela usurpação de seu território por obras, na Colômbia existem 33 projetos com investimentos de aproximadamente 2.400 milhões de dólares (FENZL, 2011). No país existem dois eixos de atuação do IIRSA, o andino e o amazônico, para este último à interconexão fluvial é necessária para a exploração de recursos florestais, a pesca, o artesanato e o ecoturismo (RAMÍREZ, 2009). Os projetos desenvolvidos pelo IIRSA pretendem ser um instrumento de integração do mercado intra-amazônico (FONTAINE, 2006), no entanto, muitos impactos negativos à conservação da biossociodiversidade são apontados por cientistas de especialidades diversas.

Quanto à conservação dos recursos naturais amazônicos, a legislação ambiental tem sido insuficiente para garantir a segurança dos recursos regionais (VIECO, 2001). Apesar das inúmeras normativas que restringem o uso e a exploração dos recursos naturais, uma vez que, como registra Vieco (2001, p. 65): “Efectivamente, más de la mitad del territorio amazónico se encuentra bajo régimen especial, bien sea bajo la forma de resguardos (más de 18 millones de hectáreas), parques nacionales (más de 5 millones hectáreas) y de reserva forestal”. Em que pese que o advento da Lei n. 02, de 16 de dezembro de 1958⁶⁹ que cria a zona de reserva florestal da Amazônia, a legislação ambiental é escassa e de acordo com Macias (2011), reflete o caráter marginal da região e o descaso por parte do Estado.

Tal escassez não se refere ao número de leis, mas sim à ausência de normativas que incidam de maneira direta na região amazônica, isto ocorre mesmo sendo a Constituição colombiana reconhecida, internacionalmente, por seu caráter ecológico. Nesse caso, os princípios e mandatos que versam sobre a proteção ambiental, os recursos naturais renováveis e as riquezas naturais e culturais do país não são aplicados de maneira direta (MACIAS, 2011), mas sim através de interpretações. Assim, as instituições estatais encarregadas para cuidar da política ambiental necessitam de competência jurídica no trato da legislação.

É o caso do Ministerio de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADS), criado pela Lei n. 99, de 22 de dezembro de 1993, no contexto das mudanças advindas com a promulgação da Constituição de 1991. A partir da criação do MADS⁷⁰ se organiza o Sistema

Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA).

⁶⁹ Sancionada como Ley 2 de 1959, que trata sobre o desenvolvimento da economia florestal e proteção dos solos, águas e da vida silvestre. Estabelece as “Zonas Forestales Protectoras” e os “Bosques de Interés General”. As “Zonas de Reserva Forestal” são: del Pacífico, Central, del Río Magdalena, de la Sierra Nevada de Santa Marta, de la Serranía de los Motilones, del Cocuy, de la Amazonía.

⁷⁰ Trata-se do Ministerio del Medio Ambiente criado em 1993. Em 2002 se funde com o Ministerio de Vivienda denominando-se Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial. Em 2011 houve nova secção passando a denominar-se de MADS. Cujas visão é a construção da equidade social, a partir da gestão ambiental e

Nacional Ambiental (SINA) e se reordena o setor público, encarregado da gestão e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (MACIAS, 2011). Para a região amazônica, a criação do MADS importa por que formaliza a criação de um órgão cuja missão é o desenvolvimento da investigação científica, no caso o Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas (SINCHI)⁷¹.

O SINCHI está vinculado ao MADS, porém, devido a sua autonomia administrativa, as instituições públicas, corporações e fundações sem fins lucrativos, as ONG nacionais e internacionais, as universidades podem ser associadas. A ênfase é para as pesquisas sobre o meio ambiente amazônico, daí a importância de sua vinculação com a Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia (UNAL). Outras inovações trazidas pela Lei n. 99 de 1993 são as Corporaciones Autónomas Regionales, que terão a Amazônia como principal objetivo.

As atuais Corporaciones Autónomas Regionales y de Desarrollo Sostenible (CAR) são entidades públicas integrantes do SINA, encarregadas do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, dentro de sua área de jurisdição, bem como do desenvolvimento sustentável do país. Estas corporações são instrumentos de planejamento regional e, dentre as 33 instituídas, destacam-se as seguintes: Corporación Autónoma Regional para el Desarrollo Sostenible del Norte y Oriente de la Amazonia (CDA); Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia (CORPOAMAZONIA). Além das corporações, a Lei n. 99 de 1993, cria o Fondo Nacional Ambiental (FONAM) e o Fondo Ambiental de la Amazonia, porém ainda são insuficientes os recursos destinados à região.

A partir da elaboração do documento n. 2.834, de 31 de janeiro de 1996, do Consejo Nacional de Política Económica y Social (CONPES), denominado “Política de Bosques” as instituições intergovernamentais projetaram o Plan Nacional de Desarrollo Forestal (PNDF). A política florestal colombiana⁷², embora idealizada desde os anos 1970, somente foi concretizada com o PNDP instituído no ano 2000, que pretende constituir-se em política de Estado a partir de uma visão estratégica projetada para um horizonte de 25 anos. Ainda sobre a conservação florestal o país tem adotado ações no âmbito da iniciativa de Aplicación de

do desenvolvimento sustentável, perante a consolidação da política de desenvolvimento sustentável e de alianças estratégicas com atores sociais e institucionais em diferentes cenários de gestão intersectorial e territorial.

⁷¹ A través da transformação da Corporación Colombiana para la Amazonia, Araracuara (COA). O SINCHI é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter público submetido às regras de direito privado.

⁷² 1974 – Plan Indicativo de Pulpa, Papel y Cartón; Plan Nacional de Reforestación; Política Forestal del Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables (INDERENA). 1984 – Política Forestal del Ministerio de Agricultura. 1989 – Ley 37 bases para estructurar el Plan Nacional de Desarrollo Forestal (PNDF); Plan de Acción Forestal para Colombia (PAFC). 1996 – Política de Bosques. 1988 – Plan Estratégico para la Restauración y el Establecimiento de Bosques en Colombia, Plan Verde.

Leys, Gobernanza y Comercio Forestales (FLEGT da sigla em inglês)⁷³ como maneira de eliminar a comercialização de madeira ilegal.

Apesar dos esforços, e de acordo com informes do MADS (2012), a Polícia Nacional da Colômbia registrou a apreensão de 1.815.322 m³ de madeira ilegal no período de 2008-2012, com média anual de 363.064 m³. Anteriormente os registros do Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales de Colombia (IDEAM), para o ano de 2007, apontavam pouca alteração e transformação nas áreas naturais e na paisagem por atividades humanas de assentamento, produção e extração. Enfatize-se ainda que 12,29% da reserva florestal instituída pela Ley 2 de 1959 foram subtraídos em 2008 e que 87% da cobertura de bosques encontra-se nas reservas indígenas, como se depreende da tabela 11.

Tabela 11- Reservas florestais da Colômbia

ÁREA	HECTARES	%
TOTAL	203.268.432	100
CONTINENTAL	113.997.765	56
MARINHA	89.270.667	44
Reserva Florestal (Ley 2 de 1959 – original)	65.300.060	57,28
SUBTRAÇÃO	14.010.660	12,29
Reserva Florestal (Ley 2 de 1959 – atual)	51.289.400	44,99
Sistema de Parques Nacionales Naturais	11.662.825	10,23
Reservas Indígenas	29.264.745	25,67
Territórios de Comunidades Negras	5.043.038	4,42
Coberturas de Bosques Naturais	61.246.660	53,73
Cobertura de Plantações Vegetais	161.161	0,14
Bosques em Territórios de Comunidades Negras	4.196.972	3,68
Bosques em Reservas Indígenas	25.461.017	87,00
Bosques em Parques Nacionales	8.580.989	7,53
Bosques em Reservas da Ley 2 de 1959	45.231.312	39,77
Bosques em Áreas Subtraídas	8.548.729	7,50

Fonte: Adaptado por Paulo M. Pinto (2015), a partir de Ucros (2009).

Por estarem localizadas, em sua grande maioria, na Amazônia colombiana, as reservas indígenas se tornam importantes instrumentos de conservação dos recursos naturais. Nesse aspecto, também é relevante o percentual de 10,23% das florestas protegidas no Sistema de Parques Nacionales Naturales (SPNN), haja vista que a reserva florestal da Amazônia pode ser considerada uma AP, a partir do advento da Lei n. 1.450, de 16 de junho de 2011, que institui o Plan Nacional de Desarrollo (PND). O PND estabelece em seu artigo 204, como elucidado por Macias (2011), que as Reservas Forestales Protectoras (RFP) fazem parte do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP).

⁷³ Iniciativa da União Europeia (EU), lançada em 2003 e implementada no Brasil, Peru, Equador e Colômbia. De acordo com o sítio da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), trabalha tanto na oferta quanto na demanda de madeira sobre a premissa da responsabilidade compartilhada, além disso, vincula desenvolvimento com meio ambiente e comércio tendo como base o respeito à legislação nacional.

Embora se saiba que na Colômbia as reservas indígenas, os territórios de comunidades negras e as reservas camponesas não façam parte do SINAP, tem-se procurado adequar a legislação, para compatibilizá-las às categorias do SPNN existentes. Na Amazônia colombiana e no departamento de Amazonas, as comunidades indígenas têm lutado por direitos, como o de consulta acerca dos projetos de desenvolvimento, ou decisão administrativa, que tenham incidência sobre o seu território, efetivados pela Lei n. 21, de 06 de março de 1991. É o caso da existência, no mesmo território, das reservas e dos parques nacionais, que a jurisprudência reconhece como não incompatíveis, ou seja, na prática significa o reconhecimento daquelas como um tipo especial de categoria de AP.

Em consonância com a Constitución Política de Colombia, artigos 63 e 329, as reservas indígenas são: “[...] propriedade colectiva de las comunidades indígenas en favor de las cuales se constituyen [...], tienen el carácter de inalienables, imprescriptibles e inembargables”. Para o Ministerio de Agricultura (1995):

Los resguardos son una institución legal y sociopolítica de carácter especial, conformada por una o más comunidades indígenas, que con título de propiedad colectiva que goza de las garantías de la propiedad privada, poseen su territorio y se rigen para el manejo de éste y su vida interna por una organización autónoma amparada por el fuero indígena y su sistema normativo propio.

Obviamente que apenas a instituição das reservas não é garantia de conservação dos recursos naturais, uma vez que a população indígena necessita de outros aparatos que vão para além do reconhecimento de direitos (DEFLER, 2001). No departamento de Amazonas, por exemplo, as comunidades indígenas têm se confrontado com processos de globalização e urbanização, e com os problemas daí advindos, como as práticas ilegais e as violências decorrentes.

No que diz respeito ao desenvolvimento do setor de turismo, este tem tido um crescimento paulatino, especialmente no trapézio amazônico, por causa dos aspectos multiculturais que envolvem os países que o compõem. Em consonância com a Gobernación del Amazonas espera-se que, em breve tempo, o departamento seja considerado o destino ecoturístico da Colômbia. Nesse sentido, as ações estão centralizadas nas diferentes ofertas e produtos turísticos (CHAPARRO, 2007), tendo como base as comunidades indígenas de: La Libertad, Macedonia, Mocagua, Nazareth, San Martín de Amacayacu, Monilla Amena e Puerto Nariño, entre outras.

Por causa deste cenário, a atividade do turismo tem sido vista como fonte de entrada de divisas importante, vinculada ao potencial dos atrativos naturais e culturais. Dentre os atrativos tem-se, de acordo com Chaparro (2007, p. 22), “[...] la Isla de Los Micos, el Parque Nacional Natural Amacayacu, los lagos Tarapoto, Yahuaraca, Dosel Tanimboca, entre otros,

y todos los senderos interpretativos ecoturístico de la zona”. Como já citado, muitas dessas comunidades indígenas estão localizadas no interior ou no entorno dos parques nacionais e das reservas naturais, e algumas inseridas nos roteiros convencionais.

A Amazônia colombiana, conseqüentemente, o departamento de Amazonas, tem se favorecido das estratégias de sua vinculação ao processo de globalização, recorrente com maior visibilidade sobre o território. A consequência disso é uma descoberta “nova” de integração aos mercados, via a curiosidade do imaginário coletivo acerca dessa região. Dessa maneira, a percepção sobre as atividades potenciais de desenvolvimento, como o turismo, tem proporcionado experiências que causam impactos e desafios para a articulação transfronteiriça.

4.2 Processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico em Leticia

Não restam dúvidas de que o adensamento populacional, a ocupação urbana descontrolada e os problemas daí advindos são fatores impactantes para que articulações transfronteiriças sejam realizadas e, estrategicamente, elaboradas para ultrapassar a simples noção de segurança nacional. No trapézio amazônico, as principais cidades que o compõem necessitam ser caracterizadas em ângulos diferentes, que tornem compreensíveis os processos históricos da ocupação territorial. No caso da cidade de Leticia, o papel exercido pelas sociedades indígenas é fundamental para o entendimento acerca desse processo de escolha, ocupação e adaptação ao território.

Tal adaptação é produzida fatores múltiplos que demonstram o conhecimento das populações nativas sobre os ecossistemas e, principalmente, sobre os ciclos da natureza. A escolha entre os terrenos secos ou inundáveis informa, não apenas sobre as questões de mobilidade ou de constituição de fronteiras étnicas, mas “[...] un amplio y profundo conocimiento del espacio habitado, en consonancia con las particularidades de la selva y el río” (ACUÑA, 2014, p. 26). Inclusive é essa adaptação que vai diferenciar os grupos pela ótica dos colonizadores.

A adaptação aos solos de terra firme ou de várzea indica uma escolha que reflete também a cosmovisão de determinados grupos indígenas, como afirma Zárate Botía (2001, p. 233-235):

[...] A fines del siglo XVII y comienzos del XVIII la zona ubicada entre la desembocadura del río Napo y la boca del río Negro estaba habitada por grupos denominados de tierra firme, entre los que se encontraban los Ticuna, los Yagua y peba, los caumare, los cauachi y los mayoruna, mientras que entre los grupos ribereños o de *várzea* se encontraban los Omagua, Yurimagua, Ibanoma y Aizuar.

O conhecimento sobre os ciclos de águas baixas e altas do rio Amazonas é determinante para a organização do espaço e distribuição geográfica dos grupos, porém tal fato não significava ausência de intercâmbio comercial e cultural. Essa lógica foi interrompida pelo processo de colonização com a implantação de um modelo novo de ocupação.

Entretanto, isto não aconteceu sem a resistência das populações nativas que se viram obrigadas a aceitar lógica de manipulação espacial outra que “[...] afectaron sus sistemas de producción y relaciones sociales ancestrales” (ACUÑA, 2014, p. 26). Esse fato proporcionou o aparecimento de povoamentos novos, sob a ação dos impérios espanhol e português através da atuação das missões católicas⁷⁴. Nesse sentido, teve papel importante para a política colonial o missionário Samuel Fritz que fundou povoações ao longo dos rios Napo e Negro.

Entretanto, havia uma indefinição entre as fronteiras espanholas e portuguesas que perdurou, mesmo após a assinatura dos tratados de Madrid de 1750 e San Ildefonso de 1777 (ZÁRATE BOTÍA, 2001). A presença dos portugueses em terras de possessão espanhola foi registrada por missionários como Uriarte (1771), e referenciado por Zárate Botía (2001, p. 249), como:

[...] Nuestra Señora de Loreto de Ticunas, que había sido fundada en 1760 en cercanías de la actual aldea de Mocagua, en el centro de la porción fluvial del Amazonas correspondiente a Colombia, era considerada como “raya de portugueses”.

A prática dos portugueses de erguer fortificações militares para efetivar a posse de terras foi estratégica para dar início aos povoados. Outra prática, tanto de espanhóis como de portugueses, citada por Zárate Botía (2001), era a dinâmica frequente de fundação e refundação, com mudança de localização e de nome, dos povoados do rio Amazonas às proximidades do atual trapézio.

Tais práticas visavam legitimar a posse e o domínio territorial, para o qual foram imprescindíveis também, os trabalhos das comissões demarcadoras criadas pelo Tratado de San Ildefonso. Isto porque, de acordo com os registros de Zárate Botía (2001, p. 251), “[...] su actividad se desarrolló principalmente en cercanías al actual Trapecio Amazónico, sobre el Amazonas y también sobre el Caquetá (Japurá para los portugueses)”. Não obstante ao tratado, as forças portuguesas foram se apoderando do controle dos principais rios que afluem do Amazonas utilizando-se do princípio jurídico do *uti possidetis de facto*.

⁷⁴ “La expansión española en el Amazonas en la denominada región de Maynas, cuyo límite más oriental incluía el actual Trapecio Amazónico, estuvo a cargo principalmente de los misioneros jesuitas y comprende el período que va desde 1637 hasta 1767, fecha en que se decretó su expulsión” (ZÁRATE BOTÍA, 2001, p. 241).

A posse territorial portuguesa estendia-se desde o atual trapézio amazônico até o sul do rio Japurá fundando povoados como descrito por Acunã (2014, p. 27), “[...] en 1757 fundaron a San Javier del Yavarí que después tomó el nombre de San José del Yavarí y, em 1766, el fuerte de San Francisco Xavier de Tabatinga”. A indefinição dos limites e o controle territorial da região Amazônica permaneceram mesmo após a independência das coroas imperiais. Essa situação sofrerá alterações com os arranjos de unificação territorial dos estados-nações, então foram necessárias negociações com assinaturas de tratados novos como o de limites e navegação firmado entre o Brasil e o Peru em 1851.

É com a vigência deste tratado que o Peru e o Brasil adotaram o eixo Apaporis-Tabatinga como linha demarcadora de seus limites territoriais ficando Colômbia e Equador sem a posse sobre o rio Amazonas (ACUÑA, 2014). A partir de então, o Peru inicia uma política de presença efetiva na região, com a justificativa de que “[...] la conyuntura económica favorable por la exportación del guano como fertilizante a los países europeos” (ACUÑA, 2014, p. 29). É nesse contexto que surge o primeiro assentamento-acampamento que mais adiante proporcionará a fundação da cidade de Leticia.

O que deveria ser a base para o forte denominado de “Gran Mariscal Ramón Castilla” nunca foi construído e o acampamento surgido em 25 de abril de 1867, para guardar ferramentas e abrigar os trabalhadores, passou a ser chamado de San Antonio, pouco depois pelo nome de Puerto Leticia. Sobre tal fato Acuña (2012, p. 98) afirma que o motivo foi o “[...] interés pasional de Manuel Charón, el ingeniero jefe de la construcción del fuerte y en contraposición al sentir nacionalista del gobierno peruano que quería honrar el nuevo pueblo con el nombre de Mariscal”. A denominação de Leticia, de acordo com Zárate Botía (2008), quebra a tradição de atribuir nomes de grupos indígenas ou missionários aos povoados.

É certo que o tratado de 1851 era para manter o direito ao monopólio de navegação e o controle do rio Amazonas entre o império brasileiro e a república peruana e que segundo referências citadas por Zárate Botía (2012) permaneceram por duas décadas. Situação que iria mudar apenas em 1866 com o estabelecimento da comissão mista que demarcou os primeiros limites e “Un año después de la fijación del primero de estos hitos, en abril de 1867, Perú abocó la instauración del fuerte [...] que simultáneamente dio origen a la población de Leticia” (ZÁRATE BOTÍA, 2012, p. 40). Assim, Leticia e Tabatinga começaram a ter destaque como pontos da fronteira do Peru e do Brasil, respectivamente.

A situação do povoamento de Leticia só veio a ser alterada com a febre da exploração da borracha em início do século XX, como registrado por Acuña (2012, p. 99):

[...] la dinámica internacional que adquirió el “boom” del extractivismo capitalista de las gomas elásticas, transformó la vida social y urbana de la Amazonia, lo cual implicó la fundación de nuevos poblados, o la repoblación de los ya existentes como ocurrió en la entonces incipiente frontera transnacional de Colombia, Brasil y Perú.

É historicamente reconhecido que tal sorte de transformações teve impactos significativos para as populações amazônicas. A intensificação e a disputa pela supremacia do comércio entre os assentamentos recrudesceram as relações, dando início a vários conflitos.

Estes assentamentos surgidos ao longo, por exemplo, da linha Apaporis-Tabatinga no curso dos rios Putumayo e Caquetá constituíram o núcleo das futuras cidades pares fronteiriças como Leticia-Tabatinga, Leticia-Santa Rosa, CaballoCocha e Puerto Nariño etc. (ZÁRATE BOTÍA, 2012). Tais cidades mantinham relações comerciais, sociais e culturais amplas e algumas surgiram, a partir do recrudescimento da extração da borracha, por sua função como “mesas de rendas” ou posto aduaneiro⁷⁵. É certo que a extração, transporte e o comércio da borracha amazônica tiveram efeitos dramáticos sobre toda a região com a disseminação de conflitos violentos.

Sobre estes conflitos Zárate Botía (2012, p. 40) afirma:

De alguna manera, el torbellino desatado por la creciente demanda mundial de caucho y siringa, modificó y afectó drásticamente los relativamente tranquilos procesos de negociación y delimitación de las fronteras terrestres y fluviales amazónicas, no solo no Brasil con sus vecinos andinos, sino los de éstos últimos entre sí.

Em virtude disto, Leticia passou a ser um posto aduaneiro importante de recolhimento dos impostos e cidade prioritária para o fisco peruano. Entretanto, tal fato não teve reflexo em sua estrutura urbana, que se mantinha limitada a poucas casas e com uma população carente de trabalho. Enfatize-se que o povoado pertencia à república peruana, vinculada à região de Loreto, até o advento do tratado Lozano-Salomón de 1922 quando o território colombiano se estendeu ao trapézio amazônico.

Porém, é somente com a Lei n. 96, de 17 de novembro de 1928, que cria a “Comisaría del Amazonas”, que se inicia um processo de urbanização de Leticia que passou a ter *status* de capital da referida Comisaría (ACUÑA, 2012). Em 17 de agosto de 1930, Leticia foi oficialmente entregue a Colômbia pelo governo peruano, dando início a um conflito que permaneceu por um ano de 1932 a 1933. É nessa época que, segundo Acuña (2012, p. 105), “[...] el Estado colombiano emprendió varias obras de mejoramiento y construcción de

⁷⁵ Em 1903 Tarapacá como posto aduaneiro no rio Putumayo e em 1909 La Pedrera no rio Caquetá (ZÁRATE BOTÍA, 2012, p. 41).

infraestrutura y urbanismo [...]”. A partir desse momento Leticia passa a registrar períodos de ascensão e declínio em virtude de conjunturas internas e externas ao Estado colombiano.

Sobre o aspecto urbano da capital da Comisaría, em 1930, Steiman (2002, p. 64) registra que “[...] a “*cidade*” era constituída apenas por um conjunto de 12 quadras dispostas às margens do rio Amazonas, onde moravam cerca de 50 habitantes [...]”. Tal situação vai se alterando lentamente, e envolvendo, principalmente, os aspectos de crescimento comercial que impulsiona a sua elevação à categoria de “Intendencia” pela Lei n. 02, de 07 de janeiro de 1931. Esse progressivo reconhecimento da cidade, como entreposto comercial pode ser observado também por força da Lei n. 02, de 05 de fevereiro de 1943, que transforma Leticia na “Comisaría Especial del Amazonas”.

De maneira geral pode-se inferir que a construção do quartel militar em 1947 foi o atendimento da demanda por melhorias, as quais eram solicitadas pela comunidade, mas principalmente pelos comerciantes locais. Tal fato se faz evidente ao se iniciarem as obras do aeródromo em 1946 e, principalmente, com o início das operações do aeroporto em 1955. Dessa feita os habitantes puderam se sentir mais próximos do governo central e o trânsito de mercadorias se intensificou pelo interior do país. Tanto que, pelo Decreto Lei n. 963, de 14 de março de 1951, passa a ser denominada “Intendencia Nacional”, para logo depois voltar à categoria de “Comisaría Especial”.

Do ponto de vista do modelo civilizatório, Acuña (2012) expõe que a inserção dos missionários capuchinhos espanhóis foi decisiva para a implantação de um sistema de educação com padrões europeus. Assim começa-se a visualizar os problemas acarretados pelo sistema deficiente em infraestrutura e por melhorias dos serviços. Desse modo, os serviços de abastecimento de água, energia elétrica e telefonia pública foram realizados entre os anos de 1955 e 1956, embora, como é de se prevê, tais serviços não atendessem a totalidade dos moradores.

Em conformidade com a conjuntura política e administrativa da Colômbia e o modelo desenvolvimentista que assolou a América Latina, além da ideologia da segurança nacional, Leticia é transformada em base naval militar no ano de 1957. A partir do ano de 1960 tem-se a construção do cais flutuante e do hospital San Rafael que passou a atender não somente aos colombianos, mas às pessoas dos países vizinhos que cruzam os limites fronteiriços em busca de tratamento de saúde. Nesse caso, torna-se visível o transbordamento urbano sobre o território vizinho, como a expansão sobre o povoado de El Marco (Tabatinga).

De acordo com Acuña (2012) a melhoria dos serviços e da infraestrutura urbana começa a atrair um contingente grande de trabalhadores brasileiros e peruanos que

contribuem para dar feição nova ao centro urbano. Assim, no ano de 1960 já existiam 3.000 pessoas habitando Leticia, provocando também problemas inerentes ao adensamento populacional. A população indígena também tem sua participação nesse processo, haja vista a troca de conhecimentos sobre a matéria prima e as técnicas de construção, principalmente utilizando os recursos naturais por estes já manejados.

No contexto político-administrativo, Leticia é a capital do departamento de Amazonas e está localizada à margem esquerda do rio Amazonas e no ponto em que a fronteira entre Colômbia, Brasil e Peru, se reúne. Possui área de 5.968 Km², é a cidade mais distante da capital Santa Fé de Bogotá a 1.084,23 km, por via aérea, bem como o seu único grande porto no rio. Tem uma altitude de 96 metros acima do nível do mar e uma temperatura média de 27°C. Em conformidade com projeções realizadas pelo DANE para o ano de 2015 a cidade tem 41.326 habitantes, 60% da população do Departamento.

Ainda que fique longe, quase isolada, das principais cidades colombianas constitui um dos três portos fluviais mais importantes, os outros estão localizados em Tarapacá e La Pedrera. Nesse sentido, o transporte e a movimentação de cargas e passageiros internamente, e entre o Brasil e o Peru, se dá ao longo dos rios Amazonas, Putumayo, Igará Paraná e Cahuinari. O transporte fluvial é realizado por embarcações de porte e calado diversos, uma vez que, em alguns trechos dos rios, o regime das chuvas determina o tipo de barco que será utilizado, como se observa nas fotografias 15 e 16 os aspectos das embarcações e um grupo de visitantes aguardando saída para roteiro ecoturístico.

Fotografias 15 e 16- Tipo de embarcações e grupo de visitantes



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Como já mencionado, a história do município está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento comercial que, por conseguinte, se relaciona com as condições de adensamento e melhorias urbanas. Tendo o seu apogeu no comércio ilícito do narcotráfico

entre os anos de 1970 e 1980, como enfatiza Motta (2012, p. 206), “[...] que se manifestó, entre otras cosas, en grandes lujos y gastos suntuosos que incidieron en la transformación de las ciudades fronterizas”. Fato já demonstrado por Steiman (2002) quando enfatiza que a evolução da população urbana teve um incremento vertiginoso, registrando 5.849 habitantes em 1973, saltando para 17.187 em 1993 e 32.450 em 2005⁷⁶.

Ainda em conformidade com Steiman (2012), o tráfico de drogas impulsiona a economia regional entre os anos de 1977 e 1986 quando o cultivo da coca é realizado em grande escala na Colômbia. Nesse caso, “[...] o investimento em atividades legais, principalmente no setor imobiliário e hoteleiro, parece ter sido menor do que o uso dos lucros em consumo pessoal de luxo, palacetes, automóveis de luxo, lanchas, motos ou lojas” (STEIMAN, 2002, p. 67). A repressão ao tráfico de drogas tem seu apogeu com a dissolução do Cartel de Leticia⁷⁷ em 1997, e o conseqüente retrocesso econômico da cidade.

No período de desenvolvimento econômico, possibilitado pelo tráfico de cocaína, processo denominado por Mesa (1999) como “colonização do narcotráfico”, foi registrado transformações, não apenas no perfil da cidade, mas também quanto às novas práticas de lazer com tabernas, discotecas e prostíbulos (MOTTA, 2012). A esse respeito, Palacio Castañeda (2009, p. 158) afirma:

Coincidiendo con la bonanza coquera se abrieron predios para el levante de ganado, pero estas actividades han ido cediendo terreno a procesos de recuperación espontanea o a fincas y predios con carácter recreativo, turístico y una red de reservas de la sociedad civil.

A crise econômica afetou também a atividade pesqueira, que atualmente está concentrada em poucos empresários. A população indígena sobrevive da caça, pesca e coleta de frutos, cujos excedentes são vendidos no mercado local, além dos produtos artesanais que tem se configurado como uma das principais fontes de receitas.

Apesar disto, no setor primário da economia, a pesca ainda tem grande destaque e, de acordo com registros de Chaparro (2007), “Entre 1996 y 2002 se movilizaron 61.900 toneladas de pescado para consumo, con un promedio anual de 8.843 toneladas, acopiadas en Leticia”. Entretanto, o Instituto Nacional de Pesca y Acuicultura (INPA) em relatório para o ano de 2009, informa que no porto de Leticia “[...] se comercializaron 7.941,2 t de pescado”, sendo que a obtenção dos números foi tomada diretamente nas “[...] balsas, bodegas, plaza de

⁷⁶ Para o departamento de Amazonas o crescimento da população, nos últimos cinco censos, registrou 12.962 habitantes em 1964 e 67.726 em 2005 (DANE, [2005] 2010).

⁷⁷ Considerado o terceiro maior da Colômbia (STEIMAN, 2002).

mercado y aeropuerto (producto que no es acopiado en Leticia)⁷⁸. E, que das 45 espécies capturadas, destacam-se os bagres (24%) e o dourado (11%), sendo que 99% dessa produção pesqueira são comercializados através do porto de Leticia.

No setor secundário tem-se a termoelétrica, fábricas de refrigerantes, carpintarias etc., e ainda o artesanato com “[...] tallas en palo sangre, pinturas en yanchama, mochilas y bisutería y, recién, la perforación y aprovechamiento de semillas” (CHAPARRO, 2007, p. 22). No setor terciário o maior empregador é o governo, o turismo e o comércio concentrados em Leticia, inclusive no intercâmbio de mercadorias entre Manaus e Iquitos. Enquanto capital do departamento e do município Leticia concentra 64,2% dos empreendimentos de serviços, como pode ser visualizado na tabela 12.

Tabela 12- Participação das atividades econômicas por setores e localidades (2001)

LOCALIDADE	SETORES		ECONÔMICOS		TOTAL	
	TRANSFORMAÇÃO		SERVIÇOS			
	N.	%	N.	%	N.	%
Puerto Santander	6	0,8	30	3,8	36	4,6
Mirití Paraná	0	0	5	0,6	5	0,6
La Victoria	0	0	7	0,9	7	0,9
La Pedrera	9	1,1	32	4,1	41	5,2
Puerto Alegría	0	0	11	1,4	11	1,4
El Encanto	0	0	9	1,1	9	1,1
La Chorrera	11	1,4	35	4,5	46	5,9
Puerto Arica	0	0	9	1,1	9	1,1
Tarapacá	3	0,4	36	4,6	39	5
Puerto Nariño	6	0,8	36	4,6	42	5,3
Leticia	36	4,6	505	64,2	541	68,8
TOTAL	71	9	715	91	786	100

Fonte: Cámara de Comercio del Amazonas (2001); SINCHI (2003).

O setor de turismo tem sido estimulado por meio do governo central e de instituições locais, porém tem esbarrado nos aspectos de investimentos em infraestrutura, que são precários e pouco sustentáveis (PALACIO CASTAÑEDA, 2009). Ainda sobre esse aspecto, faz sentido seguir as reflexões de Palacio Castañeda (2009, p. 159), quando expõe:

Junto con la investigación científica en ciencias básicas asociada a la biodiversidad y en ciencias sociales, se abre el campo del turismo de corte académico y científico. Esta investigación dista todavía de ser accesible a la población local pero la Universidad Nacional de Colombia y el Instituto de Investigaciones Científicas, Sinchi, hacen esfuerzos en esta dirección. Así, el turismo aparece como la otra importante opción económica con futuro (eco, etno y aca-científico) una vez terminaron las bonanzas de tráfico de fauna, de drogas ilegales y los recursos de transferencias del Estado central por razones asociadas a la descentralización languidecieron.

⁷⁸ O relatório informa que não pode fazer comparações dos registros históricos devido à mudança na metodologia de obtenção das informações e que também não estão registrados os produtos comercializados internamente (INPA, 2009).

Demonstrando, desta feita, algumas incongruências entre o potencial turístico local e as iniciativas governamentais. Tal fato se reflete em setores outros como os de meio de transporte e de segurança.

Neste caso, as vias fluviais e aéreas são os principais meios de comunicação entre as cidades do departamento e entre os países da tríplice fronteira. A principal estrada é Leticia-Tarapacá, porém dos 167 Km do projeto original de 1957, apenas 32 Km foram abertos e destes apenas 25 Km são possíveis de serem utilizados no verão (PALACIO CASTAÑEDA, 2009). É intenso o tráfego entre Leticia e Tabatinga, sendo que a maioria dos veículos é de motocicletas particulares ou de passageiros (moto-táxis).

Quanto à segurança pode-se inferir que após o término do tráfico de drogas, permanece sob o controle das forças policiais, que registram pequenos casos de roubo de carros e motos, e também crimes ambientais. Como já mencionado, a cidade vem se estruturando para a atividade do turismo, inclusive com muitos equipamentos de apoio como hotéis, restaurantes e agências de turismo receptivo. As agências ofertam roteiros variados baseados nos aspectos naturais e culturais, este último centrado nas comunidades indígenas como as dos grupos Huitoto, Inca, Tucano e Tikuna.

O encontro de culturas diferentes e a diversidade étnica, uma vez que a maioria das pessoas que foram de Bogotá para Letícia, entre os anos de 1940 a 1965, continua vivendo ali, transformaram a cidade em multicultural. Também é importante salientar o seu aspecto transfronteiriço, já que a cidade foi bastante ampliada, tanto em área urbana como em área rural, com a construção da Avenida Internacional e a sua junção com a Avenida da Amizade. Entretanto, as indústrias da cidade mudaram pouco desde então, com a agricultura e o turismo de natureza⁷⁹ como as principais fontes de renda.

Desta maneira, o município de Leticia, e também o de Puerto Nariño⁸⁰, tem procurado se reestruturar para desenvolver as potencialidades turísticas da região. Enquanto capital do departamento e do município, em Leticia existem organismos estatais da Gobernación e da Alcaldía de apoio e fomento ao turismo como o Departamento Administrativo de Fomento

⁷⁹ O turismo em ambientes naturais, ou turismo de natureza, é uma tendência verificada mundialmente. Ele se mostra de diversas formas, através de inúmeras possibilidades e atividades a serem desenvolvidas, e com vasta gama de termos específicos. É aquele que faz uso de recursos naturais relativamente bem preservados como, por exemplo, águas (mar, rios, cachoeiras, corredeiras), vegetação e vida silvestre. Ressalta-se que há inúmeros conceitos e abordagens a respeito das modalidades de turismo na natureza. “[...] indo do ecoturismo, ao turismo rural, ao de aventura e outros, como o turismo cultural e o turismo de pesca [...]” (CÉSAR et al., 2007, p. 15).

⁸⁰ Constituye el segundo municipio del departamento de Amazonas, luego de Leticia su capital. Tiene una extensión de 1.704 km², de los cuales el 83% (1.406 Km) corresponden al resguardo indígena Ticuna, Cocama y Yagua de Puerto Nariño (Ticoya) y el 17% restante (298 Km²) corresponde a reserva forestal (OCHOA ZULUAGA et al., 2006, p. 35).

Ecoturístico y Cultura (DAFEC) e a Secretaria de Competitividad, Medio Ambiente y Turismo, respectivamente. Na estrutura da Secretaria está alocada a Dirección de Turismo que articula intervenções técnicas, logísticas e financeiras com o *trade* turístico local e nacional.

Do ponto de vista mais atual, estas articulações foram possibilitadas com a aplicação da Lei n. 1.508, de 10 de janeiro de 2012, que estabelece o regime jurídico das Associações Públicas Privadas (APP), com a finalidade de fortalecer os serviços turísticos. Apesar de sua pequena estrutura em espaço físico e de recursos humanos a Dirección tem acompanhado o desenho de produtos novos e sua comercialização pelos empreendimentos. Tais produtos estão baseados na sustentabilidade e no aproveitamento dos recursos naturais e dos aspectos multiculturais da região.

Enfatize-se que, em Leticia, a oferta de produtos turísticos de natureza é bastante significativa, uma vez que concentra número de agências de viagens e de empreendimentos hoteleiros maiores. Em conformidade com os indicadores realizados pela Dirección dos cerca de 40 hotéis e 20 agências de viagens os roteiros mais procurados são os ecoturísticos. Outro fato significativo é a procura de roteiros integrados com visita ao município de Tabatinga, inclusive não apenas com visitas ao centro urbano, mas também às comunidades indígenas.

Ressalte-se que por concentrar muito mais agências de viagens que o município de Tabatinga, o fluxo de visitantes, via Leticia, ou seja, de turistas colombianos é mais intenso. Nesse caso, a estrutura do Aeroporto Internacional Alfredo Vásquez Cobo, inaugurado em 1974, é o principal elemento de comunicação do departamento e do município de Leticia. Segundo os informes acerca do fluxo de passageiros embarcados e desembarcados no aeroporto, para o ano de 2014, foram 200.000 pessoas que utilizaram aquele terminal.

Destaque-se que o fluxo de passageiros tem aumentado gradativamente pela “descoberta” da região amazônica colombiana, possibilitada pelo processo de paz acordado com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Outro fator está ligado ao imaginário sobre a floresta e às comunidades indígenas presentes, uma vez que, como pode ser observado no quadro 10, existem muitas reservas indígenas no município. Diga-se ainda que um dos roteiros mais comercializados pelas agências de viagens tem nessas comunidades seu principal atrativo, bem como nos recursos naturais, através da existência dos parques nacionais e do turismo de fronteira, dada à curiosidade dos limites entre os países que compõem a tríplice fronteira.

Quadro 10- Reservas e comunidades indígenas de Leticia

RESERVA	COMUNIDADE	HECTARES	M ²	RESOLUÇÃO
Cocama de Isla Ronda	Ronda	60	2.305	042 de 24/09/1996
Cocama de San José del Río	San José del Río	548	6.463	043 de 24/09/1996
San Antonio de Los Lagos	San Antonio de Los Lagos; San Pedro	188	7.500	087 de 27/01/1982
San Juan de Los Parentes	San Juan de Los Parentes	46	-	025 de 01/2000
San Sebastian de Los Lagos	San Sebastian de Los Lagos	58	9.500	089 de 27/07/1982
Tikuna de Arara	Arara	12.308	-	092 de 27/07/1982
Tikuna de El Vergel	El Vergel	2.525	-	060 de 21/09/1983
Tikuna de Macedonia	Macedonia	3.410	-	060 de 21/09/1983
Tikuna de Mocagua*	Mocagua	4.025	-	060 de 21/09/1983
Tikuna de Nazareth	Nazareth	1.367	-	081 de 01/07/1982
Tikuna-Cubeo de Puerto Triunfo	Puerto Triunfo	941	-	2001 (DNP)
Tikuna-Cocama de La Playa**	La Playa	196	5.000	099 de 27/05/1999
Tikuna-Cocama-Yagua de Puerto Nariño	Palmeras; San Martín de Amacayacu	86.871	6.500	021 de 13/03/1990
Tikuna-Huitoto Km 6 e Km 11***	San José Km 6; Ciudad Jitoma Km 7; Manaida Naira Isuru Km 9/8; Multiétnico Km 11	7.500	5.200	005 de 29/01/1986
Tikuna-Yagua de Santa Sofia y El Progreso	Santa Sofia; Los Yaguas; El Progreso; Nuevo Jardín; Loma Linda	4.155	-	080 de 01/07/1982; 023 de 24/04/1985
Tikuna-Yagua de Zaragoza	Zaragoza	4.320	-	060 de 21/09/1983

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de informações da Alcaldía de Leticia (2015); Departamento Nacional de Planeación (DNP, 2013).

*Isla de Mocagua – 2.460 ha.

**Ampliación Yaguas – 54 ha.

***Reubicación Tierra Alta – 50 ha.

Quanto ao Sistema de Parques Nacionales Naturales (SPNN), no departamento de Amazonas encontram-se atrativos turísticos naturais, culturais e científicos nas categorias de Parque Nacional Natural (PNN), Reserva Nacional Natural (RNN) e Santuário de Flora Planta Medicinal (SFPM). Entre os PNN observados no quadro 11, destaca-se o Amacayacu por estar localizado no trapézio amazônico entre o município de Leticia e o distrito de Tarapacá. As comunidades indígenas localizadas no interior do PNN Amacayacu, bem como as outras reservas que se encontram ao longo do trajeto fluvial entre o município de Leticia e Puerto Nariño fazem parte do roteiro turístico oferecido pelas agências.

Quadro 11- AP da Amazônia colombiana

CATEGORIA	NOME	DEPARTAMENTO	ÁREA (ha)	ANO/CRIAÇÃO
PNN	La Macarena	Meta	629.280	1971
PNN	Amacayacu	Amazonas	293.500	1975
PNN	Cordillera de los Picachos	Caquetá-Meta	447.740	1977
PNN	Sumapaz	Meta-Cundinamarca	154.000	1977
PNN	Chingaza	Meta-Cundinamarca	76.600	1977
PNN	La Paya	Putumayo	422.000	1984
PNN	Cahuinari	Amazonas	575.500	1986
PNN	Serranía de Chiribiquete	Caquetá-Guaviare	1.280.000	1989
PNN	Tinigua	Meta	208.000	1989

RNN	Nukak	Guaviare	858.800	1989
RNN	Puinawai	Guainía	1.092.500	1989
PNN	Alto Fragua Indi Wasi	Putumayo-Caquetá	77.336	2002
PNN	Río Puré	Amazonas	999.880	2002
PNN	Serranía de los Churumbelos	Caquetá-Cauca-Huila-Putumayo	97.189	2007
PNN	Complejo Volcánico Doña Juana-Cascabel	Cauca-Nariño	65.859	2007
SFPN	Orito Ingi-Ande	Putumayo-Nariño	10.204	2008
PNN	Yaigojé Apaporis	Amazonas-Vaupés	1.056.023	2009
TOTAL			8.344.411	

Fonte: Amazonas 2030 (2015).

No que diz respeito aos recursos naturais, as reservas indígenas como Macedonia, Mocagua, Nazareth, Santa Sofia, entre outras, são localidades importantes de interesse antropológico e etnográfico. Além disso, as festividades formam um elenco de atrativos culturais que integram os três países fronteiriços como o Festival de la Confraternidad Amazónica que se realiza anualmente e cujo primeiro evento aconteceu em 20 de julho de 1988. Esse Festival é uma demonstração dos aspectos culturais e integra o calendário oficial do município (RAMÍREZ, 2013), desde o Decreto n. 034, de 27 de abril de 1988⁸¹ e do Acordo n. 036, de 29 de abril de 1988.

Dentre as muitas amostras que integram o Festival, como as visualizadas nas fotografias 17 e 18, têm-se apresentações de teatro, canto e dança além da escolha da rainha, entre candidatas representantes dos três países, e se configura como um dos eventos significativos do calendário turístico municipal. A programação do evento envolve pontos turísticos da cidade como os Parques Orellana e Santander, o Estádio José Maria Hernandez e as principais ruas de Leticia. Ao longo do tempo foi abrindo espaço para participação de delegações de outros países como Equador, Bolívia, Venezuela e as Guianas, ampliando seu caráter de evento turístico internacional⁸².

⁸¹ O Decreto confere à administração municipal a criação e a organização do evento. O Acordo atribui ao Conselho Municipal as prerrogativas do regulamento, bem como em seu artigo primeiro cria o Festival Folclórico de la Confraternidad Amazónica que se realizará anualmente na cidade de Leticia entre os dias 17 e 20 de julho.

⁸² Inclusive com mudanças em sua nomenclatura. Por isto, no período de 15 a 20 de julho de 2015, aconteceu o XXVIII Festival Internacional Confraternidad Amazónica, cuja programação integrou competições esportivas, triatlo na selva, copa internacional de futebol, noites de folclore, desfile da juventude, desfile militar e reinado internacional.

Fotografias 17 e 18- Festival de la Confraternidad Amazónica 2014



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Outro fato que chama a atenção é a diversidade gastronômica, pois reúne a culinária dos três países, com farta apreciação dos pescados como o pirarucu e o dourado. Em Leticia existem restaurantes, bares e lanchonetes com qualidade significativa nos serviços e que oferecem pratos que misturam ingredientes da culinária espanhola e indígena. Nesse caso, os restaurantes que se localizam ao longo da via Leticia-Tarapacá, também denominado de “quilômetros”, são bastante frequentados aos finais de semana, pois em alguns deles há presença de piscinas naturais formadas por igarapés.

Como no município de Leticia os empreendimentos do setor de comércio e de serviços⁸³ são as atividades econômicas mais representativas, tem demandado das instituições de ensino cursos de qualificação. Nesse caso, além da UNAL existem cursos técnicos como os promovidos pelo Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA)⁸⁴, que tem realizado cursos na área da gastronomia e turismo. Diga-se que na Colômbia a graduação em turismo está ligada ao curso de administração de empresas e são poucas as universidades que ofertam vagas e, em sua maioria, localizadas na cidade de Bogotá.

Quanto aos aspectos educacionais, os índices alcançados são bem discretos, registra-se uma taxa de analfabetismo de 11%, sendo que 40,0% da população residente no departamento de Amazonas alcançou o nível primário, 33,3% o secundário e 5,0% o superior ou a pós-graduação (DANE, 2010). Em Leticia existem escolas rurais e urbanas públicas, sendo que do número de habitantes em idade escolar 31% estão no nível pré-escolar, 75% no básico

⁸³ Em conformidade com DANE (2010) apenas 5,6% dos estabelecimentos são indústrias, 47,2% são comércio, e 35,1% são serviços, contra 12,2% alocados em outras atividades.

⁸⁴ Instituição ligada ao Ministério do Trabalho da Colômbia, criada pelo Decreto-Lei n. 118, de 21 de julho de 1957, cuja função foi definida pelo Decreto n. 164, de 06 de agosto de 1957, para a formação profissional de trabalhadores, jovens e adultos da indústria, do comércio, do campo, da mineração e da pecuária bovina (SENA, 2015).

primário, e 31% no básico secundário. Os serviços públicos de água e esgotos, telefonia e energia elétrica são existentes com os percentuais de 71%, 31% e 72%, respectivamente, apenas na área urbana, que são alguns dos fatores contabilizados para o cálculo da taxa de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)⁸⁵.

No sistema de saúde apenas duas unidades estão credenciadas como instituições prestadoras de serviços de saúde pública, a Fundação Clínica e o Hospital San Rafael, localizados na área urbana do município. E, de acordo com informações da Alcaldía (2015) são 20.963 as pessoas associadas ao regime subsidiado, 12.861 sob o regime contributivo, e 9.400 vinculadas ao Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales (SISBEN). Ressalte-se a existência de hospitais e clínicas particulares, credenciados pela administração pública para atendimento através do SISBEN, inclusive com uma unidade especializada no atendimento aos indígenas.

4.3 O Parque Nacional Natural Amacayacu

De maneira geral, e não apenas para o contexto colombiano, pode-se seguir o processo histórico da questão de conservação dos recursos naturais através do arcabouço legislativo. Isto porque sempre foi imperativo para os seres humanos o reconhecimento sobre o direito à posse de terras e aos benefícios advindos de todos aqueles recursos naturais pré-existentes ou manejados culturalmente por seus proprietários. Nesse sentido, na América Latina e, por conseguinte, na Colômbia, o processo adaptativo da legislação sobre o meio ambiente expressa as transformações ideológicas e políticas internas e externas.

Assim, a legislação sobre as terras colombianas é reflexo de um *modus operandi* que via nos recursos naturais, condições de exploração intensiva e que é fruto ideológico e político do processo colonizador. Tal fato perdurou por séculos, e em conformidade com as afirmações de Londoño e Charry (2011, p. 10-16) é possível caracterizar esse processo em quatro fases distintas, a saber:

Primera fase [...] primacía del derecho de dominio y propiedad procurando, a la vez, un orden respecto del sobre uso de los recursos naturales y su intensa explotación. Segunda fase [...] derecho a la propiedad y el dominio persiste con su fuerza, pero a la vez se visualiza la idea del cuidado de los recursos naturales y la naturaleza en general. Tercera fase [...] creación de instituciones que trabajarán por la protección

⁸⁵ Índice utilizado no país para análise da pobreza em nível regional. Segundo esta metodologia, se define como pobres todas as pessoas que habitam residências com uma ou mais das seguintes características: 1) inadequadas para habitação humana em razão dos materiais de construção utilizados; 2) com mais de três pessoas por quarto da habitação; 3) sem rede de água e esgoto; 4) com alta dependência econômica (mais de três pessoas por membro ocupado) e o chefe de família com dois anos de educação primária; 5) com crianças entre 6 e 12 anos que não frequentaram a escola (DANE, 2010).

y tratamiento adecuado de los recursos naturales. Cuarta fase [...] principios y disposiciones que formularon los deberes y derechos que posibilitan el desenvolvimiento y articulación de la relación hombre-naturaleza.

Para cada uma dessas fases há um conjunto de normas correspondentes que inicia, contemporaneamente, com a Lei n. 25, de 29 de agosto de 1908, que dispõem sobre terras baldias e avança com o advento da “[...] Constitución verde, ambientalista o ecológica” (LONDOÑO; CHARRY, 2011, p. 20), como popularmente é conhecida a Constituição Política de 1991.

Aponte-se que as mudanças em curso estão no contexto dos acordos firmados internacionalmente e, principalmente, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, de 1972. Assim, foram expedidas a Lei n. 23, de 19 de dezembro de 1973 e o Decreto n. 2811, de 18 de dezembro de 1974, que criou e regulamentou, respectivamente, o Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y de Protección al Medio Ambiente (CNRNR). O CNRNR é instrumento importante da política ambiental porque a partir de então, se pôde elaborar uma estrutura jurídica que, entre outras propostas, criou o SPNN.

O SPNN e suas categorias de manejo foram necessários para a proposta de criação do SINAP o qual foi regulamentado pelo Decreto n. 2372, de 01 de outubro de 2010, que classifica as AP em públicas e privadas. Nesse sentido, o SPNN enquanto categoria do SINAP possui tipos de AP que estão em consonância com o artigo 329 do Decreto n. 2811. Os seis tipos de AP que formam o SPNN tem caráter público unicamente por causa do ente institucional competente para sua declaração, nesse caso o MAVDT e a UAESPNN, cujas categorias e tipos podem ser visualizados no quadro 12.

Quadro 12- Categoria e tipos de AP

NORMA	CATEGORIAS/TIPOS
Decreto n. 2372, 01/10/2010. Capítulo II, artículo 10.	AP Públicas: Sistema de Parques Nacionales Naturales; Reservas Forestales Protectoras; Parques Naturales Regionales; Distritos de Manejo Integrado; Distritos de Conservación de Suelos; Áreas de Recreación. AP Privadas: Reservas Naturales de la Sociedad Civil.
Decreto n. 2811, 18/10/1974. Capítulo V, artículo 329.	Parque Nacional; Reserva Natural; Área Natural Única; Santuário de Flora; Santuário de Fauna; Vía Parque.

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de doc. oficiais (1974; 2010).

Vale ressaltar, que ainda tramita no Congresso da Colômbia, em versão preliminar, o Projeto de Lei, de agosto de 2011, que estabelece e consolida o SINAP e propõe quatro categorias de manejo para o SPNN, quais sejam: Reserva Natural Nacional, Parque Natural Nacional, Santuário de Vida Silvestre Nacional e Área Natural Única Nacional. O SINAP é necessário para o fortalecimento da gestão de AP enquanto estratégia de conservação *in situ* e também para o ordenamento ambiental do território, tendo como coadjuvantes as Corporaciones Autónomas Regionales (CAR) e as Corporaciones para el Desarrollo Sostenible (CDS). O objetivo das CAR e CDS é auxiliar o planejamento regional e a administração do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, respectivamente.

Neste caso, para os territórios dos departamentos de Amazonas, Putumayo e Caquetá foi criada a CAR Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia (CORPOAMAZONIA). Em consonância com a Lei 99 de 1993, em seu artigo 35, a função principal é proteger o meio ambiente do sul da Amazônia colombiana como área especial de reserva ecológica. Para tanto, foi estabelecida a sede principal na cidade de Mocoa, no departamento de Putumayo, com sedes nas cidades de Leticia e Florencia.

Outra ferramenta importante para a consolidação do SINAP, trazido pelo Decreto 2372 de 2010, para o inventário das AP foi o Registro Único Nacional de Áreas Protegidas (RUNAP), no qual estão disponibilizadas informações acerca das AP públicas. Nesse sistema de informação pode-se acompanhar a trajetória da criação de AP que, no caso do departamento de Amazonas, as AP existentes somam 56.579,41 km², ou, 5.657.940,77 ha, e dos cinco PNN⁸⁶ que se encontram registrados o Amacayacu é o mais antigo. O PNN Amacayacu se estende desde o município de Leticia até o de Puerto Nariño, onde estão presentes comunidades indígenas de etnias diversas.

Em consonância com o Plano de Manejo do PNN Amacayacu, regulamentado pela Resolução n. 029, de 26 de janeiro de 2007, é proposta a zonificação e os regimes de uso do parque, além de esquematizar o Plano Estratégico de Ação para o período de 2007-2011. O sistema de zoneamento prevê as zonas intangível, histórico-cultural e de alta densidade de uso, como observado no quadro 13. O Plano Estratégico de Ação, além de estruturar os recursos físicos e humanos, busca formular e implementar, com a participação das comunidades e autoridades indígenas, os Regimes Especiais de Manejo (REM).

⁸⁶ Os outros PNN são: Cahuinarí, Chiribiquete, Río Puré, Yaigojé Apaporis.

Quadro 13- Zoneamento do PNN Amacayacu

ZONA	DESCRIÇÃO	ÁREAS CORRESPONDENTES
Intangível	O ambiente deve manter-se alheio as mínimas alterações humanas para que as condições naturais se conservem.	Setor central do parque onde predomina os cananguchales ⁸⁷ e zonas pantanosas, e as zonas de colinas que formam o divisor de águas entre os rios Amazonas e Putumayo.
Histórico-Cultural	Encontram-se vestígios arqueológicos, marcas ou sinais de culturas passadas, sobrevivência de culturas indígenas, características históricas ou cenários nos quais ocorreram fatos transcendentais da vida nacional.	Setores que fazem parte do território ancestral da etnia Tikuna nas bacias dos rios Amacayacu, Matamatá, Purité e Cotuhé, que são utilizados para atividades de subsistência ou que se revestem de especial importância histórica e cultural, e que tenham sido propostas como zonas de ampliação das reservas indígenas.
Alta Densidade de Uso	Por suas condições naturais, características e localização podem se realizar atividades recreativas e proceder à educação ambiental de maneira que se harmonize com a natureza do lugar, produzindo a menor alteração possível.	Bacia baixa do riacho Matamatá na qual se encontram o Centro de Visitantes Yewaé (CVY) e o Centro Administrativo de Matamatá ao soroeste da AP; a Cabana de Controle do rio Amacayacu ao suroccidente do parque e a Cabana de Controle Lorena no nororiente do PNN Amacayacu.

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir da Resolução n. 029 de 2007.

Isto porque o REM é a garantia de compatibilidade entre a reserva indígena e o parque, conforme o que está exposto no Decreto n. 622, de 16 de março de 1977, em seu artigo 7º, a saber:

No es incompatible le declaración de un Parque Nacional Natural con la constitución de Reserva Indígena; en consecuencia, cuando por razones de orden ecológico y biogeográfico haya de incluirse total o parcialmente un área ocupada por grupos indígenas dentro del Sistema de Parques Nacionales Naturales, los estudios correspondientes se adelantarán conjuntamente con el Instituto Colombiano de la Reforma Agraria – INCORA – y el Instituto Colombiano de Antropología, con el fin de establecer un régimen especial en beneficio de la población indígena, de acuerdo con el cual se respetará la permanencia de la comunidad y su derecho al aprovechamiento económico de los recursos naturales renovables, observando las tecnologías compatibles con los objetos del Sistema señalado en el área respectiva. (GOVERNO DA COLOMBIA, 1977, não paginado).

Assim, o REM assume caráter de instrumento de planejamento a partir de um comitê coordenador, constituído pela autoridade pública e tradicional indígena e a Unidade de Parques. Dessa maneira, o zoneamento e o regime de uso das áreas que se encontram sobrepostas devem ser analisadas a partir do REM, em um processo social amplo e participativo, com a finalidade de minimizar os conflitos.

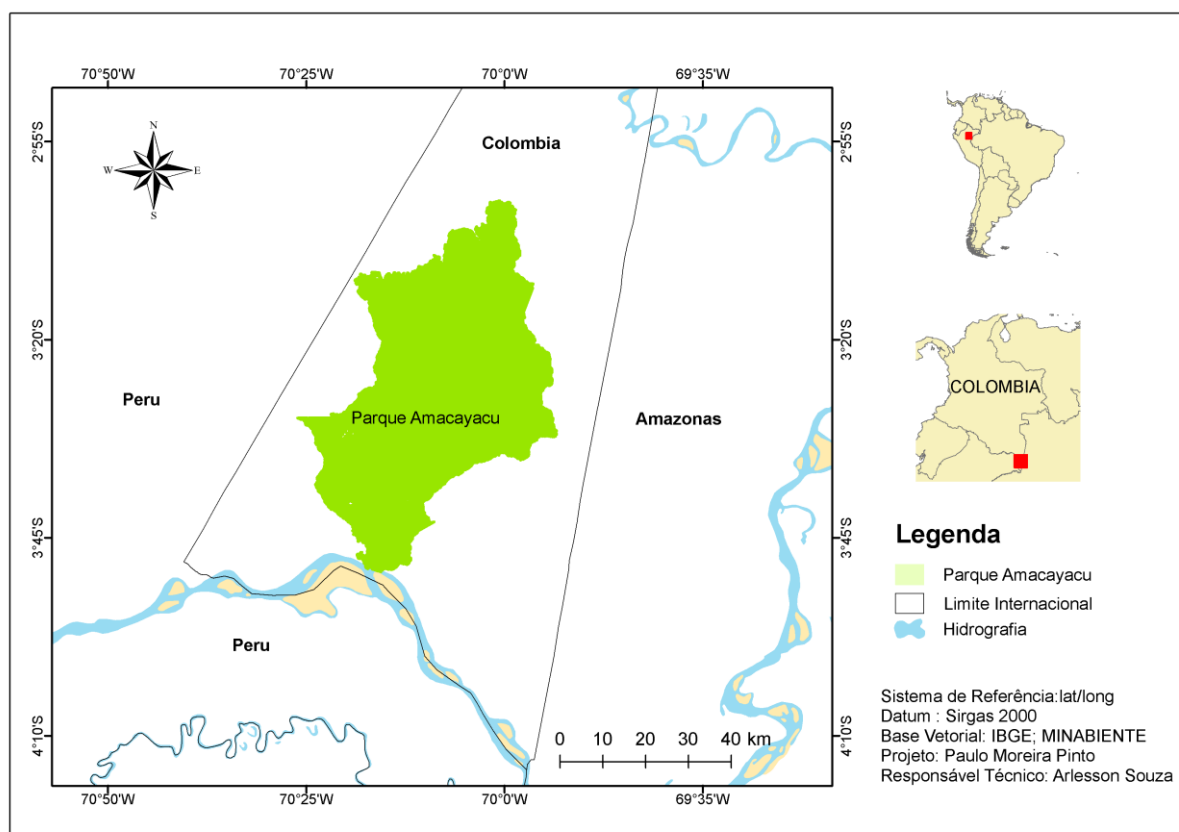
⁸⁷ Se conoce regionalmente como “Cananguchales o Aguajales” a aquellas zonas que permanecen inundadas todo el tiempo en el cual las especies vegetales predominantes son las palmas (Familia ARACEAE) con una grande abundancia de Canangucho o Tema en Tikuna (*Mauritia flexuosa*), Asai o Waira, en Tikuna (*Euterpe precatoria*), Mil pesos o Düü en Tikuna (*Oenocarpus bataua*) y Ponilla o Eta en Tikuna (*Socratea exorrhiza*), todas de gran importancia para las comunidades locales (SPNN, 2005).

É óbvio que esta relação é conflituosa, mesmo porque existem muitas comunidades que se relacionam de maneira direta ou indireta com o PNN Amacayacu, como, por exemplo, no setor sul que compreende os rios Amacayacu e Amazonas e o riacho Matamatá. Esse é o setor mais densamente povoado, haja vista a possibilidade de circulação dos transportes através do rio Amazonas facilitando a comunicação entre as principais cidades dos países da tríplice fronteira como Leticia (Colômbia), Caballo Cocha (Peru) e Tabatinga (Brasil). Quanto às comunidades indígenas têm-se San Martín de Amacayacu e Palmeras que se encontram totalmente no interior do PNN Amacayacu, enquanto Mocagua, Macedonia, El vergel e Zaragoza estão na área de entorno.

Esclareça-se que as comunidades de Mocagua e Macedonia dividem apenas uma faixa do seu território com PNN Amacayacu, enquanto El Vergel e Zaragoza estão totalmente fora da área do parque, como visualizado no mapa 7. Apesar disso, a Unidade de Parques Nacionales tem desenvolvido trabalhos em conjunto com as seis comunidades, no sentido de apresentar propostas de conservação e manejo dos recursos naturais. Como já citado, por encontrarem-se, em sua maioria, dispostas às margens do rio Amazonas concentram uma significativa população e de acordo com informações contidas no Plano de Manejo do PNN Amacayacu são 2.600⁸⁸ pessoas habitando essas comunidades em levantamento realizado no ano de 2002.

⁸⁸ As estatísticas realizadas pelo Grupo de Trabalho em Investigação do Setor Sul do PNN Amacayacu estimaram o seguinte: San Martín de Amacayacu, 430; Palmeras 230; Mocagua 460; Macedonia 816; El Vergel 220; Zaragoza 455 habitantes.

Mapa 7- Localização do PNN Amacayacu



Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

Enfatize-se que as estatísticas oficiais sobre a população indígena não eram fidedignas, pois somente foram possíveis a partir do Censo Geral de 2005 quando foram incorporadas perguntas sobre autoreconhecimento a um grupo étnico (DANE, [2005] 2010). Sendo assim, no município de Leticia de 20% a 49,9% da população censada se autoreconhecia como indígena e, para as comunidades indígenas mencionadas, foi registrado por Ronderos (2012), citando DANE ([2005] 2010), como habitadas por 70 a 500 pessoas. Os indígenas predominantes são das etnias Tikuna, Cocama e Yagua (TiCoYa), porém foi registrado por Umbarila (2003) a presença de brancos e mestiços nas comunidades.

Ainda em acordo com registros de Umbarila (2003), nas comunidades de San Martín de Amacayacu e Palmeras o grupo étnico predominante são os Tikuna, porém outros grupos compartilham o mesmo território como os Uitoto, os Cocama e Yagua, respectivamente. Do ponto de vista da ocupação do espaço territorial, o departamento de Amazonas é fragmentado por entes jurídicos diferentes como a Reserva Florestal da Amazônia⁸⁹, os PNN, as reservas e

⁸⁹ De acordo com IGAC (1998) citado por Umbarila (2003, p. 84) “Fue constituida mediante la ley 2 de 1959 e incluía toda la región. A partir de 1962, se iniciaron sustracciones para destinar estos territorios a fines de colonización y creación de reservas y resguardos indígenas. En 1977 se sustrajeron 61.000 hectáreas (acuerdo

assentamentos indígenas, as propriedades particulares, os terrenos baldios e os ocupados (UMBARILA, 2003). As comunidades de San Martín de Amacayacu e Palmeras pertencem ao resguardo indígena TiCoYa de Puerto Nariño que foi criado pela Resolução n. 021, de 13 de março de 1990, com área de 8.687 ha, ou 6.500 m².

Além das comunidades de San Martín de Amacayacu e Palmeras, que pertencem ao município de Leticia, a Resolução n. 021 de 1990 atinge outras como: “[...] San Juan de Atacuari, Bocas de Atacuari, Bohia-Huazú, Naranjales, Pozo Redondo, San Francisco, San Juan del Socó y Santarem, en jurisdicción de Puerto Nariño”. A delimitação geográfica do resguardo TiCoYa é no trapézio amazônico “[...] entre los ríos Amazonas al sur, Loretoyacu al norte, Atacuarí al occidente y Amacayacu por el oriente [...]”. Em certa medida essas comunidades ainda guardam um sistema econômico baseado nas atividades de subsistência de caça e pesca, entretanto a presença do Estado através do sistema educacional (UMBARILA 2003), a economia extrativista e os movimentos religiosos estão mudando o cenário.

Do ponto de vista da religião, o movimento messiânico de José Francisco da Cruz atingiu muitas destas comunidades ao longo do rio Amazonas, inclusive formando povoados. A irmandade da cruz gerou assentamentos novos aonde muitos desses símbolos foram erguidos, como afirma Umbarila (2003, p. 68):

[...] muchas cruces fueron plantadas en los caseríos de la ribera del Amazonas y generaron algunos de los asentamientos que existen en la actualidad. En Colombia, el movimiento congregó numerosa población en el caserío de San Martín de Amacayacú y hoy existen seguidores en San Francisco de Loretoyacú y San Juan del Socó.

O messianismo dos Tikuna tem possibilitado a adesão a movimentos religiosos diferentes, além do catolicismo, como o dos evangélicos israelitas, esse muito fortemente centrado em atividades econômicas agropecuárias. A combinação de fatores sociais e econômicos, entre os quais, a falta de oportunidades de trabalho, a violência no lugar de origem e a crença religiosa são os motivos principais, de acordo com afirmações de Téllez-Méndez (2010), da migração das famílias israelitas⁹⁰ para a Amazônia colombiana.

Questões de ordem econômica e a proximidade da cidade de Leticia tem sido também alguns dos motivos de atração da população indígena para o centro urbano. Entretanto, as ofertas de empregos, possibilitadas pela infraestrutura das atividades comerciais e de serviços,

61 del 22 de noviembre), con destino a la colonización y a la creación de reservas indígenas; de éstas, 32.000 hectáreas corresponden al municipio de Leticia.

⁹⁰ Téllez-Méndez (2010, p. 91) explica que as famílias israelitas que compunham seu estudo são “[...] conversas de la AEMINPU-Asociación Evangélica de la Misión Israelita del Nuevo Pacto Universal-, iglesia de origen peruano que cuenta en Colombia con aproximadamente dos mil conversos, la mayoría campesinos”.

com significativa predominância das ocupações no setor de turismo, não tem contemplado a demanda. Nesse caso, as oportunidades de ocupação para os indígenas são para os estratos mais baixos que não exigem qualificações maiores, inclusive do ponto de vista educativo.

Assim, o fomento da atividade turística tem sido um elemento importante para a ocupação e fixação dos indígenas, especialmente dos jovens, em suas comunidades, sobretudo aquelas localizadas ao longo do trecho de interligação de Leticia ao PNN Amacayacu. A inclusão das comunidades indígenas nos roteiros turísticos vem sendo, paulatinamente, possibilitada pela promoção das AP no circuito de promoção turística realizado pelo Estado colombiano. No centro dessa questão está a instituição de políticas públicas de fomento do setor turismo, como as denominadas concessões dos serviços turísticos.

O sistema de concessões ou arrendamento para oferecer serviços turísticos em AP públicas ou particulares, de acordo com afirmações de Barborak (2012), já vem sendo bastante utilizado em AP na América do Norte, Europa e também na América Latina. Trata-se de alianças realizadas entre “[...] gobiernos y entes privados, con y sin fines de lucro, mediante licencias, permisos de uso, contratos, concesiones o arrendamientos” (BARBORAK, 2012, p. 1). Na Colômbia o SPNN vem adotando o sistema de concessões, em passado recente, como modo de inclusão das comunidades em ocupações e melhoria das condições biossocioculturais.

O PNN Amacayacu foi o primeiro parque colombiano a ter um contrato de concessão dos serviços ecoturísticos, proposta que veio no conjunto da formalização da norma CONPES 3296, de 26 de julho de 2004. Tal normativa traz as linhas gerais para a inserção das empresas particulares na prestação dos serviços ecoturísticos no SPPN, que, por sua vez, se baseia em normativas e documentos diversos como o da LGT instituída em 1996⁹¹. O contrato de concessão de serviço ecoturístico do PNN Amacayacu foi firmado em 01 de julho de 2005, através do Contrato de Concesión n. 001 e do Auto n. 034 de 2005.

O Contrato foi firmado pela UAESPNN e uma associação de empresas denominada Unión Temporal Concesión Amacayacu por um período de 10 anos para exploração turística de uma área de 0,5 ha, equivalente a 0,0002% da área total do parque (FONSECA; JAMES; MÁRQUEZ, 2013). Ressalte-se que a iniciativa foi uma busca de alternativas para a melhoria dos serviços ecoturísticos já existentes, no aspecto infraestrutural, como as obras iniciadas no ano de 1986, no Centro de Visitantes Yewaé (CVY). Inclusive, com a conclusão do CVY se

⁹¹ Lei n. 300, de 26 de julho de 1996, que sanciona a Ley General de Turismo a qual foi modificada pela Lei n. 1558, de 10 de julho de 2012. Outras normas são: Política de Participación Social en la Conservación de 2001; Política de Desarrollo del Ecoturismo de 2003; CONPES n. 3397, de 28 de novembro de 2005, que estabelece a Política Sectorial de Turismo; Plan Sectorial de Turismo 2003-2006; 2007-2010; 2011-2014.

iniciam as atividades ecoturísticas, com a recepção aos primeiros visitantes, no ano de 1987 e, de acordo com registros de Fonseca, James e Márquez (2013), para a construção do CVY a participação dos indígenas foi muito importante.

Anterior à adoção do sistema de concessões, a prestação de serviços ecoturísticos se realizava por contratos de particulares para administração, nos parques que tivessem tal estrutura, de restaurante, apoio à hospedagem, ou nas áreas de camping. Entretanto, tal fato implicava no desenvolvimento de vários contratos e dificultava a manutenção das infraestruturas por causa do número reduzido de funcionários (UAESPNN, 2010). Ainda mais que no período de 1988 e 1989 se inicia a segunda fase da construção de infraestrutura, com o funcionamento da loja de artesanato produzido pelas comunidades indígenas.

Em conformidade com afirmações de Fonseca, James e Márquez (2013), a partir de então as comunidades de Palmeras, Mocagua e San Martín de Amacayacu se vincularam como intérpretes ambientais de ecoturismo. Tal processo de inserção foi se estendendo para as comunidades de Macedonia e El Vergel nos anos de 1999 e 2001, período em que Parques Nacionales assume o CVY e a coordenação das atividades ecoturísticas. Mesmo assim, tornou-se imprescindível analisar uma estratégia alternativa que permitisse investimentos na melhoria da qualidade dos serviços e também a redução dos custos de manutenção (UAESPNN, 2010), bem como a liberação dos poucos funcionários para as atividades de conservação ambiental.

Desta maneira, foram concebidos os contratos de concessão, que foram gestados durante cinco anos em um processo de planejamento e concertação entre funcionários, comunidades indígenas e governo central. A licitação pública permitiu o consórcio de empresas com *expertise* no setor de turismo, que no caso do PNN Amacayacu foi garantido pelas Agências de Turismo Aviatur S.A com 35% e Cielos Abiertos Ltda. com 15%, e a rede de hotéis Decamerón Colombia S.A com 50%. De acordo com informes de Parques Nacionales, para cada um dos contratos, cujas empresas consorciadas podem ser observadas no quadro 14, foram estabelecidas obrigações sobre construção e adequação de infraestrutura de serviços e atividades ecoturísticas.

Quadro 14- Empresas operadoras do sistema de concessão ecoturísticas

CONCESSÃO	EMPRESAS OPERADORAS	DATA
Amacayacu	Aviatur-Decamerón-Cielos Abiertos	Julho de 2005
Tayrona	Cámara de Comercio de Santa Marta-Aviatur-Alnuva	Novembro de 2005
Gorgona	AvianCaribbean-Aviatur	Janeiro 2006
Nevados	Ifi Caldas-Ifi Manizales-Aviatur-Confamiliares Caldas-Sociedad Hotelera de Caldas	Julho 2006
Otún Quimbaya	Gobernación de Risalda-Agua y Aguas de Manizales-Confamiliares Risalda	Outubro de 2007
Vía Parque Isla Salamanca	Consorcio Salamanca-Corporación Bioparques	Maio de 2010

Fonte: UAESPNN (2013).

Como consequência destas obrigações foi elaborado o Manual de Supervisión de Concesiones de Servicios Ecoturísticos, formalizado pela Resolução n. 0147, de 12 de outubro de 2006, para ser utilizado pelos supervisores dos contratos de concessão designados por Parques Nacionales. Do mesmo modo foram analisados os investimentos e o controle administrativo e financeiro através das melhorias das instalações e de manutenção, e do fluxo de visitantes, respectivamente. Em que pese que os primeiros visitantes do PNN Amacayacu datem do ano de 1997, os registros apenas vão estar disponíveis a partir dos informes sobre as estatísticas de fluxo provindas, entre outros motivos, das obrigações estipuladas pelo manual de supervisão, como os observados na tabela 13.

Tabela 13- Fluxo de visitantes PNN Amacayacu 2005-2009

ÁREA PROTEGIDA	ANO					VARIACÃO (%) 2009
	2005	2006	2007	2008	2009	
Amacayacu	6.367	7.506	8.844	9.469	11.482	80,3

Fonte: UAESPNN (2009).

Concomitante ao processo de concessão, a Unidade de Parques Nacionales continuou o trabalho de inserção da atividade turística, mas precisamente do segmento ecoturístico, que vinha realizando nas comunidades. Assim, como afirmam Fonseca, James e Márquez (2013, p. 20):

[...] se continuó el trabajo de ecoturismo con las comunidades de San Martín de Amacayacu, Palmeras, Mocagua, Macedonia, El Vergel y Zaragoza, y en 2006 se establecen acuerdos para el manejo de la actividade ecoturística mediante el “Programa Gavilán Tatatao”, que mediante reuniones periódicas entre actores representativos, busca concertar el desarrollo del ecoturismo en el Parque.

O incremento ao fluxo de visitantes pode ser proveniente das políticas públicas implementadas pelas instituições, das quais as concessões são um exemplo, ou fruto de mudanças, como já mencionado, acerca do imaginário sobre a Amazônia colombiana. Nesse sentido, a repressão ao tráfico de drogas na região pode ser um dos contributos para as

transformações ocorridas, principalmente no mundo do trabalho, com a procura de ocupações novas.

Concomitante a estas transformações a concessão Amacayacu investiu recursos e contratou mão de obra, nas comunidades envolvidas, como pode ser visualizado na tabela 14. Mesmo que por força de contrato e de exigências de supervisão, os investimentos foram mudando as infraestruturas existentes no Parque e proporcionaram melhorias na prestação dos serviços. Paralelamente, na cidade de Leticia há um incremento no número de agências de viagens, hotéis, bares e restaurantes que potencializam as características desse município como destino turístico.

Tabela 14- Relação de investimentos realizados e mão de obra contratada

PARQUE	INVESTIMENTOS		MÃO DE OBRA		
	Exigidas em Contrato (Miles)*	Realizadas (Miles)**	Obrigação de contrato	Realmente contratada Direta	Indireta (alta temporada)
Amacayacu	80	881	17	29	10

Fonte: UEASPNN (2013).

*Pesos colombianos

**Referente a 31 de março de 2010.

Em conformidade com as estatísticas de entrada de visitantes realizada pela Subdirección de Sostenibilidad y Negocios Ambientales de Parques Nacionales Naturales, os meses mais procurados são janeiro, junho e julho, com acentuada predominância em janeiro. Isso porque existem diferenças na paisagem, causadas pelos meses de cheias e vazantes do rio Amazonas no decorrer do primeiro e segundo semestre, respectivamente. Ressalte-se que por motivo da grande inundação ocorrida no ano de 2012, com comprometimento da infraestrutura instalada, o PNN Amacayacu foi fechado à visitação.

Em virtude disto, o contrato de concessão foi interrompido, vigendo de junho de 2005 a março de 2012, durante o período recebeu 70.566 visitantes, gerando receita de \$453.187 Milhões de pesos, como visualizado na tabela 15. Os investimentos realizados pela Concessão Amacayacu foram de \$881.191 Milhões de pesos, provenientes de reservas de alojamento, arrecadação de ingressos, serviços de alimentos e bebidas, loja de artesanato, auditório, salão de conferências, enfermaria, transporte e nas estruturas das trilhas. Tais serviços estavam previstos no contrato de concessão para melhorias de infraestrutura, aperfeiçoamento do sistema de segurança e mais conforto aos visitantes.

Tabela 15- Receita gerada pela concessão dos serviços ecoturísticos (\$Milhões de pesos)

PARQUE/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Amacayacu	-	74.445	72.533	83.796	81.837	48.289	92.287	0	0	453.187

Fonte: UAESPNN (2014).

Mesmo assim, apesar das estatísticas favoráveis, o sistema de concessão dos serviços ecoturísticos do PNN Amacayacu provocou conflitos com as comunidades indígenas, que se viram alijadas do processo. Embora, o crescente fluxo de visitantes, que teve seu auge no ano de 2010, como se pode depreender do registro constante na tabela 16, pode ter suscitado algum desconforto nas comunidades, enquanto prioridade na alocação dos recursos gerados. Explique-se que apenas no mês de janeiro de 2010 registrou-se 2.026 visitantes, fechando o primeiro trimestre desse mesmo ano com 4.178 visitantes, o que causou uma variação percentual positiva da ordem de 76%.

Tabela 16- Número de visitantes no PNN Amacayacu 2006-2012

MÊS/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TOTAL	7.520	9.037	9.469	11.482	14.832	12.331	2.448

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de doc. de UAESPNN (2013).

Tal desconforto das comunidades indígenas também pode repousar na operacionalização dos roteiros pelas agências de turismo, que na maioria das vezes utilizam o envolvimento das comunidades indígenas como um chamariz exótico. Tal fato conduz a uma manipulação teatralizada do índio, fora de seu contexto histórico e sociocultural. Esse estado de coisas pode ser um desvirtuamento das ações projetadas, ou fruto das implicações mercadológicas inerentes à atividade do turismo, mesmo em segmentos, como o do ecoturismo, que tenham como diretriz a preservação de culturas ancestrais.

Em consonância com os documentos oficiais vê-se que das 23 AP⁹² que desenvolvem atividades de ecoturismo houve um aumento no número de visitantes durante os anos de 2011 a 2013, como mostra a tabela 17. Esse incremento, segundo as instituições responsáveis, deve-se ao programa de fortalecimento do ecoturismo, iniciado no ano de 2004, e à divulgação dos parques, realizada pelo governo como o Viceministerio de Turismo y Proexport, que promove o turismo no país e exterior. Ainda, de acordo com o SPNN, houve um melhoramento na qualidade dos serviços ecoturísticos, além do interesse dos operadores

⁹² Pertencentes as diferentes Direcciones Territoriales (DT) de Parques Nacionales, assim distribuídas e de acordo com o número de visitantes no ano de 2013: DT Orinoquia (15.215), DT Amazonia (0), Andes nororientales (19.667), DT Andes occidentales (61.820), DT Caribe (778.897), DT Pacifico (6.276). Na Amazônia encontra-se nulo, pois o PNN Amacayacu foi fechado em março de 2012 (UAESPNN, 2013).

comunitários, particulares e do governo central em publicizar o ecoturismo nas AP da Colômbia.

Tabela 17- Número de visitantes nos parques com atividades ecoturísticas

2011	2012	2013
695.245	825.514	881.875

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de doc. UAESPNN (2013).

Informe-se que está sendo fomentando, desde o ano de 2006, atividades do programa de ecoturismo comunitário em AP, seguindo as diretrizes estabelecidas enquanto políticas para o setor turismo⁹³, com participação crescente no fluxo de visitantes, como é demonstrado na tabela 18. Embora, até o momento, dentre os Parques que participam não se encontre nenhum do departamento de Amazonas é importante registrar um posicionamento maior do programa. Para além dos dados oficiais é importante mencionar ainda que existe uma efervescência na atividade turística nos municípios de Leticia e de Puerto Nariño, com roteiros diversos sendo operacionalizados por agências locais.

Tabela 18- Visitantes em AP com programa de ecoturismo comunitário

ÁREA PROTEGIDA/ANO	2011	2012	2013
SFF Otún Quinbaya	2.667	2.628	3.001
PNN Utría	1.977	1.864	3.127
SFF Iguaque	4.654	6.742	5.469
SFF Flamencos		3.259	13.779
PNN El Cocuy	6.534	9.747	14.147
PNN Chingaza	9.487	13.801	15.081
PNN Corales de Rosario	319.282	420.492	443.458

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de doc. UAESPNN (2013).

No que tange ao modelo de exploração por concessão a particulares, as informações oficiais são de que houve investimentos, não apenas na estrutura física do PNN Amacayacu, como demonstram as fotografias 19 e 20, nas quais se visualizam o antes e o depois das adequações realizadas. Apesar disso, em informe sobre os serviços de concessões ecoturísticas, para o período de janeiro a março de 2014, Parques Nacionales (2014, p. 1) justifica o término do contrato com a Unión Temporal Concesión Amacayacu, nesses termos:

[...] la prestación de servicios ecoturísticos se vio afectada por lo cierre del Parque en marzo de 2012, dado el aumento en el nivel de las aguas del río Amazonas, que inundó la infraestructura del Centro de Visitantes Yewaé, dejándola muy afectada. Adicionalmente en la misma vigencia se conocieron los resultados de la consultoría sobre riesgos de deslizamientos en la ribera occidental de la quebrada Matamatá, que conllevó la terminación anticipada del contrato de concesión el 19 de octubre de

⁹³ Os documentos norteadores da política são: Lineamientos de Ecoturismo Comunitario en Colombia de 2006; Política de Turismo de Naturaleza de 2012; Lineamientos de Política para el Desarrollo del Turismo Comunitario de 2012.

2012, por presentar un riesgo de amenaza alta en una parte de la infraestructura y amenaza media en la grande mayoría de ella.

E, para comprobar os estragos provocados pelas cheias, insere no documento registro fotográfico que demonstra como estavam as estruturas antes e depois da inundação, como visualizadas nas fotografias 21 e 22.

Fotografias 19 e 20- Estruturas do CVY do PNN Amacayacu



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Fotografias 21 e 22- Estruturas antigas e novas do CVY



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Em que pese tais assertivas   necessário analisar os elementos de como foram distribuídos os ganhos advindos da atividade ecoturística nas comunidades indígenas, e de como se deu a inserção dessas comunidades nas ações de turismo, além do seu envolvimento nas práticas de gestão, elementos de suma importância para o planejamento de atividades futuras. A análise dos avanços e retrocessos no sistema de concessão dos serviç os

ecoturísticos deve seguir o princípio de concertação já praticado por Parques Nacionais, tendo em vista as possibilidades de adoção do modelo de ecoturismo comunitário que se assinala para o futuro.

5 A AMAZÔNIA PERUANA E OS PROCESSOS SOCIOAMBIENTAIS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

Do ponto de vista histórico, o espaço territorial peruano vem sofrendo transformações político-administrativas constantes, desde o período colonial, com avanço significativo das fronteiras, após a proclamação da independência do Peru em 28 de julho de 1821. Efetivamente, a definição e a ocupação das fronteiras iniciaram com o processo de demarcação, complementado “[...] con las migraciones, la formación de nuevas áreas de atracción poblacional, tanto rurales como urbanas, entre otros aspectos” (PEASE, 1993, p. 1). Some-se a isso, o grande movimento de reconhecimento realizado por viajantes, naturalistas e cientistas no início do século XX, o que contribuiu para a exploração, a colonização e o tráfico dos recursos naturais.

Com o advento da República, o território peruano se dividiu em sete departamentos, a saber: Arequipa, Ayacucho, Cuzco, Junín, Lima, La Libertad e Puno. Porém, como salienta Pease (1993, p. 11), “La demarcación política iniciada con la República, no afectó entonces el diseño general de los espacios administrativos inaugurados en el siglo XVIII con la creación de las Intendencias”. Os habitantes do Peru continuaram circulando pelo território em busca de condições mais adequadas para satisfazer as necessidades de subsistência.

Inicialmente restritos ao espaço geográfico da cordilheira andina foram se dispersando para o litoral, primeiro, pelo crescimento populacional e, posteriormente, pela ação do Estado com a desvalorização do espaço andino em prol da área costeira (PEASE, 1993). Obviamente que tal ação de ordem política e econômica era estimulada pelos investimentos particulares, interessados no sistema de transporte de mercadorias que era mais eficiente pela costa do Pacífico (CONTRENAS; CUETO, 2008). Isso porque com a independência, a economia passou a ter um grande vínculo com o comércio exterior pela exportação de guano e minério, principalmente de prata, esse último, apesar das crises, também sustentava a economia de cidades costeiras importantes.

A ocupação do espaço territorial amazônico ocorre na conjuntura das delimitações, pela necessidade da presença estatal, estimulada pela incessante procura de espaços econômicos novos. Dessa maneira, afirma Pease (1993, p. 15-16):

Entre 1832 y 1839 se crearon los departamentos de Amazonas, Ancash (inicialmente llamado Huayalas), la Provincia Constitucional del Callao, y Huancavelica; entre 1854 y 1857 los de Cajamarca, Ica e Junín; entre 1861 y 1868, Piura, Cajamarca y Tarapacá; entre 1870 y 1875 Apurímac, Huánuco (que tuvo existencia previa en 1823), Moquegua, Tacna y Lambayeque. No todas las circunscripciones fueron uniformes, Loreto, por ejemplo, fue sucesivamente dependencia de La Libertad (bajo la denominación de Maynas, en los inicios de la Republica), después de Amazonas, adquiriendo gobierno plenamente independiente en 1866 (aunque, de

facto, lo tenía más de una década antes). Moquegua, Tacna y Tarapacá fueran inicialmente Provincias Litorales; Huánuco, departamento fluvial. En el siglo XX se crearon los departamentos de Madre de Dios, San Martín, Tumbes, Cerro de Pasco y Ucayali. Finalmente, en nuestros días vemos reaparecer un esquema de delimitación interna ya ensayado: las regiones.

No caso da Amazônia peruana, como nos outros países pan-amazônicos, a presença estatal era pouco visível, uma vez que se encontrava sob a tutela das missões religiosas, e também só foi possibilitada pela abertura de vias de comunicação novas, fruto de negociações diplomáticas⁹⁴ com países limítrofes como o Brasil.

O atual território da República do Peru compreende uma área de 1.285.215,6 Km² e encontra-se dividido em três macrorregiões naturais: Costa, Serra e Selva, esta última subdividida em Alta e Baixa (ÍSMODES, 2005; ARAGÓN, 2013). Os estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI), informam que a divisão político-administrativa secciona o país em 25 Divisiones Administrativas Mayores (DAM), denominadas de Departamentos, incluindo-se a Provincia Constitucional de Callao, e as Divisiones Administrativas Menores (DAME) que somam 1.845 distritos, além de 195 Provincias (INEI, 2014). Nesse espaço geográfico encontram-se 27.053.394 habitantes⁹⁵, assim distribuídos: Costa com 14.926.020; Serra com 9.634.318; Selva com 2.493.056, dispersos nos respectivos departamentos como observados na tabela 19.

Tabela 19- Área e população das regiões e dos departamentos do Peru

REGIÃO / DEPARTAMENTO	SUPERFICIE (Km ²) / %	POPULAÇÃO TOTAL	%
COSTA	150.872,8 / 11,7	14.962.020	55,2
Provincia Constitucional de Callao	147,0	869.455	3,2
Ica	21.327,8	699.080	2,6
La Libertad	25.499,9	1.598.573	5,9
Lambayequ	14.231,3	1.104.689	4,1
Lima	34.801,6	8.352.858	30,9
Moquegua	15.734,0	156.460	0,6
Piura	35.892,5	1.664.927	6,2
Tacna	16.075,9	283.954	1,0
Tumbes	4.669,2	196.024	0,7
SIERRA	358.989,0 / 28,0	9.634.318	35,6
Ancash	35.914,8	1.047.751	3,9
Apurímac	20.895,8	399.945	1,5
Arequipa	63.345,4	1.130.916	4,2
Ayacucho	43.814,8	630.560	2,2

⁹⁴ Algumas geraram conflitos fronteiriços com o Equador por causa de Guayaquil anexada ao território da Gran Colombia em 1823, questão solucionada pelo tratado Larrea-Gual de 1829, posteriormente por problemas de demarcação de limites resolvido através do “Protocolo de Paz, Amistad y Límites” assinado no Rio de Janeiro em 1942. Com a Colômbia pela saída ao rio Amazonas solucionado com o tratado Salomón-Lozano de 1922. Com a Bolívia por causa da construção de estradas e vias férreas, problema resolvido somente em 1925. Com o Chile que gerou guerra com duração de 50 anos finalizada com o Tratado de 1929 (PEASE, 1993).

⁹⁵ As projeções do INEI para o ano de 2014 são de 30.814.175 habitantes, dos quais 15.438.887 são homens e 15.375.288 mulheres.

Cajamarca	33.317,5	1.371.720	5,1
Cusco	71.986,5	1.146.841	4,2
Huancavelica	22.131,5	448.226	1,7
Huánuco	37.021,5	753.497	2,8
Junín	44.326,6	1.209.607	4,5
Pasco	25.028,3	271.901	1,0
Puno	71.999,0*	1.250.354	4,6
SELVA	775.353,8 / 60,3	2.493.056	9,2
Amazonas	39.249,1	371.763	1,4
Loreto	368.852,0	876.725	3,2
Madre de Dios	85.300,5	102.521	0,4
San Martín	51.253,3	718.496	2,7
Ucayali	102.399,9	423.551	1,6
TOTAL	1.285.215,6 / 100,0	27.053.394	100,0

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de INEI (2014) e Ribotta (2010).

*Inclui a superfície do lago Titicaca (4.996,28Km²).

Em conformidade com registros do Ministerio del Ambiente (MINAM) existe a quarta macrorregião natural que é o Mar peruano ou Mar de Grau, que sustenta uma das industriais pesqueiras maiores do mundo e constitui o segundo setor⁹⁶ mais produtivo do país. E ainda, como informa o MINAM ([2010] 2015, p. 14):

El mar peruano comprende un complejo sistema de corrientes que da origen a un rico sistema de afloramiento, que le confiere una grande productividad. Su diversidad biológica marina es la más importante, y está representada por el Ecosistema de Afloramiento de la Corriente Peruana o de Humboldt, que condiciona los ambientes marino-costeros y es el más rico en el mundo por su alta productividad.

Isso porque o Peru tem soberania jurisdiccional sobre a faixa de 200 milhas, instituída pelo Decreto Supremo n. 781, de 01 de agosto de 1947, que se estende por 3.080 Km desde o paralelo de Boca de Capones, ao norte, até o paralelo de Punto Concordia, ao sul.

A Amazônia peruana compreende os departamentos de Loreto, Ucayali, Madre de Dios e parte dos departamentos de Amazonas, Cajamarca, Huancavelica, La Libertad, Pasco, Piura, Puno, Ayacucho, Junín, Cusco, San Martín e Huánuco, com superfície aproximada de 78.293.511 ha (MINAM, [2009] 2015). É uma região drenada por rios enormes, com destaque para o Amazonas, Marañon, Napo, Ucayali e Madre de Dios que possuem regimes diferentes de flutuação das águas, uma vez que nascem em regiões de climas diversos. Inclusive é o regime de vazante e cheia dos rios que influencia no cultivo agrícola com características diferentes entre a Selva Alta e Baixa, haja vista que muitos desses cultivos se desenvolvem as margens dos inúmeros rios e afluentes.

⁹⁶ O primeiro é o da extração dos recursos minerais que se desenvolve na região de Sierra, lugar que se destaca pelas atividades agrícolas e pecuárias.

Das macrorregiões naturais, a de Selva corresponde à parte mais extensa do território peruano com predomínio da floresta tropical úmida que se estende desde os contrafortes andinos, seguindo pelas vertentes orientais até a planície amazônica. Apesar do terreno plano, a agricultura não tem tido o desenvolvimento necessário para garantir o salto econômico da região. E, de acordo com afirmações de Ribotta (2010, p. 13), outros fatores que dificultam o incremento econômico são “[...] el deterioro de la infraestructura pública, la violencia política y las acciones ocasionadas por narcotráfico”, apesar de alguns desses fatores terem diminuído ao longo do tempo ainda persistem problemas como, por exemplo, os de infraestrutura viária.

Neste caso, o sistema de transporte fluvial é o modal mais utilizado, em vista das poucas estradas, dentre as quais se destacam: Central, Marginal de la Selva, Federico Basadre, Iquitos-Nauta, Tarapoto-Moyabamba, Tarapoto-Yurimaguas, Interoceánica. As estradas servem de ligação entre as principais cidades da Amazônia peruana como: Pucallpa, Iquitos, Jaén, Tarapoto, Belém, Yurimaguas, Tingo María, Bagua, Moyobamba, Puerto Maldonado, Tocache, La Merced, Satipo. Por causa do período de vazante, entre julho e setembro, os portos flutuantes como os das cidades de Iquitos e Yurimaguas são bastante movimentados com transporte de carga e de passageiros.

Apesar de muito utilizado o transporte fluvial depende da infraestrutura portuária, o que para muitas cidades amazônicas, é de manutenção difícil, dessa maneira o transporte aéreo vem sendo priorizado e se encontra bastante desenvolvido. Dos cinco aeroportos de categoria internacional, dois estão na Amazônia, os das cidades de Iquitos e Pucallpa. A facilidade de transporte proporcionou a expansão da fronteira e o fenômeno da urbanização, pela migração que foi possibilitado também por programas governamentais de colonização, com resultados insatisfatórios do ponto de vista econômico, social e ambiental.

A expansão da fronteira na Amazônia peruana se intensificou a partir de programas de colonização, impetrados pelo Presidente Fernando Belaúnde Terry nos períodos de 1963-1968 e 1980-1985 (ARAGÓN, 2013). E, ainda de acordo com Aragón (2013, p. 11) citando INEI (2009), tal expansão tem fatores diversos:

- 1) Insuficiência de terras livres e desigual distribuição na região andina; 2) limitada capacidade da região andina para absorver mão-de-obra excedente nas atividades agropecuárias; 3) incapacidade de reforma agrária de beneficiar grandes parcelas da população rural; 4) desemprego; 5) suposta fertilidade dos solos e ilimitada disponibilidade de terras para cultivos na região de selva; 6) expansão da rede rodoviária nacional; 7) exploração de petróleo e ouro na região; 8) expansão dos cultivos de coca; 9) terrorismo e narcotráfico, e 10) pobreza na região serrana.

A busca por oportunidades de ocupação, bem como o processo acelerado de urbanização tem reconfigurado a distribuição da população, a partir de meados do século XX, o que provocou o êxodo campo-cidade.

A migração interna pode ser descrita em três fases, como afirma Ribotta (2010), a saber: 1) a partir dos anos 1940 até os de 1970, quando da industrialização por substituição de importações que triplicou a população do eixo Lima-Callao; 2) 1980, com a diminuição do processo de urbanização, dada a queda do modelo de industrialização e a migração para cidades pequenas; 3) 1990 até os dias atuais, com o incremento das atividades primárias de mineração e agricultura de exportação. Essa última fase, imbricada nos processos de globalização de mercado, caracteriza-se pela expulsão e atração de população. Nesse caso, os indígenas foram os mais atingidos, contribuindo para o isolamento voluntário ou mesmo a assimilação cultural (APARICIO; BODMER, 2009), fazendo com que o panorama social amazônico torne-se bastante complexo.

No caso da distribuição populacional, os indígenas seguem um padrão inverso ao da população total, ao preferirem habitar a região de Sierra a Costa (RIBOTTA, 2010), pois ali se encontram em número maior sendo 4.547.486 ou 70,1%, contra os 1.675.336 ou 25,8% dos que habitam a Costa. Na região de Selva habitam 266.287 ou 4,1%, como observado na tabela 20. Entretanto, para além dos dados estatísticos, sabe-se que a divisão entre os grupos étnicos diferentes, e a sua distribuição espacial, é estabelecida a partir da diferenciação linguística. Como assinalado por Aparicio e Bodmer (2009, p. 22) é a partir do estudo etnolinguístico que se pode “[...] establecer lazos de parentesco entre las diferentes etnias. De tal forma, algunos grupos pueden incluirse dentro de troncos comunes llamados familias”, deste modo, na Amazônia peruana encontram-se classificadas 51 línguas indígenas pertencentes a 14 famílias linguísticas⁹⁷ diferentes (RIBOTTA, 2010), junto a outras línguas não classificadas.

Tabela 20- População indígena e distribuição relativa por região e departamento

REGIÃO / DEPARTAMENTO	POPULAÇÃO INDÍGENA	% SOBRE TOTAL INDÍGENA	% SOBRE TOTAL DEPTO
COSTA	1.675.336	25,8	11,2
Provincia Constitucional de Callao	101.495	1,6	11,7
Ica	72.497	1,1	10,4
La Libertad	9.020	0,1	0,6
Lambayeque	32.757	0,5	3,0
Lima	1.293.432	19,9	15,5

⁹⁷ Arawac (Yanesha, Asháninka, Chamicuro, Culina, Machiguenga, Nomatsiguenga, Yine); Cahuapana (Shawi, Shiwilu); Harakmbut (Harakmbut); Huitoto (Bora, Huitoto, Ocaina); Jíbaro (Achuar, Awajun, Kandozi, Wanpis, Jibaro); Pano (Amahuaca, Capanahua, Cashibo-Cacataibo, Cashinaua, Mayouruna-Matsé, Nahua, Shamarahua, Shipibo-Conibo, Yamirahua); Peba-Yagua (Yagua); Quechua (Quechua del Napo, Quechua del Pastaza y del Tigre, Quechua Lamista, Kiwcha-Runa); Tacana (Esé Ejja); Tucano (Owejón, Secoya); Tupi-Guaraní (Kukama-Kukamiria); Zaparo (Arabela, Iquito); Sem classificação (Tikuna, Urarina).

Moquegua	53.222	0,8	34,0
Piura	6.219	0,1	0,4
Tacna	105.955	1,6	37,3
Tumbes	739	0,0	0,4
SIERRA	4.547.486	70,1	47,2
Ancash	428.959	6,6	40,9
Apurímac	344.607	5,3	86,2
Arequipa	363.483	5,6	32,1
Ayacucho	489.662	7,5	81,1
Cajamarca	11.004	0,2	0,8
Cusco	830.274	12,8	72,4
Huancavelica	359.884	5,5	80,3
Huánuco	321.058	4,9	42,6
Junín	299.546	4,6	24,8
Pasco	52.488	0,8	19,3
Puno	1.046.521	16,1	83,7
SELVA	266.287	4,1	10,7
Amazonas	59.568	0,9	16,0
Loreto	80.328	1,2	9,2
Madre de Dios	36.316	0,6	35,4
San Martín	21.992	0,3	3,1
Ucayali	68.083	1,0	16,1
TOTAL	6.489.109	100,0	24,0

Fonte: Ribotta (2010).

Os programas de colonização apressaram o processo de urbanização por razões econômicas, trazendo mudanças na composição da população amazônica com migrações internas e externas. Internamente, a Amazônia passou a ser integrada por camponeses e indígenas que viam nas cidades oportunidades de ocupação e saída da situação de extrema pobreza. Entretanto, os centros urbanos não conseguem absorver a demanda de pessoas por ocupações, o que reforça as desigualdades sociais e incrementa os índices de pobreza das grandes e medias cidades amazônicas (APARICIO; BODMER, 2010).

Externamente, a migração de estrangeiros para a Amazônia peruana é fruto de articulação política promovida pelo governo central, que induziu o movimento de migrantes alemães e japoneses para a região central e para o sul da Amazônia, respectivamente (HUALLPA, 2009). Esses movimentos migratórios acarretaram impactos negativos com a reprodução da exclusão social e a precarização do trabalho (APARICIO; BODMER, 2010), além disso, causaram danos irreversíveis ao meio ambiente natural. Do ponto de vista ambiental houve aceleração do processo de desflorestamento acumulado em 7.172.553,97 ha, até o ano 2000 (MINAM, 2009).

Os impactos negativos causados ao meio ambiente natural têm estimulado a instituição de AP pelo poder público, desde os anos 1960 que, de acordo com informes oficiais do SERNANP para o ano de 2010, estabeleceu 67 AP no Peru, correspondentes a 18,1 milhões

de ha. Tal percentual significa para o bioma Amazônia 23,4% de espaço sobre algum tipo de proteção, como registrado por Dourojeanni (2014, p. 225):

[...] en la actualidad, el 55.3% de la superficie protegida en la Amazonia peruana es de uso directo nacional (reservas nacionales, reservas comunales, zonas reservadas y bosques de protección) o regional (áreas de conservación regional). Las áreas protegidas de uso indirecto son todas nacionales (parques nacionales, santuarios nacionales y santuarios históricos) y abarcan el 44.7% del área protegida.

Tal classificação procede das atividades que podem ser desenvolvidas, e de acordo com a categoria de manejo, para tanto o SINANPE distribui as AP em dois tipos: Uso Direto – Parques Nacionales (PN), Santuarios Nacionales (SN), Santuarios Históricos (SH); e Uso Indireto – Reservas Nacionales (RN), Reservas Paisajísticas (RP), Refugio de Vida Silvestre (RVS), Reservas Comunales (RC), Bosques de Protección (BP), Cotos de Caza (CZ), além das Zonas Reservadas que são AP ainda não categorizadas.

Apesar disto, a conservação do patrimônio natural ainda é deficiente principalmente porque a maioria das AP instituídas é de uso direto, ou seja, permitem população residente e o uso dos recursos. Tal fato tem sido apontado como um dos principais motivos de deflorestação por ação antrópica, e tem sido base para controvérsias, como afirma Dourojeanni (2014, p. 226) “El tema es muy controversial debido a los variados criterios usado para medirla”. Obviamente que muito desse processo se deve à ação de atividades ilícitas, caso do comércio de madeiras, drogas e outros recursos da fauna e flora amazônica.

Em relação ao cultivo de coca o governo peruano, através da Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem drogas (DEVIDA), conseguiu reduzir os cultivos de coca que somavam 49.800ha em 2013 (BALIEIRO; NASCIMENTO, 2015). Nesse caso, a erradicação dos cultivos ilícitos e a oferta de ocupação e trabalho nas obras públicas, capitaneadas pelo governo central e regional, foram determinantes para essa diminuição. Ainda, os caminhos abertos para a extração ilegal de madeira conduziram a agricultura migratória para áreas de florestas (MINAM, 2009; DOUROJEANNI, 1990) causando erosão dos solos, pela utilização de tecnologia inapropriada.

A extração ilegal de minérios é outra atividade que ameaça, com sérias consequências, a vida da população amazônica, quer seja pelo desflorestamento, quer, pela contaminação das águas e do solo. Além disso, na Amazônia peruana os projetos e programas de desenvolvimento incluem extração dos recursos naturais como petróleo e gás que têm permitido o aumento de obras infraestruturais de portes diversos. Não há dúvida de que a construção de estradas estimula a deflorestação e a desertificação, e abre espaço para a

agricultura migratória e a formação de pastos, como consequência têm-se as queimadas e os incêndios florestais ao longo das rodovias.

Tal fenômeno não é exclusivo da Amazônia peruana, se verifica em toda Pan-Amazônia, assim como a expropriação de território a que são submetidos os indígenas, quer seja pelas atuais concessões florestais, quer seja pelo assédio de empresas madeireiras legais ou ilegais. Sobre esse aspecto, Aparicio e Bodmer (2009, p. 60) afirmam:

Los grupos indígenas han sufrido, y aún siguen sufriendo el impacto de la colonización, de la construcción de carreteras, de los grandes y pequeños extractores de recursos naturales y de los culturizadores que piensan que para ser reconocidos como ciudadanos deben adoptar los modelos de la cultura occidental.

O principal impacto diz respeito ao reconhecimento de direitos sobre o espaço territorial, embora a atual Constitución Política del Perú, promulgada em 29 de dezembro de 1993, reconheça os direitos sobre a terra, ao mesmo tempo anula o regime de proteção sobre as terras coletivas.

As políticas públicas promovidas pelo Estado peruano têm sido favoráveis aos investimentos de porte grande relacionados à extração de recursos naturais, especialmente os da indústria petrolífera. Como enfatizado por Surrallés (2009, p. 34), extremamente rentável economicamente “[...] para las arcas públicas, pero altamente perjudiciales para los pueblos indígenas que las acogen en sus territorios y que deben afrontar solo los costos de los impactos en la población y el medio ambiente”. Nesse sentido, segue o modelo adotado em países distintos, de contratos com empresas multinacionais, que se utilizam de mecanismo legal sobre a propriedade do subsolo, o que de certa maneira, invalida a titularidade das terras indígenas.

5.1 O departamento de Loreto e as implicações da inserção no modelo de mercado mundial/globalizado

A região de Selva é a mais extensa do país, formada por Selva Alta ou Borda de Montanha, e a Planície Amazônica ou Selva Baixa, encontrando-se ocupada por 9,2% da população. Dentre os departamentos da região de Selva, o que ocupa a maior porção do território amazônico é o de Loreto, o qual, por sua vez, está dividido em sete províncias e 51 distritos⁹⁸. Entretanto, com a instituição da Lei n. 30.186, de 05 de maio de 2014, foi criada a

⁹⁸ As províncias são: Maynas, Alto Amazonas, Loreto, Mariscal Ramon Castilla, Requena, Ucayali, Datem del Marañon. Quanto aos distritos da província de Maynas tem-se: Iquitos, Alto Nanay, Fernando Lores, Indiana, Las Amazonas, Mazan, Napo, Punchana, Putumayo, Torres Causana, Belén, San Juan Bautista, Teniente Manuel Clavero (INEI, 2007).

província de Putumayo, com 45.927,89 Km², localizada à margem setentrional do departamento de Loreto, no limite entre o Peru e a Colômbia, com quatro distritos: Putumayo, Rosa Panduro, Yaguas e Teniente Manuel Clavero.

O departamento de Loreto, que se localiza a noroeste do Peru, se estende por uma área de 368.852 Km², com uma população total para o ano de 2007, de acordo com o INEI, de 876.725 habitantes⁹⁹. Em Loreto, a província com maior número de habitantes é a de Maynas com 563.249 e a de menor número é a recém-criada Putumayo com 11.653 (INEI, 2014). A cidade capital do departamento de Loreto e da província de Maynas é Iquitos, que se configura como um dos 13 distritos mencionados, além de ser a maior cidade da Amazônia peruana. As características demográficas das províncias e capitais podem ser observadas no quadro 15.

Quadro 15- Províncias e respectivas capitais do departamento de Loreto

PROVINCIA	POPULAÇÃO	ÁREA (Km ²)	DISTRITOS	CAPITAL
Maynas	563.249	119.859,00	13	Iquitos
Alto Amazonas	104.667	18.764,32	6	Yurimaguas
Datem del Marañon	49.571	46.619,90	6	San Lorenzo
Loreto	62.165	67.434,00	5	Nauta
Mariscal Ramón Castilla	54.829	37.413,00	4	Caballococha
Requena	65.692	49.447,80	11	Ciudad de Requena
Ucayali	61.816	29.293,47	7	Contamana
Putumayo	11.653	45.927,89	4	San Antonio del Estrecho (Putumayo)

Fonte: Atualizada por Paulo M. Pinto (2015) a partir de INEI (2007; 2014; 2015).

No contexto histórico, a constituição político-administrativa do Estado peruano, e, por conseguinte desta região, vem se desenvolvendo desde a dominação da cultura Inca, com o deslocamento de contingentes populacionais para áreas diversas do território. A concepção de conquista realizada pelos Incas buscava, como afirma Aguilar (1994, p. 34), “[...] imponer los valores de la sociedad Inca. La mezcla de valores incaicos con los de los pueblos aborígenes y las condiciones ambientales específicas, dieron lugar a identificaciones territoriales, algunas de las cuales perduran hasta nuestros días”. Dessa feita, os Incas estabeleceram a primeira regionalização, subdividindo o território em reinos ou nações (AGUILAR, 1994) que deram a base da organização social e administrativa, vinculados por laços de parentescos.

Com a chegada dos espanhóis se dá a desestabilização desta organização, pela imposição de estruturas hierárquicas novas, como se depreende do registro de Aguilar (1994, p. 34):

⁹⁹ As estimativas populacionais para o ano de 2015 para o departamento são de 1.039.372, e para a província de Maynas é de 563.249 habitantes (INEI, 2015).

Una vez conquistado el imperio de los Incas se organizó el territorio en gobernaciones primero, y luego establecido el Virreynato del Perú en Audiencias y Corregimientos (1542, 1565). En 1782 se crearon las Intendencias y en 1784 los Partidos Judiciales. Al año de 1784, el espacio ocupado por el Perú actual estaba dividido por 7 Intendencias, subdivididas en Partidos, y éstos en Cabildos.

A divisão territorial das intendências de Arequipa, Cusco, Huamanga, Huancavelica, Lima, Tarma, Trujillo permaneceram até o advento da independência, em 1821, quando foram transformadas em departamentos, porém com a manutenção dos mesmos limites. Tal circunscrição permanece até o ano de 1834, quando se iniciam mudanças com a criação de departamentos novos pela fusão ou desagregação, cuja base ideológica era o controle econômico do território.

Não restam dúvidas sobre a intenção geopolítica do governo republicano em disseminar a ocupação do território, principalmente o amazônico, feito realizado anteriormente, pelas missões religiosas. Primeiramente, com os jesuítas que fundaram povoados ao longo dos rios Ucayali e Marañon, desenvolvendo atividades agrícolas e estabelecendo o comércio como sistema econômico (APARICIO; BODMER, 2009). Posteriormente, ainda em acordo com Aparicio e Bodmer (2009), os jesuítas foram substituídos pelos franciscanos que não alcançaram o mesmo êxito dos primeiros, que chegaram a fundar mais de 80 centros povoados durante os 130 anos de permanência.

No curso desta presença estatal na Amazônia peruana, a organização político-administrativa não foi realizada sem a presença de conflitos com a população indígena, fazendo com que muitos destes grupos preferissem o isolamento voluntário. Inclusive a presença de grupos étnicos diversos pontuam as crônicas das principais expedições de conquista e também das missões religiosas produzindo um acervo de documentos¹⁰⁰ expressivo. Desses grupos, os Omagua eram os mais numerosos e temidos, distribuindo-se por toda a calha do rio Amazonas e afluentes, tornando-se os principais aliados das missões realizadas pelo padre Samuel Fritz (1654-1723).

O padre Samuel Fritz provocou um surto messiânico na Amazônia, fato que possibilitou a sua permanência entre os indígenas, fundando povoados com claros objetivos políticos (REIS, 1989). Tanto que em 1704 foi nomeado Superior de las Misiones de Maynas, estabelecendo-se na zona de Lagunas, hoje distrito de Lagunas, na província de Alto Amazonas, na região de Loreto (APARICIO; BODMER, 2009). Dessa maneira, deu visibilidade política à região de Loreto, que durante o período colonial e do Virreynato del

¹⁰⁰ Entre los siglos XVI, XVII y XVIII, las expediciones de conquista y de las misiones dejaron un gran surtido de mapas, cartas de navegación y descripciones topográficas, además de un cúmulo de crónicas, partes, informes, registros lingüísticos y anotaciones etnográficas (APARICIO; BODMER, 2009, p. 54).

Perú passou a integrar a Comandancia General de Maynas até 1802, quando passa a integrar o Virreynato de Lima.

A partir de então passa por entes governamentais diferentes até 1814 a Gobernación de Maynas pertenceu à intendência de Trujillo logo depois passou a integrar o departamento de Amazonas. Isso porque em 21 de novembro de 1832, o departamento de La Libertad foi transformado em departamento de Amazonas, com sede na cidade de Chachapoyas. Por ocasião da visita de Mariscal Ramón Castilla, a província de Maynas passa a ser Gobernación militar y política independiente de Amazonas em 10 de março de 1853, e logo depois, em 15 de abril, ser denominada província fluvial.

As mudanças continuaram e em 1857 a cidade de Moyobamba passa a ser a capital da província, até que em 1861 é nomeado o departamento marítimo-militar de Loreto. Com o advento do Decreto Supremo (s.n.), de 07 de fevereiro de 1866, é criada a província de Alto Amazonas e, em 11 de setembro de 1866, é instituído o departamento de Loreto com capital na cidade de Moyobamba. Apesar de tais mudanças, a região é tida como vazio demográfico pelo governo central, que empreende estratégias de povoamento através da imigração estrangeira, a partir da sanção de dispositivos legais entre os anos de 1883 e 1898.

Ressalte-se que o processo migratório para a Amazônia peruana esteve sempre presente nas estratégias do poder central desde o período colonial, embora nesse período não existam registros fidedignos. Sobre esse aspecto Huallpa (2009, p. 98) afirma que:

No existe información demográfica exacta para la Amazonía peruana al término de la colonia, sin embargo, las estimaciones para la provincia de Maynas (que en esa época abarcaba gran parte de la Amazonía peruana), indican que la población censada en 1814 oscilaba alrededor de 25 mil habitantes. Estas estimaciones excluyen, sin embargo, una buena proporción de la población indígena que por su dispersión no ha sido registrada.

Sabe-se também que muitos povoados, que se tornaram núcleos de cidades amazônicas importantes, tem origem no período colonial, em consequência das incursões militares e religiosas, como registrado por Rodriguez (1994) citado por Huallpa (2009, p. 97), “Moyobamba fundada em 1539; Chachapoyas em 1566; Borja em 1634; Jeberos em 1640; Yurimaguas em 1709, entre otros”. Entretanto, essas tentativas de adensamento populacional não surtiram os efeitos desejados, restringindo-se a algumas áreas e cidades já constituídas.

Assim, muitos destes imigrantes nacionais e estrangeiros, além da população nativa, vão sofrer em condições de extrema pobreza, isolamento e abandono do poder central, à mercê dos ciclos econômicos, como o da exploração da borracha. Nesse contexto, a partir de 1880, a Amazônia converte-se em epicentro econômico, atraindo a atenção das políticas do

governo central e de investidores nacionais e estrangeiros. Embora, saiba-se que a resina elástica já era conhecida e utilizada pelos indígenas, e que viajantes naturalistas haviam registrado esse uso em períodos anteriores, como afirma Neyra (1992), quando informa que já havia a exportação do produto para o Brasil em 1853.

Muitos autores têm analisado, por ângulos diferentes, o período de exploração gomífera e as alterações biossocioculturais ocorridas no espaço amazônico. Tais reflexões seguem muitas pistas, quer seja denunciando as atrocidades a que foram submetidos os indígenas, cujo expoente é o diário de Roger Casement ([1910] 2014), quer seja investigando as tramas implicadas na vida de Julio Cesar Arana, realizada por Vílchez Vela (2014). As pistas seguidas por Vela (2014) explicitam a intrincada rede estabelecida entre centro e periferia, presentes no emaranhado negócio da borracha, replicando no mundo amazônico os estereótipos de ganância presentes na economia de mercado.

Esse fato não justifica as atrocidades, mas revela a gênese dos conflitos que foram disseminados e as catástrofes anteriores e subsequentes à derrocada da produção em 1911. Assim, o departamento de Loreto foi palco de conflitos que reverberaram na região, como o de 1896, quando do levantamento federalista em Iquitos, protagonizado por Mariano José Madueños, derrotado pelas tropas enviadas de Lima. Essas questões tem reflexo na divisão político-administrativa da região, e em 1916, é criado o departamento de San Martín, a partir da subtração de áreas de províncias de Loreto. Em 1921 tem-se a Revolução de Cervantes, comandada pelo capitão Guillermo Cervantes, que toma a prefeitura de Iquitos, o qual também é derrotado pelas tropas vindas de Lima.

Em 1934, a guerra com a Colômbia pela tomada da cidade de Leticia gerou um descontentamento entre a população de Loreto, enfatize-se que no período de 1930-1940 as políticas estatais estavam voltadas para a melhoria do transporte fluvial (BEDOYA, 1987), com objetivo de impulsionar a migração de camponeses andinos. Nesse período, o Estado peruano assume os serviços básicos de saúde e educação, e iniciam-se as colonizações espontâneas para a selva alta, o que afeta a divisão político-administrativa. Tanto que em 1943, o departamento de Loreto encontra-se dividido nas províncias de Maynas, Loreto, Alto Amazonas, Requena, Ucayali e Coronel Portillo.

Entre 1964-1970, o Estado promove assentamentos, tendo em vista a Lei n. 15.037, de 20 de maio de 1964, de Reforma Agrária, que atingiu latifúndios imensos e fomentou a criação das cooperativas agropecuárias (BEDOYA, 1987). Em 1980, a província de Coronel Portillo é desmembrada para fazer parte do território do então criado departamento de Ucayali. Ressalte-se que nos anos 1980, o Estado inicia, também, programas pilotos para

erradicação do cultivo de coca, e projetos para a transferência de agriculturas para cultivos legais.

Entretanto, os programas e projetos não tiveram o êxito esperado, uma vez que parcela dos agricultores transferiu-se para outras regiões a fim de continuar com o cultivo de coca (BEDOYA, 1987). Prosseguem, assim, as mudanças na divisão político-administrativa, com o advento da Lei n. 24.794, de 03 de março de 1988, que cria a região de Amazonas, sob a base dos territórios que constituíam o departamento de Loreto. Tais mudanças vem no âmbito da Lei n. 23.878, de 05 de junho de 1984, que institui o Plan Nacional de Regionalización e da Lei n. 24.650, de 19 de março de 1987, nomeada Ley de Bases de la Regionalización.

Com o propósito de dinamizar a descentralização econômica, política e administrativa, consagrada pela Constitución Política de 1979, que no artigo 259º especifica: “Las regiones se constituyen sobre la base de áreas contiguas integradas histórica, económica, administrativa y culturalmente. Conforman unidades geo-económicas”. Dessa maneira, pela Lei n. 25.325, de 04 de junho de 1991, se modifica o artigo 1º da Lei n. 24.794, criando em definitivo a região de Loreto ato consolidado, posteriormente, pela promulgação da Constitución Política de 1993, e pela Lei n. 26.922, de 30 de janeiro de 1998, designada de Ley Marco de Descentralización. Registre-se que a Constitución de 1993 permanece com o conceito anterior de região¹⁰¹, porém define a estrutura constitutiva dos governos regionais.

Quanto à estrutura constitutiva dos governos regionais está contida na Lei n. 27.867, de 08 de novembro de 2002, chamada Ley Orgánica de Gobiernos Regionales que também funda o Gobierno Regional de Loreto (GOREL). O território do departamento de Loreto pertence à planície amazônica, com os seguintes limites geográficos: “[...] al noroeste com Ecuador, al noreste con Colombia y al sureste con el estado de Amazonas de Brasil, al sur con el departamento de Ucayali y al este con los departamentos de Amazonas y San Martín” (DOUROJEANNI, 2013, p. 35). O IDH de Loreto situa-se em nível baixo, 0,3977, de acordo com o PNUD (2013), e para a província de Maynas foi registrado IDH de 0,4611 (2013). Economicamente, o departamento baseia-se na extração de petróleo, gás, minerais e serviços derivados com participação de 26,0% no Valor Agregado Bruto (VAB) para o ano de 2013, em consonância com indicadores do Banco Central de Reservas del Perú (BCRP).

Dos quatro mais representativos setores econômicos de Loreto, segundo estudos do BCRP (2013), destacam-se serviços diversos com 20,0%, o comércio com 16,4% e a

¹⁰¹ O artigo 189º prediz que: “El territorio de la Republica está integrado por regiones, departamentos, provincias y distritos, en cuyas circunscripciones se constituye y organiza el gobierno a nivel nacional, regional y local [...]”. Artigo 190º “Las regiones se crean sobre la base de áreas contiguas integradas histórica, cultural, administrativa y económicamente, conformando unidades geoeconómicas sostenibles”.

agricultura, bovinocultura, caça e silvicultura com 8,3%. A indústria de petróleo tem acarretado investimentos de porte grande em infraestrutura na Amazônia peruana, como oleodutos e gasodutos. Embora, informes contabilizem a desaceleração na atividade petrolífera no Peru (AMERICA ECONOMIA, 2015), por outro lado, tem havido crescimento na produção de gás natural.

A exploração de petróleo na Amazônia peruana tem início nos anos de 1920, porém, apenas nos anos de 1970 se incrementou a exploração nesta parte do país, com a descoberta realizada na bacia do rio Corrientes, no distrito de Trompeteros, em 1971 (CHIRIF, 2010). Nesses 42 anos¹⁰² de exploração petrolífera na região de Loreto, os impactos biossocioculturais são inquestionáveis, quer seja pelo acelerado crescimento demográfico nas cidades, como, por exemplo, em Iquitos e Pucallpa; quer seja pela usurpação aos territórios indígenas, pela violação dos direitos estabelecidos através do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Convênio da OIT estabelece a exigência de consulta às comunidades indígenas para adiantar qualquer projeto de desenvolvimento, ou de decisão administrativa ou legal que possa ter incidência nessas comunidades.

A extração de minérios, principalmente de ouro, tem diminuído ao longo do tempo levando-se em consideração o número de concessões outorgadas pelo poder público. Entretanto, a extração de minério ilegal vem crescendo em Loreto, como afirma Dourojeanni (2013, p. 102) “[...] la minería informal es la que más ha crecido, tanto en el lecho de los ríos, mediante dragas e implementos similares, como en las ribeiras”. Outra ação ilegal é a extração de ouro de aluvião, ressaltada por Dourojeanni (2013), uma vez que as concessões são solicitadas como extração de areia, a qual é concedida pelos municípios, burlando-se assim a fiscalização, e promovendo impactos ambientais negativos pelo uso de substância contaminante como o mercúrio.

Outro problema de impacto negativo é a extração ilegal de madeira que na região de Loreto chega a 70%, porém segundo a Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP) a produção ilegal chega a 90%. Tal fato é enfatizado por Dourojeanni (2013, p. 97), nos seguintes termos:

[...] la ilegalidad no solamente es determinada por la extracción de madera en lugares diferentes al autorizado, como cuando se usan las concesiones y permisos para “blanquear” madera extraída de reservas territoriales, bosques de protección o hasta de áreas naturales protegidas. En otros casos se trata de madera simplemente robada o de hacer pasar especies valiosas como si fueran comunes o con tamaños

¹⁰² De acordo com informe do Observatório Petrolero de la Amazonía Norte da Organização Pueblos Indígenas Amazónicos Unidos en Defensa de sus Territorios (PUINAMUDT), refere-se ao ano de 2013 que marca o início das extrações nas áreas correspondentes aos Lotes 8 e 1AB, localizados nos rios Pastaza, Corrientes, Tigre e Marañon.

inferiores a lo permitido. El mero hecho de no aplicar planes de manejo, aunque eventualmente existan, la hace intrínsecamente ilegal.

Nesse caso, o impacto negativo mais contundente é o processo de desflorestamento, que de acordo com o Mapa de Deforestación de la Amazonía Peruana 2000 do MINAM (2009), a superfície desflorestada no departamento de Loreto é de 13,18%, correspondente a 945.590,61 ha.

Não restam dúvidas de que as atividades ilegais têm trazido consequências nefastas para as populações nativas, como é o caso dos indígenas em isolamento voluntário¹⁰³. Esses indígenas têm sido vítimas das pressões exercidas pela inserção da região no modelo de economia de mercado globalizado, como registrado por Dourojeanni (2013, p. 72):

La existencia de estos indígenas ha sido evidenciada en las últimas dos décadas por la expansión del área de extracción forestal, particularmente de tala ilegal, hacia zonas que habían sido dejadas de lado desde la época del auge de las gomas, especialmente en la frontera con Brasil. Asimismo, la expansión de las actividades de exploración de hidrocarburos en áreas remotas ha revelado la existencia de esta población y el riesgo en que se hallan. La superposición de lotes petroleros sobre varias áreas donde está comprobada la existencia de pueblos en aislamiento voluntario ha agravado la situación.

Como se pode deprender, a luta por direitos fundamentais individuais ou coletivos, e também por aqueles que assegurem a territorialidade desses indígenas é tarefa de execução difícilíssima.

De modo diverso dos indígenas em contato permanente com a sociedade envolvente, os quais têm seus direitos reconhecidos formalmente desde a promulgação da Constituição de 1920 (SORIA, 2002), os isolados tiveram algum reconhecimento estatal a partir dos anos 1990, com a criação das Reservas Territoriales (RT). Em acordo com os registros da AIDSESEP, para o ano de 2006, existem cinco RT criadas, como observadas no quadro 16, e cinco propostas para a Amazônia peruana. Essas informações foram geradas através de estudos realizados pelo Instituto del Bien Común (IBC), que vem atuando para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas através de programas de segurança jurídica.

Quadro 16- Reservas Territoriais para povos indígenas em isolamento na Amazônia

NOME	REGIÃO	ANO / CRIAÇÃO	EXTENSÃO (HA)
RT Murunahua	Ucayali	1997	48,156
RT Isconahua	Ucayali	1998	275,665

¹⁰³ De acordó con informe de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), “Los pueblos indígenas en situación de aislamiento voluntario son pueblos o segmentos de pueblos indígenas que no mantienen contactos sostenidos con la población mayoritaria no indígena, y que suelen rehuir todo tipo de contacto con personas ajenas a su pueblo. También pueden ser pueblos o segmentos de pueblos previamente contactados y que, tras un contacto intermitente con las sociedades no indígenas han vuelto a una situación de aislamiento, y rompen las relaciones de contacto que pudieran tener con dichas sociedades” (CIDH, 2015, p. 4).

RT Mashco-Piro	Ucayali	1997	768,848
RT Madre de Dios (Amahuaca, Mashco-Piro y Nahua)	Madre de Dios	2002	829,941
RT Kugapakori, Nahua, Nanti	Cusco e Ucayali	1990	443,887
		2002	457,435
		2006	456,672
TOTAL			2.812,686

Fonte: Benavides e Soria ([2011] 2013).

O Estado peruano tem reconhecido, oficialmente, através do informe da Oficina Nacional de Diálogo y Sostenibilidad (ONDS), da Presidencia del Consejo de Ministros (PCM) de la República del Perú, para o ano de 2013, que o crescimento econômico tem gerado uma serie de tensões e conflitos sociais. Entretanto, e para além do discurso oficial, os direitos dos povos indígenas têm sido assegurados pela integração e aglutinação em organizações interétnicas de povos indígenas desde 1969 (SORIA, 2002). Tais direitos vêm sucessivamente sendo ignorados tanto pelo Estado, como por empresas, apesar dos avanços na legislação quanto à garantia aos direitos fundamentais registrados por Soria (2006), Surrallés (2009), Chirif (2012), entre outros, além do Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica (CAAAP, 2009).

São de ordens diversas os problemas enfrentados pelos indígenas amazônicos, dentre os quais se destacam os de propriedade e uso dos recursos naturais, isto porque há sobreposição, por exemplo, de lotes de petroleiras e mineradoras com territórios indígenas (BENAVIDES, 2010). Nesse caso, a Amazônia peruana está dividida, como afirma Benavides (2010), nas seguintes proporções: 30,4% em áreas de colonos, ribeirinhos, empresas e outros; 27,1% em territórios indígenas; 22,5% em Bosques de Producción Permanente (BPP); 19,8% em AP. Em se tratando da superposição dos lotes de hidrocarbonetos chegam a 72% do território da Amazônia peruana e os de extração mineral 3% (BENAVIDES, 2010), ou seja, 80% dos territórios indígenas estão superpostos aos lotes.

Registre-se que tanto os lotes de hidrocarbonetos, como as áreas de mineração são concessões dadas pelo Estado a empresas particulares para exploração econômica. A mesma lógica é válida para os BPP, que são concessões para exploração florestal advindas com a Lei n. 27.308, de 15 de julho de 2000, designada Ley Forestal y de Fauna Silvestre¹⁰⁴. Em que pese o volume de legislação sobre o tema, principalmente favorecendo ao Tratado de Livre

¹⁰⁴ Em conformidade com o artigo 10, que trata das modalidades de aproveitamento; inciso 1, sobre concessões florestais de madeiráveis; alínea a: “concesiones en subasta pública, en unidades de aprovechamiento de 10.000 a 40.000 hectáreas, por el plazo de 40 años renovables de acuerdo a las condiciones que establece el reglamento”.

Comércio com os Estados Unidos (BENAVIDES, 2010), a fragilidade das normas são conduzidas para debilitar ainda mais os territórios indígenas.

Ainda no âmbito do aspecto jurídico é sancionada a Lei n. 29.763, de 21 de julho de 2011, conhecida como a nova Ley Forestal y de Fauna Silvestre (LFFS), que no artigo 27 propõe as categorias de zoneamento florestal. Dentre as quatro categorias de zonas – Producción Permanente, Protección y Conservación Ecológica, Recuperación, Tratamiento Especial – esta última trata da criação de reservas de terras para povos indígenas em situação de isolamento ou contato inicial. Nesse caso, baseada na Lei n. 28.736, de 16 de maio de 2006, cujo regulamento¹⁰⁵ foi rechaçado pelas organizações indígenas, por não assegurar a intangibilidade das RT frente às concessões para exploração dos recursos naturais.

Informe-se que a Lei n. 29.763 de 2011 ainda não foi regulamentada e, de acordo com notícias oficiais, passa por um processo participativo em sua elaboração, assim as autoridades constituídas expressam que as concessões não devem gerar conflitos (ELCOMERCIO, [2014] 2015). Nesse caso, a mesma nota explicita que os departamentos de Loreto e Ucayali devem lançar novos processos para outorgar concessões florestais, e que até o ano de 2002 foram concedidas 556 concessões florestais madeiráveis. Diga-se ainda que além das modalidades de concessões florestais, expressas no artigo 51, da Lei n. 29.763, existem concessões que podem ser outorgadas para exploração de atividades ecoturísticas, contidas no artigo 58.

Outro fator de impacto negativo é a sobreposição entre as AP e os territórios indígenas que também se encontram sob ameaça de perda da cobertura florestal, embora Oliveira et al. (2007), citado por Benavides (2009), explique que apenas cerca de 2% das AP encontram-se já desflorestadas contra 9% dos territórios indígenas. Como se observa no quadro 17, no ano de 2012 foram criadas três AP no departamento de Loreto, sendo que a mais antiga é a Reserva Nacional (RN) Pacaya Samiria. Entretanto, são de ordens distintas às dificuldades de conservação dos recursos naturais, aspecto discutido por Dourojeanni (2013, p. 158):

En Loreto hay 4 reservas nacionales que abarcan 3.2 millones de hectáreas, es decir una superficie significativa. La más antigua y mayor inclusive a nivel nacional es Pacaya Samiria (2.1 millones de hectáreas) que comenzó en los años 1940 como reserva pesquera. En todas ellas se permite el aprovechamiento de recursos naturales mediante la aplicación de planes de manejo consultados con la población. [...], aún falta mucho para que el manejo de las áreas naturales protegidas sea óptimo, principalmente debido a la dificultad inherente que presenta la convivencia de objetivos de conservación con los de explotación de recursos naturales, además de la falta de recursos económicos y humanos para una gestión eficiente.

¹⁰⁵ Decreto Supremo n. 008, de 05 de outubro de 2007, do Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social (MINDES).

Isso, levando-se em consideração que a RN Pacaya Samiria havia perdido 54.717 ha, no ano de 1995, da cobertura florestal original (DOUROJEANNI, 2013) e que 42.000 pessoas ali residem, 50.000 em sua zona de amortecimento.

Quadro 17- AP sob jurisdição do Estado no departamento de Loreto

CATEGORIA	NOME	CRIAÇÃO / MODIFICAÇÃO		SUPERFICIE (ha)	LOCALIZAÇÃO
		BASE LEGAL	DATA		
Parque Nacional	Cordillera Azul	D.S. n. 031-2001-AG	21/05/2001	1.353.190,85	San Martín, Loreto, Ucayali, Huánuco
Parque Nacional	Güeppí-Sekime	D.S. n. 006-2012-MINAM	25/10/2012	203.628,51	Loreto
Reserva Nacional	Pacaya-Samiria	D.S. n. 06-72-PE D.S. n. 016-82-AG D.S. n. 007-2007-AG	25/02/1972 04/02/1982 25/01/2007	2.080.000,00	Loreto
Reserva Nacional	Allpahuayo Mishana	D.S. n. 002-2004-AG	15/01/2004	58.069,90	Loreto
Reserva Nacional	Matsés	D.S. n. 014-2009-MINAM	26/08/2009	420.635,34	Loreto
Reserva Nacional	Pucacuro	D.S. n. 015-2005-MINAM	23/10/2010	637.953,83	Loreto
Reserva Comunal	Airo Pai	D.S. n. 006-2012-MINAM	25/10/2012	247.887,59	Loreto
Reserva Comunal	Huimeki	D.S. n. 006-2012-MINAM	25/10/2012	141.234,46	Loreto
Zona Reservada	Gueppí	D.S. n. 003-97-AG	03/04/1997	625.971,00	Loreto
Zona Reservada	Santiago Comaina	D.S. n. 005-99-AG D. S. n. 029-2000-AG D.S. n. 023-2007-AG	21/01/1999 06/07/2000 09/08/2007	398.449,44	Amazonas, Loreto
Zona Reservada	Sierra del Divisor	R.M. n. 283-2006-AG	05/04/2006	1.478.311,39	Loreto, Ucayali
Zona Reservada	Yaguas	R.M. n. 161-2011-MINAM	25/07/2011	868.927,57	Loreto

Fonte: GOREL ([2012] 2015).

Desde que foi criado o SINANPE nos anos de 1990 e, posterior ao estabelecimento da Lei de Áreas Naturais Protegidas em 1997, foram instituídas AP em categorias diversas na Amazônia peruana (MINAM, [2009] 2015). As zonas reservadas são categorias provisórias

que podem ou não tornarem-se AP e devido ao seu caráter incerto, de acordo com Dourojeanni (2013), não deveria configurar-se no sistema de AP. A Lei das AP estabelece as bases para a criação das Áreas de Conservação Regional (ACR) e Privadas (ACP), como demonstra o quadro 19 sobre as constituídas em Loreto, nesse caso trata-se de categoria aproximada às RN, porém demandadas pela municipalidade.

Quadro 18- Áreas de Conservação Regional e Privada em Loreto

NOME	BASE LEGAL	DATA	SUPERFÍCIE (ha)
ACR Tamshiyacu Tahuayo	D.S. n. 010-2009-MINAM	15/05/2009	420.080,25
ACR Ampiyacu Apayacu	D.S. n. 024-2010-MINAM	23/12/2010	434.129,54
ACR Alto Nanay, Pintuyacu, Chambira	D.S. n. 005-2011-MINAM	18/03/2011	954.635,48
ACP Selva Botanica	R.M. n. 264-2010-MINAM	29/12/2010	170,46
ACP Herman Dantas	R.M. n. 266-2010-MINAM	29/12/2010	49,07
ACP Amazon Natural Park	R.M. n. 155-2011-MINAM	19/07/2011	62,66

Fonte: GOREL ([2012] 2015).

Em Loreto estão em estudo propostas de ACR novas que integrarão o corredor ecológico Napo-Putumayo, as quais podem ser observadas no quadro 19, entretanto existem problemas de ordens diversas que inibem a gestão adequada destas AP. Dourojeanni (2013, p. 161) chama a atenção para o fato da oposição do SERNANP em criar Parques Nacionais (PN) e ACR novas tendo em vista a “[...] falta de capacidad financeira para su manejo efectivo”. No caso específico das ACR estão em situação um pouco melhor, devido aos investimentos internacionais, no entanto, de maneira geral, há falta de recursos para operacionalização, contratação de funcionários e equipamentos, isso apesar do registro crescente do fluxo de visitantes nas AP.

Quadro 19- ACR propostas para Loreto

NOME	BASE LEGAL	DATA	SUPERFÍCIE (ha)
Maijuna	O.R. n. 001-2012-MINAM	04/02/2012	391.039,82
Aguas Calientes	-	-	104.552,75
Cerro Escalera	-	-	125.169,60

Fonte: GOREL ([2012] 2015).

Como vem ocorrendo em partes distintas do mundo, as experiências de turismo em AP tem tido um aumento bastante significativo, desde os anos 1980, principalmente impulsionado pelo segmento de mercado ecoturístico. Na região amazônica não é diferente, embora registros de Dourojeanni (2013) informem que o ecoturismo na região começou a partir dos anos de 1950, com a empresa Wong Amazon Tour, que encerrou suas atividades nos anos 1970. Entretanto, registros do MINAM (2009) demonstram que o ecoturismo dinamizou-se a

partir dos anos 1990, principalmente nos destinos da região de selva e nas AP como a RN Pacaya Samiria.

Contextos históricos à parte sabe-se que a Amazônia desperta curiosidade pela diversidade de sua fauna e flora, o que tem estado presente no imaginário, desde os primeiros relatos publicizados por viajantes naturalistas e colonizadores. Na Amazônia peruana, a Dirección Regional de Comercio Exterior, Turismo y Artesanía (DIRCETURA), informa que o fluxo de visitantes na região de Loreto vem aumentando desde o ano de 2005, apoiado pelo crescimento do fluxo interno. Também ressalta que políticas públicas contidas no Plan Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR) 2008-2018, no Plan Estratégico Regional de Turismo (PERTUR) 2007-2015, além do Plan de Acción del Ente Gestor possibilitaram desenvolver vantagens comparativas do destino turístico.

O GOREL através da DIRCETURA e apoiados em programas do MINCETUR estão desenvolvendo produtos especializados com base na biodiversidade da Amazônia, principalmente no eixo turístico rio Amazonas-Peru. Tais roteiros partem do princípio de que a infraestrutura de hospedagem está concentrada na cidade de Iquitos e, portanto é daí que seguem as rotas e os corredores de turismo. Tais rotas são as seguintes, de acordo com GOREL (2007): Iquitos-Nauta-Pacaya Samiria-Río Amazonas, ruta de visitantes procedentes de Lima; Río Amazonas-Iquitos-Nauta, ruta de cruceros amazónicos provenientes de Brasil; y Yurimaguas-Marañon-Amazonas-Iquitos, aún no muy recorrida y que forma parte del Eje Multimodal del Amazonas.

A importância do transporte fluvial é significativa, uma vez que na região de Loreto poucas são as vias terrestres, prevalecendo o transporte fluvial de cargas e passageiros em rotas tradicionais, entre as cidades de Iquitos-Pucallpa-Iquitos-Yurimaguas. Além disso, de acordo com o Ministerio de Transporte y Comunicaciones (MTC), o porto de Iquitos é o mais importante da região, por permitir atracação de navios de porte e calado grandes, com equipamentos para embarque, desembarque e armazenamento de cargas. Entretanto, a região ainda é a mais isolada do país, do ponto de vista do sistema viário, energético e de comunicação, segundo informe do Plan Estratégico Multisectorial Regional Loreto 2008-2012 a conexão via internet está circunscrita a algumas capitais distritais.

Neste contexto, a comunicação por via aérea é a mais utilizada através do Aeroporto Internacional de Iquitos e pelos pequenos aeroportos das cidades de Yurimaguas, Caballococha, El Estrecho e Güeppi. Não há dúvidas de que o transporte aéreo é o mais utilizado no transporte de visitantes, entretanto existem barcos hotéis que realizam roteiros fluviais nas AP regionais, principalmente na RN Pacaya Samiria. Esses roteiros não estão

centrados apenas na observação de espécies da fauna e flora, mas também na diversidade e complexidade cultural, evidenciada pela presença de 13 famílias linguísticas distribuídas entre 51 grupos étnicos¹⁰⁶.

O departamento de Loreto é onde se encontra o maior número de indígenas com 105.900, ou 31,8% dos habitantes (INEI, 2007), diga-se que na formação das comunidades nem sempre estão agrupadas pessoas de uma única etnia. A presença de famílias linguísticas diversas e de assentamentos poliétnicos proporciona a complexidade cultural que compõe a atratividade da região. Todavia, Dourojeanni (2013, p. 73) chama a atenção para o fato de que “[...] ya hay 3 lenguas indígenas extinguidas en el Perú, 12 en peligro crítico, 10 en grave peligro, 16 en peligro de extinción y 10 en condición vulnerable”, demonstrando, assim, que muito ainda está por realizar-se para salvaguardar esse patrimônio multicultural.

5.2 Processo histórico, biossocioeconômico, cultural e turístico em Iquitos

Desde as primeiras expedições, organizadas por Gonzalo Pizarro e, posteriormente, por Francisco Orellana, entre os anos de 1539 e 1542 (NEYRA, 1992), foram despertadas as ansiedades das missões religiosas, principalmente de jesuítas e franciscanos, com objetivo de cristianizar os grupos indígenas (ROMÁN, 1994). Sobre esse fato histórico Román (1994, p. 49) informa o seguinte:

Los jesuitas teniendo como centro de operaciones la ciudad de Quito, se lanzaron a la arriesgada misión de cristianizar las tribus de las cuencas de los ríos Napo, Marañón y Amazonas; mientras que los franciscanos, partiendo de Lima, penetran en los ríos Huallaga y Ucayali.

Nesse caso, abrem-se duas frentes de evangelização católica em meados do século XVII (1634), cuja eficácia serviu para reforçar o poder político e ideológico, além de defender e ocupar as fronteiras dos impérios espanhol e português.

As missões religiosas cumpriram importante função, ao desbravar e fundar povoados que se estenderam até o rio Negro, freando o avanço português sobre o território (SOTELO, 2014). Entretanto, em 1710 houve um avanço enorme dos portugueses que desmontou vários desses povoados, e, em 1729, os jesuítas iniciam a evangelização dos indígenas que habitavam as bacias dos rios Itaya e Nanay. A cerca desse fato, Sotelo (2014, p. 22) diz o seguinte:

¹⁰⁶ O Resumo Executivo do II Censo de Comunidades Indígenas de la Amazonía Peruana (INEI, 2009) informa que existem 13 famílias linguísticas agrupadas em 60 etnias. Porém, em nove desses grupos não foi possível padronizá-los como comunidade e também pela situação de isolamento que tornou difícil o acesso aos grupos.

[...] fundando cuatro pueblos, tres de ellos en el primero de estos ríos y el cuarto, San Pablo Apóstol de Napeanos, en el Nanay. Establecida en 1737, esta última localidad fue trasladada veinte años más tarde por el padre Mauricio Coligari a la zona donde actualmente se ubica Iquitos, con el nombre de San Pablo Apóstol de Nuevos Napeanos”.

A partir dos primeiros contatos com os europeus, os indígenas foram submetidos às vicissitudes de ordens diversas, e acometidos por doenças, tendo que frequentemente transpor áreas para estabelecer povoados, seguindo o modelo ditado pelas ordens religiosas.

Tal modelo provocou um duplo movimento de retirada dos índios do território tradicional e sua concentração em povoados, influenciando na cosmovisão dos indígenas. Sobre esse contexto Román (1994, p. 56) afirma que:

Esta doble tendencia que ha tenido sin duda, incidencia profunda en la psicología del hombre de la selva, se vio frenada frecuentemente por las enfermedades y epidemias, así como, por la invasión portuguesa y otros imponderables.

Principalmente as doenças eram motivos para que se trasladassem famílias de grupos indígenas diferentes para os povoados já estabelecidos. Assim, em 1761, foram trazidas famílias de etnia Iquito¹⁰⁷ para o povoado de Nuevo Napeano¹⁰⁸. Dessa maneira, “[...] para finales del siglo XVIII la localidad era conocida como Santa Barbara de Iquitos [...]” (SOTELO, 2014, p. 23), no entanto o grupo dos Iquito talvez não fossem a maioria (ROMÁN, 1994) prevalecendo o grupo dos Yameos (Napeano).

Neste caso, existem controvérsias históricas sobre o povoamento de Iquitos¹⁰⁹ que acontece em 1757 sob o nome de San Pablo del Nuevo Napeano, uma vez que o padre Maurício Coligari trouxe do Alto Nanay indígenas Napeano e Iquito para este lugar (VILLAREJO, 2011). Porém, ao longo do tempo, a predominância dos Índios Iquito, provocou a mudança do nome por volta do final do século XVIII. Em 1808, o povoado já conta com uma estrutura de governo, e, em 1828, é criada a municipalidad de Iquitos através da nova Constituição do Peru. Em 1863, chegam à cidade os navios da Marinha Nacional momento em que a cidade inicia um processo de reconfiguração urbana e demográfica.

¹⁰⁷ De acordo com registros de Román (1994) esses indígenas foram retirados do povoado de Santa Barbara, constituída de índios Iquito do curaca Riame e Cacumeños, e se localizava as margens do rio Nanay, mais acima de San Pablo de Napeano.

¹⁰⁸ A localização de San Pablo del Nuevo Napeano é descrita por Román (1994, p. 96) como: “[...] parece que estaba ubicado en el emplazamiento de la actual ciudad de Iquitos. Es de notar que el Itaya era afluente del río Nanay pero [...] el Amazonas rompió por el Haya aunque logo regresó a su cauce primitivo por un periodo considerable”.

¹⁰⁹ “No obstante, hay mucha confusión para determinar exactamente cuándo y quiénes se establecieron en la altiplanicie rodeada por los ríos Nanay, Amazonas, Itaya y lago Moronacocha, en donde se ubica actualmente la ciudad de Iquitos” (APACICIO; BODMER, 2009, p. 299).

A cidade é declarada capital da Provincia del Bajo Amazonas por Decreto Governamental, datado de 7 de fevereiro de 1866. Em 9 de novembro de 1897 passa a ser a capital do departamento de Loreto. Como já citado, desde a chegada da Marinha Naval¹¹⁰ a cidade foi se modificando e aos poucos se converteu em principal porto fluvial do Amazonas, como bem aponta Coral (2011, p. 118):

[...] la instalación de un Apostadero Naval y de una Factoría, y la llegada de los buques a vapor mandados construir por el presidente Ramón Castilla, convirtieron a Iquitos en el principal puerto fluvial de la Amazonia peruana. Poco a poco, en la orilla del río y como complemento natural de la actividad fluvial, aparecieron los primeros edificios, almacenes, tiendas y embarcaderos. Se formó así una calle ribereña que después recibió el nombre de malecón Tarapacá [...].

Tais embelezamentos iniciam em 1902, com a abertura da primeira rua da cidade e com a construção das calçadas, e arborização com árvores frutíferas, embora se registre que a cidade nesse tempo não tivesse sistema de água potável.

Em conformidade com os registros de Coral (2011), tentativas múltiplas foram realizadas para a construção e reconstrução do cais de arrimo, uma vez que foram investidos recursos financeiros e econômicos, vindos do governo central e também do exterior. Essas dificuldades foram provocadas pelas enchentes do rio Amazonas e o processo de erosão, verificado ao longo do tempo. Sendo o seu último trecho inaugurado em 20 de maio de 1994. Os relatos indicam que esta era a obra mais significativa para a cidade e a sua trajetória demonstra os períodos da história local.

Ao longo destas transformações urbanísticas são visíveis as implicações socioculturais, haja vista que se trata de populações cuja ancestralidade remonta a 12.000 a.C., segundo informações arqueológicas. Entretanto, os processos de colonização tiveram um impacto grande sobre os povos, pois como afirmam Aparicio e Bodmer (2009, p. 299) sobre a etnia dos Iquito:

La etnia de los *iquito*, como otras etnias de la Amazonía peruana, fue objeto de terribles agresiones al ser obligados a incorporarse a las reducciones misionales jesuitas durante los años de 1638 a 1769. Los *iquito* ofrecieron dura resistencia que los afectó física y espiritualmente. Víctimas de las plagas o pestes (gripe, viruela, cólera), este pueblo se vio diezmado lentamente, perdiendo con ello su organización e iniciando su proceso de aculturación. En 1737 se llevó a cabo el primer intento de pacificación de los *iquito*, pero solo en 1740 los misioneros de la Compañía de Jesús lograron organizar dos reducciones con ellos. Finalmente, los jesuitas fundaron ocho reducciones con los *iquito* durante los años 1740 y 1767. Sin embargo, sus habitantes huían en cuanto el misionero se ausentaba. Por otro lado, estos pueblos misionales o reducciones cambiaban continuamente de ubicación y con ellos se mezclaban diversas etnias.

¹¹⁰ Rumrill (2014, p. 70) registra: “Por eso en 5 de enero de cada año no se celebra la fundación de la ciudad de Iquitos sino del puerto de Iquitos, la Ley 14702 [...] 14 de noviembre de 1963 es explícita: “Declárese el 5 de enero de 1864, fecha oficial de la fundación del Puerto Fluvial de Iquitos sobre el río Amazonas”.

Esse fato histórico demonstra o quanto foi violenta a investida dos conquistadores e o quanto os povos indígenas sofreram física e espiritualmente. A realidade não mudou muito, apesar do reconhecimento internacional da grande riqueza etnocultural existente na região Amazônica, uma vez que possui diversidade de grupos indígenas elevada. Entretanto, o envolvimento dos indígenas no mercado global tem sido estimulado por políticas públicas que os invisibiliza.

A ausência de políticas públicas que possibilitem a sustentabilidade das populações nos ambientes rurais, provoca um adensamento populacional urbano em nível crescente, como demonstrado por Achung (1994, p. 24) e que pode ser observado na tabela 21. O fluxo migratório para a cidade de Iquitos foi motivado pelas melhorias apresentadas em nível de emprego, no comércio, na educação e habitação, porém com desastrosas consequências socioambientais e a formação de um bolsão de pobreza. Esse processo acelerado de urbanização trouxe consequências nefastas, como o desabastecimento alimentício e a falta de empregos, marginalizando parcela ampla da população.

Tabela 21- População da cidade de Iquitos segundo Censos

DEPARTAMENTO/ PROVINCIA/CAPITAL	ANOS			URBANO		
	1981	1993	2007	1981	1993	2007
Loreto	482.829	687.282	891.732	255.290	398.422	583.391
Maynas	260.331	393.496	492.992	185.619	287.005	392.682
Iquitos	205.568	274.759	392.462	178.738	269.406	370.962

Fonte: Elaborada por Paulo M. Pinto (2015) através de Achung (1994); INEI (2007).

Em conformidade com Aparicio e Bodmer (2009), tradicionalmente, a floresta tem sido considerada um espaço vazio e a Amazônia peruana registra 2,17 hab/Km², enquanto a média do país chega a 16 hab/Km². Nesse caso, chamam a atenção para que:

No obstante es importante relacionar este dato con la baja productividad de los suelos de la selva. De esta forma, podríamos considerar que existen muchas zonas de la Amazonía que se encuentran ya saturadas poblacionalmente, y que en la actualidad están sobreexplotando sus tierras, trayendo consigo terribles consecuencias al medio ambiente (APARICIO, BODMER, 2009, p. 24).

A população indígena registrada para o departamento de Loreto é de 105.900 pessoas, segundo dados do INEI para o ano de 2009, que demandam serviços públicos que se encontram precarizados, promovendo um círculo vicioso de falta de assistência e pobreza.

Como é possível observar, fatos históricos diferenciados marcam a trajetória deste território, baseados nas disputas pelas fronteiras e por seus recursos naturais, principalmente quando do “boom” da exploração da borracha amazônica. Como registrado por Villarejo (2011, p. 40):

La euforia del caucho estaba en toda su plenitud a fines del siglo pasado y fines del actual, siendo Iquitos el principal centro de exportación y de transacciones comerciales. La inmigración de miles de extranjeros de diversas nacionalidades y del desarrollo de las operaciones comerciales exigieron la creación de consulados, dieron a la ciudad aspecto cosmopolita, cambiaron radicalmente la fisionomía étnica, cultural y hasta moral de la que se había sido una ciudad o pueblo perdido en la selva más selva del mundo.

O relato revela que as histórias que culminaram com o advento da fundação das cidades Amazônicas é bastante similar e denotam seu vínculo de adensamento populacional ao incremento do comércio.

Como aconteceu nas cidades brasileiras de Belém e Manaus, Iquitos teve seu período auge de desenvolvimento urbanístico, denominado *belle époque*, proporcionado pelo comércio exportador da borracha, entre os anos de 1900 e 1910. A prosperidade econômica influenciou a cultura local, porém contrastava com a realidade rural, como afirma Rumrill (2014, p. 71), dos acampamentos caucheiros e dos indígenas escravizados:

Jorge Basadre ha estimado que aproximadamente cuarenta mil indígenas murieron víctimas de la violencia en los acampamentos caucheros de Julio C. Arana del Águila en el Putumayo y sus afluentes, sin contar las muertes en otros centros de extracción cauchera en el Pacaya-Samiria, en los bosques de Ucayali y en Madre de Dios, donde el amo y señor fue el cauchero Carlos Fermín Fitzcarrald.

Esse período de luxo e riqueza citadino, embora com menos intensidade que o registrado nas cidades brasileiras, também negava a cultura indígena como explicita Rumrill (2014), embora estivesse presente na literatura, na pintura, na música e na cozinha amazônicas.

Iquitos é a cidade capital do departamento de Loreto e da província de Maynas, cuja população estimada é 432.476 habitantes (INEI, 2014) descendentes, em sua maioria, do povo indígena Iquito, que ainda vivem ao longo dos rios Marañón, Tigre e Nanay. Com superfície de 368,9 km², suas fronteiras geográficas a limitam a oeste pelo rio Amazonas, a leste e a norte pelo rio Nanay e ao sul pelo rio Itaya. Internamente a cidade está dividida nos seguintes distritos: Iquitos, Punchana, San Juan Bautista e Belén. Situada às margens do rio Amazonas está a 106 metros acima do nível do mar e se encontra a 125 Km da confluência dos rios Ucayali e Marañón, os principais da cabeceira do rio Amazonas.

A Ciudad de Iquitos é considerada há muito tempo o porto¹¹¹ mais importante da bacia do rio Amazonas e, por sua posição geográfica, configura-se como uma espécie de ilha

¹¹¹ Informe do MTC (2015), sobre o tráfego fluvial explica que: Iquitos, Pucallpa y Yurimaguas, los centros principales de comercio en la región amazónica, sirven de centro de abastecimiento y recolección para las poblaciones cercanas. El comercio entre cada uno de estos centros y su área de influencia se efectúa por una gran variedad de embarcaciones pequeñas: canoas para un solo hombre, canoas más grandes con motor fuera de borda

cercada pelos rios Nanay, Itaya e Amazonas. Pode-se chegar à cidade somente por via aérea ou fluvial, e o transporte fluvial é um dos mais intensos, e é realizado desde o oceano Atlântico, cerca de 3.600 Km de distância. O transporte urbano terrestre é feito por ônibus, micro-ônibus, motos ou motocarros – esses se assemelham aos riquixá indianos, e para o transporte fluvial são utilizados os chamados “peque-peque”, nome dado a pequenos barcos motorizados.

Na cidade de Iquitos se concentra a maioria da atividade industrial da região, e, basicamente centrada na exploração madeireira, entretanto, as atividades ligadas ao comércio é que impulsionam a economia, proporcionando uma rede de relações entre empresas nacionais e estrangeiras. Essa rede tem gerado estratificação social, com ramificações urbano-rurais, exportando-se madeira e animais, e importando-se bens de consumo. A causa disso é a incipiente agricultura, que se encontra dispersa às margens do rio Amazonas e limitada a uma pequena faixa de terra devido às frequentes cheias do rio. Já se percebe certo desequilíbrio ambiental, pela ação antrópica com desaparecimento de espécies animais, principalmente dos peixes utilizados para o consumo diário.

A extração mineral também é realizada em Iquitos, porém o óxido de silício e o quartzo são utilizados apenas em pequenas fábricas e pouco exportados, bem como a argila que é utilizada para a fabricação de tijolos. Como já mencionado, a cidade constitui-se no principal porto fluvial da região, e seu cais um dos mais movimentados, devido ao transporte petrolífero. O transporte aéreo é realizado através do Aeroporto Internacional Francisco Secada Vignetta que possibilita ligação com Miami, nos EUA, Manaus, no Brasil e Leticia na Colômbia.

A cidade de Iquitos foi se estruturando em torno da acessibilidade fluvial e se desenvolvendo a partir do cais do porto, cujo aspecto se observa nas fotografias 23 e 24, como acontece com a maioria das cidades amazônicas. O desenvolvimento urbanístico e o consequente aumento populacional se fizeram com o período da exploração do caucho, quando da construção dos prédios históricos que marcaram a vida dos iquiteños, como a casa Eiffel, o hotel Palace etc., visualizados nas fotografias 25 e 26. Na educação e cultura, o museu e a biblioteca amazônicas, além das quatro universidades¹¹², destacam a cidade como polo de ensino e pesquisa do departamento, e também são atrativos para o turismo de cunho científico, pela presença das Reservas Nacional de Allpahuayo Mishana e Pacaya Samiria.

y lanchas con motores marinos. Las embarcaciones más grandes pueden cargar entre 100 a 800 toneladas aproximadamente.

¹¹² Universidad Nacional de Amazonía Peruana (UNAP); Universidad Particular de Iquitos (UPI); Universidad Científica del Perú (UCP); Universidad Peruana del Oriente (UPO).

Fotografias 23 e 24- Aspectos dos portos da cidade de Iquitos



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Fotografias 25 e 26- Prédios históricos em Iquitos



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Ressalte-se que no campo científico o Peru possui uma das instituições mais antigas, a Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), fundada em 1551. Contreras e Cueto (2008) assinalam os caminhos, muitas vezes tortuosos que toma a educação quando não é priorizada pelo Estado. Isso porque as divergências são inúmeras entre a burocracia estatal e o desenvolvimento da ciência do ponto de vista dos resultados que se quer atingir. No caso amazônico peruano, em determinado momento histórico, os objetivos convergiram para desenvolver recursos para o efetivo controle do território, que foi conseguido através da produção das expedições realizadas pelos viajantes naturalistas.

Desta maneira, a ciência possibilitou a condição para o desbravamento e reconhecimento do território amazônico, e a elaboração de estudos que viabilizaram a projeção das vias de comunicação. O desenvolvimento de tecnologias de transporte, principalmente o fluvial, foram essenciais para “[...] articular el territorio, comunicar las poblaciones, permitir el comercio y ‘crear’ en cierto sentido una nación que, sin ellas, no

pasaba de ser solamente un vago referente político y simbólico” (CONTRERAS; CUETO, 2008, p. 636). Tal gênese ainda persiste na visão dos que creem na via de mercado como única possibilidade de desenvolvimento para o território amazônico, porém existem instituições que desenvolvem estudos paradigmáticos, propondo reflexões alternativas.

Com relação à pesquisa, as contribuições do Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP)¹¹³, são importantes para desvendar a biodiversidade da Amazônia em seus componentes florestais e agroflorestais (CAMPO, 2015; SALAZAR et al., 2000), antropologia rural (GASCHÉ; MENDONZA, 2011), e sobre tecnologia da informação e turismo (CALCINA, 2014; GIUSSEPE, 2013). Quanto as instituições de ensino são emblemáticos os estudos realizados pela Universidad Nacional de la Amazonía Peruana (UNAP)¹¹⁴, sobretudo os referentes às AP e os recursos naturais (PEZO et al., 1996). Cabe salientar, que no cenário latino-americano, o Peru vem sendo assinalado como o país com o maior fator de crescimento socioeconômico, impulsionado pela atividade turística, em sua vertente gastronômica e ecoturística, e em progressivo crescimento nas AP da região amazônica.

O desenvolvimento da atividade turística é um fator novo a somar-se aos ciclos econômicos diversos que assolaram esta região, que após o incremento comercial produzido pela exploração gomífera, revive momentos de relativa tranquilidade. Porém, com a promulgação da Lei n. 15.600, de 04 de setembro de 1965, que declara zona liberada de impostos a região de selva por 15 anos tem início um período novo de transformações. No conjunto desses incentivos estatais¹¹⁵ para alterar o cenário econômico da Amazônia foram estimulados investimentos particulares, pela Lei n. 27.037, de 30 de dezembro de 1998, que isenta de impostos as empresas sediadas na região.

Estes incentivos estatais, baseados no modelo neoliberal, trouxeram mudanças que implicaram em transformações biossocioculturais e objetivavam inserir a região na economia de mercado. Tal fato gerou impactos na Amazônia peruana e na cidade de Iquitos, em particular, que:

¹¹³ Criado em 1979 (Lei n. 23.374), é um organismo autônomo de direito público. Instituição de investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento. Realiza suas atividades de maneira descentralizada, promovendo a participação das instituições públicas, particulares e da sociedade civil. A jurisdição do IIAP se estende por todo o território da bacia amazônica peruana, nos Departamentos de Amazonas, San Martín, Loreto, Ucayali, Huánuco, Madre de Dios e zonas de beira de selva e da planície amazônica (IIAP, 2015).

¹¹⁴ Criada pela Lei n. 13.498, de 14 de janeiro de 1961.

¹¹⁵ O prazo contido na Lei n. 15.600 de 1965 foi ampliado pelo Decreto-Lei n. 22.179, de 09 de maio de 1978, para até 31 de dezembro de 1990. Outras normas importantes nesse quesito são a Lei n. 23.407, de 28 de maio de 1982, que regulamenta as atividades industriais, e o Convenio de Cooperação Aduaneira Peruano-Colombiano de 1938 com o seu respectivo Protocolo Modificatório aprovado pela Resolução Legislativa n. 23.254, de 09 de janeiro de 1981, e as demais normas correlatas.

Se pobló de grandes y pequeñas tiendas en locales improvisados de la noche a la mañana para vender una enorme variedad de productos importados liberados de impuestos a compradores de todo el país que inundaron la ciudad. En las abarrotadas tiendas de los jirones Próspero, Arica y Sargento Lores y del mercado de Belén, el cliente podía comprar desde perfumes franceses, seda china y estatuillas de marfil de la India hasta casimires ingleses (RUMRRIL, 2014, p. 73).

Neste contexto, o impulso comercial trouxe consequências negativas para os serviços públicos já deficientes, que pioraram com o crescente fluxo migratório e o adensamento populacional. A “fiebre comercial” denominada por Rumrril (2014) em analogia a “fiebre del caucho”, provocou êxodo rural e impactos negativos ao meio ambiente urbano, os quais ainda presentes na atualidade.

Após o *boom* comercial, outro fato histórico vem somar-se a já impactada cidade de Iquitos, a descoberta em 16 de novembro de 1971, de petróleo em poço localizado no distrito de Trompeteros, na província de Loreto. Sobre esse ciclo petrolero na Amazônia cabe citar o que registra Rumrril (2014, p. 73-74):

Se estima que en la primera fase del ciclo, la de exploración y de prospección, fueron contratados aproximadamente quince mil obreros, la mayoría proveniente de las comunidades rurales. Cuando concluyó esa etapa las compañías contrataron obreros especializados y los quince mil peones trocheros quedaron sin trabajo y fueron buscar ocupación en Iquitos y otras ciudades.

Enfatize-se que a euforia da descoberta do petróleo na região de Loreto teve seu auge até o ano de 1974, quando se contabilizava 14 empresas americanas em operação (CHIRIF, 2010). Posteriormente, entre os anos de 1975 e 1976, essas empresas vão se retirando em decorrência dos altos custos de produção, deixando em seus rastros problemas socioambientais diversos.

Um destes problemas é a violação de direitos adquiridos a partir do Convênio 169 da OIT, sobre consulta aos povos indígenas relacionado com obras que afetem seu território. Chirif (2010, p. 1) contextualiza a contenda da seguinte maneira:

[...] años atrás, en 1958, había tenido lugar un descubrimiento comercial importante de petróleo en el bajo Ucayali, cuando la región del mismo nombre era aún parte de Loreto. El descubrimiento fue en la zona de Maquía, donde se asienta la comunidad de shipiba Canaán de Cachiyacu, y dio como consecuencia el inicio inmediato de la explotación del crudo. Recién en 1994 Perupetro S.A. suscribió un contrato de licencia con la compañía Maple Gas, de Texas, EE.UU., para explotación del Lote 31-B, de 62.500 has, con una producción de 293 barriles diarios. [...] Probablemente el contrato con Maple Gas tenga dudoso privilegio de ser la primera violación del derecho de consulta previa [...], transgresión que, desde entonces hasta la fecha, se ha producido sistemáticamente.

Tal violação de direitos tem resultado em lutas que denunciam os abusos cometidos pela empresa petrolero sobre os recursos naturais e, conseqüentemente, sobre a vida da população indígena, cuja saúde foi afetada por estes empreendimentos. A “[...] fiebre de licitación de

lotes petroleros” (CHIRIF, 2010, p. 2) recrudescer a partir de 2005 e tem seu auge no ano de 2009, quando grande parte do território da Amazônia peruana é entregue, sob concessão, às empresas de petróleo e gás.

Outro fato de ordem econômica que ocorre em paralelo ao incremento petrolífero é o desenvolvimento do narcotráfico, datado em inícios dos anos 1970, em 1980 já estava completamente estabelecido em Iquitos (RUMRRIL, 2014). O narcotráfico transformou os padrões sociais e culturais da cidade, descrito da seguinte maneira por Rumrril (2014, p. 74):

[...] en Iquitos, donde antes reinaron los barones del caucho, ahora dominaban los barones de la droga. Se había iniciado el ciclo del oro blanco de la cocaína. La economía sucia del narcotráfico infectó toda la vida de la ciudad. Para ciertos sectores, principalmente los jóvenes, los barones de la droga se transformaron en “modelos” de éxito. La ciudad que arquitectónicamente es un registro de los ciclos económicos, fue sembrada de grandes edificaciones, jaulas de cemento de mal gusto, producto del lavado de dinero del narcotráfico.

Durante esse período ocorrem ondas de violências e inseguranças causadas pelos atos da revolução armada do Movimiento Revolucionario Túpac Amaro (MRTA) e Sendero Luminoso (RUMRRIL, 2014), que apesar de não estarem presentes fisicamente em Iquitos, contribuíram para mudanças de ordem socioculturais na região amazônica.

Os contextos de tais transformações não ocorreram sem causar impactos negativos ao meio ambiente natural, aos quais se somam as mudanças advindas de processos do ciclo da natureza. Em decorrência disso, Rumrril (2014, p. 73) enfatiza que:

El río Amazonas, su matriz, su origen, no es ya el mismo de fines del siglo XIX. El sistema hidrológico se ha modificado tanto que muchas ciudades de la baja Amazonía, antes en las mismas orillas de los ríos, están ahora tierra adentro, mediterráneas, aisladas, porque el río ha cambiado de curso. La misma ciudad de Iquitos ha sufrido ya dentelladas y zarpazos del furioso río que se ha llevado a las profundidades buena parte del famoso Malecón. El río Nanay ahora desemboca en el Amazonas frente al puerto de Bellavista y, algo sorprendente e inusitado, Iquitos en el verano ya no besa las aguas del Amazonas, sino del río Itaya.

Nesse sentido, a cidade de Iquitos vem se estruturando para enfrentar os danos causados por atividades predatórias, e a inserção da região ao modelo econômico vigente. Ressalte-se que a busca de saídas mitigatórias para os danos ambientais é bastante complexa, uma vez que a atividade petrolífera, por exemplo, é um enclave econômico (GOREL, 2007), que representa 46% do Produto Bruto Interno (PBI) regional e 64% da produção nacional de petróleo.

A Iquitos metropolitana enfrenta problemas comuns às grandes cidades urbanizadas da Amazônia, com registros de casos de insegurança, de falta de saneamento básico e de serviços fundamentais como saúde e educação. Entretanto, ao longo do tempo foi criando um tecido institucional para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental (RUMRRIL,

2014). Nesse caso, a atividade turística tem se qualificado como uma das que mais tem crescido a partir de meados dos anos 2000 (DIRCETURA, 2008), principalmente, devido ao incremento de visitantes internacionais.

Em diagnóstico realizado por PROMPERÚ (2010) o segmento de mercado de turismo cultural é o mais procurado (99%), seguido do turismo de natureza, principalmente para conhecer as AP (53%). Assim, a DIRCETURA em informe estatístico para o ano de 2008, registrou que visitaram a região 129,4 mil pessoas e que houve um aumento no número de visitas de nacionais, apoiadas pelo crescimento econômico do país. Em conformidade com indicadores de turismo elaborado pelo INEI (2014), utilizando-se de informações da Corporación Peruana de Aeropuertos y Aviación Comercial S. A. (CORPAC S.A.) para o ano de 2013 tem-se 375.105 passageiros para a cidade de Iquitos, como se observa na tabela 22.

Tabela 22- Fluxo aéreo de passageiros em Iquitos 2009-2013

CIDADE / ANOS	ENTRADA				
	2009	2010	2011	2012	2013
Iquitos	216.791	279.327	282.968	328.962	375.105

Fonte: CORPAC S.A. (2013); INEI (2014).

Embora se saiba que nem todos os passageiros aéreos são classificados como turistas, a tabela acima demonstra o crescimento no número de passageiros e, por conseguinte, do fluxo interno. Sobre esse aspecto Rumrill (2014, p. 75) corrobora com a seguinte informação: “En 2012 más de un cuarto de millón de turistas de diversos lugares del mundo aterrizaron en la ciudad [...]”, esses visitantes são atraídos pela diversidade dos recursos naturais, e também é crescente o número de pessoas que buscam ter experiências alucinógenas, a partir do consumo de ayahuasca¹¹⁶. Para acesso à diversidade natural, o destino prioritário dos visitantes são as AP, principalmente as RN Pacaya Samiria e Allpahuayo Mishana. No que diz respeito ao consumo de ayahuasca, existem roteiros especializados que são comercializados por empresas e indivíduos.

Ressalte-se que a ingestão ritual de ayahuasca está ligada a uma modalidade nova de se estar em contato com o meio ambiente natural, por meio da representação cultural dicotômica entre o mundo ocidental e o indígena (LOZONCZY; MESTURINI, 2010). Dessa maneira, os praticantes são um tipo específico de viajantes, atraídos por terapias alternativas e

¹¹⁶ Basicamente é a mistura de duas plantas: *Banisteriopsis caapi* e *Psychotria viridis*, entretanto, podem ser encontradas outras plantas substitutas, como por exemplo: para a *B.caapi* pode usar-se a *B. inebrians* e *B. rusbyana*; para a *P. viridis* podem ser utilizadas outras espécies do gênero como a *P. batiskana*, *P. carthaginensis*, *P. leiocarpa*, *P. Naikawa*, *P. pishikawa*, entre outras (APUD, 2013, p. 36).

que veem a cidade de Iquitos como a “Meca da ayahuasca”, e como afirmam Lozonczy e Mesturini (2010, p. 166):

Alrededor de este núcleo, se encuentran diseminados lugares satélites que constituyen su periferia y que se extienden desde la ciudad peruana de Pucallpa, centro urbano de la etnia Shipibo, hasta Leticia, en Colombia, y en la zona de la tripe frontera con Brasil y Perú. Entre estos lugares y la región de Iquitos, la circulación de chamanes y de usuarios es constante.

Some-se a isso o fato de que Iquitos foi eleita como a sexta, entre dez, cidade de maior destaque por revista especializada em roteiros de viagens no ano de 2012 (RUMRRIL, 2014), além de ostentar a placa comemorativa da escolha do rio Amazonas como uma das sete maravilhas natural do mundo.

É de se ressaltar que grande parte dessa riqueza se expressa na multiculturalidade presente na composição heterogênea da população, principalmente indígena, apresentando uma diversidade de famílias linguísticas e de grupos étnicos, como se observa no quadro 20. Apesar de reconhecer a riqueza multicultural, o Estado tem sido ineficaz para solucionar os problemas da pobreza e da segurança territorial, que são tratados apenas como questões de ordem econômica. Porém, como alertam Aparicio e Bodmer (2009, p. 26) “La pobreza de gran parte de la población amazónica no siempre está causada por la falta de gestión de los recursos, sino también por los patrones de colonialismo interno y los nuevos sistemas de producción”. Tal fato implica na desestabilização dos povos indígenas frente à segurança territorial e dos recursos, pela prática de atividades produtivas não rentáveis, que tem como consequência o crescimento do índice de pobreza.

Quadro 20- População indígena e famílias linguísticas em Loreto

POVO	FAMÍLIA LINGUÍSTICA	POPULAÇÃO
Achuar	Jivaro-Candoa	11.087
Awajún		6.488
Wampis		1.906
Kandozi e Shapara		3.255
Chamicuro	Arahuac	63
Resigaró		37
Yine		177
Ashaninka		50
Capanahua		384
Matsés	Pano	1.724
Shipibo-Konibo		7.180
Shawi	Cahuapana	20.893
Shiwilo		352
kichwaruna	Quichua	12.720
Quechua del Tigre		3.184
Quechua del Pastaza		2.030
Quichua		1.184
Arabela	Zaparo	403
Iquito		519
Maijuna	Tucano	190

Secoya		921
Bora	Huitoto	748
Huitoto		1.864
Ocaina		97
Kukama Kukamiria	Tupi Gurani	10.929
Yagua	Peba Yagua	5.679
Tikuna		6.982
Urarina		4.854

Fonte: INEI (2007); Barclay (2011); Dourojeanni (2014).

Isto porque são distintas as concepções de pobreza para o Estado e para os povos indígenas (APARICIO; BODMER, 2009), noção corroborada por Gasché Suess e Vela Mendonza (2011) quando analisam a produção e o consumo das “sociedades bosquesinas”. Em consonância com Gasché Suess e Vela Mendonza (2011, p. 138):

[...] el bosquesino no satisface todos sus gustos mediante el mercado. [...] el ámbito del mercado es una esfera de satisfacción de necesidades entre otras. Estas otras esferas de consumo son abastecidas por la producción familiar, la que también abastece el mercado.

Em que pese às divergências de concepção, compreende-se que a sua origem encontra-se no cerne das crises convergentes ao processo de globalização de mercado, as quais se visibilizam nas ações de degradação ambiental e ecológica. Não restam dúvidas de que tais divergências e convergências têm consequências quanto ao tratamento das questões socioambientais (FONTAINE, 2006), provocando conflitos como, por exemplo, entre as populações locais e a criação de AP.

Na Amazônia peruana, principalmente em Iquitos, a criação de AP tem proporcionado experiências centradas no turismo de natureza, baseadas nas ações de conservação e manejo, com participação das populações envolvidas. Entretanto, as instituições gestoras do turismo e das AP como MINCETUR, DIRCETURA e SERNANP, além das empresas particulares procuram diversificar a oferta turística da região. Desse modo, a concertação entre as instituições públicas e as entidades representativas é importante para elaboração de roteiros diversificados, a partir do conhecimento dos atrativos turísticos, como os observados no quadro 21.

Quadro 21- Atrativos turísticos de Loreto/Iquitos

ORDEM	ATRATIVOS TURÍSTICOS
1	Navegação no rio Amazonas e afluentes
2	Caminhada na selva
3	Observação da fauna (não inclui aves)
4	Observação de aves
5	Observação de flora
6	Excursão
7	Lodges
8	Incursão noturna na selva e rios

9	Navegação em riachos
10	Reservas naturais
11	Pesca artesanal
12	Visita às comunidades nativas
13	Convivência com comunidades nativas
14	Rituais mágicos e místicos
15	Cruzeiros
16	Zoológicos
17	Tecidos e artesanatos
18	Monumentos/edifícios históricos
19	Música típica
20	Comidas típicas

Fonte: Ugás, Seminario (2009).

Apesar de estar relacionada em última posição, a gastronomia peruana tem sido um dos principais itens motivador das viagens ao país, e também para a região amazônica. Embora, como se pode observar, o grande potencial dos atrativos esteja sobre o desenvolvimento do turismo de natureza, uma vez que, por sua extensão territorial a região abarca grande parte dessa oferta turística. Somam-se a isso, as especificidades de cenário proporcionadas pelos meses de vazante e cheia do rio Amazonas, e ainda, a diferenciação entre a área urbana de Iquitos e as comunidades ribeirinhas, sobretudo as que habitam as AP, como as localizadas na RN Pacaya Samiria.

5.3 A Reserva Nacional Pacaya Samiria

Registros de Chocano e Baquerizo (2014) informam que as pesquisas arqueológicas na Amazônia peruana são de um passado recente, pois datam dos anos de 1970 e foram realizadas por cientistas estrangeiros e peruanos. Entretanto, ressaltam que a maioria dessas investigações eram centradas em “[...] identificar y ordenar las ocupaciones culturales dentro de una secuencia espacio-temporal en base a los estilos de cerámica y escavaciones estratigráficas [...]” (CHOCANO, BAQUERIZO, 2014, p. 16). Apoiados em análise arqueoetnológica da cultura material, realizaram no período de 2001 a 2003, prospecções e escavações arqueológicas na confluência dos rios Marañon e Ucayali em área pertencente a RN Pacaya Samiria.

Às margens do lago Yarina encontraram o sítio arqueológico denominado El Zapotal e os resultados destas investigações demonstram que existiram dois momentos de ocupação:

[...] el primero, de mayor antigüedad, representado por la cerámica incisa y pintada con diseños geométricos de la tradición policroma – conocida en las culturas de la Amazonía central que florecieron entre 1.300 a 1.500 d.C. –, y la segunda, posterior,

notoria por la presencia de entierros en urnas funerarias de cerámica con estilo de engobe rojo (CHOCANO, BAQUERIZO, 2014, p. 17).

Esses resultados demonstram que, historicamente, esse território foi ocupado por grupos culturais que enterravam seus mortos em urnas de cerâmica em estilo policrômico e, posteriormente, por grupos guerreiros de língua tupi. Teoria confirmada pelas pesquisas de Chocano e Baquerizo (2014), cuja investigação informa que há algum tempo essa área era ocupada pelos grupos dos shipibo-conibo e shetebo de língua pano, contemporaneamente, é habitada pelos Kukama e Kukamiria¹¹⁷ de língua tupi, denotando que esses grupos, em determinado momento histórico, entraram em conflito pela posse do território.

Desta maneira, do ponto de vista da arqueologia e da etnografia, é possível entender como a conservação dos recursos naturais está imbricada com o resgate e a manutenção dos valores culturais. Nesse caso, o surgimento do conceito de AP envolve conflitos e controvérsias típicos dos processos destrutivos iniciados no século XIX, com a expansão das fronteiras, via as ações de colonização (CALMET, 2014). Dentre as controvérsias está o fato de que anteriormente à criação das AP, já existiam seres humanos que habitavam essas áreas.

Estes habitantes ancestrais, como afirma Calmet (2014, p. 120), “[...] fueron también excluidos del exceso a estas áreas y del aprovechamiento de sus recursos”, uma vez que o modelo adotado de AP não permitia nem a ocupação nem a colonização. No território peruano a aplicação do modelo se dá com a criação do Parque Nacional Cutervo (PNC), com a promulgação da Lei n. 13.694, de 08 de setembro de 1961¹¹⁸, e com extensão de 25 km². Ideologicamente, como afirma Alonso (2013, p. 5), “[...] estas primeras áreas protegidas eran un lujo para las nuevas clases burguesas enriquecidas por la industrialización que buscaban reconectarse con la naturaleza”, excluindo os habitantes locais e limitando seus direitos ao uso do território e dos recursos naturais.

A concepção de natureza intocada (DIEGUES, 1994) que baliza a criação das primeiras AP no mundo e, conseqüentemente, no Peru é corroborada por Alonso (2013, p. 5) quando expõe que: “[...] su creación fue producto de una iniciativa de un puñado de técnicos y políticos sin ninguna participación de la población local”. Nesse caso, os conflitos tornam-se

¹¹⁷ “Cabe aclarar que las denominaciones vigentes, Kukama y Kukamiria, son adaptaciones de los vocablos castellanos cocama y cocamilla, resultado de la reflexión del personal indígena del Programa de Formación de Maestros Bilingües de la Amazonía Peruana (FORMABIAP), de la Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP) [...], quienes en 1999 decidieron hacer efectivo su derecho a autodenominarse” (YOPÁN, 2014, p. 142).

¹¹⁸ Localizado no distrito de San Andrés de Cutervo, província de mesmo nome, departamento de Cajamarca. A área do parque foi ampliada para os atuais 8.214,13 hectares através da Lei n. 28.860, de 03 de agosto de 2006. Pela Resolução Ministerial n. 0447, de 31 de maio de 1968, proíbe-se o corte de árvores e a caça de animais silvestres no PNC.

inerentes entre o Estado e os residentes do interior ou das áreas de entorno dessas AP. Isso ocorre, não obstante, o reconhecimento internacional do país como um dos maiores em megadiversidade e em contexto de proliferação de normas sobre o direito ambiental.

Na contemporaneidade, e do ponto de vista da legislação sobre o conjunto de AP que formam o SINANPE¹¹⁹, sob a coordenação de seu órgão gestor o SERNANP¹²⁰, prevê a participação de atores em níveis diversos do governo, de instituições e de particulares. Tal processo de descentralização e regionalização gestado pelo governo através da instituição de AP permite, legalmente, que os governos regionais tomem a iniciativa quanto à criação de AP. Fato importante para a região amazônica que desde os anos de 1940 teve estabelecida duas reservas nas bacias dos rios Pacaya e Samiria (CALMET, 2014) com a finalidade de proteger o pirarucu (*Arapaima gigas*).

O Pirarucu, denominado de “Paiche” no Peru, é bastante consumido pelas populações nativas e se encontrava sob a forte pressão da pesca predatória, fato que impulsionou o estabelecimento dessas primeiras áreas de reserva. Tal proteção ocorreu através da Resolução Suprema n. 68, de 02 de junho de 1940, quando foi declarada Zona Reservada, a área fluvial do rio Pacaya, a partir de 500 metros da entrada da lagoa do Yanayacu até a paragem denominada “Zancudo”, para a multiplicação e criação de “Paiche”, ficando proibida a sua pesca (SERNANP, 2009). A partir de então foram sancionadas várias normativas que culminaram com a criação da RN Pacaya Samiria, conforme se observa no quadro 22.

Quadro 22- Normas de constituição da rn pacaya samiria

NORMA	NUMERO	DATA	DESCRIÇÃO
Resolução Suprema	68	12 de junho de 1940	Declara Zona Reservada para a multiplicação e criação artificial de “paiche” a área fluvial do rio Pacaya.
Resolução Suprema	887	23 de outubro de 1944	Declara Zona Reservada para a pesca de “paiche” o sistema hidrográfico do rio Samiria.
	217	15 de maio de 1946	Amplia as Zonas Reservadas para a criação e exploração de “paiche” todo o sistema hidrográfico do rio Samiria.
Decreto Supremo	1223	20 de dezembro de 1946	Estabelece os portos de controle de entrada e saída das Zonas Reservadas.
Resolução Diretora	32	14 de março de 1967	Declara Zona de Estudo as áreas que compreendem as bacias dos rios

¹¹⁹ “El SINANPE, de acuerdo con la Ley de Áreas Naturales Protegidas, solo está conformado por las áreas de nivel nacional. Las áreas regionales y privadas son denominadas “áreas complementarias al SINANPE”. La legislación peruana no incluye áreas protegidas de nivel municipal, aunque existen distintos proyectos de ley orientados a sumar este nivel de áreas protegidas al sistema” (SOLANO, 2013, p. 144).

¹²⁰ “Es el ente rector del SINANPE, es un organismo público, técnico especializado adscrito al Ministerio del Ambiente, a través del Decreto Legislativo n. 1013, del 14 de mayo de 2008, encargado de dirigir y establecer los criterios técnicos y administrativos para la conservación de las Áreas Naturales Protegidas-ANP, y de cautelar el mantenimiento de la diversidad biológica” (MATUTE, 2013, p. 86).

			Pacaya e Samiria no departamento de Loreto.
Decreto Supremo	210-68-AG	10 de outubro de 1968	Reserva a bacia do rio Pacaya desde sua nascente para o estabelecimento da Reserva Nacional Pacaya no departamento de Loreto.
Decreto Supremo	210-68-AG	10 de outubro de 1968	Declara a bacia do rio Samiria Zona de Exploração Piloto de Pesca e Limite Fluvial de Caça do Samiria no departamento de Loreto.
Decreto Supremo	06-72-PE	25 de fevereiro de 1972	Estabelece a Reserva Nacional Pacaya Samiria sob o sistema hidrográfico dos rios Pacaya e Samiria com área de 1.478,790 ha.
Decreto Supremo	016-82-AG	04 de fevereiro de 1982	Amplia a Reserva Nacional Pacaya Samiria para os atuais 2.080,000 ha.

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de docs. diversos.

Estes dispositivos legais possibilitaram a conservação dos recursos naturais, como se depreende do Decreto Supremo n. 210-68-AG, de 10 de outubro de 1968, que em documento do SERNANP (2009, p. 17) explicita:

[...] reservó la cuenca del río Pacaya desde sus nacientes hasta la desembocadura del Canal de Puinahua (río Ucayali) para la conservación integral de los recursos naturales, en especial el “Paiche” (*Arapaima gigas*), “Lagarto negro” (*Melanosuchus niger*) y “Lobo de río” (*Pteronura brasiliensis*). El artículo n. 2 de este Decreto Supremo nombró una comisión técnica para que en el término de un año propusiera al Ministerio de Agricultura los límites geográficos definitivos de la Reserva Nacional del Pacaya. El artículo n. 3 prohibió el aprovechamiento forestal, la caza y la pesca por parte de particulares.

Isso porque, historicamente, os rios Pacaya e Samiria sempre foram alvos da exploração dos recursos naturais, o que acontecia livremente, principalmente no período de exploração de caucho, pelas madeiras e fauna que sempre estiveram ameaçadas pela superexploração. Além disso, a presença de centros povoados é bastante significativa e caracterizada por população rural (COREPASA, 1986) com atividades produtivas baseada na agricultura, pesca, caça e coleta de frutos.

Contudo, outros fatores, como o das mudanças climáticas tem contribuído para o desaparecimento de espécies, como afirmam Bodmer et al. (2014, p. 22):

Cada año, el río Amazonas pasa por cambios estacionales entre el periodo inundable de diciembre a junio y el periodo vaciante entre julio y noviembre. Sin embargo, estos cambios estacionales se están intensificando progresivamente. Entre los años 2009 y 2012 estos fueron muy intensos, con grandes variaciones. En 2009, el río Amazonas registró un nivel muy alto, inundando grandes áreas de bosques. En 2010, los niveles de agua del río Amazonas registraron su nivel más bajo, siendo considerado como condición de sequía extrema. Más recientemente, en 2011, la máxima creciente del río excedió los niveles de 2009. En 2012 las inundaciones

tuvieron una mayor magnitud que en años anteriores y superaron los máximos registros de las crecientes.

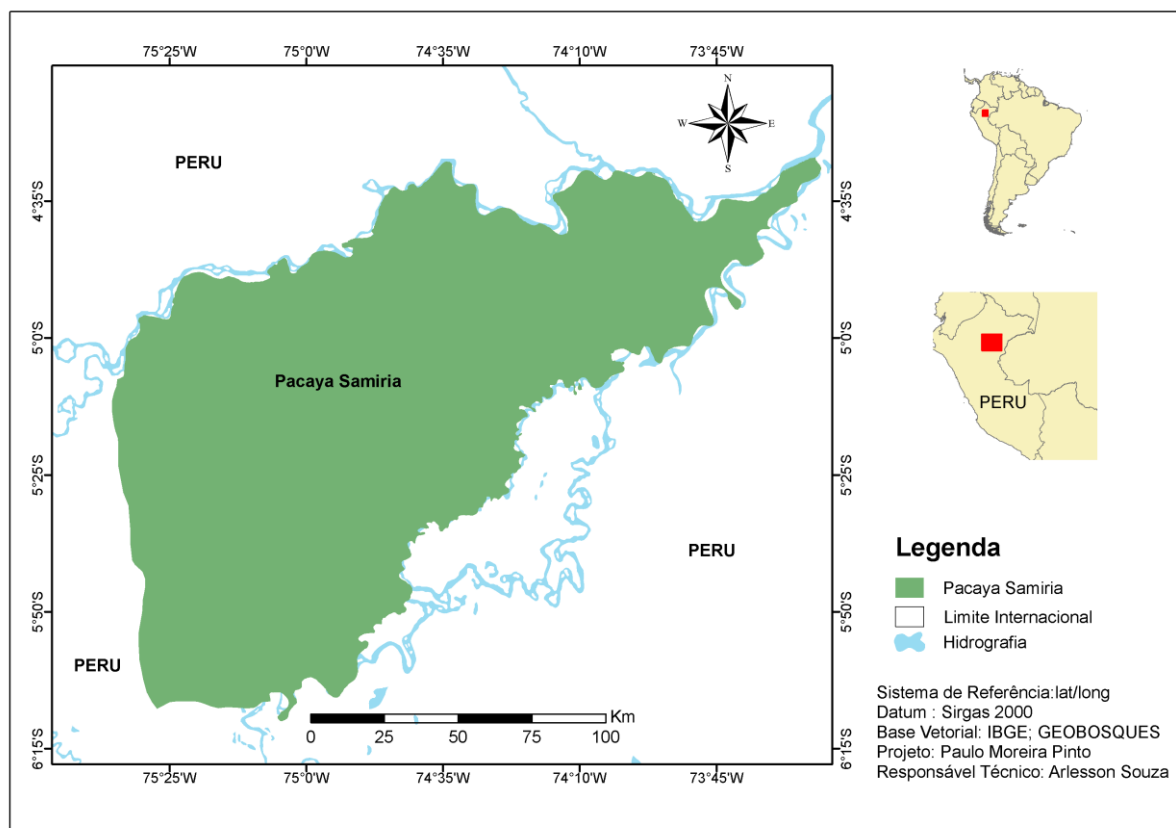
Nesse caso, os impactos gerados sobre as espécies aquáticas têm efeito em escala sobre a fauna e a cadeia alimentar como um todo, atingindo as populações locais, principalmente os indígenas Kukama Kukamiria. Sobre os aspectos faunísticos (PACHECO; PEZO, 1982; SOINI, 1992) e florísticos (RODRIGUEZ; RODRIGUEZ; VASQUEZ, 1995) existentes na RN Pacaya Samiria, têm sido realizados estudos consorciados por instituições de ensino e pesquisa, inclusive com financiamento de agências internacionais.

Desta maneira, e por abrigar diversidade imensa de espécies características da floresta tropical úmida, o Decreto Supremo n. 06-72-PE estabeleceu a criação da RN Pacaya Samiria, a qual teve sua superfície ampliada pelo Decreto Supremo n. 016-82-AG. A RN Pacaya Samiria está localizada a noroeste do Peru:

Politicamente se ubica en la Región Loreto y comprende parte de las provincias de Alto Amazonas, Ucayali, Loreto y Requena, con sus respectivos distritos. La Reserva Nacional está limitada por el Marañón al norte, y por Ucayali-Canal de Puinahua al sur, entre ambos accidentes geográficos se localiza la depresión geológica denominada UCAMARA (Ucayali-Marañón). Al interior se distinguen tres cuencas hidrográficas, la del río Samiria, la del río Pacaya y la del río Yanayacu Pucate. Es notoria la existencia de numerosas quebradas, tipishcas y cochas. Caracterizan a estas cuencas los marcados ciclos hidrológicos de creciente y vaciante que determinan la dinámica de la llanura aluvial (SERNANP, 2009, p. 21).

Por sua extensão e características, que podem ser visualizadas no mapa 8, abriga diversidade de fauna e flora, com a presença de 1.024 espécies vegetais, 965 espécies de plantas silvestres e 59 de plantas cultivadas, agrupadas em 559 gêneros e 132 famílias (SERNANP, 2009). Além disso, registra-se 102 espécies de mamíferos, 69 de répteis, 58 de anfíbios, 269 de peixes e 527 de aves.

Mapa 8- Localização da RN Pacaya Samiria



Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

O recurso florestal é altamente aproveitável na alimentação, na construção civil, como lenha e para fins medicinais, e ainda de acordo com SERNANP (2009), a presença de extensões de “aguajales”¹²¹ demonstra a importância da diversidade biológica desse território. Isso devido à dieta alimentar tradicional dos indígenas à base de peixes, aves e frutos como o aguaje que se consome *in natura*, em refrescos ou se extrai a “chonta” que vem a ser o palmito dessa espécie. Ressalte-se que existem inúmeras comunidades nativas e tradicionais, bem como a ocupação recente de colonos dispersos por toda a extensão da AP.

O grupo étnico mais representativo é o dos Kukama Kukamiria, que habitam povoados, cuja característica de assentamento é linear, semidisperso, paralelo e às proximidades do rio, formando grupos de casas, em sua maioria rústica, no entorno da escola e do campo de futebol (COREPASA, 1986). Em documento do INRENA (2002, p. 11), tem-se que:

En la Reserva viven más de 42,000 personas que habitan en 100 poblados que, junto con otras 50,000 personas ubicadas en 103 poblados en la zona de amortiguamiento,

¹²¹ “El aguajal es una comunidad vegetal dominada por la palmera “aguaje” (*Mauritia flexuosa* L. f.), encontrándose a veces en asociación con el “huasai” (*Euterpe precatoria*)” (SERNANP, 2009, p. 24).

reflejan la importante presión humana que existe sobre los recursos naturales de la Reserva. Resalta la presencia de dos capitales de provincias, Nauta y Requena, y una de distrito, Lagunas, que articulan el mercado regional vía los ríos Ucayali, Marañon y Huallaga, conectándose con las ciudades de Iquitos, Pucallpa y Yurimaguas-Tarapoto.

Nos povoados, o grupo familiar mais característico é composto por 6 a 10 membros e Yopán (2014) chama a atenção para o fato de que atualmente estima-se em 20.000 a população dos Kukama Kukamiria distribuídos em 120 comunidades.

A partir da criação da RN Pacaya Samiria, cerca de 50 comunidades Kukama Kukamiria estão oficialmente localizadas no interior da AP, provocando mudanças em seu relacionamento com os recursos naturais (YOPÁN, 2014) e *modus vivendi*. E, ainda, várias ameaças externas têm colocado em risco a sobrevivência dos indígenas, como a poluição dos rios por metais pesados em consequência da exploração de petróleo. Frente a esta realidade, os indígenas têm se organizado em entidades representativas para lutar por direitos usurpados por empresas petroleiras, entre outras. Essas entidades estão apresentadas no quadro 23:

Quadro 23- Associações representativas dos Kukama Kukamiria

ANO	ORGANIZAÇÃO	COMUNIDADES
1980	Federación Cocama-Cocamilla (FEDECOCA)	66
1992	Asociación Indígena de Desarrollo y Conservación del Samiria (AIDECOS)	15
1992	Asociación de Desarrollo y Conservación del Puinahua (ADECOP)	10
2000	Asociación Cocama de Desarrollo y Conservación de San Pablo del Tipishca (ACODECOSPAT)	38
2001	Coordinadora Autónoma de Pueblos Indígenas de la Cuenca del Nanay (CAPICUNA)	09
2009	Federación Kukama del Bajo Nanay (FEKUBANA)	13

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Yopán (2014, p. 143).

A ACODECOSPAT, fundada no ano de 2000, integra a PUINAMUDT¹²² que vem a ser uma plataforma indígena para desenvolver uma agenda em defesa dos territórios indígenas e, seguidamente, tem denunciado os desastres ecológicos, pelo derramamento de petróleo nos aguajales. De acordo com os vigilantes ambientais da ACODECOSPAT, as substâncias tóxicas têm contaminado os aquíferos, e isso vem ocorrendo a mais de 40 anos (PUINAMUDT, 2013). Essa denúncia vem corroborar a recente notícia de que foi declarada emergência ambiental por 90 dias em área localizada na RN Pacaya Samiria (AMAZONIAREAL, 2014) devido à poluição da água e do solo por vazamento de petróleo.

¹²² Além da ACODECOSPAT integram a plataforma as seguintes entidades: Federación de Comunidades Nativas del Corrientes (FECONACO), Federación de Comunidades Nativas del Alto Tigre (FECONAT), Federación Indígena Quechua del Pastaza (FEDIQUEP). Estas, por sua vez, são membros da AIDSESEP.

Essa ocorrência é preocupante, dada a formação da RN Pacaya Samiria ser limitada pelos grandes rios Marañon e Ucayali, e ainda no interior da AP destacarem-se as bacias dos rios Pacaya, Samiria e Yanayacu-Pucate. Essa última é considerada a entrada principal da AP, e ao longo de seu trajeto é possível observar grande parte da fauna silvestre, algumas ameaçadas de extinção, como se depreende do quadro 24. Algumas dessas espécies representam recursos econômicos como, por exemplo, o Mono negro, a Charapa, a Taricaya, o Guacamayo azul-amarillo etc., dentre as espécies florísticas o Cedro (*Cedrela odorata*), Yarina ou Tagua (*Phytelphas cacrocarpa*), Chonta (*Attalea tessmani*) e Huasaí.

Quadro 24- Espécies de fauna ameaçadas presentes na RN Pacaya Samiria

NOME LOCAL	ESPÉCIE	AMEAÇA
Marquizapa ceniza	<i>Ateles belzebuth</i>	Extinção
Marquisapa negra	<i>Ateles panicus</i>	Extinção
Mono choro	<i>Lagothrix lagotricha</i>	Extinção
Lobo de río	<i>Pteronura brasiliensis</i>	Extinção
Nutria	<i>Lutra longicaudis</i>	Extinção
Vaca Marina, Manatí	<i>Trichecus inunguis</i>	Extinção
Perro de monte	<i>Speothos venaticus</i>	Raro
Bufo colorado	<i>Inia geoffrensis</i>	Indeterminado
Bufo negro	<i>Sotalia fluviatilis</i>	Indeterminado
Tigrillo	<i>Leopardus pardalis</i>	Indeterminado
Aquila monera	<i>Morphous guianensis</i>	Raro
Aquila harpia	<i>Harpya harpija</i>	Raro
Guacamayo azul-amarillo	<i>Ara ararauna</i>	Indeterminado
Charapa	<i>Podocnemis expansa</i>	Vulnerável
Taricaya	<i>Podocnemis unifilis</i>	Vulnerável
Lagarto negro, Caimán	<i>Melanosuchus niger</i>	Vulnerável
Cupiso	<i>Podocnemis sextuberculata</i>	Raro
Mata-mata	<i>Chelus fimbriatus</i>	Indeterminado

Fonte: Adaptada por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Soini et al. (1996).

Por abrigar espécimes diversificados e representativos de ecossistemas terrestres e aquáticos, a RN Pacaya Samiria, desde a sua criação, busca pôr em prática os preceitos estabelecidos na Lei n. 26.834, de 30 de junho de 1997 - Lei de Áreas Naturais Protegidas - e no Decreto Supremo n. 038-2001-AG, de 22 de junho de 2001, que regulamenta a referida Lei. Ambos os dispositivos legais definem AP como:

[...] espacios continentales y/o marinos del territorio nacional, expresamente reconocidos y declarados como tales, incluyendo sus categorías y zonificaciones, para conservar la diversidad biológica y demás valores asociados de interés cultural, paisajístico y científico, así como por su contribución al desarrollo sostenible del país.

Para Solano (2009) a definição das AP peruanas está fortemente baseada na acepção apresentada pela Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN) de 1994, que destaca a conservação da diversidade biológica como elemento central para considerar-se

AP. Esses dispositivos legais dão o suporte para os planos, programas e projetos desenvolvidos pelas instituições encarregadas de pensar a política e o planejamento das estratégias para o conjunto de AP.

Neste caso, o planejamento das AP orienta-se pelas linhas gerais estabelecidas no Plan Director de las Áreas Naturales Protegidas, aprovado pelo Decreto Supremo n. 016-2009-MINAM, de 03 de setembro de 2009, e pelos respectivos Plan Maestro de cada AP. Em conformidade com o artigo 20º da Lei n. 26.834, o Plan Maestro é um documento de planejamento de alto nível, que deve ser elaborado em processo participativo e revisado a cada cinco anos. Assim, o Plan Maestro da RN Pacaya Samiria para o período de 2009-2014, foi aprovado pela Resolução Presidencial n. 173-2009-SERNANP, em 24 de setembro de 2009.

O SERNANP é o ente coordenador e gestor do SINANPE e, como tal, articula a participação dos governos regionais e locais, direta ou indiretamente envolvidos com a gestão da AP. Isso tendo em vista que o SINANPE prevê ações de longo prazo, e que preconiza o envolvimento de atores diversos na gestão das AP de administração nacional, assim como nas ACR e ACP. Ainda seguindo o disposto no artigo 21º da Lei n. 26.834, as AP podem ser classificadas em uso direto e indireto e dependendo de sua condição legal, da finalidade e dos usos a que se destinam podem ser categorizadas em níveis de manejo diferenciados, como explicitados no quadro 25.

Quadro 25 - Descrição das categorias de manejo

USO / CATEGORIA	DESCRIPCIÓN
INDIRETO	Son aquellas que permiten la investigación científica no manipulativa, la recreación y el turismo, en zonas apropiadamente designadas y manejadas para ello. En estas áreas no se permite la extracción de recursos naturales, así como modificaciones y transformaciones del ambiente natural.
Parques Nacionales (PN)	En ellos se protegen con carácter intangible la integridad ecológica de uno o más ecosistemas, las asociaciones de la flora y fauna silvestre y los procesos sucesionales y evolutivos, así como otras características estéticas, paisajísticas y culturales que resulten asociadas.
Santuarios Nacionales (SN)	Son áreas donde se protege con carácter intangible el hábitat de una especie o una comunidad de la flora y fauna silvestre, así como las formaciones naturales de interés científico y paisajístico, por su importancia nacional.
Santuarios Históricos (SH)	Son áreas que protegen con carácter de intangible espacios que contienen valores naturales relevantes y constituyen el entorno natural de ámbitos con especial significación nacional, por contener muestras del patrimonio monumental y arqueológico o porque en ellos se desarrollaron hechos sobresalientes de la historia nacional.
DIRETO	Son aquellas que permiten el aprovechamiento o extracción de recursos, prioritariamente por las poblaciones locales, en aquellas zonas y lugares y para aquellos recursos, definidos por el plan de manejo del área. Otros usos y actividades que se desarrollen deberán ser compatibles con los objetivos del área.
Reservas Nacionales (RN)	Son áreas destinadas a la conservación de la diversidad biológica y la

	utilización sostenible de los recursos de flora y fauna silvestre, acuática o terrestre. En ellas se permite el aprovechamiento comercial de los recursos naturales bajo planes de manejo, aprobados, supervisados y controlados por la Autoridad Nacional competente.
Reservas Paisajísticas (RP)	Son áreas donde se protegen ambientes cuya integridad geográfica muestra una armoniosa relación entre el hombre y la naturaleza, albergando importantes valores naturales, estéticos y culturales.
Refugios de Vida Silvestre (RVS)	Son áreas que requieren la intervención activa con fines de manejo, para garantizar el mantenimiento de los hábitats, así como para satisfacer las necesidades particulares de determinadas especies, como sitios de reproducción y otros sitios críticos para recuperar o mantener las poblaciones de tales especies.
Reservas Comunales (RC)	Son áreas destinadas a la conservación de la flora y fauna silvestre, en beneficio de las poblaciones locales y comunidades campesinas o nativas. Pueden ser establecidas sobre suelos de capacidad de uso mayor agrícola, pecuario, forestal o de protección y sobre humedales.
Bosques de Protección (BP)	Son áreas que se establecen con el objeto de garantizar la protección de las cuencas altas o colectoras, las riberas de los ríos y de otros cursos de agua y en general, para proteger de la erosión a las tierras frágiles que así lo requieran. En ellos se permite el uso de recursos y el desarrollo de aquellas actividades que no pongan en riesgo la cobertura vegetal del área, ni afecten los suelos frágiles y las fuentes o cursos de agua.
Cotos de Caza (CZ)	Son áreas destinadas al aprovechamiento de la fauna silvestre a través de la práctica regulada de la caza deportiva.

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir da Lei n. 26.834; Decreto Supremo n. 038-2001-AG.

Como se depreende da descrição das RN, não apenas o Plan Maestro é importante enquanto documento balizador de gestão, mas também os Grupos de Manejo (GM) que são formados a partir de propostas específicas de conservação como, por exemplo, a proteção aos ninhos de Taricayas. Nesse caso, o artigo 38º do Decreto Supremo n. 016-2009-MINAM, denomina-os de Planes de Manejo de Recursos e de Planes de Uso Público, objetivando o seguinte:

[...] acciones de protección, monitoreo, seguimiento, pautas de uso, registro de datos acerca de poblaciones, repoblamiento, reintroducción, traslado y saca de especies nativas, así como erradicación de especies exóticas; recuperación y restauración del hábitat, evaluación del potencial económico, entre otras actividades. En todo caso estos planes deben elaborarse recogiendo los criterios establecidos en el Plan Director y el Plan Maestro respectivo.

No caso das Taricayas, notícias recentes (SPDA, 2013) informam que grupos de manejo comunitário, como a Organización de Manejo de Recursos Naturales Yarina (ORMARENA)¹²³, da bacia Yanayacu Pucate, têm lutado contra o saque ilegal dos ninhos. Enfatize-se que 48% das comunidades encontram-se no interior da RN e 52% em sua Zona de Amortiguamiento (ZA) (SERNANP, 2009), e dessas 75% estão localizadas ao longo da bacia do rio Marañon e apenas 25% na bacia do rio Ucayali.

¹²³ Em 2015 a ORMARENA conseguiu do SERNANP, através de sua Dirección de Gestión de Áreas Naturales Protegidas (DGANP), outorga do direito de aproveitamento de recursos naturais (plantas e animais silvestres) para fins comerciais, nesse caso para exploração sustentável do Huasáí (INFOAMAZONIA, 2015).

Na “selva dos espelhos” como é conhecida a RN Pacaya Samiria encontram-se povos indígenas de etnias distintas que foram se estabelecendo na região pelas vicissitudes históricas a que foram submetidos. No Plan Maestro o SERNANP (2009) explicita tal fato da seguinte maneira:

1) [...] **Kukama Kukamilla**, cuyo territorio ancestral abarca gran parte de la Reserva; 2) los **Kiwcha** de San Martín que llegaron a las cuencas del Bajo Huallaga y Marañon al establecerse las rutas comerciales desde los tiempos de la colonia; 3) los **Shipibo Conibo** cuyo territorio tradicional es la cuenca del Ucayali, formando, por lo menos, una comunidad en la Reserva, como resultado del traslado producido en el tiempo de las misiones; 4) los **Shiwilu** (Jebero) cuyo territorio tradicional es la cuenca del Paranapura en la zona de Yurimaguas, desde donde migraron hacia las cuencas del Bajo Huallaga y Marañon, algunos descendientes de los Shiwilu viven en las comunidades ribereñas de la Reserva; 5) el pueblo indígena **Kacha Edzé** o Urarinas (Shimaco), cuyo territorio es la cuenca del Chambira, en la Zona de Amortiguamiento de la Reserva; 6) los **ribereños**, que en su mayoría han sido objeto de procesos de mestizaje histórico, siendo su base social indígena; 7) los **migrantes recientes** principalmente procedentes de San Martín, Yurimaguas y Pucallpa.

Os Kukama Kukamiria além de serem os indígenas mais numerosos encontram-se assentados ao longo da bacia do Yanayacu Pucate, constituindo-se em um dos três principais circuitos turísticos da AP. Esses circuitos turísticos, como visualizados no mapa 9, estão em consonância com as diretrizes estabelecidas no artigo 23º da Lei n. 26.834, sobre o processo de zoneamento que deve ser realizado nas AP, independente da categoria de manejo.

Mapa 9- Circuitos turísticos da RN Pacaya Samiria



Fonte: MINAM (2012).

O sistema de zoneamento, enquanto ferramenta de planejamento deve adequar-se às características e objetivos de manejo da AP e pode compreender às seguintes zonas: Protección Estricta (PE), Silvestre (S), Uso Turístico y Recreativo (T), Aprovechamiento Directo (AD), Uso Especial (UE), Recuperación (REC), Histórico-Cultural (HC). No caso da RN Pacaya Samiria foram definidas cinco zonas, que são observadas na tabela 23. Quanto aos Planes de Manejo algumas ONG como, por exemplo, a Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza (PRONATURALEZA), vem atuando junto com o SERNANP em sua elaboração e execução.

Tabela 23- Zoneamento da RN Pacaya Samiria

ZONAS	HECTARES	%
PE	665.420,4	30.7
S	590.121,3	27.2
AD	522.382,0	24.1
UE	123.241,3	5.7
REC	265.823,0	12.3

Fonte: PRONATURALEZA (2010).

Explicite-se que a PRONATURALEZA tem contribuído com a proteção e o manejo participativo para a conservação dos recursos naturais aquáticos da RN Pacaya Samiria. Dessa maneira, também foi uma das entidades envolvidas na elaboração do Plan de Uso Turístico y Recreativo (PUTR) 2011-2016, aprovado pela Resolución Presidencial n. 301-2011-SERNANP, de 16 de dezembro de 2011. A atividade turística, de acordo com o sistema de zoneamento, pode ser realizada nas zonas S, AD, UE e REC, isso se considerando as populações assentadas no interior da AP e na ZA.

Os residentes da AP e ZA participam dos GM, principalmente nas zonas AD, que permitem atividades de pesca, caça e extração de recursos florestais não madeiráveis, com finalidades de subsistência e comercial (PRONATURALEZA, 2010). Os GM também participam de atividades educativas, de investigação e de turismo consoante ao PUTR que delimitou as áreas de uso turístico a partir das três principais bacias fluviais, as quais podem ser visualizadas no quadro 26. Assim, a partir do processo de zoneamento, foi possível identificar os principais circuitos turísticos que, em consonância com o PUTR, envolveu instituições públicas em nível regional e local, ONG e empresas particulares.

Quadro 26- Áreas de uso turístico por bacias

BACIA	ÁREA DE USO TURÍSTICO
Yanayacu	Pahuachiro
	Poza Cocha
	Nauta Caño
	Cocha San Jacinto
	Yanayacu Pucate-Cocha Dorado
Samiria	Bajo y Medio Samiria
	Tibilo Pastococha
Pacaya	Yanallpa-Iricahua
	Bajo Pacaya
	Cocha de Punga

Fonte: SERNANP (2012).

Em acordo com estudos de Monteferri (2007), os circuitos turísticos desenvolvidos para a RN Pacaya Samiria podem ser de quatro tipos: aventura, fluvial, especializado e recreio, entretanto, algumas localidades não possuem a infraestrutura mínima para desenvolvê-los. Desse modo, ainda conforme Monteferri (2009) é necessário integrar os moradores locais nas atividades de turismo e na distribuição dos benefícios, condição alcançável através dos Comitês de Gestão e da formação dos grupos locais. Monteferri (2007) chama a atenção para o fato de o turismo ter se convertido em atividade estratégica para a sustentabilidade financeira da RN, e que o envolvimento dos comunitários tem sido a chave para a valorização e conservação do patrimônio natural e cultural.

Atualmente, o Comitê de Gestão é uma das entidades atuantes, enquanto espaço de participação dos grupos locais que tem conseguido, por sua organização, permissão das autoridades constituídas para realizar atividades de prestação de serviços de pequena escala. Essas tarefas podem ser desenvolvidas, por meio dos grupos locais de turismo, nos circuitos turísticos definidos, que resumidamente se apresentam em número de três, assim descritos:

- 1) La cuenca Yanayacu Pucate, desde la comunidad veinte de enero, cerca de Nauta, hasta la famosa Cocha El Dorado. Es la zona donde se encuentra la mayor cantidad de refugios y zonas de campamento a lo largo del río. La laguna El Dorado es considerada el corazón de la RN y uno de los logares con mayor concentración de fauna.
- 2) En la cuenca baja y media del río Samiria visitando las Cochas Yarina, Fortuna y Ungurahui. Además en San Martín de Tipischa, al inicio de la cuenca, se puede convivir con los habitantes de la comunidad nativa Kukama Kukamilla quienes también ofrecen varios circuitos por recorrer, tanto a pie como en canoas.
- 3) En la cuenca baja de Pacaya, donde se abundan las cochas y el bosque permanece inundado gran parte del año (SERNANP, 2012).

Note-se que a participação comunitária é uma diretriz de gestão estabelecida no Regulamento de Uso Turístico das AP peruanas, portanto uma política pública consoante a Política Nacional de Turismo.

O Regulamento de Uso Turístico de Áreas Naturais Protegidas foi aprovado pelo Decreto Supremo n. 018-2009-MINAM, de 07 de setembro de 2009, e designa o SERNANP como Autoridad Nacional para outorgar direitos referentes à prestação de serviços turísticos. O regulamento prevê cinco modalidades de outorga de direitos para o aproveitamento econômico da paisagem natural, a saber: 1) concessão, 2) contratos, 3) permissão, 4) autorização, 5) acordo. As três primeiras modalidades são para atividades com fins comerciais e as duas últimas são alternativas econômicas para as populações locais.

As concessões são outorgadas às empresas particulares para o desenvolvimento de infraestrutura turística em espaços ou vias no interior das AP por até 40 anos renováveis, porém não podem ser concedidas em zonas PE ou S. Os contratos de serviços turísticos são previstos para aquelas atividades que não requeiram construção ou habilitação de infraestrutura ou de estrutura, nesse caso as empresas podem ser contratadas por um período de 10 anos, também renováveis. A autorização é para o desenvolvimento e operações de atividades turísticas em prédios particulares localizados no interior da AP e o prazo é requerido pelo proprietário do imóvel.

As permissões são concedidas, preferencialmente, aos residentes ou grupos devidamente organizados e reconhecidos pelo SERNANP para desenvolver atividades de pequena escala ou eventuais. Tais permissões podem ser outorgadas para um período de até dois anos, para as de pequena escala, e até 15 dias para as atividades eventuais. Os acordos são feitos para desenvolver atividades turísticas com finalidades de subsistência realizadas pelas populações residentes na AP, nesse caso não envolvem contraprestação econômica e o prazo é definido por análise prévia.

Sobre o sistema de concessões e autorizações Monteferri (2007) informa que 20 empresas particulares desenvolviam atividades turísticas na RN, entretanto ressalta que a maioria delas não se encontrava devidamente autorizada, portanto, cometendo atos infracionários à legislação vigente naquele momento¹²⁴. No PUTR 2011-2016 é informado de que até o momento “[...] aún no se han outorgado concesiones turísticas” (SERNANP, 2012, p. 41), embora tenham sido identificadas empresas turísticas e grupos locais operando.

Em se tratando dos grupos locais, foram outorgadas autorizações para desenvolver atividades turísticas, como se pode depreender do quadro 27. Porém, as autorizações são para os grupos já constituídos e reconhecidos por suas comunidades (SERNANP, 2012). Essas autorizações são para a execução de serviços de hospedagem, alimentação, acampamento etc.,

¹²⁴ Refere-se à Lei n. 26.834 de 1997, o Decreto Supremo n. 038-2001-AG, a Resolução Diretora n. 016-2001-INRENA-DGANPFS, que aprova o PUTR 2002.

que se utilizam de imóveis particulares ou comunais, para realizarem atividades que não geram contrapartida econômica, ou seja, não há exigência de pagamento pela outorga ao direito de aproveitamento (SERNANP, 2014). Esses grupos estão localizados nas áreas do baixo e médio Samiria, Tibilo Pastococha e Yanayacu Pucate, onde também exercem atividades de proteção e vigilância.

Quadro 27- Grupos locais de turismo - 2011

GRUPO LOCAL DE TURISMO	COMUNIDADE
ACATUPEL	Lagunas
Huayruo Tours	Lagunas
ETASCEL	Lagunas
Ayahuasca Tours	Lagunas
ASIENDES	San Martín de Tipischa
Casa Lupuna	San Martín de Tipischa
COMAPA-20 de Enero	20 de Enero
UPC-Yarina	Yarina
ECOTUR YARINA	Yarina
ORMARENA-Yarina	Yarina
Transportes Turísticos Lucerito	Yarina
UPC-Yacutayta	Monco Capac
SHAPSHICO TOURS	Breña

Fonte: SERNANP (2012).

Segundo o PUTR 2012, as empresas particulares que tem autorização para entrar na RN Pacaya Samiria, o fazem, por meio da contratação dos serviços de guias locais e demais serviços disponibilizados pelas comunidades. O PUTR informa que, no período de 2001 a 2011 foram registradas 10 empresas particulares, que ofertam roteiros turísticos para circuitos diversos na AP, notadamente para o setor Yanayacu Pucate. Tal fato se dá pela proximidade das cidades de Nauta e Iquitos e pela facilidade dos serviços de apoio ao turismo, como os barcos hotéis, albergues etc.

Registre-se, ainda, que as principais empresas operadoras de turismo estão baseadas nas cidades de Nauta e Iquitos, e que existem muitas agências de viagens e turismo na operacionalização de pacotes turísticos, o que se reflete no aumento do número de visitantes, como observado na tabela 24, embora seja fator de muitos conflitos internos, principalmente entre as empresas e os grupos locais de turismo. Isso decorre da grande oferta de empresas para um número ainda limitado de compradores, além de limitações de recursos humanos e financeiros do SERNANP enquanto principal gestor da AP.

Tabela 24- Fluxo de visitantes na RN Pacaya Samiria 1999-2010

ANOS	VISITANTES
1999	2.000
2000	2.503
2001	1.708
2002	2.949
2003	2.475
2004	1.821
2005	989
2006	1.077
2007	2.976
2008	4.985
2009	5.362
2010	6.378

Fonte: SERNANP (2011).

Por sua extensão enorme, os pacotes ofertados pelas empresas de turismo, geralmente são para um período de sete dias, embora nas páginas *web* das empresas existam roteiros para até 22 dias. Diga-se que para entrar na AP paga-se taxa de ingresso que, na maioria das vezes, está incluída no pacote turístico e, ainda, que a partir do ano de 2006 foi instituída tarifa diferenciada de acordo com o tempo de permanência. A maioria dos visitantes estrangeiros é de nacionalidade norte-americana (62,66%), seguidos dos ingleses (09,27%) (SERNANP, 2012), e a diferença entre os fluxos de nacionais e estrangeiros pode ser visualizado na tabela 25.

Tabela 25- Fluxo de visitantes anual na RN Pacaya Samiria 2011-2015

PROCEDÊNCIA / ANO	2011	2012	2013	2014	2015*
Total	7.853	9.815	10.148	11.909	5.780
Estrangeiros	6.676	9.030	8.490	6.118	5.316
Nacional	1.177	785	1.658	5791	464

Fonte: SERNANP, MINCETUR (2015). *2º trimestre de 2015.

Embora os registros demonstrem que o fluxo de nacionais esteja abaixo do dos ingleses, registrando 05,18%, o mesmo é significativo e demonstra o crescimento paulatino do turismo interno. Do ponto de vista da afluência dos visitantes, as estatísticas confirmam que os meses de alta temporada (dezembro-fevereiro e julho-agosto) são os de maior fluxo, como observado na tabela 26. Esses indicadores de turismo foram analisados pelo SERNANP (2012) e compõem o PUTR, e ainda balizam os programas subsequentes e norteiam as políticas públicas de turismo, bem como os possíveis investimentos e os financiamentos internos e externos.

Tabela 26- Fluxo de visitantes por meses na RN Pacaya Samiria 2013-2015

MÊS / ANO	2013		2014		2015	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro
Janeiro	73	691	97	727	75	880
Fevereiro	60	768	82	864	89	910
Março	41	783	41	772	87	1.009
Abril	65	693	793	130	71	670
Maiο	82	813	860	53	107	1.093
Junho	74	583	668	350	35	754
Julho	205	686	1.066	250	-	-
Agosto	100	789	1.095	170	-	-
Setembro	80	788	691	190	-	-
Outubro	105	1.117	135	1.076	-	-
Novembro	102	720	123	746	-	-
Dezembro	671	59	140	790	-	-
TOTAL	1.658	8.490	5.791	6.118	464	5.316

Fonte: SERNANP, MINCETUR (2015).

Como se depreende do PUTR, o desenvolvimento com base na perspectiva do turismo sustentável tem sido perseguido como meta prioritária e, para tanto, o envolvimento dos atores em processos de planejamento participativo, tem se convertido em conservação da natureza. Como documento balizador, o PUTR está estruturado em seis programas, por sua vez subdivididos em objetivos e ações. A gestão turística está centrada na estimativa da capacidade de carga dos atrativos turísticos levando-se em consideração as três bacias hidrográficas: Yanayacu Pucate, Samiria e Pacaya.

Enfatize-se que somente a elaboração do plano não é sinônimo de garantia de conservação e de sustentabilidade biossociocultural. Entretanto, no caso da RN Pacaya Samiria, as ações definidas estão sendo coordenadas a partir de um aparato técnico-burocrático que foi criado e está sendo incentivado pelas autoridades constituídas. Nesse sentido, a inserção de agentes financiadores internos e externos ao Estado peruano vem estimulando investigações acerca das experiências acumuladas nessa AP.

6 DECORRÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS DA TRÍPLICE FRONTEIRA PAN-AMAZÔNICA

O território fronteiro do Brasil, Colômbia e Peru demonstra ser um campo fértil para se observar, por analogia, as diferenças e similaridades das políticas públicas de turismo e a sua absorção ou não, pelas populações locais. As categorias de análise escolhidas – políticas públicas de turismo e gestão local – permitem unificar problemas que aparentemente se escondem nas diferenças existentes, subordinadas ao aparato ideológico de cada país. Embora permaneçam muitas semelhanças histórica e socialmente construídas como, por exemplo, as características de constituição populacional, as lutas travadas por reconhecimento de direitos ainda é realidade que pressiona o Estado e as suas instituições.

Neste campo fértil, as diferenças entre as categorias de manejo escolhidas permitem contrapor a legislação quanto ao entendimento sobre os processos de inserção comunitária na gestão local das AP. Os avanços e retrocessos do ponto de vista legal, para garantia de direitos territoriais usurpados pela imersão dos Estados nos processos econômicos hegemônicos demonstram a amplitude do problema. Sobretudo, a partir da adoção de componentes suavizantes dessa questão como o da inclusão de políticas *softs* como o DS.

Desta maneira, os países vêm adotando o DS para mitigar os problemas decorrentes da incapacidade de atuação dos Estados frente à ordem econômica internacional. Tal incapacidade, proposital ou não, deixa a Pan-Amazônia como fronteira aberta para que atividades ilícitas ocorram a todo momento, envolvendo atores os mais diversos. A busca incessante por mercados de *commodities* baliza a realidade pan-amazônica e tem colocado as comunidades, organizadas ou não, frente a uma realidade permeada por processos biossocioeconômicos ideologicamente cooptados pelo discurso hegemônico.

A circularidade que envolve a questão da adoção de políticas públicas de turismo, embora preguem a descentralização e autonomia de instâncias de decisões menores, demonstra o quanto é ilusória a proposição de alternativas que efetivamente se contraponham ao *establishment*. Tal constatação não deve provocar imobilismos, ao contrário, deve motivar a busca de pistas a serem seguidas para fazer frente a uma prática que se firma através de um aparato ideológico profundo. Desse modo, a inserção da gestão de comunitários nas atividades de turismo segue a lógica estabelecida e não está descolada da realidade dominante.

Embora o processo de integração comunitária no sistema de gestão esteja de direito estabelecido nos programas, planos e projetos das instituições de Estado, de fato é uma

realidade ainda a ser atingida. Isso não se deve somente aos processos de descontinuidade político-administrativa, que no caso do turismo tem levado a maior ou menor priorização da atividade, mas também às pressões realizadas pelas agências financiadoras internacionais. Ressalte-se que, neste jogo ideológico e político as elites dominantes tem papel preponderante sobre o destino dos recursos econômicos e a sua aplicabilidade prática, e tal favorecimento não é para a produção de resultados equânimes.

6.1 As instituições de turismo no Brasil, Colômbia e Peru

Sabe-se que políticas públicas setoriais têm sido elaboradas para áreas de fronteiras como elemento mitigador de conflitos sociais e territoriais no sentido de garantir a segurança da porção de terra (MACHADO, 1995). Em decorrência disto, a ocupação e o uso do solo fronteiriço têm sido definidos com base em instrumentos e marcos legais¹²⁵, sem levar em consideração as condições de vida dos povos que habitam estas zonas (MARTINS, 2009), alguns deles há milhares de anos. Do ponto de vista ambiental, o mundo tem adotado o modelo preservacionista (VIEIRA; MAIMON, 1993; DIÉGUES, 1994; COPOBIANCO, 1996) de instituição legal de AP utilizando como escopo o discurso da sustentabilidade.

Assim, uma das práticas que vem sendo projetada como manejo para as AP é o desenvolvimento do turismo em sua vertente ecológica (PINTO; CAMPOS, 1993; QUARESMA, 1998; PINTO, 2000), que implica no pressuposto de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Neste sentido, estando claramente baseada na perspectiva teórica do DS (BOULLÓN, 1993; LINDBERG; HAWKINS, 1999). Dessa gênese é extraída a perspectiva teórica do TS como elemento novo para a elaboração de políticas públicas de turismo.

Mesmo em segmentos do mercado turístico que pretendem desenvolver produtos *softs* é necessário o entendimento de que este fenômeno pode se revestir nas versões mais variadas e que podem conduzir a nomes diferentes para explicar a mesma coisa (BOULLÓN, 2002). É deste fato teórico e prático da atividade que surgem os segmentos distintos de mercado com nomes modificados como: ecoturismo, turismo responsável, ecoturismo comunitário, turismo de base comunitária etc. A consequência disso é o surgimento de uma polissemia de conceitos que estão presentes na formulação das políticas.

¹²⁵ É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designado como Faixa de Fronteira (BRASIL, 1979).

É necessário ressaltar que o turismo não pode ser mais ignorado pelos governos, uma vez que a sua vertente econômica o torna opção de desenvolvimento impulsionado pela demanda da população (COOPER et al., 2007). Além disto, o produto turístico possui características que o tornam singular como o fato de ser intangível, ou seja, é uma experiência e, como tal, inseparável do local de produção e de consumo. Não obstante, o fato de reunir diferentes empreendimentos em um só, sugere implicações práticas, e a busca de um aparato jurídico que realize a intermediação dos conflitos.

Por causa disto, os governos precisam ser assessorados por instituições de apoio de porte, com organizações que atuem em setores diferentes, impulsionando a chamada Cadeia Produtiva do Turismo (CPT). Nestes termos, a lógica de mercado permeia as ações das políticas públicas de turismo, buscando também as diferenças contidas nos produtos solicitados pela demanda. Esse jogo entre oferta e demanda tem apontado no sentido de dar estímulo a um turismo marcado pelo desenvolvimento endógeno, com aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais.

É desta maneira, que se pode afirmar que as políticas públicas de turismo no Brasil, na Colômbia e no Peru estão circunscritas em tema que merece a atenção das instituições de ensino e pesquisa, pois faz parte da história recente de uma atividade que ao longo do tempo vem se destacando como de interesse público e particular. Se, é verdade que, umbilicalmente o tema está ligado ao Estado e às instituições governamentais, que determinam a criação de organismos gestores, para o turismo brasileiro, esta história inicia-se a partir do ano de 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do seu órgão máximo o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR).

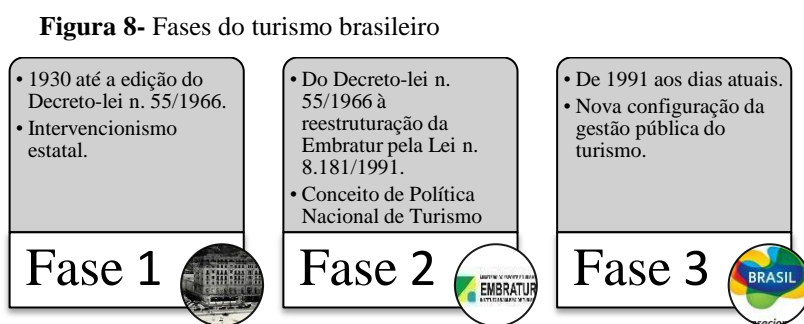
Ao longo desta história recente, ora o turismo é tratado como fato e fenômeno contemporâneo, ora como uma ciência passível de ser estudada procurando-se leis gerais que a justifique (BENI, 1998). Não são poucas, nem desconhecidas, as implicações do desenvolvimento do turismo, enquanto pauta de exportações e a estreita relação com o Produto Interno Bruto (PIB) dos países. Um fenômeno de relevado interesse das ciências econômicas, e, que, tem recebido um tratamento prioritário nos estudos e pesquisas realizados no âmbito das instituições de ensino e pesquisa mundo afora.

Entretanto, este fenômeno está imbricado com ciências as mais diversas, pois como atividade humana, tem sido objeto de investigação multi e interdisciplinar, principalmente na grande área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Nesse sentido, ao se analisar o Estado brasileiro percebe-se claramente que as políticas públicas de turismo são o reflexo do ideário político, que se manifesta em suas instituições e servem de corolário para ações as

mais variadas (BURSZTYN, 2003). É sob este ponto de vista que se pode analisar a trajetória do turismo brasileiro, enquanto manifestação das políticas públicas, observando-se as instituições criadas ao longo de sua existência como organismo planejador e gestor dessas políticas.

Com a intenção de recuperar o contexto histórico que impulsionou a criação dos organismos e, conseqüentemente, das legislações ligadas ao setor turístico brasileiro, Beni (2006) faz uma retrospectiva dos programas de planejamento e desenvolvimento do turismo. Centraliza as suas análises em quatro momentos, que iniciam nos anos 1970, 1980, 1990, até a atualidade. Marca como já mencionado, o Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966, que cria a EMBRATUR e o CNTUR.

Solha (2002) periodiza a evolução do turismo brasileiro em etapas como: primórdios (Séculos XVII e XIX), primeiras manifestações (de 1900 a 1949), expansão e organização (de 1950 a 1969), do sonho à decepção (de 1970 a 1989), e retomada (de 1990 a 2000). Carvalho (2009) propõe uma linha de tempo que distribui em fases: primeira (de 1920 a 1960), segunda (de 1961 a 1992), terceira (de 1993 a 2002), e quarta (de 2003 até o presente). Araujo e Taschner (2012) também realizam uma temporização que distribuem em três fases, como resumidas na figura 8.



Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Araujo e Taschner (2012).

Assim, pode-se entender o porquê do turismo vincular-se como um organismo coadjuvante de outros até, mais recentemente, chegar a ser autônomo. Enquanto ideário político também é reflexo das patologias e “ondas” que justificam as ações políticas, desta maneira passa de um ente que planeja de maneira tecnocrática a um que utiliza o modelo sistêmico. O modelo sistêmico utilizado para realizar a análise do turismo enquanto ciência

está claramente embasado na Teoria Geral dos Sistemas¹²⁶ (TGS), de Bertalanffy ([1950] 1973).

Tal fato implica em descobrir outras maneiras de gestão que ultrapassem a visão excludente do “negócio” turístico e incorporem perspectivas novas que são possíveis à medida que se adote o turismo como uma ciência em construção. Tal afirmação é possível porque ainda está em debate a questão em torno de o turismo ser um fato ou um fenômeno típico da contemporaneidade, ou ainda uma ciência propriamente dita (BARRETTO, 1991). Tal questão é agudizada não só pelas implicações teóricas e práticas do problema, mas também pela introdução de marcos de uma sociedade globalizada, que tem na inserção de aparatos tecnológicos um ponto de convergência em nível planetário.

A TGS foi aplicada na teoria turística como maneira de demonstrar o processo interativo entre os componentes múltiplos do denominado Sistema de Turismo (SISTUR), descrito por Beni (1998). Entretanto, a busca da relação causa e efeito direciona as análises para a prevalência do econômico, uma vez que tanto o Estado, quanto as empresas particulares objetivam a lucratividade. Nesse sentido, o superávit no balanço de pagamentos condiciona as políticas de turismo e também o aparecimento das organizações promotoras, como se pode depreender do quadro 28 que sumariza as ações dos órgãos criados para fomentar o turismo nacional.

Quadro 28- Cronologia das normas, órgãos e ações do turismo brasileiro

ANO	NORMA	ÓRGÃO/ENTIDADE	AÇÃO
1923 1926	-	Sociedade Brasileira de Turismo (SBT) Touring Clube do Brasil	Estimular o turismo interno. Revista Brasileira de Turismo.
1938	Decreto-Lei n. 406, 04.05.38	Presidência da República	Autorização para exploração de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas, rodoviárias.
1940	Decreto-Lei n. 2.440, 23.07.1940	Presidência da República	Autorização para registro de agências de viagens e turismo.
1958	Decreto n. 44.863, 21.11.58	Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR)	Realizar o planejamento turístico nacional.
1966	Decreto-Lei n. 55, 18.11.66	Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)	Conselho Nacional de Turismo (CNTUR).
1977	Lei n. 6.505, 13.12.77	EMBRATUR	Identificação dos prestadores de serviços turísticos.
1988	Constituição Federal	Presidência da República	Art. 6; Art. 180.
1971	Decreto-Lei n. 1.191, 27.10.71	EMBRATUR	Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR).
1974	Decreto-Lei n. 1.376,	EMBRATUR	Fundo de Investimento Setorial

¹²⁶ A adoção da TGS como modelo teórico parte da premissa de que o turismo é “[...] resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo superabrangente, complexíssimo e pluricasual”. Então, a partir da adoção da TGS “[...] construímos o Sistema de Turismo (SISTUR), a fim de conhecer a estrutura dessa atividade, que compreende diversos e complexos conjuntos de causas e efeitos que devem ser considerados” (BENI, 1998, p. 20).

	12.12.74		(FISSET).
1991	Lei n. 8.181, 28.03.91	Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)	Estabelece novas finalidades e competências.
2003	Lei n. 10.683, 28.05.2008	Ministério do Turismo (MTUR)	Define a política nacional de turismo, o planejamento, a coordenação de programas e projetos.
2008	Lei n. 11.771, 17.09.2008	Lei Geral do Turismo (LGT)	Política Nacional de Turismo; define o Plano Nacional de Turismo (PNT).

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2014) a partir de docs. oficiais.

A redefinição desses organismos, em nível federal, para administração do turismo possibilitou a consolidação da Política Nacional de Turismo (PNT) e colocou o turismo como parte integrante do sistema produtivo (BENI, 2006). Cabe ressaltar que, conceitualmente, a política de turismo pode ser definida como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (GOELDNER; RITCHIE; McINTOSH, 2002, p. 294).

Desse ponto de vista a criação do Ministério do Turismo (MTUR), possibilitou a entrada do Brasil na estrutura de apoio das representações internacionais, principalmente da OMT¹²⁷.

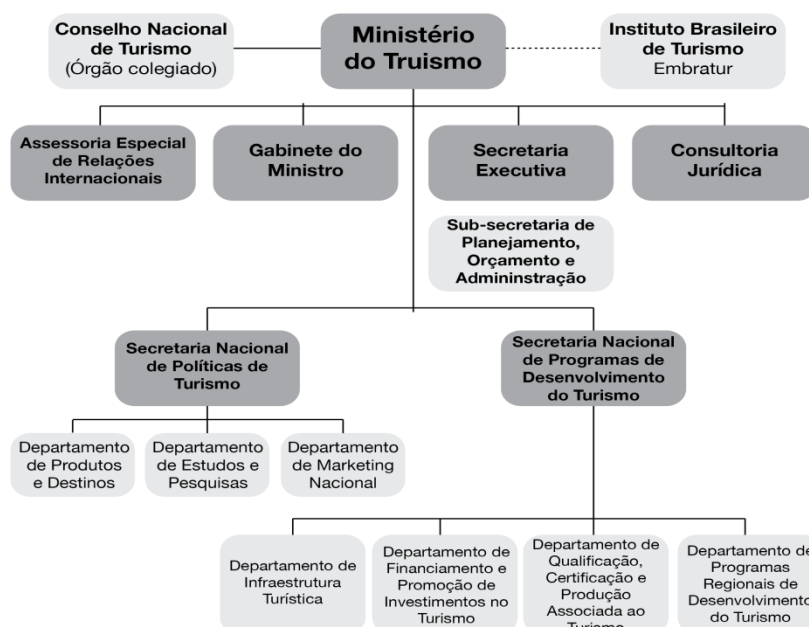
Na perspectiva da formulação das políticas de turismo, a estrutura hierárquica do MTUR introduz em seu organograma, visualizado no organograma 2, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPT), cujo objetivo, dentre outros, é monitorar a aplicação da LGT. Entretanto, segundo Ferraz (2012, p. 319):

[...] sobre o prisma técnico-jurídico, a LGT regrediu na tentativa de instituir um marco regulatório mais moderno sobre o planejamento e o fomento econômico-turísticos, visto que confere maior importância à função fiscalizadora do poder público no e sobre o mercado.

Evidencia-se, dessa maneira, a precariedade da dimensão jurídica que permeia as políticas públicas (FERRAZ, 2012). Embora se saiba que o modelo de gestão descentralizada nas dimensões regional e territorial, dadas pela execução do PNT e do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), propostos para serem alcançados pelo MTUR/SNPT, evidenciem o espectro amplo de suas competências os quais nem sempre atingíveis.

¹²⁷ É a única organização intergovernamental que serve de fórum mundial para debater as políticas e questões turísticas. A OMT está integrada por 154 países, 7 territórios, e por mais de 375 membros afiliados pertencentes aos setores públicos e particulares. A missão da OMT é promover e desenvolver o turismo como meio significativo de fomentar a paz e a compreensão internacional, o desenvolvimento econômico e o comércio entre as nações (OMT, 2009).

Organograma 2- Organograma do MTUR



Fonte: Brasil (2015).

Isto evidencia que ao serem implantadas as políticas públicas de turismo, o seu reatamento na gestão local deveria ser imediata, condição nem sempre possível para algumas regiões brasileiras, como a amazônica. Em se tratando desse aspecto, na Amazônia e na Pan-Amazônia¹²⁸, a inserção dos debates em torno da questão ambiental tem proporcionado reflexões críticas enquanto componente que permeia a elaboração das macropolíticas e também das setoriais. A perspectiva da sustentabilidade aparece, conforme Pinto (2006), nos discursos oficiais como momento de inclusão daqueles que ficaram à margem dos planos, programas e projetos executados.

¹²⁸ Também chamado de Amazônia Internacional corresponde a uma área de 6,5 milhões de Km² e abrange parcialmente os países: Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa e Suriname (MONTEIRO et al., 1997).

A perspectiva da sustentabilidade também influencia as políticas de turismo da Colômbia, principalmente em sua porção amazônica¹²⁹, onde iniciativas governamentais buscam desenvolver estratégias alternativas. Tal fato é relatado por Mejía (2008, p. 89), quando expõem as ações de combate às atividades ilegais pela preponderância do desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, ressalta que é “[...] evidente la falta de planes y políticas a mediano y largo plazo [...]”, mesmo após a promulgação da Ley General de Turismo (LGT), Lei n. 300 de 1996.

A LGT de 1996 foi concebida por princípios diretivos que inspiram todo o seu conteúdo, a saber: “[...] concertación, coordinación, descentralización, planeación, libertad de empresa, fomento, facilitación, desarrollo social, económico y cultural, desarrollo sostenible, calidad, competitividad, accesibilidad y protección al consumidor” (MARTÍN; GUERRA, 2012, p. 1). A Lei concebe o setor turismo como atividade econômica para a qual convergem três setores principais: oficial, misto e privado, como observados na figura 11, e descritos dessa maneira:

[...] el sector *oficial* (el Ministerio del ramo, las Entidades Territoriales, *Prosocial*¹³⁰ y demás entidades públicas que tengan asignadas funciones relacionadas con el turismo, con los turistas o con la infraestructura), el sector *mixto* (integrado por el Consejo Superior de Turismo, el Consejo de Facilitación Turística y el Comité de Capacitación Turística) y el sector *privado* (conformado por los prestadores de servicios turísticos, sus asociaciones gremiales y las formas asociativas de promoción y desarrollo turístico) (MARTÍN; GUERRA, 2012, não paginado.).

Ainda, de acordo com a LGT, naquele momento, é o Ministerio de Desarrollo Económico que tem a responsabilidade de coordenar e planejar a atividade turística através do Plan Nacional de Desarrollo (PND) e do Plan Sectorial de Turismo (PST).

¹²⁹ En términos políticos administrativos la Amazonia colombiana comprende los departamentos de Caquetá (88.965 Km²), Putumayo ((24.885 Km²), Guaviare (53.460 Km²), Guainía (72.238 Km²), Amazonas (109.665 Km²) y Vaupés (54.135 Km²); entre todos ellos suman un total de 403.500 kilómetros cuadrados, que representa el 35% del país (MEJÍA, 2008, p. 89).

¹³⁰ Promotora de Vacaciones y Recreación Social (PROSOCIAL) nació en 1993 como un organismo público con el objetivo de financiar obras y planes destinados a proporcionar descanso adecuado durante las vacaciones y sana recreación a la clase trabajadora del país [...] (MARTÍN; GUERRA, 2012, p. 1).

Figura 9- Principais setores do turismo de acordo com a LGT

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Martín e Guerra (2012).

Ochoa Zuluaga et al. (2008, p. 179), afirmam que: “Algunas políticas se han propuesto mejorar la imagen de Colombia en el exterior, la cual se ha visto deteriorada por el conflicto armado”. Nesse sentido, referenciam a LGT como marco das políticas que proporcionaram mudanças com a “[...] reestructuración de la Corporación Nacional de Turismo (liquidada con el Decreto n. 1.671 de 1997) cuyas funciones pasaron al Fondo de Promoción Turística y a PROEXPORT¹³¹”. Evidenciando a mobilidade existente nos entes de formulação e execução das políticas de turismo colombianas.

Utilizando-se de informações retiradas do Centro de Estudios sobre el Desarrollo Económico (CEDE), Ochoa Zuluaga et al. (2008, p. 180) examinam as transformações e mudanças nos organismos do turismo colombiano em nível nacional. Enfatizam que as modificações na política de turismo tomam forma com “[...] la Dirección Nacional de Turismo – DITUR, del Ministerio de Comercio, Industria y Turismo – MINCOMERCIO”. A DITUR competia elaborar e executar “[...] la Política Sectorial, de la administración del Registro Nacional de Turismo – RNT – y de brindar apoyo técnico y coordinación a las diferentes oficinas locales de turismo”.

No marco das transformações em curso, a LGT foi modificada no ano de 2006 (Lei n. 1.106), com o intuito de ampliar a contribuição fiscal destinada à promoção do turismo. Também foram celebrados contratos com empresas particulares para administração do Fondo de Promoción Turística (FPT). A través da Lei n. 1.558, de 11 de julho de 2012, é sancionada

¹³¹ Promoción de Turismo, Inversión y Exportaciones. Atualmente: Exportaciones, Turismo, Inversiones, Marca País (PROCOLOMBIA).

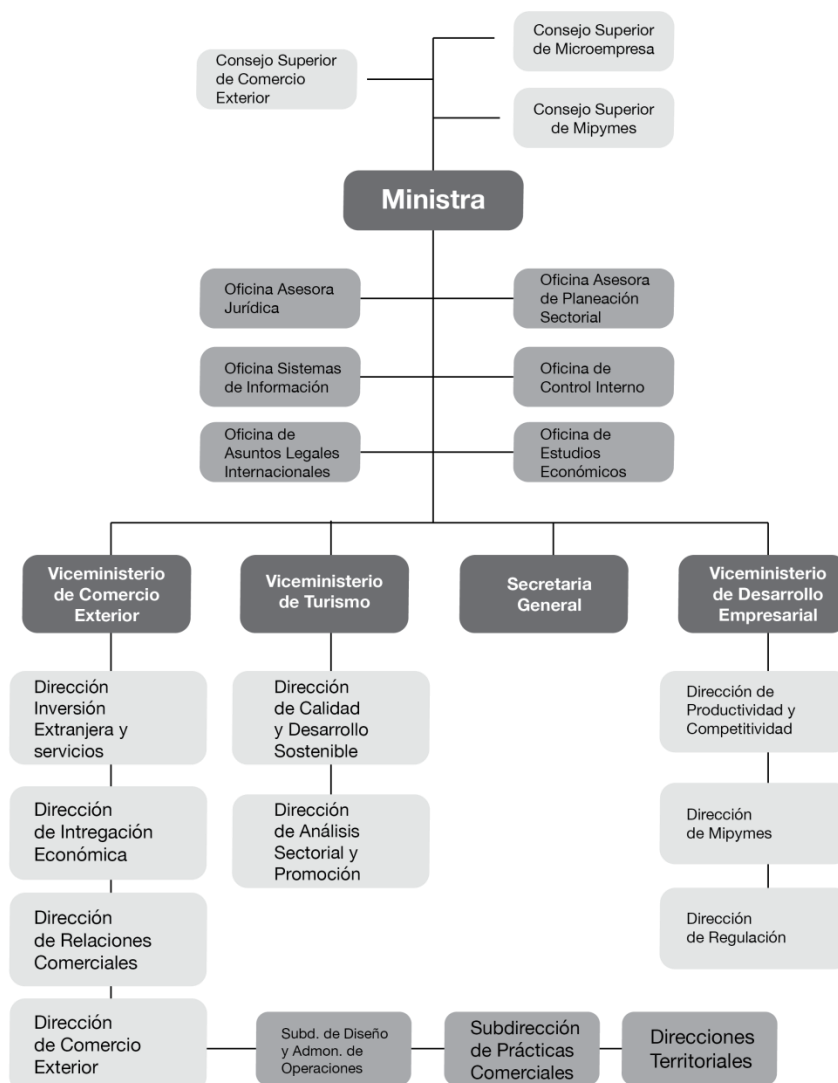
a LGT mais recente que reformula as leis anteriores e declara o turismo como atividade de interesse nacional.

A LGT nova cria o Consejo Superior del Turismo (CST), sob a direção do Ministerio de Comercio, Industria y Turismo (MinCIT), que mudou de *status* institucional e as funções do setor passaram ao Viceministerio de Turismo. Outra mudança, não apenas de nomenclatura, é a denominação nova para o FPT que passa a ser reconhecido como Fondo Nacional de Turismo (FONTUR). A função primordial do FONTUR é “[...] el recaudo, la administración y ejecución de recursos para la infraestructura turística, promoción y la competitividad turística, así como el recaudo del impuesto al turismo” (GOVERNO DA COLOMBIA, 2012).

Neste caso, o FONTUR passa a ser o principal instrumento para o financiamento das políticas públicas de turismo. No contexto dessas mudanças organizacionais, o MinCIT , através do Viceministerio de Turismo, passou a elaborar e executar o Plan Nacional de Turismo (PNT) e o PST, este último para os períodos de 2003-2006, 2006-2010, 2010-2014, 2014-2018. O PST vigente identifica como segmentos de mercado a serem priorizados os de ecoturismo, etnoturismo, agroturismo, acuaturismo y turismo metropolitano (GOVERNO DA COLOMBIA, 2014).

Outra modificação significativa na LGT nova é o fato de que apenas os prestadores de serviços inscritos no Registro Nacional de Turismo (RNT) podem ser beneficiados com incentivos tributários e fiscais. Tais reformulações têm seu rebatimento na estrutura hierárquica do MinCIT, como pode ser observado a partir do organograma 3 que demonstra o enxugamento dessa estrutura nova. Tais reformulações surtiram efeitos benéficos para as políticas públicas de turismo colombianas, uma vez que o país foi eleito como destino revelação na Feira de Turismo de Londres (WTM, na sigla em inglês) no ano de 2012.

Organograma 3- Organograma do MinCIT



Fonte: MinCIT (2015).

Como se verá na próxima seção, as políticas adotadas desde o ano de 1996 reconhecem a autonomia dos entes locais para desenvolver planos e projetos turísticos nos Departamentos, Distritos e Municípios colombianos. Com a criação das Zonas Francas Turísticas (ZFT), ocorre uma descentralização das ações governamentais também utilizadas para se ter um controle de informações sobre os atrativos turísticos (OCHOA ZULUAGA et al., 2008). O desafio também é o de buscar recursos que viabilizem os locais com vocação

turística, solução que a LGT de 2012 facilita através da administração ou alienação dos imóveis turísticos vinculados aos processos ilícitos do narcotráfico.

O contexto histórico das macropolíticas, e também das políticas públicas setoriais, no Peru não é diferenciado dos outros países sul-americanos, com taxas de hiperinflação e violência política que impactaram a economia e a sociedade. Rubio (2010, p. 204), apresenta esse período da seguinte maneira:

A finales de la década de 1980 el país venía de una época signada por una gestión económica que ostentaba una hiperinflación histórica y aquejado por la violencia política. La asunción de mando de Alberto Fujimori en 1990, quien puso en marcha un agresivo PAE auspiciado por el FMI el Banco Mundial (BM), supuso un conjunto de ajustes en materia de política económica y social que fueron acompañados de un alto grado de represión política.

Os Programas de Ajustes Estrutural (PAE) do FMI são conhecidos em toda América Latina, bem como os seus impactos negativos e positivos para a economia e para a população. Nesse sentido, as transformações no processo político-econômico vieram a partir de uma reestruturação do sistema político peruano nos anos de 1990.

A debilidade na condução e o desconhecimento das políticas que serão implementadas – macro e setoriais – para o desenvolvimento econômico e social provocam desajustes, como também observa Rubio (2010, p. 203), ao afirmar que:

Para establecer un diagnóstico de las políticas públicas sectoriales en un país es imprescindible tener un conocimiento básico del modelo de política económica que orienta o define la perspectiva de desarrollo. En las macropolíticas de Gobierno peruano, en pocas décadas el país ha transitado de la industrialización por sustitución de importaciones, el intento de capitalismo de Estado, la aplicación de políticas de ajustes estructural, la liberalización de los principales sectores y la extrema apertura de la economía nacional a los capitales transnacionales.

Portanto, enquanto política setorial, o turismo passa por mudanças que refletem as debilidades na condução das políticas com maior e menor autonomia dos organismos que são criados para administrar o setor. Diga-se que o Peru foi um dos países que aplicou o mais duro pacote de reformas de PAE tendo em vista a economia de mercado globalizada.

Compreendendo o turismo como economia de mercado, a Lei n. 26.961, de 28 de maio de 1998, denominada “Ley para el desarrollo de la actividad turística”, propugna em seus princípios: “Estimular el desarrollo de la actividad turística, como un medio para contribuir al crecimiento económico y desarrollo social del país, generando las condiciones más favorables para el desarrollo de la iniciativa privada”. Demonstrando assim, a importância do setor turismo como produto de exportação.

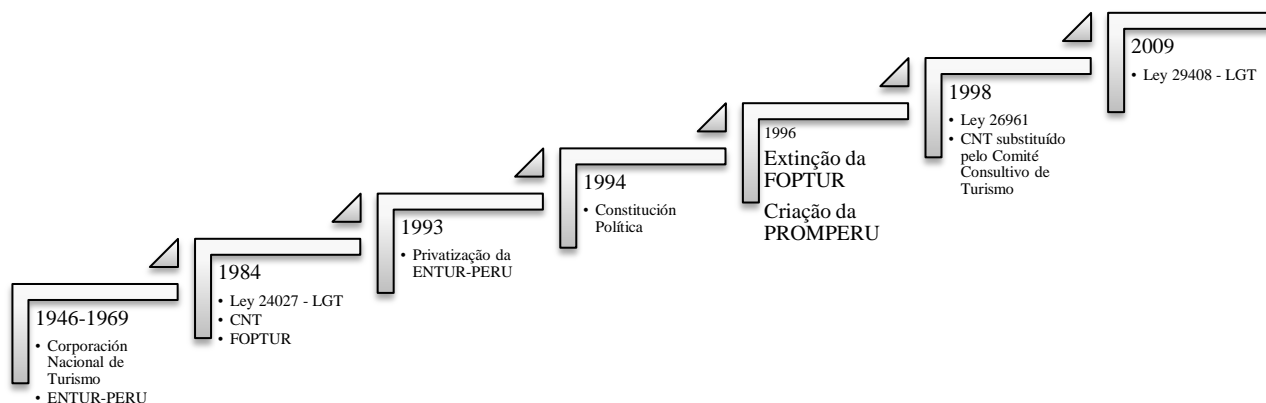
Tal importância e interesse das autoridades peruanas pelo turismo, em conformidade com análise de Rubio (2010, p. 205-206), têm mais de meio século de história, senão observe-se:

En 1946 el Estado peruano creo la Corporación Nacional de Turismo, cuyo antecedente fue la fundación en 1942 de la Compañía Hotelera del Perú S.A., que posteriormente pasó a convertirse en la Empresa Nacional de Turismo (ENTURPERU) en 1969. Esta empresa estatal construyó y administró hoteles en casi todas las capitales de departamento del país. Durante esos años el Estado inició la promoción del turismo bajo el slogan “Conozca el Perú primero”, dando facilidades para el uso de los hoteles de propiedad pública a maestros, obreros o empleados con sus familiares a través de tarifas especiales de alojamiento y servicios”.

Com o advento da Lei n. 24.027, de 12 de dezembro de 1984, a Ley General de Turismo (LGT), foram criados o Consejo Nacional de Turismo (CNT) e o Fondo de Promoción Turística (FOPTUR). Entretanto, com o aprofundamento das políticas de corte neoliberal consubstanciadas na Constitución Política del Perú, de 1994, houve garantia total de liberdade aos investidores estrangeiros com o aparecimento de organizações multilaterais.

Os efeitos da liberalização econômica provocam mudanças nos entes como a FOPTUR que foi substituída pela criação da Comisión de Promoción del Perú (PROMPERU), pelo Decreto Supremo n. 010-93-PCM, regulamentado pelo Decreto Legislativo n. 833, de 16 de julho de 1996. A Lei n. 29.961, de 1998, cria o Comité Consultivo de Turismo em substituição ao CNT e pela Lei n. 27.790, de 23 de julho de 2002, é criado o Ministério de Comercio Exterior y Turismo (MINCETUR), em substituição ao Ministério de Industria, Turismo, Integración y Negociaciones Comerciales Internacionales (MITINCI).

O recrudescimento das políticas neoliberais trouxeram impactos diversos para as políticas de turismo no Peru, embora posteriormente, do ponto de vista econômico, o país comece a registrar estatísticas ascendentes no setor. De maneira geral, essas mudanças podem ser visualizadas na linha de tempo proposta na figura 10, sabendo-se que muitas propostas também estão contidas nos Plan Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR), para os períodos 2005-2015, 2008-2018, 2012-2021. Observe-se ainda que, como estratégias, tais documentos são analisados pelos técnicos do MINCETUR dentro da gestão dos mandatos administrativos.

Figura 10- Linha de tempo dos organismos e das políticas de turismo

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de documentos diversos.

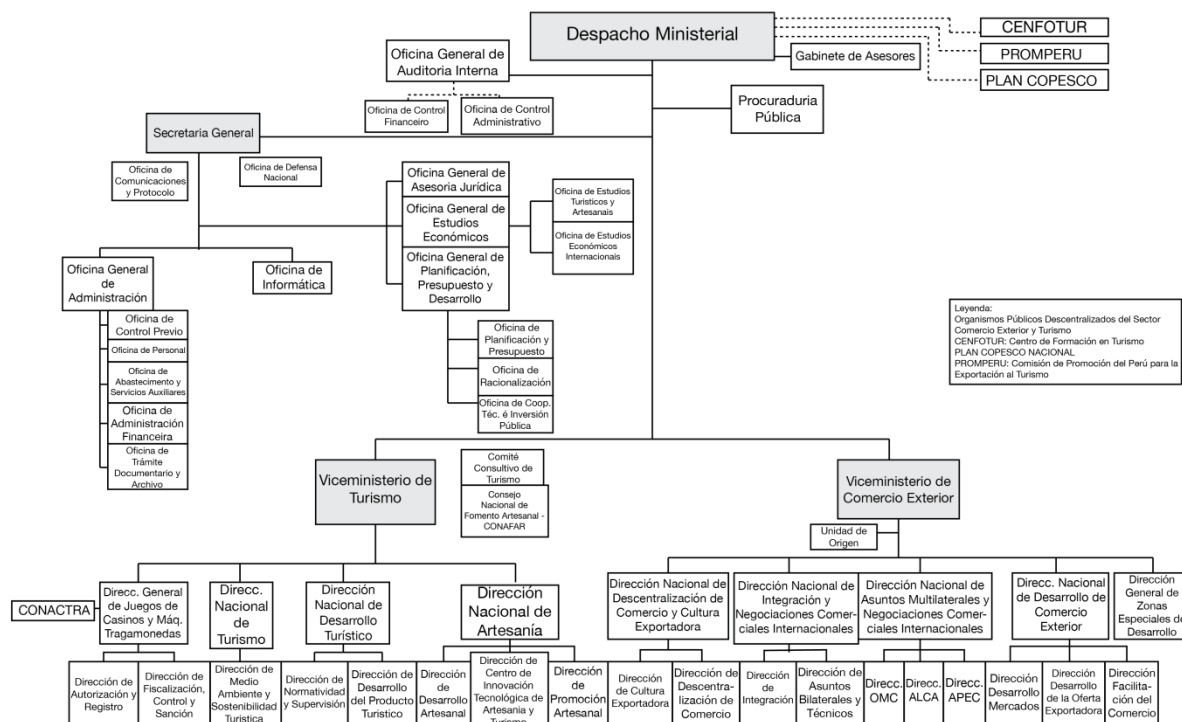
Quanto ao MINCETUR desde sua criação tem passado por algumas modificações em sua estrutura funcional, principalmente através dos Decretos Supremos n. 002-2002 e n. 001-2010, que modificam o Reglamento de Organización y Funciones (ROF). A partir desses mecanismos são criadas funções novas como as de assessoramento e de apoio representadas pelas oficinas de informática e a de estudos económicos. Em conformidade com o que se pode observar pelo organograma 4, a estrutura administrativa do MINCETUR é bastante complexa, mas justificável quando se percebe a sua gênese como um ministério que agregava atividades diversas.

Para além das questões jurídico-administrativas é necessário compreender que o turismo “[...] constituye un fenómeno socioeconómico complejo que involucra múltiples relaciones funcionales vinculadas de forma directa e indirecta a diferentes esferas de la vida social, política y económica [...]” (GONZÁLES, 2008, p. 249). Nesse caso, é importante observar também que na América Latina, segundo Patriau (2014, p. 120):

[...] el proceso de formulación de políticas públicas se desarrolla en escenarios signados por la presencia de una serie de actores que interactúan entre sí, desde los presidentes a la cabeza del poder ejecutivo, pasando por legisladores, miembros de la administración, partidos políticos y la sociedad civil. Por tanto, las características que adquieran las políticas públicas van a depender, en buena medida, de las preferencias o incentivos que esos actores enfrenten.

Assim, em se tratando das políticas públicas de turismo peruanas tais características assumem o sentido de patrimônio turístico, de acordo com Gonzáles (2008, p. 249), que revelam mecanismos de interação entre a natureza e a sociedade.

Organograma 4- Organograma MINCETUR



Fonte: MINCETUR (2010).

Esta interação com inserção de valores naturais e culturais está baseada em um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade, e no Peru, bem como no Brasil e na Colômbia, isso quer dizer a integração de três modalidades de turismo: ecoturismo, turismo de natureza, e de aventura. Essas prerrogativas coadunam-se com a perspectiva do DS que desde os anos 1970 vem sendo utilizada nas políticas mundiais. As políticas públicas macro e setoriais imbuídas desse preceito fazem-se presentes nas problemáticas ambientais, como maneira de salvaguarda dos recursos naturais eminentemente ameaçados.

Observe-se que tal modelo baseia-se na criação de AP com a inserção da atividade turística que pretendem, minimamente, contemplar as populações tradicionais¹³², ou não, nas iniciativas governamentais dos três países. O propósito é a mitigação dos impactos biossocioambientais que se acirram via mundialização dos processos econômicos, que na maioria das vezes tendem a resultados maniqueístas (BECKER, 2004). Tal fato não acontece

¹³² Esterici (2005) define como povos ou grupos muito diferentes entre si e são conhecidos por muitas outras denominações que, ora indicam sua atividade econômica mais visível, ora indicam sua origem étnica, ora se referem aos espaços que abitam, ou ainda a aspectos de sua cultura e seu modo de vida. São pescadores, seringueiros, babaqueiros, quebradeiras de coco, quilombolas, varjeiros, ribeirinhos, caiçaras, e tantas outras categorias diferentes de trabalhadores.

sem pressão social, portanto, como se depreende de Simonian (2000), a implantação das AP também é luta das comunidades amazônicas que tentam influenciar seu estabelecimento como modo de ampliar seus espaços territoriais.

Para tanto, em várias comunidades a aglutinação em torno do bem-comum tem se revelado um elemento importante para a organização social e as suas conseqüentes manifestações nas diferentes maneiras de gestão local. De modo geral, pode-se afirmar que a região amazônica vem sendo palco de intervenções de ordens as mais diversas, as quais refletem de modo micro o macrocosmo das ações imputadas ao desenvolvimento econômico. A floresta tropical úmida padece ainda de um desconhecimento acerca de suas semelhanças e diferenças, enquanto território e demografia, o que a faz necessitar de um saber próprio e, portanto, de padrões de desenvolvimento construídos a partir do conhecimento endógeno.

Esta afirmativa aponta para as singularidades não previstas em assertivas do discurso político hegemônico. A faixa de fronteira pan-amazônica padece desse mesmo mal, os países fronteiriços esperam por marcos regulatórios vindos do comando central. Na maioria das vezes tais comandos refletem apenas a condição de posse das fronteiras pela segurança do território, sem reflexo no *modus vivendi* e *operandi* das populações que ali habitam ou transitam.

6.2 A constituição do sistema de AP dos países da tríplice fronteira

Historicamente, a preocupação com a proteção e conservação dos recursos naturais era ligada a valores especiais como, por exemplo, a maneira de se cultivar lugares e animais sagrados (MILLER, 1997). Tal fato está associado à cosmovisão que determinadas populações tem sobre os elementos que compõem a natureza e está presente na cultura de vários povos do mundo. Nesse sentido, a expansão territorial, iniciada pelos europeus para a extração e comercialização dos recursos naturais, ocasionou uma ruptura nos modos tradicionais de relação do ser humano com o meio ambiente natural.

A “[...] desvalorização do mundo selvagem começou a mudar a partir do início do século XIX, e para isso contribuíram o avanço da História Natural, o respeito que os naturalistas tinham por áreas selvagens não-transformadas pelo homem” (DIEGUES, 1994, p. 19). Essa noção de mundo natural selvagem impulsionará a criação, nos Estados Unidos da América (EUA), do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, introduzindo a noção de natureza intocada pelo fato de não possuir moradores em seu interior. E é esse modelo de

natureza intocada que irá extrapolar para o mundo como a melhor maneira de se conservar os recursos naturais.

Enfatize-se que este modelo de conservação é de iniciativa pública e pelo seu êxito passou a ser tido como o melhor, embora Morsello (2001) explique que nesse mesmo período surgiu na Inglaterra o conceito de reserva natural mantida por particulares. Diegues (1994) e Medeiros (2005) afirmam que o modelo de Yellowstone passa a ser adotado pela maioria dos países, inclusive o Brasil, que inicia a sua política de conservação com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. No decorrer desse tempo, o Brasil tem crescido muito quanto ao número de AP criadas em nível federal, como demonstra a tabela 27.

Tabela 27- AP em nível federal segundo o grupo e categoria de manejo

GRUPO/CATEGORIA	NÚMERO	ÁREA Km ²
PROTEÇÃO INTEGRAL		
Parque Nacional	67	245.756
Reserva Biológica	29	38.091
Estação Ecológica	31	69.019
Monumento Natural	3	442
Refúgio de Vida Silvestre	7	1.840
SUBTOTAL	137	335.147
USO SUSTENTÁVEL		
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	445
Área de Proteção Ambiental	32	90.486
Reserva Extrativista	59	117.552
Floresta Nacional	65	190.314
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	644
SUBTOTAL	173	399.441
TOTAL	310	754.588

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) (2010).

Tal situação teve início com a CNUMAD de 1992, ou Eco/Rio 92, quando da assinatura do acordo a respeito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), que já postulava aos países signatários, políticas de conservação ambiental, entre esses o Brasil. Posteriormente, este processo culminou com a aprovação da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), quando efetivamente o país adota a questão da sustentabilidade ambiental como política pública, atribuição também repassada aos estados e municípios¹³³. Quanto ao crescimento das AP estaduais, Medeiros et al. (2011, p. 9) afirmam que: “[...] o Brasil foi o responsável por 74% de todas as AP criadas entre 2003 e 2008”, como se pode visualizar na tabela 28.

¹³³ As UC são geridas e instituídas pelo poder público federal, estadual ou municipal e são “[...] os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2008, p. 15).

Tabela 28- AP em nível estadual segundo grupo e categoria de manejo

GRUPO/CATEGORIA	NÚMERO	ÁREA KM²
PROTEÇÃO INTEGRAL		
Parque Estadual	144	67.786
Reserva Biológica	14	12.513
Estação Ecológica	47	44.771
Monumento Natural	11	602
Refúgio de Vida Silvestre	6	1.252
SUBTOTAL	222	126.923
USO SUSTENTÁVEL		
Área de Relevante Interesse Ecológico	19	103
Área de Proteção Ambiental	109	186.510
Reserva Extrativista	3	6.674
Floresta Estadual	17	93.959
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	18	95.288
SUBTOTAL	166	382.534
TOTAL	388	509.457

Fonte: CNUC (2010). **Nota:** A extensão de 14 unidades não foi incluída nesta Tabela devido à insuficiência de informações, são nove parques, duas estações ecológicas, um monumento natural e duas áreas de proteção ambiental.

Como se depreende das tabelas, que estão em consonância com o SNUC, os grupos e categorias de AP são dois: Unidades de Proteção Integral, com cinco categorias; e Unidades de Uso Sustentável, com sete categorias. As Reservas de Fauna e Particular do Patrimônio Natural (RPPN) fazem parte do grupo de Uso Sustentável, porém não estão contempladas nas tabelas. No caso da RPPN a sua criação é incentivada, e está em crescente implantação no Brasil (WIEDMANN, 2013). Os registros da Confederação Nacional de RPPN para o ano de 2010 informam que no país existem 973 RPPN, totalizando 7.000 Km², porém, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o ano de 2010 são 1.964 Km².

Para a Amazônia, os dados oficiais registram um crescimento no número de AP em 23,8% de sua área total¹³⁴, em conformidade com Medeiros et al. (2011). Entretanto sabe-se que só a criação das AP não consegue combater as atividades ilícitas como: desmatamento, exploração ilegal de madeira e as queimadas. Para a sua plena efetivação, de acordo com afirmações de Hayashi, Souza e Pereira (2009, p. 3), “[...] são necessárias várias medidas, tais como o desenvolvimento do seu plano de manejo, investimentos em infraestrutura e recursos humanos, além de estratégias de gestão, monitoramento e fiscalização”. Fatores que, na maioria dos casos, não são atendidos a contento.

¹³⁴ A Amazônia Legal possui 510.981.200 ha, correspondendo a 60% do território brasileiro; O Bioma Amazônia tem 419.694.300 ha, 49,29% do Brasil; e a cobertura florestal do Bioma Amazônia 356.429.362 ha, 68,93% da cobertura florestal do país (MMA, 2010).

Deve-se enfatizar que, inicialmente, as TI¹³⁵ e as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos não faziam parte do SNUC, foram incluídas no sistema apenas com a aprovação da Lei n. 5.758, de 13 de abril de 2006, que criou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Com a finalidade de estabelecer um sistema abrangente de AP, o PNAP assegura os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas como instrumento para conservação da biodiversidade. Trata-se de um plano estratégico que visa fortalecer o SNUC, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), as entidades e os órgãos gestores das AP.

Porém, a inclusão das TI no PNAP é o reconhecimento de um direito já expresso na Constituição Federal de 1988, quando o poder público, por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as instituiu no decorrer de um processo com etapas diversas. Na Amazônia, existem 414 TI reconhecidas que abrangem um território de 1.086.950 Km² (VERISSIMO et al., 2011), embora saiba-se que existem TI em processo de reconhecimento e também da existência de grupos não contatados e aqueles que querem se manter isolados. Porém, a homologação das TI não é suficiente para conter processos destrutivos como o desmatamento e a exploração madeireira.

Quanto aos Territórios Quilombolas (TQ)¹³⁶ cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o seu reconhecimento. Segundo registro do órgão, para o ano de 2010, há 104 TQ na Amazônia (INCRA, 2013), ocupando uma extensão de 9.700 Km² (0,2% da Amazônia). A população estimada dessas TQ é de 11.500 famílias, distribuídas em 183 comunidades, que não refletem o número total, pois existem muitas TQ em processo de reconhecimento. Registre-se que os órgãos e entidades que monitoram essas terras informam sobre dificuldades para obtenção de dados, não obstante à criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), pela Lei n. 7.668, de 22 de agosto de 1988.

Em estudo de Veríssimo et al. (2011, p. 17) sobre AP na Amazônia, tem-se que:

Em dezembro de 2010, o Estado do Amazonas possuía a maior extensão de Áreas Protegidas da Amazônia, com 798.808 Km² de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, seguido pelo Pará, com 686.384 Km². Em termos relativos, o Amapá possuía a maior proporção de Áreas Protegidas (70,4%), seguido de Roraima, com 58,2% do território protegido. Por outro lado, os Estados com a menor proporção de áreas Protegidas eram o Mato Grosso (19,8%) e o Tocantins (21,4%).

¹³⁵ A Amazônia Legal brasileira é habitada por mais de 250 mil índios – aproximadamente 60% da população indígena total do país –, pertencentes à cerca de 170 diferentes etnias, havendo ainda indícios concretos de dezenas de grupos isolados (LIMA, 2004, p. 359).

¹³⁶ A definição de Comunidades Remanescente de Quilombos (CRQ) é dada pela Lei n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, artigo 2º, como: “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, art. 2º). No ano de 2004 o governo brasileiro criou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) para realizar diagnóstico sobre os direitos das CRQ.

Tais números, como os observados na tabela 29, teriam que refletir uma boa condição de conservação dos seus recursos naturais, porém toda a sorte de abusos é registrada continuamente pela mídia nacional e internacional. Essas notícias vão desde a não elaboração do plano de manejo até a falta de funcionários para fiscalização, sendo que o estado do Amazonas (ACRITICA, [2011] 2013) registrou um funcionário para cada 5.889 Km² das unidades de uso sustentável.

Tabela 29- Porção da Amazônia Legal brasileira ocupada por AP e TI

ESTADO	ÁREA DO ESTADO (Km ²)*	% UC	% TI	% TOTAL	TOTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (Km ²)**
Acre	152.581	34,2	15,9	50,0	76.360
Amapá	142.815	62,1	8,3	70,4	100.504
Amazonas	1.570.746	23,5	27,3	50,9	798.808
Maranhão	249.632	17,4	8,7	26,1	65.242
Mato Grosso	903.358	4,6	15,2	19,8	178.722
Pará	1.247.690	32,3	22,7	55,0	686.384
Rondônia	237.576	21,6	21,0	42,7	101.345
Roraima	224.299	11,9	46,3	58,2	130.588
Tocantins	277.621	12,3	9,2	21,4	59.533
TOTAL	5.006.317	22,2	21,7	43,9	2.197.485

Fonte: Veríssimo et al. (2011). *áreas oficiais dos estados, conforme site do IBGE, em julho de 2010. Para o Maranhão, somente a área da Amazônia Legal. **Descontando as sobreposições entre unidades e as áreas marítimas das UC.

Apesar de os números evidenciados parecerem confortáveis, a realidade prática demonstra que os abusos ilícitos acontecem em escala crescente, como pode ser observado através de notícias recentes sobre o desmatamento. De acordo com essas notícias, o desmatamento da Amazônia cresceu 191% entre os meses de agosto e setembro de 2014 (IMAZON, 2014). A comparação é realizada com o mesmo período do ano anterior, e desse total, 59% ocorreram em terras particulares, 20% em assentamentos de reforma agrária, 19% em UC, e 2% em TI.

Os poderes constituídos têm envidado esforços para garantir, minimamente, a conservação dos recursos naturais, entretanto só a regularização das AP não está sendo suficiente para coibir excessos em termos de depredação. Mesmo cientes de que ideologicamente as políticas implementadas pelo Estado não consubstanciam sustentabilidade, como referenciado por Fernandes (2006, p. 131):

Os aspectos teóricos do conceito de Desenvolvimento Sustentável se distanciam de questionamentos dessa natureza, e o fazem não por “erro” metodológico, ou por “fraqueza” epistemológica. Poderíamos, realmente, esperar que instituições que dão forma ao movimento ecológico internacional, como a ONU, o Banco Mundial, o G-7, apresentassem uma nova proposta de organização social, a eficiência econômica e a preservação ambiental? Isso seria possível, sem questionar, na sua base, o

ordenamento sócio-político-econômico? Para dar respostas afirmativas a essas questões, teríamos de imaginar que essas instituições estariam abandonando seus próprios papéis de mantenedoras da ordem econômica e social vigente.

Nesse caso, é oportuno ressaltar a criação do aparato técnico-burocrático para dar suporte às políticas de sustentabilidade, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) etc., além das agências financiadoras.

Do ponto de vista jurídico-ambiental, o Brasil é reconhecido internacionalmente por conter a melhor legislação, entretanto esse aparato serviu como facilitador da intervenção de agências financiadoras do capital internacional (BENATTI, 1997; COPOBIANCO, 1996).

Sobre esse aspecto e para o contexto amazônico Quaresma (1998, p. 9) já expunha que:

[...] grande parte dos problemas ambientais da região são imputados ao Estado e aos países desenvolvidos. Estes passam a intervir em políticas de financiamento de projetos para a região, garantindo assim a dominação das frações do território, com apoio das empresas estatais e do aparato militar, passando a questão ambiental a ser determinada por jogos de interesses e pelas relações de força.

De qualquer maneira, são os processos de globalização política, econômica, cultural etc., que dominam as agendas dos países e ampliam a assimetria e o abismo (SANTOS, 2007), entre os que detêm a ciência e tecnologia e aqueles despossuídos, ou não inseridos, no sistema mundial contemporâneo.

A política ambiental colombiana tem como referência o documento denominado Política Nacional de Biodiversidad, o qual, por sua vez, desencadeou um Plan de Acción Nacional, seguindo os princípios declarados pelo Consejo Nacional Ambiental, de 1995. Isso porque a Colômbia é reconhecida por ser um país megadiverso:

[...] ya que con sólo el 0,7% de la superficie continental posee cerca de 10% de la diversidad biológica mundial. Esta biodiversidad ha sido utilizada por comunidades tradicionales y es base directa e indirecta de numerosas actividades productivas, por lo cual juega un papel estratégico en el desarrollo nacional, y en las oportunidades futuras de desarrollo sostenible (GOVERNO DA COLOMBIA, 1995, p. 2-3).

Tal reconhecimento já estava indicado em artigos diversos da Constitución Política de 1991 e também na Lei n. 165, de 9 de novembro de 1995, que ratifica o Convenio de las Naciones Unidas sobre Diversidad Biológica.

Neste aspecto, é importante enfatizar que a biodiversidade, a adoção de medidas para a sua conservação, o uso sustentável e a distribuição dos benefícios deles provenientes, enquanto preceitos constitucionais marcarão a política de desenvolvimento do país. Como em países distintos do mundo, a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade é realizada através do modelo de criação de espaços territoriais protegidos, que historicamente no

território colombiano, tem início em 1932 com a iniciativa particular do alemão Gunther Büch Kohlsdorf que compra o sítio Merenberg, no município de La Plata (Huila) (PLAN ACCION, 2011), com intuito de proteger a biodiversidade ali existente. Posteriormente, em 1948, foi criada a Reserva de La Macarena que marca as ações em nível do Estado de conservação do meio ambiente natural.

Entretanto, é apenas em 1960 que é criada a primeira AP¹³⁷ em nível nacional, o PNN Cueva de Los Guácharos e, posteriormente, em 1984 é implantado o Parque Regional Natural Ucumarí que possui a função de parque ecológico recreacional (PLAN ACCION, 2011). A partir de então, iniciativas diversas públicas e particulares vão sendo realizadas, porém é com a elaboração do Plan de Acción del Sistemas de Áreas Protegidas (PA-SINAP), que vinha sendo gestado desde o ano de 2003 com o Programa de Trabajo sobre Áreas Protegidas (PTAP), que tais ações começam a se consolidar.

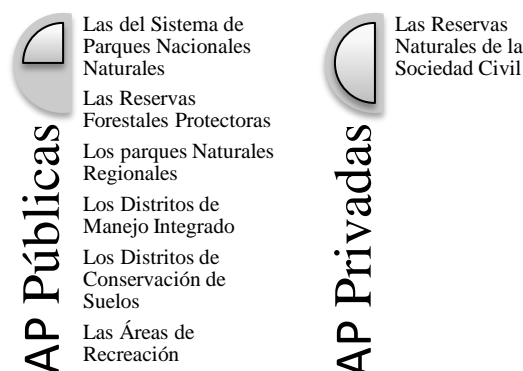
Estas iniciativas vão ser consagradas com a formulação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP), que foi regulamentado pelo Decreto n. 2.372, de 1 de julho de 2010. O SINAP é definido como:

El conjunto de las áreas protegidas, los actores sociales e institucionales y las estrategias e instrumentos de gestión que las articulan, que contribuyen como un todo al cumplimiento de los objetivos generales de conservación del país. (BRASIL, 2010, não paginado).

O SINAP é um marco na legislação de AP e busca ser completo, representativo e efetivamente gerido para alcançar a eficácia nas políticas que preceituam a sustentabilidade macro e setoriais. Ainda, em conformidade com o Decreto n. 2.372, o SINAP possui categorias de AP públicas e particulares, as quais podem ser observadas na figura 15.

Neste caso, o caráter público faz referência à entidade competente para sua declaração, ou seja, o Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial (MAVDT). Entretanto, as ações de administração e manejo estão a cargo da Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales (UAESPNN). As áreas públicas foram sendo paulatinamente incorporadas pelo Estado, tendo em vista o preceito Constitucional de garantir o aproveitamento dos recursos naturais compatíveis com os princípios do DS.

¹³⁷ Área definida geográficamente que haya sido designada, regulada y administrada a fin de alcanzar objetivos específicos de conservación (GOVERNO DA COLOMBIA, 2010, p. 3).

Figura 11- Categorías de AP do SINAP

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir do Decreto n. 2372 (2010).

Enfatize-se, que o Sistema de Parques Nacionales Naturales (SPNN) já se encontrava expresso no Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y de Protección al Medio Ambiente, Lei n. 2.811, de 18 de dezembro de 1974. Essa norma define os seguintes tipos de áreas para o SPNN: Parque Nacional, Reserva Natural, Área Natural Única, Santuario de Flora, Santuario de Fauna e Vía Parque. Em decorrência do Decreto n. 622, de 16 de março de 1977, que regulamenta alguns artigos da Lei n. 2.811, bem como o Decreto n. 2.915, 31 de dezembro de 1994, as funções do Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables y del Ambiente (INDERENA), foram repassadas para a UAESPNN.

Juridicamente pode-se inferir que a Colômbia possui uma sofisticada rede legal de conservação ambiental e, conseqüentemente, sobre a criação de AP, que vem se consolidando ao longo do tempo, como se pode visualizar no quadro 29. Tais avanços também são observados com a atualização e o lançamento, no ano de 2012, da Política Nacional para la Gestión Integral de la Biodiversidad y sus Servicios Ecosistémicos (PNGIBSE). São mudanças nas instituições que vêm sendo realizadas desde o ano de 2011, com a reorganização do MAVDT em Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADS), principalmente no que concerne à gestão do SPNN e SINAP.

Quadro 29- Contexto histórico das AP colombianas

ANO	AÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO
1932	Primeira reserva natural particular - Meremberg	Município de la Plata (Huila). Primeira área de conservação sobre o princípio de sustentabilidade ambiental e social.
1936	Ley n. 200, 16 dic.	Declara o manejo de terras e das reservas florestais.
1948	Ley n. 52, 24 nov.	Declara a reserva natural da Serranía de La Macarena.
1954	Ato do Presidente. 22 oct.	Criação da sede da Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca (CVC).
1959	Ley n. 12	Estabelece a criação e o estabelecimento das áreas naturais protegidas.
1960	Decreto n. 2631, 9 nov.	Criação do Parque Nacional Natural Cueva de Los Guácharos
1964	Resolución n. 191, 31 ago.	Criação dos Parques Nacionales Naturales Isla de Salamanca y Sierra Nevada de Santa Marta.
1968	Resolución n. 092, 21 abr.	Declaração dos Parques Nacionales Naturales de Puracé y Farallones de Cali. Criação do Instituto Nacional de Recursos Naturales (INDERENA).
1969	Resolución n. 0292, 18 ago.	Declaração do Parque Nacional Natural Tayrona.
1974	Resolución n. 071, 22 abr.	Declaração dos Parques Nacionales Naturales de Las Orquideas, Los Nevados y Los Katíos.
1975	Resolución n. 283, 27 oct.	Declaração do Parque Nacional Natural Amacayacu.
1977	Decreto n. 622, 16 mar.	Cria o Sistema de Parques Naturales
1979	-	Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Criação da Primeira Área Protegida Regional La Albania (Valle del Cauca).
1980	Acuerdo n. 0027, 5 ago.	Declaração do Parque Nacional Natural El Tuparro.
1983		Implanta-se o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP). Eje Cafetero.
1984	Acuerdo n. 0062, 26 nov. Resolución n. 160, 24 ago.	Declaração dos Parques Nacionales Naturales Gorgona y La Playa.
1985	Resolución n. 052, 22 mar.	Declaração do primeiro Santuario de Fauna y Flora Galeras (Nariño).
1987	-	Declaração dos Parques Nacionales Naturales Utría, Cahuinarí, Tatamá.
1988		Declaração da Área Natural Única Los Estoraques.
1989	-	Declaração da Área de Manejo Especial de La Macarena, dos Parques Nacionales Naturales de Sierra de La Macarena, Tinigua, Catatumbo Barí, Chiribiquete, Nukak, e da Reserva Natural Puinawai.
1991	-	Nova Constitución de Colombia. Criação da Rede de Reservas Naturais.
1993	Ley n. 99	Criação do Santuário de Fauna y Flora Guanentá Alto Río Fonce. Criação do Ministerio de Ambiente. Extinção do INDERENA.
1995	-	Criam-se o Santuario de Fauna y Flora Malpelo e o Parque Nacional Natural Old Providence McBean Lagoon.
1996	-	Criação do Santuario de Fauna y Flora Otún Quimbaya.
1999	Decreto n. 1996	Regulamenta o registro das reservas naturais da sociedade civil perante aos Parques Nacionales.
2000	-	Criação do Sistema de Información de Biodiversidad del Instituto Alexander Von Humboldt.
2002 2005	-	Declaração dos Parques Nacionales Naturales Alto Fragua Indiwasi, Serranía de Los Yarigués, Selva de Florencia, Río Puré, Santuario de Fauna y Flora El Corchal, El mono Hernández, ampliação do Santuario de Fauna y Flora de Malpelo. Criação dos Sistemas de Información Ambiental de Colombia (SIAC), e de Informação Ambiental Marina (SIAM) do Instituto de Informaciones Costeras y Marinas “José Benito Vives de Andrés”.
2007	-	Declaração dos Parques Nacionales Naturales Complejo

		Volcánico Doña Juana-Cascabel, Serranía de los Churumbelos Auka-Wasi. Criação do Sistema de Información Ambiental Territorial de la Amazonía Colombiana (SIAT-AC).
2008	-	Declaração do Santuario de Fauna, Flora y Plantas Medicinales Orito-IngiAnduve. Criação do Sistema Nacional de Información Forestal (SIIF), Subsistema de Información sobre Uso de Recursos (SIUR), Subsistema de Información sobre Calidad del Aire (SISAIRE), Sistema de Información del Recurso Hídrico (SIRH), do IDEAM ¹³⁸ .
2009		Declaração do Parque Nacional Natural Yaigojé Apaporis.
2010	Decreto n. 2372, 1 jul.; CONPES 3680, 21 jul.	Regulamentação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP). Cria-se o Registro Único Nacional de Áreas Protegidas (RUNAP). Declaração do Parque Nacional Natural Uramba Bahía Málaga.
2011	Decreto n. 3572, 27 sep.	Criação da Unidade Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales de Colombia (UAESPNN). Entra em funcionamento o RUNAP.
2012	-	Lançamento do Sistema de Información de Monitoreo de Parques Nacionales Naturales de Colombia (SULA).
2013	-	Declaração do Parque Nacional Natural Corales de Profundidad, do Santuario de Fauna Acandí, Playón y Playona. Ampliação do Parque Nacional Natural Serranía de Chiribiquete.
2014	-	Implantação do Sistema de Información para el Seguimiento de Control y Vigilancia de Áreas Protegidas (SMART).

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Parques Nacionales (2014).

Com relação às mudanças trazidas pelo Decreto n. 622, de 16 de março de 1977, entre outras reformulações importantes, estabelece o sistema de zonificação para o SPNN, além de observar a não incompatibilidade entre a criação de PNN com a constituição de Reservas Indígenas, senão observe-se o disposto no Capítulo III, art. 7:

No es incompatible le declaración de un Parque Nacional Natural con la constitución de Reserva Indígena; en consecuencia, cuando por razones de orden ecológico y biogeográfico haya de incluirse total o parcialmente un área ocupada por grupos indígenas dentro del Sistema de Parques Nacionales Naturales, los estudios correspondientes se adelantarán conjuntamente con el Instituto Colombiano de la Reforma Agraria – INCORA – y el Instituto Colombiano de Antropología, con fin de establecer un régimen especial en beneficio de la población indígena, de acuerdo con el cual se respetará la permanencia de la comunidad y su derecho al aprovechamiento económico de los recursos naturales renovables, observando las tecnologías compatibles con los objetos del Sistema señalado en el área respectiva (COLOMBIA, 1977, não paginado).

A entrega dos processos de titulação de terras para os povos indígenas era realizada pelo INCORA, passando para o âmbito do Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER). As Reservas Indígenas foram abolidas pelo Decreto n. 2001, de 28 de septiembre de 1988 e, a partir de então, são denominadas de Resguardos Indígenas para os quais são outorgados títulos coletivos de propriedade de terras.

¹³⁸ Instituto de Hidrologia, Meteorología y Estudios Ambientales.

Do ponto de vista jurídico, em conformidade com o Decreto n. 2.164, de 7 dezembro de 1995, art. 21, os resguardos são definidos como:

[...] una institución legal y sociopolítica de carácter especial, conformada por una o más comunidades indígenas, que con un título de propiedad colectiva que goza las garantías de la propiedad privada, poseen su territorio y se rigen para el manejo de éste y su vida interna por una organización autónoma amparada por fuero indígena y el sistema normativo propio.

Sabe-se que a Constitución Política de 1991, no artigo 286, confere aos Resguardos Indígenas a qualidade de Entidad Territorial Indígena, que a coloca no mesmo patamar dos Departamentos, Municipios ou Distritos. Isso quer dizer que os Resguardos têm autonomia e podem aplicar o conceito de governo próprio por autoridades indígenas.

Quanto aos Territórios de Comunidades Negras, ou de acordo com a definição legal, Tierras de Comunidades Negras (TCN), também são tituladas de maneira coletiva. De acordo com informações do Observatorio Pacífico y Territorio, para o ano de 2012, dos 170 títulos coletivos de propriedade de terras, 155 estão localizados na área do Pacífico. Desses, 151 estão localizados dentro da área do Observatório e apenas 15 estão fora dessa área, ou seja, demonstrando que existe uma grande concentração de afrodescendentes naquela faixa territorial.

Tal fato é reconhecido pela Lei n. 70, de 27 de agosto de 1993, que em seu artigo 1º, postula que as: “[...] comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la cuenca del Pacífico, de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción, el derecho a la propiedad colectiva [...]”. Essa mesma norma determina que seja realizada consulta às comunidades sobre a criação de AP, conforme exposto no artigo 22:

Cuando en las áreas del Sistema de Parques Nacionales Naturales ubicados en las zonas se encuentren familias o personas de comunidades negras que se hubieran establecido en ellas antes de la declaratoria del área-parque, el Inderena o la entidad que haga sus veces definirá, en el plan de manejo que se debe expedir, las prácticas tradicionales de dichas comunidades que son compatibles con la naturaleza, objetivos y funciones del área de que se trate. Para tal efecto, la entidad administradora del Sistema de Parques Nacionales promoverá mecanismos de consulta y participación con estas comunidades.

A participação comunitária também está disposta no Decreto n. 1.745, de 12 de outubro de 1995, que reconhece o Consejo Comunitario como entidade jurídica representativa para administrar internamente as TCN.

Neste caso, os problemas advindos da sobreposição tanto dos Resguardos, quanto das TCN, com as AP, podem ser resolvidos através da concertação de um Regime Especial de Manejo. Isso porque o território, nesse caso, se constituiu em matéria basilar para as políticas

públicas que estão imbuídas do propósito do DS, principalmente para os países que tomaram a via de conservação dos recursos naturais. Como se pode deprender do quadro 30, o território colombiano conta com 16.914.618 ha, e vem desenvolvendo exercícios de sustentabilidade através da implantação de AP.

Quadro 30- AP segundo âmbito de gestão e categoria

AMBITO DE GESTIÓN	CATEGORÍA	N. DE AP POR CATEGORÍA	HECTÁREAS	% POR HECTÁREAGE	% POR N. DE AP
Áreas Protegidas Nacionales	Reservas Forestales Protectoras Nacionales (RFPN)	56	817.589,43	4,83	9,38
	Áreas Protegidas del Sistema de Parques Nacionales Naturales (SPNN)	57	14.249.326,60	84,24	9,55
	Total APN Completas	113	15.066.916,03	89,08	18,93
Áreas Protegidas Regionales	Áreas de Recreación (AR)	11	629,07	0,0037	1,84
	Distritos de Conservación de Suelos (DCS)	7	40.475,30	0,24	1,17
	Distritos Regionales de Manejo Integrado (DRMI)	46	1.251.551,15	7,40	7,71
	Parque Natural Regional (PNR)	30	393.849,77	2,33	5,03
	Reservas Forestales Protectoras Regionales (RFPR)	83	109.867,71	0,65	13,90
	Total APR Completas	177	1.796.373,00	10,62024	29,65
Áreas Protegidas Privadas	Reservas Naturales de la Sociedad Civil (RNSC)	307	51.329,75	0,30	51,42
	Total RNSC Completas	307	51.329,75	0,30	51,42
	TOTALES	597	16.914.618,78	100,00	100,00

Fonte: RUNAP (2013).

Destaque-se que, sem dúvidas, o crescente aumento dos territórios com algum tipo de proteção tem sido uma alternativa para a conservação dos recursos naturais, principalmente daqueles ecossistemas mais fragilizados. Nesse sentido, vale ressaltar a percepção das autoridades colombianas sobre a atividade turística, principalmente aquela ligada aos recursos naturais. Dessa maneira, o turismo de natureza tem sido consagrado nas políticas públicas como um dos fatores preponderantes para dinamizar processos de desenvolvimento com sustentabilidade.

Na Colômbia, as AP têm sido utilizadas como um meio de exercitar maneiras de gestão diferenciadas, como é o caso das concessões para explorar serviços turísticos por empresas particulares. Tal experiência será analisada mais adiante, porém é necessário expressar que a conjunção de fatores diversos, não só o turístico, tem possibilitado

investimentos expressivos na economia colombiana. Nesse sentido, as AP da Amazônia colombiana tem um contributo significativo para a sustentabilidade biossociocultural.

O Peru é um país reconhecido internacionalmente por seu grande acervo natural e cultural, conformando um patrimônio que vem se fortalecendo dentro da lógica do DS. De acordo com o contexto histórico, as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais e culturais, dentro do modelo de implantação de AP, tem início com a criação do Parque Nacional Cutervo, no norte dos Andes, em 1961. Embora, como afirma Elbers (2011), os conceitos sobre conservação da natureza, naquela época, fossem diversos, contraditórios e incompletos.

Tais conceitos, obviamente, estão em constante processo de reformulação pelas autoridades constituídas e também são reflexos da conjuntura política, econômica, social, cultural e ambiental. Como no Brasil e na Colômbia, o Peru tem acumulado um grande acervo de normas sobre a área ambiental e a conservação dos recursos naturais renováveis. Entretanto, pode-se inferir que de maneira geral, as mudanças mais significativas iniciam com o advento da Constitución Política del Estado, em 1993.

Enfatize-se que estas reformulações vêm no contexto da adoção de medidas neoliberais, que fazem parte da conjuntura histórica da grande maioria dos países da América Latina. Em consonância com análises de Elbers (2011, p. 160), existem cinco normas básicas, além da Constitución, que formam o coração do marco jurídico dessas mudanças, são elas:

[...] la Ley de Áreas Naturales Protegidas, 1997; el Reglamento de la Ley de Áreas Naturales Protegidas, 2001; la Ley General del Medio Ambiente, 2005; y la Estrategia Nacional para las Áreas Naturales Protegidas – Plan Director, formulado en 1999 y actualizado en 2009 tras un proceso participativo.

Do que se depreende que as mudanças em curso são de um passado recente e que vêm no conjunto de transformações institucionais importantes, as quais tem destacado o país no cenário da conservação do patrimônio biossociocultural.

Ao comparar-se a outros países latino-americanos, como o Brasil e a Colômbia, o Peru também focaliza suas atenções nas mudanças de funções dos organismos que formulam políticas públicas de maneira macro e setoriais. No caso da política ambiental, e consequentemente da implantação de AP, o ente encarregado de sua administração era a Oficina Nacional de Evaluación de Recursos Naturales, criada nos anos de 1960. Posteriormente, tal missão passou ao Instituto Nacional de Recursos Naturales (INRENA), criado em 1993 como órgão do Ministerio de Agricultura.

O Ministério de Agricultura e, conseqüentemente, o INRENA foram substituídos pela criação do Ministerio del Ambiente (MINAM) e do Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SERNANP), respectivamente, no ano de 2008. Entretanto, pelo Decreto Supremo n. 010-90-AG, de 24 de março de 1990, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SINUC), posteriormente denominado de Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SINANPE). Essas mudanças foram promovidas com o objetivo de contribuir para o DS, bem como para a conservação da diversidade biológica.

As transformações de cunho jurídico-institucionais, ocorridas ao longo dos tempos foram sendo paulatinamente absorvidas no contexto das políticas públicas e no âmbito das relações entre os atores sociais diversos. Não cabem dúvidas de que apresentam avanços e retrocessos, e também são reflexos das implicações do processo de globalização e das medidas políticas de caráter neoliberalizantes. Esse aparato legal pode ser observado, resumidamente, no quadro 31.

A Lei n. 26.834, de 30 junho de 1997, denominada Ley de Áreas Naturales Protegidas, dentre outras modificações, introduz o conceito de Áreas Naturales Protegidas (ANP)¹³⁹. As ANP são consideradas de domínio público e a sua gestão está a cargo das instituições públicas do governo central e dos governos descentralizados em nível regional e municipal. Ainda em acordo com a Lei n. 26.834, o Consejo de Coordinación del SINANPE é que promoverá o planejamento e o manejo das ANP que o compõem.

Quadro 31- Normas sobre meio ambiente e AP

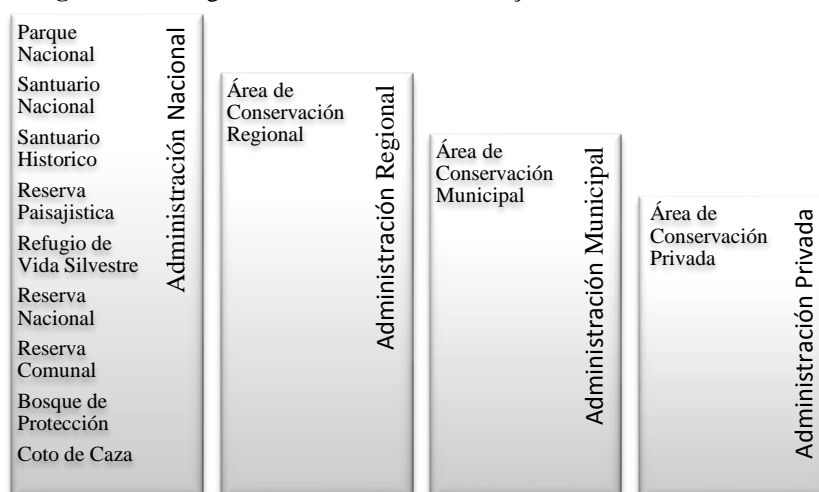
ANO	NORMA	DESCRIÇÃO
1940 -1941	Convención de Washington.	Firma del Convenio de las Naciones Unidas de Protección y de Preservación de Vida Silvestre en el hemisferio Oeste.
1961	Ley del Congreso.	Se establece primer Parque Nacional.
1963	Ley del Servicio Forestal y de Caza.	Incluye categoría de Parque Nacional.
1967	Ley de Promoción y Desarrollo Agropecuario y su reglamento.	Incorpora Reservas Nacionales y Santuarios Nacionales.
1975 - 1977	Ley Forestal y de Fauna Silvestre y su reglamento de Unidades de Conservación.	Incorpora Santuarios Históricos y define Sistema Nacional de Unidades de Conservación – SINUC, conformado por Parques, Reservas y Santuarios Nacionales; más la nueva categoría de Santuarios Históricos.
1990	Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado – SINANPE. Código del Medio Ambiente.	Sobre la base del SINUC más cuatro categorías adicionales: Bosque Nacionales, Bosques de Protección, Cotos de Caza, Reservas Comunales. Incluye categoría de Áreas Protegidas.

¹³⁹ “[...] son los espacios continentales y/o marinos del territorio nacional, expresamente reconocidos y declarados como tales, incluyendo sus categorías y zonificaciones, para conservar la diversidad biológica y demás valores asociados de interés cultural, paisajístico y científico, así como por su contribución al desarrollo sostenible” (PERU, 1997, p. 1). Como referenciada em seção anterior, na tese serão tratadas como AP.

1992	Diversidad Biológica. Decreto de Ley n. 26154	Firma de convenio de las Naciones Unidas. Establece el Fondo para Áreas Naturales Protegidas – FONANPE.
1993	Constitución peruana	Artículo 68.
1994	Decreto Supremo n. 043-94-AG.	Reglamento de la Ley que establece el FONANPE.
1996	SINANPE	Los Bosques Nacionales son excluidos del sistema y son entendidos como áreas para producción sostenible de madera.
1997	Ley n. 26831. Ley n. 26834.	Ley sobre la Conservación y aprovechamiento sostenible de la diversidad biológica. Ley de Áreas Naturales Protegidas, incorpora los Refugios de Vida Silvestre y las Reservas Paisajísticas al SINANPE y redefine todas las categorías.
1999	Decreto Supremo n. 010-99-AG.	Plan Director de las Áreas Naturales Protegidas.
2001	Decreto Supremo n. 038-2001-AG.	Reglamento de la Ley de Áreas Naturales Protegidas.
2005	Ley n. 28611.	Ley General del Ambiente. Deroga el Código del Medio Ambiente.
2006	Resolución n. 004-2006-SUNARP/SN.	Aprueban Directiva que regula el Registro de áreas Naturales Protegidas.
2008	Decreto Legislativo n. 1013 y 1039. Resolución n. 101-2008-INRENA. Decreto Legislativo n. 1079. Decreto Supremo n. 006-2008-MINAM.	Ley que establece el Ministerio del Ambiente y el Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas – SERNANP. Procedimientos para la construcción y/o modificación de la infraestructura o facilidades en propiedad privada dentro de las Áreas Naturales Protegidas. Establecen medidas que garanticen el patrimonio de las Áreas Naturales Protegidas. Reglamento de Organización y Funciones del Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas.
2009	Decreto Supremo n. 008-2009-MINAM.	Disposiciones para la elaboración de los Planes Maestros de las ANP.
2010	Decreto Supremo n. 019-2010-MINAM.	Reglamento del Procedimiento Administrativo Sancionador por Afectación a las Áreas Naturales Protegidas.
2011	Resolución de Secretaría General n. 011-2011-SERNANP.	Creación de Registro de Infractores por Afectación a las Áreas Naturales Protegidas de Nivel Nacional.

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Solano (2013).

A Lei n. 26.834, art. 22º, define as categorias de AP que constituem o SINANPE, e que são administradas por autoridade nacional, como: Parques Nacionales, Santuarios Nacionales, Santuarios Historicos, Reservas Paisajísticas, Refugio de Vida Silvestre, Reservas Nacionales, Reservas Comunes, Bosques de Protección, Cotos de Caza. Tais categorias podem ser visualizadas na figura 12, que também demonstra que os governos descentralizados regional ou municipal podem estabelecer áreas de conservação. As áreas particulares podem ser reconhecidas pelo Estado, desde que cumpram os requisitos físicos e técnicos.

Figura 12- Categorias e níveis de administração do SINANPE

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Peru (1999).

Esta normativa prevê que cada categoria de AP deva ser zonificada a partir da necessidade de maior ou menor proteção restritiva. Ressalte-se que as atividades turísticas devam ser realizadas com base em planos e regulamentos com a participação das comunidades. Desse modo, as AP se classificam em dois tipos de uso: direto e indireto. Na primeira se permite o aproveitamento dos recursos pelas populações locais, com base em plano de manejo e os objetivos da área, são elas: Reservas Nacionales, Reservas Paisagísticas, Refúgio de Vida Silvestre, Reservas Comunales, Bosques de Protección, Cotos de Caza. Na segunda, se permite a extração dos recursos naturais, modificações e transformações do ambiente natural, e ainda a investigação, recreação, turismo e educação ambiental, têm-se os: Parques Nacionales, Santuarios Nacionales e os Santuarios Historicos.

Enfatize-se que o esforço do Estado peruano de conservação da biodiversidade através da implantação de AP, entre outras, é reflexo de um contexto histórico de práticas insustentáveis. A exploração dos recursos minerais e as atividades agrícolas mal conduzidas trouxeram problemas ambientais significativos:

Las insostenibles prácticas agrícolas estaban asociadas con lo más significativos problemas ambientales durante los 1940s-1970s, cuando la mayor parte de la población peruana era rural. [...] La alta densidad poblacional en un área con escasa tierra agrícola contribuyó a una disminución en el tamaño de la hacienda y la intensificación de prácticas que condujeron eventualmente a la pérdida de la fertilidad del suelo, reducción de las cosechas, erosión y finalmente a la migración a otros lugares (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 8).

Está claro que apenas a criação das AP não é garantia de eliminação dessas práticas insustentáveis, que ainda persistem, como as atividades de extração ilegal de minérios,

madeiras etc. Os impactos negativos das atividades ilegais são plenamente conhecidos e, geralmente, com rebatimentos nas populações socioeconomicamente vulneráveis.

Em que pese tais problemáticas, o número de AP no Peru cresceu e já soma uma área territorial significativa, como se observa no quadro 32. As análises dos instrumentos legais indicam que uma ferramenta importante foi a criação do FONANPE, no ano de 1992, que paulatinamente vem aportando recursos financeiros crescentes para apoio às atividades de conservação. Embora se saiba que apenas os recursos econômicos não indiquem condições de sustentabilidade favoráveis é necessário que sejam gerenciados de maneira responsável e eficiente.

Quadro 32 – Tipos e categorias das AP peruanas

TIPO	CATEGORIA	N. DE ANP	TOTAL (HA)
Áreas de Uso Indirecto	Parque Nacional (PN)	13	8.170.47,547
	Santuario Nacional (SN)	9	317.366,47
	Santuario Histórico (SH)	4	41.279,38
Áreas de Uso Directo	Reserva Nacional (RN)	15	4.652.851,63
	Refugio de Vida Silvestre (RVS)	3	20.775,11
	Reservas Paisajísticas (RP)	2	711.818,48
	Reservas Comunales (RC)	10	2.166.588,44
	Bosques de Protección (BP)	6	389.986,99
	Cotos de Caza (CC)	2	1.247,35
	TOTAL	64	16.596.149,04
Área de Uso Directo	Área de Conservación Regional (ACR)	16	2.407.966,54
	TOTAL ANP Definitivas	79	19.001.707,86
Área en Estudio	Zona Reservada (ZR)	12	2.921.997,54
	Área de Conservación Privada (ACP)	74	259.509,78
TOTAL DE ANP PERÚ		166	
SUPERFICIE TOTAL ANP		22.160.614,52	
SUPERFICIE TERRESTRE		2.179.108,76	
SUPERFICIE MARINA PROTEGIDA		401.556,29	

Fonte: SERNANP (2015).

Embora embasadas na premissa do DS, a implantação das AP peruanas tem sido corolário de políticas públicas que demonstram avanços e retrocessos de um contexto social excludente. Tal fato pode estar vinculado à questão precípua de que a concepção do DS não é nova, como demonstram Galarza, Gómez e Gonzáles (2002, p. 12), quando afirmam que:

Muchas sociedades, a través de la historia humana, han reconocido la necesidad de preservar una armonía entre ambiente, la sociedad y la economía. Lo nuevo es la articulación de estas ideas en el contexto de una sociedad globalizada, industrial y de la información.

Como é o caso das populações indígenas e negras, embora se saiba que, historicamente, esses indivíduos tiveram seus direitos usurpados de maneiras diferentes pelos Estados constituídos.

O contexto jurídico peruano reconhece aos indígenas o direito a terra, entre outros, porém a Lei n. 20.653, de 24 de julho de 1974, denominada de Ley de Comunidades Nativas y de Promoción Agropecuaria de Regiones de Selva y Ceja de Selva, substituiu o nome indígena por nativos. Isso porque “Las comunidades que eran conocidas por este nombre, las andinas y costeñas, fueran rebautizadas como “campesinas” por la Ley de Reforma Agraria [...]” (CHIRIF, 2012, p. 3). Entretanto, os povos amazônicos não se qualificavam nem como indígenas, e eram conhecidos como: “[...] “silvícolas”, “naturales” o diretamente “salvajes”” (CHIRIF, 2012, p. 3). É para estes que o governo peruano resolveu adotar o nome de “nativos”.

As Comunidades Nativas¹⁴⁰ (CN), anteriormente denominadas de Comunidades Campesinas por força do Decreto Lei n. 17.716, de 24 de junho de 1969, art. 115º, sofreram reveses diversos em sua trajetória jurídica sobre a propriedade de terras. Atualmente, a legislação peruana reconhece dois tipos de comunidades indígenas com direitos à propriedade comunal, de acordo com Smith (2013): 1. Comunidade Campesina (ex-comunidade indígena) – comunidade indígena-originária da costa e da serra, comunidade ribeirinha amazônica, ronda camponesa do norte (Cajamarca, Amazonas, San Martín etc); 2. CN da Amazônia peruana. Esclareça-se que por mais que o direito ao território indígena seja constitucional, ainda é grande a luta por sua demarcação.

A luta pela salvaguarda dos espaços territoriais também se recrudescer pela valorização destes territórios por exploração econômica como a mineração, recursos hídricos e, principalmente, pela indústria petroleira. Do ponto de vista legal é necessário esclarecer que a categoria de Reservas Comunes (RC) constantes do SINANPE, não abarca todas as comunidades. E, embora o Peru tenha assinado a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI), no ano de 2008, os conceitos de povos indígenas, território e autodeterminação ainda não são definições oficialmente aceitas no país.

Para além dos aspectos legais cabe inferir que mesmo as terras já tituladas não correspondem aos territórios historicamente ocupados pelos povos indígenas. Como analisa Surrallés (2009, p. 33), “En muchos casos, no se puede afirmar que estas superficies legitimadas sean territorios, en el sentido de un espacio que permita el uso integral tanto de sus recursos materiales como inmateriales”. De todo modo, como se nota no quadro 33, muito

¹⁴⁰ Decreto Ley n. 22175, de 9 de mayo de 1978, denominada Ley de Comunidades Nativas y Desarrollo Agrario de la Selva y Ceja de Selva, define, no artículo 8, “Las Comunidades Nativas tienen origen en los grupos tribales de la Selva y Ceja de Selva y están constituidas por conjuntos de familias vinculadas por los siguientes elementos principales: idioma o dialecto, caracteres culturales y sociales, tenencia y usufructo común y permanente de un mismo territorio, con asentamiento nucleado o disperso”.

ainda há por fazer no sentido de promoção dos direitos quando se percebe que desde o ano de 2008 (SMITH, 2013), não se titula nenhuma comunidade indígena no Peru.

Quadro 33- Comunidades indígenas registradas e tituladas no Peru

COMUNIDADES	SITUAÇÃO	NÚMERO	TOTAL DE ÁREA TITULADA (HA)
Campesinas	Inscritas	6.069	23.643,958
	Sem títulos	959	
Ribeirinhas	Inscritas	90	-
	Sem inscrição e título	2.400	
Nativas	Inscritas	1.803	11.833,619
	Sem títulos	537	
	Sem inscrever e titular	126	

Fonte: Elaborado por Paulo M. Pinto (2015) a partir de Smith (2013).

Enfatize-se que os números apresentados não refletem a realidade da problemática em sua concretude, uma vez que não existem informações oficiais sobre o tema. Isso porque também não há um organismo estatal que se responsabilize pelas informações, sobretudo pela elaboração de um diretório sobre essas comunidades. Em consonância com afirmações de Smith (2013), ainda faltam assegurar os territórios de cerca de 3.350 comunidades campesinas e 663 CN.

No tocante as RC, enquanto categorias de AP e que fazem parte do SINANPE, percebe-se um esforço em tornar realidade os anseios de algumas etnias, em sua luta por reconhecimento e organização territorial. Tais conquistas são históricas e frutos de constantes embates com os poderes constituídos, mesmo assim, como se observa no quadro 34, o número de RC instituídas não passou de 10. Essa situação motiva debates sobre a constituição de AP e a sobreposição com as comunidades assentadas em seu interior.

Quadro 34 - Reservas Comunales instituídas no Peru

RESERVA COMUNAL	NORMA	DATA	LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO (HA)
Yanasha (RCY)	R.S. n.0193-88-AG-DGFF	28.04.1988	Pasco.	34.744,70
El Sira (RCES)	D.S. n. 037-2001-AG	22.06.2001	Huanaco, Pasco, Ucayali.	616.413,41
Asháninka (RCA)	D.S. n. 003-2003-AG	14.01.2003	Junín, Cusco.	184.468,38
Machiguenga (RCM)	D.S. n. 003-2003-AG	14.01.2003	Cusco, Junín.	218.905,63
Amarakaeri (RCAM)	D.S. n. 031-2002-AG	09.05.2002	Madre de Dios, Cuzco.	402.335,62
Púrus (RCP)	D.S. n. 040-2004-AG	18.11.2004	Ucayali, Madre de Dios.	2002.033,21
Tuntanaín (RCT)	D.S. n. 023-2007-AG	09.08.2007	Amazonas	94.967,68
Chayu Nain (RCCN)	D.S. n. 021-2009-MINAN	09.12.2009	Amazonas	23.597,76

Airo Pai (RCAP)	D.S. n. 006-2012-MINAN	25.10.2012	Loreto	247.887,59
Huimeki (RCH)	D.S. n. 006-2012-MINAN	25.10.2012	Loreto	141.234,46
TOTAL				2.188.688,44

Fonte: SERNANP/INEI (2014).

É evidente que a instituição das RC não garante que as CN tenham os direitos de propriedade assegurados, mesmo que esse direito esteja reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 613, de 9 de agosto de 1990 – Código del Medio Ambiente. Muito pelo contrário, como salienta Chirif (2012, p. 10), “[...] este reconocimiento no ha significado ningún beneficio para las comunidades nativas que han quedado encerradas dentro das ANP”. Além disso, o processo de liberalização econômica e as medidas para que empresas de capital internacional pudessem explorar os recursos naturais impediram qualquer tipo de ação estatal no sentido do reconhecimento de propriedade territorial dos indígenas.

A problemática da propriedade territorial da população negra no Peru é mais difícil de ser dimensionada, uma vez que não existem informações fidedignas sobre o número dos indivíduos que se reconhecem como tal. Isso ocorre devido à estigmatização e à discriminação histórica sofrida pelos afrodescendentes como descrito pelo Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH, 2003):

En la actualidad, es decir a inicios del siglo XXI los afroperuanos siguen formando parte de los estamentos más pobres de la sociedad peruana y siguen siendo percibidos como ciudadanos de segunda categoría.

Tal fato tem múltiplos fatores, um deles pode estar relacionado com a dispersão populacional, embora se saiba que existe uma grande parcela de negros habitando cidades e comunidades rurais do litoral peruano.

A não permanência de um contingente significativo em determinadas áreas geográficas impulsionada, em grande parte, pelos movimentos migratórios ocasionou padrões de assentamento e residência que inviabilizaram a organização e as lutas coletivas. De acordo com Valdivia (2013, p. 17-18):

En el año de 2002 el Movimiento Nacional Afroperuano Francisco Congo (MNAFC) y el Centro de Desarrollo Étnico (CEDET) hicieron un esfuerzo por identificar las localidades con población mayoritariamente afroperuana a través de la elaboración de un “mapa geoétnico”, el mismo que dio como resultado la ubicación de sesenta “comunidades afroperuanas” distribuidas a lo largo de la costa peruana. Posteriormente, este mapa fue actualizado por el Instituto Nacional de Desarrollo de Pueblos Andinos, Amazónicos y Afroperuanos (INDEPA), dando lugar a otro que no vario en cuanto a la tendencia de la distribución geográfica de esas poblaciones, pero que sí identificó una mayor cantidad de localidades. En efecto, reconoce la ubicación de hasta 112 comunidades con presencia afroperuana ubicadas en la costa.

A falta de atualização e a imprecisão nas informações prejudicam as possíveis políticas públicas e o conhecimento das características sociais e econômicas dos afroperuanos. Essa invisibilização marca a situação econômica dessa população que se encontra em condições de pobreza e extrema pobreza.

Em consequência disto, os afrodescendentes se veem fora das políticas públicas que ensejam a distribuição de terras, embora seja evidente seu contributo ao desenvolvimento econômico do país. Em que pese o reconhecimento da presença cultural e da tradição agrícola, o Estado pouco tem feito para minimizar essa situação de pobreza. Ao contrário, em alguns casos tem aprofundado a situação, quando elimina possibilidades de crédito para os pequenos produtores rurais negros.

Muito se tem escrito sobre a importância da população escrava negra para o desenvolvimento do Peru. Entretanto, por muito tempo se formou um “silêncio estadístico” (VALDIVIA, 2013, p. 19), fruto desta invisibilização dos afroperuanos frente ao Estado e à sociedade peruana, senão observe-se:

El Estado ha hecho muy poco frente a la situación de pobreza y ante las formas abiertas de racismo y prejuicios raciales. Es más, ha tenido una actitud permisiva que de una u otra forma ha favorecido las discriminaciones que se ejercen contra la comunidad afro peruana. Tampoco ha promovido una política social que iguale en oportunidades al afro peruano con el resto de la población del país. No existen políticas públicas de atención ni incentivos que estimulen el progreso de las y los afro peruanos, ni tampoco se ha estimulado a aquellos que por sus dones personales podrían haber destacado y servido de ejemplo para otras personas (IIDH, 2003, p. 19).

Dessa feita, é a partir dos anos 2000 que algumas organizações multilaterais como o Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), empreenderam iniciativas para obter informações estatísticas sobre etnias.

Tais iniciativas seguem no sentido da inserção de perguntas sobre autodescrição étnica (VALDIVIA, 2013, p. 19), na Encuesta Nacional de Hogares (ENAH) ¹⁴¹ realizada pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Informática (INEI). Os resultados do ENAH tem demonstrado um crescimento percentual entre 1% e 2,1% entre os anos de 2000 e 2012 (VALDIVIA, 2013, p. 20), respectivamente. Este percentual reflete uma condição de negação do autoreconhecimento provocada por séculos de estigmatização e, portanto, da pouca visibilidade das lutas travadas.

¹⁴¹ A lo largo de los últimos doce años, las Encuestas de Hogares ha mantenido, con modificaciones, un modelo de pregunta que incluye las categorías de autoadscripción étnico-raciales “negro”, “mulato”, “zambo” y, en la versión del año 2012, la de “afroperuano” (VALDIVIA, 2013, p. 19).

Diferentemente das lutas realizadas pelos povos indígenas que sempre foram considerados referentes sociais e culturais do Estado peruano, as questões reivindicatórias dos afroperuanos ainda não se pautaram de maneira prioritária nas agendas das políticas estatais. Isso não quer dizer que os indígenas gozem de melhor situação frente às agendas, mas que avançaram um pouco mais com relação aqueles. De todo modo, as territorialidades dos afroperuanos não fazem parte das políticas de proteção e, portanto, não se consubstanciam como categorias de AP.

6.3 Implicações das políticas públicas de turismo nas AP pan-amazônicas

A adoção de políticas públicas setoriais como as de turismo inseridas na vertente socioambiental trouxe implicações de ordens diversas, produzidas no espaço territorial da Pan-Amazônia. Os resultados, em sua proporção maior, incidem nas populações tradicionais ou não que habitam esse território como é o caso dos indígenas. A constituição de AP tem demonstrado ao longo do tempo ser estratégia importante para a conservação dos recursos naturais, entretanto nos países latino-americanos os impactos negativos causados por especificidades político-administrativas são passíveis de reflexões críticas quanto à aplicação do modelo.

Isto porque a conservação dos recursos naturais não tem sentido descolada da manutenção da vida dos seres humanos e das suas maneiras mais diversas de lidar com estes recursos que emergem de um fazer culturalmente apreendido. As questões relativas à cultura dos chamados povos naturais têm sido foco de atenção, primeiramente, de antropólogos e arqueólogos, e subsequentemente dos cidadãos. Assim, os problemas e as lutas enfrentadas pelo etnodesenvolvimento passam a ser pautadas nas políticas públicas setoriais, que no caso do negócio turístico conformam segmentos novos de mercado como o ecoturismo.

A inserção do componente ambiental no negócio turístico se dá passo a passo às mudanças ocorridas em nível internacional, com a crescente demanda por lugares onde os recursos naturais constituíssem paisagens menos afetadas pelos excessos do modelo industrial. Nesse caso, o turismo em sua vertente ecológica foi impulsionado nos países da América Latina que ainda detinham porções significativas de recursos naturais ainda conservados. Note-se que os recursos naturais do então chamado terceiro mundo sempre estiveram no imaginário dos países ditos de primeiro mundo, que demandavam visitantes para aqueles.

Ao longo dessa história recente a procura por diversificação de mercado baliza descobertas novas e o ecoturismo passa a ser componente estratégico de roteiros turísticos alternativos. Tal busca por diferenciação recai sobre os territórios indígenas que até então eram foco apenas de investigadores científicos, impulsionando adequações à legislação vigente de proteção a esses povos tradicionais. No Brasil essa modalidade nova de turismo tem início com o Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas de 1997¹⁴², que buscava analisar a viabilidade operacional e econômica do ecoturismo em TI, através de experiências piloto em comunidades que manifestassem interesse e potencial.

Desta maneira foram realizadas oficinas de capacitação em comunidades indígenas, entretanto estas experiências piloto nunca saíram do papel “[...] apesar de muitas comunidades indígenas terem apresentado projetos de ecoturismo [...]” (GUIMARÃES, 2006, p. 23). Fruto dessa tentativa de planejar o desenvolvimento do turismo em TI é o Manual Indígena de Ecoturismo, também editado no ano de 1997, elaborado a partir das oficinas de caráter participativo com objetivo de formular as diretrizes metodológicas do programa. As oficinas tiveram como base o estado do Acre e as etnias indígenas ali presentes, porém a estratégia era sua replicação para os demais estados da região norte como o Pará e o Amazonas.

Diga-se que as diretrizes já estavam consubstanciadas em programas gestados desde o início dos anos de 1990 (PINTO, 2007) com a disseminação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR)¹⁴³. Entretanto, historicamente a implicação do turismo enquanto componente produtivo da Amazônia, de acordo com Pinto (2006)¹⁴⁴, decorre desde os governos autoritários com a elaboração dos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND). Os PND deram suporte para a preparação dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), os quais, por sua vez, proporcionaram o advento do Plano de Turismo da Amazônia (PTA).

Neste caso, a vocação do ecoturismo como oportunidade de desenvolvimento da Amazônia já era referenciada por Figueiredo (1999) ao analisar os documentos oficiais que caracterizavam o ecoturismo no espaço amazônico. Na análise realizada por Figueiredo (1999, p. 110) as infraestruturas hoteleiras, principalmente os hotéis ecológicos,

¹⁴² Documento elaborado pelo Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC Amazônia), com apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e executado pela Associação Brasileira de Ecoturismo (ECOBrasil) (GUIMARÃES, 2006).

¹⁴³ “[...] objetiva, prioritariamente, a implantação de infraestrutura ecoturística nos municípios polos dos estados que compõem a região amazônica, os quais foram estabelecidos seguindo uma metodologia específica” (PINTO, 2007, p. 16).

¹⁴⁴ “[...] PND I, II e III (1972-1974, 1975-1979, 1980-1985)”; “[...] PDA I, II e III (1972-1974, 1975-1979, 1980-1985)”; “[...] PTA (1980-1985)” (PINTO, 2006, p. 28-29; 33).

caracterizavam a “[...] grande oportunidade para os próximos anos na região Amazônica”, surgidas ao longo do rio Negro, no estado do Amazonas, a partir do ano de 1979. Em se tratando do estado do Amazonas, Faria (2005) analisa as políticas públicas que apontam para as potencialidades do desenvolvimento do ecoturismo e do ecoturismo indígena, seguindo as orientações contidas no PTA de aproveitamento dos recursos naturais de modo sustentável.

No estado do Amazonas o PROECOTUR, o PDA e o PTA desencadearam ações diversas que possibilitaram o aparecimento de subprogramas (FARIA, 2005) como os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), criado em 1997. O PDPI tem coordenação do MMA no âmbito do PPG-7 e proporciona apoio financeiro e técnico as comunidades indígenas para o desenvolvimento de projetos de gestão, atividades econômicas sustentáveis e proteção de terras. No entendimento de Faria (2005, p. 66) o PDPI possibilitou a “[...] implantação de projetos com novas tecnologias sociais e econômicas em terras indígenas”, nesse caso o ecoturismo foi vinculado como alternativa no planejamento de caráter participativo e comunitário.

É importante enfatizar que o componente ambiental se faz presente no processo de identificação e delimitação de TI a partir do ano de 1996 com o advento do Projeto Integrado de Proteção às Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). O PPTAL passou a realizar estudos ambientais e levantamentos etnoecológicos nas áreas a serem delimitadas que possibilitou o envolvimento das comunidades, descortinando perspectivas novas de desenvolvimento. Em consonância com afirmações de Faria (2005) o ecoturismo indígena passou a ser alternativa enquanto modo de inclusão social baseado no conceito de etnodesenvolvimento¹⁴⁵.

Embora no estado do Amazonas a experiência mais comentada de implantação do ecoturismo seja a do município de Silves (FARIA, 2005), onde a maioria da população não se reconhece como indígena, os princípios do etnodesenvolvimento estão ali presentes. Martins e Coutinho (2007) chamam a atenção para as experiências de turismo em TI localizadas no rio Negro, enfatizando, entretanto, a priorização às lutas travadas pela homologação e regularização de terras. Nesse sentido, Martins e Coutinho (2007, p. 4), citam o município de São Gabriel da Cachoeira como o “[...] município com mais indígenas” do Amazonas e a coordenação das lutas realizada pela Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio

¹⁴⁵ Ao depurar o conceito elaborado por Stavenhagem (1997), Faria (2005, p. 72) identifica que o etnodesenvolvimento “[...] significa que a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses” (FARIA, 2005, p. 72).

Negro (FOIRN)¹⁴⁶, que recebe visitantes na loja de artesanato indígena localizada em sua sede.

Em que pese a integração crescente dos indígenas em entidades unificadoras das lutas, frente ao reconhecimento de direitos no estado do Amazonas – bem como em outras partes do Brasil –, as dificuldades para garantir a subsistência são de ordens diversas. Novo, Cruz e Filho (2010, p. 3) elencam alguns fatores como: “[...] naturais (áreas com solos pobres, águas muito ácidas dificultando a reprodução de peixes) e [...] ocasionados pela invasão de agentes externos (garimpeiros, madeireiros [...])”. Ao analisarem a experiência de ecoturismo em comunidade indígena do município de Rio Preto da Eva afirmam que o turismo é alternativa importante de subsistência.

De acordo com as reflexões de Novo, Cruz e Filho (2010, p. 3):

Trata-se de uma experiência peculiar, de base comunitária, pois é realizada pelos próprios indígenas, os quais há cerca de 10 (dez) anos vem implementando ações com o propósito de consolidar a referida atividade, praticada por estes, como alternativa de subsistência, e, também, de valorização de suas culturas e de si próprios.

É importante salientar que as atividades ecoturísticas implementadas nas comunidades indígenas prescindem do planejamento com participação efetiva dos comunitários, processo que na maioria das vezes não ocorre. Tal fato acontece devido à falta de informações acerca da prática do turismo em TI burlando a legislação existente e fugindo ao controle da FUNAI a quem cabe, legalmente, autorizar o ingresso nas TI.

De fato a Instrução Normativa n. 01/PRESI, de 29 de novembro de 1995, aprova as normas que disciplinam o ingresso em TI com finalidade científica, e outorga a FUNAI a consulta às lideranças indígenas acerca da autorização ou não da presença de pesquisadores. Também a Portaria n. 177/PRES, de 16 de fevereiro de 2006, regulamenta os procedimentos sobre o uso, aquisição e ou cessão dos direitos autorais e de imagens indígenas, cabendo a FUNAI atuar na defesa dos direitos e interesses indígenas. Por fim, a Instrução Normativa n. 03/2015, de 11 de junho de 2015, estabelece as normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos nas TI.

Neste caso é importante salientar a necessidade da elaboração do Plano de Visitação que deve ser coordenado pelo proponente, porém com a participação e o protagonismo das comunidades indígenas (FUNAI, 2015). Tal normativa se coloca como marco no desenvolvimento das atividades turísticas em TI no Brasil, pois até então as empresas turísticas e também os indivíduos, como já citado, praticavam ilícitos. Tal fato já era foco de

¹⁴⁶ Em conjunto com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

debates no estado do Amazonas onde, em passado recente, o turismo nas comunidades indígenas foi pautado em evento¹⁴⁷ tendo em vista as experiências sucedidas em comunidades distintas.

É desse evento que se tem notícia das comunidades indígenas que já trabalham com turismo como: “[...] Rio Marmelo, em Humaitá, do povo Tenharín; da Cunhã Sapucaia, dos Mura, em Borba; dos Sateré-Mawé e Inhã-Bé, em Manacapuru e no Tarumã Açu (Manaus); e de outros, das comunidades Beija Flor, em Rio Preto da Eva”. E que estão em fase de elaboração os projetos para os povos “[...] Parintins (Humaitá), Tikuna (Tabatinga), Javary (Atalaia do Norte), Bniwa (Barcelos) e Baré/Tukano, do Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira)” (ACRITICA.COM, 2011). Para além das informações oficiais vê-se que as políticas públicas relacionadas à temática do turismo em TI ainda estão a ser construídas principalmente nas comunidades da fronteira pan-amazônica.

Na Pan-Amazônia, e em consonância com registros de Vasconcelos e Quaresma (2013), a atividade turística envolvendo indígenas está presente e em crescimento desde os anos de 1990, principalmente com experiências de turismo comunitário. Tais experiências acontecem por que:

[...] a maioria das populações indígenas encontra-se em ou próximas a Reservas Naturais ou Parques Nacionais, suas atividades estão geralmente ligadas ao ecoturismo, com a prática de um turismo sustentável e engajado com a preservação e conservação desses locais (VASCONCELOS; QUARESMA, 2013, p. 6).

Enfatize-se que as políticas públicas de fomento ao turismo indígena na Pan-Amazônia necessitam ser consolidadas, as análises realizadas por Vasconcelos e Quaresma (2013, p. 7) demonstram que “[...] alguns grupos indígenas contam com apoio governamental para atuar no setor”. Nesse caso, fazem referência à Colômbia como um dos países pan-amazônicos com o maior número de experiências em turismo indígena, em *ranking* onde aparecem também o Equador e a Bolívia.

Quanto ao território amazônico-colombiano as reflexões de Ochoa Zuluaga e Palacio Castañeda (2008) reforçam que a atividade turística inicia-se a partir dos anos de 1990 com a criação do Departamento de Amazonas e, conseqüentemente, com a presença das instituições de Estado baseadas na cidade de Leticia. O aparato criado pela administração pública impulsiona o setor de comércio e serviços que se sobressai, em detrimento das dificuldades geradas para a manutenção dos setores primários e secundários da economia, principalmente quanto aos elevados custos de transporte de mercadorias. Tal fato, de acordo com registros de

¹⁴⁷ Trata-se do 1º Workshop de Turismo de Base Comunitária no Amazonas, Protagonismo das Populações Tradicionais e Povos Indígenas, ocorrido no ano de 2011.

Ochoa Zuluaga e Palacio Catañeda (2008, p. 107), “[...] han reforzado la idea de que el turismo es la alternativa de desarrollo para la región”, fundamentada no crescente incremento de visitantes no período de 2002-2006¹⁴⁸.

Assim, o aumento no número de visitantes está embasado na ideia de que na Amazônia colombiana, as atividades do turismo de natureza, especialmente o ecoturismo, é a força motriz de desenvolvimento. Passando assim a ser incluído nos programas institucionais e inserido no mercado internacional de turismo, que atrai para a região visitantes, em cujo imaginário está presente a vivência de experiências de caráter tradicional realizadas pelos indígenas. Ressalte-se que o tripé Amazônia, cultura indígena e os aspectos da conservação dos recursos naturais assumem conotação prioritária nos processos de motivação dessa demanda nova de consumidores.

Dessa maneira, não apenas as comunidades indígenas são integradas ao sistema econômico global, mas também os ribeirinhos, os camponeses e demais componentes da sociedade amazônica (OCHOA ZULUAGA, 2008). Na Colômbia, particularmente no trapézio amazônico, as políticas públicas de turismo foram se construindo ao longo de dez anos, como se depreende das investigações realizadas por Ochoa Zuluaga et al. (2008), quando da realização de amplo e paradigmático diagnóstico sobre o setor turismo em Leticia. As informações obtidas através dos documentos oficiais diversos apontam o ecoturismo como segmento prioritário para o desenvolvimento das potencialidades locais.

Tais investigações foram realizadas para a elaboração do Plan Sectorial de Turismo para Leticia y el Trapecio Amazónico Colombiano, concluído no ano de 2007, no qual é enfatizado como linha estratégica as particularidades culturais dos grupos indígenas. O diagnóstico chama a atenção para a inserção da participação das empresas particulares no SPNN através do sistema de concessão nos PNN com maior vocação ecoturística. A justificativa para a inclusão das empresas na prestação dos serviços ecoturísticos foram os altos custos de manutenção e operação que consumiam os recursos financeiros estatais.

O ecoturismo como alternativa para o enfrentamento das dificuldades econômicas, como o desemprego no interior das comunidades indígenas passa a ser analisado a partir de ferramentas construídas pelos próprios índios, como é o caso da elaboração dos Planes de

¹⁴⁸ “[...] incremento constante de turistas a Leticia que pasaron de seis mil en el 2002 a 27 mil en el 2006 (DAFE, 2007) y que a su vez ha permitido la creación o reactivación de agencias de viajes y tiendas de artesanías, la multiplicación de eventos sobre el tema y un aparente incremento en la generación de empleo en el ámbito local, entre otros” (OCHOA ZULUAGA; PALACIO CASTAÑEDA, 2008, p. 107).

Vida¹⁴⁹. Coordenado pela Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico (ACITAM) e com apoio de outras entidades¹⁵⁰ foi elaborado o Plan de Vida Tikuna, Kokama y Yagua entre o período de 2004-2008. Centrados nas questões do etnodesenvolvimento, o documento expressa a importância do ecoturismo, em sua vertente do etnoturismo, como proposta econômica para as comunidades indígenas.

Enfatize-se que a organização dos indígenas do trapézio amazônico, como se depreende dos registros de ACITAM (2008), começou nos anos de 1940 com a nomeação das primeiras autoridades tradicionais denominados de “Curacas”¹⁵¹. A partir de então, as comunidades foram se integrando e se organizando em torno das lutas comuns, como o direito ao território que culminaram com a criação do Consejo Indígena Tikuna de Nazareth-Amazonas (CITNA), em 1985. O modelo organizativo foi se disseminando pelas comunidades ao longo do rio Amazonas com a criação de muitas entidades¹⁵² até que no ano de 1989 foi criado o Cabildo Indígena Mayor del Trapecio Amazónico (CIMTRA) que no ano de 1993 foi transformado na ACITAM.

Ao analisar as implicações da introdução do turismo nas comunidades indígenas de etnia Yagua, Acevedo (2011) explicita que o fomento da atividade, através das iniciativas governamentais e o resultado em melhorias infraestruturais incentiva a população a investir no negócio turístico. Tais investimentos, principalmente nas cidades de Leticia e Puerto Nariño, servem de modelo para as comunidades ao longo do rio Amazonas que passam a fazer parte dos roteiros turísticos organizados. Nesse caso, ainda de acordo com Acevedo (2011, p. 116):

[...] personas y comunidades que se perciben un tanto al margen del comercio y las empresas turísticas, entre las que se encuentran las comunidades indígenas, consideran que este renglón de la economía es el único que les puede generar algunos dividendos y hoy hacen sus apuestas en el eco y el etnoturismo.

Entretanto, apesar de o turismo estar em expansão ampliada no trapézio amazônico, os benefícios gerados com a atividade são mínimos e não são distribuídos de maneira equitativa.

¹⁴⁹ “[...] son procesos especiales donde se requiere que se realice la planeación participativa [...], buscando reflexionar sobre nuestros problemas para lograr las soluciones acordes a nuestros usos y costumbres. [...] estos planes nos permiten concertar nuestros derechos a la autonomía, al territorio, a la identidad cultural, al desarrollo propio y a la participación” (ACITAM, 2008, p. 20)

¹⁵⁰ Corporación para la Defensa de la Biodiversidad Amazónica (CODEBA); CORPOAMAZONIA; con apoyo financiero de la Embajada Real de los Países Bajos (ACITAM, 2008).

¹⁵¹ “Estos líderes debían tener conocimientos ancestrales y ser médicos tradicionales o curanderos, por eso la palabra curaca proviene de curar” (ACITAM, 2008, p. 49).

¹⁵² Dentre outras, cita-se: Asociación Zonal de Cabildos Indígenas de Tradición Autóctono (AZCAITA); Asociación de autoridades del Resguardo Tikuna, Kokama y Yagua de Puerto Nariño-Amazonas (ATICOYA); Asociación de Autoridades Indígenas Tradicionales de Tarapacá Amazonas (ASOAINAM); Asociación Zonal Indígena de Cabildos y autoridades Tradicionales de La Chorrera (AZICATH).

O desenvolvimento de estratégias para o combate às situações de degradação biossociocultural está presente nas políticas públicas estruturadas para o Departamento de Amazonas. As iniciativas de zoneamento ambiental para identificar os problemas decorrentes dos ilícitos de extração de minérios, madeiras, e a sobreposição entre AP e territórios indígenas, entre outros, demonstra tal preocupação. No entanto, ainda está a ser construída uma política pública que promova de modo integral o desenvolvimento dos povos indígenas da Amazônia colombiana, como descrito no Plan Estratégico de Ciencia, Tecnología e Innovación (PEDCTI) para el Departamento del Amazonas, elaborado pela UNAL no ano de 2013.

Ao reunir os documentos diversos de políticas públicas, o PEDCTI permite observar os avanços, retrocessos e os desafios futuros da Amazônia colombiana, um deles, o da elaboração da denominada CONPES indígena. Tal proposta é o esforço para o reconhecimento de direitos ao território e de áreas ancestrais, inclusive as que se encontram sobrepostas ou não às AP já instituídas. Sobre esse fato, como noticiado no sítio da Organización de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (OPIAC, 2015), vê-se que as discussões avançam dentro de um plano de ação para a elaboração e implementação de política pública específica.

A respeito do turismo, o Plan de Desarrollo Turístico (PDT) del Amazonas para o horizonte de 2012-2016 identifica o ecoturismo como o produto principal, enquanto que os de turismo de aventura, etnoturismo e o turismo científico são complementares. Os principais atrativos de ecoturismo são o rio Amazonas, o PNN Amacayacu, e as áreas naturais dos municípios de Leticia e Puerto Nariño. Quanto ao Enoturismo, o documento aponta a sua alta competitividade, baseado no patrimônio étnico e na multiculturalidade, entretanto ainda apresenta problemas múltiplos para a estruturação e consolidação do produto.

Na Amazônia peruana, principalmente nas cidades mais urbanizadas como Iquitos, os aspectos da multiculturalidade e interculturalidade indígenas foram sendo destruídos em prol de uma cultura anti-indígena (TAMANI, 2014). Tal fato, construído historicamente, é resultado de estigmas a que foram submetidos os indígenas, frente à cultura ocidental, em um processo paulatino e destrutivo de sua identidade cultural. No entanto, como afirma Tamani (2014), os povos indígenas foram se organizando e reivindicando o reconhecimento de direitos, frente ao Estado, dentre esses, o da implementação de políticas públicas de afirmação de identidade cultural.

Observa-se que este fato é paradoxal, ao se confrontar os estudos e os documentos oficiais sobre as políticas públicas para o setor de turismo, uma vez que estão francamente

centralizados nos atrativos da diversidade biossociocultural. Silva (1998) corrobora esta premissa, quando registra que a região tem grande potencial para desenvolver os segmentos de turismo de aventura, ecoturismo, etnoturismo e o turismo científico. Do que se depreende que esses segmentos movem o negócio turístico na Pan-Amazônia como um todo, e na Amazônia peruana, principalmente na região de Loreto, tem sofrido descontinuidades em conformidade com a preponderância dos ciclos econômicos.

A obviedade disto é que este fato não acontece somente na porção amazônica peruana, onde políticas públicas de turismo têm sido elaboradas para estimular a inclusão da região nos circuitos turísticos internacionais. Como é o caso do Plan de Desarrollo Regional Concertado (PDRC) 2008-2021 formulado pelo GOREL, em cujo diagnóstico sinaliza o patrimônio histórico-cultural e a biodiversidade natural, como elementos fundamentais para a atração de visitantes. Nesse caso, de acordo com o PDRC, a presença de inúmeras etnias indígenas e da mais extensa das AP peruanas, a RN Pacaya Samiria, são recursos com possibilidades de desenvolver vantagens comparativas em relação aos demais países pan-amazônicos.

Tais vantagens comparativas também são apontadas no “Plan Estratégico Regional de Turismo de Loreto (PERTUR) 2007-2015”, o qual, tomando por base as diretrizes do “Plan Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR) 2005-2015”, criou a Zona Noramazónica de Turismo. Isto se deve a unificação das Zonas Turísticas I (Piura, Tumbes) e II (Amazonas, Cajamarca, La Libertad, Lambayeque, Loreto, San Martín) para execução de trabalhos conjuntos em vista dos escassos recursos econômicos. A lógica da formação do bloco é a potencialização dos atrativos histórico, cultural e natural frente aos mercados internacionais, para captação de consumidores nos principais mercados emissores de turismo.

Os segmentos de mercado são, prioritariamente, o ecoturismo e o turismo de natureza que se encontra em crescimento de demanda em nível mundial (PERTUR, 2007), sobretudo no quesito das visitas às comunidades indígenas. A estratégia de formação do “Corredor Turístico Noramazónico” também vai ao encontro dos interesses da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em posicionar a marca Amazônia nos mercados turísticos internacionais. Para a coordenação das políticas regionais de turismo foi criado o Consejo Regional de Turismo de Loreto (CRTL)¹⁵³ que integra instituições públicas, particulares e demais setores para desenvolver e promover a região como principal destino ecoturístico do país.

¹⁵³ “El CRTL ha sido creado el 22 de mayo del 2007 mediante Ordenanza Regional n. 013-2007-GRL-CR del Gobierno Regional de Loreto-GOREL. [...] su objetivo es [...] priorizar e impulsar al turismo como una de las actividades económicas estratégicas para reducir la pobreza en la región” (PERTUR, 2007, p. 05).

Ainda em nível das políticas públicas de turismo de caráter regional, o CRTL e a DIRCETURA elaboraram o Plan de Acción Ente Gestor – Destino Turístico Río Amazonas – Perú 2009-2010. Centrado nas diretrizes prescritas pelo PENTUR e PERTUR é um plano de operação das ações e metas a serem desenvolvidas a cada trimestre, no qual o Ente Gestor – CRTL e DIRCETURA – conduz à gestão e à execução das ações propostas e identificadas. Em se tratando de uma região bastante extensa a “Región Turística Noramazónica del Perú”, a sua operacionalização acontece em três níveis: 1) macrorregional; 2) regional; e 3) destino turístico.

As perspectivas de incremento do turismo com sustentabilidade norteiam às ações nos diferentes níveis de planejamento, cujo escopo é a problemática da conservação dos recursos naturais. Tais problemáticas dizem respeito, entre outros fatores, ao conjunto de AP e também as 18 etnias e 27 famílias ou grupos linguísticos encontrados na região de Loreto. Em diagnóstico realizado pela AIDSESP¹⁵⁴, no ano de 2003, para a consolidação do Plan de Vida de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Peruana vê-se que existem quatro eixos temáticos que necessitam ser minimamente atingidos para se alcançar os direitos reivindicados.

Dentre a ampla gama de problemas que impactam as comunidades indígenas cita-se o fato da existência de muitas comunidades no interior das AP instituídas e, em sua maioria, não são reconhecidos os direitos ao território e, por conseguinte, não podem ter os títulos das terras. Os conflitos ocasionados por problemas de limites territoriais entre as comunidades indígenas e os colonos, em sua maioria mediados pelo Estado, o que não evita ações de violências. Outro fator preocupante é o crescimento populacional indígena que tem demandado a ampliação dos territórios comunais bem como o reconhecimento e a titulação dos mesmos.

Do ponto de vista cultural, os processos de globalização têm provocado paulatina aculturação, principalmente entre os jovens que migram para os centros urbanos em busca de melhorias de educação e empregos. A consequência disso é que muitos jovens indígenas preferem não ser reconhecidos como tal, e é flagrante a ausência de políticas educacionais para a formação profissional indígena. Existe uma grande defasagem na política de saúde indígena, o que atinge principalmente as crianças em estado de desnutrição, bem como não se

¹⁵⁴ Com a participação das seguintes organizações: Asociación Regional de los Pueblos Indígenas (ARPI); Federación Nativa de Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD); Organización Regional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Norte del Perú (ORPIAN-P); Coordinadora Regional de los Pueblos Indígenas (CORPI-San Lorenzo); Organización Regional de AIDSESP Iquitos (ORAI); Organización Regional de AIDSESP Ucayali (ORAU).

aproveitam os conhecimentos tradicionais em saúde, como é o caso da utilização das plantas medicinais.

Como se depreende desta análise são muitas as ameaças sofridas pelos indígenas, porém as mais graves são realizadas pelas empresas mineradoras e petrolíferas que recebem concessão do Estado para exploração dos recursos. Ressalte-se que as organizações indígenas foram se fortalecendo a partir das lutas contra a contaminação ambiental produzida por essas empresas. Tal estado de coisas tem possibilitado a biopirataria e o bloqueio de corredores biológicos provocados pelo assentamento de colonos que são atraídos por condições novas de emprego.

Deste modo é notório que o modelo de políticas públicas ainda é *top down*, em que o Estado protagoniza ações que inviabilizam a garantia de direitos, como o do acesso aos recursos naturais. A contaminação ambiental tem sido luta frequente, como se depreende de notícia sobre as lagoas de petróleo na RN Pacaya Samiria, denunciada em 2015 pelo Observatório Pueblos Indígenas Amazónicos Unidos en Defensa de sus Territorios (PUINAMUDT). Fato também denunciado no sítio AmazoniaReal no ano de 2014 acerca da declaração de emergência ambiental na RN Pacaya Samiria, bem como da ameaça provocada pela abertura de estradas que atravessam os territórios indígenas.

7 PROCESSOS DE GESTÃO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS DA TRÍPLICE FRONTEIRA

A análise dos processos de gestão local nas AP da tríplice fronteira deve considerar, em primeira instância, que os *loci* de pesquisa refletem escolhas que são fruto de observações da realidade específica e simbólica. Trata-se de reviver, de alguma maneira, as experiências que povoaram e povoam o imaginário dos muitos que se lançaram, e ainda se lançam, a perscrutar lugares pouco conhecidos. Um pouco como o que faziam os viajantes e naturalistas na Amazônia dos séculos XVIII e XIX, que aguçaram os sentidos diante de um cenário novo em recursos naturais e, sobretudo, de seus habitantes.

É óbvio que na atualidade, tal realidade também é observada com auxílio das ferramentas tecnológicas que os seres humanos criaram para a comodidade de realizar análises à distância e com menos envolvimento emocional. Entretanto, inspirados em Euclides da Cunha (1866-1909), segue-se as pistas para descortinar a realidade amazônica implicada em processos homogeneizantes diversos, dos quais o mais visível é o econômico. Trata-se de um embate dual, entre processos de caráter ideal e real, onde os conflitos decorrentes entre o mítico e o real são faces de uma moeda que se desgasta somente de um lado, nesse caso o mítico, embora o imaginário mítico sobre a Amazônia ainda persista para muitos.

O modo de produção capitalista, enquanto processo hegemônico de busca de mercados e mercadorias novas é o segundo elemento de determinação dos *loci* escolhidos. Isto ocorre porque se trata de fronteira pan-amazônica, processualmente abordada como fato geopolítico e, nesse sentido, as diferenças biossocioculturais são postas como elementos de segunda ordem. Dessa maneira, as políticas públicas elaboradas tendem a reificar os elementos de dominação, invisibilizando as características da heterogeneidade amazônica.

Tais características heterogêneas precisam ser consideradas nas análises a serem realizadas, por possibilitarem a formação de um quadro comparativo instigante, por suas diferenças e não por semelhanças. Desse modo, os problemas apresentados não podem ser tratados como homogêneos, embora se entenda as limitações políticas e ideológicas incidentes nas legislações e na burocracia estatal dos países. Assim, também como são instigantes os problemas geopolíticos representados pela configuração da fronteira tripartite e as condições biossocioculturais das AP em análise.

Tais condições biossocioculturais estão para além da adequação das categorias inseridas nos sistemas de AP, que geralmente seguem modelos internacionalmente prescritos. Nesse sentido, as instâncias de gestão local, propostas nos planos de manejo das AP,

prescindem de um tipo de planejamento que busque a integração de todos os atores envolvidos para resolução de problemas decorrentes. A participação nos fóruns de decisão é reconhecimento de direitos e uma das conquistas obtidas pelos indígenas que habitam o interior ou a área de entorno das AP pan-amazônicas.

Embora se saiba que apenas o reconhecimento de direitos não garante melhorias, a participação nas instâncias de decisão, para a formulação de políticas públicas, como as de turismo, é o terceiro elemento que importa para esta análise. Assim, a visão dos indígenas sobre o processo de gestão e as gradações diferenciadas de sua participação pode demonstrar o grau de inovação de determinada política pública. Não apenas isso, mas a efetividade do sistema de concessão dos serviços turísticos a empreendedores particulares demonstra o grau de interlocução das comunidades indígenas com o Estado e suas instituições.

Ressalte-se que o turismo é uma atividade econômica impregnada da lógica de mercado, que muito difere das tradicionalmente realizadas pelos indígenas e, portanto, está carregada por interferências conflituosas. Ao se inserir em determinada localidade, o turismo altera o sistema de produção e consumo, tendendo a estandardização dos lugares e pessoas. Isso acontece porque o turismo é mercadoria e deve ser analisada como tal, mesmo em segmentos de mercado que objetivem incorporar elementos mitigadores dos impactos biossocioculturais negativos.

7.1 TI Tukuna Umariáçu

No Brasil, os processos para instituir um sistema de concessões de serviços turísticos vêm sendo projetado desde o final dos anos de 1990. Intitulado como terceirização de serviços de uso público ocorre no conjunto de reformas infraestruturais iniciadas no PARNA de Foz do Iguaçu. Como registrado por Janér ([2003] 2015, p. 19):

Em 1998, houve dois fatos importantes a) a elaboração do Marco Conceitual sobre Terceirizações Administrativas em Unidades de Conservação e b) Concessões de Serviços Públicos precedida por execução de obra para o Parque Nacional de Foz do Iguaçu.

Tal fato possibilitou a elaboração do catálogo “Oportunidade de Negócios em Parques Nacionais” (JANÉR, [2003] 2015), como incentivo à terceirização e, posteriormente sendo incluído como estratégia no Programa Parques do Brasil de 2000.

A conjuntura das mudanças político-administrativas dos anos 2000 fez com que instituições financeiras nacionais e internacionais incluíssem a atividade do turismo como

elemento de impacto nas agendas públicas e particulares. Com esse intuito foi publicado, no ano de 2006, estudo financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para concessão de serviços e atrativos turísticos em AP. Tendo como exemplo o caso do PARNA de Foz do Iguaçu indicava que: “A licitação da operação do Hotel das Cataratas também deverá se tornar uma importante fonte de custeio de investimentos [...]”, de acordo com registros de Gorini, Mendes e Carvalho (2006, p. 189).

A administração e gestão das AP tem focalizado o processo de terceirização dos serviços turísticos observando alguns exemplos do eixo sul e sudeste do Brasil como é o caso do PARNA da Tijuca, no Rio de Janeiro (BARCELOS, 2015). Tais experiências impulsionaram o Programa Turismo nos Parques, do governo federal em 2008, entretanto ainda são muito pontuais os resultados para uma avaliação eficaz do sistema. Em passado recente, Santos (2011) investigou a concessão ou terceirização dos serviços turísticos nos PARNA brasileiros centrando suas análises no aumento de receitas.

Neste caso, as conclusões da pesquisa de Santos (2011, p. 274) demonstram que há negligência do poder público brasileiro, senão veja-se:

O poder público, ao negligenciar a legislação ambiental específica, não contribui para a diminuição da exclusão social. Falta maior investimento governamental para fortalecer as bases de implantação e desenvolvimento das cadeias relacionadas ao ecoturismo, o que fortaleceria também a manutenção dos PARNA.

De todo modo, notícias do ano de 2010 informam que foram lançados editais para a terceirização de serviços turísticos em três PARNA brasileiros (SOCIOAMBIENTAL, [2010] 2015). No entanto, as AP relacionadas estão localizadas no eixo sul e sudeste, e os editais centralizam seu foco em categorias de manejo específicas como os PARNA.

Na Amazônia estudos do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), para o ano de 2007, indicam que a FLONA do Jamari, em Rondônia, será alvo de licitação para o primeiro lote de concessões florestais. Tal fato desencadeou críticas quanto ao modelo de exploração econômica das FLONA e a busca de estratégias de mitigação de impactos negativos. Enfatize-se que as concessões florestais ainda são processos eivados de críticas e que pouco tem avançado enquanto efetivação do modelo.

No caso amazônico, o ecoturismo tem sido pautado como atividade vocacional e projetado para a mitigação dos impactos biossocioculturais negativos, principalmente nas AP com presença de populações tradicionais. É o que se depreende de notícia divulgada no ano de 2014 sobre ação do Ministério da Justiça (MJ) na criação de comissão para aprimorar o

turismo em TI (REDAÇÃO, 2014). Tal fato demonstra a atualidade da preocupação com o desenvolvimento do turismo em TI e das questões que implicam em sua adoção.

Neste caso, há que se enfatizar que apesar dos esforços de algumas instituições públicas e particulares o desenvolvimento da atividade turística em TI pouco tem se concretizado. O desenvolvimento do turismo em TI tem sido alvo de debates recentes, como se denota de informação midiática sobre evento realizado por instituição de ensino do estado do Amazonas (UEA, 2015). E também sobre pesquisa que mapeia o turismo em TI (UEG, 2015), o mesmo pode-se afirmar do processo de concessão ou de terceirização de serviços turísticos que nas TI brasileiras são inexistentes.

Na legislação brasileira existem inúmeros dispositivos que reconhecem direitos aos indígenas, que foram sendo agregados à medida que a sociedade brasileira, por pressões múltiplas, ia despindo-se de preconceitos sobre os culturalmente diferentes. Isto não quer dizer que os indígenas gozem da plenitude de seus direitos, e que a relação com os não índios seja menos conflituosa que em tempos passados, mas que a proteção de bens materiais e imateriais está de alguma maneira garantida. A profusão de normas, convênios e acordos em âmbito nacional e internacional tem possibilitado condições de reprodução social que tentam pagar a dívida da sociedade brasileira com esses grupos humanos.

Uma das mais flagrantes dívidas do Estado brasileiro com os indígenas está relacionada com o direito ao território, que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece enquanto terras tradicionalmente ocupadas. Compreende-se que a Lei Magna tornou-se um marco, em se tratando do reconhecimento de direitos das populações tradicionais, principalmente quanto ao usufruto dos recursos naturais. Apesar disso, muitos grupos indígenas enfrentam situações de violências para fazer valer seus direitos aos territórios, geralmente provocadas por empreendimentos comerciais de produtos ilegais.

Porém, não somente as atividades ilegais permitem o descumprimento às leis, também as ações de exploração comercial, que mesmo estando previstas em normativas, proporcionam descaminhos, incentivados pela instituição de mecanismos corruptivos. Nesse caso, a debilidade das instituições, quanto ao sistema de fiscalização deixam abertas muitas oportunidades para violação de direitos, como é o caso da extração dos recursos minerais, hídricos etc. Recursos naturais que já estavam previstos como direito de usufruto exclusivo dos indígenas desde a sanção do Estatuto do Índio, Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

No Estatuto do Índio reafirmam-se direitos à posse de terras, já garantidos desde a promulgação da Constituição Federal de 1934, entretanto estabelece no Capítulo III, artigo 26 e seguintes, a competência da União quanto à instituição das áreas reservadas. Tal fato

reveste-se de importância, por implicar em indicativos para que o PNAP de 2006 adotasse estratégias de integração das TI e TQ aos objetivos e ações do SNUC para redesenhá-lo em um sistema abrangente e representativo das AP brasileiras. A partir de quatro eixos temáticos o PNAP inclui a participação dos indígenas e quilombolas na gestão das AP do SNUC, com objetivo de solucionar conflitos decorrentes da sobreposição entre as AP constituídas.

As sobreposições não são os únicos problemas decorrentes da instituição de AP, mas é um dos mais controversos, por permitir violações do território indígena, a partir do uso determinado pela categoria de AP sobreposta. Em virtude disso, a PNGATI de 2012 institui como ferramenta de gestão territorial e ambiental o etnomapeamento¹⁵⁵ e o etnozoneamento¹⁵⁶ das TI. Estas ferramentas, em certa medida, substituem o Plano de Manejo – não requisitado para as TI – enquanto instrumento de planejamento e gestão territorial.

A PNGATI está estruturada em sete eixos que objetivam “[...] garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas [...]” (BRASIL, 2012, p. 2). O sistema de governança da PNGATI prevê a instituição de três entes: 1) Comitê Gestor; 2) Comitês Regionais da FUNAI; 3) Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). Destes, o Comitê Gestor reveste-se de significativa importância, por inserir no âmbito do exercício da coordenação a representação dos povos indígenas na alternância do cargo.

Outro importante fator é que a PNGATI inclui em suas diretrizes a implementação da política para os povos e comunidades indígenas, cujas terras se localizam em área urbana. Como já demonstrado, a TI Tukuna Umariáçu localiza-se no limite territorial do município de Tabatinga, se configurando como um dos bairros da cidade. Tal proximidade acarreta problemas de ordem biossociocultural, principalmente os relacionados aos jovens que migram para a cidade em busca de postos de trabalho, estudos e entretenimentos.

A proximidade com os não indígenas tem trazido problemas sociais, como os decorrentes do uso excessivo de bebidas alcoólicas, o que tem sido amplamente divulgado nas agências de notícias locais e nacionais. Como já registrava Platonow (2008) em matéria jornalística enfatizando que na TI Tukuna Umariáçu “O consumo de cachaça e cocaína está aumentando a violência entre os jovens [...]”. Ao entrevistar o cacique Manoel Nery da Aldeia Umariáçu II, o jornalista obteve o seguinte depoimento:

¹⁵⁵ É o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas (BRASIL, 2012).

¹⁵⁶ Instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento (BRASIL, 2012).

[...] os jovens agora se dividem em grupos, formando gangues dentro da aldeia e partindo pra a briga. – Alguém entrou com esse produto [cocaína] e falou para o que servia [...] – Aí, quem comprou experimentou, já foi levando para outro colega para prejudicar. [...] os jovens da aldeia compram bebida alcoólica e colocam o pó da droga dentro, o que provoca efeitos imediatos e mudanças radicais no comportamento. – O pensamento mudou e não respeitam mais ninguém. Cheiram cola, também cheiram gasolina [...].

É evidente que os problemas não ocorrem apenas pela proximidade com os centros urbanos e as questões relativas às diferentes maneiras de reprodução social e cultural.

Estudos têm demonstrado que a ausência de espaços de socialização, e o sentimento de encontrarem-se à margem da sociedade nacional faz com que os indígenas busquem outras maneiras de minimizar a sua condição de exclusão. Como afirma Bernal (2009, p. 181):

Na ausência de uma organização que possa oferecer os espaços necessários à socialização e ao descanso – tendo que sobreviver nas margens estreitas que a sociedade nacional deixa aos mais pobres em termos de trabalho, de lugar de vida, de educação e de recreação -, o álcool se converte em uma escapatória em relação à realidade, e, ao consumo de álcool, são associados normalmente à prostituição, os jogos de azar, a droga, as brigas, os roubos e outros fenômenos de agressividade e de violência que acabam reproduzindo e reforçando a situação de exclusão na qual essas situações se reproduzem.

É certo que este é um contexto que está posto, também, para os não indígenas excluídos dos processos de melhoria de qualidade de vida. No caso dos indígenas, uma das críticas recai sobre a eficiência da FUNAI em fazer valer as políticas públicas e os projetos já referenciados desde o ano de 2004 através do PPTAL.

Outra crítica à atuação da FUNAI e de suas CR¹⁵⁷ diz respeito ao fato de atuarem nas demarcações e fiscalizações das TI, e não em problemas mais específicos como os de cunho biossociocultural. Nesse sentido, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), enquanto órgão anexo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem atuado na prospecção desses conflitos. Em consonância com levantamento realizado sobre a situação jurídico-administrativo das TI brasileiras e, no caso da TI Tukuna Umariáçu, o principal problema apontado pelo CIMI é com os militares, por causa da ampliação do aeroporto de Tabatinga.

Entretanto, vê-se que a luta por reconhecimento de direitos se faz em outras frentes, como na educação e saúde, que também geram frustrações diante da falta de perspectivas de

¹⁵⁷ Em se tratando da TI Tukuna Umariáçu a responsabilidade é da CR do Alto Solimões que abrange 15 municípios do estado do Amazonas. Com sede na cidade de Tabatinga tem sob sua jurisdição sete Coordenações Técnicas Locais (CTL) localizadas nos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Santo Antonio do Iça, Tonantins, Carauri e Tefé. Trabalham com uma população indígena de 76.000 indígenas, dividido em 350 comunidades/aldeias, pertencentes a 18 povos: Tikuna, Kokama, Kambeba, Caixana, Kanamari, Witota, Katukina, Madja-Kurina, Mura, Maku, Makuna, Kaku-Yuhup, Ava-Canoeiro, Miranha, Mayuruna, Desana, Tukano e Tuyuka (FUNAI, 2015).

melhorias. Como ressalta o cacique Manoel Nery, sobre a falta de perspectiva de futuro para os jovens que terminam o ensino médio, oferecido na aldeia: “Eles concluem o ensino médio e não têm profissão, não têm trabalho nenhum. Não têm ajuda dos políticos para estudar fora, na capital ou em outro país. Não têm bolsa na universidade. Então a gente está sem caminho, enquanto comunidade está sofrendo” (PLATONOW, 2008). Problemas com tendências ao recrudescimento e de solução difícil em curto prazo.

Esta situação persiste ao longo do tempo e pôde ser constatada, no ano de 2014, através dos depoimentos de Tertulino Mendes, Presidente da Associação dos Artesãos e Cultura Indígena do Umariáçu (Éware-ACIU). De acordo com Tertulino, a questão da segurança na comunidade estava muito prejudicada, pois “[...] a cerca de um ano atrás estava muito difícil. Muita violência. Bebida entre os jovens, mortes etc.”. Nesse caso, a própria comunidade cuidava da segurança porque a polícia não tinha permissão para entrar na TI e “[...] agora negociamos com a polícia militar e estão fazendo a ronda nos bairros acompanhados por um indígena”. Medida que pode ter caráter paliativo frente às consequências socioculturais do problema.

Isto porque as medidas de caráter punitivo não conseguem atingir o centro do problema, que demonstra ser bastante complexo e de resolução intrincada em qualquer que seja o tipo de sociedade. Pode-se inferir que as iniciativas de investimento no sistema educacional formal têm sido alvo de debates amplos, e para estimulá-los os indígenas criaram uma rede de professores bilíngues. Nesse sentido, a OGPTB vem atuando e se destacando na formação de professores de níveis fundamental e médio por meio de programas e projetos de educação bilíngue.

Com isto foi possível substituir os docentes não índios por professores Tikuna, o que estimulou a participação de outros grupos étnicos no programa, caso dos Kukama, Kambeba e Kaixana¹⁵⁸. Essa mobilização objetiva colocar em debate a política educacional e o reconhecimento das autoridades municipais sobre a inclusão dos professores indígenas no sistema (SOCIOAMBIENTAL, 2013). Ressalte-se que em Umariáçu I e II existem duas escolas estaduais e três municipais, uma destas últimas é titulada como Escola Indígena, atuando no ensino fundamental e médio.

¹⁵⁸ Nas aldeias que se encontram do lado brasileiro, o uso intensivo da língua Tikuna não chega a ser ameaçado pela proximidade de cidades (quando é o caso) ou mesmo pela convivência com falantes de outras línguas no interior da própria área Tikuna: nas aldeias, esses outros falantes são minoritários e acabam por se submeter à realidade Tikuna [...]. Os Kaixana são falantes de português. Os Kukama, que no lado brasileiro, vivem entre os Tikuna, não têm mais o Kokama como sua língua materna (SOCIOAMBIENTAL, 2013).

Entretanto, como registrado em entrevista com o historiador Luiz Ataíde, residente em Tabatinga desde o ano de 1947, em Umariáçu “[...] existem muitos problemas urbanos e, apesar da atuação de muitas associações e ONG há carência de recursos e rendas. Falta investimento do governo. Existem muitos problemas com o alcoolismo”. Ainda segundo Ataíde há que se fazer alguma coisa pela população da TI, pois “[...] Umariáçu não se preparou nem politicamente. Eles têm condições de ter sua representação política, um prefeito”. Explicitando que esses problemas são também de ordem política e provocados pela ausência de investimentos e iniciativas tanto dos governos quanto de empreendedores particulares.

A distância dos centros de decisão agrava ainda mais os problemas como, por exemplo, os relacionados aos investimentos em saúde, que se apresentam de maneira bastante complicada. Isto porque as condições de saúde pública extrapolam os limites fronteiriços e precisam ser atacados por medidas integradoras, que estão para além das divisões político-administrativas dos Estados nacionais. Principalmente, no que diz respeito ao sistema de saúde proposto para os indígenas, que no Brasil e no município de Tabatinga, está organizado no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)¹⁵⁹.

No caso do sistema de saúde na tríplice fronteira, as análises devem levar em consideração, além dos aspectos demográficos, as condições de infraestrutura de saneamento básico, nível educacional e de emprego. Tais indicadores exercem influência direta na qualidade do sistema de saúde, além das estruturas físicas para o atendimento, como hospitais, clínicas, ambulatórios etc. Além disso, é necessário compreender que a população fronteiriça busca serviços de saúde de qualidade, independente de qual lado da fronteira este se encontre.

A partir deste fato é necessário ter-se o entendimento quanto ao sistema de saúde dos três países, pois a mobilidade populacional entre os usuários dos equipamentos de saúde é muito grande, principalmente entre as cidades gêmeas de Tabatinga e Leticia. No caso do município de Tabatinga, o DSEI Alto Rio Solimões, que integra sete municípios, atende a 55.297 mil índios, sendo que destes 16.781 estão no município de Tabatinga e 11.832 no município de Benjamin Constant¹⁶⁰. Tabatinga é o município com maior número de indígenas

¹⁵⁹ É a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado –, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias. Além dos DSEI a estrutura de atendimento conta com Postos de Saúde, com Polos Base e as Casas de Saúde Indígena (CASAI) (SESAI, 2014).

¹⁶⁰ Dados populacionais dos indígenas cadastrados, para o ano de 2013, no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde (MS).

cadastrados no SIASI do DSEI (SESAI, 2014) e o que conta com o maior número de aldeias sendo as maiores Umariáçu I e II com 1.874 e 4.224 indígenas cadastrados, respectivamente.

Com relação à demografia, os números são bastante variados, dependendo da fonte referenciada, o que demonstra uma mobilidade transfronteiriça muito intensa. Ao realizarem estudos sobre as condições sanitárias na tríplice fronteira, Peiter et al. (2013, p. 2502), afirmam que:

A dinâmica populacional da região está caracterizada pela elevada migração vinda de várias regiões desses três países e outros. [...]. Observa-se uma permanente circulação transfronteiriça de indígenas, comerciantes (regatões), agricultores, pescadores, madeiros, servidores públicos, estudantes, pesquisadores, turistas, profissionais do sexo, traficantes, entre outros, cada um deles com suas especificidades e vulnerabilidades em saúde.

Fato corroborado quando da entrevista com Tertulino Mendes, que trabalha há mais de 20 anos na CASAI – desde quando foi implantado o DSEI – como agente indígena de saúde. Em conformidade com o relato de Tertulino, que nasceu em Umariáçu, e tem como função acompanhar os indígenas em tratamento de saúde, a falta de saneamento básico é outro fator que contribui para a proliferação de doenças.

Com referência ao saneamento, as medidas adotadas dependem de decisões tomadas no centro do poder e seguem as políticas públicas definidas para o setor, que podem ser efetivadas ou não, pelos gestores locais. Isto porque são decisões políticas dependentes de fatores diversos de cunho ideológico-partidário e também dos recursos destinados para a sua execução. Dependente disso também está o avanço, ou o retrocesso, no procedimento de ocupação de áreas que passam por processos de formação de novas urbanizações.

Em Tabatinga, como em outras cidades da tríplice fronteira e de países periféricos de modo geral, o processo de ocupação territorial é realizado sem o acompanhamento de obras infraestruturais. Tal fato acarreta todo tipo de problemas, e essa desordem prossegue para as áreas já estabelecidas e reconhecidas pelo poder público como AP. Nesse caso, o órgão encarregado da administração, como a FUNAI, em se tratando das TI, passam a concentrar esforços na efetivação da fiscalização, para não permitir a entrada de pessoas e de atividades ilegais.

Sobre este aspecto, e como presidente da Éware-ACIU Tertulino Mendes, que pertence ao clã Avaí, explicita que desde que foi decretada a TI Tukuna Umariáçu os indígenas são convocados pela FUNAI para participar das reuniões. Entretanto, reclama do fato de que a participação indígena é somente referente à colaboração na fiscalização das

atividades ilegais. Segundo Tertulino, a participação deveria ser também no sentido de influir nas decisões sobre as atividades a ser desenvolvidas enquanto processo produtivo.

Isto em consequência de que para Tertulino, o desenvolvimento da atividade turística na TI é fator de extrema importância para ajudar no processo de resgate das tradições culturais. Ainda como indica em seu relato, a proximidade com os não índios provocou transformações culturais significativas nos costumes indígenas, o que atribui, primeiramente, à questão religiosa. Para tanto, cita a ordem cruzada – irmandade de Santa Cruz – nos anos de 1970, que proibiu a realização da festa da moça nova e, que atualmente, outras religiões fazem movimento contra a festa.

Entretanto, a proposta é retomar a realização da festa, pois como afirma Tertulino, muitas pessoas visitavam Umariáçu nesse período e compravam artesanato e deixavam renda para a comunidade. Diga-se que em Umariáçu I já existe a maloca para a realização da festa – prevista para acontecer no mês de novembro de 2014 –, e já projetam a construção da maloca em Umariáçu II. Além disso, elaboram a construção de uma casa para abrigar o centro cultural e o museu que se chamara centro turístico Éware-ACIU de Umariáçu II.

A retomada de aspectos da cultura indígena pelo turismo, também é o elemento mais importante para Artemisia e José Nilton, há aproximadamente um ano e meio como técnicos da Secretaria Municipal de Turismo de Tabatinga. Além disso, segundo Artemisia, o turismo seria uma fonte de renda importante para Umariáçu, porém há que se ter o devido cuidado para não descaracterizar ainda mais a cultura. Para José Nilton é preciso modificar as leis, pois essas impedem que se desenvolva o turismo na TI e que é necessário preparar a comunidade para isso.

Os técnicos explicaram que em passado recente foi realizado um seminário em Umariáçu sobre turismo sexual do qual participaram os caciques e a comunidade indígena. Entretanto, informaram que essa foi uma das poucas atividades realizadas em conjunto com a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) na TI. Fato corroborado pelo Secretário de Turismo, Francisco Magalhães, que destacou que o município de Tabatinga não figura nem no guia turístico da AMAZONASTUR.

Para o Secretário de Turismo, que trabalha com turismo receptivo desde os anos 1980 – era hoteleiro em Benjamin Constant –, um dos grandes gargalos é o apoio logístico do governo federal, pois há falta de recursos. Uma das críticas do Secretário é que o governo federal estimula a criação das secretarias, mas não repassa os recursos. Nesse sentido, o

Programa de Regionalização do Turismo (PRT)¹⁶¹ fica prejudicado, uma vez que não se efetiva, não sai do papel.

Em consonância com as declarações do Secretário de Turismo, em Manaus existem duas secretarias de turismo, pois além da Fundação Municipal de Turismo de Manaus (MANAUSTUR), a AMAZONASTUR também atua como órgão municipal. Entretanto, a economia de Tabatinga está estagnada, sobrevivendo dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para Francisco Magalhães, o turismo é a alternativa do município, haja vista que a área municipal é limitada pelas terras em posse dos militares e pela TI.

Por este motivo não se pode desenvolver atividades agropecuárias, e a indústria fica impossibilitada pela falta de qualificação de mão de obra, o que acarreta o crescimento da economia informal. Para Francisco, esse é um dos fatores que dificulta a arrecadação de impostos, pois a grande maioria desses trabalhadores não tem licença e não há cursos de qualificação em número suficiente. A taxa de analfabetismo é alta, de acordo com Francisco, e por esse motivo os investimentos em educação deveriam ser priorizados.

Em conformidade com os depoimentos de Narciso Moreira, analista técnico da unidade do SEBRAE em Tabatinga, são desenvolvidas capacitações e treinamentos, no sentido de aprimorar os serviços prestados em turismo. Porém, informa que a atuação da instituição é através do projeto Atendimento Integrado no Alto Solimões, o qual atende toda a mesorregião. Narciso, que trabalha há dois anos no SEBRAE, explica que a atuação da instituição no Alto Solimões é recente e as demandas específicas, gastronomia, artesanato etc, são solicitadas pelos municípios, via sede de Manaus.

O SEBRAE já realizou cursos de atualização para camareiros, recepcionista em meios de hospedagem, gastronomia regional, atendimento ao cliente, entre outros. Narciso diz que o SEBRAE reconhece a importância da atividade para o desenvolvimento municipal e ressalta a condição diferencial da fronteira e, por este motivo, enfatiza a necessidade da Feira Internacional do Empreendedor realizada em setembro de 2014. Nesse caso, focaliza as atividades realizadas como influenciadoras de políticas públicas desde que os gestores públicos estimulem os investimentos na gestão local.

As informações obtidas dos empreendedores de turismo de Tabatinga, em grande maioria hoteleira, demonstram que estão em atividade entre 12 e 20 anos e utilizaram capital

¹⁶¹ O PRT-Roteiros do Brasil foi lançado no ano de 2004 como política pública enquanto componente do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007. Conta com a participação dos representantes dos órgãos e colegiados de turismo estaduais e municipais, empreendedores particulares, instituições de ensino e terceiro setor. A participação destes atores e a formação da Rede Nacional de Regionalização são as principais estratégias do PRT (MTUR, 2013).

próprio para a construção de seu negócio. De acordo com os depoimentos desses empreendedores, os clientes são executivos que vêm tratar de negócios no município, são, principalmente, representantes de empresas sediadas em Manaus. Todos têm páginas na rede mundial de computadores e as utilizam para comercializar seu produto, entretanto, desconhecem qualquer iniciativa sobre turismo em AP ou mesmo na TI Umariáçu.

Deste fato depreende-se que a participação dos empreendedores é ínfima, em se tratando de influenciar as políticas públicas, embora, como posto pelo Secretário de Turismo, exista o Conselho Municipal de Turismo (CMT)¹⁶² formalizado desde o ano de 2013. O CMT, como explica Francisco, que assumiu a Secretaria de Turismo em 2010, já existia em Lei, mas não como ente. O CMT é o fórum que congrega o *trade* turístico para deliberações acerca das propostas de políticas, normatizações, procedimentos e diretrizes do gerenciamento turístico municipal.

Informe-se que pela Lei Municipal n. 659, de 08 de outubro de 2013, fez-se a reestruturação organizacional do poder executivo do município de Tabatinga e a Secretaria de Turismo passou a ser executora da Política Municipal de Turismo. Dentre as várias competências da secretaria está a de destinar um imóvel para servir como espaço turístico-cultural nas comunidades indígenas, para a valorização cultural e comercialização de artesanatos (TABATINGA, 2013). Inclusive, a Lei traz na proposta dos cargos efetivos destinados a secretaria, o de Guia de Turismo Bilíngue Português/Tikuna.

O Secretário de Turismo e os técnicos salientam que o turismo rural é o principal atrativo do município, isto porque existe uma grande área destinada aos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A área do INCRA segue a linha de fronteira Tabatinga-Apaporis, entretanto não há estradas em bom estado de conservação. Portanto, ainda é necessário realizar muitas obras nas estradas vicinais e as existentes são utilizadas apenas no período de verão, fator limitante do acesso.

O segmento do turismo rural seria desenvolvido através das experiências com a agricultura familiar, como as existentes na comunidade de Terezinha III. Todavia, a técnica Artemisia informa que os comunitários ainda não permitiram a entrada de empreendedores de turismo naquela localidade. Quanto aos planos ou projetos de turismo para a TI Umariáçu, os técnicos informaram que a secretaria desconhece qualquer iniciativa neste sentido.

¹⁶² A formação do também denominado COMTUR era um dos requisitos para a inclusão dos municípios no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado pelo governo federal através da Portaria n. 130, de 30 de março de 1994. Compõem, juntamente com o Relatório de Informações Turísticas (RINTUR), o Fundo e o Plano Municipal de Turismo as etapas básicas para o processo de municipalização que vigorou no período de 1994 a 2001 (EMBRATUR, 2002). Foi substituído como política pública pelo PRT.

Para Armando Lopes, agente de viagens há aproximadamente três anos, o desenvolvimento do turismo em AP não acontece devido aos impedimentos legais e à falta de planejamento. Mesmo assim informa que não conhece nenhum plano de turismo para a TI Umariçu. Porém, acredita que o desenvolvimento do turismo na TI é de extrema importância por que completaria o produto turístico de Tabatinga, tornando-se um diferencial para o turismo local.

Como único representante do agenciamento turístico local, Armando ainda não possui mecanismos para identificar o perfil do turista que chega ao município, mas intui que estes sejam colombianos, estadunidenses e europeus. Fato comprovado pelo técnico José Nilton ao informar que não existe controle sobre o fluxo de turismo e que a maioria dos hotéis enviam as informações para a Polícia Federal. Informa, ainda, que grande parte dos hotéis não é cadastrada, portanto não possuem a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) tendo apenas o livro de registro.

Tal fato dificulta as ações de planejamento, pulverizando as estratégias do marketing turístico, uma vez que não se sabe de onde vêm seus clientes nem o que motivou a compra. Nilton explica que no ano de 2013 foi realizada pesquisa sobre o perfil da demanda turística de Tabatinga pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM), mas ainda não foram divulgados os resultados. Sobre esse item, o Secretário de Turismo informa que solicitou a realização de cerca de 30 cursos para o IFAM através do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), mas não foram realizados.

Quanto ao sistema de concessão dos serviços turísticos para empresas particulares, nem os representantes das instituições públicas, nem os empreendedores particulares tem conhecimento do fato. Isto ressalta a questão do distanciamento existente entre as instituições públicas e empreendedores particulares sobre o contexto turístico na tríplice fronteira. O que possibilita a inferência de que não existem ações integradas que potencializem os atrativos dos países fronteiriços, apesar das agências de turismo da Colômbia incluir o município de Tabatinga nos roteiros.

No tocante aos comunitários da TI, em reunião convocada por Tertulino Mendes na sede da Éware-ACIU em Umariçu II, cujos aspectos podem ser observados nas fotografias 27 e 28, pode-se constatar, através das mulheres que compareceram, que não trabalham com turismo. Segundo alguns depoimentos, o turista não chega a Umariçu e creditam isso às exigências da FUNAI, que não os deixam entrar. Informam que não “[...] vem turistas, só investigadores”, entretanto julgam importante a atividade do turismo, por que poderiam comercializar o artesanato, comida etc.

Fotografias 27 e 28- Aspectos da reunião com os indígenas de Umariçu II



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Todas as mulheres trabalham com artesanato e aprenderam com as respectivas mães, em um conhecimento passado por gerações. Para tanto, utilizam como matéria-prima, as folhas da palmeira Tucum (*Artrocaryum chambira Burret*), como pode se visualizado nas fotografias 29 e 30, que também mostra a fachada da casa da Éware-ACIU. Os comunitários presentes informam que nasceram em Umariçu, e uns poucos já saíram da comunidade e conhecem Leticia. Apesar disso, as mulheres presentes não sabem quanto tempo a TI Umariçu tem de fundação, dizem que só o cacique tem conhecimento do fato.

Fotografias 29 e 30- Fachada da Éware-ACIU e mostras do artesanato



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

As indígenas argumentam que o dinheiro que ganham com a venda do artesanato é utilizado para comprar os produtos de alimentação e que o artesanato é importante para a sobrevivência. Como ainda não existe na TI um local para comercialização do artesanato, a venda é realizada nas ruas de Tabatinga, no mercado municipal e algumas artesãs tem seu produto exposto na ARTETABA. Algumas indígenas manifestaram que se houvesse turismo

em Umariáçu, pouco mudaria o ritmo de vida da comunidade e que todas as casas possuem rádio, televisão, geladeira, fogão etc, o que demonstra a inserção no mundo urbano.

Apesar disto, afirmam que todos em Umariáçu falam a língua Tikuna e confirmaram a existência da escola de professores bilíngues em Benjamin Constant. Asseguraram que o casamento com os não índios não é permitido e caso isto aconteça a família deve mudar-se para Tabatinga ou então solicitar autorização ao cacique. No caso de obterem a permissão devem viver em Umariáçu à maneira Tikuna.

Enfatizaram a existência de festividades como a festa da moça nova que, segundo os presentes, atrai muitas pessoas de Tabatinga e arredores para a TI, embora a festa tenha sido proibida durante longo tempo. Para a realização da festa, os índios têm as atividades determinadas de acordo com o clã a que pertence: com penas ou sem penas. Por exemplo, a execução da flauta é feita pelo clã que não tem pena (Avaí, Boi etc) e a dança do Tracajá é realizada pelos que tem pena (Arara, Japó etc).

Sobre esse aspecto, a técnica Artemisia concorda que a manutenção da festa é importante para a valorização e o resgate cultural, principalmente entre os jovens que não se mostram interessados pela cultura. Outro aspecto é o patrimônio cultural arquitetônico com a presença das igrejas da irmandade cruzada são duas em Umariáçu II e uma em Umariáçu I, além da primeira igreja da cruz localizada no antigo bairro El Marco em Tabatinga.

Para Tertulino o turismo deve ser desenvolvido na TI, mas de acordo com os preceitos da comunidade, para tanto entende que a entrada de turistas deve ser controlada. A bebida alcoólica deve ser fiscalizada e há que se investir na qualificação dos guias de turismo indígena, pois os Tikuna também falam português e espanhol. Nesse sentido, projetam a realização do Festival de Cultura Indígena de Umariáçu para o ano de 2015.

As empresas de turismo têm que negociar com a Éware-ACIU, para que haja benefícios à comunidade e, segundo informa Tertulino, os proprietários dos hotéis em Leticia já procuraram o cacique para estabelecer convênios. Entretanto, ainda de acordo com Tertulino, é preciso ter reunião com os administradores dos órgãos públicos brasileiros, com objetivo de compartilhar responsabilidades. Desse contexto, entende-se que os indígenas da TI Tukuna Umariáçu ainda lutam para terem alguns direitos assegurados como o de participação nos processos de gestão.

7.2 PNN Amacayacu

Na Amazônia colombiana, o PNN Amacayacu foi a primeira AP instituída na área do trapézio amazônico, em jurisdição pertencente aos municípios de Leticia e Puerto Nariño. Embora tenha sido criado em meados dos anos de 1970, tem área sobreposta aos territórios indígenas – resguardos indígenas –, que tiveram suas delimitações iniciadas nos anos de 1980. De acordo com o Plano de Manejo, essa sobreposição faz com que as autoridades governamentais e as lideranças indígenas procurem mecanismos de acordos de manejo em conjunto.

Em consonância com o Plano de Manejo, elaborado no ano de 2005, estes mecanismos estão estruturados no princípio do planejamento com participação em um processo descentralizado, horizontal e pactuado. Tal participação, ainda segundo o documento, fará a aproximação entre o Estado e a sociedade civil, reconhecendo:

[...] los actores sociales como sujetos activos del desarrollo, parta de los principios constitucionales de la diversidad y el respeto por la diferencia, acate las condiciones concretas y particulares, facilite la construcción de confianza, promueva la tolerancia y convivencia pacífica, asigne responsabilidades y compromiso social y propenda por la recuperación de la gobernabilidad en las Áreas Protegidas y sus zonas de influencia (GOVERNO DA COLÔMBIA, 2005, p. 2).

Entretanto, o documento enfatiza a importância das atividades de educação ambiental, uma vez que identifica que grande parte da população do trapézio amazônico, não conhece a área e não sabem os objetivos de sua criação.

Relembre-se que a maioria desta população é composta por indígenas de etnias distintas que utilizam o rio Amazonas como a principal via de comunicação entre as comunidades. Embora habitando área espacial delimitada do Estado colombiano possuem outra lógica de circunscrição de territorialidade, que remete à condição de ancestralidade. Portanto, não estando afeitas às questões jurisdicionais dos processos normativos do Estado mantendo a livre circulação entre os municípios amazônico-colombiano, peruano e brasileiro.

Enfatize-se, que dos seis territórios indígenas às proximidades do PNN Amacayacu, somente as comunidades de San Martin de Amacayacu e Palmeras encontram-se totalmente sobrepostas a AP. Mocagua e Macedonia possuem apenas uma faixa do território em sobreposição, enquanto que El Vergel e Zaragoza estão fora da área de influência do parque. Essas comunidades, que se localizam no setor sul, estão sendo alvo de trabalho institucional conjunto para definir propostas de gestão, controle e manejo.

A análise do Plano de Manejo, enquanto instrumento de política pública, se reveste de importância por que é o documento balizador das propostas a serem desenvolvidas em cenário

de curto, médio e longo prazos. No documento observa-se que as ações de educação ambiental e o segmento do ecoturismo foram priorizados como estratégias de manejo. Principalmente em relação ao setor sul do parque, que é o mais densamente povoado¹⁶³ e onde se encontram as infraestruturas de apoio ao turismo.

Tais estruturas são o CVY, o setor administrativo, a casa dos micos, dossel, plataformas sobre o pântano e a cabana de controle e vigilância deste setor do parque. Ressalte-se que por localizarem-se às margens do rio Amazonas, entre as cidades de Leticia e Puerto Nariño, as comunidades indígenas integram roteiros ecoturísticos comercializados por empresas particulares. Estas atividades estão contidas no programa de Ecoturismo, Educación Ambiental y Sensibilización Ecológica a Visitantes y Comunidades.

Este programa está, por sua vez, consoante com a Política Nacional de Educación Ambiental, e os esforços da equipe de Parques Nacionales é para a reativação do Programa de Educación Ambiental e a construção do Plan de Ordenamiento Ecoturístico del PNN Amacayacu. Para tanto, contam com a colaboração de instituições¹⁶⁴ de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, ONG, bem como a participação das comunidades indígenas, cujo principal objetivo é o de realizar pesquisas que auxiliem no processo de tomada de decisões.

As investigações realizadas pelas instituições de ensino e pesquisa auxiliam na fiscalização de atividades ilícitas, como o corte indiscriminado de madeira, principalmente o Cedro (*Cedrela odorata L.*). Como se sabe, a extração de recursos naturais de maneira ilegal faz parte da historiografia da Pan-Amazônia, que perdura até os dias atuais. Dessa maneira, o reconhecimento dos territórios indígenas, de quilombolas e a instituição de AP têm contribuído para minimizar esses problemas, mas não para solucioná-los.

Por causa disto, e de muitos outros fatores, os indígenas colombianos passaram a se organizar em Cabildos¹⁶⁵ para fazer frente às lutas de caráter político, e influenciar as políticas públicas. Apoiados no reconhecimento dos direitos coletivos indígenas estabelecidos na Constitución Política de Colombia de 1991 iniciam um movimento para elaborar os Planes de

¹⁶³ Pelo que se depreende do Plano de Manejo, tais comunidades abrigavam um contingente populacional de 2.600 habitantes à época, distribuídos da seguinte maneira: San Martín de Amacayacu com 430; Palmeras, 230; Mocagua, 460; Macedonia, 816; El Vergel, 220; Zaragoza, 455 (GOVERNO DA COLÔMBIA, 2005).

¹⁶⁴ Uma delas é a Fundación Tropenbos Colombia, a UNAL entre outras.

¹⁶⁵ El cabildo indígena es una entidad atípica, que cumple las funciones previstas en la Constitución y en las leyes. Respecto de las entidades de carácter especial [...]. En estas condiciones, los gobernadores de cabildos y los cabildantes gozan de régimen excepcional para el cumplimiento de las funciones atribuidas a esta entidad, pues la naturaleza de éstas no permite encasillarlas en la clasificación de servidores públicos [...] dado que no son miembros de una corporación pública, ni empleados o trabajadores del Estado [...] (GOVERNO DA COLÔMBIA, 2015).

Vida. Assim, o Plan de Vida da ACITAM¹⁶⁶ começou a ser formulado a partir do ano de 2000, e em 2004 é realizada a reunião oficial para a sua elaboração na comunidade de San Martin de Amacayacu.

Nesta reunião, da qual participaram os representantes indígenas e as instituições governamentais, foram traçadas as concepções do Plan de Vida dentre as quais se elencam as seguintes:

El plan de vida es un instrumento político que unifica estrategias de lucha y nos posiciona como movimiento indígena en el contexto nacional e internacional.

El plan de vida es una de nuestras herramientas políticas de negociación, participación, concertación, control, y evaluación de las comunidades hacia las instituciones del Estado.

El plan de vida debe ser un instrumento que nos permita el manejo y control de los nuestros territorios.

El plan de vida debe ser el espacio en el cual se reflexione, se formule y se concerté el ordenamiento territorial desde nuestra visión propia (ACITAM, 2008, p. 15-16).

As concepções destacadas permitem entender que o documento tem forte caráter político, e que perpassa pela cosmovisão dos grupos indígenas. Tal fato reveste-se de importância significativa por permitir uma reflexão que ultrapasse os conceitos normativos estabelecidos pela jurisprudência estatal.

O Plan de Vida da ACITAM focaliza, principalmente, os grupos Tikuna, Kokama e Yagua, isto porque esses são os grupos demograficamente mais representativos. Sobretudo os Tikuna¹⁶⁷ que na Amazônia colombiana, como registrado por Garcés (2014, p. 25), “[...] vivem em 44 aldeias, distribuídas em 12 territórios indígenas, devendo compartilhar o território principalmente com a população Yagua, Kokama e Huitoto”. Em se tratando da área focal do PNN Amacayacu essas etnias estão presentes nas comunidades de San Martin de Amacayacu e Palmeras que integram o Resguardo TIKOYA de Puerto Nariño.

A organização social indígena está centrada no sistema de parentesco que tem valor inestimável para a sobrevivência do grupo, pois é a partir dele que emanam os laços de união e a base para a vida comunitária. Em se tratando especificamente dos Tikuna:

Su estructura organizativa está directamente relacionada con una naturaleza que ellos han humanizado en donde el hombre es parte de esta naturaleza y se clasifica en ella a partir de un conjunto de clanes denominados Kiá = gente de, que permite el establecimiento de alianzas e identidades con ancestros míticos, de tal manera que

¹⁶⁶ Com apoio técnico e financeiro de CORPOAMAZONIA, CODEBA, Embaixada Real dos Países Baixos entre outros. O Plan de Vida de ACITAM foi publicado em abril de 2008 junto com os Planes de Vida de AZCAITA, ASOANTAN, AZICATCH e ATICOYA.

¹⁶⁷ “Es el grupo étnico más numeroso localizado en la subcuenca superior del río Amazonas en la región periférica occidental, su territorio se extiende desde la desembocadura del río Atacuari entre Colombia y Perú, hasta la desembocadura del río Jutái en el Brasil, en una extensión aproximada de 700 Km. A lo largo de las márgenes transnacionales del río Amazonas, incluyendo la franja interfluvial entre los ríos Atacuari y Putumayo por el costado Norte y las de los ríos Javari, Jandiatuba y Jutái por el sur” (ACITAM, 2008, p. 33).

cada clan se identifica por medio de un totens y éstos a su vez están tomados directamente de un mundo circundante: animales de la selva, aves y plantas (ACITAM, 2008, p. 72-73).

Esse sistema social¹⁶⁸, aliado à participação e à aglutinação em torno de objetivos comuns, foi potencializado na elaboração dos Planes de Vida. Por esse motivo foram ampliadas as organizações indígenas em nível regional, o que contribuiu sobremaneira para o seu reconhecimento pelas organizações indígenas nacionais¹⁶⁹.

Para Augusto Falcón, que faz parte da diretoria da ACITAM há 12 anos, a criação do PNN Amacayacu trouxe para o centro do debate as questões da ancestralidade indígena. Especialmente para os Tikuna, que historicamente foram ocupando todo o trapézio amazônico, como se depreende do registro da ACITAM (2008, p. 33):

[...] en el municipio de Leticia, sobre las riberas de algunos tributarios del Amazonas como el Amacayacu, Tucuchira, Arara y Yawarcaca; en el municipio de Puerto Nariño, sobre el curso de otros tributarios del mismo, como el Atacuari, Boyahuazú, San Juan del Socó y el Loretoyacu; en el Corregimiento de Tarapacá en algunos tributarios del río Putumayo como son Buenos Aires, Cothué, Pupuña, Pimaté, Ventura y Sucuruyú.

Desse fato advém a busca pela participação nos fóruns de decisão, haja vista que o parque está localizado em uma região povoada por cultos e mitos ancestrais para os indígenas que querem conservá-lo e protegê-lo.

Conforme depoimento de Falcón, que ao longo destes anos já passou por cargos diversos e atualmente é fiscal da ACITAM, os indígenas já trabalham para a conservação ambiental. Nesse caso, a luta por participação nos fóruns de decisão corresponde também à busca de apoio político a partir dos movimentos comunitários, auxiliados por ONG, ecologistas, indigenistas etc. Tal fato indica abertura de canais de diálogo com as instituições estatais com o intuito de ampliar a inserção comunitária nos processos de gestão.

Das 19 comunidades que integram a ACITAM, apenas as comunidades de San Martín de Amacayacu e Palmeras encontram-se territorialmente no interior do PNN Amacayacu. Porém, todas as comunidades reivindicam possibilidades de desenvolver atividades produtivas que garantam condições de sustentabilidade biossociocultural. Nesse sentido, as

¹⁶⁸ “[...] está dado por patrilinajes asociados a dos mitades de carácter exogámico y a unidades de filiación patrilínea (descendencia por línea paterna), o sea que un miembro de un cla debe buscar su pareja en uno diferente. Algunos tienen como totens al tigre, a la arriera, la ardilla, y el apellido que lleven dos del cla, los identifica con el tótem, por ejemplo los que llevan lo apellido peña, su tótem es la arriera; es algo que se va transmitiendo de generación en generación y que se tiene muy en cuenta para el enlace familiar” (ACITAM, 2008, p. 73).

¹⁶⁹ Sendo estas: Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC) e Autoridades Indígenas de Colombia (AICO).

lutas vão para além das questões referentes ao território e após a criação do parque, o turismo tem sido pautado como a proposta mais viável de inclusão comunitária.

De acordo com Francisco Martin, que trabalha no DAFEC da Gobernación del Amazonas, tal inclusão se dá através das diretrizes estabelecidas nos planos, programas e projetos desenvolvidos pela instituição. Principalmente através das estratégias denominadas de: mejoramiento de la competitividade turística e fortalecimiento de la promoción turística y el mercadeo. Para Martin – que está há dois anos e seis meses no DAFEC, mas já trabalha há oito anos com turismo –, as políticas de turismo y artesanías, desarrollo del turismo comunitário, turismo cultural estão centradas na inserção comunitária.

Entretanto, para Jaime Rivas, professor universitário que trabalha há 13 anos na Secretaria de Turismo do município de Leticia, a inclusão dos comunitários é possível através da elaboração dos Planes de Vida. Rivas cita as linhas de ação do Plan de Desarrollo Municipal de 2012-2015, como marco dessa inclusão, através da integração das políticas turísticas e culturais com os planes de vida. Não obstante, reconhece que as mudanças vão ser efetivadas de maneira gradual através do diálogo com as comunidades indígenas.

Corroborando com este fato, Luz Jenny Torres, que trabalha há dois anos e meio como assessora na Secretaria de Turismo de Leticia, explica que o Plan de Desarrollo Municipal tem como meta o fortalecimento do turismo de base comunitária. Para Jenny que é responsável pela implementação das normas técnicas setoriais de turismo, as estratégias de inclusão serão garantidas pela prática e difusão dos critérios de sustentabilidade turística. Para tanto, as linhas de atuação devem estar claras, uma vez que já existem as normas técnicas setoriais de sustentabilidade turística.

Não restam dúvidas de que as instituições públicas centralizam suas estratégias de ação no diferencial da oferta turística determinado pelo reconhecimento internacional do país como megadiverso. Porém, há que se reconhecer a necessidade de maiores investimentos em pesquisa, para direcionar ao mercado que se quer atender, a partir dos atrativos ofertados. Além disso, o imaginário sobre a Amazônia colombiana baseia-se nos recursos naturais e na cultura indígena, como aspectos preponderantes para os roteiros ecoturísticos comercializados.

Esse é o caso do PNN Amacayacu e das comunidades indígenas do interior e do entorno que são comercializados por agentes de turismo, localizados na cidade de Leticia. As estruturas de apoio ao serviço turístico, como hotéis, restaurantes, bares etc., bem como os de transportes de passageiros, principalmente o fluvial, são aproveitadas pelos agentes de viagens

quando da oferta do produto. Outro aspecto que compõe a oferta dos roteiros é o cenário diferenciado, proporcionado pelos períodos de vazante e cheia do rio Amazonas e afluentes.

Outro fator preponderante para que as empresas se fixem na capital Leticia é a facilidade dos meios de comunicação, principalmente da rede mundial de computadores que é utilizada como ferramenta de comercialização por todos os empreendedores. Além disso, a publicação de folhetos e matérias jornalísticas em periódicos nacionais e estrangeiros, bem como a participação em eventos e feiras de turismo em Bogotá e em outros países faz parte das ações de marketing. Sobretudo, o apoio da rede de serviços públicos e particulares presentes em Leticia contribuem para a fixação dos empreendimentos turísticos.

Os empreendimentos hoteleiros e as agências de turismo trabalham, na maioria das vezes, em convênios ou, por vezes, alguns hotéis possuem a sua própria agência de turismo receptivo. Tal fato faz com que os roteiros tenham os mesmos atrativos, sempre incluindo passeios fluviais, observação de animais silvestres e visitas às comunidades indígenas com apresentação de danças e compra de artesanato. Isto ocorre, principalmente, nas empresas já consolidadas no mercado, porque as agências mais jovens oferecem roteiros alternativos.

Neste caso as dificuldades são de ordens diversas de acordo com Karen Rivera, agente de turismo há nove meses, que procura oferecer roteiros alternativos para jovens, especialmente estudantes. Uma dessas dificuldades é fazer com que as empresas mais antigas mudem seu *modus operandi* e incluam práticas mais próximas à realidade das comunidades indígenas. A proposta é estimular roteiros centrados no etnoturismo que, segundo Karen, é o segmento mais adequado, pois leva em consideração a cultura indígena.

Outro agente de turismo que corrobora com esta ideia é Elkin Demetrio que atua há seis anos no setor de turismo e procura oferecer roteiros inovadores, inclusive levando em consideração o regime fluvial de enchente e vazante. Trata-se de uma das poucas associações de turismo comunitário existentes em Leticia composta por indígenas. Como afirma Elkin, os comunitários passaram três anos realizando capacitações em instituições como o SENA e a UNAL para se habilitar e oferecer os serviços turísticos, particularmente os de guia de turismo.

Ainda de acordo com Elkin, como a associação é sem fins lucrativos fica difícil competir com as grandes empresas de agenciamento e hotelaria já estabelecidas no mercado. Tal fato teve um grande recrudescimento quando da implantação do sistema de concessão dos serviços ecoturísticos no PNN Amacayacu, o qual foi ganho por um consórcio de grandes empresas. Sobre o sistema de concessões pairam divergências acerca de sua efetividade

enquanto política pública entre as instituições públicas, os empreendedores particulares e as comunidades indígenas.

Como se depreende dos depoimentos dos representantes das instituições públicas, as concessões permitiram que as comunidades indígenas se envolvessem na prestação de serviços e dos bens turísticos. Entretanto, reconhecem que houve muitos problemas entre o Estado, as empresas particulares e as organizações indígenas, mesmo que algumas das comunidades tenham se beneficiado com postos de trabalho. Embora, atualmente, o PNN Amacayacu esteja fechado para visitação é necessário fazer análise do impacto do sistema de concessões na AP.

Para os empreendedores turísticos, o sistema de concessões foi uma política do tipo *top down* que não levou em consideração a cultura indígena e as limitações que foram impostas às comunidades. Tal reflexão crítica segue no sentido da limitação do território e das atividades de caça, extração de madeira para fabricação de canoas, casas e outras atividades tradicionais. Nesse aspecto, vale observar o que foi registrado pela Unidad de Parques Nacionales que ressalta o envolvimento das comunidades indígenas quanto aos serviços coordenados pela concessionária.

Em conformidade com Parques Nacionales, estes serviços perpassaram pela capacitação em interpretação ambiental e pelas diferentes atividades ecoturísticas oferecidas aos visitantes. Além desses, os serviços de venda de alimentos e artesanatos que envolveram cinco comunidades: San Martín de Amacayacu, Palmeras, Mocagua, Macedonia e El Vergel. De acordo com Parques Nacionales, o contrato de concessão contribuiu para a sustentabilidade financeira, pois 25 das 29 pessoas contratadas eram membros das comunidades indígenas.

Do ponto de vista administrativo, ainda segundo Parques Nacionales, a delegação da operação dos serviços ecoturísticos do parque fortaleceu os processos internos da equipe de trabalho. A liberação dos funcionários para outras atividades fez com que estes pudessem se dedicar às tarefas contidas no Plan Estratégico 2007-2015 e no Plan de Manejo. Além disso, possibilitou o desenvolvimento de projetos de pesquisas em conjunto com as comunidades indígenas sobre o manejo de fauna, flora e de recursos hidrológicos.

Para além da visão estatal, os moradores da comunidade de San Martín de Amacayacu, constituída por 517 pessoas distribuídas em 96 famílias, de maioria Tikuna, reclamam que foram alijados dos processos de gestão. Pelo menos é o que se depreende dos relatos de Cristobal Caetano, pertencente ao clã Paujil (Mutum), que menciona a diferença do

turismo que acontecia antes e depois da concessão. De acordo com os depoimentos, o turismo não está se desenvolvendo na comunidade como acontecia anteriormente.

Como explica Cristobal, que realizou curso de capacitação¹⁷⁰ para receber os turistas no ano de 2012, o fluxo de turistas anteriormente era contínuo e atualmente não: – o parque trazia muitos turistas estrangeiros, estudantes, cientistas etc. Menciona que gosta da ideia do turismo em San Martin, entretanto se não houver turismo há que se buscar outras estratégias, como a agricultura familiar que já existe, mas ainda é de subsistência. Cita também, a produção de farinha, de marmelada e uma microempresa para as mulheres artesãs como possibilidades de desenvolvimento socioeconômico.

Destaca que participou de oficinas sobre o sistema de concessão, mas que a comunidade de Mocagua – devido à proximidade do centro de visitantes –, foi privilegiada após a concessão. Mesmo assim, relata que, atualmente, estão tentando fortalecer o turismo e que existem três empresas que trabalham com o turismo em San Martin. Essas empresas contratam pessoas da comunidade para trabalhar e os turistas ficam hospedados nas casas dos comunitários, embora já exista uma hospedagem na comunidade e outra às proximidades.

Os turistas são atraídos pelos recursos naturais e culturais de San Martin de Amacayacu, como as trilhas, os sítios sagrados, o artesanato, as festas tradicionais, o rio Amazonas etc., principalmente as festas tradicionais como a de Pelazón¹⁷¹. De acordo com os relatos em San Martin a “Fiesta de Pelazón” ainda guarda as características tradicionais com utilização de trajes, danças e a participação das famílias. Nesse sentido, as pessoas de fora da comunidade são convidadas a participar da festa, com isso percebe-se uma crítica às comunidades que fazem apresentações de rituais apenas para que os turistas possam observar.

Não há dúvidas de que a proximidade dos centros urbanos e a introdução de práticas religiosas diversas também contribuem para o distanciamento gradual dos rituais e dos costumes tradicionais. Assim, o ritual de Pelazón é praticado nas comunidades Tikuna para fortalecer as alianças matrimoniais e os laços de fraternidade e segurança psicoafetiva do

¹⁷⁰ Esse curso foi realizado pela Organização Comunitária Moruapii de La Selva do qual participaram cerca de 20 pessoas de San Martin de Amacayacu.

¹⁷¹ Refere-se à Festa da Moça Nova que se realiza, segundo registro da ACITAM (2008, p. 63-64), “[...] cada vez que una niña se iba a convertir en mujer, teniendo como señal su desarrollo físico a partir de su primera menstruación. La niña es aislada durante un mes siendo atendida únicamente por su mamá. Luego se inician los preparativos para la fiesta; los padres alistan la carne ahumada de monte, de pescado, la yuca, el masato, el casabe o payawarú, bebidas esenciales en la fiesta. Luego los padres invitan a toda la comunidad para que preparen sus atuendos hechos en yanchamas y máscaras para el baile. Al atardecer sacan la muchacha pintada con huito, disfrazada con plumas y una corona puesta en la cabeza; los hombres deben alejarse de ella; luego comienzan a tocar tambores, a bailar y a cantar, entregando sus máscaras para la premiación de los enmascarados. El payawarú debe ser tomado por la muchacha para adormecerla y poderle arrancar todo el cabello.

grupo social (ACITAM, 2008). Por esse motivo, as lideranças comunitárias de San Martin querem continuar realizando as festas de acordo com as tradições.

Para Alejo Gregorio, que há um ano e meio trabalha como guia de turismo, o turismo é importante para a comunidade porque potencializa outras manifestações culturais, como o grupo de teatro comunitário. Dessa maneira, credita importância nos cursos de capacitação promovidos pelo SENA em San Martin, entretanto, critica as empresas concessionárias, por não contratarem os guias da comunidade. Chama a atenção para o fato de que antes do processo de concessão, participou da elaboração do plano de turismo e depois não foi mais chamada, assim conclui que não participa da gestão do parque.

De acordo com as informações de Alejo, que pertence ao clã Cascavel, cerca de 20 famílias trabalham diretamente com o turismo, principalmente na produção de artesanatos (cerâmica, madeira, telas de yanchama¹⁷² etc.). Os recursos provenientes da atividade turística vão para um fundo que fica em poder do Curaca – é cobrada uma taxa de cinco mil pesos por turista –, para apoio na educação, saúde e melhorias de habitação. A alocação dos recursos do fundo é utilizada em acordo com o estabelecido em assembleia geral, ou seja, a comunidade diz o que fazer com o recurso.

Anteriormente ao sistema de concessão, o turismo na comunidade era muito intenso. Vinham turistas de várias partes do mundo e eram contratados os guias locais em San Martin. Este relato é do informante de número sete, que trabalha como guia de turismo e que prossegue dizendo que, após a concessão, os turistas só passam pela comunidade. A comunidade ficou a zero, pois os pacotes passavam longe, somente na concessão do parque, então no período de 2007 a 2012 não houve nada de turismo por causa da concessão, conclui.

Para Alejo o sistema de concessão reduziu as oportunidades de emprego, isto aliado à falta de apoio governamental, pois segundo afirma não há projetos neste sentido. Prossegue informando que não houve nenhuma reunião para comunicar a saída dos concessionários e que não sabem se vão retornar ou não com o sistema. Porém, diz que estão se organizando para apoiar iniciativas comunitárias de turismo, uma vez que o turismo traz dinheiro, com o qual podem comprar material escolar para as crianças, exemplifica.

Deste modo, elenca os atrativos existentes na comunidade, como os mirantes para observação da fauna e flora que estão localizados a oito horas de caminhada, tempo percorrido do centro de visitantes do parque até San Martin. Entretanto, ressalta que a quatro

¹⁷² Trata-se de quatro espécies utilizadas para a fabricação da tela de Yanchama conhecidas regionalmente como: Yanchama Colorada (*Brosimum utile*), Ojé ou Higuérón (*Ficus insipida*), Yanchama Blanca (*Ficus maxima*), Yanchama Roja (*Poulsenia armata*) (ARBOLEDA: LÓPEZ; RODRÍGUEZ, 2007).

horas de caminhada já se pode observar os animais, como onças, macacos, veados etc., e que da comunidade até Puerto Nariño são duas horas de caminhada. Para tanto, enfatiza a existência de um projeto de alojamento para receber os visitantes, o que está para ser legalizado pelas instituições.

De acordo com as informações de Javier Gregorio, a atuação das empresas de turismo é importante desde que tenham regulamentos para conviver com os comunitários. Informa que anualmente recebem visita de cruzeiros marítimos com turistas estrangeiros que são trazidos através de empresa de turismo baseada em Bogotá. Demonstrando assim, que estão se organizando para o turismo por que ainda são poucas as pessoas envolvidas diretamente com a atividade turística.

Territorialmente, a comunidade de San Martín de Amacayacu se estende por uma rua principal com casas em estilo palafita, cuja distribuição espacial é dada pelo pertencimento a determinado clã. Há um predomínio territorial de cada clã nas aldeias podendo:

[...] existir varios clanes en una misma aldea, lo que permite al interior de éstas se establezcan mitades exogámicas bien definidas para la conformación de alianzas matrimoniales y de intercambio de productos, constituyéndose esto, en el principio organizativo fundamental (ACITAM, 2008, p. 73).

Sendo assim, a tradicional maloca ou casa comunal situada em terra firme, com teto em formato de cúpula e coberto por folhas de palmeira Buriti (*Mauritia flexuosa*) (Canangucha; Aguaje), observada nas fotografias 31 e 32, é utilizada apenas em ocasiões das festividades e para venda de artesanatos.

Fotografias 31 e 32- Aspectos externo e interno da maloca comunal



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

Como se pode observar, a produção de artesanato é atividade realizada pelas mulheres e conforme relato de Maria Domingue, que tem 24 anos e pertence ao clã Cascavel, o turismo

ajuda no desenvolvimento da comunidade. Sendo assim, está se preparando para trabalhar no atendimento aos turistas, bem como vai atuar como tesoureira do fundo comunitário. Para Maria, que fez o curso primário e secundário em escola de Puerto Nariño, a comunidade está se organizando para receber grupos de estudantes que vêm de Bogotá e Medellín.

Os recursos administrados pelo fundo vão servir para apoiar os investimentos em infraestrutura, como a construção de restaurantes, hospedagens etc., pois é preciso que exista em hotel comunitário em San Martín. Enquanto não existe a estrutura de hospedagem registra que está encarregada de distribuir os visitantes pelas casas da comunidade e acredita que as empresas de turismo tem que apoiá-los. Isto porque em San Martín ainda perduram dificuldades como, por exemplo, na área da saúde que conta com um posto, mas sem os medicamentos necessários.

Tal fato é corroborado por Mariluz Angel, que tem 51 anos e é artesã produzindo redes e mochilas da palmeira Tucumã (*Astrocaryum chambira Burret*) (Chambira), que informa a existência de um enfermeiro da comunidade. Diz que não percebe nenhuma mudança no modo de vida da comunidade pelo turismo e que a aldeia continua tranquila, sem violência. E, que, apesar das pessoas participarem do turismo, não deixaram de realizar as atividades tradicionais como a pesca, a roça etc., e que a casa de farinha é comunitária.

Em conformidade com informações de Suzana Ramos, de 52 anos e que trabalha com turismo há três, relata que às vezes é chamada pela equipe do parque para fazer oficinas de artesanato. Como trabalha com artesanato de Yanchama e Chambira é uma das poucas mulheres que retira o próprio material de trabalho faz o tratamento, pinta e vende como demonstra na fotografia 33. Ressalta que gosta que o turismo se desenvolva na comunidade, porque traz recursos e que, até o momento, não houve mudanças em San Martín, de cujo aspecto geral e a disposição das casas ao longo da rua principal podem ser visualizados na fotografia 34.

Fotografias 33 e 34- Demonstração com Yanchama e aspecto geral da comunidade



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

São muitas as mulheres que trabalham com o artesanato, e que já estiveram reunidas em uma associação, porém com o fechamento do parque e a vinda do turista diretamente à comunidade estão tentando reativá-la. É o que consta dos relatos de Martha, artesã de 51 anos, e que nunca foi ao centro de visitantes do parque, mas sabe da sua existência. Diz gostar muito do turismo, porque dá apoio à comunidade; os turistas compram o artesanato e com esse recurso, pode comprar coisas para o seu sustento.

Quanto aos homens, em sua maioria trabalham na agricultura, como é o caso de Martin Gregorio, de 38 anos e que tem o curso técnico realizado em Puerto Nariño. Informa que há cinco anos era coordenador de turismo da comunidade, e que logo no início foi contratado para trabalhar com o parque, mas o contrato acabou e não foi renovado. Registra que apesar de San Martin estar dentro da área do parque são as outras comunidades que se beneficiam com o turismo.

Por isto estão buscando organizar as atividades de turismo onde os comunitários sejam protagonistas, embora entenda que o turismo traga coisas boas e más, esta última exemplificada pela perda da cultura. Afirma que os turistas que vinham através das empresas concessionárias não compravam nada na comunidade, todavia entende a importância das empresas de turismo para trazer os visitantes. Acredita que os recursos advindos com o turismo são importantes para apoiar o Cabildo e, conseqüentemente, as ações para beneficiar os comunitários.

Tal fato se deve à repartição dos recursos que entram pela atividade turística e o investimento na capacitação de pessoas para cuidar das finanças, uma vez que quase todas as famílias participam do turismo. Nesse sentido, as empresas comunitárias exercem papel

importante em contraposição às ONG, que não trouxeram nenhum benefício comunitário. É essa também a reflexão feita por Maria Ramos, artesã de 29 anos que aprendeu o ofício através dos ensinamentos maternos, sobre a administração do fundo comunitário.

Para Maria, as empresas comunitárias realizam um bom trabalho, porque quando há necessidade recorrem ao fundo, principalmente em casos que envolvem questões de saúde. Afirma que não conhece as instalações do parque e que seu contato com a equipe é possibilitado quando da ida dos funcionários à comunidade, e que nunca foi convidada a conhecer o parque. Por isso apoia o projeto de utilização da maloca como centro de artesanato e pretende fazer curso de manipulação de alimentos para vender comida aos visitantes.

A construção do restaurante a ser administrado pelos indígenas também foi ressaltado por Rinaldo da Silva, que tem 35 anos de idade e pertence ao clã Paujil. Informa que fez treinamento com o guarda parque do PNN Amacayacu por observação direta dos procedimentos, porém nunca fez nenhum curso de capacitação e que trabalhava como vigilante. Atualmente presta serviços para uma das empresas comunitárias em San Martin, entretanto explica que só é contratado nos períodos de temporada.

Nos períodos de alta estação – abril, novembro, dezembro –, a empresa paga a sua diária por este motivo acredita que o turismo é importante por possibilitar ganho financeiro. Menciona que o turismo não estava organizado na comunidade e que atualmente é que se está organizando os roteiros, junto com as empresas vinculadas à associação comunitária. Não sabe explicar como eram feitos os pacotes com as empresas concessionadas, pois não tinha contato nem com os turistas, que só via passar pela comunidade.

Comunica que nunca foi chamado para participar dos planos elaborados para o parque, mas que a organização comunitária está desenvolvendo projeto de mapeamento com vistas à ampliação do território indígena. Enfatiza que os recursos financeiros para o projeto estão sendo buscados através de ONG atuante na comunidade, bem como para a melhoria da qualidade dos serviços que serão ofertados aos turistas. Todavia, explica que os recursos advindos com o turismo serão guardados na tesouraria comunitária, e que era feito desse modo pela equipe de Parques Nacionales antes do sistema de concessão.

Expõe que os roteiros turísticos não estão escritos, pois não existe material de divulgação (folhetos), mas que podem ser realizados roteiros de três, quatro e cinco dias dependendo do que o visitante quer conhecer. Exemplifica a visita aos lugares sagrados, ao santuário de macacos (micos), caminhadas, pescaria, banhos de rio e lagos, visita a Puerto Nariño, entre outros. Observa que alguns roteiros de caminhada não podem ser realizados

quando do período de cheia do rio Amazonas e afluentes, nesse caso propõem roteiros alternativos.

Adverte que não há roteiros de turismo de aventura como, por exemplo, o arborismo, mas que possuem equipamentos para subir nas palmeiras, porém avisa que há que se ter respeito à mãe natureza. Informa ainda que as mulheres trabalham com artesanato e que nem todos participam do turismo e, portanto, o recurso não é equitativo. Por fim, cita que ainda não são notadas mudanças no modo de vida comunitário pela inserção do turismo, uma vez que só há pouco tempo estão se organizando para isso.

7.3 RN Pacaya Samiria

A história de depredação dos recursos naturais na Amazônia peruana sempre esteve ligada a exploração de madeiras, de fauna e, principalmente, da borracha, produtos livremente comercializados. Tal exploração era realizada indiscriminadamente em toda a região, sobretudo na área ao longo das cabeceiras dos rios Pacaya e Samiria isso ocorrendo por séculos. Do ponto de vista normativo, as fragilidades das leis aliadas aos problemas de fiscalização da superexploração predatória impunham a adoção de estratégias que coibissem os atos ilícitos.

Neste sentido, somente após os anos de 1940 é que são instituídas medidas legais que orientam as ações do Estado no propósito de regular as atividades concernentes à conservação dos recursos naturais. As medidas legais foram sendo adotadas de modo paulatino, com pouco avanço em relação à detenção dos agentes causadores dos danos ambientais. Fato que provocou a criação da RN Pacaya Samiria no ano de 1972, a qual teve o seu território ampliado dez anos depois, com objetivo de proteger espécies da fauna já em vias de extinção.

As sanções legais foram apoiadas pela promulgação da Constitución Política del Perú de 1979 que trouxe a noção dos recursos naturais como patrimônio do país e amparava a criação das AP, como estratégia de conservação. No contexto desse amparo legal foi possível elaborar o Plan Maestro de la RN Pacaya Samiria, no ano de 1986, que prescrevia o ecodesenvolvimento como alternativa. Além disso, entre os seus objetivos, propiciava a participação da população local no sistema de gestão, bem como o turismo como um dos subprogramas estabelecidos.

A prioridade no aproveitamento dos recursos naturais, como benefício para a população rural está centrada na realidade demográfica da região, que apresenta assentamentos no interior e na periferia da AP. Tais assentamentos encontram-se,

principalmente, ao longo dos rios Marañon, Ucayali, Samiria e Huallaga na região de Loreto. A integração dessa população no sistema de gestão da AP também ocorre para dirimir conflitos, pois com a instituição da RN Pacaya Samiria, muitas comunidades não puderam acessar os títulos de propriedade de terras.

Muitas destas comunidades são habitadas por indígenas de etnia Kukama Kukamiria que tem longa história de contatos com agentes externos desde tempos remotos à colonização. Este fator tem gerado conflitos de ordens diversas, com perdas culturais significativas, inclusive a de transmissão da língua, motivado pela vergonha de se reconhecerem como indígenas. De acordo com Vallejos (2014), a introdução de práticas religiosas, a dispersão geográfica, os casamentos realizados com indivíduos estrangeiros e a inserção no meio urbano são outros fatores que contribuem para as mudanças culturais.

Ressalte-se que a região de Loreto é habitada por outros grupos indígenas¹⁷³, porém é conhecida a longa história de inter-relação dos Kukama Kukamiria com o ecossistema de várzea que os tornaram exímios pescadores. A adaptação dos Kukama Kukamiria ao ecossistema fluvial possibilitou que desenvolvessem instrumentos e técnicas para a pesca. E, posteriormente, a intensificação do contato com outros povos indígenas e não indígenas através da comercialização de produtos até a fixação dos assentamentos pela adesão ao sistema de educação formal.

A presença de escolas do sistema educacional formal do Estado peruano fez com que os indígenas tomassem o espanhol como idioma, em detrimento da língua ancestral da família linguística Tupi-Guarani. Este é um dos motivos que levou os indígenas a se congregarem em organizações em nível regional e local, como a AIDSESEP, FEDECOCA e a FORMABIAP. Essa última é centrada no resgate das práticas indígenas, pela revalorização da língua ancestral e recuperação das tradições culturais, através da educação.

Outros motivos baseiam-se nas lutas por direitos usurpados pela exploração de petróleo e, mais recentemente, pelo projeto da hidrovía amazônica em fase de consulta prévia. Ainda que a região de Loreto seja habitada por grupos indígenas distintos, os Kukama Kukamiria são os que estão mais presentes nas comunidades da RN Pacaya Samiria. Os assentamentos são caracterizados por ser linear, semidisperso, paralelo e às proximidades do rio, com casas distribuídas no entorno da escola e da quadra de futebol.

A organização social tradicional se dá por grupos de parentesco patrilinear chamados de “sangre” associados a totens que correspondem a nomes de plantas ou animais (CHIRIF;

¹⁷³ Dentre os quais se podem citar: Achuar, Ashaninka, Awajun, Bora, Capanahua, Kichwa, Murui Muinani, Shawi, Shipibo-Konibo, Tikuna, Urarina, Yagua, Yine.

MORA, 1977). A pesca é a atividade econômica principal, seguida da agricultura, da caça, da coleta de frutos, criação de aves, extração de madeira, comércio e transporte. Tal presença exerce significativa pressão sobre os recursos naturais, além das atividades de exploração de petróleo que tornaram críticas algumas áreas da RN Pacaya Samiria.

Devido a estes e outros fatores, o Plan Maestro é o documento que indica o processo de zoneamento, como maneira de garantir a sustentabilidade das comunidades existentes na AP. O zoneamento prevê, entre outras, duas zonas de recreação, uma no rio Samiria e outra no rio Pacaya, que constituem zonas de utilização direta, onde se estabelecem os serviços turísticos. Esses serviços devem ser implementados com a participação da população local e a consequente capacitação no âmbito dos programas de ecodesenvolvimento e educação ambiental.

O programa de recreação e turismo sinaliza o segmento de mercado do turismo científico, como atrativo para os visitantes nacionais e estrangeiros focalizado na diversidade enorme dos recursos faunísticos e florísticos. A proposta do turismo científico centrava-se no fato da região ser alvo de pesquisas desenvolvidas por instituições de países os mais diversos. Entretanto, planos e programas¹⁷⁴ posteriores definiram o segmento do turismo de natureza, principalmente o ecoturismo, como preponderante para as ações estratégicas de promoção do destino.

No âmbito do PPS, finalizado no ano de 2003, foram doadas para as comunidades de San Martín de Tipishca (rios Samiria-Marañon) e Victoria (rio Ucayali) as estruturas construídas para abrigar os CEDECOS. Isto porque tais comunidades já vinham trabalhando com o turismo receptivo, a partir de organizações do tipo comunal e familiar. A proposta era utilizar as estruturas dos CEDECOS para alojar os visitantes e também como centro de operações das atividades, para tanto foi solicitado ao PPS cursos de capacitação para o desenvolvimento de projetos ecoturísticos.

A partir disto foi elaborado e executado, ao longo do ano de 2003, o projeto Desarrollo Ecoturístico en Comunidades del Pacaya Samiria nas comunidades de San Martín de Tipishca, Santa Clara e Victoria. O objetivo era possibilitar que as comunidades gerassem recursos para manter a infraestrutura e fomentar a criação de empregos diretos e indiretos. Isso devido ao fato de que, como afirmam Zaravia e Piana (2003, p. 21), a atividade turística

¹⁷⁴ É o caso do Programa Integral de Desarrollo y Conservación Pacaya Samiria, também conhecido como Programa Pacaya Samiria (PPS), em atividade desde o início dos anos de 1990 com a construção dos Centros de Desarrollo y Conservación (CEDECOS), nas comunidades de San Martín de Tipishca e Victoria

“[...] se desarrolla de manera planificada al menos desde 1994”, porém sempre através de empresas de turismo particulares.

Ao considerar-se o contexto das atividades de ecoturismo vê-se que já estavam contidas no Plan de Uso Turístico y Recreativo (PUTR) de la RN Pacaya Samiria, aprovado em 2001. Neste documento, a prioridade é estimular as iniciativas locais de turismo, que teriam preferência sobre as empresas localizadas nos centros urbanos, ou seja, fora da área de influência da AP. Para tanto, as comunidades deveriam ser instigadas a constituírem associações que atuassem como operadores de turismo.

A partir de então os planos, programas e projetos passam por reformulações, com base na perspectiva do DS e na diretriz de impulsionar a integração comunitária através do desenvolvimento do ecoturismo. Para que isto pudesse ser realizado, as instituições públicas, particulares, do terceiro setor e a população local reuniram-se em fóruns disseminados pelas principais comunidades da AP. O objetivo calcava-se em descortinar perspectivas novas do negócio turístico, voltados para os interesses da população local.

Ressalte-se que o desenvolvimento do turismo, com perspectivas endógenas preconiza a adoção de planejamento que integre a população local como participante ativa do processo em sua totalidade. Com esse intuito, as organizações representativas dos indígenas buscam mecanismos para influir na administração e na gestão do negócio turístico e nas políticas públicas incidentes. Tal movimento reivindicatório vem no contexto histórico da estruturação das organizações indígenas e da conscientização da importância da participação política.

A organização e conscientização política refletem as lutas por reconhecimento de direitos, demandados de modo específico e pontual, como o de demarcação de territórios. Apesar de a demanda por titulação de terras ainda persistir, o Estado peruano tem avançado nesse quesito, entretanto abusos ainda são praticados por empresas aliadas ao capital internacional, caso das petroleiras. Nesse quesito, notícias recentes¹⁷⁵ informam que as comunidades do rio Marañon, em Loreto, denunciam violação de direitos pela atividade petroleira.

Cabe enfatizar que as denúncias apresentadas pelos representantes do povo Kukama Kukamiria baseiam-se na ampliação do sistema de concessões para exploração de petróleo na Amazônia peruana. Nesse sentido, a reivindicação segue na busca pelo direito à consulta

¹⁷⁵ Publicada no portal Servicios de Comunicación Intercultural (SERVINDI), em 20 de julho de 2013, sob o título de: Perú: comunidades del Marañon presentan propuesta sobre consulta en sus territorios. Disponível em: <<http://www.servindi.org/actualidad/90582>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

prévia, estabelecida no artigo 5º. da Lei n. 29.785, de 31 de agosto de 2011¹⁷⁶, reconhecido através do Convênio 169 da OIT. O dispositivo legal tem sido muito utilizado para a salvaguarda de direitos como o da elaboração do plano de consulta¹⁷⁷ do projeto da hidrovía amazônica.

Como se observa, o espectro é amplo de utilização do mecanismo de consulta prévia como maneira de inserir os indígenas nos processos de elaboração, administração e gestão de planos, programas e projetos estatais. Mecanismo que têm servido para dirimir questões as mais diversas, desde as fundiárias, ambientais, socioculturais e econômicas contextualizadas pela busca de melhores condições de vida. A obviedade desse movimento são políticas públicas que intentam inovações pela integração dos depositários daquilo que foi planejado.

O exercício de planejamento, com integração das populações receptoras das políticas públicas tem sido praticado no mundo todo, sobretudo em países economicamente dependentes do capital internacional. Portanto, não é fato circunscrito a Amazônia peruana ou a RN Pacaya Samiria, podendo-se inferir que tal estratégia foi disseminada nas instituições públicas latino-americanas. Assim, o modelo de planejamento com inclusão foi sendo adotado em todos os setores da administração pública como processo de vanguarda.

Na RN Pacaya Samiria como se denota desde o primeiro Plan Maestro e, conseqüentemente, do PUTR 2011-2016, a preocupação com a integração sempre se fez presente. Pode-se inferir que o modelo, enquanto fruto político e ideológico dos anos 1990, persiste ainda enquanto perspectiva centrada na esperança de se atingir o bem comum. Nota-se essa preocupação no processo de revisão e atualização do PUTR 2011-2016, pois além da participação das instituições públicas e das empresas particulares foram convocados os Grupos Locais de Turismo (GLT).

A idealização dos GLT – que são prestadores de serviços turísticos – vem no contexto do projeto ecoturístico do PPS e, em cujas oficinas de capacitação foram construídos os roteiros de ecoturismo. De maneira geral, o processo de organização da população local para o desenvolvimento da atividade turística foi assimilado como elemento positivo pelas instituições públicas. Fator que, por outro lado, estimulou a participação e as pressões da

¹⁷⁶ Ley del derecho a la consulta previa a los pueblos indígenas u originarios. Lei regulamentada pelo Decreto Supremo n. 001-2012-MC, de 02 de abril de 2012.

¹⁷⁷ Proyecto Hidrovía Amazónica: Ríos Marañon y Amazonas, tramo Saramiriza-Iquitos-Santa Rosa; Río Huallaga, tramo Yurimaguas-Confluencia con el río Marañon; Río Ucayali, tramo Pucallpa-confluencia con el río Marañon. O Plano de Consulta foi desenvolvido pela Dirección General de Transporte Acuático, do Viceministerio de Transporte, do Ministerio de Transporte y Comunicaciones (MTC), obedecendo ao cronograma de consultas previstas para o ano de 2015.

população local, por melhorias em infraestrutura e serviços a cargo do Estado e das empresas particulares.

Importa salientar que, inicialmente, o processo de revisão e atualização do PUTR 2011-2016 foi liderado pela Chefia da RN Pacaya Samiria, enquanto órgão do SERNANP, em coordenação com o Comitê de Gestão. Estes identificaram os atores envolvidos com o turismo na AP no âmbito das instituições públicas regional e local, as ONG e as empresas particulares. Posteriormente, foram inseridos os GLT das comunidades de Lagunas, Bretaña, San Martín de Tipishca, Veinte de Enero, Yarina, Buenos Aires e Victoria.

Estas comunidades representam algumas das áreas identificadas no processo de zoneamento para o desenvolvimento de atividades turísticas e recreativas em conformidade com a bacia fluvial. Tal fato se deve a grande extensão da AP e ao tipo de atividade turística a ser desenvolvida nas comunidades das bacias dos rios Yanayacu, Samiria e Pacaya. De acordo com o PUTR, dependendo das características de cada área de uso turístico, essas modalidades podem ser o turismo de aventura, fluvial, especializado ou de recreio.

A depender do circuito realizado e do interesse específico pode-se levar até duas semanas para fazê-lo, uma vez que são utilizados transportes fluviais de calado e capacidade diferentes. A depender ainda do regime de cheia e vazante dos rios e canais algumas comunidades são acessíveis com botes de pequeno calado e capacidade para grupos pequenos. É o que acontece na área de uso turístico Yanayacu Pucate-El Dorado que vem a ser o circuito de entrada da RN Pacaya Samiria pela proximidade da cidade de Nauta.

Na entrada do circuito Yanayacu Pucate encontra-se o posto de vigilância e controle do SERNANP aonde é obrigatória à parada para identificar os visitantes e os documentos de autorização. Esta estrutura de vigilância e controle se constitui na entrada para as comunidades de Veinte de Enero, Buenos Aires, Santo Domingo e Yarina, cujo aspecto pode ser visualizado nas fotografias 35 e 36. Os postos de vigilância estão distribuídos nas principais áreas de uso turístico e contam com guarda-parques e barcos para os deslocamentos de fiscalização.

Fotografias 35 e 36- Aspecto do posto de vigilância e das embarcações



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

De acordo com o PUTR, na área de uso turístico Yanayacu Pucate pode-se desenvolver atividades de turismo de aventura e o especializado, haja vista se encontrar no ecossistema de floresta inundável. A área dessa bacia é descrita no PUTR da seguinte maneira:

El área de la cuenca, incluyendo su principal afluente el Pucate, ocupa un área de aproximadamente 285,000 has. [...]. El río Yanayacu desarrolla un curso de aproximadamente 180 Km., a lo largo del cual se han identificado 59 caños, 12 cochas, un afluente principal (Pucate) y 4 asentamientos humanos además de un número variable de restingas, playas, sacaritas, tipischas etc., que constituyen parte fundamental da paisaje local (SERNANP, 2012, p. 20).

Nessa área, as modalidades de prestação de serviços turísticos podem ser do tipo concessão, contrato ou permissão¹⁷⁸, porém de acordo com a Chefia da RN, até o ano de 2011 foram outorgadas 13 autorizações para os GLT.

Sobre o sistema de concessões Walter Huamaní, especialista em biodiversidade florestal e responsável pela área temática de Ecossistema do MINAN, informa que o processo está passando por melhorias. E que a política de concessões do SERNANP tem passado por dificuldades causadas por algumas empresas particulares que tem o maior foco da estatal. Para Huamaní, que desde o ano de 2008 trabalha no MINAM, o turismo deve beneficiar as comunidades porque as atividades se desenvolvem em terras que originalmente pertenciam a essas comunidades.

¹⁷⁸ A base legal era a Resolução Presidencial n. 120-2011-SERNANP, de 22 de junho de 2011, que trata das disposições ao regulamento de uso turístico de áreas naturais protegidas, que foi substituída pela Resolução Presidencial n. 023-2014-SERNANP, de 28 de janeiro de 2014. Esta Resolução atualiza os procedimentos administrativos para as modalidades de outorgamento de direitos para turismo em AP, da seguinte maneira: com fins comerciais (concessões, contratos e autorizações); como alternativa econômica para as populações locais (permissões e acordos).

Para Gina Guerrero, que há um ano ocupa o cargo de Diretora Regional da DIRCETURA, existem pontos positivos e negativos no sistema de concessões. O primeiro diz respeito ao fomento do turismo, a capacitação dos atores envolvidos e a conservação dos recursos naturais. Quanto ao aspecto negativo, registra que as empresas concessionárias não repassam às instituições do Estado as informações sobre o fluxo de visitantes na AP, o que dificulta a elaboração de estratégias de atuação.

Existe vontade manifestada pelo Estado, através do SERNANP, de impulsionar as atividades turísticas nas AP peruanas, como informa Anna Montalván da PRONATURALEZA. Esta ONG desenvolve trabalhos em diferentes áreas da RN Pacaya Samiria e informa que em evento recém-ocorrido foi comunicado que estão sendo analisadas propostas de concessões na AP. Em consonância com esses comunicados, são 32 contratos de serviços turísticos em âmbito nacional, 12 na RN Pacaya Samiria.

Para Anna Montalván, que trabalha em PRONATURALEZA desde 2014, como Diretora de projeto sobre troca de dívida por conservação, a assinatura destes contratos é marco importante. Isto porque a responsabilidade de conservar o patrimônio natural do país será compartilhada entre o Estado, as empresas particulares e as comunidades locais. Assim, crê que essas alianças irão permitir inovações em políticas públicas através da gestão com responsabilidade dividida entre os atores envolvidos com benefícios para todos.

Dos registros dos empreendedores de turismo se depreende que o envolvimento com a gestão da AP é mínima, toma-se conhecimento disto, através das palestras realizadas pelo SERNANP. Com referência às agências de viagens, apenas às que dispõem de roteiros para a RN Pacaya Samiria estão mais informadas sobre o sistema de gestão. Enfatize-se que grande parcela das agências operam roteiros ecoturísticos para destinos diversos na região e Loreto, sobretudo para áreas naturais mais próximas à cidade de Iquitos.

Este fato foi corroborado pelos hoteleiros, que o justificam pela demanda de clientes executivos que vêm por intermédio de empresas com contratos corporativos com os hotéis. Em geral esse tipo de cliente está com tempo limitado e não pode acessar roteiros com duração de muitas horas ou dias, como é o caso dos ofertados para a RN Pacaya Samiria. Porém, reconhecem a importância do turismo para a economia das comunidades, uma vez que as agências só podem ingressar nas comunidades contratando um guia do local.

Em virtude disto, pôde-se registrar que no período de 2001 a 2011, dez empresas de turismo que contrataram guias locais no interior da AP receberam autorização do SERNANP (SERNANP, 2012). Importa destacar que no circuito Yanayacu Pucate os GLT COMAPA-20 de Enero, UPC-Yarina, Ecotur Yarina, ORMARENA-Yarina e UPC-Yacutayta administram

alojamentos para a recepção dos visitantes. Destaque-s, ainda, que as áreas de uso turístico Yanayacu Pucate, Baixo e Médio Samiria e Tibilo Pastococha são os setores com maior afluência de visitantes.

Estas estratégias de inclusão comunitária estão consoantes ao Programa Nacional de Turismo Rural Comunitário (TRC) que objetiva fazer alianças público-particulares para promover capacitações e assistência técnica. Com esse intuito os postos de vigilância de Santo Domingo e Nauta Caño, além do pagamento do ingresso na AP, têm salas para a interpretação turística, ou seja, para informar sobre os aspectos mais relevantes da RN. O escopo da interpretação é sensibilizar os visitantes sobre as características únicas dos lugares e a responsabilidade sobre a conservação dos recursos naturais.

Para além do ponto de vista estatal, os moradores das comunidades das áreas de uso turístico, Yanayacu Pucate, Santo Domingo, 20 de Enero, Buenos Aires e Yarina, são saudosistas quanto à riqueza de animais. Como explicita Aidê Arriate – antes [da reserva ser criada] tinha mais animais, havia dinheiro, agora a caça é proibida, dinheiro só quando tem turistas. A Senhora Aidê que tem 50 anos de idade e é analfabeta, diz que o turismo apoia a comunidade de Yarina, dando trabalho que ajuda a manter a família, mas que das 33 famílias residentes, nem todas trabalham com turismo.

Expõe que na comunidade não há posto de saúde, nem luz, nem água potável e que quando precisam de médicos deslocam-se para cidades como Santa Fé ou Nauta, nesse caso as despesas são pagas com recursos próprios. Assim, informa que trabalha com agricultura intercalada com a lavagem de roupa para os visitantes que se hospedam no alojamento existente às proximidades da comunidade. Entretanto, ressalta que na época de inverno não há turistas, só no período de junho a setembro, época que consegue dinheiro que é destinado à alimentação.

Sabe da existência de uma organização comunitária e que algumas pessoas trabalham com artesanato, entretanto, o dinheiro ganho com o turismo é individualizado. Exemplifica o fato através do alojamento, no qual trabalha por temporada e tem capacidade para hospedar 20 pessoas. Este alojamento pertence a uma família, portanto os recursos não são comunitários. Tal estado de coisas desagregou sua família, pois dos 13 filhos que teve, nove sobreviveram e foram embora à procura de oportunidades de estudo e trabalho, e não sabe onde estão.

Entretanto, Gare Tamane, que nasceu em Yarina, observa diferenças entre as épocas d'antes e depois da criação da RN Pacaya Samiria. No primeiro período, trabalhavam em conjunto na agricultura, nas roças, e o dinheiro era distribuído igualitariamente, entre os participantes, mas agora o recurso da venda de artesanato é para cada um. Paradoxalmente,

analisa que a criação da RN está melhorando as condições econômicas com maior controle sobre os recursos naturais – antes as pessoas se dedicavam, em sua maioria, aos recursos da selva.

Informa Gare, que é artesão e trabalha como guia de turismo, que após a criação da AP, não há mais roças, por isso o turismo é importante como ajuda econômica. Reforça que não há associação comunitária, mas já participou de cursos de capacitação realizados pelo SERNANP e pelo MINCETUR na cidade de Iquitos. Comunica que participou das oficinas sobre o plano de manejo e que a produção de Buriti (Aguaje) e do Açaí são transportadas e vendidas em Iquitos.

Na comunidade de Yarina Italo Isaias relata que, atualmente, não trabalha com turismo, mas que já trabalhou como guia local através do grupo de manejo, e comunica a existência de um grupo organizado. Tal grupo congrega 17 mulheres artesãs e que quando da chegada dos visitantes, reúnem amostra da produção artesanal na maloca comunitária. Em conformidade com as explicações de Italo, que atualmente é agente municipal da comunidade, as agências de turismo contratam os guias da comunidade e que o MINCETUR e o SERNANP realizam oficinas de capacitação.

Diz, ainda, que em passado recente foi realizada oficina sobre técnica de artesanato pelo MINCETUR e informa da existência da Organização de Manejo de Recursos Naturais ORMARENA-Yarina, que ajuda na preservação dos quelônios Taricaya. A ORMARENA trabalha com a proteção e repovoamento de vários tipos de quelônios que podem ser avistados durante o percurso pela localidade. Além do artesanato, vende galinhas, açaí, farinha etc., para a alimentação dos turistas, e que as empresas levam os turistas para o alojamento que está localizado a 15 minutos de bote.

Os turistas estrangeiros são italianos, noruegueses, entre outros, segundo Feliciano Rojas, que não trabalha diretamente com os turistas, e é agricultor. Ele afirma que vê mudanças na comunidade. Entretanto, a comunidade continua trabalhando em conjunto, em mutirões (minga) de cinco a seis pessoas para a roça e plantação de mandioca. Nas fotografias 37 e 38 podem-se observar as crianças e a mostra do artesanato produzido, além do aspecto construtivo das residências que estão dispostas de modo linear, acompanhando o curso do rio.

Fotografias 37 e 38- Produção artesanal e aspecto construtivo das casas



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

A comunidade de Yarina é de difícil acesso à época de vazante do rio, que é navegável apenas por embarcações de pequeno calado, a motor ou a remo, e que também servem para fazer os passeios com os turistas. Nesse período, aproveitam o grande declive às margens do rio para cultivar espécies de mandioca e de milho para subsistência. As poucas atividades de lazer desenvolvem-se na quadra de futebol e durante algumas festividades, como as comemorações do aniversário do povoado.

A comunidade de Buenos Aires, onde mora Grober Torres, que nasceu na comunidade de 20 de Enero e estudou o nível secundário em Nauta, é constituída por 122 pessoas e 23 famílias. Embora não trabalhe diretamente com turismo, acredita que a atividade é importante e relata que, anteriormente [da criação da AP] não queriam o turismo, mas agora são a favor. Principalmente, porque as empresas têm que contratar guia da comunidade e que foram realizadas capacitações promovidas pelo SERNANP e PROMPERU.

De acordo com as observações realizadas por Grober ainda é pouco o número de turistas, porém sempre há e que como trabalha com a agricultura e a coleta do Buriti utiliza a técnica e o equipamento para demonstração aos turistas. O equipamento e a técnica de subir na palmeira Buriti podem ser visualizados nas fotografias 39 e 40 onde se observa mostra da produção do fruto e a secagem no interior de residência. Confirma que os meses de maior fluxo de visitantes ocorrem no período de junho a setembro e que não existe associação comunitária, apenas o agrupamento de pessoas em torno de uma atividade como, por exemplo, o artesanato.

Figuras 39 e 40- Equipamento e técnica de retirada do buriti e o fruto em secagem



Fonte: Paulo M. Pinto (2014).

A entrada de recursos, com a produção do Buriti é confirmada por Adelina Vazquez, que mora na comunidade desde os anos de 1970, ou seja, desde antes da instituição da RN. Explica que sua família é proprietária do alojamento que abriga os visitantes, portanto crê que o turismo melhorou as condições de vida da comunidade, por que os turistas também consomem produtos do comércio local. Confirma que fizeram cursos de capacitação com o SERNANP e que foram realizadas oficinas sobre turismo nas cidades de Iquitos, Nauta e 20 de Enero.

Para Adelina, que há três anos construiu o alojamento com recursos próprios, as empresas de turismo são importantes para o ingresso de dinheiro – têm vindo muitos turistas, enfatiza. Entretanto, ressalta a falta de organização por não haver uma associação comunitária – existem muitas famílias que trabalham com artesanato e como guias de turismo. Comunica que o período de junho a setembro é o da chegada dos turistas e que os recursos da venda do artesanato é para cada artesão individualmente.

Fato amparado por Maritza Rojas, que trabalha como cozinheira e lavadeira de roupa para os turistas, que também enfatiza que o turismo trouxe mudanças para a comunidade, por isso – gosta da ideia do turismo. Avisa que 18 mulheres artesãs estão se organizando em associação comunitária, denominada de IBIMAREY, nome Kukama, criada após a realização da capacitação. Tal capacitação foi promovida pelo SERNANP e DIRCETURA, mas que devem continuar com as atividades tradicionais como a roça, a pesca etc.

No quesito organização comunitária, Landere Miguel Mozambique, de 35 anos de idade e nascido na comunidade de Buenos Aires, admite a existência da organização

ORMARENA-Buenos Aires. Relata que participou do plano de turismo, pois trabalha como guia para as empresas que trazem os turistas e, para tanto, fez dois cursos de capacitação, e que a maioria das pessoas trabalham com artesanato. Acredita que houve mudanças comportamentais na comunidade, principalmente em relação ao problema do lixo, pois agora fazem mutirão de limpeza.

A adesão ao turismo pode ser indireta como apontada por Mario Mejia que já trabalhou, há três anos, com turismo, agora se dedica à construção civil, inclusive porque, com a chegada do turismo, as pessoas começaram a reformar suas casas. Comunica que ainda faltam muitas melhorias, como posto de saúde, quando precisam, tem que se deslocar para as comunidades de Santa Fé ou San Pedro. O mesmo acontece com o sistema de água potável, que não existe, ou tratam a água do rio ou acumulam água da chuva para o consumo.

A percepção de Mario registra a confiança de que o turismo está melhorando a comunidade, embora indique que o dinheiro é individualizado, pois há apenas um grupo de pessoas trabalhando com o turismo. Esse grupo pequeno de trabalhadores não está organizado em associação, por isso confia na importância das empresas particulares para trazer os turistas. Apesar de saber da existência de empresas particulares de turismo atuantes na AP diz que não participa das reuniões para discutir o turismo na comunidade.

Fato controverso a se observar é o que diz Alejandro Mendez Cardenas, residente há 20 anos em Buenos Aires, comunica a existência de três entidades de manejo¹⁷⁹ – COMAPA (para o manejo de palmeiras); APRODES (azeite de Buriti); ACOREMA (palmeiras). Constata a existência de ONG atuando na comunidade, porém como acontece com as empresas de turismo não sabe identificá-las nominalmente. Apesar de gostar da ideia do turismo, ainda não vê mudanças nas condições de vida, pois os turistas vêm de vez em quando, compram artesanato, mas o lucro é para cada família artesã.

Tal realidade é pouco diferenciada na comunidade de 20 de Enero, conforme explicita Carlo Quiteño, que ocupa a função de Teniente Governador da comunidade é guia de turismo há 30 anos e natural da cidade de Pulcallpa. Existe comunicação por telefone, porém não há posto de saúde e a água do rio é tratada para consumo, mas há projeto de ONG estrangeira para o sistema de água e saneamento. Ressalta a preocupação com a poluição ambiental, uma vez que o lixo doméstico é armazenado e o plástico enterrado, e que essas mudanças ocorreram pelo turismo.

¹⁷⁹ Comité de Manejo de Palmeras (COMAPA); Asociación Peruana para la Promoción del Desarrollo Sostenible (APRODES); Instituto de Manejo de Recursos Naturales para el Desarrollo Integral Áreas Costeras y Recursos Marinos (ACOREMA).

De acordo com Carlo, que está há dez anos em 20 de Enero e desenvolve roteiros turísticos na RN Pacaya Samiria, a divulgação do trabalho em página na rede mundial de computadores e também em rede social é muito importante. Diz não gostar muito dos turistas de cruzeiros marítimos, prefere o turista comunitário, inclusive é com esse segmento de mercado que atua. Comunica que há pouco tempo, a taxa de ingresso na RN – que era recebida no posto de vigilância de Santo Domingo – está sendo paga no Banco de la Nación.

A artesã Elbia Belapites, reside há 13 anos em 20 de Enero, diz que gosta do turismo na comunidade, pois quando os turistas vêm, consegue vender produtos como colares, pulseiras, brincos etc. Ressalta que às vezes recebem encomendas de outros países e então as artesãs se reúnem para produzir com mais rapidez, e atender aos pedidos, entretanto, chama a atenção para o fato de isso não ser frequente. Confirma a existência de grupo de mulheres que se reúnem em torno do artesanato, porém enfatiza que o dinheiro que entra pela venda de artesanato é de cada artesã.

Ao ser proibida a caça no interior da AP, o turismo passa a ser fonte de recursos, é o que registra Elder Gonzales, que por este motivo roga pelo aumento do número de visitantes. Não há outras oportunidades de trabalho, apesar de fazer roças e algumas pessoas se dedicarem à construção de barcos, assim não vê mudanças na comunidade. A maioria das pessoas trabalha com a produção e venda de artesanatos que, em seu entendimento, tem ajudado as famílias a se manterem, mesmo que seja por períodos determinados.

Na comunidade de Santo Domingo, onde está localizado o posto de vigilância do SERNANP, Atibia Silva comunica que não trabalha com turismo e nem tem paciência para isso, pois gosta de trabalhar com a agricultura – gosto da agricultura por que posso vender os produtos para os turistas. Analisa que há de se ter sorte para vender artesanato, pois às vezes não se consegue vender nada. A agricultora, que tem dois filhos, registra que na comunidade não se trabalha em mutirão e que, quando precisa, contrata os trabalhadores para ajudar na roça.

Opinião oposta tem Dae Cruz, também residente em Santo Domingo, que trabalha junto com o pai e a mãe com turismo e gosta por que – quando vêm os turistas deixam algo, compram artesanato. Embora registre que apenas seis pessoas trabalhem diretamente com o turismo crê que a atividade está melhorando as condições de vida da população. Diz que não participa de reuniões sobre turismo, porém soube nominar as empresas que trazem os turistas e a importância delas para o desenvolvimento da comunidade.

O turismo é alternativa econômica para os que trabalham com artesanato em Santo Domingo, como adverte Isaias, que é artesão; apesar disto reconhece as dificuldades para a

venda dos produtos. Tal acontecimento se deve à condição de que nem sempre chegam visitantes a comunidade e essa situação piora nos povoados mais afastados como Yarina. De qualquer maneira, entende que sem o turismo não há oportunidades de trabalho que garantam, minimamente, a sobrevivência das populações da RN Pacaya Samiria.

7.4 Possibilidades inovadoras no âmbito do turismo na tríplice fronteira

Ao se analisar os depoimentos dos representantes das instituições públicas, empresas particulares e das populações residentes nas AP compreende-se as dificuldades empreendidas ao se fazer analogias. Dificuldades ampliadas a se defrontar com os contextos desiguais pan-amazônicos e as vicissitudes de políticas públicas de caráter homogeneizantes. Para tanto, faz-se referência ao fato de que estudos diversos têm sido realizados sobre a tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, por instituições de ensino e pesquisa reconhecidos nacional e internacionalmente.

No Brasil é o caso do NAEA da UFPA, do MPEG, do Grupo de Pesquisa RETIS¹⁸⁰ da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), etc. (EUZÉBIO, 2011). Cada uma dessas instituições tem seu objeto de pesquisa delimitado em pontos focais diferentes que vão desde o espaço territorial em si até às problemáticas advindas das questões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Algumas destas instituições, como o NAEA¹⁸¹ têm produzido investigações paradigmáticas sobre temas os mais distintos como: campesinato na fronteira amazônica (HÉBETTE; MARIN, 2004); defesa nacional (NASCIMENTO, 2008); processos de urbanização e Estado (CASTRO, 2009); populações tradicionais, recursos naturais e gênero (SIMONIAN, 2001); desenvolvimento e o agrário na Amazônia (COSTA, 1998; HURTIENNE, 2001) entre outros. O MPEG¹⁸² tem se revelado fonte profícua de estudos em frentes como a pesca e populações tradicionais (FURTADO, 1987); arqueologia, turismo e

¹⁸⁰ Criado em 1994 no Departamento de Geografia da UFRJ vem atuando para o avanço das pesquisas em geografia, subsidiando políticas públicas, produzindo mapas temáticos e material didático-pedagógico.

¹⁸¹ Criado em 1973 é um núcleo de ensino e pesquisa reconhecido internacionalmente, cujo foco de trabalho envolve a sustentabilidade e o desenvolvimento regional amazônico. As atividades de ensino e pesquisa são elaboradas de maneira interdisciplinar nos níveis *lato e stricto sensu*.

¹⁸² Fundado em 1866, objetiva desenvolver os estudos científicos dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia. Constitui o Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (NIT).

cultura material (MARQUES, 2007), entre tantas outras, que demonstram o campo fértil da Amazônia, enquanto espaço de investigações.

A Universidad Nacional de Colombia (UNAL), principalmente em sua sede Amazonia, tem elaborado pesquisas emblemáticas, através do Instituto Amazónico de Investigaciones Imani¹⁸³. Os temas perpassam pelo desenvolvimento sustentável e organização social (VIECO, 2001; OCHOA ZULUAGA, 2006); o ecoturismo (OCHOA ZULUAGA, 2008); o espaço fronteiriço (MOTTA, 2011); cultura indígena e imaginário (ECHEVERRI; NIÑO, 2011); espaço urbano e fronteiras (ZÁRATE BOTÍA, 2012) etc. Tornando visíveis alguns dos problemas relacionados a Amazônia colombiana, que por um longo tempo foram esquecidos pelo poder estabelecido.

No Peru, as contribuições do Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP)¹⁸⁴, são importantes para desvendar a biodiversidade da Amazônia peruana em seus componentes florestais e agroflorestais (CAMPO, 2015; SALAZAR, 2000), antropologia rural (GASCHÉ SUESS; VELA MENDONZA, 2011), e sobre tecnologia da informação e turismo (CALCINA, 2014; GIUSSEPE, 2013). Quanto as instituições de ensino são emblemáticos os estudos realizados pela Universidad Nacional de la Amazonía Peruana (UNAP)¹⁸⁵, principalmente no tocante as AP e os recursos naturais (PEZO et al., 1996). Cabe salientar que no cenário latino-americano, o Peru vem sendo assinalado como o país com o maior fator de crescimento socioeconômico, impulsionado pela atividade turística, em sua vertente gastronômica e ecoturística, e em crescimento progressivo nas AP da Amazônia peruana.

Apesar deste acúmulo teórico e prático, o campo de investigações em políticas públicas de turismo no território pan-amazônico requer das instituições de ensino e pesquisa reflexões mais pormenorizadas. Ao se confrontar as políticas de Estado para o setor de turismo vê-se que a busca por modelos centrados na sustentabilidade das populações locais é evidente. Seja por atendimento as pressões sociais ou por sugestão do receituário político-ideológico de padrão econômico vigente que procura matrizes novas e replicáveis globalmente.

¹⁸³ A UNAL, sede Amazonia, foi criada em 1994 e, logo em seguida, no ano de 1995 foi criado o Instituto Imani. A UNAL de Leticia é a quinta sede dessa Universidade em sua política de expansão no território colombiano (ECHEVERRI; FRANKY; ZÁRATE BOTÍA, 2001).

¹⁸⁴ Criado em 1979 (Lei n. 23.374), é um organismo autônomo de direito público. Instituição de investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento. Realiza suas atividades de maneira descentralizada, promovendo a participação das instituições públicas, particulares e da sociedade civil. A jurisdição do IIAP se estende por todo o território da bacia amazônica peruana, nos Departamentos de Amazonas, San Martín, Loreto, Ucayali, Huánuco, Madre de Dios e zonas de beira de selva e da planície amazônica (IIAP, 2015).

¹⁸⁵ Criada pela Lei n. 13.498, de 14 de janeiro de 1961.

Ao se comparar as políticas públicas e os processos de gestão em turismo nas AP selecionadas do Brasil, Colômbia e Peru têm-se panorama que, numa primeira análise, parece incompleto. Isto se deve ao fato de que no Brasil, diferente dos outros dois países, estes processos são de passado recente, apesar das múltiplas incursões estatais no campo do turismo, ou do ecoturismo, em TI ao longo do tempo. Do ponto de vista normativo depreende-se que a visitação para fins turísticos em TI ainda se encontra em desenvolvimento.

Como se pôde perceber do contexto das políticas públicas do turismo brasileiro, os processos de inserção comunitária na gestão de AP, principalmente em TI, indicam realidade a ser construída. As autoridades constituídas e responsáveis pela administração da política para os índios têm sido refratárias a permissão de atividades econômicas não-indígenas, potencialmente geradoras de conflitos. Embora se saiba que, por fatores diversos, muitas atividades ilegais têm ocorrido em TI, sem que o Estado tenha condições de freá-las.

Em que pese às dificuldades de fiscalização de ilícitos pelas instituições competentes, cabe comparar *mutatis mutandis* os processos adotados nas AP colombianas e peruanas. Embora não exista na legislação brasileira abertura para o modelo de concessão dos serviços turísticos a empresas particulares em TI, exercícios intelectuais podem ser realizados. Isso tendo em vista a recente normativa e os processos decorrentes da participação da população indígena na administração e gestão das atividades turísticas.

Na Colômbia, a adoção do modelo de concessão foi eivada de críticas, não apenas pelas empresas do setor de turismo, mas por intelectuais diferentes áreas ligados às instituições de ensino e pesquisa. Entenda-se, como ressalta em depoimento o Professor Germán Ochoa Zuluaga, da UNAL, que desde o ano de 2006 investiga a inserção do turismo amazônico na cadeia global de valor, que o processo tem início na conjuntura política de desmonte do Ministério de Meio Ambiente. Desse modo, o modelo foi tido como elemento do sistema de privatização das AP e fortemente criticado pela mídia, aliada aos interesses político-partidários.

O PNN Amacayacu foi o primeiro a ser concessionado em território colombiano e ainda com o estigma de se localizar na Amazônia tratada com desconfiança pela população que a associava a violências múltiplas. Ao analisar esse período, o professor Ochoa relembra o contexto histórico e os conflitos ideológicos da inclusão das comunidades indígenas no mundo capitalista. A premissa era a de que os indígenas não se interessavam pelo modo de vida dos não-índios e que deveriam ser protegidos dos malefícios do sistema.

Vale enfatizar que a política ambiental colombiana já se encontrava consolidada em se tratando da inclusão da participação dos indígenas que pressionavam o governo central

utilizando-se dos dispositivos legais como, por exemplo, o convênio 169 OIT. Nesse sentido, os grupos de interesses se mobilizaram tendo como foco a possibilidade de exclusão da participação contida no modelo de concessão e a negação dos acordos já estabelecidos entre Parques Nacionales e as comunidades indígenas. Esse duplo movimento partia da noção hegemônica de que no interior das comunidades indígenas não existiam grupos de interesses.

Em que pese às falhas de coordenação do conjunto das empresas concessionadas, compreende-se que esta relação está eivada das relações de poder que se manifestam externa e internamente no processo. De qualquer maneira, como afirma o Professor Ochoa, o modelo é inovador em políticas públicas e pode ser adotado a partir de ajustes para corrigir os problemas. Isto apesar de saber-se que atualmente o PNN Amacayacu encontrar-se fechado à visitação pública, porém os demais parques concessionados seguem com estimativas de crescimento positivas.

Em contraponto, o Professor Carlos Hernandez, biólogo que há 14 anos trabalha no SENA, afirma que o turismo foi adotado como política de Estado e como tal vê o sistema de concessão. Cabe lembrar que o SENA cumpre a função do governo no ensino público com oferta de cursos técnicos em áreas diversas, incluindo o turismo, na qual detém ampla rede de conhecimento. Como política de Estado o Professor registra que o SENA não influi no sistema de concessão, no entanto como cidadão não está de acordo.

Enquanto arena política o SENA é influenciado por políticas públicas do tipo *top down* que impuseram os empregos informais, uma vez que desde o ano de 2005 as instituições governamentais não realizam concursos públicos. Nesse contexto, 70% dos empregos são garantidos através de contratos de prestação de serviços, fator que deve ser levado em consideração quando das análises sobre o mercado de trabalho. Por causa disso, vê com desconfiança o sistema de concessões, além do que as empresas querem garantir a lucratividade que está associada, no caso do turismo, ao aumento do fluxo de visitantes.

Tal perspectiva analítica se contrapõe aos objetivos traçados pela Unidad de Parques Nacionales que, além do fortalecimento da presença do Estado nas AP, previa a melhoria da prestação dos serviços ecoturísticos. Para tanto, nos contratos firmados com as concessionárias obrigações foram estabelecidas como a de minimização dos impactos ambientais, ocasionados pelos serviços e atividades ecoturísticas. Além disso, de acordo com registros de Parques Nacionales, houve participação das comunidades indígenas no processo com garantia de benefícios comunitários.

Ressalte-se que estas diretrizes encontram-se contempladas na Política Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo e no Programa de Ecoturismo Comunitário que prevê

iniciativas de ecoturismo com baixo impacto. Sobretudo, como afirma Parques Nacionales, o Programa se implementa através de alianças com as organizações comunitárias locais para a prestação de serviços e atividades ecoturísticas. Contudo, como se pôde observar, nem todos os objetivos foram alcançados, pelo menos em se tratando do PNN Amacayacu.

Como se pôde depreender das políticas do Estado peruano o meio ambiente e o turismo correspondem a setores com arcabouço normativo específico que se unem a partir de temas comuns. É o caso do reconhecimento, pelo Estado, dos direitos adquiridos pelas populações locais, quer sejam assentamentos de pescadores artesanais, ou mesmo, comunidades campesinas ou nativas [indígenas] que habitam as AP. No contexto desse reconhecimento, a legislação sobre AP caminhou no sentido de estabelecer as modalidades de outorgamento de direitos para o aproveitamento do recurso natural paisagem com fins turísticos.

A partir deste momento, o Estado passa a reconhecer e promover a participação de empresas particulares na gestão de AP através das autoridades competentes em nível nacional, regional ou municipal. Não apenas isso reconhece e protege as práticas biossocioeconômicas das comunidades campesinas ou nativas, além dos direitos de propriedade ou posse com anterioridade ao estabelecimento da AP. Essas são algumas justificativas registradas pelo SERNANP sobre os aspectos legais contidos nos documentos oficiais.

Para além deste marco regulatório oficial, o processo é novo e pode encerrar alguns inconvenientes, como analisa o Professor e Ecólogo Roberto Pezo, que trabalha há 27 anos na UNAP. O desenvolvimento de atividade econômica como o turismo requer uma série de pré-requisitos para que decole dentre os quais políticas públicas seguidas dos marcos legais. Há que se ter estabilidade jurídica para se promover as condições de empregabilidade, exemplifica o Professor Pezo, justificando as possibilidades do processo em promover inovações em políticas públicas.

As modalidades de outorgamento de direitos para fins turísticos podem ser aplicadas a outras categorias de AP, porém há que se ter o devido cuidado, pois não basta apenas transportar o modelo. Há que se promover estudos de manejo, uma vez que em alguns casos como na RN Pacaya Samiria podem ser desenvolvidas atividades econômicas em outras, como os Santuários, não. Nesse sentido, o Professor Pezo, credita a responsabilidade às instituições de ensino e pesquisa, como a UNAP, em influir nas políticas públicas de turismo.

Tem-se que conjecturar que estes processos ainda estão brotando e, portanto, precisam de consensos e revisões, reflete Luis Gutiérrez, que ocupa a chefia do Centro de Documentação e Comunicação do IIAP. Afirma que o modelo pode inovar as políticas

públicas de turismo, desde que os povos indígenas estejam informados e participem, sem ajuda de intermediários, na tomada de decisões e liderança. Assim, indica que o modelo pode ser aplicado as demais categorias de AP, desde que estudos apontem nessa direção.

Tal política de concessão parece muito apropriada se for adequada, regulamentada e supervisionada com perspectivas de gerar oportunidades de uso conservacionista e rentável dos bens e serviços ambientais. Esta é a avaliação do pesquisador Ángel Salazar, chefe do Escritório de Cooperação Científica e Tecnológica do IIAP, instituição que trabalha há cinco anos. A reflexão segue as pistas da necessidade de, continuamente, gerar oportunidades de inovação em políticas públicas de turismo que proporcionem melhorias da situação econômica das comunidades.

Sobre a aplicação do modelo de concessão as outras categorias de AP, enfatiza Ángel Salazar, que as generalizações podem causar erros e é necessário realizar análises caso a caso. Tal cautela diz respeito às estratégias de ação institucional para aprofundar os conhecimentos sobre o território amazônico e assim poder realizar as aplicações das políticas, planos, programas e projetos. A garantia desse pressuposto contribui para inclusão comunitária na elaboração e execução dos projetos e, posteriormente, nas políticas públicas.

As reflexões realizadas por Luis Calcina, chefe do Projeto SICOM II e há quatro anos trabalhando no IIAP, sobre o modelo de concessão dos serviços turísticos seguem em duas direções. A direção favorável remete à garantia de mecanismos para o adequado manejo das AP e dos seus atrativos. Na direção oposta, considera que não é o mecanismo mais acertado, sobretudo se se exclui as comunidades indígenas que habitam as AP, as quais não se beneficiam do processo, como vem ocorrendo atualmente.

Apesar destes fatores, considera que o modelo traz inovações em políticas públicas, porém chama a atenção para a necessidade de se discutir melhor o mecanismo de acesso. Quanto à replicação do modelo para outras AP e mesmo para outros países pan-amazônicos, ressalta que os povos indígenas vêm solicitando que lhes outorgue o direito de administrar ou coadministrar as AP. Nesse caso, a participação na gestão é qualidade *sine qua non* para se evitar que volte o feudo de empresas particulares ou mesmo das ONG.

A seguir-se estas reflexões não cabem dúvidas sobre a possibilidade de considerar que as políticas públicas de turismo tem influenciado o *modus vivendi* e *operandi* das populações locais na tríplice fronteira. A implicação das mesmas no espaço transfronteiriço é agudizada pelos processos políticos e ideológicos de mercado em sua via globalizada que denotam a impossibilidade de combate frente às demandas de mercado. Assim, o capital

turismo, enquanto fruto do negócio-turismo ou da mercadoria turismo, apresenta-se eivado dos processos político-ideológicos de mercado em sua via globalizada.

Como resultado deste processo hegemônico as políticas públicas de modo mais geral e as de turismo, em particular, para os países que compõe a tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru adotam o receituário imputado pelo modelo global de desenvolvimento. Tal modelo está centrado no viés econômico que vê a Amazônia como grande mercado de *commodities* o que implica dizer que as políticas públicas advindas não são autônomas em relação aos processos globais. Assim, Brasil, Colômbia e Peru acedem a processos de conservação dos recursos naturais centralizados em vasta legislação ambiental que, apesar de reconhecida internacionalmente, não se realiza *de facto*.

De maneira mais geral pode-se inferir que o receituário de enfretamento e, conseqüentemente, das resoluções dos impactos negativos ocorridos por ação antrópica no ambiente natural tem sido marcado por medidas que privilegiam o mercado global. E, tal fato, acirra ainda mais a assimetria entre os países latino-americanos que disputam a entrada na cadeia global de mercadorias na qual o turismo tem se apresentado como setor importante, principalmente sob as modalidades de turismo de natureza. Isto porque, em se tratando do turismo, vê-se que o modelo global adotado pelos estados-nações implica na inserção de perspectivas de sustentabilidade advindas com os debates sobre a questão ambiental.

Enfatiza-se que o turismo serve como corolário para mascarar ou suavizar a intenção primeira do capital que é a cooptação das populações locais – tradicionais ou não, indígenas ou não indígenas – ao processo de globalização. Resulta desse movimento conflitos visibilizados em lutas as mais diversas que, no caso dos indígenas, vão desde o reconhecimento de territórios até a fiscalização de atividades ilegais. Tal processo acontece nos três países sob o grau maior ou menor de tutela do Estado que contribui com a legalização de atividades poluidoras nos territórios indígenas como, por exemplo, a petroleira e a mineradora.

Neste aspecto é flagrante o desrespeito aos acordos de caráter internacional como, por exemplo, o Convênio 169 da OIT que tem servido como ponto em comum para unir os indígenas em suas organizações nas lutas contra o Estado. A união em torno de objetivos comuns como o do direito a terras tem ultrapassado as fronteiras dos países demonstrando que a concepção de fronteira como segurança nacional é tênue. Isto porque o espaço transfronteiriço se constitui em território de mobilidade de seres humanos que já transitavam nele antes mesmo da criação dos estados-nações como, por exemplo, os indígenas.

Desta feita a participação da população local nos processos de gestão é limitada ao desempenho de estratégias de fiscalização dos ilícitos e de coadjuvante da administração pública. Assim, a qualidade da participação fica prejudicada enquanto processo de gestão de tal sorte que as populações, tradicionais ou não, da Amazônia brasileira e mesmo as da Pan-Amazônia estão sendo cooptadas e não podem recuar a esse movimento. Nesse aspecto, pode-se inferir que a participação na gestão também é relativizada pelo grau maior ou menor de participação política dos grupos organizados.

A participação na elaboração e execução dos planos de manejo ou de vida enquanto documentos balizadores de gestão são importantes por serem ferramentas iniciais desse processo. Entretanto, é necessário avançar nas conquistas de participação ampliando o seu conceito e seguindo para o estabelecimento de parcerias efetivas que estimulem o desenvolvimento com características endógenas. Enfatize-se que os conflitos não são solucionados apenas com a elaboração dos planos de manejo ou de vida, todavia neles estão contidas instâncias de governança que se efetivadas podem melhorar as condições de participação.

8 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Não cabem dúvidas de que, na contemporaneidade, o turismo tornou-se política de Estado e como tal enfrenta condições simultaneamente favoráveis e adversas que estão implicadas em estratégias marcadas pela centralidade das iniciativas públicas e particulares. Como atividade que intervém no cotidiano das populações, o turismo ao entrar nas agendas e nas arenas decisórias transforma-se em objeto dos grupos de interesses. Assim, as políticas públicas elaboradas e executadas respondem às relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade.

É a partir destas arenas de decisões que se travam debates teóricos e práticos diferenciados sobre o conceito e a eficácia das políticas públicas eivadas de conteúdo ideológico e político de seus formuladores (RUA, 1998; TEIXEIRA, 2002; SOUZA, 2006). Tais políticas públicas ao responderem as demandas específicas de setores da sociedade demonstram as escolhas processadas no interior do sistema político (FREY, 2000; VIDAL, 2009). Como resultado das alianças e da correlação de forças tem-se políticas públicas com gradações diferentes em relação à inserção das reivindicações dos grupos de interesses.

Neste sentido, as políticas públicas de turismo tendem a reificar as estratégias homogeneizantes das políticas públicas mais conservadoras, ou seja, aquelas em consonância com as agendas e as arenas decisórias (FERNANDES, 2007) do Estado. Isto demonstra a implicação do setor turismo com as tendências dos grupos de interesses e as alianças firmadas por aqueles que estão no poder (SOUZA, 2006). Tal circularidade põe em xeque a possibilidade de autonomia da relação do Estado com a sociedade, impelindo ao confronto dos grupos de interesses que, por vezes, resultam em violências de Estado.

Na tríplice fronteira pan-amazônica do Brasil, Colômbia e Peru as políticas públicas refletem a centralidade do *modus operandi* dos estados-nações em resposta às determinações do sistema econômico globalizado. Deriva disso movimentos confrontantes com o *modus vivendi* das populações locais, os quais têm como efeito condição de fronteira que se abre a toda sorte de situações e problemáticas (PALACIO CASTAÑEDA, 2007; ZÁRATE BOTÍA, 2011). Para sanar esses confrontos os países utilizam o aparato coercitivo da militarização das fronteiras utilizando como justificativa a garantia da soberania territorial.

Neste contexto, a concepção de fronteira nada mudou daquela centrada na presença autoritária do Estado e reflexo dos projetos políticos hegemônicos baseados na construção de geopolíticas. Na tríplice fronteira pan-amazônica, essa realidade fica evidente quando conferida com o cotidiano das populações locais, principalmente dos indígenas. Essa porção

territorial sobrevive dependente das medidas tomadas pelo comando central que, na maioria das vezes, não reflete os anseios e as perspectivas das populações locais.

Desta feita, a fronteira é o espaço do observável abismo social e econômico das regiões (BRITO, 2001) que é determinado pelo avanço dos processos de globalização e pelas estratégias geopolíticas de poder. Portanto, subjazem aí conflitos de interesses múltiplos que eclodem por via do processo de ampliação do mundo capitalista (MARTINS, 2009) e das vulnerabilidades sociais crescentes. Essa conjuntura é agudizada por políticas públicas que resultam do exercício do poder político complexificadas no contexto da globalização pela pressão dos organismos multilaterais de financiamento e crédito.

Assim, a fronteira abre-se a todo o tipo de violências com impactos negativos do ponto de vista biossociocultural e econômico, dentre estes a carência de postos de trabalho com rebatimentos em todos os outros setores da vida administrada. A consequência disso é a precarização da qualidade de vida e o irracional desmonte dos direitos historicamente conquistados (SIMONIAN, 2007). Nesse sentido, a luta travada pelos povos indígenas ainda é pelo reconhecimento de direitos básicos como o território, saúde, educação, cultura e postos de trabalho.

Tal reconhecimento de direitos é garantido, por vezes, com o estabelecimento de conflitos violentos por parte do Estado e das instituições criadas para a resolução destes problemas. Como resposta a esse estado de coisas a população indígena se organiza em movimentos reivindicatórios ampliados à medida que as conquistas vão se sucedendo. É o caso das lutas por inclusão de participação na administração e gestão das AP instituídas em territórios ancestrais que cercearam atividades produtivas importantes para a reprodução social indígena.

Desta maneira, a atividade turística é inserida nas agendas das instituições como elemento necessário para elaboração de políticas públicas que possibilitem condições de reprodução social novas. A premissa básica é o desenvolvimento da atividade como fator de sustentabilidade biossocioeconômica das populações indígenas que habitam o interior ou entorno das AP. Sucede desse movimento conflitos pela adoção de atividade não-indígena que são mediados pela inclusão dos indígenas nos processos de gestão local, uma vez que o turismo trará impactos diretos para o interior das comunidades.

Decorre deste fator que os países que compartilhem a tríplice fronteira pan-amazônica tentam a inserção aos mercados com insumos os mais diversificados, entretanto o setor turismo tem se destacado enquanto componente novo. Dessa feita tem estimulado a criação de instituições que regulem a atividade através de aparato legal que tem demonstrado as

dificuldades do Estado frente aos problemas e as suas resoluções. No quadro 35 é possível observar algumas das principais instituições e os planos e programas elaborados para que a gestão pública dos países fronteiriços efetive o planejamento do setor.

Quadro 35- Principais normas, instituições e documentos de políticas públicas de turismo

PAÍS	MARCO LEGAL	INSTITUIÇÃO / DOCUMENTO
Brasil	Decreto-Lei n. 55, de 18/11/1966. Decreto-Lei n. 1.191, de 27/10/1971. Lei n. 10.683, de 28/05/2003. Lei n. 11.771, de 17/09/2008.	EMBRATUR; FUNGETUR; MTUR; Política Nacional de Turismo; PNT; LGT; PNMT; PROECOTUR; PRT; PRODETUR.
Colômbia	Lei n. 300, de 1996; Lei n. 1.106 de 2006; Lei n. 1.558, de 11/07/2012. Decreto n. 210, de 03/02/2003. Lei n. 07, de 16/01/1991.	LGT; MinCIT; PROEXPORT; PROCOLOMBIA; FPT; FONTUR; PNT; PST; ZFT; RNT.
Peru	Lei n. 24.027, de 12/12/1984. Lei n. 27.790, de 23/07/2002. Lei n. 29.408, de 17/09/2009. Decreto Supremo n. 003-10-MINCETUR, de 15/01/2010.	LGT; FOPTUR; PROMPERU; MINCETUR; PENTUR; PERTUR.

Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

Ao observar-se o quadro acima, denota-se que as medidas para o planejamento da atividade turística são semelhantes quanto à elaboração de políticas nacionais de turismo para a administração, gestão e o controle da atividade. Para tanto, parte-se da constituição de um ente em nível hierárquico superior – Ministério –, que irá planejar e fomentar a atividade no âmbito das macropolíticas. Seguem-se a esses os de nível regional ou local – Secretarias, Departamentos etc. –, que planejam e executam as micropolíticas tendo como premissa o monitoramento da atividade pela incidência dos impactos negativos.

Tal fato ocorre por que o sistema turístico é influenciado, invariavelmente, por condicionantes externas que fazem com que o planejamento se torne ferramenta imprescindível para o seu desenvolvimento. Assim, importa destacar que a LGT é norma presente nos três países e balizadora das ações de planejamento no que tange a regulação de mercado. Outro elemento importante a destacar é a constituição dos fundos orçamentários para viabilizar o suporte financeiro aos planos, programas e projetos, bem como aos empreendimentos públicos e particulares.

Isto acontece por que do ponto de vista das micropolíticas os processos de resolução dos problemas locais são postos por conjuntura de autonomia político-administrativa dos governos regionais, municipais e distritais. Demonstrando assim, que o turismo e o planejamento estão intrinsecamente relacionados e sofrem influência dos grupos de interesses os mais distintos. Dessa maneira, as políticas públicas de turismo enquanto linhas de ação dos

governos passam a inserir a participação da sociedade nas instâncias de decisão como garantia de processos endógenos.

Enfatize-se que as políticas públicas de turismo enquanto processo de desenvolvimento endógeno seguem os preceitos das agências de financiamento de capital internacional. Portanto, eivadas das transformações ocorridas nas tendências de mercado global que moldam a mercadoria-turismo com objetivo de atender ao fluxo de visitantes e, conseqüentemente, a entrada de receitas. É desse aspecto que ressaltam as políticas públicas apoiadas na conservação dos recursos naturais e na sustentabilidade biossociocultural.

Entretanto, paralelo ao processo de desenvolvimento endógeno, a Colômbia e o Peru instituíram política de concessão dos serviços ecoturísticos às empresas particulares em AP que no caso colombiano proporcionaram o recrudescimento dos conflitos. Na Colômbia, no PNN Amacayacu, tais conflitos levaram os indígenas à tomada de consciência sobre a importância da atividade turística para a sua reprodução social. Entretanto, as lutas das comunidades indígenas exemplificadas na de San Martín de Amacayacu é pela autonomia na gestão, principalmente a partir do momento que o consórcio de empresas se retirou da administração do CVY.

As reivindicações de autonomia de gestão realizadas pelos indígenas Tikuna baseiam-se na eliminação de intermediários entre os comunitários e o mercado de consumo do produto turístico. A obviedade desse movimento está no reconhecimento do imperativo suporte técnico das instituições do Estado, nesse caso da Unidad de Parques Nacionales, em possibilitar a capacitação necessária que garanta a autonomia. Isso, embora os documentos oficiais analisados, como o plano de manejo, indiquem a participação dos indígenas na gestão do PNN como realidade concreta.

Desta maneira, o que se depreende das informações obtidas encaminha para uma autonomia relativa de algumas das atividades ecoturísticas como, por exemplo, o serviço de guia e a confecção de artesanatos. Todavia, o movimento organizado pretende condições de participação comunitárias mais significativas para expandir os postos de trabalho em turismo e, conseqüentemente, de sustentabilidade econômica (OCHOA ZULUAGA, 2008). Embora essa possibilidade já esteja apontada no plano de manejo a concretização prática desse objetivo prescinde de garantias ainda não realizadas.

É o caso do aporte de recursos financeiros que pode ser buscado em fontes nacionais e internacionais para a elaboração e execução do projeto de construção do hotel comunitário de San Martín de Amacayacu. Entretanto, outros serviços como, por exemplo, o funcionamento adequado do posto de saúde é prioridade imediata para a melhoria da qualidade de vida. Outro

fator importante é a revitalização das tradições culturais descritas no Plan de Vida, porém como enfatizado não pode ser um espetáculo só para turistas, mas têm que estar imbricadas no cotidiano da comunidade.

Pode-se inferir que os comunitários de San Martin de Amacayacu estão a compreender a complexidade de operacionalizar os pacotes de turismo, pois reconhecem a importância das empresas para tal suporte. Nesse quesito, buscam parcerias com agências de turismo e operadoras em Leticia, Bogotá ou mesmo de ONG estrangeiras indicadas ou conhecidas pelas lideranças indígenas. Depreende-se desse fato, o início de organização para a autonomia na gestão do turismo comunitário e para a tão propalada e nem sempre atingida sustentabilidade biossocioeconômica e cultural.

A se instituir o DS como elemento integrador de uma geopolítica territorial pan-amazônica nova, principalmente nas AP, os países transfronteiriços tentam articular parâmetros de conservação dos recursos naturais. Sobretudo quanto à adoção de política ambiental articulada através dos sistemas de AP, dentre outras ações, que se consubstanciaram em políticas públicas diferenciadas, como se depreende do quadro 36 que elenca as principais normas dos sistemas de AP. Em que pese às críticas mais diversas sobre o modelo, como se pôde analisar, os estados-nacionais seguiram planos estratégicos para inovar o modelo como é o caso da inserção do TS.

Quadro 36- Normatização dos sistemas de AP

PAÍS	NORMA/ANO/NOME	OBJETIVOS	CATEGORIAS	SUPORTE
Brasil	Lei n. 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Decreto n. 4.340/2002.	Art. 4º - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos. Regulamenta os artigos da Lei SNUC e dá outras providências.	Unidades de Proteção Integral (UPI): Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. Unidades de Uso Sustentável (UUS): Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio	Constituição da República Federativa do Brasil (CFB); Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC); Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); Projeto Corredores Ecológicos (PCE); Programa Turismo nos Parques (PTP); Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP); Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

			Natural.	
Colômbia	Decreto n. 2.372/2010 – Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP)	Artículo 5 a. Asegurar la continuidad de los procesos ecológicos y evolutivos naturales para mantener la diversidad biológica.	Áreas Protegidas Públicas: Sistema de Parques Nacionales Naturales (SPNN); Reservas Forestales Protectoras (RFP); Parques Nacionales Regionales (PNR); Distritos de Manejo Integrado (DMI); Distritos de Conservación de Suelos (DCS); Áreas de Recreación (AR). Áreas Protegidas Privadas: Reservas Naturales de la Sociedad Civil (RNSC).	Constitución de Política de Colombia (CPC); Decreto Ley 2811 de 1974; Decreto 622 de 1977; Ley 99 de 1993; Ley 165 de 1994; Decreto Ley 216 de 2003; Fondo Nacional Ambiental (FONAM).
Peru	Decreto Supremo n. 010-90-AG – Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SINANPE). Ley n. 26.834/1997 – Ley de Áreas Naturales Protegidas.	Crea lo SINANPE que integran el Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SINUC) Artículo 2° a. Asegurar la continuidad de los procesos ecológicos y evolutivos, dentro de áreas suficientemente extensas y representativas de cada una de las unidades ecológicas del país.	Áreas de Uso Indirecto: Parques Nacionales (PN); Santuarios Nacionales (SN); Santuarios Históricos (SH). Áreas de Uso Directo: Reservas Nacionales (RN); Reservas Paisajísticas (RP); Refugios de Vida Silvestre (RVS); Reservas Comunales (RC); Bosques de Protección (BP); Cotos de Caza (CC); Áreas de Conservación Regionales (ACR). Categoría transitória: Zonas Reservadas (ZR).	Constitución Política del Perú (CPP); Ley de Áreas Naturales Protegidas; Instituto Nacional de Recursos Naturales (INRENA); Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SERNANP); Fondo de Promoción de las Áreas Naturales Protegidas del Perú (PROFONANPE).

Fonte: Paulo M. Pinto (2016).

Não há como duvidar de que a legislação ambiental profusa é fator preponderante nos três países, inclusive com reconhecimento das agências financiadoras de projetos ambientais de caráter internacional. Como se observa o modelo de instituição do sistema de AP é

amparado por dispositivos legais que tem suporte primeiro nas Cartas Magnas dos três países secundados por um aparato legislativo admirável. Outro fator importante para análise é a institucionalização dos fundos ambientais estratégicos para apoiar as ações de fiscalização e controle das AP.

Enfatize-se que a distribuição em categorias de manejo segue, mudando-se alguns contextos, as mesmas disposições nos três países apresentando AP com maior ou menor grau de uso restritivo. Entretanto, vê-se que mesmo aquelas com maior restrição não conseguem deter atividades predatórias que impactam negativamente os recursos naturais como os ilícitos de ordens as mais diversas. Tal fato repousa em condições deficitárias enquanto administração, fiscalização e controle que tem sido alvo de conflitos entre as instituições dos estados-nacionais e as populações envolvidas.

Neste caso, importa ressaltar que, de maneira mais geral para os três países, mesmo as categorias de uso mais restritivos encontram-se em situação de vulnerabilidade muito alta ocasionadas por pressões e ameaças múltiplas. As atividades ilegais como extração de madeira, caça, pesca, conversão do uso do solo e construção de infraestruturas são realidades que impactam negativamente as AP. Nesse sentido, o aparato legal profuso tem sido de valia quase obsoleta enquanto fator inibidor dessas pressões e ameaças, além de impor as populações locais condições limitantes de reprodução social.

Ao se deparar com condições limitantes de reprodução social as populações indígenas residentes nas AP se defrontam com um quadro complexo e de difícil aceitação, uma vez que são espoliados de condições de existência. Advem desse fato, confrontos entre o modelo imposto pelo Estado por via de políticas públicas restritivas e o tradicional baseado no manejo dos recursos naturais. Assim, o processo de criação de AP passa a ser motivo de conflito entre as instituições dos estados-nações com as populações indígenas que criticam o modelo através de movimentos organizados.

Os conflitos decorrentes deste estado de coisas recrudescem na fronteira pan-amazônica pela repreensão forte sobre a utilização dos territórios que são cerceados pela imposição de um militarismo de fronteira. A presença das guarnições militares é emblemática do processo geopolítico de dominação dos territórios e das políticas protecionistas do Estado que impulta a subalternização destes e da vida social. Nesse aspecto, se impõe uma repreensão às maneiras mais distintas de utilização das terras e, conseqüentemente, trava qualquer iniciativa de participação das populações indígenas.

Nesta perspectiva, na tríplice fronteira pan-amazônica os conflitos se amplificam e tomam um rumo de violências múltiplas pela inserção de componentes que criticam o

estabelecido a partir do contexto dos movimentos de cunho ambientalistas. Assim, as organizações indígenas passam a questionar a criação de AP por perceberem a imposição do modelo de protecionismo ambiental do Estado. Tal modelo é perceptível pela ordenação ambiental que conduz a problemas diversos entre esses os de superposição das AP aos territórios indígenas que vão se constituir em fatores impeditivos da vida econômica.

Ressalta deste fato a condução política do Estado em tentar homogeneizar questões que não podem ser tratadas dessa maneira, uma vez que a fronteira pan-amazônica é multiétnica e permeada por condições de confrontos múltiplos. Ao tentar dar uma resposta ao modelo imposto pelo processo de globalização e que conduziu as crises ambientais, o Estado impõe as AP como estratégia de mitigação desses conflitos. Todavia, acirra ainda mais os conflitos e traz a tona outros que estavam submersos como, por exemplo, o da fronteira enquanto sobreposição espacial dos estados-nações.

Tal sobreposição ressalta as condições geopolíticas de segurança territorial sem estabelecer vínculos com fatores condicionantes e identitários de pertencimento das populações que habitam ou circulam pelo espaço de fronteira. Este é um dos fatores que demonstra o porquê das dificuldades dos países da tríplice fronteira não conseguirem estabelecer políticas públicas integradoras. Observa-se que mesmo do ponto de vista das políticas ambientais estas são tratadas de maneira particularizada e se constituem como entraves ao avanço de propostas inovadoras como, por exemplo, a criação de AP trinacional.

Tais entraves se disseminam em todos os setores e também são observáveis no contexto da atividade turística a qual, por se tratar de deslocamento humano, deveria transcender aos limites estabelecidos pelas políticas públicas conservadoras. Porém, o que se observa é o seguimento das diretrizes estipuladas pelas agências internacionais como as da OMT que foram concebidas para limitar a circulação de pessoas. Isto porque a mercadoriatismo está vinculada a circulação de pessoas que detem capital e, portanto, o poder e a liberdade de movimento.

Ao se observar as práticas de circulação de pessoas na tríplice fronteira vê-se que há grande movimento de indivíduos e grupos entre os territórios dos países que ocorrem por motivos os mais díspares, entre estes o turístico. Entretanto, não existem políticas públicas integradoras como, por exemplo, roteiros turísticos oficiais que sejam planejados e operacionalizados em cooperação com as instituições públicas de fomento e muito menos entre os empreendedores particulares. Nesse sentido, as ações isoladas tornam difícil equacionar processos de gestão local que conduzam a distribuição equitativa dos ganhos advindos da atividade turística.

Assim, o turismo na tríplice fronteira segue sendo realizado pelas instituições públicas e pelos empreendimentos particulares de maneira isolada e adotando, cada um a seu modo, o receituário da OMT e de ONG internacionais. Do ponto de vista da conservação dos recursos naturais esse aspecto também está vinculado às categorias de AP de uso direto, ou seja, que preveem o manejo e a inclusão de atividades antrópicas. Pode-se inferir tal fato pela implantação dos sistemas de AP seguido pelos países – por que conduzidos pelo processo de globalização – que são muito similares e justificados pelas crises ambientais persistentes.

Nesta perspectiva, o TS enquanto perspectiva teórica perpassa os segmentos múltiplos do mercado turístico e está contido nos planos de manejo das AP em análise sob nomenclaturas diferentes como ecoturismo, TBC, TRC, etnoturismo etc. No entanto tal polissemia constitui-se em foco de problemas quando não eficazmente assimilado pelas comunidades indígenas depositárias dos planos de turismo. Além disso, têm-se as características próprias do produto turístico dentre as quais a da heterogeneidade que é determinada pela diversificação das empresas que prestam os serviços de turismo.

Desta maneira, o produto turístico apresenta-se de difícil assimilação das técnicas operacionais que envolvem condições de mercado complexificadas com os processos de globalização econômica. A mercadoria turismo, portanto contribui para a solidificação da política hegemônica do capital internacional favorecendo a geopolítica resultante desse processo. Contudo, a busca por mercados novos e as pressões exercidas pelos grupos de interesses fazem com que elementos de resistência ao *establishment* sejam incorporados às políticas públicas de turismo.

Este é o caso das políticas públicas de turismo implementadas pelo Estado peruano, principalmente nas AP localizadas na Amazônia como a RN Pacaya Samiria, cujo PUTR vem sendo atualizado sistematicamente. Tal atualização decorre das pressões exercidas pela dinâmica de mercado e dos grupos de interesses existentes no interior das comunidades indígenas de etnia Kukama Kukamiria. A prerrogativa da conservação dos recursos naturais da fauna em extinção está sendo suplantado a partir do alcance das metas estabelecidas e analisadas por investigações realizadas por instituições de pesquisas peruanas e ONG internacionais.

A partir do momento que estas metas foram sendo, minimamente, alcançadas demandas novas estão se estabelecendo como as de impulso as alternativas econômicas via postos de trabalho novos (MONTEFERRI, 2009). O atendimento dessas demandas tornou-se importante devido à proibição da caça e da pesca predatórias determinadas pelo processo de zoneamento da AP. Mesmo assim as lutas se fazem em outras frentes como as atividades de

extração ilegal de madeiras e de caça, além das ações legalmente impetradas pelo Estado como a da exploração petrolífera.

O recrudescimento dos ilícitos e, principalmente, a concessão para a exploração de lotes novos de petróleo em território indígena, além de outras situações, tem levado a maior organização dos indígenas (CHIRIF, 2012). Essas questões ambientalmente poluidoras e devastadoras dos recursos naturais têm sido pautadas nos fóruns organizados e consubstanciadas nas frentes de lutas. Do centro dessas problemáticas, surge a necessidade de recorrer a atividades econômicas menos poluidoras e de baixo impacto ambiental como a do turismo.

É este cenário de busca de alternativas ambientalmente amigáveis, que fazem parte do receituário do DS, que contribui para a inserção das populações locais em processos de planejamento. Desse modo, os processos de planejamento se modificam para atingir os objetivos de integração concernentes a esse momento histórico novo que justifica a inclusão dos excluídos do sistema. Tal pressuposto extrapola para as políticas públicas decorrentes desses movimentos e para todos os setores da administração pública e particular.

A partir deste contexto depreende-se que os documentos de gestão como o PUTR da RN Pacaya Samiria encontram-se afetados pelas condições conjunturais do mercado globalizado. Desse modo, pode-se entender a política de outorgamento de direitos para o turismo em AP, em suas diferentes modalidades, como estratégia de mercado com possibilidades de criação de postos novos de trabalho. Isso fez com que as populações locais compreendessem, dentro das limitações, algumas das estratégias de ação que apontavam para situações que iam para além da fiscalização das irregularidades e dos ilícitos.

Como se pôde observar nos depoimentos a inserção da atividade turística foi planejada com a participação dos comunitários nos cursos de capacitação realizados pela instituição responsável. No caso da RN com avanços no sentido da autonomia dos GLT e dos empreendedores locais que reconhecem a necessidade da parceria das empresas de turismo para o desenvolvimento da atividade. Dessa maneira, visualizaram os GLT como fórum político de reivindicação de maior capacidade técnica para a autonomia nos empreendimentos turísticos.

Neste sentido, o PUTR da RN Pacaya Samiria avançou enquanto política pública inclusiva da participação das populações indígenas nos processos de administração e gestão do turismo. Embora o processo esteja em contínua avaliação e adaptação isso não significa que problemas e conflitos estejam sanados, muito pelo contrário, observa-se que as comunidades ainda carecem de infraestrutura de serviços básicos. Há falta de água potável,

postos de saúde, escolas, iluminação pública etc, problemas que impõem a desagregação das famílias indígenas do circuito Yanayacu Pucate.

A saber, os indígenas da Amazônia peruana confiam na atividade do turismo como alternativa de trabalho e renda, sobretudo para a fixação dos jovens, uma vez que estes são os que mais têm se deslocado. A busca desses jovens por oportunidades maiores de ensino e de empregos resulta em concentração maior das mulheres e das crianças nas comunidades. Sobrevém desse movimento a atenção à atividade artesanal a qual é caracterizada, por questões de gênero, como atividade feminina revestindo-se em recurso econômico dos mais importantes para as famílias.

Neste sentido, os indígenas da tríplice fronteira se depararam com lutas emblemáticas da situação de violências múltiplas que ultrapassaram algumas das conquistas por reconhecimentos territoriais. Isso porque, apesar de alguns avanços, os indicadores dos problemas socioculturais indígenas registram o quanto foi nefasta à integração aos Estados nacionais (OLIVEIRA, BAINES, 2005; ZÁRATE BOTÍA, 2011; SMITH, 2013). Assim, a profusão normativa tem sido utilizada para dirimir conflitos pontuais que recrudesceram à medida que se instituíram os limites territoriais e o cerceamento da livre circulação.

Não cabem equívocos de que os problemas que se apresentam nesta região de fronteira são de ordem política e marcados por reivindicações de liberdade de circulação principalmente pelos indígenas. As populações indígenas têm noções distintas sobre o território que dizem respeito às vivências, culturalmente variáveis, dos grupos em relação à sociedade não indígena e as políticas territoriais (GARCÉS, 2014). Por isso, o território se reveste em bem comum, cuja mediação é alcançada por práticas sociais e culturais que se distanciam do conceito de propriedade estabelecido pelo direito normativo.

Em virtude disto, os indígenas da Amazônia brasileira se deparam com aparato estatal que construiu estrutura legislativa que abre vertentes de argumentação múltiplas e que, na maioria das vezes, são utilizadas para combater atividades ilícitas. Como se observou, os ilícitos ocorrem em todos os países fronteiriços e as dificuldades de fiscalização das instituições públicas são repassadas para as comunidades locais. Desse modo, os indígenas tem se confrontado com situações conflitivas que reprimem, sobremaneira, a sua reprodução social.

Tal estado de coisas tem proporcionado mudanças nos hábitos e costumes indígenas e este processo encontra-se reproduzido no contexto de todas as populações tradicionais brasileiras. No caso dos indígenas a utilização de substâncias entorpecentes e o alcoolismo

têm contribuído para o decréscimo populacional pela redução da longevidade e doenças correlatas. Por outro lado, a migração dos jovens indígenas é fato que as políticas estatais não lograram êxito com tendência ao recrudescimento, principalmente para as comunidades que se localizam mais próximas dos centros urbanos.

Para os Tikuna residentes na TI Tukuna Umariáçu ao conjunto destes problemas somam-se os de infraestrutura urbana como saneamento, iluminação pública e pavimentação de estradas, além dos relacionados com educação e empregos. Tais problemas de caráter econômico, social e cultural têm afetado de maneiras diferentes o cotidiano dos Tikuna, o que tem instigado questionamentos e reflexões críticas sobre a representação da FUNAI. A falta de perspectivas põe em xeque, sobretudo, as relações ancestrais de respeito aos recursos naturais que sempre foram a máxima representação simbólica dos grupos indígenas.

Não há questionamentos de que as responsabilidades com a conservação dos recursos naturais devam ser compartilhadas por todos os seres humanos e normatizadas nas políticas públicas que intentam este objetivo. Na TI Tukuna Umariáçu, os indígenas debatem-se com a proximidade do centro urbano e por problemas ocasionados pela situação jurídico-administrativa com os militares e com violências socioculturais. Nesse sentido, as organizações indígenas têm reunido esforços para combater os ilícitos e reivindicar direitos nas áreas de saúde, educação e por maior autonomia perante a FUNAI.

A autonomia reivindicada está para além da atuação como agentes de fiscalização dos ilícitos, unindo-se assim as lutas dos indígenas colombianos e peruanos por maior autonomia em administração e gestão. Como se compreende dos depoimentos a busca por melhorias da situação econômica se faz prioritária, haja vista a limitação territorial que impossibilita a agricultura e a indústria. Está limitação territorial impõe saídas econômicas estratégicas como a adesão aos programas de assistência financeira do governo brasileiro.

Importa referendar que as alternativas econômicas como a de inclusão das TI como foco da atividade turística há muito tempo vem sendo proposta em planos, programas e projetos governamentais. Porém, tais iniciativas não obtiveram o êxito esperado produzindo o tensionamento da então abalada relação entre a FUNAI e os indígenas que se impunham acusações recíprocas. Ressalve-se que historicamente está relação sempre foi tensionada e de acordo com o representante indígena pelo excesso de burocracia da instituição.

Para além deste fato o que se observa é que as iniciativas de visitação nas TI brasileiras sempre foram realizadas com objetivo de pesquisa científica, ou seja, como objeto de estudos, nesse sentido os cientistas não eram tidos como turistas. Na TI Umariáçu, os

depoimentos demonstram essa realidade quando os sujeitos da pesquisa expõem – que nunca viram turistas, só pesquisadores. Por isso, requerem que a atividade turística seja efetivada como maneira de entrada de recursos econômicos informação também exposta pelos indígenas colombianos e peruanos.

Outro fator importante para os Tikuna de Umariáçu é o resgate das tradições culturais que podem ser potencializadas pela inserção da atividade turística, pois como se pôde observar estão em franco declínio. Além de se viabilizar a revitalização das tradições culturais, é urgente solucionar as condições de saúde pública que vêm no contexto do desmantelo que atinge a indígenas e não indígenas de maneira indiscriminada. A Instrução Normativa n. 03/2015, que estabelece o Plano de Visitação em TI, inova ao inserir responsabilidades sobre atendimento em saúde.

Enfatize-se que os processos de aplicabilidade prática da Instrução Normativa ainda não puderam ser analisados devido à condição de recém-instituída diferente de outras políticas públicas como a PNGATI. No contexto dessa política, a inovação é atingida pela elaboração dos etnomapeamentos e etnozoneamentos que se configuram como planos de vida indígena. Além disso, esses instrumentos de planejamento e gestão territorial incluem a representação indígena no Comitê Gestor que, por sua vez, promove parcerias entre os níveis de governos buscando compatibilizar as políticas públicas regionais e locais como modo de minimizar problemas de ordens diversas.

De maneira mais geral pode-se inferir que a legislação brasileira não dispõe do instrumento normativo de concessão dos serviços turísticos a empreendedores particulares, principalmente nas TI. Isso pelo que se pôde compreender dos depoimentos das instituições públicas, particulares e dos comunitários que desconhecem o processo que acontece nos países fronteiriços. Assim, pode-se deduzir que os países estão a elaborar políticas públicas de turismo não integradoras do ponto de vista legal, porém a prática demonstra que existe a circulação de visitantes transfronteiriços.

Pode-se afirmar que os roteiros de turismo estão a envolver os três países fronteiriços com maior mobilidade entre a fronteira seca do Brasil com a Colômbia, e destes com conexão, por via fluvial, ao Peru. Embora, oficialmente, já tenham ocorrido tentativas de integração dos países da tríplice fronteira estes ainda estão a trabalhar pela segurança de seus territórios e da soberania nacional. Desse modo, as reflexões sobre as políticas públicas de turismo nas AP da tríplice fronteira são realizadas pelo seu conteúdo de diferenças e não por similaridade.

Apesar destas diferenças há que se confirmar que as políticas públicas de turismo dos três países estão a inserir a participação comunitária na gestão local, embora em diferentes gradações. Pode-se inferir ainda que o modelo de concessão dos serviços turísticos existente nas AP da Colômbia e Peru, apesar de desconhecido no Brasil, reveste-se de interessante inovação que pode ser replicado a se observar alguns preceitos. Um desses preceitos é a garantia da participação efetiva das populações locais nos processos de administração e gestão garantindo-se as reivindicações feitas pelos indígenas.

Os instrumentos de políticas públicas de turismo como os planos de manejo, no caso da Colômbia e Peru, são emblemáticos desta inserção da participação comunitária, entretanto como se observa tem-se que avançar ainda mais. No Brasil, de modo geral, os planos de manejo das AP preveem a gestão comunitária na atividade turística, porém nas TI ainda é uma possibilidade recente. Nesse caso, há que se ressaltar que as instituições governamentais dos três países realizam planejamento integrado entre as esferas distintas de governo de cada país.

Não há questionamento quanto à importância que as populações indígenas, das AP focalizadas, veem no desenvolvimento da atividade turística oportunidades para a sustentabilidade biossociocultural. A absorção de tal processo é a atuação política e a participação nas lutas por direitos que nos três países são garantidos na forma da lei, entretanto de fato há muito que se avançar. Pode-se explicitar que do ponto de vista socioambiental a hipótese de relação harmônica com a natureza foi abalada pela introdução de atividades legais e ilícitas e por processos de cooptação diversos.

Deste modo, as populações das AP estão na perspectiva de que com a inserção da atividade turística a relação ancestral com os recursos naturais seja restaurada e que a partir disto passem a adotar atitudes novas frente às questões ambientais. Tal perspectiva há de ser analisada com os devidos cuidados por preconizar a adoção da atividade turística como monocultura. Isso porque do que se depreende da história das atividades que foram impostas como monocultura como a da pecuária bovina, por exemplo, ela tem trazido consequências nefastas para a sustentabilidade socioambiental.

Nos países da tríplice fronteira pan-amazônica, bem como em todos os países do mundo, a inserção da atividade turística tem sido pautada como ação estratégica de desenvolvimento, principalmente econômico. Entretanto, como atividade que intervém no cotidiano das populações tradicionais ou não prescinde de planejamento que analise os impactos positivos e negativos e preveja os do futuro. A obviedade disso é que para as populações indígenas a mercadoria turismo assume outra sociabilidade marcada pela ideologia contida no desejo de observação dos culturalmente diferentes.

Entretanto, há que se enfatizar que este aspecto é característica *sine qua non* da atividade turística que transforma elementos da vida material e imaterial em produtos de consumo pela observação. No caso das populações indígenas, há que se compreender que a inclusão do turismo, enquanto atividade imbricada na lógica do mercado capitalista e globalizada pode trazer impactos negativos irreversíveis. Por outro lado, há que se ter outro olhar às comunidades indígenas que não somente aquele de que são espaços não capitalistas e que precisam ser conservados dessa maneira.

As comunidades indígenas não isoladas são afetadas por influências da sociedade envolvente e – neste aspecto – formam um microcosmo que reflete as vicissitudes presentes, para o bem e para o mal, naquelas. Nesse sentido, é fundamental que se reflita sobre a existência dos grupos de interesses e como estes se articulam para fazer valer seus propósitos. O movimento dos grupos de interesses ao exercerem pressões político-ideológicas está a exigir prioridades na atenção de demandas que referendam o *status quo* do grupo melhor posicionado politicamente.

Tal fato demonstra que a opção pela adoção de determinadas atividades econômicas como a do turismo não é escolha aleatória baseada somente nas condições de falta de atenção do Estado frente às questões indígenas. Como se percebe, a busca é por uma autonomia indígena maior dentre as oportunidades ofertadas pelo planejamento e pelas políticas públicas oficiais. Na tríplice fronteira, esse estado de coisas está presente com possibilidades de acirramento em escalas diferenciadas que são determinadas pelo maior ou menor grau de participação das instituições públicas.

Isto não quer dizer que os indígenas da tríplice fronteira estejam operando somente a partir da concepção ocidental e maniqueísta da realidade, mas pelo fato de que eles também são afetados pelo discurso hegemônico do capital. A concepção do turismo como opção de desenvolvimento segue a lógica hegemônica de mercado e a Pan-Amazônia reflete, como fronteira em expansão, essa lógica. A busca por mercados novos e de *commodities* perpassa as fronteiras nacionais e internacionais produzindo realidades novas para os pan-amazônidas.

A realidade das populações indígenas que habitam as AP do Brasil, Colômbia e Peru não pode ser vista como homogênea por que esta concepção induz a erros grosseiros de avaliação. São distintas as Amazônias e diversificadas as realidades biossocioculturais dos pan-amazônidas, embora, como se pôde observar, seja necessário estimular à elaboração de políticas públicas de integração dos grupos indígenas que foram seccionados pela instituição das fronteiras nacionais. De todo o modo, a inserção da atividade turística nas AP está a

possibilitar estratégias de desenvolvimento que *mutatis mutandis* estão a incluir a participação comunitária nos processos de gestão.

Neste aspecto, a tese focaliza as políticas públicas de turismo e os processos de gestão local preconizados nos planos de manejo das AP analisadas e conclui que, de maneira mais geral, existem formalmente os processos de gestão. Estes se fazem presentes nos documentos oficiais de administração e gestão das instituições responsáveis pelas políticas públicas de turismo e também da área ambiental. Todavia, estes processos ainda não se fizeram na realidade cotidiana das comunidades indígenas presentes no interior ou no entorno das AP, por condições já elencadas, tornando-se a base de conflitos permanentes.

Pode-se inferir que a qualidade da participação das populações na gestão é prejudicada por condições que dizem respeito ao próprio fazer turístico e pela visão distorcida da atividade impressa pelo Estado como redentora de todos os males. Tal fato ocasiona uma miopia das populações sobre o setor turístico que passa a vê-lo como a panacéia que irá alçá-las as condições de sustentabilidade econômica e social. Nesse sentido, nos três países pôde-se observar que essa premissa é validada, haja vista que a atividade foi imposta sem a devida reflexão do que seria possível para as comunidades.

Como observado, nas AP analisadas as comunidades implicadas na atividade turística tem um olhar muito específico sobre o turismo como atividade propulsora de desenvolvimento econômico. Assim, os postos de trabalho e a renda subsequente são vistos como fatores preponderantes para a entrada do turismo onde o Estado e as suas instituições planejam no sentido de minimização dos impactos negativos da atividade. Entretanto, paradoxalmente, o Estado se ausenta de estruturas importantes para a sustentabilidade sociocultural como os postos de saúde, educação, saneamento etc.

Neste caso, ao se justificar a mitigação dos impactos negativos do turismo sobre os recursos naturais tenta-se suavizar e escamotear o sentido primeiro de reflexão crítica sobre o propósito das políticas públicas implementadas. Tal sentido diz respeito ao modelo imposto aos países economicamente vulneráveis de submissão aos parâmetros ditados pelos mais ricos tendo como justificativa a crise ambiental crescente. Dessa maneira, as políticas públicas protecionistas e restritivas intentam sobrepor-se aos conflitos, principalmente no que toca aos direitos territoriais das populações indígenas e tal fato torna-se evidente quando da criação das AP.

Sobressai deste contexto que o planejamento com a participação das populações locais é ferramenta de importância extrema e de tal modo é adotado nos países analisados, bem como está disseminado como estratégia de inclusão social. Entretanto, pode-se constatar que a

qualidade da participação está aquém dos anseios das populações que lutam por autonomia maior nas decisões que tem reflexo direto na vida cotidiana e para o futuro das comunidades. Essa autonomia relativa é percebida pelos comunitários e torna-se base para conflitos entre o Estado e suas instituições que no caso da fronteira pan-amazônica pode ser exemplificada pelas violências e confrontos com os militares.

No âmbito desses processos conflitantes percebe-se que as políticas públicas de turismo nos países da tríplice fronteira são relativizadas e avançam timidamente no sentido de possibilitar a sustentabilidade biossociocultural das comunidades. Ressalte-se que os processos para a inserção das populações locais na atividade turística é semelhante nos três países cujo ponto de partida é a realização de cursos de capacitação para as comunidades. Todavia, a efetividade destes cursos é posta em risco quando se observa a ínfima capacidade das populações locais em influenciar na elaboração das políticas e nos processos de administração e gestão.

Este fator é perceptível quando se analisam as políticas de concessão das estruturas dos serviços turísticos para empreendedores particulares, presentes na Colômbia e Peru, que preconizam a inclusão comunitária. Na Colômbia tal iniciativa teve consequências nefastas para as comunidades presentes no interior do PNN Amacayacu, embora em outras AP do país as informações estatísticas de fluxo de visitantes sejam exitosas. A tomar-se esse caso como exemplo, pode-se inferir que o processo de concessão não avançou nos quesitos de inserção comunitária e para possibilitar atitudes novas frente às questões de sustentabilidade biossociocultural.

No Peru a política de concessão é complexa por determinar níveis diferentes de inclusão da participação de empresas particulares, de grupos comunitários e de indivíduos nas atividades turísticas. Embora, os documentos apontem a contemporaneidade do processo e, portanto, a possibilidade de ajustes percebe-se a subalternização das atividades propostas para serem realizadas pelos grupos locais e pelos indivíduos. Dessa maneira, pode-se concluir que na RN Pacaya Samiria é possível a inserção comunitária desde que os grupos e indivíduos tomem consciência da sua importância para os ajustes do processo.

No caso brasileiro houve tentativas de se estabelecer políticas de concessão em AP localizadas no sul do país, porém não obtiveram o êxito esperado por motivos os mais diversificados. Ao se analisar a TI Tukuna Umariáçu percebe-se que essas políticas não foram empreendidas o que pode ser atribuído à presença estatal forte de tutela dos indígenas que os coloca em condições de liberdade assistida. Desse fato, denota-se que a inserção das comunidades indígenas nos processos decisórios de administração e gestão perpassa por uma

autonomia relativa com influência mínima para a resolução de problemas de sustentabilidade biossociocultural.

A partir-se deste contexto, pode-se concluir que as políticas públicas de concessão dos serviços de turismo, enquanto processo de gestão, trazem um componente novo para a arena de debates sobre as questões do desenvolvimento turístico e ambiental. Porém, necessitam ser analisadas em um quadro comparativo mais abrangente que possibilitem, ou não, a recomendação de replicação do modelo para outras AP pan-amazônicas. No quadro comparativo da tese está a se recomendar cautela, pois a transposição do modelo pode intensificar os conflitos latentes entre os Estado e as comunidades indígenas.

Nesta perspectiva, as políticas públicas de turismo implementadas na Pan-Amazônia tem demonstrado a centralidade das decisões sobrevindas do comando central e impultadas as comunidades indígenas e não indígenas presentes na tríplice fronteira. Tal fato demonstra que as políticas públicas de turismo não são efetivadas na prática da inclusão das populações locais. Sobrevém disso, exercícios de sustentabilidade que tem prejudicado o avanço na resolução de problemas persistentes como, por exemplo, o da posse e regularização de terras e a reprodução social indígena.

Assim, recomenda-se que para que as políticas públicas de turismo se efetivem de fato instâncias de governança novas se instalem no sentido de efetivar o diálogo entre o Estado e suas instituições com as comunidades indígenas. Nos três países a organização indígena em entidades as mais distintas é realidade que impulsiona a luta por direitos usurpados pelo processo histórico de ocupação territorial. A atividade turística, embora imbricada no processo de globalização, pode ser utilizada como elemento de articulação entre o local e o global e estimular transformações no cenário político-administrativo onde a presença indígena seja preponderante.

Para tanto, a tese colabora no sentido de possibilitar o conhecimento acerca da constituição das políticas públicas de turismo e dos processos de gestão local inseridos enquanto posição formal do Estado. Por conseguinte, as AP localizadas na tríplice fronteira pan-amazônica possibilitaram um percurso teórico-metodológico que implicou na utilização de estudo interdisciplinar. Além disso, o método comparativo permitiu conexões entre os três países e as AP alí localizadas através de suas diferenças, uma vez que contituídas por categorias de manejo distintas.

Neste aspecto, as diferenças de constituição enquanto extensão de suas áreas territoriais, temporalidade de criação, organização sociocultural etc., também serviram para instigar o conhecimento dos problemas e as possíveis resoluções. Entretanto, um elemento

articulou a semelhança entre os *loci* de pesquisa a presença de populações indígenas e o fato de estarem localizadas em região da fronteira pan-amazônica. Nesse sentido, o quadro comparativo pôde ser articulado tomando-se por base os problemas comuns de lutas por direitos e de enfrentamento ao Estado usurpador.

Ao se deter na investigação das políticas públicas de turismo nas AP pan-amazônicas, com esta tese não se pretende esgotar tema complexo e ainda inovador enquanto pesquisa científica. Entende-se que as pistas deixadas precisam ser seguidas por outros estudos condizentes com a dinâmica do real e as transformações que os *loci* de pesquisa venham apresentar em futuro próximo. As mudanças postas pela dinâmica do real são fatores instigantes para que se produzam pesquisas científicas paradigmáticas e essenciais em todas as ciências, mas, nesse caso, para o avanço da ciência Turismo e, conseqüentemente, das Ciências Sociais Aplicadas.

REFERÊNCIAS

- ABSY, M. L. A origem, evolução e diversidade da vegetação do Bioma Amazônia. In: CICLO DE CONFERÊNCIAS 2013 BIOMA AMAZÔNIA. 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAPESP, 2013. p. 1-36.
- ACEVEDO, L. M. G. Cultura para consumir?: Los yagua y el turismo cultural en el Trapecio Amazónico. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 47, p. 113-136, 2011.
- ACHUNG, M. R. Crecimiento urbano de Iquitos: condicionamientos estructurales en la década del '70 y sus perspectivas. Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana – IIAP, **Documento Técnico n. 8**, jul. 1994.
- _____. El rol de la investigación en el desarrollo sostenible de la Amazonía. In: ACHUNG, M. R. **Amazonia hoy: políticas públicas, actores sociales y desarrollo sostenible**. Lima: IIAP; UNAP; PUCP, 1994. p. 199-212.
- ACHUNG, F. R. et al. Características de los suelos y capacidad de uso mayor de las tierras de la reserva nacional Pacaya-Samiria. **Folia Amazónica**, Iquitos, v. 8, n. 1, p. 29-63, 1996.
- ACRITICA. Áreas protegidas da Amazônia não possuem plano de manejo nem funcionários suficientes. **Acritica.com Online**. Manaus, 20 abr. 2011. Amazônia. Disponível em: <http://www.acritica.com.br/amazonia/Areas-protegidas-amazonia-funcionarios-suficientes_o_466153625.html>. Acesso em: 29 ago.2013.
- ACSERALD, H. Território e poder: a política das escalas. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 33-44.
- ACUÑA, C. **Novo descobrimento do Rio Amazonas**. Montevideu: Oltraver, 1994.
- ACUÑA, J. E. P. **Transformación urbana de Leticia. Énfasis en el período 1950-1960**. La construcción de una ciudad en la selva amazónica y en una región trifronteriza. 2. ed. Bogotá: Gente Nueva, 2014. 144 p.
- _____. Leticia, la transformación urbana de una ciudad amazónica y fronteriza. 1867-1960. In: BOTÍA, C. G. Z. (Edit.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia: UNAL; IMANI, 2012. p. 98-124.
- AGUILAR, H. C. El proceso de regionalización en el Perú: una solución para el desarrollo? **Revista Espacio y desarrollo**, Iquitos, n. 6, p. 1-51, 1994.
- ALBAGLI, S. Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. In: SEMINÁRIO SABER LOCAL/INTERESSE GLOBAL: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 1., 2005, Belém, **Anais...**Belém, CESUPA; MPEG, 2005. p. 17-27.
- ALBERTO, D. P. S. **Políticas públicas, turismo e unidades de conservação municipais: uma experiência em Cancão, Serra do Navio, Amapá**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado

em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 827 f. Tese (Doutorado Gestão e Políticas Ambientais)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

ALMEIDA, A. W. B de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA; UFAM, 2008.

ALVES, R. N. B.; HOMMA, A. K. O. **Amazônia, do verde ao cinza**. 2.ed. Belém: EMBRAPA, 2008. 243 p.

AMARAL, P. et al. **Áreas Protegidas no Sul do Estado do Amazonas**. 1.ed. Belém: IMAZON, 2012. .

AMAZONAS 2030. Disponível em: <<http://www.amazonas2030.net/es>> Acesso em: 17 jun. 2015.

AMAZONIAREAL. Peru declara emergência ambiental na Reserva Nacional Pacaya Samiria. Disponível em: <<http://www.amazoniareal.com.br/peru-declara-emergencia-ambiental-na-reserva-pacaya-samiria/21/5/2014>> Acesso em: 5 dez.2014.

ANCEL, J. **Geopolitique**. Paris: Delagrave, 1936.

_____. **Géographie des frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

ANSARAH, M. G. R. Teoria geral do turismo. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo, como aprender, como ensinar**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 11-36.

APARICIO, P. M.; BODMER, R. E. (Edit.). **Pueblos indígenas de la Amazonía peruana**. Iquitos: CETA, 2009.

APUD, I. **Ceremonias de ayahuasca: entre un centro holístico uruguayo y el curandeirismo amazónico peruano**. 2013. 184f. Tesis (Maestría de humanidades y arte) – Universidad Nacional de Lanús, Montevideo, 2013.

ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2009.

_____. Introdução ao estudo da migração interna na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração Interna na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2013.

ARAÚJO, J. J. C. N.; PAULA, E. A. Novas formas de desenvolvimento do Amazonas: uma leitura as nações do Programa Zona Franca Verde. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, n. 3 p. 140-154, 2009.

ARAUJO, C. M.; TASCHNER, G. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri: Manole, 2012. p. 69-86.

ARAUJO, M. N. F. **Governança ambiental e turismo: análise dos Parques Nacionais: Amazônia, Chapada das Mesas (Brasil) e Tortuguero (Costa Rica)**. 2015. 373 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

AROUCK, R. de C. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades**. Belém: NAEA: UFPA, 2002.

ASOCIACIÓN DE CABILDOS INDÍGENAS DEL TRAPECIO AMAZÓNICO – ACITAM. **Plan de vida de la asociación de cabildos indígenas del trapecio amazónico**. Leticia: ACITAM, 2008. 119 p.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 17-36.

BALIEIRO, L. F. de V.; NASCIMENTO, I. R. Tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as implicações com o narcotráfico. **Textos&Debates**, Boa Vista, n. 26, p. 85-98, 2015.

BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERÚ – BRCP. Síntesis económica de Loreto – enero 2013. Disponível em: <<http://www.brcp.gob.pe/docs/sucursales/iqitos/2013/sistesis-loreto-01-2013.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2013.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BIRD. Projeto de desenvolvimento regional do estado do Amazonas para o Programa Zona Franca Verde (PZF-BIRD). **Relatório de avaliação ambiental**. Manaus: BIRD, 2006. 206 p. (versão preliminar).

BANCO MUNDIAL. **Análisis ambiental del Perú: retos para un desarrollo sostenible**. Resumen Ejecutivo. [s.l:s.n.], 2007. 36 p.

BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. (Coord.). Formação de um ‘cluster’ em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS. **Texto para discussão**, n. 772. Brasília, DF, IPEA, dez. 2000.

BARBORAK, J. R. Concesiones turísticas en áreas protegidas: una idea vieja con nuevo ímpetu. **Revista Parques**, Bogotá, n. 1, p. 1-5, 2012.

BARCELOS, M. A. **Pensando a gestão das unidades de conservação no Brasil: o caso do parque nacional da Tijuca**. Disponível em: <<http://www.semeia.org.br/index.php/>> Acesso em: 23 jun. 2015.

BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BARRETTO, M. N. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

_____. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.

BAUMANN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BECKER, B. K. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: BASA, 2004.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BEDOYA, E. La economia familiar em la selva alta. In: HOPKINS, R.; FIGALLO, F.; RENIQUE, J. L. (Org.). **Debate agrario: análisis y alternativas**. Lima: CEPES, 1987. p. 37-54.

BENATTI, J. H. Ilhas e unidades de conservação: aspectos jurídicos. In: WORKSHOP DAS ILHAS DE BELÉM, 1., 1997, Belém. **Relatório...** Belém: SECAP; PMB, 1997.

BENAVIDES, M. **Amazonía 2009: áreas protegidas y territorios indígenas-Amazonía peruana notas para o mapa**. Lima: IBC, 2009. p. 1-6.

_____. **Amazonía peruana: el choque de dos visiones de desarrollo. La protesta indígena del 2008 y 2009 a los decretos legislativos que afectaban sus territorios**. Lima: IBC, 2010. p. 1-16. Disponível em: <<https://www.siteresources.worldbank.org/EXTARD/resources/336681-123646879081/benavidespaper.pdf>> Acesso em: 4 ago. 2013.

BENAVIDES, M.; SORIA, C. **Mapa Amazonía peruana 2011. Sistema de Información sobre Comunidades Nativas de la Amazonía peruana - SICNA**. Lima: IBC, 2011. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org>> Acesso em: 15 dez. 2013.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. Política e estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, n. 10, p. 7-17, 1999.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: ALEPH, 2006.

BERTALANFFY, L. v. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12.ed. Brasília: EdUnB, 2002. v. 2.

BODMER, R. E. et al. **Cambio climático y fauna silvestre en la Amazonía Peruana**. 1.ed. Iquitos: FUNDAMAZONIA, 2014. 254 p.

BONILLA, M. A. R. Sostenibilidad financiera del sistema nacional de parques nacionales naturales de Colombia. **Revista Medio Ambiente**, Bogotá, n. 2, p. 1-10, 2010.

BOTÍA, C. G. Z. Ciudades pares en la frontera amazónica colonial y republicana. In: _____. (Edit.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia: UNAL; IMANI, 2012. p. 21-44.

_____. (Edit.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia: UNAL; IMANI, 2012.

BOULLÓN, R. C. **Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos**. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 1993.

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **El oficio de científico: ciencia de la ciencia y reflexividad**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2003.

_____. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 693-733.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Lei n. 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei n. 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1979.

_____. **Lei Complementar n. 284**, de 22 de maio de 1985. Dispõe sobre a instalação de municípios e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1985.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, DF: Casa Civil, 2003.

_____. **Unidades de conservação da natureza**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 109 p.

_____. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira**. Brasília, DF: MMA, 2008. 112 p.

_____. **Lei do turismo e legislação correlata**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

_____. **Decreto n. 7.747**, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Brasília, DF: Casa Civil, 2012.

_____. **Portaria n. 125**, de 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

BRITO, D. C. de. **A modernização da superfície**: estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: NAEA; UFPA, 2001.

BRUYNE, P. de.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, UFRJ. v. 3, n. 4, 2003, p. 7-12. Disponível em: <<http://www.redalyc.org>>. Acessado em: 13 out. 2011.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BUTLER, R. W. **The tourism area life cycle**: applications and modifications. Toronto: [s.n.], 2006.

CALMET, G. S. de F. Las áreas naturales protegidas: un concepto del siglo XIX vigente en el siglo XXI para beneficio de la Amazonía peruana. In: Telefonica (Org.). **Iquitos**. Lima: Telefonica, 2014. p. 120-125.

CALCINA L.; HIDALGO, B. Conectividad y acceso a las tecnologías de información y comunicación en la Amazonía rural peruana: caso de la cuenca del río napo. **Folia Amazónica**, Iquitos, v. 23, n. 2, p. 187-198, 2014.

CAMPO, L. **El cultivo de la gamitana en latinoamerica**. Iquitos: IIAP; UNAP, 2015. 52 p.

CAMPOS, R. I. R. de. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico**: limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA). 2008. 396f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CAMACHO, J. H. **La biota amazónica colombiana**: consideraciones acerca de sus orígenes. Zonificación ambiental para el Ordenamiento Territorial en la Amazonia Colombiana. Bogotá: [s.n.], p. 15-23, 2001.

CARDOSO, I. C. C. **O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre**: contribuições à teoria social crítica. 2012. p. 1-21. Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1663/1159>> Acesso em: 7 mar. 2015.

CARNEIRO, E. **A conquista da Amazônia**. Brasília, DF: Ministério da Aviação e Obras Públicas, 1956.

CARVALHO, C. L. **Políticas públicas no turismo brasileiro: a cidade de São Paulo e a construção de sua identidade turística**. 2009. 253 f. **Tese** (Doutorado em Ciências da Comunicação, na Área de Relações Públicas, Propaganda e Turismo)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASEMENT, R. **Diario del Amazonas**. 2.ed. Lima: CETA; UCP, 2014. 209 p.

CASTELLI, G. **Turismo: atividade marcante do século XXI**. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

CASTRO, R. M. **Guía de manejo de conflictos y gestión comunal participativa**. 1. ed. Iquitos: CETA, 2003. 35 p.

CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP, 1997.

CASTRO, E. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, M. C. N. et al (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP: UFPA; NAEA, 2001. p. 7-32.

_____. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: BASA, 2004. v. 1, p. 45-78.

_____. A Amazônia e seu lugar central na integração sul-americana. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2008. p. 21-45.

_____. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Org.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p.105-122.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTAÑEDA, G. A. P. **Fiebre de tierra caliente: una historia ambiental de Colombia 1850-1930**. Bogotá: ILSA, 2006. 183 p.

CASTELLI, G. **Turismo: atividade marcante do século XX**. 1.ed. Caxias do Sul: Universidade Federal de Caxias do Sul, 198. 146 p.

CATAIA, M. A. **Fronteiras: territórios em conflitos**. Disponível em: <<http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/.../4296/3309>>. Acesso em: 10 set. 2011.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1999.

CENTRO AMAZÓNICO DE ANTROPOLOGÍA Y APLICACIÓN PRÁCTICA – CAAP. Los decretos legislativos que afectan derechos fundamentales de los pueblos indígenas de la Amazonía Peruana. **Documento de Trabajo**. Iquitos: CAAP, 2009.

CÉSAR, P. A. B.; STIGLIANO, B. V.; RAIMUNDO, S. Introdução ao ecoturismo. In: ALMEIDA, R. A. de.; TRIGO, L. G. G.; LEITE, E.; MALCHER, M. A. (Coord.). **Ecoturismo**. Brasília: MTUR; AVT; IAP; USP, 2007. p. 7-38. (Caminhos do Futuro).

CESAR, A. M. R. V. C. **Método do estudo de caso (case studies) ou método do caso (teaching cases)?** uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em administração. São Paulo: Mackenzie, 2006.

COELHO, M. C. N. et al. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão e desenvolvimento regional. Belém: CEJUP; NAEA; UFPA, 2001.

COOPER, C. et al. **Turismo**: princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2007.

COLÔMBIA. **Lei n. 4.117** de 27 de agosto de 1993. Modifica o artigo 55 da constituição política da Colômbia. Bogotá, 1993.

_____. **Decreto n. 2164** de 07 de dezembro de 1995. Regulamenta parcialmente o Capítulo XIV da lei 160 de 1994. Bogotá, 1995.

_____. **Decreto n. 622** de 16 de março de 1977. Regulamenta parcialmente o Capítulo V, Título II, Parte XIII, Libro II do decreto-lei N° 2811 de 1974. Bogotá, 1977.

_____. **Lei n. 1558** de 10 de julho de 2012. Modifica a lei 300 de 1996, lei 1101 de 2006 e dita outras disposições. Bogotá, 2012.

CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONOMICA Y SOCIAL – CONPES. **Lineamientos para la Consolidación del Sistema Nacional de Áreas Protegidas**. Bogotá: DNP, 2010.

_____. **Política Sectorial de Turismo**. Bogotá: DNP, 2005.

_____. **Lineamientos para promover la participación privada en la prestación de Servicios ecoturísticos en el Sistema de Parques Nacionales Naturales – SPNN**. Bogotá: DNP, 2004.

CONTRERAS, C. Los ingresos fiscales en el Perú desde el final de la guerra con Chile hasta el presente. **Revista Economía**, Perú, n. 20, p. 39-40, 1997.

CONTRERAS, C.; CUETO, M.; Caminos, ciencia y Estado en el Perú, 1850-1930. **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 635-655, 2008.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS – CIDH. **Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y contacto inicial en las Américas**: recomendaciones para el pleno respeto a sus derechos humanos. Disponível em: <<http://www.cidh.org>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. Diagnóstico Sociodemográfico de los Pueblos Indígenas de Perú. **Documento de proyecto**. 2010.

COPOBIANCO, J. P. As unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). **Documentos do ISA**, n. 1, 1996.

CORAL, M. P. El malecón y el río. In: VILLAREJO, A. A. et al. (Edit.). **Iquitos**: una ciudad y un río. Iquitos: CETA, 2011. p. 115-126.

CORIOLOANO, L. N. O ecoturismo e os hospedes de natureza. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia do turismo**. Caxias do Sul: EducS, 2002.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COREPASA. **Plan Maestro de la Reserva Nacional Pacaya Samiria**. [s.l.]: Imprenta DESA, 1986. 239 p.

CORPORACION PERUANA DE AEROPUERTOS Y AVIACION COMERCIAL S.A. – CORPAC S.A. **Memoria CORPAC S.A.** 2013. Disponível em: <http://www.corpac.gob.pe/docs/memorias_corpac/memoria2013.pdf> Acesso em: 15 jan. 2014.

COSTA, F. de A. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea. **Papers**, Belém: NAEA, n. 145, maio, 2000.

COSTA, F. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia**: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: CEJUP, 1998.

COSTA, K. S. Apontamento sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **FLACSO Brasil**, n. 3, p. 1-25, 2009.

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta Botânica Brasileira**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.

CHAPARRO, Olga Lucía. **Construyendo Agenda 21 para el Departamento de Amazonas**: una construcción colectiva para el Desarrollo Sostenible de la Amazonia Colombiana. Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas-Sinchi, 2007. 54 p.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Braga, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CHIRIF, A. **Petróleo y pueblos indígenas de Loreto**: una visión histórica. Foro “40 años de explotación petrolera en Loreto. Lecciones aprendidas” Iquitos: SPDA, 2011. p. 1-10.

_____. **Derechos indígenas en la Legislación peruana**. Informe final. Territorios seguros para las comunidades en el Perú. Lima: IBC, 2012, 37 p.

CHIRIF, A. La época del caucho: una historia trágica y mal conocida. In: TELEFONICA (Org.). **Iquitos**. Lima, 2014. p. 46-53

CHOCANO, D. M.; BAQUERIZO, A. M. Arqueología y etnología en la reserva natural Pacaya-Samiria. In: TELEFONICA (Org.). **Iquitos**. Lima, 2014. p. 16-21.

CRUZ, S. H. R. **Turismo, fronteira e desenvolvimento na Pan-Amazônia**: trajetórias entre o Brasil e a Guiana Francesa. 2010. 369 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CRUZ, J. G. da. **Abordagem sociológica sobre os Tikuna no contexto contemporâneo**. Manaus: Centro Cultural dos Povos da Amazônia, 2006.

CUEVAS RAMÍREZ, A. **25 Años del Festival de la confraternidad Amazónica**. 1.ed. Colombia: Gente Nueva, 2013. 230 p.

CYPRIANO, W. M. A geopolítica do projeto SIVAM/SIPAM para a Amazônia. **Revista Geo-Paisagem** [on line], ano 5, n. 10, jul./dez. 2006.

DANCOURT, O.; MENDONZA, W.; VILCAPOMA, L. **Fluctuaciones económicas y shocks externos**, Perú 1950-1996. 1997. p. 1-38. Disponível em: <<http://www.departamento.pucp.edu.pe/economia/iimages/documentos/ddd135.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2015.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1. p. 45-48.

DEFLER, T. R. Conservación y la Amazonia colombiana. In: FRANKY CALVO, C. E.; ZÁRATE BOTÍA, C. G. **Imani mundo**: estudios en la Amazonia colombiana. Bogotá: Unibiblos, 2001. p. 105-142.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E INFORMAÇÕES – DEPI. **Produto interno bruto do estado do Amazonas**. Manaus: SEPLAN, 2014. Disponível em: <http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/pib-trimestral-do-amazonas-do-4o-trimestre-2014.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2014.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. **Informe de Coyuntura Económica Regional – ICER** – Departamento del Amazonas. Bogotá: DANE; Banco de la Republica, 2012.

_____. **Información estadística:** proyecciones de población indígena en resguardos – Vigencia 2012, Corte: dic. 30 2011. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/index.php>> Acesso em: 12 out. 2012.

_____. **Codificación de la división político administrativa de Colombia - DIVIPOLA.** Disponível Em: <<http://www.dane.gov.co/index.php/esp/nomenclaturas-y-clasificaciones/divipola>> Acesso em: 12 out. 2012.

_____. **Boletín Censo General 2005:** perfil Departamental Amazonas. Bogotá: DANE, 2010.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artemed Bookman, 2006. p. 16-41.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012. 252 p.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2008.

DÍAZ ÍSMODES, J. Algunas características demográficas de la Amazonia peruana. In: ARAGÓN, L. E. **Populações da Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, 2005. p. 43-44.

DÍAZ, R. E. L.; PERDOMO, N. J. C. Comunidades indígenas: víctimas pasivas o agentes reflexivos frente al ecoturismo? Algunas consideraciones a partir de un proceso de intervención en el Trapecio Amazónico. **Revista del Departamento de Trabajo Social,** Bogotá, n. 9, p.75-87. 2007.

DIAZ, M. R. O.; MORA, R.; INFANTE, J. A. R. Ecoturismo: diagnóstico y propuesta estratégica para la oferta de destinos ecoturísticos en Colombia por parte de las agencias de turismo localizadas en Bogotá, D.C. **Cuadernos Latinoamericanos de Administración.** Bogotá, v. 9. n.17, p. 7-28.

DIÉGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB, 1994.

D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: MPEG, 1995.

DINIZ, C. C. A questão regional e as políticas públicas governamentais no Brasil. **Texto para discussão,** Belo Horizonte: CEDEPLAR; FACE; UFMG, n. 159, p. 2-18, 2001.

DIRECCION REGIONAL DE COMERCIO EXTERIOR, TURISMO Y ARTESANIA – DIRCETURA. **Plan de Acción:** ente gestor destino turístico río Amazonas – Perú – 2009-2008. Iquitos: DIRCETURA, 2008. 42 p.

DOUROJEANNI, M. J. **Loreto sostenible al 2021**. 1.ed. Lima: DAR, 2013. 356 p.

_____. Doce perguntas para construir el futuro de Loreto. In: TELEFONICA (Org.). **Iquitos**. Lima, 2014. p. 126-131.

_____. Ocupación humana y áreas protegidas de la Amazonia del Perú. **Ecología Aplicada**, Lima, v. 13, n. 2, p. 225-232, 2014.

EASTON, D. **Modalidades de análise política**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1970.

ECHEVERRI, J. A.; NIÑO, C. P. (Edit.). **Amazonia colombiana: imaginarios y realidades**. Bogotá: UNAL; IMANI, 2012.

ECHEVERRI, J. A.; FRANKY CALVO, C. E.; ZÁRATE BOTÍA, C. G. Mundo Imani: introducción. In: FRANKY CALVO, C. E.; ZÁRATE BOTÍA, C. G (Edit.). **Imani mundo: estudios en la Amazonia colombiana**. Bogotá: Editorial Unibiblos, 2001. p. 11-26.

ELBERS, J. **Las áreas protegidas de América Latina: situación actual y perspectivas para el futuro**. Quito: UICN, 2011. 227 p.

EL COMERCIO. **Portafolio Economía & Negocios**. 18 mar. 2014. Las concesiones forestales no deben generar conflictos. Disponível em: <<http://www.elcomercio.pe/economia/peru/concesiones-forestales-no-deben-generar-conflictos-noticia-1716757>> Acesso em: 5 maio, 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO – EMBRATUR. **Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos**. Gerencia de Programas Nacionais: Supervisão de Projetos de Descentralização. Brasília, DF: EMBRATUR, 2002. 156p.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA – INFRAERO. **Anuários Estatísticos Infraero (2010-2014)**. Disponível em: <www.infraero.gov.br/index.php/estatisticas-dos-aeroportos.html> Acesso em: 2 fev. 2015.

ESTERCI, N. **Populações tradicionais**. Instituto Socioambiental – ISA. Disponível em: <<http://www.isa.com.br>>. Acesso em: 1 set. 2014.

EUZÉBIO, E. F. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)**. 2011. 168 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

EWERTON, M. D. **Organização social em reservas extrativistas: a reserva extrativista marinha de Soure**. 2007. 79 f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social)- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FARIA, I. F. **Turismo: Sustentabilidade e Novas Territorialidades**. 1.ed. Manaus: EDUA, 2001. 127 p.

FEARSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, v. 36, n. 3, 2006. p. 395-400.

FENELON, D. Pesquisa em história: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 119-136.

FENNELL, D. **Ecoturismo**: uma introdução, São Paulo: Contexto, 2002.

FERRAZ, J. A. Políticas públicas e planejamento estratégico em clusters de turismo: dimensão jurídica. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012. p. 317-330.

FERRARINI, S. A. **Encontro de civilizações**: o alto Solimões e as origens de tabatinga. Manaus: Valer, 2013. 269 p.

FERNANDES, A. S. A. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro. In: DANTAS, H.; MARTINS JR, J. P. (Org.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2006. p. 129-166.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: ROCA, 2002.

FIGUEIREDO, S. J. L. (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 1999.

FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONTAINE, L. Intercambios de frontera y solidaridad social em La Pedrera. In: FRANKY CALVO, C. E.; ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Edit.). **Imani mundo**: estudios en la Amazonia colombiana. Bogotá: Editorial Unibiblos, 2001. p. 271-288.

FONTAINE, G. La globalización de la Amazonía: una perspectiva andina. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 25, p. 25-36, 2006.

FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. 1.ed. São Paulo: Radical Livros, 2009. 213 p.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun. 2000.

FRITZ, S. **O diário do Padre Samuel Fritz**. (Com introdução e notas de Rodolpho Garcia). [s.l.: s.n.], [18--?]. p. 355-397.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL – FAS. **Programa bolsa floresta**. Disponível em: <<http://www.fas-amazonas.org>> Acesso em: 7 maio, 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. **Distritos sanitários:** Alto Solimões. Disponível em: <http://www.sis.funasa.gov.br/portal/imagens/mapas_dsei/7.jpg>. Acesso em: 14 set. 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **O que é terra indígena.** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo>>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-solimoes>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Instrução normativa Nº 03** de 11 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Brasília, DF:, 2015.

_____. **Projeto integrado de proteção às populações e terras indígenas da Amazônia legal – PPTAL.** Levantamentos básicos etnoecológicos em terras indígenas na Amazônia brasileira: uma metodologia – versão revista e ampliada. Brasília: FUNAI, 2004.

_____. Despacho n. 39, de 27 de dezembro de 1996. Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tukuna Umariáçu. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de janeiro de 1997, Seção 1, p. 657-659.

FUKS, M. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24, 2000, Petrópolis. **Encontro...** Rio de Janeiro, 2000. p. 2-20.

FUTADA, S. de M. Avanços normativos e estruturais do SNUC na Amazônia Legal. In: VERISSIMO, A. et al. **Áreas protegidas na Amazônia brasileira:** avanços e desafios. Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 36-42.

FURTADO, L. G. **Currallistas e redeiros de Marudá:** pescadores do litoral do Pará. Belém: MPEG, 1987.

FRANCO HERNÁNDEZ, F. Globalización de la Amazonia: megaproyectos, TLC y Cocaína. In: ECHEVERRI, J. Á.; NIÑO, C. P. (Org.). **Amazonia Colombiana: Imaginarios y Realidades.** Bogotá: UNAL; IMANI, 2011. P. 475-487.

GALARZA, E.; GÓMEZ, R.; GONZÁLES, L. A. **Ruta hacia el desarrollo sostenible del Perú.** 1.ed. Lima: Centro de Investigación de la Universidad del pacifico (CIUP). Documento de trabajo. 2002.

GALDINO, L. C. F.; COSTA, M. L. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. **Revista do Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, 2011.

GARCÉS, C. L. L. Pueblos indígenas, fronteras y estados nacionales: reflexiones histórico-antropológicas desde las fronteras Brasil-Colombia-Perú y Brasil-Francia. **Mundo Amazónico**, Bogotá, v.2, p. 155-178, 2011.

_____. **TIKUNAS brasileiros, colombianos e peruanos**: etnicidade e nacionalidade na região das fronteiras do Alto Amazonas/Solimões = Tikunas brasileños, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del Alto Amazonas/Solimões. Belém: MPEG, 2014. 658 p.

GASCHÉ SUESS, J. El bosquesino urbano en los barrios periféricos de Iquitos. In: TELEFONICA (Org.). **Iquitos**. Lima, 2014. p. 188-193.

_____. Para que sirve el concepto de sociedad bosquesina? **Folia Amazónica**, Iquitos, v. 16, n. 1, 2007. p. 81-88.

GASCHÉ SUESS, J.; VELA MENDOZA, N. **Sociedad Bosquesina**. 1.ed. Tomo I. Iquitos: IIAP; CIES; CIAS, 2011. 292 p.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios de antropologia interpretativa. Petropolis: Vozes, 1997.

G1AMAZONAS. **Aeroporto de Tabatinga passará por obra de reforma e ampliação no AM**. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/10/aeroporto-de-tabatinga-passara-por-obra-de-reforma-e-ampliacao-no-am.html>> Acesso em: 20 nov. 2013.

GIUSSEPE, L. A. **Programa de investigación en biodiversidad Amazónica - PIBA**. Desarrollo de conocimientos e instrumentos de gestión de la biodiversidad y la promoción de ecoturismo. Disponível em: <<http://www.iiap.org.pe/iiapinfo.aspx?>> Acesso em: 20 nov. 2013.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, E. L. S. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GONZÁLEZ HERRERA, M. Puesta en valor turístico sustentable de la Amazonia Peruana. **Revista Teoría y Praxis**, n. 5, p. 247-267, 2008.

GORINI, A. P. F.; MENDES, E. F.; CARVALHO, D. M. P. Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do parque nacional do Iguaçu. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 171-210, set. 2006.

GOULARD, J-P. Un objeto ritual: el chine o escudo de baile de los ticuna. In: MYERS, T.; CIPOLLETTI, M. S. (Org.). **Bas bonner americanistische studien**, Bonn, Bonn Universität, n. 36, p. 47-62, 2002.

GOVERNO DA COLOMBIA. **Decreto n. 2.811**, de 18 de dezembro de 1974. Código Nacional de Recursos Renovables y de Protección al Medio Ambiente. Bogotá: Presidencia de la Republica, 1975.

_____. **Decreto n. 2.915**, de 31 de dezembro de 1944. Por el cual se organiza la Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales, se asignan y se dictan otras disposiciones. Bogotá: Ministerio del Medio Ambiente, 1999.

_____. **Decreto n. 622**, de 16 de março de 1977. Reglamenta parcialmente: el capítulo V título II parte XIII del Decreto Ley 2811 de 1974 sobre sistema de parques nacionales, la Ley 23 de 1973 y la Ley 2 de 1959. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.co/paginas/presidencia.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **Lei n. 160**, de 3 agosto de 1994. Normas sobre Resguardos Indígenas. Bogotá: INCORA, 1994.

_____. **Decreto n. 2.164**, de 7 dezembro de 1995. Por el cual se reglamenta parcialmente el [Capítulo XIV de la Ley 160 de 1994] en lo relacionado con la dotación y titulación de tierras a las comunidades indígenas para la constitución, reestructuración, ampliación y saneamiento de los Resguardos Indígenas en el territorio nacional. Bogotá: Presidente de la Republica, 1995.

_____. **Política Nacional de Turismo. Plan Sectorial de Turismo 2008-2010**. Bogotá: MINCIT, 2008. Disponível em: <<http://www.mincit.gov.co/paginas/descargar.php?>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **Plan de Manejo Parque Nacional Natural Amacayacu – 2004**. Disponível em: <<http://www.parquesnacionales.gov.co>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

GOVERNO DA COLÔMBIA. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.co/paginas/presidencia.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

GOVERNO DO PERU. Disponível em: <<http://www.peru.gob.pe/>>. Acesso em 10 ago. 2011.

_____. **Plan de uso Turístico y Recreativo**. Iquitos: MINAM, 2012. 63 p.

GOVERNO REGIONAL DE LORETO – GOREL. **Plan Estratégico Regional de Turismo**. Iquitos, 2007. 24 p.

_____. **Mapa de áreas naturales protegidas de la región Loreto**. Publicado en noviembre de 2012. Sistema de Información Ambiental Regional (SIAR). Disponível em: <http://www.siar.regionloreto.gob.pe/index.php?accion.ver=elemento...>> Acesso em: 5 jan. 2015.

GRIMM, I. J. et al. Políticas públicas do turismo e sustentabilidade: a interrelação na esfera nacional, estadual e local. **Revista Turismo e Ação**, Santa Catarina, n. 1, p. 95-111, 2013.

GROS, C.; SÁNCHEZ, L. F. Fronteras indígenas de América latina: de la marginación a la integración. **Mundo Amazónico**, Bogotá, v. 2, p. 95-100, 2011.

GUERRA, L.; FERNANDES, M. (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA; UFPA, 2006.

GUIMARÃES, F. R. Um novo olhar sobre o objeto da pesquisa em face da abordagem interdisciplinar. In: FERNANDES, A.; GUIMARÃES, F. R.; BRASILEIRO, M. do C. E. (Org.). **O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação**. São Paulo: Biruta, 2002. p. 13-25.

GUIMARÃES, R. G. Turismo em Terras Indígenas já é fato: quem se arrisca? **Dialogando no Turismo**, São Paulo, n. 1, p. 15-42, 2006.

GUTIÉRREZ MORALES, L. W. **Bienaventuranzas verdes y otros poemas amazónicos**. 1. ed. Iquitos: Imazonia, 2013. p. 16-18.

GUTIÉRREZ REY, F.; ACOSTA MUÑOZ, L. E.; SALAZAR CARDONA, C. A. **Perfiles urbanos en la Amazonia Colombiana: un enfoque para el desarrollo sostenible**. Bogotá, Colômbia: SINCHI, 2003.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAYASHI, S; SOUZA JR., C.; PEREIRA, K. Monitoramento do desmatamento em áreas protegidas do Pará. **O estado da Amazônia**, IMAZON, n. 11, jun. 2009.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 1. p. 41-88.

HOERNER, J. M. **Geopolítica do turismo**. 1. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2011. 195 p.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: transformando a segunda natureza degradada para uma terceira natureza mais sustentável. In: DINIZ, M. B. (Org.). **Desafios e potencialidades para a Amazônia do Século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011. p. 41-70.

HOUSE, J. W. The frontier zone: a conceptual problem for policy makers. **International Political Science Review**, Internacional Political Science Association, v. 1, n. 4, p. 456-477, 1980.

HUALLPA, L. L. Procesos migratórios en la amazonia peruana: una mirada a las migraciones internacionales. In: ARAGÓN, L. E. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p. 97-114.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. et al. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP, 2001. p. 177-283.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **Cidades.** Tabatinga. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadessat/topwindowdown.htm?1>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **Cidades.** Histórico de Tabatinga. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadessat/topwindowdown.htm?1>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Notas técnicas.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Microrregião do Alto Solimões.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadessat/microrregionalaltosolimoes>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

INFOAMAZONIA. Loreto: aprovechamiento de huasaí en la Reserva Nacional Pacaya Samiria. Disponível em: <<http://www.infoamazonia.org/es/2015/04/loreto-explotation-of-acai-in-the-pacaya-samiria-national-reserve/>> Acesso em: 30 maio, 2015.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS – IIDH. Encuentro estratégico de Organizaciones-redes por la ciencia. Costa Rica: IIDH, 2003. 55 p.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AUGUSTÍN CODAZZI – IGAC. **Atlas básico de Colombia.** Tomos I e II. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2008.

_____. **Mapa del departamento del Amazonas.** Disponível em: <<http://www.mapas.owje.com>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

INSITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZONIA – IMAZON. **Combate a crimes ambientais em Áreas Protegidas no Pará.** Disponível em: <<http://www.imazon.org.br>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal.** 2014. 10 p. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/pdfimazon/português/transparencia_florestal/amazonia_legal/sad_outubro2014.pdf> Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal.** 2015. 10 p. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/pdfimazon/português/transparencia_florestal/amazonia_legal/sad_marco2015.pdf> Acesso em: 20 fev. 2015.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES DE LA AMAZONÍA PERUANA – IIAP. **Viabilidad Económica de la Pesca Artesanal en el Departamento de Loreto.** Iquitos: Servicios Generales “Imagen Amazonía”, 2009. 47 p.

_____. **Presentación.** Disponível em: <<http://www.iiap.org.pe/IIAPinfo.aspx?Tabid=1>> Acesso em: 5 jan. 2015.

_____. **Amazonía Peruana: visión de desarrollo, potencialidades y desafíos.** 2009. Disponível em: <<http://www.iiap.org.pe/cdpublicaciones2011/documentos/pdf/agenda/13.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA.** Disponível em: <[HTTP://www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA – INEI. **Censos nacionales 2007:** XI de población y VII de vivienda. Perfil sociodemográfico del Departamento de Loreto. Lima, 2007. Disponível em: <<http://www.inei.gob.pe>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Áreas naturales protegidas;** Perú 2008. Disponível em: <<http://www.inei.gob.pe>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Estado de la población peruana 2014.** Lima: INEI, 2014. 48 p. Disponível em: <<http://www.inei.gob.pe>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. **Compendio estadístico Perú 2014.** Turismo. Disponível em: <http://www.inei.gob.pe/media/menurecursivo/publicaciones_digitales/est/lib1173/cap20/cap20.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Perú: principales indicadores departamentales 2009-2015.** Lima: INEI, 2015. 588 p. Disponível em: <http://www.inei.gob.pe/media/menurecursivo/publicaciones_digitales/est/lib1340/index.html>. Acesso em: 3 dez. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS NATURALES – INRENA. **Plan de Uso Turístico de la Reserva nacional Pacaya Samiria.** Iquitos, 2002. 98 p.

INSTITUTO NACIONAL DE PESCA Y ACUICULTURA – INPA. **Resolución n. 70,** de 28 de fevereiro de 1995. Por la cual se establecen las medidas pertinentes para el cumplimiento de la veda de pesca de los camarones de aguas someras del océano pacifico colombiano. Bogotá: INPA, 1994.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Lançados editais de terceirização de serviços turísticos em três parques nacionais.** 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/noticias/lancado-editais-de-tercerizacao-de-servicos-turisticos-em-tres-parques-nacionais>> Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Ticuna.** Disponível em: <<http://www.pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna/1343>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Localização e extensão das TIs.** Disponível em: <<http://www.pib.socioambiental.org/pt/terras-indigenas/demarcacoes-e-extensao-das-tis>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. **Povos indígenas no Brasil.** Disponível em: <<http://www.pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

INSTITUTO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. **A comissão nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais na visão de seus membros:** relatório de pesquisa. Brasília, 2012.

IRVING, M. A. et al. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. 2005. p. 1-7. Disponível em: <http://www.feg.unesp.br/-delamaro/para_leitura_bolsista_2010/revisitando_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: Inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

IZAGUIRRE, I. **Los Desaparecidos: recuperación de una identidad expropiada**. 1.ed. Buenos Aires, 1992.

JAFAR, J.; RITCHIE, J. R. B. Towards a framework for tourism education. **Annals of Tourism Research**, v.6, n. 4, p.390-407, 1981.

JANÉR, A. **Turismo e parques nacionais: estudo de caso**. Instituto ecobrasil, maio 2003, p. 1-28. Disponível em: <<http://www.ecobrasil.org.br>> Acesso em: 22 jun. 2015.

JANER, I. E. C. **Turismo y conservación en la Amazonia Colombiana**. 2010. 183f. Dissertação (Maestría en Estudios Amazónicos)- Instituto Amazónico de Investigaciones, Universidad Nacional de Colombia, Leticia, 2010.

JANTSCH, E. Inter-and Transdisciplinary university: a systems approach to education and innovation. **Policy Sciences**, v. 1, n. 1, p. 403-428, 1970.

JAPIASSÚ, H. **Para ler Bachelard**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 139-153.

KRAFT, K. **La consumición turística**. Traducción de Francisco Muñoz de Becatora. Editado por Zumed. Metzen 2004; Accesible a texto completo en;<<http://www.zumed.net/curscon/libreria/102paginas>>. La consumición turística: una contribución a la teoría de la consumición>. Acesso em: 28 ago. 2013.

LEAL, S. R. Pesquisa em turismo no Brasil: uma revolução silenciosa? **Revista Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 144-147, abr. 2011.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: FURB, 2000.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEIPER, N. The framework of tourism: Toward a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. **Annals of Tourism Research**, n. 6, 340-407, 1979.

LENÁ, P.; OLIVEIRA, A. E. (Org.). **A fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: CEJUP; MPEG, 1992.

LIMA, A. Um pouco sobre a Amazônia Legal. In: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: os desafios das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 359-360.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1999.

LONDOÑO, Y. O. G.; CHARRY, J. A. **La regulación de las áreas protegidas en Colombia frente a las políticas de ecoturismo. Estudio de caso parque nacional natural Los Nevados**, 2011. 96f. (Trabalho de Conclusão de Curso)- Facultad de ciencias sociales y derecho - Universidad ICESI, Santiago de Cali, 2011.

LOSONCZY, A. M. La selva viajera: rutas del xamanismo ayahuasquero entre Europa y América. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 164-183, 2010.

LOTERO CONTRERAS, J.; GÓMEZ VARGAS, A. B.; ARCILA, M. Políticas públicas y turismo en las regiones rurales de Antioquia, Colombia: aproximaciones desde el enfoque de sistemas productivos territoriales y redes institucionales. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, [s.l.], v. 5, n. 61, p. 24, abr. 2011. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1204>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

LUCA, A. Q. de; BRIANEZ, T.; SORRENTINO, M. O conceito de comunidade na educação ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis, **Anais...Florianópolis**, 2010. p. 1-17.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: CHRISTOFOLETTI, A.; BECKER, B. K.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

_____. **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade**. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_06_lia_osorio.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIDADES DE FRONTEIRA, 2, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...Foz do Iguaçu**, 2007. p. 59-71.

MACIAS, F. L. El papel del derecho en la conservación y desarrollo de la Amazonia. **Revista Colombia Amazónica**, Colombia, n. 4, p. 5-26, 2011.

MAIMON, D. A economia e a problemática ambiental. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED, 1993. p. 45-77.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1975.

_____. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26, 27, p. 149-158, 1990/1991.

_____. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p. 11-25.

MARQUES, F. L. T. **Arqueoturismo no estuário amazônico**: uma abordagem arqueológica. Belém: MPEG, 2007.

MARTÍN, M. M. C.; GUERRA, R. P. **Comentarios a la Ley General de Turismo de Colombia tras la reforma del año 2012**. 2013. p. 1-22. Disponível em: <http://www.ual.es/revistainternacionaldedoctrinayjurisprudencia/pdfs/2013-07/articulos_comentarios-a-la-ley-general-de-turismo.pdf> Acesso em: 30 nov. 2014.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, I. R. S; COUTINHO, H. R. M. Turismo em áreas indígenas. **Revista Eletrônica Aboré**, Manaus, edição 3, p. 3, 2007.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, K. O fetichismo da mercadoria. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. v. 1. p.79-93.

MATIAS, M. **Turismo**: formação e profissionalização: 30 anos de história. São Paulo: Manole, 2002.

MATTOS, J. W. **Roteiro da viagem do vapor Monarcha desde a Cidade da Barra do Rio Negro, capitania da Provincia do Amazonas, até a proporção de Nauta, na República do Peru**. Rio Negro: [s.n.], 1854.

MATUTE, J. Las áreas naturales protegidas del Perú... un acercamiento al marco conceptual e institucional. **Kanatari**, Iquitos, n. 1500, p. 85-95, 2013.

MCKERCHER, B. **Turismo de natureza**: planejamento e sustentabilidade. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2002. 303 p.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2005. p. 41-64.

MEDEIROS, R. et al. **Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional**: sumário executivo. Brasília, DF: UNEP-WCMC, 2011.

MEGGERS, B. J. **Amazonía, un paraíso ilusório**. México: Siglo XXI, 1976. 248 p.

MEJÍA CUBILLOS, I. Y. Experiencias, riesgos y potencialidades del turismo amazónico en Colombia. In: OCHOA ZULUAGA, G. I. **Turismo en la Amazonia: entre el desarrollo convencional y las alternativas ambientales amigables**. Bogotá: Guadalupe; Universidad Nacional de Colombia. 2008. p. 85-98.

MENDES, A. D. (Org.). **A Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

MÉNDEZ, D. C. **El Sistema Nacional de Areas Protegidas (SINAP) como una estrategia de Ordenamiento Ambiental Territorial**. Zonificación ambiental para el Ordenamiento Territorial en la Amazonia Colombiana, Bogotá, p. 39-40, 2001.

MENDONÇA, T. C. de M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MESA, G. M. V. L. de. **Território e poder: a formação socioespacial colombiana**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção: oportunidades para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1; 1997, Curitiba, **Anais...** Curitiba: IAP; UNILIVRE; RNPUC, 1997. p. 3-21.

MIYAMOTO, S. Amazônia, política e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2008. p. 65-97.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINISTERIO DA SAUDE. SecretariA Especial de Saude Indigena – SESAI. Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SISAI. Disponível em: <<http://www.portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/inicial/secretarias/secretaria.sesai>> Acesso em: 20 out.2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Comissão demarcadora de limites**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Oportunidades de negócios em serviços Brasil e Colômbia**. Brasília, DF, 2008.

_____. **Oportunidades de negócios em serviços Brasil e Peru**. Brasília, DF: MDIC, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Florestas do Brasil em resumo – 2010**. Dados de 2005-2010. Brasília, DF, 2010. 152 p. .

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília, DF, 2013. 27 p.

MINISTERIO DE COMERCIO, INDUSTRIA Y TURISMO – MINCOMERCIO. **Plan Sectorial de Turismo 2014-2018**. Bogotá, 2014.

MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE – MINAMBIENTE. **Política Nacional de Biodiversidad**. Bogotá, 1995, 34 p.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO SOSTENIBLE – MADS. **Pacto intersectorial por la madera legal en Colombia**. Bogotá: Informe de gestión, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC**. Brasília, DF, 2010.

MINISTÉRIO DE COMERCIO EXTERIOR Y TURISMO – MINCETUR. **Decreto Supremo N° 001-2010-MINCETUR**, de 04 de Janeiro de 2010. Modifican reglamento de organización y funciones del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo. Lima, 2010.

MINISTERIO DEL AMBIENTE – MINAM. **Cuarto informe nacional sobre la aplicación del convenio de diversidad biológica años 2006-2009**. Apéndices, y Anexos áreas protegidas. Lima: 2010. Cap. 1,2,3,4 4184p. Disponible em: <http://www.minam.gob.pe/diversidadbiologica/wp-content/uploads/sites/21/2013/10/cuarto-informe_convenio-de-diversidad-biologica.pdf> Acceso em: 13 jan. 2015.

_____. **Mapa de deforestación de la Amazonía peruana 2000**. Lima, 2009. 22 p. Disponible em: <http://www.geoservidor.minam.gob.pe/geoservidor/archivos/memoria/DEFORESTACION_parte1.pdf> Acceso em: 13 jan. 2015.

MONTEFERRI, B. **Oportunidades para el turismo en la Reserva Nacional Pacaya Samiria**: invirtiendo en conservación con responsabilidad. Lima: INRENA, 2007.

MONTEIRO, A. A. A. et al. **O espaço amazônico**: sociedade e meio ambiente. Belém: UFPA; NPI, 1997.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Anablume; FAPESP, 2001.

MOTTA, J. A. La frontera en el espacio urbano: expresiones del límite entre Leticia (Colombia) y Tabatinga (Brasil). **Revista Mundo Amazónico**, Leticia, v. 2, p. 199-223, mar. 2011.

MOTTA, J. M. A. Comercio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga. In: BOTÍA, C. G. Z. (Edit.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia: UNAL, 2012. p. 2005-235.

MUNICIPIO DE LETICIA. **Plan de Desarrollo Municipal**. Leticia productiva y competitiva. Leticia: Consejo Municipal de Leticia, 2012.

NABAROA LETURIA, N. Tikunas o Ticunas: cuatro propuestas ortográficas para una lengua. **LIAMES – Lenguas Indígenas Americanas**, p. 145-168, 2011.

NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2008.

NEBEL, G.; GRADSTED, J.; VEJA, A. S.; Deposito de detrito, biomasa y producción primaria neta en los bosques de la llanura aluvial inundable de la Amazonia peruana. **Folia Amazónica**, Iquitos, n. 11, p. 1-2, 2000.

NEYRA, J. G. **Los que llegaron después...** Estudio del impacto cultural de las denominaciones religiosas no católicas en Iquitos. Iquitos: CETA, 1992. 381 p.

NEVES, W.; ZANINI, M. do C.; MUNFORD, D.; PUCCIARELLI, H. M. O povoamento da América à luz da morfologia craniana. **Revista USP, São Paulo**, n. 34, p. 96-105, 1997.

NIETO, V.; PALACIO CASTAÑEDA, G. A. **Amazonia desde dentro**: aportes a la investigación de la Amazonia colombiana. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. 303 p.

NIMUENDAJÚ, C. Os índios tikuna (1929). In: NIMUENDAJÚ, C. **Textos indígenas**. São Paulo: Loyola, 1982. p. 192-208.

NOGUEIRA, R. J. B. Tabatinga: uma cidade na fronteira da Amazônia. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 165-192.

_____. **Amazonas**: a divisão da “monstruosidade geográfica”. Manaus: UFAM, 2007.

_____. Territórios e Fronteiras Amazônicas. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém, n. 1, p. 21-24, 2014.

NOVO, C. B. M. C.; CRUZ, J. G.; FILHO, F. A. C. Turismo, representações da Cultura e Gestão Participativa na comunidade Indígena Beija-flor I no Município de Rio Preto da Eva – Amazonas. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UAM, 2010. 11 p.

OCHOA FONSECA, F. A.; JAMES, J.; MÁRQUEZ, G. Visión comunitaria de los beneficios derivados del ecoturismo. **Revista Gestión y Medio Ambiente**, Medellín, n. 1, p. 17-32.

OCHOA ZULUAGA, G. I.; WOOD, A. A. S; ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Edit.). **Puerto Nariño**: el pueblo que se mira en el río. Retos al desarrollo sustentable en los municipios amazónicos. Bogotá: Filigrana Librería y Editorial, 2006. 211 p.

OCHOA ZULUAGA, G. I. (Edit.). **Turismo en la Amazonia**: entre el desarrollo convencional y las alternativas ambientales amigables. Bogotá: Guadalupe, 2008.

OLIVEIRA, L. A. **Mapeamento semântico do turismo sustentável**: arquitetando um novo país. 2002. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/301/boltec301b.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

OLIVEIRA, E.; MANSO, J. R. P. **Turismo sustentável: utopia ou realidade?** 2010. p. 239-257. Disponível em: <http://www.ipc.pt/cit/docs/sessoes/s5/s5_4_15.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2014.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, R. C. de. Possibilidades de uma antropologia da ação. In: **Sociologia do Brasil indígena.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

OLIVEIRA, R. C. Viagem ao território Tukúna. In: _____. **Os diários e suas margens: viagem aos territórios Têrena e Tukúna.** Brasília, DF: EdUnB; FBN, 2002. p. 271-338.

OLIVEIRA, R. C.; BAINES, S. G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras.** Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p.

OLIVEIRA FILHO, J. J. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. **Revista de História, FFLCH-USP, n.107, v. 54, ano 28, p. 263-276, jul./ set. 1976.**

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.** 1.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

_____. **Colômbia: de nuevo en el mapa del turismo mundial.** 1.ed. Madrid: OMT, 2009. 24 p.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA. Estado de avanço da agenda regional de turismo na Amazônia. In: CONGRESSO DE TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL, 1, 2013, Belém. **Anais...** Belém: SETUR, 2013.

PACHECO, V.; PEZO, R. **Evaluación de la fauna silvestre en la Estación Biológica “Pithecia” (Reserva Nacional Pacaya Samiria, Loreto, Perú).** Loreto: Comité Nacional del Programa el Hombre y la Biosfera – UNESCO, 1992.

PALACIO CASTAÑEDA, G. A. **Fiebre de tierra caliente: una historia ambiental de Colombia 1850-1930.** 1. ed. Bogotá: ILSA, 2006. 183 p.

_____. Leticia y el corazón de Suramérica: una urbe en la triple frontera amazónica. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta.** São Paulo: Annablume, 2009. p. 151-164.

_____. Amazonia: complejidad, imaginarios y opciones de futuro. In: NIETO, V.; PALACIO CASTAÑEDA, G. A. (Org.). **Amazonia desde dentro: aportes a la investigación de la Amazonia colombiana.** Bogotá: Editora Guadalupe, 2007. p. 11-22.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia.** São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, A.; NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista Turismo em Análise, v. 22, n. 3, dez. 2011. p. 540-560.**

PARANÁ, D. Marxismo, história e psicanálise. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Marx e Engels na história.** São Paulo: Xamã; Humanitas, 1996. (Série Eventos).

PATRIAU, E. El congreso peruano: políticas públicas e influencia informal sobre la burocracia. **Perfiles Latinoamericanos**, Lima, n. 34, p. 103-126, 2014.

PEASE, G. Y. F. **Perú: Hombre e historia..** La república. Lima: EDUBANCO, 1993. v. 3.

PEITER, P. C.; FRANCO, V. C.; GRACIE, R.; XAVIER, R. D.; SUARÉZ-MUTIS, M. C. Situação da malária na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 12, p. 2497-2512, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n12/v29n12a14.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2013.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasil Político Internacional**, n. 56, v. 2, p. 94-111, 2013.

PERU. **Lei n. 24.027** de 12 de dezembro de 1984. Promulgan la Ley General de Turismo. Lima: El Peruano, 1984.

_____. **Decreto Supremo n. 010-00-AG**. Sistema Nacional de Unidades de Conservación. Lima: El Peruano, 1990.

_____. **Lei n. 26.834** de 30 de junho de 1997. Ley de áreas naturales protegidas. Lima: El peruano, 1997.

_____. **Lei n. 26.961** de 29 de maio de 1998. Ley para el desarrollo de la actividad turística. Lima: El Peruano, 1998.

_____. **Lei n. 29.408** 16 de setembro de 2009. Ley General de Turismo. Lima: El Peruano, 2009.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. In: COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2, 2009, São Paulo. **Anais ...** São Paulo, 2009. p. 1-18.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 364p.

PINA CABRAL, J. de. Sem palavras: etnografia, hegemonia e quantificação. **Revista Mana**, v. 14, n. 1, p. 61-86, 2008.

PINEDA, R. et al. **Remando a varias manos: investigaciones desde la Amazonia**. 1. ed. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones, 2010. 272 p.

PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. de. **Turismo ecológico: uma proposta de desenvolvimento sustentável para a Área de Proteção Ambiental de Belém**. Belém: NUMA/UFPA, 1993.

PINTO, P. M. Unidades de conservação da Amazônia: o ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T.L.; FENZEL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP; NAEA; UFPA, 2000. p. 55-69.

_____. **Unidades de conservação, turismo e exclusão social no Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas**. Belém, 2006. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 11-22, jan./ abr. 2007.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 24, p. 450-469, 2015.

PINTON, F.; AUBERTIN, C. Novas fronteiras e populações tradicionais: a construção de espaços de direitos. Ateliê Geográfico. **Revista Eletrônica**. UFG-IESA, v.1, n.2, dez. 2007. p.1-26.

PLAN de Acción del Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Colombia. [s.l.:s.n.], 2011. 17 p.

PLATONOW, V. Álcool e cocaína está aumentando violência entre jovens, diz cacique. **Jornal do Brasil**, [online], caderno país, Brasília, DF, 18 mar. 2008.

PIRES, P. S. Sustentabilidade: dimensão ambiental. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. 1.ed. Barueri: Manole, 2012. p. 181-202.

PONCE, C. F. **Guía para el montaje del sistema de áreas protegidas de la amazonia**. 1 ed. Lima: Union Europea; TCA; SURAPA, 1997. 68 p.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

POWELL, J. F. Variação dentária nas Américas: uma visão alternativa. **Revista USP**, São Paulo, n. 34, p. 82-95, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília, DF: PNUD; IPEA; FJP, 2013. 96 p.

PROMPERÚ. **Perfil del turista extranjero 2010**. Lima: Promperú, 2010. 87 p.

PRONATURALEZA- FUNDACIÓN PERUANA PARA LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA. **Una experiência compartilhada**. 1.ed. Lima: ProNaturaleza, 2010. 102 p.

PUINAMUDT. **Las lagunas de petróleo en la Reserva Nacional Pacaya Samiria**. Disponível em: <<http://www.observatoriopetrolero.org/las-lagunas-de-petroleo-en-la-reserva-nacional-pacaya-samiria/7/10/2013>> Acesso em: 20 nov. 2013.

QUARESMA, H. D. de A. B. **Unidades de conservação da natureza – UC's: como instrumento de políticas públicas**. **Papers**, Belém, NAEA, n. 114, dez. 1998.

QUARESMA, H. D. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandea. Belém: NAEA; UFPA, 2003.

_____. **Turismo na terra de Makunaima**: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia? 2008. 418 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RAMÍREZ, S. A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 9, p. 90-107, 2009.

RAMOS, E. M. de Q.; MACIEL, B. Folkcomunicação e desenvolvimento local: estratégias de comunicação da folia papangu em Bezerros, Pernambuco, Brasil. **Razón y Palabra**, vol. 16, n. 77, agosto-outubro, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?ID=199520010020>> Acesso em: 9 mai. 2016.

RATZEL, F. **La Géographie Politique**. Paris: Fayard, 1987(1897)

_____. **Géographie politique**. Genève: Editions Regionales Europeennes, 1988(1897)

REDAÇÃO CANAL ABERTO BRASIL. **MJ cria comissão para aprimorar o turismo em terras indígenas**. 19 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.canalaberto.com.br>> Acesso em: 20 jun. 2015.

REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA – RAISG. **Amazônia sob pressão**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012. Disponível em: <http://www.raisg.socioambiental.org/system/files/amazoniasobpressao_28_03_2013.pdf> Acesso em: 18 out. 2013.

REDCLIFT, M. Introduction. In: _____. **Sustainability: life changes and livelihoods**. London; New York, Routledge, 2000. P. 1-13.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. Itatiaia, 1989.

RESERVA NACIONAL PACAYA SAMIRIA. **Plan de uso turístico y recreativo de la Reserva Nacional Pacaya Samiria**. Iquitos: INRENA, 2002.

RIAÑO, E. U. **Organizando su espacio construyendo su territorio**: transformaciones de los asentamientos Ticuna en la ribera del Amazonas colombiano. Leticia: Universidad Nacional de Colombia - Unibiblios, 2003. 240 p.

ROCHA, T. G. Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. **Global Journal of Community Psychology Practice**, v. 3, issue 4, dec. 2012. Disponível em: <<http://www.gjcpp.org>>. Acessado em: 14 set. 2013.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Las fronteras como metáforas del riesgo. **Revista Antropológicas**, México, Chiapas, n. 11, p. 35-49.

RODRIGUEZ, F.; RODRIGUEZ, M.; VÁSQUEZ, P. **Realidad y perspectivas**. Reserva Nacional Pacaya Samiria. Lima: PRONATURALEZA; TNC, 1995. 131 p.

ROMAN, J. V. S. **Perfiles históricos de la Amazonía Peruana**. 2. ed. Iquitos: CETA; CAAP; IIAP, 1994. 281 p.

RONDEROS, P. M. U. **Planear en el trópico. Conocimiento y acción en la gestión de parques nacionales en Colombia**: el caso del parque nacional natural Amacayacu. 2012. 247f. Tesis (Doctorado em Ciències Ambientals)- Institut de Ciència i Tecnologia Ambientals, Universidad Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2012.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, M. C. da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-87

ROTH DEUBEL, A. N. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. 1. ed. Bogotá: Aurora, 2002. 232 p.

ROZISCA, V. L.; LEONHARDT, R. R. Filosofia do turismo. **Revista Eletrônica Lato Sensu** – UNICENTRO, Ed. 6, p. 1-13, 2008.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G; Valadão, M. I. **O estudo da Política**: tópicos selecionados. 1.ed. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998. p. 1-19.

RUIZ RUBIO, R. Patrimonio, ocio, y rentabilidad: neoliberalismo y su impactos sobre las políticas públicas de turismo en Perú. In: _____. **Políticas públicas, beneficios privados**: mecanismos, políticas y actuaciones públicas para la globalización del turismo. Madrid: Foro turismo responsable; AECID, 2010. p. 201-227.

RUMRILL, R. Iquitos, capital fluvial del mundo. In: Telefonica (Org.). **Iquitos**. Lima: Telefonica, 2014. p. 68-77.

SALAZAR, A.; NEBEL, G.; GRADSTED, J. Depósito de detrito, biomasa y producción primaria neta en los bosques de la llanura aluvial inundable de la Amazonía peruana. **Folia Amazónica**, v. 11, n. 1-2, 2000, p. 41-67.

SALAZAR CARDONA, C. A. La coca y la expansión de la frontera urbana en la amazonia colombiana. In: ARAGÓN, L. E. **Populações e meio-ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2007. p. 217-224.

_____. Situación demográfica de la Amazonia colombiana. In: Aragón L. E. **Populações da Pan-Amazônia**. 1.ed. Belém: NAEA, 2005. p. 59-74.

SALAZAR VARGAS, C. (Org.). **Las políticas públicas**. Medellín: Colección jurídicas, profesores n. 19. 1995.

SÁNCHEZ ALBAVERA, F. El actual debate sobre los recursos naturales. **Revista de la Cepal**, Santiago de Chile, n. 51, p. 163-178, 1993.

SAN ROMAN, J. V. **Perfiles históricos de la Amazonía Peruana**. 2.ed. Iquitos: CETA; CAAAP; IIAP, 1994. 281 p.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, A. A. **Concessão ou terceirização de serviços turísticos em parques nacionais brasileiros: incentivo ao aumento de receita**. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS FILHO, J. dos. Questões teóricas expressam riqueza e pobreza no debate epistemológico do fenômeno turístico: uma ciência em construção. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 95, p. 1-7, abr. 2009.

SANTOS, F. P. Gestão de UCs no Amazonas: Avanços e desafios para a conservação ambiental. **Revista Geonorte**, Manaus, n. 1, p. 102-124, 2013.

SANTOYO, M. J. Antropólogos, projetos de desenvolvimento e movimentos sociais. In: ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBERT, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. São Paulo: UNICAMP, 1992. p. 69-78.

SAWYER, D. R. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: SEMINÁRIO EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA, 1981, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Departamento de Economia da UnB, 1981. v. 1.

SECHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SCHMITTER, P. C. Reflexões sobre o conceito de política. In: _____. **Curso de Introdução à ciência política**, unidade I. 2 ed. Brasília, DF: UnB, 1984. p. 31-39.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SDS. **Rede de unidades de conservação do Amazonas: relatório final 2005-2008**. Manaus, 2009. Disponível em: <http://www.fdb.org.br/projetos/relatorio_1.pdf> Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.am.gov.br>> Acesso em: 22 maio, 2015.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB. **Licitação do 1º lote de concessões florestais** – Floresta Nacional do Jamari (RO) – Caderno de introdução. Setembro de 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/-arquivos/consessaoflorestal.pdf> Acesso em: 20 jun. 2015.

SERVICIO NACIONAL DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS – SERNANP. **Guía de otorgamiento de derechos para turismo en áreas naturales protegidas**. Lima, 2014. 42 p.

_____. **Plan de uso turístico Reserva Nacional Pacaya Samiria 2011-2016**. Iquitos, 2012.

_____. **Plan Maestro Reserva Nacional Pacaya Samiria 2009-2013**. Para la conservación de la biodiversidad biológica y el desarrollo sostenible de la Reserva Nacional Pacaya Samiria y su zona de amortiguamiento. Iquitos, 2009. 134p.

SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAJE – SENA. **Historia, visión, misión, valores y símbolos**. Disponível em: <<http://www.sena.edu.co/acerca-del-sena/quienes-somos/paginas/historia-vision-mision-valores-y-simbolos.aspx>> Acesso em: 26 jun. 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, V. V. El turismo en loreto: posibilidades y perspectivas. In: ENCUENTRO DE ECONOMISTAS, 15., 1998, Iquitos **Encontro...** Iquitos: Banco Central de Reserva del Perú, 1998. p. 1-81.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N., SIMONIAN, L. T. L., FENZEL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

_____. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA; NAEA, 2001.

_____. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha de Trambioca, Barcarena, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 1, n. 2, maio/ago. 2006.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. **Papers**, Belém, NAEA, n. 196, out. 2006.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônidas. In: ARAGÓN, E. (Org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 25-44.

_____. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA; MPEAP, 2010

SIMONIAN, L. T. L.; PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. de. **Unidades de conservação em Martírios/Andorinhas: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas**. Belém: CSE; UFPA, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS POR EL ESTADO – SINANPE. **Plan maestro Reserva Nacional Pacaya Samiria 2009-2013**. Para La conservación de la diversidad biológica y el desarrollo sostenible de la Reserva Nacional Pacaya Samiria y su zona de amortiguamiento. Iquitos: Lima, 2009.

SMITH, R. C. **Están seguros los territorios de los pueblos indígenas/originarios en el Perú?** 2013. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.cultura.gob.pe/sites/default/files/paginternas/tablaarquivos/2013/09/estansegueroslosterritoriosdelospueblosindigena senperurichardchasesmithpe.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2015.

SOLHA, K. T. Evolução do turismo no Brasil. In: REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: ALEPH, 2002. p. 117-153.

SOINI, P. **Manejo de quelonios acuáticos, 1992**. Reporte Pacaya Samiria. Investigaciones en la Estación Biologica Cahuana 1979-1994. Lima: CDC-UNALM/FPCN/TNC, 1992. 435 p.

SOINI, P. et al. Una evaluación de la fauna silvestre y su aprovechamiento de la Reserva Nacional Pacaya-Samira. **Documento Técnico**. Perú: Iquitos: IIAP, 1996.

SOLANO, P. Legislación y conceptos aplicables a las áreas naturales protegidas en el Perú. **Revista de la Facultad de Derecho**, Perú, n. 70, p. 143-164, 2013.

_____. Marco regulatorio nacionales de áreas protegidas. **IUCN-EPLP**, Perú, n. 81, p. 1-51, 2009.

SORIA, C. **Los pueblos indígenas amazónicos peruanos**. Coloquio Internacional de Derecho Ambiental. México: Universidad de Guadalajara, 2002.

SOTELO, J. O. Iquitos, ciudad y Puerto en el siglo XIX. In: TELEFONICA (Org.). **Iquitos**. Lima, 2014. p. 22-29.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

SPIX, J. B.; Martius, C. F. P. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 3

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)**. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Zona de fronteira e cidades gêmeas: uma tipologia das interações transfronteiriças. In: ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Edit.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia: UNAL; IMANI, 2012. p. 154-166.

SUFRAMA. **Criação da área de livre comércio de Tabatinga**. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

SURRALLÉS, A. Entre derecho y realidad: antropología y territorios indígenas amazónicos en un futuro próximo. **Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines**, Paris, n. 1, p. 29-45, 2009.

SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Áreas de Livre Comércio** – ALCs – Tabatinga. <http://www.suframa.gov.br/suframa_descentralizadas_alcs_Tabatinga.cfm> Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. **O que é o projeto ZFM?** <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm> Acesso em: 7 maio 2015.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. 1.ed. São Paulo: ALEPH, 2000. 132 p.

TABATINGA. **Lei Municipal n. 659**, de 8 de outubro de 2013. Dispõe sobre a reestruturação organizacional administrativa do poder executivo do município de Tabatinga, e dá outras providências. Tabatinga: Gabinete do Prefeito, 2013.

TAMANI, M. R. Iquitos, ciudad indígena. In: Telefonica (Org.). **Iquitos**. Lima: Telefonica, 2014. p. 136-139.

TAVARES, E. M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Revista Holos**, ano 21, maio, 2005. p. 120-129.

TÉLLEZ-MENDEZ, L. J. De los andes al Amazonas: la cotidianidad de las familias campesinas israelitas en el sur de Colombia. In: ALEJANDRO TOBÓN, M.; DUQUE, S. R. **Remando a varias manos**: investigaciones desde la Amazonia. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, 2010. p. 89-108.

TELES, R. M. de S. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. 230 p.

TELLO, H. Actividad petrolera. In: RODRÍGUEZ ACHUNG, M. (Org.). **Amazonia hoy**: políticas públicas, actores sociales y desarrollo sostenible. Perú: IIAP; UNAP; PUCP, 1994. p. 51-64.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

TELLO, S. Los ríos y sus recursos. In: TELEFONICA (Org.). **Iquitos**. Lima, 2014. p. 98-103.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional; USP, 1973. p. 96-116.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UCROS, J. C. **Breve historia y situación actual del patrimonio forestal colombiano**. 2009. p. 1-29. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/17272-09c7bb88cbaad85cf5c312d8422b30afb.pdf>> Acesso em: 2 fev. 2015.

UGÁS, M. P.; SEMINARIO, C. **Estudio sobre la rentabilidad social de las inversiones en el sector turismo en el Perú**. Lima: MINCETUR, 2009. 87 p. Disponível em: <http://www.mincetur.gob.pe/newweb/portals/0/turismo/pentur/rio%20amazonas/ruta_ra_estudio_de_rentabilidad_rio_amazonas.pdf> Acesso em: 20 nov. 2014.

UMBARILA, E. R. **Organizando su espacio, construyendo su territorio**: transformaciones de los asentamientos Ticuna en la ribeira del Amazonas colombiano. Leticia: UNAL; Unibiblos, 2003.

UNIDAD ADMINISTRATIVA ESPECIAL DEL SISTEMA DE PARQUES NACIONALES NATURALES – UAESPNN. **Plan de Manejo Parque Nacional Natural Amacayacu**. Documento ejecutivo de la línea base para la formulación concertada del Plan de Manejo del Parque Nacional Natual Amacayacu. Bogotá, 2005.

_____. **Contratos de concesión de servicios ecoturísticos en parques nacionales de Colombia**. Bogotá, 2009.

_____. **Contratos de concesión de servicios ecoturísticos en parques nacionales de Colombia**. Bogotá, 2010.

_____. **Comportamiento de visitantes a áreas protegidas nacionales (AP) con vocación ecoturística**: Primer semestre 2013. Bogotá, 2013.

_____. **Comportamiento de visitantes a áreas protegidas nacionales (AP) con vocación ecoturística**. Bogotá: [s.n.], Primer semestre, 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA. **UEA promove colóquio de turismo em terras indígenas e comunidades tradicionais no Amazonas**. 4 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br/uea-promove-coloquio-de-turismo-em-terras-indigenas-e-comunidades-tradicionais-no-amazonas/>> Acesso em: 2 dez. 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE GOIAS – UEG. **Pesquisa em destaque**: pesquisadora da UEG mapeia turismo em terras indígenas no país. 7 de abr. 2015. Disponível em: <http://www.ueg.br/noticia/20175_pesquisa_em_destaque_> Acesso em: 20 jun. 2015.

URBINA, F. **Amazonia**: Naturaleza y cultura. 1.ed. Bogotá: Banco de Occidente, 1987. 197 p.

VALDIVIA VARGAS, N. **Las organizaciones de la población afrodescendiente en el Perú**: discursos de identidad y demandas de reconocimiento. 1.ed. Lima: GRADE, 2013. 258 p.

VASCONCELOS, A. P. S.; QUARESMA, H. D. B. Experiências de turismo em áreas indígenas da Pan-Amazônia: possibilidades e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL

DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 7., 2013, Belém. **Encontro...Belém: UNAMA**, 2013. p. 1-14.

VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M.; RIBEIRO, M. B. Gestão das unidades de conservação na Amazônia Legal. In: VERISSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M. (Org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 29-35.

VEIGA, J. E. da. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

VELÁSQUEZ VARGAS, A. **Notas sobre el estado y las políticas públicas**. 1.ed. [s.l.]:Almudena, 1999. 196 p.

VERISSIMO, A. et al. (Org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VIDAL, J. P. Planificación territorial en la Amazonia oriental: de los modelos teóricos al diagnóstico. **Papers**, Belém, n. 244, nov. 2009.

VIECO, J. J. Desarrollo sostenible, organización social y ambiente. In: ECHEVERRI, J. A.; FRANKY, C. E.; ZÁRATE, C. G. (Edit.). **Imani mundo: estudios en la Amazonia colombiana**. Bogotá: Unibiblos, 2001. p. 47-70.

VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED, 1993.

VÍLCHEZ VELA, P. **Julio C. Arana: el pordiosero de la fortuna**. 1. ed. Iquitos: Tierra Nueva; UCP, 2014. 315 p.

VILLAMIZAR, J. C. **La influencia de la CEPAL en Colombia 1948-1970**. 2012, 388f. (Pós-Doutorado em História), Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2012.

VILLAREJO, A. A. Los Orígenes. In: VILLAREJO, A. A.; HERRERA, J.; GARCÍA, J.; TAFUR, L.; CORAL, M. P. (Edit.). **Iquitos: una ciudad y un río**. Iquitos: CETA, 2011. p. 9-42.

VILLARROEL, L. C. L. **A evolução da política de criação de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas no período de 1995 a 2010**. 2012. 161f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

WARTOFSKY, M. W. **Introducción a la filosofía de la ciencia**. Madrid: Alianza Editorial, 1973. p. 17-39.

WIEDMANN, S. **Reserva particular do patrimônio natural**. Disponível em: <<http://www.uc.socioambiental.org>> Acessado em: 1 mar. 2013.

WOORTMANN, E. F. Método comparativo, família e parentesco: algumas discussões e perspectivas. **Revista Antropológicas**, ano 9, v. 16, n.1, p. 87-108, 2005.

WWF-BRASIL. **Efetividade de gestão das unidades de conservação do estado do Amazonas**. Brasília, DF, 2011. 72 p.

WORLD TOURISM ORGANIZATION -WTO; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Making tourism more sustainable**: a guide for policy makers. Madrid, 2005.

ZARAIVA, A. V. **Desarrollo ecoturístico en comunidades del pacaya samiria**. 1.ed. Iquitos: CETA, 2003. 93p.

ZÁRATE BOTÍA, C. G. La formación de una frontera sin límites: los antecedentes coloniales del Trapecio Amazónico colombiano. In: FRANKY CALVO, C. E.; ZÁRATE BOTÍA, C. G. **Imani mundo**: estudios en la amazonia colombiana. Bogotá: UNIBIBLOS, 2001. p. 229-260.

YOPÁN, R. V. Los kukama-kukamiria y su rol en la cultura e historia de Loreto. In: TELEFONICA (Org.). **Iquitos**. Lima:[s.n.], 2014. p. 140-147.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia

O seguinte Roteiro de Pesquisa e parte integrante do projeto de Tese de Doutorado Intitulado “Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: perspectivas de gestão local na fronteira do Brasil, Colômbia e Peru”, ao qual solicitamos o obséquio de responder estando certo de que as informações aqui contidas ficarão restritas ao âmbito das instituições de ensino e para fins acadêmicos.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Home Page:

1. Quanto tempo trabalha na instituição/empresa?
2. Cargo que ocupa?
3. A instituição/empresa possui alguma atuação no desenvolvimento do setor turístico?
4. Quais as estratégias de atuação? Dessas estratégias quais são as mais fortes e quais deveriam ter maior atenção?
5. No plano de desenvolvimento da instituição/empresa existem propostas de inclusão comunitária?
6. De que maneira essas propostas estão sendo implementadas?
7. Essa atuação influencia na elaboração de políticas públicas de turismo? Como?
8. Como avalia a política de concessão dos serviços turísticos para empresas particulares em áreas protegidas existentes na Colômbia e no Peru?
9. Acredita que tal fato possibilite inovação em políticas públicas de turismo?
10. Essa política deveria ser ampliada para todas as categorias de áreas protegidas inclusive as terras indígenas?

APÊNDICE B - EMPREENDEDORES DE TURISMO

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia

O seguinte Roteiro de Pesquisa e parte integrante do projeto de Tese de Doutorado Intitulado “Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: perspectivas de gestão local na fronteira do Brasil, Colômbia e Peru”, ao qual solicitamos o obséquio de responder estando certo de que as informações aqui contidas ficarão restritas ao âmbito das instituições de ensino e para fins acadêmicos.

EMPREENDEDORES DE TURISMO

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Home Page:

1. Quanto tempo atua neste setor?
2. Quais os roteiros turísticos comercializados?
3. Realiza algum mecanismo de pesquisa para identificar seu cliente? De onde ele vem?
4. Como realiza o marketing da empresa? Quais as maneiras de divulgação do produto?
5. Comercializa roteiros para áreas protegidas? Quais?
6. Sua empresa trabalha com financiamento estatal ou particular?
7. Se sim, como acessou? E as possíveis dificuldades encontradas?
8. Acredita que as comunidades que estão no interior ou no entorno das áreas protegidas estão sendo beneficiadas pelo desenvolvimento turístico? Como?
9. Conhece algum plano de desenvolvimento turístico para a Terra Indígena Umariáçu?
10. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de gestão turística em parceria com os indígenas residentes em Umariáçu?

APÊNDICE C - RESIDENTES/COMUNITÁRIOS

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia

O seguinte Roteiro de Pesquisa e parte integrante do projeto de Tese de Doutorado Intitulado “Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: perspectivas de gestão local na fronteira do Brasil, Colômbia e Peru”, ao qual solicitamos o obséquio de responder estando certo de que as informações aqui contidas ficarão restritas ao âmbito das instituições de ensino e para fins acadêmicos.

RESIDENTES/COMUNITÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Endereço:

Família:

1. Trabalha, ou já trabalhou, com turismo? Como?
2. Gosta da ideia do turismo na comunidade?
3. Observa alguma dificuldade que possa ser trazida com o turismo para a comunidade?
4. Reconhece a importância das empresas que prestam serviços turísticos?
5. Como acredita que o turismo possa ajudar a comunidade?
6. Participa/participou dos planejamentos do turismo? E da gestão?
7. Em que consistiu?
8. Quais as instituições/empresas/entidades que atuam na comunidade?
9. Existe uma associação comunitária?
10. Existem produtos que são comercializados aos turistas?
11. Quais famílias participam dessa comercialização?
12. Os recursos econômicos gerados por essa comercialização são distribuídos de que maneira para a comunidade?
13. Que mudanças têm percebido com a chegada de turistas na comunidade?

APÊNDICE D – SOLICITAÇÃO AO CURACA DE SAN MARTIN



Leticia, 25 de abril de 2014

Señor:
CURACA
Comunidad ticuna
San Martin de Amacayacu

Cordial saludo.

Mi nombre es Paulo Moreira Pinto; soy estudiante de Doctorado de la Universidad Federal de Pará, ubicada en Belém do Pará, Brasil, y me encuentro realizando una pasantía de doctorado en la Universidad Nacional de Colombia, sede Amazonia de la ciudad de Leticia. Mi investigación se centra en el tema del turismo en áreas protegidas, en la triple frontera Colombia, Brasil y Perú. El objetivo de esta investigación es analizar y comparar las políticas públicas de turismo relacionadas con el desarrollo y la gestión local en las comunidades del Parque Nacional Natural Amacayacu.

Por esta razón, solicito a usted autorización para entrevistar a algunas personas de su comunidad, con las siguientes características:

1. Dos abuelos o abuelas.
2. Dos adultos (hombre/mujer) que trabajen con turistas.
3. Dos jóvenes (hombre/mujer) que trabajen con turistas.
4. Dos adultos (hombre/mujer) que comercialicen productos para turistas.
5. Dos adultos (hombre/mujer) que hospeden turistas en la comunidad.

Como anexo envío copia de los formularios de entrevistas que planeo realizar, con el fin de que usted conozca previamente la información que recogeré y lo que haré en su comunidad.

En caso de tener su autorización, planeo hacer las entrevistas los días 17 y 18 de mayo de 2014. De antemano, agradezco su atención y apoyo a mi solicitud.

Atentamente,

Paulo Moreira Pinto

APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO A CHEFIA DO SERNANP



Iquitos, 15 de septiembre de 2014.

A:
Jefatura de la Reserva Nacional Pacaya Samiria

Señor Director,

Cordial saludo.

Mi nombre es Paulo Moreira Pinto; soy estudiante de Doctorado de la Universidad Federal de Pará, ubicada en Belém do Pará, Brasil, y me encuentro realizando una pasantía de doctorado en la Universidad Nacional de Colombia, sede Amazonia de la ciudad de Leticia. Mi investigación se centra en el tema del turismo en áreas protegidas, en la triple frontera Colombia, Brasil y Perú. El objetivo de esta investigación es analizar y comparar las políticas públicas de turismo relacionadas con el desarrollo y la gestión local en las comunidades de la Reserva Nacional Pacaya Samiria (RNPS).

Por esta razón, solicito a usted autorización para entrar en la RNPS y entrevistar entre 10 a 20 personas residentes en las comunidades turísticas cercanas a ciudad de Nauta, con las siguientes características:

1. Abuelos o abuelas.
2. Adultos (hombre/mujer) que trabajen con turistas.
3. Jóvenes (hombre/mujer) que trabajen con turistas.
4. Adultos (hombre/mujer) que comercialicen productos para turistas.
5. Adultos (hombre/mujer) que hospeden turistas en la comunidad.

Como anexo envió copia de los formularios de entrevistas que planeo realizar, con el fin de que usted conozca previamente la información que recogeré y lo que haré en las comunidades.

En caso de tener su autorización, planeo hacer las entrevistas los días 26, 27 y 28 de septiembre de 2014. Siguen también mis datos y de lo guía. De antemano, agradezco su atención y apoyo a mi solicitud.

Atentamente,


Paulo Moreira Pinto
 Passaporte: FK336647
 RG. 2131708/SSP-PA




Benigno Rojas Bicerra
 DNI: 05290740

APÊNDICE F – SOLICITAÇÃO A PRESIDÊNCIA DA FUNAI

Leticia, 28 de julho de 2014.

À Presidência da FUNAI
MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI
Presidente Interina

Senhora Presidente,

Sou estudante de Doutorado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), participando do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizando pasantía de Doctorado na Universidad Nacional de Colombia (UNAL), Sede Amazonia, em Leticia.

Minha investigação objetiva desenvolver a tese intitulada “Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: perspectivas de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru”. Tal pesquisa busca analisar comparativamente a influência das políticas públicas de turismo no desenvolvimento socioeconômico, bem como as possibilidades de inserção da gestão local para a sustentabilidade biossociocultural das comunidades envolvidas nas áreas em questão, a saber: Parque Nacional Natural Amacayacu, na Colômbia; Reserva Nacional Pacaya Samiria, no Peru; e Terra Indígena Umariáçu, no Brasil.

No Brasil a escolha da Terra Indígena Umariáçu, no município de Tabatinga, estado do Amazonas, se deve não apenas por pertencer a tríplice fronteira, como também pelos projetos de turismo divulgados para essa TI. Com esse intuito venho solicitar vossa autorização para ingressar na TI a fim de coletar informações dos indígenas sobre a percepção destes acerca de um possível desenvolvimento turístico em sua comunidade.

Para tanto, segue em anexo, os documentos exigidos para realização de pesquisa científica e o roteiro de entrevistas com as perguntas que serão realizadas para que vossa senhoria tome conhecimento prévio do que estarei fazendo na TI. No caso de ter vossa autorização, e por tratar-se de pesquisa qualitativa, é minha intenção realizá-la com aproximadamente 20 pessoas entre adultos de ambos os sexos. Desde já agradeço vosso apoio e atenção ao meu pedido.

Atenciosamente,

Paulo Moreira Pinto

ANEXOS

ANEXO A - DECRETO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998.

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tukuna Umariáçu, localizada no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista os arts. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Tukuna, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Tukuna Umariáçu, com superfície de quatro mil, oitocentos e cinqüenta e quatro hectares, noventa e nove ares e oitenta e nove centiares e perímetro de quarenta mil, quinhentos e noventa e dois metros e cento e dezessete milímetros, situada no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do marco Sat-286, de coordenadas geográficas 04°15'31,672" S e 69°56'38,790" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Solimões, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 60°32'39" e 133,57 m, até o marco MAZ-1, de coordenadas geográficas 04°15'29,550" S e 69°56'35,020" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 77°38'15" e 390,24 m, até o marco M-17, de coordenadas geográficas 04°15'26,850" S e 69°56'22,650" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 68°18'00" e 324,85 m, até o marco M-1, de coordenadas geográficas 04°15'22,950" S e 69°56'12,850" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 114°43'14" e 1.262,56 m, até o marco M-2, de coordenadas geográficas 04°15'40,180" S e 69°55'35,670" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 26°36'18" e 247,51 m, até o marco M-3, de coordenadas geográficas 04°15'32,980" S e 69°55'32,070" Wgr.; daí, segue pela margem do Igarapé Umariáçu a montante, até o marco M-4, de coordenadas geográficas 04°15'27,570" S e 69°55'36,46" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 294°57'260" e 872,37 m, até o marco M-5; de coordenadas geográficas 04°15'15,550" S e 69°56'02,100" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 42°33'55" e 823,53 m, até o marco M-6, de coordenadas geográficas 04°14'55,820" S e 69°55'44,010" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 103°04'49" e 1.289,96 m, até o marco M-7, de coordenadas geográficas 04°15'05,370" S e 69°55'03,260" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 64°22'35" e 1.565,89 m, até o marco M-8, de coordenadas geográficas 04°14'43,380" S e 69°54'17,440" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°45'50" e 1.071,34 m, até o marco M-9, de coordenadas geográficas 04°14'36,620" S e 69°53'43,350" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°43'27" e 1.147,22 m, até o marco M-10, de coordenadas geográficas 04°14'29,350" S e 69°53'06,850" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°39'16" e 1.086,48 m, até o marco M-11, de coordenadas geográficas 04°14'22,430" S e 69°52'32,290" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°39'13" e 830,17 m, até o marco M-12, de coordenadas

geográficas 04°14'17,140" S e 69°52'05,880" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°39'10" e 829,18 m, até o marco M-13, de coordenadas geográficas 04°14'11,860" S e 69°51'39,500" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°39'30" e 774,40 m, até o marco M-14, de coordenadas geográficas 04°14'06,930" S e 69°51'14,870" Wgr., daí segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°39'44" e 1.333,15 m, até o marco MAZ-2, de coordenadas geográficas 04°13'58,440" S e 69°50'32,460" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°39'56" e 263,70 m, até o marco Sat-287, de coordenadas geográficas 04°13'56,751" S e 69°50'24,072" Wgr.; LESTE: do marco antes descrito, segue por um igarapé sem denominação, a jusante, até o ponto P-5, de coordenadas geográficas 4°17'21,020" S e 69°49'31,730" Wgr., localizado na confluência do igarapé sem denominação com Igarapé Preto; SUL: do ponto antes descrito, segue pelo referido igarapé, a montante, até marco Sat-288, de coordenadas geográficas 4°16'19,441" S e 69°53'11,150" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé Preto; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 231°03'52" e 216,10 m, até o marco MAZ-4, de coordenadas geográficas 04°16'23,870" S e 69°53'16,610" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 231°15'05" e 2338,60 m, até o marco M- 15, de coordenadas geográficas 04°17'11,470" S e 69°54'15,830" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 231°15'58" e 625,44 m, até o marco MAZ-3, de coordenadas geográficas 04°17'24,190" S e 69°54'31,670" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 231°16'24" e 399,57 m, até o marco Sat-289, de coordenadas geográficas 04°17'32,306" S e 69°54'41,788" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Solimões; OESTE: do marco antes descrito, segue pelo referido rio, a montante, até o marco M-16, de coordenadas geográficas 04°15'32,600" S e 69°56'40,910" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Solimões; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 66°41'35" e 71,18 m, até o marco Sat-286, início da descrição deste perímetro. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: SB.19-V-B;- Escala 1:250.000 - DSG - 1980.

Art. 2º A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.12.1998

ANEXO B - ACORDO N° 40 DE 30 DE SETEMBRO DE 1975

REPUBLICA DE COLOMBIA

112
19

No. S-

MINISTERIO DE AGRICULTURA

RESOLUCION NUMERO 283 DE 19

EJECUTIVA 27 OCT. 1975

" Por la cual se aprueba un Acuerdo de la Junta Directiva del Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables - INDERENA - "

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DE COLOMBIA,

en uso de sus facultades legales y en especial de las que le confiere el Artículo 24 del Decreto Ley No. 2420 de 1968 , y

C O N S I D E R A N D O :

Que la Junta Directiva del Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables , Inderena , en ejercicio de las facultades conferidas por el Decreto No. 2420 de 1968, determinó fijar los linderos del área del Parque Nacional Natural Amacayacu ;

Que por las razones expuestas en la parte motiva de la providencia sometida a la aprobación del Gobierno Nacional , es necesario fijar los linderos del área del Parque Nacional Natural Amacayacu,

R E S U E L V E :

ARTICULO PRIMERO : Aprobar el Acuerdo de la Junta Directiva del Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables - INDERENA - que es del tenor siguiente :

" ACUERDO No. 40 DE 1975
(Septiembre 30)

" Por el cual se reserva, alinda y declara en la categoría de Parque Nacional , un área ubicada en la Comisaría Especial del Amazonas "

LA JUNTA DIRECTIVA DEL INSTITUTO DE DESARROLLO DE LOS RECURSOS NATURALES RENOVABLES - INDERENA - EN USO DE FACULTADES LEGALES Y ESTATUTARIAS , y

C O N S I D E R A N D O :

Que la Ley 2a. del 17 de Enero 1959 , con el objeto de conservar la flora y la fauna nacionales declara parques nacionales naturales aquellas zonas que el Gobierno Nacional, por intermedio del Ministerio de Agricultura, delimite y reserve de manera especial en las distintas zonas del país y en sus distintos pisos térmicos y en las cuales quedará prohibida la adjudicación de baldíos , las ventas de tierras, la caza , la pesca y toda actividad industrial , ganadera

/ ...

Editorial Minagricultura

o agrícola, distinta a aquellas que el Gobierno Nacional considere conveniente para la conservación o embellecimiento de la zona ;

Que el Artículo 14o., de la Ley 2a. de 1959, declara de utilidad pública las zonas establecidas como parques nacionales y dispone que el Gobierno Nacional podrá expropiar las tierras o mejoras de particulares que en ellas existan ;

Que el Decreto Extraordinario No. 2420 de 1968, establece en el literal b) de su Artículo 23o., que es función del Inderena " delimitar, reservar y administrar las áreas que se consideren necesarias para la adecuada protección de las aguas , los bosques , los suelos y la fauna " ;

Que el Literal d), del Artículo 23o., del Decreto Extraordinario - No. 2420 de 1968, otorga al Inderena la función de " realizar directamente el aprovechamiento de recursos naturales renovables, con miras a la demostración de sistemas técnicos, y reservar y administrar las áreas que presenten condiciones especiales de fauna , flora paisaje o ubicación , con fines científicos , educativos , recreativos o estéticos " ;

A C U E R D A :

ARTICULO 1o.- Con el objeto de conservar la flora, la fauna y las bellezas escénicas naturales, con fines científicos, educativos, recreativos o estéticos delimitase y resérvese un área de 170.000 (ciento setenta mil) hectáreas de superficie aproximada, que se denominará Parque Nacional Natural Amacayacu, ubicada en jurisdicción del Municipio de Leticia , Comisaría Especial del Amazonas , y singularizada por los siguientes linderos generales :

Partiendo de la confluencia del Río Amacayacu en el Río Amazonas , donde se encuentra ubicado el Mojón No. 1 ; siguiendo aguas arriba por el Río Amacayacu hasta la confluencia con la Quebrada Cahuinas, donde se encuentra el Mojón No. 2 ; por esta Quebrada aguas arriba hasta su nacimiento , donde se encuentra el Mojón No. 3 ; de este punto en dirección Noroeste se sigue hasta encontrar el nacimiento de la Quebrada Pamaté, donde se encuentra situado el Mojón No. 4 ; por esta Quebrada se sigue aguas abajo hasta encontrar su confluencia con el Río Cotuhé, en donde está situado el Mojón No. 5; se sigue luego aguas abajo del Río Cotuhé hasta encontrar su confluencia con el Río Pupuña donde se encuentra el Mojón No. 6 ; de este punto se sigue en dirección Sur, en línea recta, hasta encontrar el nacimiento de la Quebrada Matamatá, donde se encuentra el Mojón No. 7 ; de este sitio, se sigue aguas abajo por la Quebrada Matamatá hasta encontrar su desembocadura en el Río Amazonas, en donde está situado el Mojón No. 8 ; de este Mojón se sigue por la margen izquierda del Río Amazonas hasta encontrar el punto de partida .

ARTICULO 2o.- Dentro del área alindada en el artículo precedente queda prohibida la adjudicación de baldíos, las ventas

/....

de tierras, la caza, la pesca y toda clase de actividad industrial, ganadera o agrícola, salvo aquellas que el Gobierno Nacional considere convenientes para la conservación o embellecimiento de la zona, de conformidad con el artículo 130. de la Ley 2a. de 1959.

ARTICULO 3o.- De acuerdo con lo establecido en el artículo 14 de la Ley 2a. de 1959, el área aludada en el presente Acuerdo, como Parque Nacional Natural Amacayacu, es de utilidad pública y el Gobierno Nacional podrá expropiar las tierras o mejoras de particulares que existan en esta área.

ARTICULO 4o.- De conformidad con lo dispuesto por el Decreto Extraordinario No. 2420 de 1968, corresponde al Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables, INDERENA, la administración de las áreas que se delimitan y reservan como Parques Nacionales Naturales.

ARTICULO 5o.- Este Acuerdo deja a salvo los derechos adquiridos con anterioridad a su vigencia.

ARTICULO 6o.- Para su validez, el presente Acuerdo requiere la aprobación del Gobierno Nacional y deberá ser publicado en la cabecera, Corregimientos e Inspecciones de Policía del Municipio de Leticia, Comisaría Especial del Amazonas, en la forma prevista por el Artículo 55 del Código de Régimen Político y Municipal, publicado en el Diario Oficial e inscrito en la Oficina de Instrumentos Públicos del Circuito respectivo, para que surta los efectos legales de conformidad con lo dispuesto por los artículos 960. y 970 del Código Fiscal.

COPIESE, COMUNIQUESE, PUBLIQUESE y CUMPLASE.

Dado en Bogotá, D.E., a los 30 días del mes de Septiembre de mil novecientos setenta y cinco (1975).

(Fdo) JOAQUIN DE POMBO Presidente de la Junta Directiva del Inderena

(Fdo) RODRIGO ANGULO DORIA Secretario de la Junta Directiva del Inderena.

ARTICULO SEGUNDO : Esta Resolución rige a partir de la fecha de su expedición.

/...

ANEXO C – DECRETO SUPREMO N° 016-82-AG**Establece la Reserva Nacional Pacaya Samiria****EL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA****CONSIDERANDO:**

Que por Decreto Supremo N° 210-68-AG de fecha 10 de octubre de 1968, se reservó la cuenca del río Pacaya desde sus nacientes hasta su desembocadura en el canal de Puinahua (río Ucayali) para el establecimiento de la Reserva Nacional Pacaya, en el Departamento de Loreto y se declaró la cuenca del río Samiria, desde sus nacientes hasta su desembocadura en el río Marañón, Zona de Explotación Piloto de Pesca y Coto Oficial de Caza del Samiria. Asimismo, que por Decreto Supremo N° 06-72-PE de fecha 25 de febrero de 1972, se declaró como Zona Reservada para el Estado los sistemas hidrográficos de los ríos Pacaya y Samiria;

Que para fines de preservación de esta área representativa del Bosque Tropical Húmedo con miras a un racional aprovechamiento de los recursos naturales que contiene es conveniente declarar como Reserva Nacional el ámbito comprendido entre las cuencas de los ríos Pacaya-Samiria. En aplicación del Artículo 17° de la Ley Forestal y de Fauna Silvestre (Decreto Ley 21147);

DECRETA:

Artículo 1°.- Amplíese la Reserva Nacional Pacaya situada en el ámbito de los Departamentos de Loreto y Ucayali, con la inclusión de las áreas de los sistemas hidrográficos de los ríos Pacaya y Samiria, con una extensión superficial de dos millones ochenta mil hectáreas (2'080,000) ha. con el objetivo de conservar los recursos de flora y fauna, así como la belleza escénica características del Bosque Tropical Húmedo.

Los linderos establecidos para la ampliación de la Unidad de Conservación antes citada se describen de acuerdo al siguiente detalle:

NORTE:

Partiendo del Hito N°1 (P.P.) ubicado sobre la margen derecha del río Marañón en el poblado Veracruz, en las coordenadas 75°35' de Long. W y 5°06' de Lat. S., se avanza aguas abajo del río Marañón, pasando por los poblados Maipuco, Concordia, Rica Fuerte, Santa Cruz de Parinari, Parinari, Sarapanga hasta llegar al Hito N°2, con una longitud total de 345,000 metros.

ESTE:

Partiendo del Hito N°2, ubicado en la confluencia del río Marañón con el río Ucayali al Nor-Este de Nauta, en las coordenadas 73°35' de Long. W y 4°29' de Lat. S, se avanza aguas arriba por la margen izquierda del río Ucayali en una longitud de 177,500 m hasta llegar al Hito N°3, ubicado en la desembocadura del Canal de Puinahua en el río Ucayali, en las coordenadas 74°06' de Long. W y 5°09' de Lat. S, se avanza aguas arriba del citado canal en una longitud de 180,000 m. hasta llegar al Hito N°4, ubicado en la margen izquierda del río Ucayali en las coordenadas 74°50' de Long. W y 5°57' de Lat. S, prosiguiéndose por el Ucayali en una longitud de 65,000 m. hasta llegar al Hito N°5, quedando determinado este lindero con una longitud total de 322,500 m.

SUR:

Partiendo del Hito N°5, ubicado en la margen izquierda del río Ucayali, a inmediaciones del poblado Alianza, en las coordenadas 75°08' de Long. W y 6°07' de Lat. S., se avanza en dirección Oeste por la divisoria de aguas de los ríos Samiria y Chambira en una longitud de 35,000 m hasta llegar al Hito N°6.

OESTE:

Partiendo del Hito N°6, ubicado a inmediaciones de las nacientes, del río Samiria, en las Coordenadas 75°27' de Long. W y 6°08' de Lat. S, se avanza en dirección Norte por la divisoria de las aguas de los ríos Huallaga y Ucayali en una longitud de 115,000 m hasta llegar al Hito N° 1, cierre de la poligonal.

Artículo 2°.- El establecimiento de la Reserva Nacional Pacaya-Samiria, se efectúa sin perjuicio de los asentamientos rurales existentes en el área reservada prohibiéndose a partir de la fecha, la instalación de nuevos asentamientos y todo tipo de aprovechamiento de recursos, salvo los que obedezcan a un plan de Manejo Racional y lo relacionado con la actividad turística y petrolera, en cuyo caso será materia de coordinación y reglamentación entre los Ministerios de Industria, Turismo e Integración, Energía y Minas, de Pesquería, PetroPerú y el Ministerio de Agricultura.

Artículo 3°.- La Administración, conducción y desarrollo integral de la Reserva Nacional Pacaya-Samiria, será de responsabilidad del Sector Agrario y Pesquero.

Artículo 4°.- Derógase los dispositivos legales que se opongan al presente Decreto Supremo.

Artículo 5°.- El presente Decreto Supremo será refrendado por los Ministros de Agricultura y Pesquería.

Dado en la Casa de Gobierno, en Lima a los cuatro días del mes de febrero de mil novecientos ochentidós.

FERNANDO BELAÚNDE TERRY
Presidente de la República

RENÉ DEUSTUA
Ministro de Pesquería

NILS ERICSSON CORREA
Ministro de Agricultura

Promulgado el 04 de Febrero de 1982.

ANEXO D – AUTORIZACIÓN DO SERNANP



MINISTERIO DEL AMBIENTE
SERVICIO NACIONAL DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS POR EL ESTADO
RESERVA NACIONAL PACAYA SAMIRIA



AUTORIZACIÓN N° 066-2014-SERNANP-RNPS-J.

LA JEFATURA DE LA RESERVA NACIONAL PACAYA SAMIRIA, que suscribe; vista la solicitud con fecha 15 de Setiembre del 2014.

AUTORIZA:

Ingresar a la Reserva Nacional Pacaya Samiria, a las siguientes personas

- | | | |
|-------------------------|-----------|----------|
| • PAULO MOREIRA PINTO | Pasaporte | FK336647 |
| • BENIGNO ROJAS BICERRA | DNI | 05290740 |

Queda autorizado ingresar a la cuenca Yanayacu Pucate de la Reserva Nacional Pacaya Samiria para realizar entrevista a la personas de las comunidades de 20 de Enero, Yarina Buenos Aires Santo Domingo, que se realizara del 26 hasta el 28 de setiembre del presente año.

Durante su permanencia en la Reserva se compromete a:

- a) No coleccionar especímenes de Flora y Fauna Silvestre en el interior y/o periferia de la RNPS.
- b) No portar armas de fuego, aparejos de pesca ni cazar.
- c) Acatar las disposiciones que emita la Jefatura, personal profesional y guardaparques de la RNPS.
- d) El SERNANP y la Jefatura de la RNPS no se responsabilizan por accidentes o daños sufridos por los solicitantes de esta autorización durante su permanencia en la RNPS.
- e) Debe entregar copia de dicha autorización en el PV de la Cuenca Yanayacu Pucate y deberá presentarse en los Puestos de Vigilancia que encuentre en su recorrido.
- f) Deberá respetar la normatividad vigente, referente al cuidado del Medio Ambiente y de las Áreas Naturales Protegidas.
- g) Informar cualquier problema que esté sucediendo en el PV más cercano y/o Jefatura de la RNPS.
- h) La actividad a realizar debera estar estrictamente relacionada a la presente autorización.
- i) Deben tener un buen comportamiento con el personal de la Institución.
- j) Las personas autorizadas tienen la obligación y el compromiso de respetar y cumplir las funciones de la Jefatura de cuenca y del personal Guardaparque de la





MINISTERIO DEL AMBIENTE
SERVICIO NACIONAL DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS POR EL ESTADO
RESERVA NACIONAL PACAYA SAMIRIA



Reserva Nacional Pacaya Samiria.

- k) En caso de incumplimiento reiterado de sus obligaciones, compromisos y falta grave por parte de las personas autorizadas, se dará por concluida la relación con nuestra institución, por lo que se dejará sin validez la presente autorización y será causal para denegar futuras autorizaciones a nivel institucional.
- l) Permitir la labor del guardaparque para la revisión de los materiales y embarcación, empleada tanto el ingreso y salida del ANP.

De acuerdo a la Ley de Áreas Naturales Protegidas aprobado por D.L. N° 26834 y su Reglamento Decreto Supremo N° 038-2001-AG.

Iquitos, 15 de setiembre del 2014



JAVIER NORIEGA MURRIETA
JEFE DE LA RESERVA NACIONAL PACAYA SAMIRIA

RNPS/.../dcr
Co Archivo

Recibido:
Fecha: 26.0
Hora: 12:00 p.m.
GP. Silverio Nazareno Shucuni

ANEXO E – AUTORIZAÇÃO PARA ENTRADA NA TI UMARIAÇU